

Hendry Anderson André

**“VIOLÊNCIA FASCINANTE EM VIDAS TÃO
NORMAIS”: RELAÇÕES DE ESTIGMATIZAÇÃO
E INVISIBILIDADE SOCIAL NA RECEPÇÃO DE
NOTICIÁRIOS CRIMINAIS**

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo da Universidade
Federal de Santa Catarina para a obtenção
do Grau de doutor em Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daisi I. Vogel

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

André, Hendryo Anderson

“Violência fascinante em vidas tão normais” :
relações de estigmatização e invisibilidade social
na recepção de noticiários criminais / Hendryo
Anderson André ; orientador, Daisi Irmgard Vogel,
2018.

528 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Invisibilidade
social. 4. estigmatização. 5. recepção/mediação. I.
Vogel, Daisi Irmgard . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Jornalismo. III. Título.

Hendryo Anderson André

**“VIOLÊNCIA FASCINANTE EM VIDAS TÃO NORMAIS”
Relações de estigmatização e invisibilidade social na recepção de
noticiários criminais**

Esta tese foi julgada adequada para o título de doutor em Jornalismo, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 29 de novembro de 2018.

Prof.^a Dr.^a Cárlida Emerin

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC

Banca examinadora

Daisi Irmgard Vogel, Dr.^a
Orientadora

Jorge Kanehide Ijuim, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Cárlida Emerin, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Elza Aparecida Oliveira Filha, Dr.^a
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Kelly Cristina de Souza Prudencio, Dr.^a
Universidade Federal do Paraná

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que me tornaram coautor desta pesquisa.

Kérley Winkes, a verdadeira tese, da qual requeiro autoria, mas que me contento quando minimamente decifro um de seus trechos; mulher que me instiga e faz com que eu sinta o prazer da descoberta reiteradamente.

Daisi Vogel, minha orientadora, que, com um olhar perspicaz, e ao mesmo tempo não invasivo, fez com que a pesquisa fosse trilhada por caminhos mais instigantes. *Jorge Ijuim*, com quem aprendi a questionar várias verdades da pesquisa e da docência – para além da universidade, um fraterno amigo. Agradeço ainda aos demais professores do POSJOR, em especial, ao *Rogério Christofoletti*, que participou da banca de qualificação, e à *Cárlida Emerim*, avaliadora na defesa.

Além disso, sou muito grato por ter conhecido a professora *Elza Oliveira Filha*, amiga que me ensinou a amar a profissão e, desde o longínquo 2007, me incentivou a enfrentar o mundo acadêmico. Agradeço também à *Kelly Prudencio*, que contribuiu decisivamente para o andamento da dissertação e agora, no doutorado, fez uma leitura cuidadosa do material.

Sou grato ainda a meus alunos e ex-alunos que, com disponibilidade e entusiasmo, auxiliaram diretamente este pesquisador em diversos momentos da tese: *Amanda Kawasaki*, *André Luiz Moraes*, *Brayan Valêncio da Silva*, *Bruna Rafaella*, *Denise Becker*, *Fernando Fogaça*, *Gabrielle Cordovi*, *Gabrielly Domingues*, *Giovana Canova*, *Helen Anacleto*, *Higor Oliveira*, *Jamille Maltaca*, *Matheus Gripp*, *Talita Brasileiro* e *Thais Travençoli*. Além deles, menciono o *Guilherme Cordeiro* e o *Gustavo Piovesan*, dois irmãos que a vida me deu de brinde.

Por fim, a meus colegas de doutorado e de mestrado (em especial, à *Sheila Gorski*), colegas de trabalho (com destaque para *Eliane Basílio*, *Emerson Castro*, *Felipe Harmata*, *Katia Brembatti* e *Zaclis Veiga*) e também a meus familiares, com ênfase à *Roseli Carvalho* e ao *Anísio Lima da Silva*, principais incentivadores, além de meus irmãos *Jamille* e *Luís Fernando*, que se dispuseram a ajudar no momento em que mais precisei de apoio.

Por fim, agradecimentos aos entrevistados e a todas as pessoas que partilham o sonho de um mundo mais fascinante e menos violento.

O cão, no filme, pode latir,
mas não consegue morder!

Stuart Hall

RESUMO

Fundamentada no princípio de que a televisão é uma instituição social relevante na produção cotidiana de sentidos e, simultaneamente, um dispositivo de biopoder, esta pesquisa tem como objeto de estudo as implicações da estigmatização e da invisibilidade social de personagens – agressores e vítimas – em noticiários criminais. A partir de um estudo de recepção de matriz sociocultural com telespectadores de três áreas da Região Metropolitana de Curitiba mais estigmatizadas pelos programas *Tribuna da Massa*, da *Rede Massa/SBT*, e *Balanço Geral*, da *RICTV/Record*, o estudo tem dois objetivos centrais. O primeiro é compreender a construção e as apropriações de estereótipos na narrativa criminal a partir da estigmatização e da invisibilidade social. O segundo é avaliar como os telespectadores negociam, reinterpretem e reelaboram sentidos aos conteúdos de segurança e violência. O objeto empírico é formado por 950 inserções noticiosas extraídas de 79 edições dos dois noticiários e pelo conteúdo de entrevistas com 18 telespectadores que moram nas três regiões onde mais crimes foram midiaticizados: os municípios de Colombo (*Tribuna da Massa*) e São José dos Pinhais (*Balanço Geral*), além do bairro Cidade Industrial de Curitiba (ambos). Os procedimentos metodológicos estão divididos em três fases: 1) Análise de conteúdo quanti-qualitativa dos noticiários para entender a construção de personagens na narrativa criminal, levando em conta categorias como região geográfica, faixa etária, gênero, etnia, nível de renda, nível educacional e ocupação profissional; 2) Aplicação de questionário para localizar e selecionar telespectadores dos programas que moram nas três regiões; 3) Entrevistas em profundidade com a finalidade de compreender como a audiência interpreta e se apropria desses programas cotidianamente. Como o jornalismo se configura como um dispositivo de biopoder, a vertente criminal emprega técnicas narrativas que valorizam a vida ao contrastá-la insistentemente com a morte. O jornalismo criminal, portanto, é capaz de produzir, nos espaços de recepção/mediação, experiências que sustentam princípios de conservadorismo e intolerância, pautadas pela família, religião e pela moral do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; narrativa criminal; estigmatização; Invisibilidade social; recepção/mediação.

ABSTRACT

Based on the principle that television is a relevant social institution in the daily production of senses and, simultaneously, a device of biopower, this research has as object of study the implications of the stigmatization and social invisibility of characters – aggressors and victims – on criminal news. From a reception study of sociocultural matrix with viewers from three areas of the Curitiba Metropolitan Region that are more stigmatized by the programs *Tribuna da Massa* of *Rede Massa/SBT* and *Balanço Geral* of *RICTV/Record*, the study has two central objectives. The first is to understand the construction and appropriation of stereotypes in the criminal narrative from stigmatization and social invisibility. The second is to assess how viewers negotiate, re-interpret and re-elaborate meanings of security and violence content. The empirical object is formed by 950 news inserts extracted from 79 editions of the two newscasts and by the content of interviews with 18 viewers who live in the three regions where most crimes were mediated: the cities of Colombo (*Tribuna da Massa*) and São José dos Pinhais (*Balanço Geral*), besides the district Cidade Industrial of Curitiba (both). The methodological procedures are divided into three phases: 1) Quantitative-qualitative content analysis of the newscasts to understand the construction of characters in the criminal narrative, taking into account categories such as geographic region, age group, gender, ethnicity, income level, educational level and professional occupation; 2) Application of a questionnaire to locate and select viewers of the programs that live in the three regions; 3) In-depth interviews aiming understands how the audience interprets and appropriates these programs on a daily basis. As journalism is configured as a device of biopower, the criminal branch employs narrative techniques that value life by repeatedly contrasting it with death. Criminal journalism, therefore, is capable of producing, in the reception/mediation spaces, experiences that support principles of conservatism and intolerance, guided by family, religion and work morality.

KEYWORDS

Journalism; social invisibility; stigmatization; criminal narrative; reception/mediation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casal assalta taxista e ladrão não se arrepende.....	167
Figura 2 - Mãe chora morte do filho assassinado em Colombo	177
Figura 3 – Sentença inocenta PMs da acusação de morte de cinco homens	182
Figura 4 - Curitiba: distribuição geográfica dos crimes nos noticiários <i>Tribuna da Massa e Balanço Geral</i> e identificação do local da pesquisa de recepção/mediação	223
Figura 5 - Curitiba: distribuição geográfica dos crimes com morte ocorridos em 2017.....	224
Figura 6 - Região Metropolitana: distribuição geográfica dos crimes nos noticiários <i>Tribuna da Massa e Balanço Geral</i>	232
Figura 7 - RM/2017: distribuição geográfica dos crimes com morte..	234
Figura 8 - CIC: Localização das vilas Diadema II e Sabará.....	340
Figura 9 - Colombo: localização do Jardim Guaraituba.....	358
Figura 10 - São José dos Pinhais: localização dos bairros	377

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Planilha de monitoramento: noticiário.....	142
Tabela 2 - Planilha de monitoramento: evento criminal	147
Tabela 3 - Planilha de monitoramento: vítimas e agressores	149
Tabela 4 - Planilha de monitoramento: fontes consultadas.....	151
Tabela 5 - Incidência de crimes/infrações por origem temática.....	164
Tabela 6 - Personagens: comparativo entre tipos de fontes nas narrativas e a razão com <i>confissões em anonimato</i>	174
Tabela 7 - Uso de tecnologias de vigilância como fonte por gancho narrativo e proporção de exibição no início da inserção noticiosa.....	185
Tabela 8 – Natureza jurídica dos crimes veiculados pelos noticiários em Curitiba, Região Metropolitana e demais regiões do Paraná	189
Tabela 9 - Tipificação dos crimes de natureza jurídica contra a pessoa em Curitiba e Região Metropolitana no <i>Tribuna da Massa e Balanço Geral</i>	191
Tabela 10 - Homicídios: relação entre a quantidade de fontes e tempo de exibição nos dois noticiários.....	199
Tabela 11 - Tipificação dos crimes de natureza jurídica contra o patrimônio em Curitiba e Região Metropolitana no <i>Tribuna da Massa e Balanço Geral</i>	200
Tabela 12 - Distribuição dos crimes por região geográfica e incidência nos noticiários <i>Tribuna da Massa e Balanço Geral</i>	217
Tabela 13 - Distribuição dos crimes por regionais em Curitiba nos noticiários <i>Tribuna da Massa e Balanço Geral</i>	219
Tabela 14 - Distribuição dos crimes por município na Região Metropolitana e incidência nos noticiários	230
Tabela 15 - Agressores e vítimas: distribuição dos crimes por faixa etária nos dois noticiários	239
Tabela 16 - Agressores e vítimas: faixa etária, etnia e gênero	249
Tabela 17 - Crimes veiculados pelos dois noticiários em Curitiba e Região Metropolitana por natureza jurídica	278
Tabela 18 - Curitiba: bairros por regional e números absolutos de crimes com morte em 2017	528

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Eventos criminais exibidos no <i>Balanço Geral</i> e <i>Tribuna da Massa</i> (outubro a dezembro de 2017).....	162
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. MODERNIDADE, BIOPODER E DIREITO À VIDA	29
1.1. NOÇÃO DE BIOPODER NO “DESTINO” DO PERSONAGEM	30
1.2. TARDIA MODERNIDADE BRASILEIRA	51
1.3. GÊNERO CRIMINAL E EXPERIÊNCIAS DE LUTA PELA VIDA	69
2. PERFIL SOCIAL DE PERSONAGENS NA NARRATIVA CRIMINAL	87
2.1. NARRATIVAS JORNALÍSTICAS CRIMINAIS	88
2.2. PERSONAGEM: ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE.....	113
2.3. TESTEMUNHO: CONFISSÃO DO PERSONAGEM	121
3. NOTICIÁRIOS CRIMINAIS: SUSPEITOS/AGRESSORES E VÍTIMAS	131
3.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO: POTENCIALIDADES QUALITATIVAS	132
3.2. PLANILHA DE MONITORAMENTO DOS NOTICIÁRIOS	139
3.3. NOTICIÁRIOS <i>TRIBUNA DA MASSA E BALANÇO GERAL</i>	156
3.4. NATUREZA DOS ATOS DE VIOLÊNCIA E TIPOS DE CRIMES	188
3.4.1. Crimes contra a pessoa.....	190
3.4.2. Crimes contra o patrimônio	200
3.5. ATRIBUTOS FÍSICOS E SOCIAIS EM NOTICIÁRIOS CRIMINAIS	216
3.5.1. Região geográfica do crime	216
3.5.2. Faixa etária, etnia e gênero	237
3.5.3. Profissão/ocupação, acesso à educação formal e renda ...	249
3.6. PERFIL SOCIAL DE AGRESSORES E VÍTIMAS.....	258

4. RECEPÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONTEÚDOS DE VIOLÊNCIA.....	285
4.1. DO FUNCIONALISMO À TEORIA DAS MEDIAÇÕES.....	286
4.2. MEMÓRIA COMO MEDIAÇÃO NOS ESTUDOS DE RECEPÇÃO	302
4.3. NEGOCIAÇÃO, REINTERPRETAÇÃO E REELABORAÇÃO DE SENTIDOS NAS NARRATIVAS CRIMINAIS	317
4.4. LOCALIZAÇÃO, SELEÇÃO E ARRANJO DAS ENTREVISTAS	328
4.4.1. Localização	328
4.4.2. Seleção e arranjo	330
4.4.3. Perfil.....	334
5. ESTIGMATIZAÇÃO, INVISIBILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA	337
5.1. ESTIGMATIZAÇÃO E PERFIL IDENTITÁRIO	337
5.1.1. Curitiba: perfil identitário dos entrevistados	340
5.1.2. Colombo: perfil identitário dos entrevistados	357
5.1.3. São José dos Pinhais: perfil identitário dos entrevistados	377
5.2. INVISIBILIDADE SOCIAL E JORNALISMO CRIMINAL.....	392
5.2.1. Curitiba: hábitos de consumo dos dois noticiários	392
5.2.2. Colombo: hábitos de consumo do <i>Tribuna da Massa</i>	404
5.2.3. São José dos Pinhais: hábitos de consumo do <i>Balanço Geral</i>	411
5.3. PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CULTURA DA VIOLÊNCIA.....	418
5.3.1. Vínculos com os noticiários e naturalização da violência	420
5.3.2. Laços com práticas conservadoras	441
CONSIDERAÇÕES FINAIS	473
REFERÊNCIAS	485

APÊNDICES	505
APÊNDICE A - Formulário para seleção de entrevistados.....	505
APÊNDICE B - Formulário de entrevista com telespectadores	511
APÊNDICE C - Entrevistas decupadas	517
APÊNDICE D - Planilha de monitoramento	518
ANEXOS.....	519
ANEXO A - Descrição jurídica e natureza dos crimes mediatizados	519
ANEXO B - Bairros por regionais e homicídios registrados.....	528

INTRODUÇÃO

Os indicadores sociais apontam que o Brasil está entre os países mais violentos do planeta. Com uma taxa de homicídios de 30,3 para 100 mil habitantes, anualmente, mais de 60 mil pessoas no país são vítimas de mortes violentas¹ (BRASIL, 2018a). Essas taxas superam a de nações que enfrentam conflitos bélicos, como a Síria, palco de uma guerra civil desde 2011 que resultou na maior crise humanitária do planeta depois do holocausto; a título de ilustração, uma pessoa tem 30 vezes mais chances de ser vítima de morte violenta no Brasil do que na Europa (*ibid.*). A convivência com as mais variadas formas de violência, somada à experiência com a televisão, fez com que no Brasil se desenvolvesse um processo de midiaticização singular, pautado pela legitimação de determinadas formas de violência – como a policial e a da *justiça pelas próprias mãos* –, e pela naturalização de certas formas de preconceito que, paradoxalmente, tentam extirpar a delinquência a partir da estigmatização do marginal. Disso resulta a expressão utilizada no título desta pesquisa, *violência fascinante em vidas tão normais*, extraída e adaptada da canção *Baader Meinhof Blues* (1984), de autoria de Renato Russo, Dado Villa-Lobos e Marcelo Bonfá, que reúne em uma só frase o aparente paradoxo entre a fascinação e a própria cristalização do fenômeno da violência.

A delinquência é útil porque, a partir da proliferação do medo, constrói um ideal de mundo no qual ela é o pior dos males, fato que justifica, legitima e naturaliza a presença policial na sociedade

¹ Apesar de mortes no trânsito serem consideradas violentas, os números são referentes a homicídios, latrocínios – roubo qualificado que resulta em morte – e lesões corporais com consequências fatais à vítima.

(FOUCAULT, 2004). Nesse contexto, os meios de comunicação ocupam um papel relevante, já que cumprem com êxito a midiaticização da violência, por meio das categorias sociais *bandido* e *polícia*, instituição relativamente recente, mas sedimentada na vida cotidiana. “Como isso [a presença da polícia] seria aceitável se não houvesse os delinqüentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinqüentes?” (FOUCAULT, 2004, p. 137-138).

Nesse aspecto, a televisão é central, já que a experiência audiovisual na América Latina a consolida – sobretudo, nos últimos 50 anos – como uma instituição social relevante na produção de sentidos. Disponível em 97,6% dos lares do país (BRASIL, 2014) e consumida de domingo a domingo por 77% dos brasileiros (BRASIL, 2016b), ela se popularizou, sobretudo a partir da década de 1970, e tornou-se a principal responsável pelo *espírito de modernização* no país. Diferentemente do que ocorreu na Europa, cujos valores e anseios da modernidade foram difundidos a partir de um “trânsito do oral ao escrito” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 149), isto é, mediante um cenário de alfabetização, de uma cultura letrada (ORTIZ, 2001), a modernidade *tardia* brasileira forjou-se a partir da televisão, aspecto que fez com que esse modo ou estilo de vida tenha ganhado nuances particulares. Fonte prioritária – quando não única – de informação para significativa faixa da população, esse meio de comunicação detém grande credibilidade junto ao público, já que, segundo a *Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016*, “mais da metade dos entrevistados que assistem [*sic*] TV confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio” (BRASIL, 2016b, p. 33). A televisão alicerçou-se no Brasil, portanto, como uma arena para embates

políticos, econômicos, sociais e culturais, e é ainda uma das principais esferas a ofertar cotidianamente temas da vida pública e privada passíveis de negociação, reinterpretação e reelaboração de sentidos.

Tida como um “sofisticado dispositivo de moldagem e deformação do cotidiano e dos gostos populares e uma das mediações históricas mais expressivas de matrizes narrativas, gestuais e cenográficas do mundo cultural popular” (MARTÍN-BARBERO; REY, 2001, p. 26), a televisão, enquanto concessão pública, é um espaço potencialmente privilegiado para a visibilidade política, princípio ligado às concepções modernas de cidadania e de processo democrático. De antemão, é importante ressaltar que deriva da garantia de visibilidade política a ideia de *reconhecimento recíproco*, isto é, o “direito de ser visto e ouvido, uma vez que equivale ao direito de existir/contar social, política e culturalmente, tanto na esfera individual quanto na coletiva; das majorias ou de minorias” (MARTÍN-BARBERO, 2007, p. 35). Assim, a ideia de visibilidade política não apenas perpassa o telejornalismo, produto informativo mais popular e relevante desse meio de comunicação, como dialoga com valores deontológicos que envolvem a profissão, especialmente no pressuposto de que o jornalismo deva trabalhar – tanto na perspectiva quantitativa quanto qualitativa – com a máxima pluralidade de fontes.

Por outro lado, devido à adoção de um modelo essencialmente comercial, cujas consequências instigaram a constituição de uma indústria cultural com singularidades em relação aos modelos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, a televisão serve também para reverberar discursos hegemônicos. A objetivação de sujeitos em *práticas divisoras*, ou seja, na polarização dicotômica entre “o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’”

(FOUCAULT, 1995, p. 231) não são, sobremaneira, criadas por esse meio de comunicação, mas se difundem e se naturalizam com ele, a ponto desse veículo possuir potencialidades de marginalização de indivíduos e determinados grupos sociais, gerando, a partir da *estigmatização*, *invisibilidade social*. Em outras palavras, a promoção e a circulação de representações caricatas de determinadas pessoas e/ou grupos sociais, resultantes das rotinas produtivas que exigem uma pluralidade de fontes mais ligada à técnica do que à proposição do debate público em si, impossibilitam o exercício pleno da cidadania. Afinal, se os estigmas são capazes de produzir formas explícitas ou mesmo veladas de preconceito, à medida que uma pessoa ou grupo social reduz-se a um ou mais estereótipos, menos há possibilidade de diálogo e, conseqüentemente, mais invisibilizada se torna a pessoa e/ou grupo (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005).

No jornalismo é possível observar reiteradamente a produção de invisibilidade de forma explícita, quando assuntos e/ou grupos sociais são omitidos, e, a que mais interessa para esta pesquisa, latente. É lugar comum a ideia de que haja na área profissional enaltecimento a alguns tipos de fontes como, por exemplo, as oficiais e as especializadas, em um processo que se dá pela interiorização das formas de seleção e tratamento delas pelos jornalistas (*habitus*). Esse desequilíbrio na cessão de vozes faz com que o jornalismo tenha dificuldades para promover temáticas pautadas pelo princípio da diversidade de opiniões, suscitando implicações que reduzem as possibilidades de debate, o qual passa a ser pautado mais pelas conseqüências imediatas de um acontecimento do que

pelas causas. A falta de *polifonia*² pode ser verificada claramente a partir de aspectos que são perceptíveis no jornalismo voltado à violência/segurança, vertente marginalizada nos estudos de recepção de produtos jornalísticos³. Além da sobreposição de fontes oficiais – em especial, daquelas ligadas às diferentes vertentes de polícia e do poder público – e de narrativas que amplificam uma dicotomia entre bem e mal, cidadão e bandido, vítima e agressor, as histórias vividas pelos personagens protagonistas do jornalismo criminal (vítimas e agressores) exprimem determinadas *previsibilidades* em sua construção.

No âmbito da literatura, do cinema, da própria televisão e de outros produtos midiáticos ficcionais não é raro que nos espaços de circulação haja confusão entre a pessoa de fato e a personagem, devido à função catártica que os personagens provocam no público. A narrativa jornalística criminal, ainda que sustentada pelo estatuto normativo da área no âmbito das mediações, conforme o estudo empírico prova, atribui às fontes do tipo personagem propriedades próximas à ficção. Isso acontece porque ocorrências singulares adquirem uma *força metonímica*: ou seja, elas “explicam” – quando não reduzem simplesmente – a vida das pessoas aos fatos expostos na narrativa, algo que remete à formação de

² Proposto por Mikhail Bakhtin, a polifonia é um gênero dialógico no qual não há sobreposição de um ponto de vista no texto. Esse tipo de enunciação produziria interlocuções capazes de apresentar as contradições das várias vozes presentes. No jornalismo, a polifonia não se constituiria apenas pela pluralidade quantitativa de fontes, e sim qualitativa.

³ Jacks (2014) revela que 53% das dissertações ou teses sobre recepção produzidas no Brasil entre 2000 e 2009 pertencem à abordagem sociocultural, categoria com o maior número de pesquisas desenvolvidas nos estudos de recepção. Mesmo com a ampliação do acesso à internet na última década, o meio televisão ainda é o que mais chama a atenção dos pesquisadores. As investigações voltadas à *recepção de produtos jornalísticos*, praticamente inexistentes nos anos 1990, atingiram a marca de 13 trabalhos no período. No entanto, em nenhuma pesquisa no intervalo discutiu-se a recepção de conteúdos jornalísticos ligados ao binômio segurança/violência. Dentre todas as 72 pesquisas publicadas no período enquadradas na abordagem sociocultural (número que inclui pesquisas de todo o âmbito do campo da Comunicação Social, ou seja, que engloba estudos dos campos da Publicidade e de entretenimento), apenas Lopes (2008) aborda a recepção de conteúdos de violência – quando analisou a recepção do programa *Linha Direta*. Contudo, Jacks (2014) categoriza essa atração como um *docudrama*, e não como um noticiário jornalístico.

estereótipos. A relação entre fato e ficção na exposição dos personagens nas narrativas jornalísticas faz com que se questione um elemento central do campo, que é a busca pela *verdade*. Casadei (2010) descreve como as formas de previsibilidade são capazes de construir um personagem que pode se tornar caricato:

[...] a significação do personagem também terá o auxílio destas marcas que contribuirão para acentuar a redundância das ações cometidas e, de uma maneira geral, a previsibilidade da narrativa. Com isso, contribuirão as descrições físicas do personagem, bem como o ambiente no qual ele está instalado; os demais elementos com os quais ele se relaciona; a referência a estórias [*sic*] já conhecidas; as ações não funcionais; entre outros elementos que, embora redundantes, são fundamentais para o preenchimento deste vazio semântico inicial característico da personagem (CASADEI, 2010, p. 89-90).

Ainda que do ponto de vista da produção jornalística haja certas previsibilidades nas construções narrativas, isso não significa que o processo de recepção/mediação seja algo simplório ou pasteurizado, já que qualquer texto – seja escrito ou audiovisual – tem a capacidade de propor um processo de interação que, necessariamente, carrega subjetividades e produz sentidos plurais, polissêmicos. Dessa forma, se um texto é “resultado de uma coprodução entre interlocutores” (KOCH; ELIAS, 2012, p. 13), é plausível o argumento de que os conteúdos de violência midiáticos ganham novas conotações no âmbito das mediações. Dito isso, apenas com a compreensão das implicações que esses conteúdos têm na vida cotidiana é que se torna possível refletir sobre práticas consolidadas na esfera de produção dos noticiários criminais.

Com base nesses princípios, esta pesquisa tem como objeto de estudo a compreensão das implicações da estigmatização e da invisibilidade social de personagens em noticiários criminais. Vale explicar, antes de prosseguir, a opção pela adjetivação *criminal* em vez de *policial* nesta pesquisa. Quando se pensa no termo *policial* é possível dizer que há uma existência entre duas histórias que se entrecruzam: uma sobre o crime em si, outra sobre o próprio enredo de investigação. Segundo os resultados empíricos apontam, ao contrário de produtos midiáticos eminentemente ficcionais (séries e filmes), há no jornalismo uma sobreposição de reportagens sobre o crime em si em relação à investigação, algo potencializado pela própria morosidade na resolução dos crimes. Dito isso, adotar termos como *jornalismo policial* ou *narrativa policial* parece não ter cabimento para o presente objeto.

A insatisfação com a expressão jornalismo policial, aliás, já provocou outras inquietações, que geraram variadas nomenclaturas para esse tipo de atividade noticiosa que aborda crimes. Lana (2007), por exemplo, utilizou a expressão *jornalismo dramático*, termo que procura demonstrar que o contexto apresentado por esses noticiários é mais amplo e envolve a vida cotidiana do público. No entanto, essa opção também contém lacunas, à medida que a dramaticidade é uma característica quase latente em televisão, seja em gêneros ligados ao entretenimento ou mesmo ao próprio jornalismo – além do fato de que uma abordagem dramática não seja, necessariamente, sensacionalista. Já Amaral (2011) alega que outra terminologia frequentemente utilizada, *jornalismo sensacionalista*, tornou-se obsoleta e, por consequência, não abarca o gênero criminal. “Os novos jornais, ampliadores dos índices de leitura em segmentos populares, são fundados em diversas características que devem

ser abordadas de maneira não generalista” (AMARAL, 2011, p. 21). Bedendo (2013) também reconhece carência crítica no termo jornalismo policial e define esse tipo de prática como *jornalismo de segurança pública*. O autor certamente tem razão quando afirma que a expressão segurança pública “carrega em sua composição semântica força maior de contextualização e de relação entre muitas áreas do conhecimento” (BEDENDO, 2013, p. 25). Todavia, essa definição traz uma visão mais normativa sobre esse tipo de narrativa, ou seja, como esse nicho de jornalismo *deveria ser*, e não como ele *é de fato*. Ainda que não se duvide da relevância de abordagens normativas para o amadurecimento de um estatuto para o campo de estudos, para o escopo desta pesquisa a designação utilizada pelo autor seria inconveniente.

Adjetivado, portanto, como *criminal*, esse gênero jornalístico tem entre suas principais propriedades narrativas a construção de personagens estigmatizados e, portanto, invisibilizados. Tanto a estigmatização, a prática habitual de leitura de mundo que permite avaliar o *outro* – especialmente o *diferente* – de forma caricata, quanto a invisibilidade social, recurso interpretativo ligado à negação da individualidade do *outro*, ganham relevância na circulação das notícias criminais midiáticas. Esses dois conceitos proporcionam sistemas de percepção do *outro*, que se tornam mais relevantes quando se procuram entender as estratégias de poder que os cerceiam. Em outras palavras, o jornalismo, ao transformar em narrativa essas histórias por meio de personagens, manifesta-se como um dispositivo de *biopoder* (VOGEL, 2009), ou seja, como uma forma social de arranjo do poder que, ao valorizar o direito à vida, é pautado pela disciplina e pelas regulações demográficas. O biopoder sustenta-se por: 1) do ponto de vista da disciplina, pela

aprendizagem das regras de convivência em instituições, como exército, escola, movimento social, convento ou mesmo manicômio; 2) do ponto de vista demográfico, por estimativas sobre a relação entre recursos e habitantes, “a tabulação das riquezas e de sua circulação, das vidas com sua duração provável” (FOUCAULT, 2015, p. 151). Dessa forma, ao se configurar como um dos dispositivos de poder sobre a vida, o nicho criminal, como partícipe e produtor de sentidos, é um agente relevante para a compreensão dos embates sociais, políticos, econômicos e culturais cotidianos. Mesmo com determinadas previsibilidades na estrutura narrativa, conforme apontado nos resultados deste estudo, esse dispositivo é capaz de gerar experiências e sentidos que são negociados, reinterpretados e reelaborados pelo público.

Apesar de a pesquisa investigar as implicações da estigmatização e da invisibilidade social em noticiários criminais, considera-se imprescindível refletir preventivamente sobre o conceito de biopoder. A relevância desse tipo de abordagem deve-se ao fato de que a estigmatização se reconfigura e se torna inseparável do conceito de invisibilidade social a partir do advento da modernidade. A concepção moderna de visibilidade como garantia de acesso a direitos políticos, civis e sociais, aliás, está intrinsecamente em paralelo com a concepção de direito à vida, que na interpretação de Foucault (2015) criou novas formas de controles disciplinares. Ao estabelecer um estatuto de direito e garantia à vida, o mundo moderno teve como imperativo histórico o advento de uma instituição que, mesmo com todas as limitações que demonstra, fosse capaz de gerar visibilidade aos diferentes setores representativos da sociedade civil: o jornalismo.

Ao partir da necessidade de identificar e problematizar as produções de sentidos oriundas da escolha de fontes nos noticiários criminais, esta investigação foi dividida em duas fases: um monitoramento dos programas para entender como as narrativas jornalísticas criminais são construídas seguido de um estudo de recepção com telespectadores que habitam regiões com maior incidência de crimes midiáticos na grande Curitiba. Essas regiões foram identificadas a partir de um monitoramento de dois noticiários criminais: o objeto empírico da primeira fase, portanto, é composto por 950 inserções noticiosas extraídas de 79 edições de dois programas, de segunda à sexta-feira, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2017. São 39 edições⁴ do *Balanço Geral Curitiba* (de 6 de outubro a 30 de novembro) e 40 edições do *Tribuna da Massa* (de 6 de novembro a 29 de dezembro).

O *Balanço Geral*, exibido entre meio-dia e 14h25 na *RICTV/Record* é comandado, desde que começou a ser veiculado em Curitiba, em 2008, pelo radialista e deputado estadual Gilberto Ribeiro. Por possuir versões locais em várias regiões do país exibidas pelas emissoras afiliadas da *Record*, o *Balanço Geral* é um dos principais produtos informativos do grupo, a ponto de criar uma ideia de *regionalização padronizada* (HAMILTON, 2008). A título de curiosidade, dos 26 estados mais o Distrito Federal, a emissora tem versões regionalizadas do noticiário em 21 estados; em cinco deles são usados nomes diferentes, mas com a identidade visual baseada no *Balanço Geral*; apenas em Roraima há um programa de entretenimento

⁴ Havia a intenção de analisar 40 edições dos dois noticiários, mas a edição do dia 10/11/2017 foi extraviada dos próprios arquivos da *RICTV/Record* que, gentilmente, cedeu o material solicitado para este monitoramento.

no horário do almoço (RECORDTV, 2018). Esse princípio de regionalização padronizada é um fator que merece atenção no que se refere ao trabalho com fontes do tipo personagem e possibilitou a descoberta de parâmetros regulares de endereçamento das mensagens, argumento que favorece a possibilidade de generalizar parte dos resultados da pesquisa.

Já o *Tribuna da Massa*, mais antigo noticiário do gênero criminal em exibição em Curitiba (no ar ininterruptamente desde 2001 na *Rede Massa/SBT*), é veiculado entre meio-dia e 14h00 e é apresentado, desde setembro de 2017, por Eleandro Passaia. Os dois noticiários carregam como marca registrada a *personalização*, o último deles com maior ênfase, característica percebida em programas cuja essência está no confronto “contra a predominância de concorrentes mais antigos e com maior audiência. É a busca pelo diferencial a partir do estilo da apresentação, fortemente ligada ao apresentador” (HAMILTON, 2008, p. 101). Os dois produtos caracterizam-se como *telejornais segmentados*, isto é, um tipo que “reúne uma seleção de notícias que recebem tratamento discursivo direcionado para um segmento específico que é definidor de toda a articulação e produção de seus elementos de conteúdo e expressão” (EMERIN, 2014, p. 106).

De acordo com a *Pesquisa Brasileira de Mídia 2015*, o horário do almoço (em especial, entre 12h00 e 13h00), notadamente marcado pela programação local/regional na televisão aberta, representa uma faixa com aumento de audiência (BRASIL, 2015). Embora o consumo televisivo nessa faixa seja, em números absolutos, 50% menor que a audiência do horário nobre (20h00 às 22h00), ele não pode ser desconsiderado. Dentro desse espectro, a média de aparelhos ligados é maior entre segunda e

sexta-feira do que nos fins de semana. Enquanto no sábado e no domingo a audiência progressivamente cresce até atingir o auge no horário nobre, nos demais dias há um pico na faixa do meio-dia (BRASIL, 2015).

Ao entender que há implicações desses noticiários nas produções de sentidos, optou-se na segunda fase da pesquisa pela realização de um estudo de recepção de matriz sociocultural. A essência dessa perspectiva teórica compreende que a recepção não pode estar restrita ao instante em que o telespectador consome um produto midiático, mas sim integrada ao contexto de mediação. Em outras palavras, às formas como a audiência administra seu próprio corpo e gere racionalmente a vida ao lidar com um produto que dialoga, essencialmente, com as possibilidades de morte quase sempre trágicas. Nesse tipo de abordagem é possível compreender os “processos de negociação, reinterpretação e reelaboração das mensagens midiáticas, segundo características como idade, sexo, etnia, grupo social, assim como por ação de agentes sociais como família, escola, religião, partido político e empresa” (JACKS, 2014, p. 32). Por conta das potencialidades elencadas dos estudos de recepção de matriz sociocultural e da necessidade de estudos que identifiquem e problematizem as produções de sentidos oriundas da escolha de fontes nos noticiários criminais, esta investigação trabalhou com 18 telespectadores que habitam as regiões com maior incidência de crimes exibidos na grande Curitiba na primeira fase da pesquisa. Os municípios metropolitanos de Colombo e São José dos Pinhais, onde houve a maior midiáticação de eventos de violência, respectivamente, no *Tribuna da Massa* e no *Balanço Geral*, e a Cidade Industrial de Curitiba, maior bairro curitibano, que agregou a maior quantidade de crimes veiculados pelos dois noticiários na capital.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram divididos em três fases: 1) Análise de conteúdo quanti-qualitativa dos noticiários para entender a construção de personagens na narrativa criminal, levando em conta categorias como região geográfica, faixa etária, gênero, etnia, nível de renda, nível educacional e ocupação profissional (*APÊNDICE D - Planilha de monitoramento*); 2) Aplicação de questionário para localizar e selecionar telespectadores dos programas que moram nas três regiões (*APÊNDICE A - Formulário para seleção de entrevistados*); 3) Entrevistas em profundidade com a finalidade de compreender como a audiência interpreta e se apropria dessas atrações cotidianamente (*APÊNDICE B - Formulário de entrevista com telespectadores e APÊNDICE C - Entrevistas decupadas*).

Dito isso, no primeiro capítulo (*1. MODERNIDADE, BIOPODER E DIREITO À VIDA*) discutem-se as razões de o jornalismo funcionar como um dispositivo de poder capaz de instigar e difundir estereótipos legitimados no mundo social. Para tanto, aborda-se num primeiro momento com a noção foucaultiana de *biopoder* que, conforme explicado ainda nesta introdução, articula-se como um mecanismo de controle social genuinamente moderno, à medida que tem sua gênese fundada no direito à vida. O princípio do *biopoder* amarra-se à noção de *confissão*, cuja complexidade denota alguns elementos que tornam a narrativa sobre violência ligada à vida e não à morte, argumento que pode auxiliar na explicação do fascínio de parte do público, sem cair nas amarras das perspectivas teóricas do campo da Psicologia, por essas histórias. Em seguida, discorre-se sobre as particularidades da inserção de valores de modernização no Brasil. Na argumentação se destaca o papel da televisão como meio de comunicação injetor da ideia de modernização no país, algo

que se concretiza na década de 1970, de modo a frisar consonâncias e, principalmente, discrepâncias com o modelo incorporado pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos. Com essa discussão buscam-se explicar as razões pelas quais os noticiários que cobrem violência brasileiros adquiriram propriedades singulares.

Já no segundo capítulo (2. *PERFIL SOCIAL DE PERSONAGENS NA NARRATIVA CRIMINAL*) aborda-se o incremento da fonte tipo personagem nas narrativas criminais, a partir de uma argumentação que problematiza as características ambíguas imbricadas na prática profissional para a escolha deste tipo de fonte e que a coloca entre o campo da ficção e da realidade. Isso gera uma reflexão sobre previsibilidade nas formas como os personagens são construídos nas narrativas criminais, recorrentemente estruturados por estereótipos que, a princípio, parecem secundários por conta das ocorrências singulares, os *pormenores*, de cada história. Disso resultou uma categorização dos principais tipos de personagens utilizados nas notícias e que moldam as produções de sentidos: *testemunha ocular*, *vítima/ sobrevivente*, *personagem próximo à vítima/agressor*, *suspeito/agressor*, *consumidor e cidadão*.

De caráter empírico, no terceiro capítulo (3. NOTICIÁRIOS CRIMINAIS: SUSPEITOS/AGRESSORES E VÍTIMAS) se apresentam os critérios de estruturação e os resultados da análise de conteúdo quantitativa das 950 inserções noticiosas ligadas à segurança/violência extraídas das 180 horas dos dois noticiários criminais (*APÊNDICE D - Planilha de monitoramento*). O capítulo inicia com a apresentação da metodologia de análise de conteúdo e, em seguida, versa sobre a natureza dos atos de violência, os tipos de crimes, elementos que interferem

diretamente no perfil de agressores e vítimas e, por fim, uma avaliação sobre os atributos físicos e sociais presentes nas narrativas, tais como região geográfica do crime, faixa etária, etnia, gênero, renda, profissão/ocupação, e educação formal de agressores e vítimas. Ao fim do terceiro capítulo chega-se a descoberta dos perfis sociais dos personagens, com ênfase para o agressor: alguém que comete, sobretudo, crimes que resultam em mortes violentas (homicídio, latrocínio ou lesões corporais graves), pertencente ao recorte etário da juventude (21 a 29 anos) e, especialmente, desvinculado de várias das instituições que auxiliam nas formas de controle social, como a escola, a família e o mundo do trabalho.

Estabelecido o perfil de agressores e vítimas hegemônicos nas narrativas jornalísticas criminais, o quarto capítulo (*4. RECEPÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONTEÚDOS DE VIOLÊNCIA*), de cunho teórico, primeiro resgata parte de uma discussão já consagrada no campo de estudos de recepção sobre algumas das principais vertentes teóricas que estudaram as *influências* dos meios de comunicação na sociedade, partindo desde a concepção teórica norte-americana do Funcionalismo até as contribuições britânicas dos Estudos Culturais. Na sequência, há uma tentativa de estreitar vínculos com a questão da memória, considerada um tipo de mediação central para criar processos de identificação nas narrativas jornalísticas criminais. Isso porque esse tipo de conteúdo ganha notabilidade não por eventos isolados entre si, mas pelas teias narrativas que perpassam longos períodos de tempo e espaço. A partir das contradições na forma de lidar e produzir sentidos oriundas, metaforicamente, da moral da *casa* e da *rua*, a audiência autoriza a entrada metafórica dos produtores no próprio lar. Há ainda uma

argumentação sobre como a temática criminal tende a ser negociada, reinterpretada e reelaborada no campo das mediações e, não menos importante, um item específico para apresentar como os entrevistados da última fase foram localizados e selecionados para a fase de recepção.

No último capítulo (5. ESTIGMATIZAÇÃO, INVISIBILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA), de cunho teórico-empírico, busca-se avaliar como 18 telespectadores que moram nas três regiões com a maior incidência de crimes midiáticos pelos dois programas na fase de análise de conteúdo negociam, reinterpretam e reelaboram conteúdos sobre crimes. Ladeado pelos conceitos de estigmatização e invisibilidade social, o capítulo é costurado a partir do princípio de que os noticiários criminais são dispositivos de biopoder que, de forma estruturada e estruturante, auxiliam em uma percepção de mundo que sugere leituras preferenciais ao público, leituras de cunho conservador que valorizam, por exemplo, a lógica de militarização da sociedade, justiça pelas próprias mãos, políticas de intolerância e desrespeito à presunção de inocência e inviolabilidade da imagem. Dito com outras palavras, as estratégias narrativas dos programas, que empregam técnicas que contrastam a vida insistentemente com a morte, valorizam a vida e são capazes de propor, nos espaços de recepção e mediação, experiências genuínas, e também visões de mundo que, vinculadas à vida cotidiana dessas pessoas, são capazes de garantir formas de controle social.

1. MODERNIDADE, BIOPODER E DIREITO À VIDA

Neste capítulo busca-se refletir por quais razões o jornalismo funciona como um dispositivo de poder capaz de construir personagens, incitar e difundir estereótipos legitimados no mundo social. Para tanto, trabalha-se em um primeiro momento com a noção extraída do pensamento de Michel Foucault de *biopoder*, um dispositivo de controle social genuinamente moderno e cuja gênese funda-se no direito à vida. O princípio do biopoder amarra-se à noção de *confissão*, cuja complexidade denota alguns elementos que tornam a narrativa sobre violência ligada à vida e não à morte. Esse argumento, em diálogo com a estrutura da narrativa melodramática (tema abordado no capítulo 2. *PERFIL SOCIAL DE PERSONAGENS NA NARRATIVA CRIMINAL*), auxilia na explicação do *fascínio* de parte do público por essas histórias. Em seguida, argumenta-se a respeito das particularidades no processo de inserção de valores modernos no Brasil. Nesse momento é destacado o papel da televisão como meio de comunicação injetor da ideia de modernidade no país, algo que se concretiza na década de 1970, de modo a frisar consonâncias e, principalmente, discrepâncias com o modelo incorporado pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos. Com essa discussão procura-se entender, com os aportes dos conceitos de *gênero* e *identificação*, as razões pelas quais os noticiários criminais brasileiros adquirem propriedades singulares, argumento que auxilia na explicação de parte do êxito editorial desses programas. Essas características propiciam um campo de mediações rico, capaz de proporcionar, a partir da confrontação permanente com representações da morte, experiências genuínas de valorização da vida.

1.1. NOÇÃO DE BIOPODER NO “DESTINO” DO PERSONAGEM

Ambiguidades conceituais e práticas cotidianas relativas à confrontação das noções de espaço público e privado, todo e parte e, mais importante, ficção e realidade são dilemas eminentemente modernos que ressoam na construção de personagens integrantes das narrativas jornalísticas de cunho criminal. Essas imprecisões, interpretadas por autores seguidores da vertente pós-moderna como indícios de uma ruptura capaz de reestruturar as formas de organização social, seja no âmbito da política, da cultura, da estética ou dos próprios processos de comunicação, foram silenciadas pela presunção de que a modernidade se proporia, sob o viés do saber científico e da hegemonia da razão (DUARTE JUNIOR, 1997; GIDDENS, 1991, 1997), a sustentar um projeto capaz de universalizar o modo de viver. A modernidade, contraditoriamente ao que se pode supor de um programa político-ideológico que prega a noção de esclarecimento, sustentou-se não pelo reconhecimento plural de ideias que prometera como projeto (BAUMAN, 1997), mas sim pela aquisição do conhecimento científico enquanto dispositivo normativo, que amarra o saber ao poder (FOUCAULT, 1995, 2014a, 2014d, 2015). Em outras palavras, isso significa afirmar que “poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2014d, p. 31).

O advento e fortalecimento de instituições marginais, o desenvolvimento tecnológico reverberado em novas formas de cognição e comunicação, bem como as frustrações com as promessas não cumpridas pela modernidade ditaram o surgimento e o equilíbrio de novas

maneiras de pensar e agir no jogo de forças do poder, ainda que a racionalidade permaneça no cerne do pensamento ocidental no que se refere à busca pela *verdade legítima*. A modernidade criou margens para que as contradições entre esses valores viessem à tona (SANTOS, 2002), o que aponta parte da crise de legitimidade dessa forma de organização social, cultural, política e econômica que se configura na transição para o século XXI, em meio ao contexto de globalização.

O jornalismo, um dos principais pilares discursivos da modernidade e legitimador dos modos de vivência hegemônicos no ocidente, está inundado de discussões conceituais e práticas que envolvem essas contradições: no eterno embate entre interesse público e privacidade, discute-se, do ponto de vista deontológico e não raras vezes jurídico, o quanto o jornalismo pode ou deve interferir na vida particular dos indivíduos; na tentativa de tornar os acontecimentos midiáticos úteis a toda gente, o jornalismo busca regras mínimas para padronizar abordagens e métodos de investigação, estruturas narrativas e gêneros, princípios e valores; na procura por racionalizar o processo de produção das notícias, a área se habitua com as apropriações de fórmulas de construção narrativa mais ou menos *pré-estruturadas*; ao se propor a construir a realidade e revelar a verdade a partir de elementos racionais, e ao mesmo tempo relatar histórias de vida, o jornalismo faz apologia a dicotomias em cujas extremidades estão as noções de bem e mal. No escopo deste estudo, o resultado mais compreensível desse jogo de forças está na estigmatização e na invisibilidade social, conceitos catalisadores desta pesquisa e que podem interferir direta ou indiretamente em narrativas de vida.

Embora interesse compreender as implicações da estigmatização e da invisibilidade social no futuro das fontes do tipo *personagem*, é preciso entender aspectos da gênese da narrativa criminal moderna, tarefa realizada neste e no próximo capítulo. A argumentação deve auxiliar na compreensão sobre como instituições externas⁵ ao mundo jurídico, especialmente o jornalismo, passaram a interferir no poder de julgar, reconhecidamente “transferido a instâncias que não são as dos juízes da infração” (FOUCAULT, 2014d, p. 26). Daí surge a necessidade de promover uma argumentação a respeito dos principais pilares que alteraram essas narrativas com o advento da modernidade europeia e que ganham novos contornos nas representações criminais no Brasil. Se, por um lado, o sistema prisional no país *idealmente* adota um regime de punição em consonância com ideais modernos, noções pré-modernas adquirem valor no imaginário social e se refratam nos noticiários criminais. Exemplos disso estão na noção comum de que é possível *fazer justiça* pelas próprias mãos, isto é, aplicar moralmente e às margens da lei atos de suplício a um condenado ou acusado, ou ainda, defender medidas similares à prisão perpétua, ao trabalho forçado em condições insalubres, à apologia a massacres entre presos pertencentes a distintas facções criminais, ou mesmo à pena de morte, aspectos presentes nos processos de negociação, reinterpretação e reelaboração narrativa identificados na fase de recepção (5.3.2. *Laços com práticas conservadoras*). Nesse cenário se valida a noção foucaultiana de *biopoder*, conceito que busca explicar a nova forma de organização entre

⁵ Foucault (2014d, p. 25) explica que, em busca do fracionamento do poder legal de punir, participam de forma ativa nos processos de condenação “peritos psiquiátricos ou psicológicos, magistrados da aplicação das penas, educadores”. O autor complementa a ideia (*ibid.*, p. 26) ao afirmar que a justiça criminal moderna “se carrega juridicamente de tantos elementos extrajurídicos (...) para evitar que essa operação seja pura e simplesmente uma punição legal; é para escusar o juiz de ser pura e simplesmente aquele que castiga” (*ibid.*).

a então recém-criada sociedade civil e o Estado ocorrida, sobretudo, em países da Europa Ocidental, principalmente a partir do século XIX, período de nascimento dos hospitais e prisões estudadas recorrentemente por Michel Foucault e, também, do jornalismo (VOGEL, 2009). Não há, claro, a intenção de afirmar com a última frase que não existiam iniciativas de organização informativa e opinativa antes do século XIX, e sim que nesse período o jornalismo se constituiu como uma forma de saber distinta dentro do campo da comunicação, isto é, quando “a história das comunicações e das mídias deixa de ser a história mesma do jornalismo” (VOGEL, 2009). Em outras palavras:

O jornalismo como ao mesmo tempo produto e produtor da vida moderna, associado a toda uma extensa rede de ideários – racionalidade, emancipação, regimes de verdade. O jornalismo inscrito numa conversa cujo tema central é o *panopticon*, desse modo explicitamente ingressando, como um possível estrato no diagrama, na investigação de Foucault sobre a sociedade disciplinar moderna. Enfim, o jornalismo como a manifestação extrema de que a vigilância democrática era uma utopia (VOGEL, 2009).

Para entender o conceito de biopoder é fundamental contrastá-lo com aspectos de organização das sociedades medievais, sobretudo no que diz respeito à diferença entre direito de morte e direito de vida. Assim, no mundo configurado como pré-moderno, um vassalo vinculava-se moralmente a um suserano cedendo-lhe, em troca da proteção nos tempos de paz, o direito de morte. Foucault (2015) relativiza ao explicar que os arranjos jurídicos e morais da época, bem verdade, não davam pleno poder ao suserano de tirar a vida do servo – e sim um poder indireto –, embora legitimasse o exercício da força em caso de traição ou em nome

da proteção do feudo. O poder, portanto, apesar de ser forte suficiente para interromper uma vida, possuía uma “natureza descontínua e esporádica” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 36), capaz de amarrar um governo soberano a uma “teia fina de convenções tradicionais, obrigações recíprocas e assim por diante – em uma palavra, uma economia moral cuja complexidade e alcance excede de longe os feitos extravagantes da soberania” (*ibid.*).

Pela natureza não regular e pela inexistência de sistemas de comunicação aos moldes dos desenvolvidos a partir do advento da cultura de massas, as cerimônias de suplício só ganhavam significado a partir da presença de uma significativa plateia. As tensões promovidas por essas penas, claro, não se resumiam ao momento das execuções, mas também a partir da circulação boca a boca do castigo. Grosso modo, os medos e anseios correspondiam também às *mediações*, isto é, aos usos morais e práticos que as pessoas faziam desses eventos na vida cotidiana, de modo a evitar a mesma sorte do suplicante. “Procurava-se dar o exemplo não só suscitando a consciência de que a menor infração corria sério risco de punição; mas provocando um efeito de terror pelo espetáculo do poder tripudiando sobre o culpado” (FOUCAULT, 2014d, p. 58). A manifestação do poder, portanto, exercia-se sobre a noção de domínio, por parte do suserano, sobre o corpo do servo. Com isso, o valor de uma morte precisava de ganhos exponenciais para surtir efeitos, ao mesmo tempo, de espetáculo e legitimação de um núcleo de poder representado pela figura do rei.

Com a modernidade houve uma ruptura nesse tipo de condenação, de modo que “o castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” (FOUCAULT, 2014d, p. 16). O

grande trunfo de controle sobre os indivíduos proposto pela modernidade, portanto, está na inversão dos papéis, na transformação dos suplícios no corpo em penas que atingem de fato a alma do condenado (FOUCAULT, 2014d, 2015). Na obra de Michel Foucault, entretanto, essa forma de poder não deve ser interpretada como uma ação vertical com núcleo de controle bem definido. Essas manifestações de poder sobre o corpo, no mundo das microrrelações, ofertam elementos para um tipo de organização de sociedades modernas. “Há todo um poder que investe sobre o corpo para produzir a ‘alma’ moderna na qual o saber e o poder se articulam resultando em um sujeito objetivado por práticas normalizadoras, corretivas, punitivas” (ARAÚJO, 2008, p. 76). O projeto obteve êxito, entre outros fatores, por seccionar institucionalmente a responsabilidade pelas penas: “peritos psiquiátricos ou psicológicos, magistrados da aplicação das penas, educadores, funcionários da administração penitenciária fracionam o poder de punir” (FOUCAULT, 2014d, p. 25) do estado moderno, que passa a gerir de forma ubíqua o direito de viver.

É preciso abrir um apostrofo para destacar o alcance do conceito original de biopoder, proposto por Michel Foucault. Segundo Rabinow e Rose (2006), o pensador francês se propôs a explicar como se formulou o controle social em parte da Europa do século XIX, o que impossibilita que este conceito sirva integralmente para compreender o contexto brasileiro, sobretudo, no que concerne ao jornalismo criminal do início do século XXI. Os autores destacam o surgimento de novas estratégias de biopoder no cenário de transição do século XX para o XXI.

No século XX, os Estados não apenas desenvolveram ou apoiaram mecanismos de segurança, mas também acolheram, organizaram e racionalizaram os fios soltos da provisão médica, especificaram e regularam padrões de habitação, engajam-se em campanhas de educação de saúde e coisas liberais. Até os Estados liberais exerceram seu papel na batalha contra a degenerescência, impondo controles de imigração, legitimando por vezes esterilizações compulsórias ou quase compulsórias, encorajando organizações, dando orientação eugênica sobre o casamento e a procriação, e assim por diante (RABINOW; ROSE, 2006, p. 38).

Mesmo não citado pelos autores e com mínima atenção nas obras de Michel Foucault consultadas durante esta pesquisa, o jornalismo, em especial, após o advento dos meios de comunicação eletrônicos e, mais tarde, digitais, não pode ser resumido ou caracterizado como uma ferramenta ou mecanismo utilizado pelo poder público ou privado para o exercício do biopoder. Como defende Thompson (2013), desde a popularização da mídia, especialmente a partir dos meios eletrônicos, novas configurações de cognição foram desenvolvidas e novas formas de visibilidade – e, claro, invisibilidade – foram criadas. Assim sendo, afirmar que o jornalismo seja um mero “mecanismo” vai na contramão da concepção de poder proposta por Foucault, que é horizontal por essência, e do princípio de que as chamadas mídias são neutras. Essa observação é importante para que se enxergue o campo do jornalismo tanto a partir de diálogos interdisciplinares quanto na apuração de suas especificidades. Nos *diálogos interdisciplinares* porque demonstra a relevância do exercício do jornalismo como uma prática social que é capaz de construir realidades que sempre irão dialogar com outros campos da vida social, mas que sem o jornalismo não teriam êxito; nas *especificidades* porque

revela que o jornalismo, embora seja um dispositivo incapaz de centralizar o poder, de *influenciar* de forma direta e imediata o indivíduo, trabalha de forma relativamente singular frente ao público.

Fechado o apostro, com a *passagem* do mundo pré-moderno ao moderno há o fim das execuções públicas de criminosos na Europa Ocidental e, não por coincidência, o surgimento do romance policial no campo da literatura (FURUZAWA, 2014). “Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais ‘privado’” (FOUCAULT, 2015, p. 149). Em outras palavras, desde o século XVII na Europa, os estados passaram a pautar suas malhas políticas a partir do princípio de que as pessoas tenham direito à vida. Tornam-se nesse período domínio público, por exemplo, produções discursivas que envolvem categorias da infância e juventude até à velhice, passando por classes sociais, raças/etnias e/ou gêneros. No entanto, sempre é necessário lembrar que, além do direito à vida configurado pela tecnologia social do biopoder, há um segundo aspecto disciplinador da modernidade: o *saber*. Foucault (2014a) explica que surge, especialmente na Inglaterra do século XVII, e se espalha pelas sociedades ocidentais uma *vontade de saber* que viria a se consolidar como um grande sistema de exclusão. A verdade científica planejava entender “objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; prescrevia [...] o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis” (FOUCAULT, 2014a, p. 16). No seio da sociedade moderna, mesmo que em âmbito privado, questões de faixa etária, classe social, raça, gênero e até mesmo de alimentação deixaram de ser consideradas como demarcações

exclusivamente biológicas para serem encaradas como construções sociais; logo, envoltas por relações de poder. No entanto, houve desafios, já que o grande paradigma vigente no início das Ciências Sociais Aplicadas foi o *positivista*. Baseado no darwinismo social, o positivismo, desenvolvido especialmente na França⁶, legitimou subsídios para naturalizar racionalmente o etnocentrismo europeu. Gondra (1996, p. 180) define o positivismo como uma doutrina que se propunha a consolidar “a ordem pública [vigente na Europa], desenvolvendo nas pessoas a sábia resignação ao seu *status quo*”. Os positivistas pregavam a omissão “de doutrinas críticas, destrutivas, subversivas, revolucionárias, como as do Iluminismo, da Revolução Francesa ou as do socialismo” (*ibid.*). Por compreenderem a história como uma ciência natural, neutra, propícia, portanto, à evolução *ad aeternum* – constante e contínua –, com uma essência que resumia a condição social a estados e atitudes individuais, os positivistas adotavam como método a observação sistemática e analítica.

Santos (2002) problematiza algumas das carências herdadas do tom disciplinador do saber, especialmente sob sua manifestação mais proeminente, a científica. De acordo com o autor, a ciência enquanto forma de poder é míope sob três aspectos. O primeiro deles é o fato de que “a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante” (SANTOS, 2002, p. 238). Já o segundo defende

⁶ O francês August Comte é considerado o pai da doutrina positivista, cujas sementes germinaram também na Inglaterra, com as ideias Herbert Spencer (1820-1903), um engenheiro ferroviário que se converteu à filosofia, e cujo pensamento serviu de referência para o próprio Comte. Spencer levou “ao extremo a hipótese da continuidade entre a ordem biológica e a ordem social. [...] Uma sociedade-organismo cada vez mais coerente e integrada, onde as funções são cada vez mais definidas, e as partes cada vez mais interdependentes. Nesse sistema total, a comunicação é componente básico dos dois ‘aparelhos orgânicos’, o distribuidor e o regulador” (MATTELART; MATTELART, 2010, p. 17).

que boa parte da riqueza social perde-se devido à apologia desenfreada ao conhecimento científico e, por consequência, ao desenvolvimento tecnológico. Por fim, o terceiro elemento parte da noção de que “para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade” (SANTOS, 2002, p. 238). É na junção dessas três considerações que o jornalismo poderia se constituir como uma forma legítima de saber, ancorada numa concepção de cidadania vinculada a direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967), algo que, conforme observado na pesquisa empírica de recepção, dificilmente se manifesta em noticiários criminais.

Voltando ao biopoder, Rabinow e Rose (2006) explicam que o conceito perde sofisticação quando resumido ao exercício de poder de um grupo dominante ou do próprio estado, pois o biopoder desdobra-se a uma teia de relações e conjuntos de interesses que elaboram e reelaboram os modos de organização e de interpretação da vida cotidiana. Esse argumento atenua o tom prejudicial que essa noção possa denotar e revela uma faceta importante do controle social, responsável pela organização do modelo de convivência em sociedade. Assim, o direito à vida propiciado pelos princípios do biopoder possibilita que a política moderna se organize por um estatuto próprio, fator que atrela o biopoder à biopolítica (RABINOW; ROSE, 2006). Por conta dos anseios do desenvolvimento científico, da organização e do progresso capitalista em todas as suas nuances, os indivíduos passam a ceder, por meio de confissões cotidianas, informações privadas, que refletem no controle do corpo, respectivamente, sob dois polos: *o corpo como máquina* e *o corpo-espécie*.

Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizaram as *disciplinas: anátomo-política* do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: a biopolítica da população* (FOUCAULT, 2015, p. 150, *grifos do autor*).

Sob o prisma dos Estudos Culturais, que servem de aporte teórico para as pesquisas de recepção/mediação, as definições de *corpo como máquina* e *corpo-espécie*, assim como a de biopoder e biopolítica, precisam ser relativizadas. A obra de Michel Foucault recebeu críticas por sobrevalorizar os arranjos e rearranjos da estrutura social do poder perante o indivíduo. O ponto fulcral dessas desaprovações está no fato de que o intelectual francês abriu poucas brechas aos indivíduos nos processos de subjetivação, de modo a transparecer uma ideia de que o sujeito é uma construção integralmente social. Em uma de suas últimas obras, Foucault (2014b) buscou reconhecer certa autonomia do sujeito frente à estrutura social, o que abriu espaço para que se pudessem pensar a partir de sua obra alguns tipos de *resistências* frente a esse poder tido como ubíquo. O pensador, entretanto, faleceu antes de concluir o projeto sobre a *História da Sexualidade* que, de acordo com escritos deixados pelo próprio autor,

teria ainda mais quatro volumes somados aos três originariamente publicados (ARAÚJO, 2008).

Hall (2014) é um dos principais autores, na perspectiva dos Estudos Culturais, a avaliar negativamente o papel da historicização do sujeito na obra foucaultiana. “O sujeito é produzido [na obra de Foucault] ‘como um efeito’ do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria” (HALL, 2014, p. 120). Essa relativização da força do discurso e, por conseguinte, do biopoder e da biopolítica, traz subsídios para se pensar no campo da recepção/mediação em públicos capazes de negociar, reinterpretar e reelaborar conteúdos de violência na vida cotidiana. A atenuação disso possibilita ainda pensar o desenvolvimento de culturas não-hegemônicas, sobretudo aquelas pertencentes às classes populares, que, nos mais variados tempos e espaços, avaliam, deturpam, satirizam, ignoram, revoltam-se e resistem ao dispositivo normativo do biopoder.

Um exemplo disso pode ser observado em métodos de se tratar as doenças. Embora a medicina convencional, de gênese curativa, seja hegemônica enquanto forma de conhecimento, a ponto de desprivilegiar ou mesmo ignorar tratamentos oriundos da sabedoria popular, no âmbito das culturas populares surgem saberes – por vezes muito eficazes, ainda que originários da própria falta de acesso a tratamentos convencionais – voltados à cura das mais diversas enfermidades. Não se discute em momento algum que esses cuidados se manifestam também como dispositivos de biopoder, mas fica perceptível que há reconfigurações dessas práticas. A relação do indivíduo com seu consciente e inconsciente também é relevante, já que fatores psicológicos interferem em problemas como infertilidade, câncer, infecções, entre outros problemas de saúde.

O olhar dialético entre biopoder e indivíduo, sem deixar de reconhecer a força do primeiro, possibilita ainda entender as subjetividades na recepção/mediação dos conteúdos sobre crimes, bem como pode abrir algumas brechas para que se conheça o processo de *interpelação*, ou seja, o “‘chamamento’ do sujeito pelo discurso” (HALL, 2014, p. 112). Agamben (2014) fortalece esse argumento quando traz uma definição importante de *sujeito* a partir do confronto entre os seres vivos (substâncias) e os dispositivos. Nessa conceituação, o autor alicerça a importância da estrutura social nos processos de subjetivação do mundo social. O sujeito, na concepção dele, resultaria da relação “entre os vivos e os dispositivos” (AGAMBEN, 2014, p. 40), isto é, entre o fazer-se sujeito e o sujeitar-se. “Ao ilimitado crescimento dos dispositivos no nosso tempo corresponde uma igualmente disseminada proliferação de processos de subjetivação” (*ibid.*).

O jornalismo, na qualidade de dispositivo de controle social moderno – entendido, portanto, como tudo aquilo que tenha, levada em conta determinada autonomia do indivíduo, “a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2014, p. 39) – não apenas serviu como um dos pilares para o advento da era do biopoder, mas também configurou técnicas e assegurou valores deontológicos para se apropriar de um elemento que ganhou contornos mais nítidos com a modernidade: a noção de *confissão* como ritual de legitimação para a busca da verdade e, por conseguinte, como dispositivo de poder. É fundamental apreender como as consequências da confissão passaram a legitimar o jornalismo, tanto em relação à profissão quanto aos princípios normativos que a regem. Os métodos de entrevista, o papel

do testemunho em *off* no desvendamento de uma pauta e do depoimento em anonimato, o método de observação sistemática e objetiva, a reconstituição dos fatos, a checagem de dados, a preocupação com o equilíbrio e a polifonia de vozes, a busca pela verdade e a resolução dos dilemas éticos por meio de ações prático-morais (SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, 1987), ou seja, a tomada de decisões baseada em problemas empíricos e nas decorrências imediatas, são alguns dos dispositivos que moldam o jornalismo e que estão, direta ou indiretamente, imbricados à noção de confissão.

Antes de ingressar nessas questões, porém, é importante tergiversar sobre a própria alteração etimológica da palavra *confissão* durante a lenta e gradual transição para a modernidade, fator de revela indícios da eminência desse termo no processo de significação e controle social: “da ‘confissão’, garantia de *status*, de identidade e de valor atribuído a alguém por outrem, passou-se à ‘confissão’ como reconhecimento, por alguém, de suas próprias ações ou pensamentos” (FOUCAULT, 2015, p. 65). O estatuto da confissão é tão amplo que as sociedades ocidentais, de matriz disciplinar, o naturalizaram, a ponto de ser improvável compreender como essa forma de poder ubíqua coage e entra em atrito com as subjetividades do indivíduo no cotidiano:

A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico (FOUCAULT, 2015, p. 66).

Quando se propõe pensar a relação entre jornalismo e confissão (amarrada à lógica do biopoder) há de se marcar um traço muito particular, algo que vem a ratificar o campo como um dispositivo notável de estigmatização e de invisibilidade social. A título de argumentação, mesmo que seja possível afirmar que nas microrrelações a proximidade entre um ser tido como normal e um estigmatizado seja potencialmente capaz de diminuir a área de manipulação de um estigma, percebe-se que os estudos sobre estigmatização devam estar focados nos *domínios da vida pública* (GOFFMAN, 2008). Quando um indivíduo anônimo se torna uma figura pública, por meio das consequências de uma confissão, narrativamente midiaticizadas, tal biografia passa a ser construída por “uma pequena seleção de fatos sobre ele que podem ser verdadeiros e que se expandem até adquirir uma aparência dramática e digna de atenção, sendo, posteriormente, usados como um retrato global” (GOFFMAN, 2008, p. 82).

Ao abordar a temática por esse caminho, não se deixa, acima de tudo, de empreender devida atenção às implicações de longo prazo que produções de cunho criminal têm na vida de pessoas que vivem nas regiões mais estigmatizadas por esses noticiários. O argumento também justifica o propósito de realizar um estudo de recepção de matriz sociocultural, cuja ênfase compreende que a recepção não pode estar restrita ao instante em que o público consome a notícia; ela também deve se relacionar ao contexto de mediação no qual o espectador pertence, contemplado pela junção de aspectos identitários, hábitos de consumo midiático e, não menos importantes, produções de sentidos estruturadas por visões de mundo mediadas por todos aspectos. Assim, o sensacionalismo, termo que designa, embora não seja restrito, um tipo de

jornalismo que enfatiza “a superexposição da violência por intermédio da cobertura policial e da publicação de fatos considerados chocantes, distorcidos, usando uma linguagem que não raras vezes apela para gírias, palavrões” (MATHEUS, 2011, p. 32), deve ser avaliado a partir do modo e da finalidade com que é produzido ao longo do tempo, tanto para as fontes que saem do anonimato ao participar do evento noticioso quanto para os receptores. Para o público, a noção de que o sensacionalismo está imbricado a perversões cotidianas é importante: é “na descarga de recalques e instintos sádicos que o sensacionalismo se instala e mexe com as pessoas. É no tratamento antianódino da notícia, quase sempre embalada em um caleidoscópio perverso, que o sensacionalismo se destaca dos informativos comuns” (ANGRIMANI, 1995, p. 17).

Ao dar início à questão da sexualidade, Foucault (2015) exemplifica que a confissão – no jornalismo criminal muito ligada aos *personagens*, ainda que seja possível e, em vários momentos, desejável extraí-la de fontes oficiais ou especialistas – perpassa o ato de descrever o fato: estende-se também a reconstituir “os pensamentos e as obsessões que o acompanham, as imagens, os desejos, as modulações e qualidade do prazer que o contém” (FOUCAULT, 2015, p. 71). Dito de outra forma, o estatuto da confissão subsidia o biopoder. Dessa maneira, na narrativa criminal, de cunho sensacionalista, tema tratado no capítulo seguinte (2.3. *TESTEMUNHO: CONFISSÃO DO PERSONAGEM*), há necessidade de descrever pormenores de um crime, de incrementar frases de efeito do acusado/culpado contra valores vigentes e instituições hegemônicas, de adjetivar para sobrepor emoções aos fatos, de atenuar contradições ao negar ambivalências inerentes ao ser humano.

Além disso, a narrativa jornalística criminal atribui elementos que indiretamente dialogam com a *ficção* – não avaliada aqui como um sinônimo de mentira, mas como uma forma de mediação que preenche parcialmente os vazios semânticos apresentados pelas histórias – no que concerne à construção de personagens. Conforme sugerido, a força metonímica adquirida por ocorrências de cunho singular simplifica as biografias dos indivíduos aos fatos expostos na narrativa jornalística e, por vezes, pode selar um “destino” norteado pela fabricação de estereótipos. A correlação entre fato e ficção nas estratégias de exposição de personagens, além de provocar questionamentos acerca do campo profissional enquanto instituição que busca e é pautada pela verdade, auxilia para a compreensão de como se formam os estereótipos na estrutura narrativa jornalística. A previsibilidade da construção é dada a partir da descrição do personagem e do espaço onde ele vivenciou tal narrativa (CASADEI, 2010).

Há consenso de que as notícias do ponto de vista da produção são avaliadas como mercadorias eminentemente efêmeras (SCHLESINGER, 1993; SODRÉ, 2012; SOUSA, 2002; TRAQUINA, 2005). Já enquanto processos de recepção e mediações, por estarem espalhadas dentro do estatuto do biopoder, elas ganham certa perenidade, outro argumento que justifica, por exemplo, estudos nos campos da ética jornalística e da própria recepção midiática por uma matriz sociocultural. Essa perenidade, contudo, segundo atesta o presente estudo de recepção, é embasada mais por uma matriz narrativa do que pelos fatos em si. Dentro desse campo de estudos é possível compreender como se dão as negociações, reinterpretações e reelaborações dos conteúdos noticiosos pelo público a partir de interferências de agentes e/ou instituições sociais

ou até mesmo estados de ânimo (JACKS, 2014), potencialidades que ressoam sobre as implicações que as práticas sensacionalistas têm no público que as consomem cotidianamente. Além disso, ao trabalhar com a narrativa criminal sob o viés do biopoder, busca-se revigorar o princípio de Martín-Barbero (2015) de que, ao contrário de um recurso exclusivo de alienação e manipulação burguês, como tratado por Glassner (2003), quando o autor diz que parte dos medos criados pela mídia é infundada e é reflexo do bombardeio de “histórias sensacionalistas idealizadas para aumentar índices de audiência” (GLASSNER, 2003, p. 30), a noção de sensacionalismo esconde uma visão *purista* das culturas populares (o tema é retomado no próximo capítulo, em 2.1. *NARRATIVAS JORNALÍSTICAS CRIMINAIS*, quando é abordada a questão do desenvolvimento do melodrama).

Do princípio de que a perenidade da notícia é inerente aos processos de recepção/mediação, extrai-se de Goffman (2008, p. 53) a definição de *símbolos de estigma*, signos “efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução conseqüente em nossa valorização do indivíduo”. Significa dizer que existe, fundamentalmente, uma disjunção entre o estigma e a identidade do estigmatizado como um todo. Goffman (2008) explica que há símbolos de estigma que são *congênitos* (cor da pele, patologias inatas, como *Síndrome de Down*, entre tantos outros), e *permanentes*, como doenças incuráveis, deficiências adquiridas durante a vida ou marcas produzidas artificialmente no corpo (Aids, vitiligo, cicatrizes, amputações, tatuagens, entre outras). Além disso, existem símbolos de estigmas que não se encaixam em nenhuma dessas categorias; a cabeça

raspada, as marcas de algemas nos punhos de um presidiário ou o próprio uso de tornozeleiras eletrônicas, desde que não sejam registradas e divulgadas em formatos de imagens e/ou vídeos, ilustram esse tipo de estigma. “Deve-se assinalar que os signos não permanentes, usados apenas para transmitir informação social, podem ou não ser empregados contra a vontade do informante; quando o são, tendem a ser símbolos de estigma” (GOFFMAN, 2008, p. 56).

Não há grandes embaraços para compreender que os estigmas se formulam no corpo e que as notícias, ainda que em conjunto tenham determinada perenidade quando o assunto é a produção de sentidos, podem ser símbolos de estigmas permanentes ou não permanentes, de acordo com a repercussão do caso no tempo e no espaço. Tanto na fase de análise dos programas quanto na de recepção/mediação dos espectadores há menções as duas formas de crimes. Dessa forma, o estigmatizado e também alguns indivíduos próximos dele tendem a buscar formas de encobrir o símbolo de estigma, maneiras de evitar a confissão do estigma, de torná-lo público. Goffman (2008) trabalha ainda com uma última noção que pode contribuir à compreensão foucaultiana de biopoder: *unicidade*. Convencionou-se, conta o autor, do ponto de vista do controle social, que as impressões digitais são um artifício disciplinador exitoso para tornar cada pessoa única (identidade) e, por sua vez, passível de ser identificada (controle social). Contudo, há outras formas de unicidade, em particular uma que auxilia na apreensão das implicações do jornalismo na vida cotidiana de personagens e público: o conjunto de narrativas acerca de qualquer indivíduo faz com que se alicerce uma identidade pessoal, de modo que nenhuma sequência de história de vida seja igual em dois ou mais indivíduos. A unicidade das

biografias se dá pelos processos de identificação com as mais diversas instituições que interferem na vida das pessoas. Família, escola, igreja, partido político, movimentos sociais, grupos culturais marginais, a mídia (dentro dela, o jornalismo) são elementos que, aliados a fatores psíquicos, auxiliam nos processos de subjetivação.

Goffman (2008, p. 66) justifica que, “embora muitos fatos particulares sobre um indivíduo sejam também verdadeiros para outros, o conjunto completo de fatos conhecidos sobre uma pessoa íntima não se encontra combinado em nenhuma outra pessoa do mundo”. Por estar vinculada a estruturas relativamente uniformes de narrar o mundo, o jornalismo uniformiza essa unicidade, quase sempre se resumindo a fragmentos de fatos que são verdadeiros para outros indivíduos. Isso significa que a área – ao resumir a biografia do indivíduo ao fato veiculado – voluntária ou involuntariamente é capaz de categorizar e reduzir identidades sociais a estigmas. Se *sujar* a ficha criminal transforma o controle criminal em símbolos de estigma (GOFFMAN, 2008), disponibilizar à memória social reportagens de cunho sensacionalista sobre determinado ato ilícito, indiferente da culpa ou não do indivíduo acusado, parece o ser também. Com isso, ganha relevância o papel dos jornalistas enquanto biógrafos, contadores de histórias de vida, principal matéria-prima da tecnologia do biopoder.

Estruturadas de forma irregular, nem sempre com o compromisso ético para desvendar causas e consequências, baseadas num *jornalismo de convicção* (CORNU, 1999) e, finalmente, pautadas pelo ritmo de produção industrial, essas biografias são preenchidas por estruturas preliminares, sedimentadas, estigmatizantes. Essa precariedade na produção não apenas potencializa a disseminação de falsas informações

sociais, como acentua a proliferação de estereótipos ao negar, omitir e sonegar a ambivalência inerente ao ser humano moderno, princípio que regeria uma perspectiva ética pós-moderna (BAUMAN, 1997). O jornalista enquanto biógrafo lida na vida cotidiana com o confronto entre informações pessoais da fonte (usos que a área faz das fontes no processo de busca de confissão, ocorrida nos meios tradicionais durante a produção jornalística) e informações sociais (leque de saberes “disponíveis” que implicam na produção de sentidos envolta por um dispositivo disciplinar de controle).

É evidente que para construir uma identificação pessoal de um indivíduo utilizamos aspectos de sua identidade social – junto com tudo o mais que possa estar associado a ele. É claro ainda que o fato de ser capaz de identificar pessoalmente um indivíduo nos dá um recurso de memória para organizar e consolidar a informação referente à sua identidade social – um processo que pode alterar sutilmente o significado das características sociais que lhe imputamos (GOFFMAN, 2008, p. 76).

Ao jornalismo caberia o papel de mediação entre as identidades pessoal e social. A área, ao construir noticiosamente biografias, produz “destinos”, termo que integra o título deste tópico. Essa afirmação, entretanto, precisa ser relativizada. Não pode ser analisada pelo viés de que a instituição jornalismo têm poder absoluto sobre essa construção de futuros, já que, conforme exposto, a notícia carrega um estatuto volátil no que compete às rotinas de produção, mas detém matrizes narrativas mais perenes quando o assunto são as produções de sentido. Ao se apropriar de histórias que valorizam as ameaças ao corpo – consequentemente o direito à vida –, o jornalismo criminal torna-se um espaço privilegiado para uma experiência estética com o corpo do espectador e também com o corpo

das pessoas próximas, sobretudo, familiares. É fundamental frisar que as apropriações de fatos noticiáveis que, quase sempre se apropriam do corpo das vítimas e agressores, parece ser um recurso estético oriundo de uma função catártica, característica que possibilita compreender as narrativas como algo que supera os modos pelos quais as notícias jornalísticas são endereçadas. No entanto, é importante discutir elementos que interferem de forma pertinente na construção das narrativas jornalísticas nos noticiários criminais. A ênfase do tópico seguinte consiste em sofisticar o papel da televisão enquanto instituição capaz de se apresentar como um dispositivo de poder que, consonante à lógica da indústria cultural, é capaz de produzir sentidos, o que a torna um espaço com potencial para produção de experiências singulares. Para alcançar esse propósito é preciso propor uma discussão sobre as propriedades do projeto moderno que se desenvolveu na América Latina e que se refratam no campo do jornalismo, com ênfase nas especificidades brasileiras.

1.2. TARDIA MODERNIDADE BRASILEIRA

Sem remeter a uma interpretação que desprestige um período que na cronologia histórica se configurou como *tardio*, a abordagem de Ortiz (2001) sobre as consequências da modernidade no Brasil, fenômeno aguçado durante todo o século XX em várias partes do planeta, tendo como ápice de abrangência a globalização, destaca o quanto ela é distinta e, em vários fatores, contraditória ao modelo europeu. Um primeiro ponto a ser considerado quando se busca compreender esse modo de viver é observar que ele foi instigado no Brasil por um viés econômico e cultural, enquanto que os aspectos políticos, centrais na modernidade europeia,

foram até certo ponto relegados. No lugar comum, isso explicaria parte do *atraso*, do *subdesenvolvimento*, algo mascarado até certo ponto por um ideal de modernização, ou seja, uma fase na qual um país tido como periférico tenta *queimar etapas* da modernidade para se aproximar dos países centrais (FAORO, 1992). As políticas de modernização, claro, trazem ônus. Se há uma aparência de êxitos na modernização, como o acesso a produtos manufaturados e a tecnologias nas mais diversas áreas, por outro lado, há malogros que são consequências diretas desse processo: o aguçamento das desigualdades sociais e o fenômeno da violência urbana, para abarcar o escopo de temas desta pesquisa, são algumas das decorrências da modernização.

Se a modernidade foi configurada como um projeto de *descontinuidade* em relação a períodos históricos preexistentes na própria Europa (GIDDENS, 1991), a ponto de propor novas perspectivas e princípios de organização da vida pública e privada, inclusive com a eminência de dispositivos de biopoder, no que se refere à modernidade latino-americana, essa descontinuidade detém ainda mais particularidades. Martín-Barbero (2015) explica que o entendimento das *descontinuidades* no contexto da América Latina auxilia na percepção de que a ideia de *atraso* se dá, primeiro, por conta do preceito de que a modernidade aqui escapou da lógica capitalista hegemônica e, segundo, devido ao fato de se *adaptar* aqui a partir da modernização, isto é, como uma solução para a “recuperação do tempo perdido, e portanto identificando o desenvolvimento com o definitivo deixar de ser o que fomos para afinal sermos modernos” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 218).

O caráter *tardio* não seria por si mesmo motivo de desprestígio, mas sim fruto de uma produção histórica que deve marcar, inclusive, o lado perverso da modernidade europeia, que se constituiu sob os valores universais de liberdade, igualdade e fraternidade, desde que essa *universalização* fosse reduzida aos países da Europa Ocidental. Dessa maneira, além de divergências postuladas no tempo e no espaço, o amadurecimento do capitalismo econômico e cultural carrega configurações específicas na sociedade brasileira – e isso, sem sombra de dúvidas, respinga no desenvolvimento do jornalismo nestas terras e desencadeia uma série de percepções que fazem dos noticiários criminais algo muito particular no Brasil. Tal acepção se explica devido a esse gênero – ao mesmo tempo em que incorpora a aspectos inerentes à indústria televisiva (MARCONDES FILHO, 2002) – ser capaz de revelar e expressar, mesmo que de maneira involuntária, por meio da cobertura do binômio segurança/violência, contrassensos impostos a partir das recentes e estruturais mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. Essa propriedade do meio televisivo, além de impossibilitar discussões sobre telejornalismo em desconexão com a noção de indústria cultural, revela nos noticiários em geral dois brasis que se contradizem e, ao mesmo tempo, se ignoram e se complementam: um país de cunho pré-moderno (patriarcal, escravocrata, rural, católico); outro moderno/modernizado (liberal, industrializado, urbano, laico).

Por se estabelecer em um país que abrigou uma colonização de cunho exploratório, o fenômeno da modernidade, certamente ainda em andamento, foi precedido por um espírito de modernização embasado por valores eurocêntricos. Dessa forma, não só do fluxo de bens materiais viveu o capitalismo brasileiro desde sua implantação, mas também da

circulação de bens estéticos. Por isso, no Brasil fervilhava um ideal liberal antes do próprio desenvolvimento dessa vertente no país, pois o liberalismo no Brasil “se encontra na posição esdrúxula de existir sem se realizar” (ORTIZ, 2001, p. 30). Ortiz (2001) complementa esse ponto de vista ao apontar para a ostentação que os valores liberais incidiram sobre a burguesia local, a ponto de fazer com que as classes dominantes brasileiras se colocassem como representantes legítimas da humanidade ocidental considerada *avançada*:

A doutrina liberal se transforma assim em valor ostentatório, o que em princípio asseguraria o pertencimento da burguesia nacional aos ideais de civilização e acomodaria na consciência da classe dominante o atraso brasileiro em relação aos países centrais (ORTIZ, 2001, p. 30).

Ao contrário da modernidade hegemônica na Europa, forjada num contexto de luta de classes e construída por discussões promovidas via imprensa escrita – o que sugere a exigência de razoáveis índices de alfabetização, legitimada por um sistema de exclusão, segundo abordado no tópico anterior –, o fenômeno brasileiro iniciou-se apenas nos anos 1930, obtendo verdadeira relevância a partir da década de 1970, época na qual houve a definitiva popularização da televisão (ORTIZ, 2001). É fundamental contextualizar, mesmo que de forma breve, os motivos pelos quais um projeto moderno precisa de uma plataforma de comunicação para se arquitetar. Idealmente, a modernidade carrega em si o princípio de *reflexividade*, isto é, uma perspectiva que faz com que as práticas sociais sejam “constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas” (GIDDENS, 1991, p. 45). Isso significa dizer que valores modernos estão imbricados a

transformações. Para haver mudanças é essencial existir circulação de informação. Logo, o jornalismo, enquanto instituição eminentemente moderna, foi fundamental ao advento dessa forma de organização social na Europa por meio da imprensa escrita e, na América Latina e em outras regiões onde se manifestou de forma *tardia*, por meio do rádio e/ou da televisão. Não quer dizer que em nenhum contexto histórico esses dois meios de comunicação tenham sido irrelevantes para o princípio da reflexividade na modernidade europeia; significa, sim, conforme já dito, que essa *queima de etapas* promoveu uma série de ônus a essas sociedades, parte deles retratados cotidianamente em noticiários televisivos criminais, motivo pelo qual se busca agora contextualizar o papel relevante da televisão na modernidade tardia brasileira.

Barbosa (2010) observa que, apesar de a primeira transmissão televisiva ter sido realizada no Brasil em setembro de 1950, já havia pelo menos desde meados da década anterior uma espécie de *imaginário televisual* no país, cosido por anúncios publicitários em jornais e revistas da novidade tecnológica que fazia sucesso em centros como a Europa e os Estados Unidos. A invenção, que viria a se tornar um imperativo histórico para a elaboração do espírito modernizador em grande parte da América Latina nas décadas seguintes, trazia consigo a promessa de colocar o país de vez na modernidade. Essa apologia à modernização foi um tanto quanto ideológica, à medida que, de forma contrária a um ideal de modernidade, cindiu “a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira [na ideologia] do que na segunda [na sociedade]” (FAORO, 1992, p. 09). Isso provocou nas elites intelectuais, ao menos nos primeiros anos após a chegada da televisão, certo ufanismo com o novo meio de comunicação (FREIRE FILHO, 2005).

Mesmo com uma campanha publicitária encabeçada por Assis Chateaubriand, a popularização da televisão sofreu por conta do incipiente mercado consumidor: “custava três vezes mais do que um produto também objeto de desejo da classe média ascendente: as radiolas. Em 1952 existiam em todo o país cerca de 11 mil televisores” (BARBOSA, 2010, p. 20). O crescimento no número de aparelhos vendidos no território nacional em toda a década de 1950, 434 mil (BRANDÃO, 2010), foi incapaz de garantir a popularização do meio de comunicação. Como iniciativas privadas foram pontuais, apenas na década seguinte, especialmente a partir da visão estratégica dos militares que avaliavam a televisão como um forte instrumento propagandístico do regime, houve investimento estatal com vistas à popularização⁷. Mediante abertura de crédito para financiamento dos aparelhos, “o número de televisores em uso no país saltou de 2 milhões, em 1964, para 4 milhões, em 1969, e 5 milhões, em 1970” (FREIRE FILHO, 2005, p. 168). A década de 1960 marca também a primeira onda de ataque das elites intelectuais a esse meio de comunicação. Encabeçada pelo jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, houve uma campanha na imprensa escrita contra o grotesco. No campo político, chegou-se a “ventilar a hipótese de cassar a concessão das emissoras que insistissem com o ‘sensacionalismo’ e a ‘baixaria’” (FREIRE FILHO, 2005, p. 169). Por conta do receio da redução de investimento publicitário do Estado e até

⁷ Quando se pensa na forma como a televisão foi popularizada no país, torna-se relevante questionar sobre até que ponto há um projeto moderno no Brasil, tendo em vista que “a modernidade compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto que a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes” (FAORO, 1992, p. 08). No entanto, conforme defende Ortiz (2001), há propriedades que propiciam, mesmo que de forma tardia, um projeto moderno no Brasil: a centralidade da razão, legitimada pelo conhecimento científico, a reflexividade, o desencaixe entre tempo e espaço (GIDDENS, 1991) são alguns dos exemplos que demonstram que há no país, no mínimo, rugas modernas.

mesmo da possibilidade de cassação de concessões, a *TV Tupi* e a *Rede Globo* formalizaram à época um protocolo de autocensura, algo que reduziu o número de programas sensacionalistas na televisão durante a década de 1970 (*ibid.*).

Somado à iniciativa de cunho político, houve também um elemento de ordem simbólica que instigou ainda mais o público a adquirir os aparelhos: teleteatros, telenovelas e outras produções ficcionais. A título de ilustração, só em 1966, a quantidade de televisores vendidos foi de 408 mil (BRANDÃO, 2010), número muito próximo ao dos aparelhos comercializados em toda a década decorrida (434 mil). Ortiz (2001) complementa a ideia quando afirma que a indústria cultural brasileira tem vínculos com a popularização da televisão. Devido ao fato de nos anos 1950 a programação enfrentar diversos problemas técnicos e ser essencialmente local, aspecto central para a compreensão das implicações da estigmatização e da invisibilidade social no jornalismo criminal, foco desta pesquisa, “com o investimento do Estado na área da telecomunicação, os grupos privados tiveram pela primeira vez a oportunidade de concretizarem seus objetivos de integração do mercado” (ORTIZ, 2001, p. 128). Um desses grupos pertencia a Silvio Santos. Com a inauguração da *TVS* (atual *SBT*), os programas criminais ressurgiram no início dos anos 1980 e se consolidaram no cenário nacional a partir do início da década seguinte.

O espírito de modernização, contudo, é fruto de um modelo de desenvolvimento que foi criado na Europa ainda no século XVIII e que se espalhou por outras regiões do planeta nos séculos seguintes. No Brasil, a primeira onda de modernização aconteceu no início do século XIX, especificamente, com a fuga da corte portuguesa dos franceses, em

1808, e o conseqüente fim do pacto colonial (FAORO, 1992). Já nas primeiras décadas do século XX, além da urbanização e do advento do setor industrial, sobretudo a partir dos anos 1940, o modernismo foi impulsionado “pela expansão do capitalismo e ascensão democratizadora dos setores médios e liberais, pela contribuição de migrantes e pela difusão em massa da escola, pela imprensa e pelo rádio” (CANCLINI, 2003, p. 67).

O ideal de modernização assolou o Brasil a partir do surgimento de uma cultura de massas, propiciada por um vertiginoso processo de êxodo rural e da conseqüente urbanização desenfreada, de fluxos imigratórios oriundos de países europeus e, em menor escala, asiáticos, que afloraram a indústria e o comércio nos centros urbanos recém-criados. No que compete à incorporação da mão de obra estrangeira na economia, por exemplo, Fernandes (1965) ressalta o otimismo que o país depositou no imigrante, idealizado como um indivíduo propício ao progresso devido à força do capital na Europa: “Nas esferas dos serviços essenciais para a expansão da economia urbana, da livre empresa e do capitalismo, prevalecia irrefreadamente a filosofia de *‘the right man in the right place’*” (FERNANDES, 1965, p. 11). Assim, se na década de 1930, sete em cada dez brasileiros habitavam zonas rurais (BRASIL, 2009), em menos de 40 anos a população urbana se sobrepôs. Dados extraídos do último Censo Demográfico, realizado em 2010 (BRASIL, 2016a), apontam que na década 1970 houve uma inversão no modo de viver dos brasileiros. Das 94,5 milhões de pessoas que formavam a população absoluta no período, 55,9% estavam concentradas nos centros urbanos, números que aumentaram gradativamente até atingirem o percentual de 84,3% registrado no último censo. De acordo com o

levantamento, mais de 160 milhões de habitantes concentram-se nas áreas urbanas do país (BRASIL, 2016a). A título de curiosidade e com a intenção de compreender a impetuosa mudança demográfica pela qual passou entre os anos 1930 e 1970, para atingir uma inversão percentual similar a tida no Brasil, a sociedade francesa precisou de mais de dois séculos (BRASIL, 2009).

Esse novo cenário, todavia, não se transformaria sem conflitos, inerentes a qualquer ideário de modernização (FAORO, 1992). Holanda (1995) argumenta que a colonização portuguesa e os três séculos de escravidão revelam propriedades ainda mais particulares ao projeto moderno que se instituiu no Brasil, que se articulam sob vários matizes. O primeiro deles é o do *espírito aventureiro* do colonizador, propiciado pelas condições enfrentadas pelos países ibéricos e que os puseram na vanguarda nas grandes navegações ainda no século XV, forjou um tipo de homem com certa autonomia de seus semelhantes – afinal, para os portugueses, o “índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite depender de ninguém, em que se baste” (HOLANDA, 1995, p. 32). Outra propriedade sociocultural herdada da colonização refere-se ao do *homem cordial*, que demonstra as dificuldades com as quais os brasileiros lidam com os processos de ritualização, logo, por que criam empecilhos para entender e respeitar as instituições, sobretudo as formais, algo extremamente peculiar quando se pensa que a modernidade é a ascensão das instituições. Essa característica explica, por exemplo, a confusão entre espaço público e privado, com a sobreposição valorativa do último, no que se configurou a chamar de *jeitinho brasileiro*. “A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade [...] representam, com efeito, um traço

definitivo do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano” (HOLANDA, 1995, p. 146-147). Por fim, as marcas estruturais causadas pelos mais de três séculos de escravidão: em síntese, o patriarcalismo, o mito da democracia racial e a consequente herança rural que estende a moral da casa-grande à sociedade civil e ao poder público, na qual se refratam no espaço público as mazelas do ambiente privado. Nas palavras de Martín-Barbero (2015), esses embates e contradições são marcados, em geral, por um princípio similar em quase toda a América Latina, chamado pelo autor de *mestiçagem*⁸, termo que não deve ser reduzido a questões étnicas, mas sim a uma trama “de modernidade e descontinuidades culturais, deformações sociais e estruturas do sentimento, de memórias e imaginários que misturam o indígena com o rural, o rural com o urbano, o folclore com o popular e o popular com o massivo” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 28).

Para contextualizar a tardia modernidade brasileira e compreender as potencialidades do campo do jornalismo como modo de saber é preciso desenvolver um exercício dialético similar ao elaborado por Ortiz (2001) em torno do desenvolvimento da modernidade na Europa e estabelecer algumas similaridades e discrepâncias com o caso brasileiro – a diferença deste percurso, no entanto, é a proposição de uma discussão com ênfase na coesão dos noticiários criminais com elementos socioculturais da sociedade brasileira.

Houve duas consequências centrais a partir da hegemonia dos valores modernos na organização social europeia. A primeira foi a necessidade de *autonomização* da arte, da literatura, da filosofia e da

⁸ Canclini (2003) refere-se a esse fenômeno como *hibridismo cultural*.

própria ciência, campos que buscaram “sacralizar-se” diante do mundo social como resposta à tomada dos poderes econômico e político pela burguesia. Essas áreas se apegaram à autonomização como uma forma de resistência, como uma possibilidade de não servir como aparelho ideológico burguês. Ortiz (2001) ilustra a situação perante o dilema vivido pelos escritores. “Espremido entre o processo de mercantilização que o cerca, a literatura de folhetim, e escrever para legitimar a ordem burguesa, Flaubert busca a saída da ‘arte pela arte’, ou seja, no campo específico da literatura” (ORTIZ, 2001, p. 20). Dessa forma, a negação em se submeter a um público burguês fez com que a literatura, de certa forma, se isolasse. “É necessário publicar para não ser lido, ou melhor, ‘o Artista somente aceita ser lido por outros artistas’” (*ibid.*). Já a segunda consequência, na verdade uma das causas da primeira, foi a expansão de um público consumidor, ou seja, “o surgimento de um pólo de produção orientado para a mercantilização da cultura” (ORTIZ, 2001, p. 18).

Sabe-se que a modernidade nasce na Europa e se difunde em outros países do mundo ocidental com um viés político voltado à universalização dos direitos civis (entre eles, o direito à vida, conforme já discutido). O advento desse projeto é fruto de uma “vontade” popular. Esse anseio em cumprir parte das aspirações das classes populares se deve à tentativa de cada estado europeu buscar criar uma unidade política. Na contramão, no âmbito da arte e das ciências se constrói uma noção “radicalmente negativa do popular, que sintetiza para os ilustrados tudo o que estes quiseram ver superado, tudo o que vem varrer a razão: superstição, ignorância e desordem” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 34). Nesse cenário o jornalismo se institucionaliza na Europa, de forma a se separar do campo autonomizado da literatura, tornando-se prática acessível e, até

certo ponto, capaz de abrir espaços para o crescimento dos índices de alfabetização naquele continente.

Já no Brasil, o nascente jornalismo se institucionaliza por um caminho distinto. Afinal, para viabilizar a integração social, a cultura de massas se constituiu num contexto de nacionalismos. Sem laços estreitos com a autonomização, como sucedeu com a arte, a literatura, a filosofia e a própria ciência⁹, o campo de jornalismo ganhou estatuto de instituição social fundamental para o cumprimento dos lemas das revoluções burguesas, ao mesmo tempo em que se tornou “alvo prioritário” das ideologias hegemônicas.

O século XIX se caracteriza, portanto, pela emergência de duas esferas distintas: uma de circulação restrita, vinculada à literatura e às artes, outra de circulação ampliada, de caráter comercial. O público se encontra, desta forma, cindido em duas partes: de um lado, uma minoria de especialistas, de outro, uma massa de consumidores. Esta oposição não deixa de colocar em conflito os atores desses dois campos sociais. Por isso vamos encontrar entre os artistas, os escritores, as vanguardas, as primeiras críticas em relação à chamada cultura das massas (ORTIZ, 2001, p. 25).

Em tese, esse caminho trilhado explicaria os motivos pelos quais o jornalismo é uma forma de conhecimento distinta por essência do saber

⁹ A autonomização não significa que essas áreas sejam herméticas ao mundo social. Mesmo sem ser o tema central desta pesquisa, a teoria dos campos, de Pierre Bourdieu, explica que a autonomia de um campo passa, necessariamente, por uma relação de legitimação de espaço com outros campos: “O grau de autonomia de um campo permite aferir a vinculação a outros campos, se há clara definição de princípios internos ou uma dependência estrutural externa. A ideia de campo traz intrinsecamente, por um lado, a relativa independência e, por outro, a atuação combinada aos demais campos. O caráter relacional está sempre presente, de modo que o binômio autonomia-heteronomia só pode ser entendido enquanto um gradiente, extremidades de um contínuo” (GUERREIRO NETO, 2012, p. 07). É preciso citar ainda que a noção de autonomização na ciência foi fomentada pelo positivismo que, ao vincular as ciências humanas à lógica da natureza, rechaçou concepções de conhecimento que são oriundas da natureza social. Por fim, é preciso relativizar essa autonomização, pois ela não exclui o fato de que a ciência – principalmente no que se refere ao campo da tecnologia – encontra elementos de coesão com ideologias do capitalismo.

científico e corroboraria a impossibilidade de uma teoria do jornalismo moldar-se integralmente à ciência moderna, uma incompatibilidade de gênero que torna o campo alvo de constantes e pertinentes críticas epistemológicas. Não obstante, com a hegemonia da indústria cultural nesse jogo de forças, a arte, a literatura, a filosofia e a ciência acabaram por perder, em maior ou menor grau, *prestígio*, algo que remete ao fato de que a autonomização é um processo incompleto. Se na pré-modernidade a cultura popular era renegada, não sendo nem classificada como cultura, com a promoção de um projeto que previa e promovia a noção de igualdade social, o popular passou a dissolver “o tecido das relações de poder, erodindo a cultura, desintegrando a velha ordem” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 53). Esse fator – a incompletude da autonomização – sugere que há espaço para a legitimação de novos modos de conhecimento, principalmente quando essas novas concepções estão atreladas à experiência social e são capazes de criar um novo modelo de racionalidade (SANTOS, 2002). Avesso à ideia de que esse cenário seja pautado por uma vertente pós-moderna, Giddens (1991) classifica a modernidade como um projeto em crise. Um fenômeno pós-moderno, porém, teria que necessariamente ser capaz de refutar princípios impostos pelo Iluminismo. “A perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado” (GIDDENS, 1991, p. 12). Apesar de ser admissível a presunção de que a ciência não se configure como a única forma legítima de conhecimento, partilha-se neste estudo do ideal de que o caráter multifacetado da contemporaneidade seja fruto da pluralidade de instituições que emergiram segundo o avanço da modernidade, e não necessariamente fruto do fim dessas instituições,

como aposta a corrente pós-moderna. No contexto da *tardia* modernidade brasileira, no qual as instituições sofrem com interferências de âmbito privado, torna-se ainda mais difícil defender ideais pós-modernos.

Algumas particularidades da modernidade no Brasil já descritas seguem uma lógica própria. Ao contrário da Europa Ocidental, a concepção da modernidade é estruturada em um país até então sem modernização, algo que explica o protagonismo exercido pelo Estado brasileiro nesse projeto¹⁰ (ORTIZ, 2001; MARTÍN-BARBERO, 2015), representado pelo populismo e pela militarização do Estado, a partir de princípios da doutrina de segurança nacional. O ideal de modernização e o papel centralizador do Estado, especialmente em meados do século XX, interferiram de maneira direta o fazer jornalístico, em especial na televisão.

Ortiz (2001) desenvolve uma análise em torno da literatura, embora recomende que argumentações com teores similares possam ser reelaboradas para compreender outros elementos culturais, como a própria televisão. Feita a observação, o autor alerta que a literatura brasileira esteve até a década de 1940 interligada à ideologia do desenvolvimento. “Nesse ponto ocorre um distanciamento entre a preocupação estética e a preocupação político-social [...] até a década de 20, literatura e jornalismo se confundiam, a ponto de os diários serem escritos com uma ‘linguagem empolada’” (ORTIZ, 2001, p. 26), fato que, somado à precariedade do acesso à educação formal, culminou em dificuldades para formar um público de leitores, ao contrário do que ocorreu na Europa. Como havia um incipiente mercado consumidor e, por

¹⁰ Martín-Barbero (2015) faz uma abordagem de toda a América Latina, enquanto que Ortiz (2001) volta-se à realidade brasileira.

consequente, uma não autonomização das formas de conhecimento, a relação entre literatura e cultura de massas no Brasil ganhou qualidades próprias. Dessa forma, para os críticos e escritores da época, os jornais passaram a ser fundamentais para o exercício da literatura. “Entre nós as contradições entre uma cultura artística e outra de mercado não se manifestam de forma antagônica. Vimos como a literatura se difunde e se legitima através da imprensa. Podemos dizer o mesmo da televisão nos anos 50” (*ibid.*, p. 29).

Como a modernidade no Brasil é mais um projeto ligado à ideologia do desenvolvimento – isto é, à modernização – do que propriamente uma atitude, um estilo de vida, como aconteceu na Europa, a televisão acabou por se tornar, via modelo privado de concessões, já no fim da década de 1960, um elemento central para a construção de valores nacionais. “É então, quando os meios são desviados de sua função política, que o dispositivo econômico se apodera deles [...] e a ideologia se torna agora sim informadora de um discurso de massa, que tem como função fazer os pobres sonharem o mesmo sonho que os ricos” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 234).

Na contramão do rádio, cujo projeto de integração nacional não obteve êxito devido ao próprio caráter local desse meio de comunicação e, mais importante, da incipiência de um modelo empresarial (ORTIZ, 2001), a televisão passou a oferecer subsídios para a formulação de um ufanismo nacional ou de um projeto de nação, uma convergência entre os modelos de modernidade: “As primeiras instituições modernas [europeias] não somente dependiam das tradições pré-existentes, mas também criaram algumas novas. [...] A mais importante sendo o domínio simbólico da ‘nação’” (GIDDENS, 1997, p. 115). Assim, tanto a

modernidade europeia quanto a brasileira utilizaram-se do nacionalismo para propor uma forma de (re)construção da tradição (*ibid.*).

Fruto do contexto histórico, contudo, a *tardia* modernidade brasileira, nascida em meados do século XX, difere desde então do modelo europeu por conta da representatividade da televisão. Se o alcance do veículo foi e é capaz de promover preconceitos, anacronismos e outras características de um país pré-moderno, valores que são referendados diariamente no gênero criminal, por outro lado, ele espelha o famigerado *padrão global de qualidade*, inaugurando já na virada dos anos 1970 uma concepção capaz de instigar o imaginário e o orgulho nacional:

[...] junto ao peso do discurso empresarial (êxito comercial; infra-estrutura; empregos; índices de audiência; exportação de programas; “uma das maiores do mundo”), firmava-se, também, certa dimensão artística e cultural (apuro técnico; efeitos especiais; cenários; programação visual; modernização dos gêneros; divulgação da tradição, da cultura, dos artistas e dos autores nacionais) (FREIRE FILHO, 2005, p. 172).

Dessa maneira, o padrão global, que desenvolveu uma estética popular sem ser popularesca, representa a faceta de um Brasil de braços dados com a modernidade, ainda que, ideologicamente, promova violações a princípios modernos. Por outro lado, as heranças com a procedência pré-moderna dão aos noticiários criminais contornos próprios de um país ligado a prismas tradicionais: patriarcal, escravocrata, rural e essencialmente não-laico.

Em relação ao jornalismo criminal, essas configurações podem ser percebidas de forma muito clara no desempenho dos apresentadores. Devido à sedimentação dessas construções de cunho sócio-histórico no imaginário social, pelo menos quatro pontos contrastam,

simultaneamente, os *líderes de opinião midiáticos* – apresentadores dos noticiários criminais de cunho opinativo que mesclam estratégias horizontais de comunicação ao jogo de forças da indústria cultural (AIRES NETO, 2008) – a princípios pré-modernos e modernos: esses interlocutores se posicionam como interessados em assuntos específicos de determinada comunidade discursiva, fator que faz alusão a uma tentativa de pertencimento local; ocupam posições tidas como de referência para a resolução dos problemas elencados nos noticiários, devido à própria crença no ufanismo criado em torno do jornalismo no que concerne à capacidade de questionamento e enfrentamento dos poderes constituídos; são essencialmente carismáticos, inclusive, com apropriações vocabulares oriundas da comunidade discursiva; e, finalmente, possuem informações exclusivas de outras instituições que influenciam interesses do público (ANDRÉ, 2011).

Outro ponto relevante na *tardia* modernidade brasileira é a *violência fundadora*, uma expressão estruturadora e estruturante de uma cultura. Para Marcondes Filho (2001), a violência fundadora é um exercício da força que se sobrepõe aos demais, sejam eles, ativos ou latentes (*ibid.*). O autor complementa a ideia ao sugerir alguns valores que se tornaram hegemônicos na modernidade brasileira a partir de uma indústria cultural que se consolidou por matrizes fixadas “na sociedade escravocrata, no tipo de colonizador que aqui se instalou e na transposição de práticas persecutórias e perversas da metrópole, realizando-se, no século XX, por meio de traços marcadamente típicos de nação de periferia do capitalismo” (MARCONDES FILHO, 2001, p. 21). Por conseguinte, os traços da violência fundadora ascendem uma cultura da violência, garantindo que esse fenômeno ganhe atributos de uma

linguagem organizadora, que molda “as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão e institui-se como único paradigma” (MARCONDES FILHO, 2001, p. 22). Esses termos não apenas passam a constituir uma cultura da violência no país como ganham novos traços no contexto da globalização do capitalismo na transição para o século XXI, quando cidadãos de todo o mundo passam a ser desafiados diariamente a lidar com as diferenças.

É no impasse em aceitar as alteridades – suplantadas pela invisibilidade social, estigmatização, ódio e distintas formas de discriminação – que se encontra um labirinto sem fácil saída para o jornalismo e outras instituições mediadoras. Em uma conjuntura na qual a televisão passou a moldar e a reverberar expectativas e gostos populares, o telejornalismo firmou-se como um dispositivo capaz de expressar dinâmicas culturais, populares, gestuais e dramáticas. Como se sabe, o jornalismo desenvolve estratégias cognitivas para se aproximar do público. De um lado, essas táticas são “utilizadas em função de objetivos que não os cognitivos, como a luta comercial por audiência e o esforço político de persuasão” (MEDITSCH, 2007, p. 10). Por outra vertente, esses artificios são partilhados nas narrativas midiáticas por formas de endereçamento, ou seja, “ao apelar para esses dispositivos, associados ao senso comum, os programas investem numa linguagem baseada em uma espécie de conversação com a audiência como forma de se incluir nas práticas cotidianas” (OLIVEIRA, 2014, p. 24). Contudo, o teor industrial da construção das notícias é norteado por uma lógica que desumaniza.

Giddens (1997) explica que o projeto moderno destruiu as principais formas de valores da tradição europeia, entendida pelo autor como “uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem

uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente” (GIDDENS, 1997, p. 80). O autor afirma ainda que a tradição permite – seja para o bem ou para o mal – laços também com o futuro, “pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o tempo futuro. O futuro é modelado sem que se tenha a necessidade de esculpi-lo como um território separado” (*ibid.*). Como a modernização é um fenômeno relativamente novo, o jornalismo criminal é sustentado por elementos como o patriarcalismo, a ruralidade, a religiosidade que, simultânea e reflexivamente, se contradizem e se complementam com princípios liberais, com o mundo industrializado (por vezes, pós-industrializado), urbano e laico. Isso não apenas dificulta a organização dos indivíduos em coletividades, mas contrasta um país pré-moderno com uma pré-disposição à modernização, um ambiente favorável à hegemonia da cultura da violência.

1.3. GÊNERO CRIMINAL E EXPERIÊNCIAS DE LUTA PELA VIDA

O trabalho de cobertura da violência de cunho urbano, um fenômeno social nascido e amplificado ao longo de século XX no Brasil, é relativamente silenciado na área acadêmica¹¹ e, conseqüentemente, nas próprias redações (BEDENDO, 2013). Mesmo com o incremento de novos espaços sociais voltados à discussão sobre violência – sobretudo,

¹¹ Em uma sondagem realizada nos anais da *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, publicação desenvolvida pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo desde 2007 e um dos principais espaços para o compartilhamento de experiências acadêmicas em jornalismo, não há nenhum artigo ou relato de experiência (nas 16 edições disponibilizadas) que contemplem temas ligados à violência, ao jornalismo criminal ou a trabalhos que problematizem as práticas sensacionalistas. O arquivo pode ser acessado no link <https://goo.gl/ThPaZH>.

por organizações do terceiro setor desde a década de 1990 –, o cenário pouco se alterou nas universidades e nas redações, de modo a permanecer o velho estigma de que a editoria voltada à cobertura factual do binômio segurança/violência seja restrita àqueles profissionais que não conseguem espaço em editorias consideradas mais *nobres*, como política, economia ou mesmo cultura (BEDENDO, 2013), ou ainda, como uma espécie de estágio ou escola a iniciantes no ofício. Essa *indiferença* com a temática deixou lacunas na problematização de dilemas éticos, seja sob o prisma teórico ou empírico, fato que abriu margem para que fosse cristalizada como parte da identidade profissional desses jornalistas, por exemplo, uma cumplicidade tácita de delegados, investigadores, policiais, advogados e outras autoridades, sobretudo a partir dos anos 1960. Essa aproximação, além de reforçar uma série de características da sociedade brasileira elencadas no tópico anterior, teria legitimado ações nas rotinas de produção que versam para um tipo de reportagem que foca a “dramatização, que sugere a incitação e banalização da violência, focando somente no crime e não no problema social” (BEDENDO, 2013, p. 138).

Esse tipo de prática profissional se estabeleceu devido a uma série de fatores. Já em primeiro plano, leva-se em consideração o interesse econômico das empresas em obter audiência sem necessariamente propor grandes investimentos e condições qualificadas de trabalho às equipes, o que ampliou o grau de dependência dos jornalistas das fontes oficiais. No entanto, ainda assim há de haver elementos tão relevantes quanto o apelo comercial para que se compreendam as razões pelas quais o jornalismo criminal tenha obtido tamanho êxito editorial no Brasil. Uma linha argumentativa defende que isso tenha raízes em singularidades do gênero criminal e nas estratégias de endereçamento dos conteúdos, situação que

explicaria os motivos pelos quais um jornalismo produzido às margens da imprensa de referência tenha potencialidades para angariar público; algo que se manifesta como um dispositivo do biopoder cujo teor está justamente no destaque à valorização da vida a partir de técnicas que a contrastam insistentemente com a morte. Parece fundamental frisar este aspecto porque costuma haver um argumento comum que coloca o sensacionalismo como um mecanismo de *banalização da vida*. A interpretação que se segue aqui é exatamente oposta, ainda que não se questione certa intencionalidade dos produtores no banalizar ou não a vida: ao estigmatizar e invisibilizar personagens, o jornalismo criminal configura-se como um dispositivo de biopoder; essa estratégia narrativa, que emprega técnicas que contrastam a vida insistentemente com a morte, valoriza a vida e é capaz de produzir, nos espaços de mediação, sentidos que dialogam com uma concepção normativa de família, como versado na fase empírica.

Um dos empecilhos para aceitar essa linha de argumentação parece ser fruto do fato de os pesquisadores brasileiros que se debruçam sobre o jornalismo criminal ou sobre as práticas sensacionalistas quase não produzirem investigações no campo da recepção/mediação (JACKS, 2014) – logo, praticamente não há aportes teóricos que consigam analisar o objeto de estudo pelo prisma do público. Assim, avaliar o *medo* ou o próprio advento de uma *cultura do risco* (CASTEL, 2005; GARDNER, 2009) como estratégia narrativo-discursiva, acima de um recurso econômico, passa a ser um argumento para que se entendam as razões pelas quais as pessoas se interessam por temas ligados à segurança/violência mesmo com o uso de técnicas que valorizem o que é intitulado como *grotesco*, isto é, uma expressão que “aparece sempre

onde falta ao homem uma orientação segura com relação à vida, sendo portanto a manifestação de uma angústia” (SODRÉ, 1972, p. 39). Com a intenção de compreender esses elementos procura-se desenvolver no presente tópico uma reflexão sobre o gênero jornalístico criminal em televisão, com ênfase para uma linha de raciocínio que o posicione de acordo com a valorização da vida. Para atingir esse objetivo, é preciso versar inicialmente sobre o que são e para que servem os *gêneros*, discussão que se inicia agora.

Como ensina Agamben (2014), nos dicionários usados para consulta no dia a dia há uma espécie de fragmentação dos significados originais das palavras, o que resulta em muitas definições para um mesmo vocábulo. Todavia, essa listagem de significados não determina uma compreensão conceitualmente mais ampla e complexa, algo que se torna possível com o aprendizado da origem etimológica dessa mesma palavra. De uma soma de significados pragmáticos, motivo da existência desses dicionários, a etimologia passa a dar significação à palavra. Quando se olha para o substantivo *gênero*, por exemplo, o princípio parece válido. A título de exemplificação, no Dicionário Aurélio a palavra foi desmembrada em seis categorias:

1. agrupamento de indivíduos, objetos, etc. que tenham características comuns.
2. Classe, ordem, qualidade.
3. Modo, estilo.
4. *Antrop.* A forma como se manifesta, social e culturalmente, a identidade sexual dos indivíduos.
5. *Biol.* Reunião de espécies.
6. *Gram.* Categoria que classifica os nomes em masculino, feminino e neutro (FERREIRA, 2008, p. 430-431).

Segundo Machado (2000), uma confusão etimológica marca a definição do termo, conflito maculado pela própria acepção desse

substantivo no dicionário comum. Derivada do latim *genus/generis* (*família* ou *espécie*), por vezes, a palavra é confundida etimologicamente com *gene* (termo de origem grega para designar *geração, criação*), algo que foi hibridizado não apenas pelos dicionários convencionais, mas também por uma “inequívoca relação entre o que faz o gênero no meio semiótico (ou seja, no interior de uma linguagem) e o que faz o gene no meio biológico” (MACHADO, 2000, p. 69). Dessa maneira, não possui apenas um caráter *replicante, transmissor* ou *conservador*. Para o escopo desta pesquisa, o termo deve ser compreendido além de uma mera categoria de classificação de produtos jornalísticos. Entende-se aqui, em princípio, gênero como uma *força*, um modo de arranjar e rearranjar ideias, “meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras” (MACHADO, 2000, p. 68).

Machado (2000) assevera não ser possível mensurar a quantidade de gêneros em televisão, dada a diversidade e a singularidade com que se apresentam os produtos nesse meio de comunicação, além do caráter cada vez mais volátil dessas formas de organizar e distribuir ideias e valores frente a uma comunidade discursiva singular. A despeito de serem mutáveis, eles tendem a se desenvolver a partir de certas regularidades; logo, se a noção carrega em si um empecilho no quesito *transformação*, algo que auxilia na explicação de o jornalismo, muitas vezes, funcionar como uma área voltada à manutenção do *status quo*, cede argumentos para que se procurem *rastros* para a conceituação de um gênero jornalístico criminal em televisão.

Os gêneros formam-se e reformulam-se mediante o conhecimento e o reconhecimento do público, algo que refrata nas estratégias, nas intencionalidades, na seleção sobre quais informações publicar e na própria forma de contá-las. A noção ainda está imbricada à capacidade de forjar *identidades coletivas*, de se manifestar a partir de uma *função explícita*, de gerar uma sequência narrativa baseada em repertórios que, por si só, estruturam *estereótipos* e, por fim, de ofertar subsídios para lidar com as *expectativas da audiência* (MELO; ASSIS, 2013). Assim, ratifica-se o argumento de que as mediações de conteúdos jornalísticos não podem ser vistas e avaliadas fora de um contexto de produção, haja vista que durante esse processo há elaborações de estratégias de endereçamento das mensagens. “Os gêneros refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar, porque justamente nos gêneros esse público encontra respaldo para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania” (MELO; ASSIS, 2013, p. 31). Por outro lado, o entendimento do conceito não pode se restringir a um processo controlado com mãos de ferro pelos produtores. Um gênero em si se sustenta pela circulação dessas mensagens, inclusive, com toda a riqueza de experiências proporcionada pela ressignificação que os conteúdos ganham na esfera das mediações. Nisso consiste a singularidade de cada indivíduo, os conflitos de identidades enfrentados por uma mesma pessoa e a experiência concreta e cotidiana. Apesar de carregar umbilicalmente um caráter estruturante, um gênero em si só é capaz de produzir e reproduzir sentidos e proporcionar experiências nas esferas de mediações, espaços onde há abertura à reflexividade.

Em meio a uma verdadeira *explosão discursiva* sobre identidades (HALL, 2014), é prudente buscar potencialidades na definição de gênero

ao confrontá-la com elementos que forjam essas identidades coletivas citadas por Melo e Assis (2013). Um apontamento válido é que no seio desse conceito está a *diferença*, ou seja, uma identidade qualquer será sempre relacional (WOODWARD, 2014), o que consolida uma essência de oposição, de contraste: ainda que, a princípio, de forma binária, homossexuais são homossexuais em relação a heterossexuais e vice-versa; negros em relação a brancos, amarelos ou vermelhos; mulheres em relação a homens, argentinos em relação a brasileiros, ateus ou agnósticos em relação a cristãos, integrantes de uma torcida organizada de futebol *x* em relação a outra organizada *y*; enfim, os arranjos e rearranjos são múltiplos e facilmente percebe-se que uma mesma pessoa assume simultaneamente mais de uma identidade – algumas delas podem ser muito conflitantes, aliás. Em linhas gerais, o que mais importa é que a força de qualquer gênero não se manifesta apenas mediante as características que são comuns a determinada comunidade, mas sobretudo a partir do que a torna distinta, relativamente autônoma, marcada culturalmente. O curioso é que essas diferenças não se dão sem tensões: o campo das identidades e dos gêneros é ladeado por relações de poder cujas forças são discrepantes e manifestam-se a partir de elementos que tornam o *outro* o mais exótico possível em relação à comunidade à qual se pertence.

A identidade só existe no espelho e esse espelho é o olhar dos outros, é o reconhecimento dos outros. É a generosidade do olhar do outro que nos devolve nossa própria imagem ungida de valor, envolvida pela aura da significação humana da qual a única prova é o reconhecimento alheio. Nós nada somos e valem nada se não contarmos com o olhar alheio acolhedor, se não formos vistos, se o olhar do outro não nos recolher e salvar da invisibilidade

– invisibilidade que nos anula e que é sinônimo, portanto, de solidão e incomunicabilidade, falta de sentido e valor. Por isso, construir uma identidade é necessariamente um processo social, interativo, de que participa uma coletividade e que se dá no âmbito de uma cultura e no contexto de um determinado momento histórico (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005, p. 206).

Woodward (2014) lembra que há duas perspectivas na formação das identidades que podem ser problematizadas para se entender a amplitude dos gêneros: a *essencialista* e a *não-essencialista*. A primeira sugere a existência de um conjunto de aspectos autênticos, singulares, inerentes, permanentes e cristalizados em determinado grupo. Essas propriedades tidas como “naturais” a toda a comunidade se manifestam por meio da linguagem e dos símbolos – ao grupo oponente restam *símbolos de estigma* (GOFFMAN, 2008), informações sociais capazes de criar invisibilidade a um grupo social ou pessoa, tornando-a socialmente isolada. Assim, dentro da estrutura narrativo-discursiva de qualquer gênero há possibilidades de se compreender como o *outro* é descrito. Uma das estratégias mais utilizadas, especialmente quando se pensa no jornalístico criminal, é o estereótipo.

Já a perspectiva não-essencialista foca não apenas as diferenças, mas também as similaridades e a forma como tal identidade surgiu e se modificou ao longo do tempo. Em um cenário urbanizado, onde fervilham distintas personalidades e grupos sociais e dos quais se alimenta o gênero jornalístico criminal, jornalistas, em geral, enfrentam grandes desafios: ao mesmo em que vivem pressões na rotina profissional, normativamente precisariam encontrar subterfúgios para dar visibilidade aos mais distintos grupos sociais que emergiram na tardia modernidade, dando assim uma perspectiva não-essencialista ao trabalho jornalístico. Presos a

estratégias de endereçamento narrativo-discursivas consolidadas pelas rotinas produtivas que formulam esse gênero tido como criminal, esses mesmos jornalistas tornam-se incapazes de promover debates sobre o tema segurança urbana sem cair nas amarras do próprio gênero. Ao se consolidar como estruturante, o jornalismo criminal se liga à perspectiva essencialista, já que tende a reproduzir e a amplificar identidades sociais estigmatizadas como, por exemplo, o princípio de que há uma grande luta entre *pessoas de bem* (audiência e produtores, não necessariamente nessa ordem) e os personagens acusados por atos de violência, sem levar em conta a ambivalência de qualquer humano – essa abordagem, embora estruturante sob o ponto de vista da construção narrativa, ganha aspectos não-essencialistas no âmbito das mediações.

Outro ponto importante quando se estuda o assunto, bem como quando se pesquisa o biopoder e a biopolítica, é o próprio corpo: se uma perspectiva essencialista “pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia” (WOODWARD, 2014, p. 15), o corpo se torna “um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade” (*ibid.*). É possível dizer que não só o corpo biológico, como a cor da pele, o tipo de cabelo, a altura ou o índice de massa corporal, mas o corpo que expressa as mais variadas características sociais que circunscrevem determinada pessoa. Em outros termos, o bairro ou região geográfica onde essa pessoa mora, a profissão a qual exerce – ou a falta dela, no caso de suspeitos ou criminosos (ANDRÉ, 2012) –, os hábitos de consumo cultural, enfim, uma gama de características que forjam as identidades que se entrecruzam (por complemento ou dissociação) num mesmo

indivíduo. Em síntese, características gerais que auxiliariam em suas *representações sociais*:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2014, p. 18).

A formação de identidades sociais de cunho essencialista pode compor-se, pois, por meio da televisão e de outras instituições. Quando se fala de jornalismo criminal, entende-se que o público negocia, reinterpreta e reelabora conteúdos de segurança/violência a partir das mediações com pessoas que partilham ou não a identidade social específica de quem assiste ao noticiário. Uma característica levantada por Machado (2000), no entanto, ganha relevância para se entender um tipo específico de mediação, a com o próprio aparelho, de caráter eminentemente interacional. Mesmo com a concepção de que as matrizes culturais dos países latino-americanos tenham como algo incomum o apreço pela imagem (MARTÍN-BARBERO, 2015; ORTIZ, 2001), Machado (2000) e Martín-Barbero (2015) destacam que a televisão é preponderantemente *oral*. O último autor, aliás, aponta que essa prevalência do oral sobre o imagético por muito tempo fez com que as produções latino-americanas fossem consideradas atrasadas por parte dos estudiosos. A ênfase na oralidade seria uma consequência imediata da transposição mecânica da linguagem radiofônica, sem grandes adaptações. Como a televisão latino-americana se desenvolveu tanto sob

o viés da técnica quanto da expressividade, esse argumento que poria a forma de produzir televisão como atrasada caiu por terra. Assim, a hegemonia do discurso verbal “se inscreve na necessidade de subordinar a lógica visual à lógica do *contato*, dado que é esta que articula o discurso televisivo sobre o eixo da relação estreita e a preeminência da palavra em culturas tão fortemente orais” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 296).

O *diálogo*, segundo Machado (2000), é um recurso de destaque na televisão, argumento que ajudaria a entender por que há êxito editorial em noticiários criminais. O diálogo surgiu enquanto gênero na Grécia Antiga por meio de uma concepção socrática, cuja finalidade era a de encontrar a *verdade*. Em televisão há duas concepções de diálogo. A primeira se estrutura a partir dos atores sociais que participam do programa televisivo em si. Nesse caso a eficácia do diálogo depende de uma série de fatores, entre eles, a autonomia dos envolvidos. “Não pode haver debate quando há o constrangimento de um *script* determinando o que se deve dizer, de maneira fazê-lo, ou em que circunstância intervir” (MACHADO, 2000, p. 79). Essa é uma dificuldade encontrada especialmente em emissoras comerciais, que dependem de uma programação mais “dinâmica”, centrada em princípios de uma indústria cultural. Nisso consistiria ainda a questão da *narrativa seriada*, ou seja, a divisão das atrações em blocos, aspecto marcante no gênero jornalístico criminal em televisão.

Uma emissão diária de um determinado programa é normalmente constituída por um conjunto de blocos, mas ela própria também é um segmento de uma totalidade maior – o programa como um todo – que se espalha ao longo dos meses, anos, em alguns casos até décadas, sob a forma de *edições* diárias, semanais ou mensais. Chamamos de *serialidade* essa apresentação *descontínua* e

fragmentada do sintagma televisual (MACHADO, 2000, p. 83, *grifos do autor*).

Machado (2000) classifica em três tipos as narrativas seriadas em televisão, embora elas possam se hibridizar, confundirem-se entre si, como ocorre no gênero jornalístico criminal televisivo. O mais importante de tudo, para o autor, é perceber que a serialização não é um recurso exclusivamente econômico, mas uma estratégia de contar histórias que estrutura os produtos audiovisuais a partir das próprias condições de recepção televisiva que, ao contrário do cinema, por exemplo, não consegue deter a atenção exclusiva do público durante a exibição de um produto qualquer: “a atitude do espectador em relação ao enunciado televisual costuma ser dispersiva e distraída em grande parte das vezes” (MACHADO, 2000, p. 87). O princípio da serialização torna-se importante para que se compreendam as narrativas criminais a partir de determinado contexto social, o que amplia as implicações da estigmatização e da invisibilidade social e não resume a serialização ao ato de consumo da informação jornalística, e sim a coloca em diálogo com outros elementos da vida cotidiana das audiências.

Dito isso, o primeiro tipo de narrativa seriada é a *narrativa única*, de proposição teleológica, pois “se resume fundamentalmente num (ou mais) conflito(s) básico(s), que estabelece logo de início um desequilíbrio estrutural, e toda evolução posterior dos acontecimentos consiste num empenho em restabelecer o equilíbrio perdido, objetivo que, em geral, só se atinge nos capítulos finais” (MACHADO, 2000, p. 84). Essa manifestação narrativa pode ser percebida em *suítes*, ou seja, quando uma história – seja o homicídio ou latrocínio, roubo seguido de morte, de uma pessoa com notoriedade ou de uma quantidade maior de indivíduos, um

ato infracional análogo a crime hediondo cometido por um adolescente, ou ainda, um crime que desafie a moral e os bons costumes – passa a ser acompanhada pelos jornalistas até o desfecho. Essa parece ser uma das poucas formas nas quais o jornalismo potencialmente pode se ocupar em cobrir as investigações e não apenas o crime em si e é, como se percebe na fase de recepção, um dos elementos estruturantes para a ativação da memória dos entrevistados. Contudo, há critérios de noticiabilidade que dão mais força a esse olhar mais direcionado ao caso, tais como notoriedade da vítima, crueldade no crime, captação do ato violento por câmeras de segurança, o que abre espaços para maior repercussão do fato, entre outros fatores.

O segundo tipo de narrativa seriada consiste num esquema no qual cada emissão funciona como “uma história completa e autônoma, com começo, meio e fim, e o que se repete no episódio seguinte são apenas os mesmos personagens principais e uma mesma situação narrativa” (MACHADO, 2000, p. 84). Esse tipo de estrutura pode ser percebido quando se olha para uma edição completa do noticiário, mediante quadros fixos, estratégias discursivas do âncora, entradas ao vivo de repórteres, giro policial, entre outras. Por fim, há um tipo de narrativa seriada na qual “a única coisa que se preserva nos vários episódios é o espírito geral das histórias, ou a temática; porém, em cada unidade, não apenas a história é completa e diferente das outras, como diferentes também são os personagens, os atores, os cenários e, às vezes, até os roteiristas e diretores” (MACHADO, 2000, p. 84). Aqui encaixam-se as diferentes histórias, todas sob um mesmo prisma narrativo-discursivo ligado ao sensacionalismo ou às narrativas do medo (MATHEUS, 2011), que

tornam fatos ligados ao binômio violência/segurança notórios e interessantes ao público.

Nessas três concepções, sobretudo, se ancoram as potencialidades de experiências genuínas propiciadas pelo gênero, fato que demonstra como os noticiários criminais carregam uma densa e complexa teia narrativa. Estrutura que se torna ainda mais sofisticada quando se leva em consideração o princípio das mediações. Percebe-se, assim, a existência de diálogos com o público que não se manifestam necessariamente no tempo e no espaço da transmissão. Como citado, a narrativa seriada em auxilia na recepção, ao potencializar, por exemplo, o ato de ver televisão em paralelo a outras atividades:

Seccionando o relato no momento preciso em que se forma uma tensão e em que o espectador mais quer a continuação ou o desfecho, a programação de televisão excita a imaginação do público. Assim, o corte e o suspense emocional abrem brechas para a participação do espectador, convidando-o a prever o posterior desenvolvimento do entrecho (MACHADO, 2000, p. 88).

Grosso modo, entende-se que há potencialidades, mesmo com o princípio estruturante inerente a qualquer gênero, para que ocorram na fase de recepção chances de experiências singulares de um indivíduo. Não significa que elas despontam a partir de toda e qualquer ação vivida, mas sim que há momentos nos quais as sensações se sobrepõem à racionalidade; a existência ganha novos significados, o que altera, nem que de forma quase momentânea, a relação do sujeito com o próprio corpo e com o espaço. Conforme já dito a partir da argumentação sobre identidades sociais e gêneros, partilham-se, também, sensibilidades *construídas* pelas relações socioculturais, mais universais, o que denota

importância a vários dispositivos institucionais, entre eles, o jornalismo criminal. O envolvimento com um episódio trágico que gera um medo perturbador ou uma angústia que reluta em se apagar da mente e do coração; o sentimento de coletividade, como aquele que ocorre com a midiaticização de crimes hediondos ou então com a morte precoce de uma celebridade são exemplos dessa teia de sentimentos que podem se manifestar sob uma perspectiva estética, na qual a técnica do medo transforma-se em mecanismo de defesa da vida. Em suma, à luz dos meios eletrônicos e digitais, as mediações podem lançar olhares tanto a experiências individuais quanto coletivas, já que há um princípio que defende que quaisquer objetos com apelo à sensibilidade detêm potencialidades estéticas.

A noção de experiência estética a partir da modernidade parece estar indissociável do desenvolvimento das tecnologias midiáticas e dos gêneros produzidos por elas. Assim, para obter êxito na argumentação procura-se caminhar por uma concepção de que a estética exige a partilha das experiências, algo que acontece de forma particular após o advento dos meios eletrônicos e, por último, digitais de comunicação. Dito de outra maneira, a partir do *desencaixe* entre espaço e tempo (GIDDENS, 1991), condição histórica particular da modernidade que se aguçou exponencialmente desde a invenção e popularização dos meios eletrônicos, formas originais de cognição ganharam significação, inéditos discursos passaram a ser midiaticizados e reconfiguraram novas formas de sensibilidade. Consequentemente, outras possibilidades de experiência estética adquiriram eminência. O avanço tecnológico das mídias eletrônicas e digitais fez com que novas formas de sensibilidade emergissem, fator que propiciou que experiências sensíveis pudessem ser

deslocadas do ambiente físico ao virtual, do individual ao universal, da imagem fixa à em movimento. Em outras palavras, essas reconfigurações das experiências sensíveis propiciaram que cada indivíduo pudesse atribuir sentidos singulares a determinada experiência, mesmo naquelas voltadas a uma grande quantidade de pessoas.

Segundo Rancière (2009), o *belo e o horrível*, em abordagens mais contemporâneas, passaram a ser objeto de estudo da estética. O autor defende ainda que, embora nem tudo se configure como estética, é preciso abarcar no conceito experiências sensíveis que contemplem não apenas aquelas vivenciadas por meio da arte. Esse argumento aproxima a estética de outras experiências sensíveis, inclusive aquelas tecidas no âmbito da cultura midiática. A gênese dessa interpretação origina-se com Walter Benjamin, autor que se tornou um ponto fora da curva entre os pensadores da Escola de Frankfurt por acreditar que há possibilidades de experiências genuínas propiciadas a partir de produtos da indústria cultural, sobretudo com o cinema e o rádio.

Sobre a televisão, o próprio Jacques Rancière a considera como um espaço pouco rico para a manifestação de experiências estéticas (LONGMAN; VIANA, 2009). Credita isso ao fato de que a atenção junto é dividida com outras atividades cotidianas – ao contrário do cinema e do teatro, por exemplo, cujo formato de circulação faz com que o público esteja disposto majoritariamente a assistir à película ou ao espetáculo –, o que geraria uma série de *ruídos* e, conseqüentemente, evitaria ou reduziria as possibilidades estéticas. Contudo, percebeu-se ao longo deste tópico que a própria estrutura narrativa dos conteúdos midiáticos, por meio da serialização, faz com que os conteúdos televisivos – aqueles ligados ao binômio segurança/violência, objeto desta tese, especialmente

– detenham uma lógica singular. Essa congruência, aliás, é distinta da empregada em *fait divers*, termo cunhado para se referir a notícias efêmeras tidas como extraordinárias e narradas por uma angulação eminentemente ligada ao melodrama e/ou ao entretenimento. Essa diferenciação inicial abre campo ao entendimento das implicações do sensacionalismo nas práticas cotidianas e na produção de sentidos, ao mesmo tempo em que não reduz esse tipo de prática à lógica de mercado.

Nesse capítulo buscou-se refletir sobre os motivos pelos quais o jornalismo funciona como um dos dispositivos de poder capazes de tangenciar personagens, propor, provocar e difundir estereótipos legitimados no mundo social. Para tanto, trabalhou-se primeiro com o conceito de *biopoder*, um dispositivo de controle social genuinamente moderno e cuja gênese funda-se no direto à vida (FOUCAULT, 2015). Em seguida, observou-se que o princípio do biopoder amarra-se à noção de *confissão*, cuja complexidade denota alguns elementos que tornam a narrativa sobre violência ligada à vida e não à morte, argumento que auxilia na explicação do fascínio de parte do público por essas histórias. Finalmente, argumentou-se sobre as particularidades da inserção de valores modernos no Brasil, ponto no qual houve destaque para o papel da televisão como meio de comunicação injetor da ideia de modernização no país, na década de 1970, o que implica em singularidades na ideia de modernidade. Com essa discussão procurou-se explicar, com os aportes dos conceitos de gênero e identidade, as razões pelas quais os noticiários criminais adquirem propriedades singulares, argumento que pode explicar parte do êxito editorial desses programas no Brasil. Essas características propiciam um campo de mediações rico, capaz de proporcionar, a partir da confrontação permanente com representações da

morte, experiências de valorização da vida, como é possível verificar na discussão empírica.

Ao se estabelecer como um dispositivo de biopoder, ou seja, como uma forma espaiada de poder que auxilia no controle do corpo, o jornalismo televisivo criminal detém capacidade de promover, no espaço das mediações, experiências de aproximação com representações da morte. Esse aspecto se torna mais complexo a partir da percepção da força que os personagens têm nesse tipo de narrativa, tema do próximo capítulo.

2. PERFIL SOCIAL DE PERSONAGENS NA NARRATIVA CRIMINAL

Aborda-se neste capítulo o incremento da fonte tipo personagem nas narrativas criminais. Etimologicamente, *personagem* deriva do grego *prósopon*, que significa *face* ou *máscara*, latim *persōnātus - a - um*, e do francês *personnage*, termo que se refere a “cada um dos papéis que figuram numa peça teatral e que devem ser encarnados por um ator ou por uma atriz” (CUNHA, 2010, p. 492). A origem francesa, porém, traz uma segunda abordagem: *personnifier*, cuja adaptação deu origem ao verbo *personificar*, refere-se a uma “pessoa notável, importante” (*ibid.*). Essa segunda perspectiva etimológica, que coloca o personagem num papel de protagonismo, medeia a discussão proposta neste capítulo. Personagens geram tensões e ambiguidades, já que parecem posicionados entre o campo da ficção e da realidade. Em narrativas criminais nas quais há diálogos com o melodrama há relativa *previsibilidade* nas formas como os personagens aparecem, especialmente porque costumam ser emoldurados por estereótipos construídos partir de ocorrências singulares, pelos pormenores dos crimes. Procura-se neste capítulo tratar da dicotomia entre ficção e realidade que os personagens, sejam eles *suspeitos/acusados/agressores* ou *vítimas/sobreviventes*, carregam dentro dessas construções, algo que levanta uma série de questões em torno do jornalismo enquanto instituição guardiã e promotora normativa de *verdades*. Em seguida busca-se entender como, potencialmente, os personagens são classificados dentro das notícias sobre violência, além de destacar e tergiversar sobre os principais tipos de personagens escolhidos nas narrativas criminais e que moldam as produções de

sentidos: agressor/vítima, testemunha/sobrevivente, cidadão, consumidor, entre outros. Disso surge a necessidade de entender o uso da força metonímica em ocorrências jornalísticas, essencialmente singulares. Dito de outra maneira, argumenta-se sobre a capacidade que o jornalismo tem de resumir biografias a partir dos recortes noticiosos, algo que pode se ampliar a pessoas que partilham atributos físicos e/ou sociais de agressores e vítimas. Assim, o capítulo encerra-se com uma abordagem a previsibilidade à qual essas narrativas se amarram e as produções de sentidos oriundas do estatuto do biopoder.

2.1. NARRATIVAS JORNALÍSTICAS CRIMINAIS

Há uma impossibilidade em compreender a construção e os usos de personagens em narrativas jornalísticas sem, de fato, relacionar as atribuições desses tipos com o *todo da narrativa* (ABDALA JUNIOR, 1995), algo tangenciado no primeiro capítulo quando foi proposta uma discussão sobre gênero jornalístico criminal e possibilidades de experiências proporcionadas na recepção/mediação. Como a construção jornalística de um personagem reúne elos que perpassam tanto os valores normativos do jornalismo quanto elementos que lidam com o imaginário social, é preciso traçar alguns diálogos com as noções de *narrativa*. Elas, segundo Motta (2012, p. 51), “são uma prática humana universal”. Em concepções mais contemporâneas passou-se a afirmar que elas extrapolam o texto em si e funcionam como origem e produto de enunciações. Isso explica o fato de as narrativas servirem de objeto de estudo de vários campos do conhecimento, inclusive do Jornalismo. Na História e na Antropologia, por exemplo, a noção de “narrativa se refere

à inteira história de vida de uma pessoa, colhida a partir de entrevistas, observações e documentos” (SILVA, 2012, p. 51). Já na Psicologia, “as vidas humanas podem ser entendidas como construções narrativas”, enquanto que na Sociologia, “as pessoas agem de certa maneira e não de outra por conta de ‘projeções, expectativas, memórias derivadas de multiplicidade de narrativas sociais, públicas e culturais”’ (*ibid.*). No campo da Literatura reconheceu-se a existência de uma “crise na literariedade”, isto é, passou-se a observar as narrativas a partir de elementos que ultrapassam os “aspectos meramente formais dos textos” (JÁCOME, 2013, p. 180) para “considerar a dimensão pragmática” (*ibid.*) – ou o *não-texto* (REUTER, 2007).

Para ingressar na discussão sobre as especificidades da narrativa jornalística, todavia, vale antes frisar que há uma ótica normativa nesse campo que costuma atrelar diretamente a palavra *ficção* à mentira, à falsidade e à fantasia. Nessa linha de raciocínio que corrobora a *verdade* como o primeiro compromisso do jornalismo, mesmo que existam confusões epistemológicas a respeito do que seja de fato este termo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003), menções ao termo *ficção* são escamoteadas por, em tese, divergirem dos valores deontológicos que regem a profissão.

Reuter (2007), ao trabalhar a perspectiva textual (literária) dessas construções, alerta que a aplicação do conceito de *ficção* é voltada para a “história e o mundo construídos pelo texto e existentes apenas por suas palavras, suas frases, sua organização” (REUTER, 2007, p. 17). A *ficção* serve, em outras palavras, como um *elemento interno* da análise narrativa e tem a função, dentro desse escopo, de “distinguir o que é e o que não é textual, bem como para distinguir a *ficção* de outros níveis do texto”

(REUTER, 2007, p. 18). A noção de ficção, de acordo com o autor, não mantém relações de oposição a categorias como verdadeiro *versus* falso, real *versus* imaginário (*ibid.*). No entanto, não está desvencilhada da de *referente*, que é a forma pela qual o leitor manifesta suas apreensões fora do texto, quase sempre a partir de um processo de identificação com os personagens. Já Carvalho (2013) explica que o estatuto da ficção pode, ao contrário do que prega essa visão mais ortodoxa da relação entre verdade e jornalismo, proporcionar expectativas, “conter discursos éticos e morais sobre como deveria ser a ação humana; e do ponto de vista estético, narrativas ficcionais e narrativas ancoradas no real podem se aproximar quanto a uma série de estratégias” (CARVALHO, 2013, p. 63).

De base eminentemente platônica – por valorizar o jornalismo tal como ele *deveria ser* e não como ele *é* –, a vertente normativa, mesmo ao desprezar, por vezes, as condições sócio-históricas do fazer jornalístico e estar imbricada a preceitos positivistas, é fundamental para o estabelecimento de um código deontológico mínimo¹² capaz de vislumbrar um tipo-ideal de profissional e de atitudes ético-morais cotidianas. Esse princípio ontológico que, segundo as palavras irônicas de Sodré (2012), coloca os jornalistas como os *últimos positivistas do mundo*, interpreta o jornalismo como um *espelho do real* e impossibilita a compreensão da existência de “zonas de indeterminação, em que ficção e realidade parecem se misturar e tensionar mutuamente” (JÁCOME, 2013, p. 172). Resquícios disso manifestam-se no linguajar de parte de

¹² Conforme visto no capítulo anterior, no que compete ao jornalismo televisivo criminal, parece haver uma carência de um estatuto capaz de normatizar esse nicho profissional. Algumas frentes foram tomadas para suprir essa lacuna. Um exemplo é o do que se intitulou *jornalismo popular de qualidade*, uma corrente de estudos que olha para as novas perspectivas do sensacionalismo, com ênfase no deslocamento do trinômio crime, sexo e escândalo. “Chamados de populares, estes jornais abordam temas essencialmente ligados ao cotidiano das comunidades onde circulam e dão voz e vez aos problemas e aos cidadãos deixados de lado pelo jornalismo de referência” (SELIGMAN, 2010, p. 122).

estudantes e até mesmo de profissionais consagrados e pesquisadores da área. Um exemplo corriqueiro: com a missão de *refletir a realidade* dos acontecimentos e embasados pelos princípios da objetividade e da imparcialidade como finalidade e não métodos de vigilância e autocrítica da rotina produtiva, os jornalistas devem transformar os acontecimentos em notícia de modo similar a uma câmera fotográfica.

Sodré (2012) explica que esse estatuto do jornalismo de referência – burguês, constituído ao longo do século XIX – proporcionou uma condenação prévia daquele nicho profissional cunhado como *sensacionalista*, o que implicou na não problematização dessas práticas na rotina produtiva e, por consequência, nos processos de recepção. Ainda que não se proponha a questionar a força da imagem nas sociedades ocidentais enquanto *índice do real*, a oposição entre ficção e realidade objetiva e a consequente negação da primeira fez com que parte da literatura acadêmica sobre jornalismo voltasse atenção a como aprimorar as técnicas de apuração para se chegar ao *real*. Esse anseio, resultado de um compromisso estatutário com a sociedade, propiciaria ao público conhecer a *verdade*, o mundo *tal como ele é*. “A ideologia da objectividade reforça um ‘empirismo ingênuo’ ainda reinante no campo jornalístico, onde as notícias são vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real” (TRAQUINA, 1993, p. 168).

Por tratarem de uma missão ingrata ao jornalismo, as interpretações e concepções sobre as narrativas estão entre as que primeiro sofreram restrições de aceitação por parte do estatuto normativo do campo. Por algum tempo elas não foram consideradas como objeto de estudo em pesquisas voltadas ao jornalismo. Via-se nessas abordagens a narrativa como uma alternativa linguística/estilística para se contar uma

história, ou seja, como um recurso que se propunha apenas a “pensar a mensagem e o seu conteúdo” (REZENDE, 2009, p. 35). Resumidas a uma técnica jornalística de escrita ou edição, as narrativas eram avaliadas como uma compilação de métodos de apuração, confrontação de fontes e redação; estruturadas pelas propriedades intrínsecas de cada um dos meios de comunicação, elas não eram vistas como algo que transcende “o fazer jornalístico e sua conformação textual” (LEAL, 2013, p. 28).

Há pelo menos três aspectos importantes a serem observados dessa marginalização das narrativas nos estudos sobre jornalismo. Por um lado, o estatuto da verdade presumida, *pura*, foi crucial para que a área se tornasse porta-voz de uma idealização da política representativa e, conseqüentemente, da democracia. Por outro, as narrativas jornalísticas passaram a ser reduzidas a histórias contadas por processos essencialmente mecanizados, racionalizados. Mais importante para esta pesquisa, por fim, é o fato de que a opacidade do conceito propiciou um distanciamento da situação relacional do processo comunicativo, o que forneceu a hegemonia de estudos que colocam o público às margens do processo comunicativo.

No Jornalismo, a emergência dos estudos relativos às narrativas deu-se a partir do momento que se tornou possível ampliá-las conceitualmente, fato que as colocou em diálogo com o regime da ficção, sobretudo, na forma como as pessoas negociam, reinterpretem e produzem sentidos às mensagens. “A crise da literariedade afeta também o estatuto do jornalismo e põe em xeque as teorias que buscam definir a notícia pela sua estrutura, sem considerar sua dimensão pragmática e discursiva” (JÁCOME, 2013, p. 83). Aliado a isso, um ponto importante na ampliação da noção de narrativa a atrela ao tempo e aos lugares onde

as *mediações* acontecem. “Nesse sentido, o ato de narrar, através dos meios, pode revelar legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo” (REZENDE, 2009, p. 33). O estabelecimento de vínculos com os campos da recepção e das mediações, temas tratados no capítulo 4. *RECEPÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONTEÚDOS DE VIOLÊNCIA*, ampliou a complexidade do objeto de estudo do campo do Jornalismo, fator que deu vistas à complexidade relacional entre meios de comunicação e público. “Uma narrativa não é um produto do ‘emissor’, mas constitui um modo de relação que envolve necessariamente o agir dos ‘receptores’, em seu processo de ‘recitação’, de reconfiguração do mundo” (LEAL, 2013, p. 40). Na avaliação de Carvalho (2013), a ideia de narrativa permaneceria *míope* caso ficasse resumida a construções textuais ou mesmo a relatos oriundos da tradição oral. Há brechas para que se pense na circulação – nas mediações – de narrativas jornalísticas levando em conta o estatuto da ficção, afinal, a “ficção é algo diferente da realidade, mas não é oposta a ela, tendo em vista sua estreita relação com o mundo de referência” (JÁCOME, 2013, p. 183). Assim, parece ser fundamental no que se refere aos avanços dos estudos de recepção/mediação compreender como se formam as teias narrativas que envolvem os conteúdos noticiosos ligados à violência/segurança ou, como se preferiu denominar, as *narrativas jornalísticas criminais*.

Menos que uma operação exógena ou absurda, portanto, esse “olhar narrativizante” se desenvolve a partir de condições histórico-sociais concretas, nas quais as narrativas estão integradas. Aprender eventos e sujeitos como parte de uma narrativa é, assim, um modo peculiar de sabê-los, de se posicionar diante deles, e só é possível porque uma

narrativa não é simplesmente uma modalidade textual e sim um modo de experimentar e se inserir no mundo compartilhado por todos e possível de ser acionado por qualquer um, em qualquer momento (LEAL, 2013, p. 41).

Ao propor que as narrativas formam teias que enriquecem as experiências midiáticas, a ponto de o público poder negociar, reinterpretar e reelaborar os conteúdos noticiosos, ratifica-se a noção de que as elas superam a lógica de fluxo linear, o que impossibilita a tarefa de descobrir onde nasce e termina uma narrativa. Segundo Leal (2013), as estruturas ainda carregam de maneira latente a propriedade de moralizar a audiência e a sociedade, isto é, como um dispositivo de biopoder. Essa capacidade alimenta-se devido as narrativas possuírem vínculos com o *melodrama*, o *realismo* e o próprio *naturalismo*, que ofertam subsídios para desconstruir a noção hegemônica dentro dos estudos em Jornalismo que aponta o sensacionalismo enquanto prática unicamente mercantil. “Menos que acusar o sensacionalismo, é mais produtivo verificar e refletir onde, como e por que ele se mantém como prática, como estratégia e como elemento discursivo até hoje” (LEAL, 2013, p. 44).

Parte do êxito dos recursos sensacionalistas empregados pelas narrativas criminais jornalísticas é oriunda de sua gênese melodramática (MARTÍN-BARBERO, 2015), que serviu pioneiramente como uma afirmação de uma “identidade” de cunho essencialista das classes populares. Conforme visto no capítulo anterior, qualquer identificação é estruturada a partir de aspectos relacionais (WOODWARD, 2014), o que abre margens para incitar as diferenças entre as camadas populares e da nobreza, que era esboçada de forma caricata nos melodramas. Baseadas em uma estrutura que procura reparar a justiça, as narrativas melodramáticas remetem à “tendência em postular uma moral oculta, ao

maniqueísmo, à *extrapolação do real e do imaginário*, ao *suspense nas representações*, e à *compaixão que decorre de um processo de identificação com os espectadores*” (ESCOSTEGUY *et al.*, 2013, p. 108, *grifos adicionados*).

Demarca-se o nascimento e, em especial, a popularização do melodrama na França e na Inglaterra, na transição entre os séculos XVII e XVIII, como reflexo do cenário de turbulência causado pelas iminentes revoluções burguesas, em especial, a Revolução Francesa (MARTÍN-BARBERO, 2015). Gênero narrativo que viria a se destacar, sobretudo após o século XIX, pela ampla capacidade de adaptação aos mais diferentes meios e dispositivos tecnológicos, o melodrama propiciou às camadas populares a possibilidade de expressar narrativamente experiências e, por conseguinte, memórias – logo, serviu como um dispositivo capaz de forjar e legitimar processos de identificação no campo popular, abrindo espaço para o reconhecimento de uma identidade essencialista, uma *cultura do povo*, ou ainda, uma *cultura popular*. De acordo com Martín-Barbero (2015), com o argumento de que a apresentação de peças teatrais em espaços públicos, como ruas e praças, traria prejuízos ao caráter verdadeiramente artístico do teatro de referência, estabeleceu-se a censura desse tipo de exposição pública. A resposta veio em forma de resistência. *Adaptações* foram realizadas para que houvesse a possibilidade de realização desses espetáculos. A falta de diálogos acabou por ser a principal propriedade para dar ao melodrama uma singularidade que viria a torná-lo crucial à compreensão de produtos culturais voltados às camadas populares. Sem acesso às falas, o público “não procura palavras na cena, mas ações e grandes paixões” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 164). As encenações precisavam ser expressivas,

exageradas; para se substituir os diálogos usava-se a força da imagem. Nascido para ser consumido em espaços públicos, os produtos culturais que se apropriavam do melodrama se desenvolviam paralelamente e em contramão ao *romance*, gênero literário criado para ser lido no conforto do lar, visto como um canal útil para o leitor enfrentar as asperezas da vida diária e, não menos importante, densa fonte burguesa de conscientização moral.

Oriundo da literatura de cordel (difundida pelos espanhóis) e de *colportage* (popularizada pelos franceses), o melodrama carrega uma origem pragmática da linguagem, já que desde o início foi voltado às mediações de conteúdos utilizados por pessoas que, embora não soubessem escrever, sabiam ler (MARTÍN-BARBERO, 2015). Um rápido aposto: com o intuito de não contradizer parte da argumentação do último capítulo, na própria construção da modernidade europeia havia analfabetismo. Entretanto, quando comparada ao contexto latino-americano, a discrepância na relação entre alfabetizados e analfabetos é notória. Canclini (2003) apresenta alguns dados que fortalecem o argumento. Na França, os 30% de alfabetizados do Antigo Regime deram espaço a 90% da população alfabetizada em 1890, ano em que no Brasil havia 84% de analfabetos; a Inglaterra, no início do século XX, tinha 97% da população alfabetizada, enquanto o Brasil não havia alfabetizado metade da população até meados do século XX, já que, em 1940, 57% da população não era letrada (CANCLINI, 2003). O *Indicador de Alfabetismo Funcional* (Inaf), com dados relativos ao ano de 2016, aponta que a realidade de acesso à alfabetização no Brasil ainda é crítica: 27% da população ainda é classificada como analfabeta funcional (INAF, 2016).

Dito isso, mais que um meio de *transmissão* de informações, portanto, o melodrama institui-se como um dispositivo de mediação. Ao trazer características dos *pliegos*, um tipo de cordel amplamente difundido em parte da Europa no final do século XVIII, Martín-Barbero (2015) destaca a aproximação desse tipo de publicação da imprensa periódica:

Temos assim um meio que, à diferença do livro e *semelhança do periódico*, vai buscar seus leitores na rua. E que apresenta uma feitura na qual o *título* é reclame e motivação, publicidade; segue-se ao título um *resumo* que proporciona ao leitor as chaves do argumento ou as utilidades a que se presta, e uma gravura que explora já a “magia” da imagem. Temos um *mercado* que funciona com o jogo oferta e da demanda a tal ponto que os títulos e resumos acabam por estereotipar-se até a fórmula que melhor consegue expressar cada gênero (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 151, *grifos do autor*).

Maleável aos mais distintos dispositivos sociais, integrado a gêneros literários consagrados e marginais, com potencial para provocar novas experiências cognitivas e, assim, proporcionar variadas formas de entretenimento. Esses aspectos permitiram ao melodrama atravessar o século XX, apesar das mudanças tecnológicas, econômicas, sociais e culturais que eclodiram nesse período, e o tornaram capaz de incorporar a valores da sociedade de consumo (ESCOSTEGUY *et al.*, 2013, p. 108).

Integrado à indústria cultural, o melodrama é marcado pelo fato de ter sua estrutura narrativa pautada pelas expectativas de respostas do público. Em outras palavras, uma observação que traz subsídios para a compreensão de se atrelar as narrativas jornalísticas criminais ao melodrama está no fato de que os conteúdos quase sempre perpassam uma

relação de *cumplicidade* – não apenas de classe, mas também cultural – com o público, sobretudo devido a sua função catártica, aquela que dispõe sobre a capacidade de uma pessoa colocar-se no lugar da outra. Daí a conseqüente explicação para que os casos de violência, sobretudo quando manifestados a partir de crimes hediondos, com traços de crueldade, estivessem entre as principais temáticas para o desenvolvimento de uma matriz melodramática.

No entanto, esse tipo de narrativa não poderia ser popularizado sem quaisquer tipos de marginalização dos bandidos. Foucault (2004), ao abordar a questão relativa à aceitação – e até mesmo protecionismo – de criminosos antes da hegemonia do sistema capitalista como modo de produção, explica que as sociedades passaram a transformar, por meio da literatura e das páginas policiais, os bandidos em delinquentes. Segundo o autor, os folhetins – em especial, os *canards*, na França – foram essenciais para a mudança de percepção em relação a esse tipo social: “o criminoso não deve ser um herói popular, mas um inimigo das classes pobres. [...] No romance policial não se vê jamais o criminoso popular. O criminoso é sempre inteligente, mantendo com a polícia uma espécie de jogo em mesmo pé de igualdade” (FOUCAULT, 2004, p. 137). Vogel (2009) complementa o argumento ao descrever como o jornalismo e outras formas de comunicação produzem medo, a ponto de tornarem normal “a presença da polícia no meio da população” (*ibid.*), isto é, permitirem uma naturalização sobre o controle sobre os corpos.

Outro argumento quando se procura traçar vínculos entre melodrama e narrativas criminais está no enfoque cognitivo desenvolvido pelas culturas populares: cognitivamente, desenvolveu-se uma forma de leitura de mundo que sobrepôs a fisionomia dos personagens frente suas

atuações. Martín-Barbero (2015) alega que o melodrama propiciou, de certa forma, um desenvolvimento cognitivo das classes populares baseado eminentemente na fisionomia: “uma correspondência entre figura corporal e tipo moral. Produz-se aí uma estilização metonímica que traduz a moral em termos de traços físicos sobrecarregando a aparência, a parte visível do personagem, de valores e contravalores éticos” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 166). Em termos mais diretos, estabeleceu-se uma relação de cumplicidade com o público a partir da formação de estereótipos, já que “uma característica essencial do signo é que ele seja repetível” (SILVA, 2014, p. 94).

Assim, um elemento estruturante da matriz da narrativa jornalística criminal é o *estatuto da repetição*, cujas implicações denotam na formação de estereótipos, figuras do discurso responsáveis pelo apagamento da singularidade dos indivíduos. Melo e Assis (2013) explicam que, muitas vezes, os estereótipos são resumidos a um recurso textual apropriado quando se busca reproduzir determinado tipo de ideologia. No entanto, eles são capazes de “incluir também suas formas, seus delineamentos, suas características, enfim, tudo aquilo que se responsabiliza por conferir identidade aos produtos midiáticos (MELO; ASSIS, 2013, p. 27). Essa repetição, contudo, precisa ser relativizada, pois apenas pode ganhar significação no campo das mediações, espaço onde um gênero materializa a sua razão de existir.

Um exemplo cotidiano para auxiliar na compreensão desse aspecto é citado por Santaella (2001), quando a autora, em meio a uma revisão de literatura sobre as mais diversas definições de *comunicação*, propõe a seguinte situação: a pura existência de uma placa de trânsito em uma rodovia não se configura como comunicação, embora ninguém conteste

o fato de haver informação nela. Ao ampliar a analogia, percebe-se que a mera repetição de leitura daquela ou de outras placas idênticas não produz estereótipos; ela só passa a ser dotada de significação – e, possivelmente, também de estereótipos – à medida que motoristas a visualizem e, claro, atribuam sentido à informação. Para fugir de um paradigma funcionalista, validado pela lógica do estímulo-resposta, acrescenta-se que, por mais simples que pareça a leitura de uma mensagem de trânsito, a informação ganha interpretações particulares a cada interação. Se, por exemplo, trata-se de uma placa referente a uma curva estigmatizada por uma série de acidentes mediados, a maneira de lidar com a informação será diferente para cada pessoa; se o condutor que a lê circula na região com frequência, a leitura será distinta, bem como a atenção dele à sinalização; se essa curva lembra algum outro trecho, que ativa a memória do condutor, a leitura será outra vez distinta; se, para citar uma situação mais drástica, esse motorista já se acidentou ou conhecia alguém que se envolveu em uma colisão nessa curva, a leitura ganharia nuances mais particulares ainda. No entanto, apenas essas teias formadas pela relação *objeto e leitor*, ainda que tragam uma gama de interpretações e reconfigurações do processo de leitura, não fornecem subsídios para que se entendam as mediações. O ato de ler essa simples mensagem pode estar deslocado do tempo e do espaço, já que motoristas podem, por exemplo, fora do ato de guiar um veículo, conversar a respeito do contexto no qual se encontra a placa, seja por ela estar muito próxima à curva, seja por estar deteriorada pelo tempo ou por ação humana. Se, enfim, com uma informação de trânsito o universo de mediações é amplo, as narrativas criminais trazem uma complexidade enorme devido à *função catártica* que possuem.

Partilha-se nesta pesquisa o princípio defendido por Matheus (2011) de que as narrativas jornalísticas criminais são amarradas umas nas outras a partir da serialização, de modo a formar uma espécie de *continuum* narrativo, no qual não se sabe onde e quando começa ou termina uma narrativa. Segundo a autora, essa propriedade que os conteúdos ligados ao binômio segurança/violência detêm faz com que se constitua “uma economia estética do sensacionalismo, que potencializa o poder de mediação dos jornais entre o público, seu ambiente urbano e sua consciência temporal” (MATHEUS, 2011, p. 11-12). Assim, por mais que haja repetições na estrutura das reportagens sobre crimes, conforme destacado na pesquisa empírica com a análise dos dois programas (3. *NOTICIÁRIOS CRIMINAIS: SUSPEITOS/AGRESSORES E VÍTIMAS*), qualquer reincidência no universo das mediações não pode ser vista como algo mecanizado. Nisso consiste a argumentação, já trabalhada, de que as notícias sobre violência podem ser avaliadas como um material volátil sob a perspectiva da produção e como algo mais perecível – sobretudo, ao se levarem em conta as matrizes narrativas em que são estruturadas – quando se pensa nas reconfigurações desse tipo de conteúdo no mundo das mediações.

Essa perenidade cresce ao passo que um assunto ganhe repercussão midiática. Um acontecimento jornalístico, aliás, que aborde uma morte específica gera em boa parte das vezes mais atenção e clamor social, o que reverbera em audiência, do que outra na qual sejam reunidos vários óbitos. Além disso, quanto mais inusitada ou exótica for a morte, quanto mais a pessoa falecida tiver notoriedade, mais o fato tende a tornar-se um acontecimento jornalístico e, depois, permanecer em destaque na agenda do noticiário por mais edições. A observação de Traquina (2005) de que

as pessoas serão notícia pelo menos uma vez na vida, no dia posterior à morte, ou no mesmo dia se for levada em consideração a instantaneidade do jornalismo realizado na *web*, reforça o fato de que a profissão se apega à morte como um critério de noticiabilidade relevante, algo que interfere diretamente nessas narrativas jornalísticas criminais. Os aspectos que marcam uma morte capaz de ser midiaticizada, de possuir visibilidade, demonstram uma faceta do jornalismo que coloca em xeque a própria lógica de retratar o mundo do *jeito que ele é, verdadeiro*. Em outras palavras, a profissão depara-se com um dilema, com uma certa contradição: que atividade de labor é esta na qual se lança um desafio de retratar fiel e objetivamente, dentro de determinada periodicidade, o cotidiano de uma cidade, estado ou país e, simultaneamente, exigir de seus profissionais que procurem por fatos inóspitos que, por gênese, não devem acontecer em todo lugar a toda hora? Como se retrata a realidade ao contar histórias que dialogam com o fantástico, compreendido aqui, por Manna (2013, p. 200), “como um gesto particular de construção de um relato e de envolver o leitor”?

Esse princípio mostra, por um lado, a força da singularidade num acontecimento jornalístico (GENRO FILHO, 1987) e, por outro, a necessidade de se pensar na questão da dramaticidade, propriedade inerente ao fazer jornalístico e que ganha nítidos contornos nas narrativas jornalísticas criminais. Ao entender o *saber* como forma de poder e exclusão e ao corroborar que há outras formas de conhecimento – entre elas, o jornalismo – busca-se compreender aqui como episódios singulares produzidos por essas narrativas jornalísticas criminais detêm propriedades para se tornarem metonímicos, isto é, o quanto os recursos de encenação utilizados nas narrativas jornalísticas criminais são capazes

de formarem estereótipos e apagarem a singularidade dos indivíduos, fato que parece ter relação estreita com o dilema que o jornalismo contemporâneo enfrenta ao retratar as notícias mais importantes do dia que não acontecem todos os dias.

Para atingir esse objetivo, recorre-se às ausências, ou seja, não ao que fala nesse tipo de construção noticiosa, mas ao que se omite. Santos (2002) defende que há certo grau de miopia no pensamento racional do Ocidente, “pois a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante” (SANTOS, 2002, p. 238). Mesmo com o alto grau de especialização e de saber produzidos pela ciência, a consequência imediata disso, para o autor, é a de que a sociedade científica, aquela na qual os jornalistas são os últimos positivistas, *desperdiça* parte relevante da riqueza social. O interessante da abordagem do autor é o fato de que ele expõe uma série de contradições causadas pela hegemonia da razão ocidental, algumas das quais atingem os interstícios do jornalismo. A mais relevante, para os efeitos desta pesquisa, é o princípio que institui uma *contração do presente* ao mesmo tempo em que propõe uma *expansão do futuro*. Ainda que, sob o ponto de vista quantitativo de tempo, os conteúdos sobre violência sejam repetitivos e se baseiem na lógica do suspense, parece haver contração do presente no jornalismo criminal e, simultaneamente, uma expansão do futuro. Essa é facilmente perceptível a partir da extensão dos medos, das angústias, do ódio e da animosidade com o diferente. Segundo Santos (2002), a lógica da modernidade faz com que a sociedade volte todas as atenções para o futuro – que, invariavelmente, é importante –, mas se esqueça de viver o presente. A proposta do autor, que traça um diálogo com a noção de

humanização, é a de inverter esse raciocínio: “expandir o presente e contrair o futuro” (SANTOS, 2002, p. 239).

Nessa linha de raciocínio, talvez valha uma rápida ponderação sobre a questão da experiência de contração do presente, algo que parece, à primeira vista, contraditório. Ao que tudo indica, o jornalismo criminal é capaz de propiciar um tipo diferente de experiência, mais vinculada à perspectiva de futuro do que necessariamente a de presente. Essa possibilidade permite avaliar o quanto o medo é um recurso estético e discursivo que se manifesta enquanto dispositivo de biopoder, à medida que ele funcionaria como uma forma de proteção à audiência. Essa proteção manifesta-se, sobremaneira, no âmbito das mediações e é responsável por parte da intolerância e de formas de marginalização existentes na sociedade brasileira.

Só com a inversão – isto é, com a expansão do presente e, conseqüentemente, contração do futuro – seria possível conseguir reaproveitar essas informações disponíveis e desprezadas no mundo social, seja pela ciência a qual Santos (2002) observa, seja pelo jornalismo. Ora, se atividade profissional, em geral, aprecia as notícias como transitórias, efêmeras e que tratam de eventos presentes e isolados entre si, por outro lado, ao dar ênfase à singularidade dos acontecimentos e dos personagens (humanização), elas perdem o viés transitório e efêmero ao valorizarem as experiências singulares do tempo presente. Nesse cenário, os conteúdos jornalísticos contribuiriam para o “registro de eventos não só para a história e para a sociologia, mas para o folclore e a literatura; [...] não apenas para as ciências sociais, mas também para as humanidades” (PARK, 2008, p. 65).

Santos (2002) explica ainda que há hegemonia de uma razão de cunho metonímico no Ocidente, ou seja, uma forma de análise do mundo social “obcecada pela ideia da totalidade sob a forma da ordem” (*ibid.*, p. 241). No entanto, valores tão “próximos” à identidade de cunho essencialista de *nação brasileira*, como *ordem* e *progresso*, para uma totalidade de uma sociedade são incapazes de contextualizar as características inerentes às partes que formam e ultrapassam esse todo: em síntese, as partes têm vida própria na *não relação* com o todo. Isso é chamado por Santos (2002) de *sociologia das ausências*, voltada à discussão dos modos de produção da *não existência* frente à razão metonímica. Alcinhas como *ignorante*, *residual*, *inferior*, *local* e *improdutivo* fundamentam-se e reproduzem intolerância, respectivamente, à monocultura do saber científico, à racionalização do tempo linear (noção de progresso ordenado, globalização, modernização, evolução social em fluxo contínuo), à lógica da classificação social (homem *versus* mulher, branco *versus* negro, rico *versus* pobre, magro *versus* obeso), à lógica da escala dominante (global) e à apologia pela produtividade (crescimento econômico como meio e fim). É pertinente notar que os noticiários criminais estudados valorizam parcialmente (já que é um princípio empresarial), pelo viés da sociologia das ausências, apenas a perspectiva regional. Essa abordagem, todavia, ganha novos problemas ao passo que os fatos são pormenorizados a ações individuais de suspeitos/agressores e vítimas (3.6. *PERFIL SOCIAL DE AGRESSORES E VÍTIMAS*).

Embora as características elencadas por Santos (2002) sirvam de sustentação, por exemplo, para que não se compreendam por meio do jornalismo as causas e consequências do fenômeno da violência, é preciso

admitir que esse tipo de notícia detém características que despertam amplos interesses sociais. Isso acontece porque as notícias sobre segurança/violência, a partir de sua estrutura narrativa, detém uma lógica distinta daquela empregada nos *fait divers*, termo cunhado para se referir a notícias efêmeras tidas como extraordinárias e narradas por uma angulação eminentemente ligada ao melodrama e/ou ao entretenimento.

Essa diferenciação abre campo à compreensão das implicações do sensacionalismo nas práticas cotidianas e na produção de sentidos, ao mesmo tempo em que não o reduz exclusivamente à lógica de mercado. Martín-Barbero (2015) reforça essa concepção ao estabelecer uma coesão entre a gênese do discurso sensacionalista com a cultura popular:

O sensacionalismo delinea então a questão dos rastros, das marcas deixadas no discurso da imprensa por uma outra matriz cultural, simbólico-dramática, a partir da qual são modeladas várias das práticas e formas da cultura popular. Uma matriz que não opera por conceitos e generalizações, mas sim por imagens e situações; excluída do mundo da educação oficial e da política séria, ela sobrevive no mundo da indústria cultural, onde permanece como um poderoso dispositivo de interpelação do popular. Claro que fica muito mais fácil e seguro continuar reduzindo o sensacionalismo a um “recurso burguês” de manipulação e alienação. Foi preciso bastante fôlego para se arriscar a afirmação de que “por trás da noção de sensacionalismo, como exploração comercial da reportagem policial, da pornografia e da linguagem grosseira se esconde uma visão purista do popular” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 249-250).

Avaliados dessa maneira, as narrativas jornalísticas dos noticiários criminais superam a notícia em si e invadem o campo das mediações. O resultado desses elos narrativos que produzem sentidos para a violência

está na interdependência na qual essas notícias valorizam a noção de alteridade a um inimigo comum, criam um clima de imprevisibilidade concernente à morte do próprio telespectador e/ou de pessoas próximas a ele e, finalmente, promovem uma percepção de fragilidade inerente ao projeto moderno tardio, em especial a uma de suas principais manifestações: a metrópole (MATHEUS, 2011).

Desde que voltaram a se popularizar na televisão brasileira, no início dos anos 1980, os noticiários criminais utilizam – não cabe ainda o mérito qualitativo sobre esses usos – como estratégia discursiva de endereçamento dois valores intrinsecamente ligados ao campo da ética: a *justiça*, encarada como objetivo específico da ação moral, e a *verdade*, vista como objetivo da ação intelectual (FREITAG, 1992). Há, portanto, uma moral hegemônica dentro dessa estrutura narrativa, capaz de expressar princípios e valores relacionados ao comportamento de homens e mulheres na sociedade, “que se manifesta em diversos planos: psicológico, social, prático-utilitário, jurídico, religioso ou estético” (FREITAG, 1992, p. 23).

Para compreender o estatuto das notícias sobre crimes é preciso desvinculá-las parcialmente dos *fait divers*, ainda que os personagens desse tipo de narrativa sejam projetivos, isto é, catárticos: “É como se o leitor ao invés de dizer: ‘eles morrem em meu lugar’, imaginasse: ‘são os outros que morrem e não eu’” (ANGRIMANI, 1995, p. 27). É necessário demonstrar que, apesar do aparente caráter simplório e rústico de edição e da linguagem, há uma verdadeira economia estética do sensacionalismo (MATHEUS, 2011) que, mesmo atrelada à indústria cultural, contém

vínculos com o discurso dramático originário na tragédia grega¹³. De acordo com Freitag (1992), a tragédia grega carrega três funções elementares: *linguagem*, *educação* e *catarse*. De forma resumida, no primeiro caso a narrativa trágica traz em si “emoções, problemas ou conflitos emocionais e morais” (FREITAG, 1992, p. 19) que partem de um grupo social para a universalidade. Em relação ao segundo aspecto, o texto precisa educar o público para que se torne mais crítico – isso só seria possível a partir da exposição conflituosa de vários pontos de vista. Por último, a função catártica é aquela que explora as possibilidades de fazer com que o público consiga se colocar no lugar dos diferentes personagens para sentir amarguras e doçuras, anseios e frustrações, prazeres e dores e, finalmente, sonhos e pesadelos de cada um dos diferentes personagens que compõem a história, em um verdadeiro e complexo processo de identificação.

A tragédia grega alimenta-se da mitologia. O mito, forma original de representação das emoções, dos conflitos, das ações humanas projetadas em personagens mitológicos, fornece a matéria-prima para a trama dos protagonistas da tragédia. Aqui são encenadas emoções e conflitos universais, vinculados inevitavelmente à condição humana, com fim trágico (a morte) de quase todos os personagens. Os atores e suas ações assumem feições típico-ideais, quase caricaturais (FREITAG, 1992, p. 19).

Em relação à linguagem, a narrativa jornalística de temas ligados ao binômio segurança/violência atribui elementos próximos da ficção em relação aos personagens. Essa característica se manifesta a partir do

¹³ Não se busca, claro, estabelecer uma comparação em nível de equivalência entre as duas formas de narrativas. A linha argumentativa volta-se a algumas heranças que compõem o modo de se contar as histórias de crimes nos noticiários e nas próprias conversas cotidianas.

momento em que ocorrências singulares do fato noticioso adquirem uma força metonímica: isto é, elas “explicam” – e, provavelmente, também reduzem – a vida das pessoas aos fatos expostos na narrativa, algo que instiga e catalisa a formulação de estereótipos. “A construção de personagens no jornalismo implica, ao mesmo tempo, uma de suas matrizes de verdade presumida e um de seus cruzamentos com a imaginação” (CASADEI, 2010, p. 87). A relação entre fato e ficção na exposição dos personagens faz com que se questione um elemento central da área profissional que serve como pano de fundo para o debate ético, que é a busca pela verdade. Casadei (2010) contribui com o debate ao destacar que a construção dos personagens é preenchida por uma série de previsibilidades. Ambientes, descrições físicas ou psicológicas e comportamentos *previsíveis* são “fundamentais para o preenchimento deste vazio semântico inicial característico da personagem” (CASADEI, 2010, p. 90).

A primeira e principal diferença entre o teor de linguagem da tragédia grega com as notícias ligadas a crimes é o tipo de discurso pautado pela polaridade na narrativa criminal. Os conflitos morais, na perspectiva dos relatos criminais, estão resumidos às emoções, problemas e confusões emocionais e morais das vítimas. “A bondade ou a inocência da vítima, por exemplo, podem vir destacadas no texto para relembrar a sua vida. Esses aspectos são comumente construídos em oposição à maldade, à frieza, à crueldade do assassino” (MATHEUS, 2011, p. 33). Essa polarização cria uma diferença estrutural entre a tragédia grega e as narrativas criminais no aspecto educativo. Se a tragédia, conforme já dito, acumula diferentes experiências e pontos de vista sobre um determinado fato, a polarização na segunda simplifica o problema ao torná-lo um

conflito do bem contra o mal, algo que catalisa o teor de intolerância e de distinção social. Daí não há necessidade de grandes reflexões para entender no que a narrativa criminal difere da tragédia grega na catarse, bem como as consequências para o jornalismo enquanto espaço de debate pautado pela controvérsia: ela restringe essa função às vítimas, de modo a criar o que Matheus (2011) chama de *narrativas do medo*. Esse tipo de construção, que explora as mazelas sociais produzidas nos grandes centros urbanos, que projeta expectativas e produz memórias e valores culturais de técnicas e princípios de observação inerentes ao jornalismo, atribui condições próximas da ficção, principalmente em relação às fontes chamadas personagens, o que aproxima o jornalismo da ficção e põe mais uma vez em xeque premissas de que o campo trabalha objetivamente com a verdade.

De acordo com Oliveira (2014, p. 21), por se apropriar de matrizes culturais ligadas ao próprio senso comum, o jornalismo constitui-se enquanto instituição social. Essa característica faz com que o campo possa dialogar com diferentes formas de conhecimento, reforçar ou rechaçar elementos ligados à tradição ou à ciência. O autor alega que os jornalistas utilizam estratégias para aproximar o conteúdo do público-alvo, chamadas por ele de *modos de endereçamento*, cuja função é a de “analisar a relação de interdependência entre produtores e receptores na construção do sentido dos textos”. Essas estratégias de endereçamento – que não obtêm êxito completo, por se tratar de “um espaço social formado por uma conjuntura histórica de poder e diferenças sociais e culturais” (AMARAL, 2005, p. 06) – estão atreladas à própria constituição do gênero jornalístico, já que “carregam marcas textuais primárias” (OLIVEIRA, 2014, p. 23). Ao apelar para essas ranhuras, “os programas

investem numa linguagem baseada em uma espécie de conversação com a audiência como forma de se incluir nas práticas cotidianas” (OLIVEIRA, 2014, p. 24), algo que se aproxima da característica oral da televisão elencada por Machado (2000) no capítulo anterior e que complementa a facilidade de consumo desse meio de comunicação em paralelo a outras atividades da vida cotidiana.

Assim, quando se pensa na linguagem jornalística a partir do princípio dos modos de endereçamento, torna-se impossível reduzir a forma como se constrói uma narrativa a atributos intrínsecos aos acontecimentos sem levar em conta elementos que abordem expectativas por parte do público (OLIVEIRA, 2014). A principal estratégia para isso é o recurso do sensacionalismo, que tem como referência: a) o uso de fatos *distintos* ou *inusitados*, construídos, paradoxalmente, por imagens prévias; e b) a eliminação das características que o produtor julga como irrelevantes para si, logo, também para o público-alvo. Como uma notícia só se torna de fato sensacionalista durante as produções de significados (ou seja, a partir dos processos de recepção e, principalmente, depois de ser reelaborada pelas mediações) e não nas condições de recepção antecipadas, é possível haver divergências interpretativas sobre o caráter sensacionalista em qualquer veiculação.

Essas “distinções” nas produções de sentidos aumentam tanto quanto maior forem as divergências entre as competências culturais e se alimentam “pela exacerbação de modelos e arquétipos sociais e culturais já sedimentados no imaginário social sobre a narrativa jornalística diária” (AMARAL, 2005, p. 05). Quando um produtor midiático pensa em condições antecipadas de recepção, portanto, ele segue moldes oriundos dos modos de endereçamento que ele acredita que o público-alvo

compartilha. Esses modos de endereçamento “relacionam-se menos como algo que está em um jornal ou programa e mais como um evento que ocorre entre algum lugar entre o social e o individual; ocorre entre o texto e o uso que o espectador faz dele” (AMARAL, 2005, p. 06).

Para que o produtor tenha condições de interpretar e recriar esses modos de endereçamento é necessário que ele julgue conhecer determinadas matrizes culturais do público-alvo. Assim sendo, enquanto os modos de endereçamento estão incorporados à produção da mensagem, à constituição e consolidação de um gênero, a compreensão desses conteúdos está atrelada às influências dessa produção aliadas às práticas do cotidiano. Ligada à matriz dramática, as construções sensacionalistas se manifestam em três momentos, que interagem entre si, ao longo das narrativas televisivas: uso da oralidade; interpretação de compreensão dos problemas cotidianos enfrentados pelo público e, finalmente, um discurso característico, cuja função é impor-se como mediador entre as classes populares e o poder constituído, especialmente em âmbito público.

Dito isso, adaptáveis aos mais diversos suportes tecnológicos e potencialmente capazes de proporcionar um amplo processo de identificação com o público, as narrativas jornalísticas criminais se manifestam enquanto um dispositivo de biopoder que busca moralizar a audiência e a sociedade. Elas se propõem, por meio da oralidade, do fator de compreensão das condições da audiência e do estatuto de mediação entre o “povo” e o governo, formas de justiça que, aliás, podem ultrapassar o âmbito da legalidade. Esse tipo de história é estruturado a partir de apologias ao maniqueísmo e à violência, com ênfase à compaixão pelas vítimas, à dramaticidade e à força metonímica, recursos que, somados ao exagero das representações, fazem-na extrapolar tanto o

compromisso com o real quanto com o imaginário. No que compete ao âmbito das mediações e enquanto recurso estético, esse tipo de narrativa tem potencial para propiciar experiências ao incorporar o medo. Essas experiências se manifestam de maneira genuína enquanto contraem o presente e expandem o futuro; este, sustentado pelo suspense.

2.2. PERSONAGEM: ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE

No cenário de crise de legitimidade pelo qual passa o campo do Jornalismo parece ser cada vez mais relevante entender as implicações das fontes do tipo personagem, sobretudo no que concerne à capacidade de promover *identificação*. No âmbito da literatura, do cinema, da própria televisão e de outros produtos midiáticos ficcionais não é raro que nos espaços de circulação haja confusão entre a pessoa de fato e a personagem, devido à função catártica que os personagens provocam no público. Um exemplo, entre tantos emblemáticos de identificação que acontecem com personagens, ocorreu na telenovela *Vale Tudo*, de Gilberto Braga, exibida pela *Rede Globo* em 1988. Na trama, a vilã Odete Roitman, interpretada por Beatriz Segall, causou ira no público, a ponto de a atriz relatar ter recebido ameaças reais por ser tão má na trama. Segundo Souto Maior (2006, p. 273), uma boa personagem, como Odete Roitman, tem a capacidade de continuar “viva, firme e forte diante dos olhos de quem teve o prazer sádico de acompanhar suas maldades na obra-prima de Gilberto Braga”. As consequências dessa propriedade inerente ao personagem marcante também merecem atenção no jornalismo por pelo menos dois prismas distintos de tramas midiáticas sem compromissos com acontecimentos da vida real: 1)

ético/deontológico, pois a área se posiciona como um dispositivo de índice do real e lida com personagens que, acima de tudo, são pessoas; 2) *humanização*, à medida que são os personagens o tipo de fonte que detém o maior potencial para a construção de histórias que criem engajamento e, simultaneamente, fujam do conflito bem versus mal, apontando a ambivalência do ser humano em suas escolhas e comportamentos e tornando o mundo mais complexo e rico.

De maneira resumida, as preocupações com a questão das representações e, conseqüentemente, dos personagens, surgiram ainda na Grécia Antiga. Sócrates, por exemplo, acreditava em uma relação direta entre mimese e ética, de modo que a poesia, de acordo com o filósofo, ocupava espaço central na formação do caráter dos jovens, sobretudo aqueles que deveriam se dedicar no futuro à política (MUNIZ, 2010). Com um viés pessimista, o pensador acreditava ainda que alguns tipos de vícios e malogros deveriam ser extirpados da poesia. O receio de Sócrates era que essas imagens negativas fossem assimiladas pelo público, algo que remete a uma interpretação vinculada à capacidade moralizadora e educativa da arte. Mais que isso: o filósofo criticava veementemente os rapsodos, contadores de histórias que personificavam essas poesias, porque a rapsódia não fazia com que o declamador extraísse algo de dentro de si.

Platão, em *A República*, também encarou a mimese como uma adversária. O filósofo estabeleceu vínculos diretos entre a mimese e a performance, cuja força “estaria na capacidade de envolver o espectador no processo de emulação. O espectador, ao se entregar às emoções que estão em jogo na cena, sofre, através da imaginação, uma identificação empática com o personagem” (MUNIZ, 2010, p. 28-29). Platão, assim,

inaugura o princípio de que a arte não é uma atividade vã, isenta de significações, e sim “um modo poderoso de transformar a vida” (MUNIZ, 2010, p. 29). O pensador condena a mimese por creditar a ela a responsabilidade por desorganizar a cidade tida como ideal, cujas funções deveriam ser divididas essencialmente em três grupos: artesãos, guerreiros e poetas. Ora, se cada pessoa é designada a ocupar um papel dentro de um desses grupos na cidade ideal, o que aponta também para um caráter aristocrático do pensador, “a performance pública produziria (...) indivíduos internamente múltiplos e versáteis, repletos de capacidades e, portanto, incompatíveis com o ideal de Cidade organizada em hierarquia fundada na especialização” (MUNIZ, 2010, p. 30).

Aristóteles foi o pensador que se propôs a sistematizar a mimese, ao valorizá-la como uma espécie de arte¹⁴ da imitação, em contraponto especialmente a Platão. Para Aristóteles, a mimese não é definida pelo valor artístico, e sim pelo valor de verdade: “se, para Platão, a imitação era o distanciamento da verdade e o lugar da falsidade e da ilusão, para Aristóteles, a imitação é o lugar da semelhança e da verossimilhança, o lugar do reconhecimento e da representação” (SANTORO, 2010, p. 45). No entanto, a mimese aristotélica, hegemônica até meados do século XVIII, traz um ponto que dialoga de forma mais próxima ao escopo deste estudo, quando lança mão de uma aproximação entre personagem e pessoa. Para isso, dois aspectos são tidos como essenciais: “a personagem como reflexo da ação humana; a personagem como construção” (BRAIT, 2017, p. 38). Esse vínculo estreito entre personagem e pessoa faz com que

¹⁴ Arte não deve ser entendida aqui em sua essência contemporânea. Para os gregos, a arte estava imbricada a trabalhos manuais que sofriam até com certo desprestígio. As provocações de Platão contra os poetas se davam justamente devido ao fato de o filósofo classificá-los em pé de igualdade com artesãos, carpinteiros e outros tipos de profissionais.

se estabeleça o que é classificado nos estudos literários como *verossimilhança interna da obra*. Significa dizer que toda e qualquer obra, quando consumida, é sustentada por matrizes narrativas pré-existentes. Quando uma pessoa vê uma notícia sobre um crime de estupro, por exemplo, se apropria de valores de outras histórias para preencher os vazios semânticos que o acontecimento singular necessariamente terá. Esse princípio é válido para estruturas narrativas de filmes, séries, telenovelas, notícias e todo e qualquer produto midiático.

Ainda no escopo dos estudos literários, as definições mais contemporâneas do termo trazem um contraponto no que diz respeito à relação entre ficção e realidade. A princípio, um personagem não tem razão de existir extrinsecamente a um texto, o que implicaria em uma negação da existência de personagens reais, uma incoerência de nomenclatura carregada já no jargão jornalístico. Por outro lado, personagens, necessariamente, “representam pessoas” (BRAIT, 2017) ou, em outras palavras, ações potencialmente realizadas por gente real. É no século XIX que se inaugura a visão de essência psicológica dos personagens (*ibid.*). Essa visão amplia ainda mais a questão de identificação e atinge um grau de radicalização com os linguistas formalistas russos, no início do século XX: para esses estudiosos, os personagens não podem ser desvinculados da fábula, que é a seqüência de eventos ocorridos em determinada trama, ou seja, os elementos de coesão entre esses eventos (*ibid.*).

O termo personagem, utilizado por jornalistas e por parte dos estudiosos do campo sem grandes reflexões, todavia, carrega algumas particularidades em relação às interpretações dos textos tidos como ficcionais, justamente pelo estatuto normativo que a primeira área tem

com o princípio da verdade, com o equilíbrio de vozes, com a promoção de debates pautados pela razão e também pela emoção. Ainda assim, o personagem não pode ser separado do todo da narrativa, que contempla não apenas a história em si, mas as condições de produção e circulação desses acontecimentos jornalísticos.

Por isso, o jornalismo tido como de referência pode usufruir de algumas nuances das implicações das narrativas criminais – que, afinal, conseguem estreitar relações com o público – para propor novas formas de lidar com os personagens. Vê-se que essas potencialidades, acima de um olhar enviesado à produção noticiosa ou ao teor moral das mensagens produzidas, algo que refrataria em condenações justas por parte do código deontológico da área, devem ser conhecidas a partir do universo das mediações, dispositivo de circulação dos sentidos que, por essência, é velado. “Velado porque as mediações são simultaneamente significação individualmente codificada e sentido socialmente produzido” (BASTOS, 2008, p. 87).

Se a produção cinematográfica conseguiu propor processos de identificação densos a partir da riqueza dos personagens (FURUZAWA, 2014), o que, sem dúvidas, se traduz também em viabilidade econômica, o jornalismo pode encontrar neste tipo de fonte uma forma de humanizar os relatos jornalísticos ao amplificar o processo de identificação por parte do público. Um alerta argumentativo prévio: isso não significa, em momento algum, afirmar que o jornalismo criminal do modo como é produzido humanize; significa dizer que, sob a ótica regimental, a humanização pode vir a ser um caminho para aumentar a identificação entre público e produto jornalístico – logo, o interesse e reconhecimento da relevância do jornalismo. Essa humanização, aliás, longe de vincular-

se à descoberta de figuras inusitadas ou exóticas para ilustrar de forma estereotipada uma tendência, pode ser pensada a partir de apropriações da matriz melodramática e da compreensão em como os meios de comunicação se relacionam com as demais instituições que interferem de alguma maneira nos processos de negociação, reinterpretação e reelaboração de sentidos ocorridas nas esferas de mediação. Após o advento da internet, em especial, a partir da popularização de redes sociais e dispositivos móveis, cada vez há menos empecilhos para encontrar personagens que ilustrem uma situação cotidiana: o dilema verdadeiro está em caracterizá-los sem estereotipá-los; em relatar acontecimentos jornalísticos a partir das pessoas e não em encaixá-las a pautas pré-estabelecidas. É uma questão de perspectiva: narrar de forma humanizada proporciona mais uma aproximação da famigerada *realidade* do que impor um personagem um enredo com uma moral criada antes mesmo do recolhimento dos depoimentos. Algumas experiências jornalísticas (sobretudo, as publicações com periodicidade mais esparsas) conseguem, por meio da humanização das fontes aliada à apuração rigorosa, construir histórias verdadeiramente singulares, capazes de revelar a ambivalência do ser humano e a complexidade da vida cotidiana. Essas histórias são capazes de marcar e questionar valores arraigados tanto pelo senso comum quanto pela ciência, propondo à prática jornalística manifestar-se enquanto forma de conhecimento cristalizada no singular (GENRO FILHO, 1987), ou seja, em experiências que refratam e/ou intervenham na memória social.

De um paradigma que contempla as notícias como transitórias, efêmeras e que tratam de eventos presentes e isolados entre si a outro que dá ênfase à singularidade dos acontecimentos e dos personagens, as

notícias perderiam o viés transitório e efêmero para valorizarem as experiências singulares do tempo presente.

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da essência dos fenômenos, atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas (IJUIM, 2012, p. 133).

Justificada normativamente a importância de se pesquisar esse tipo de fonte jornalística, o uso do termo *personagem*, a despeito de ser amplamente difundido na rotina produtiva, não é consensual entre pesquisadores da área. Essa restrição se dá justamente devido à origem da palavra que a atrela ao teatro, de gênese ficcional, interpretada como algo integralmente antagônico ao campo da realidade. No entanto, esse termo parece adquirir significado, em especial quando se pensa na perspectiva de representação desses personagens como sujeitos importantes ou notórios. As pessoas, por partirem de um princípio que são protagonistas, tendem a elaborar processos de identificação com o conteúdo jornalístico a partir de personagens que são considerados relevantes. Isso explicaria, em tese, os princípios da estigmatização e da invisibilidade social, à medida que pessoas se identifiquem com a vítima ou com personagens que são próximos a ela (exceção, claro, do acusado, agressor ou

criminoso). A observação é instigante porque parece ir na contramão do princípio de que a imagem é superior às ações, essência da narrativa melodramática. Esse processo de identificação – que é, segundo a perspectiva dos Estudos Culturais, complementado por um processo de diferenciação –, muito particular na narrativa criminal, explicaria os porquês de as brechas semânticas colocarem os personagens no campo da ficção.

Um texto qualquer, indiferente do gênero ao qual pertença, da plataforma na qual é lido ou mesmo da capacidade narrativa, “jamais poderá desenvolver todas as possíveis propriedades de um indivíduo ou coisa, porque de modo algum um mundo narrativo pode ser totalmente autônomo do mundo de referência” (JÁCOME, 2013, p. 185). Desse modo, há as mais variadas brechas semânticas para que o leitor preencha espaços vazios, o que dá a ele ainda mais capacidade para negociar, reinterpretar e reelaborar essas narrativas. É possível verificar no estudo empírico – especificamente na terceira e na quarta aba da planilha de monitoramento dos noticiários criminais – que há espaços para estruturar os perfis sociais de agressores e de vítimas (3.2. *PLANILHA DE MONITORAMENTO DOS NOTICIÁRIOS*). Embora alguns atributos sejam recorrentes e facilmente perceptíveis a partir da análise das reportagens (região geográfica onde aconteceu o crime, faixa etária, sexo e etnia dos envolvidos), o que aguça estereótipos facilmente, outros se tornam mais latentes, o que abre mais espaço para reinterpretações por parte do público (ocupação profissional, renda, escolaridade, entre outras). A *omissão* de informações nesses casos, portanto, além de produto de má apuração e do conseqüente deslize ético da equipe de produção (PEREIRA JUNIOR, 2006), auxilia ainda mais nesse vazio

semântico, o que amplia o leque de interpretações por parte do público. “O uso do passado no jornalismo, com suas informações pretensamente objetivas costuram também alguns sentidos bastante específicos a partir de códigos estereotipados” (CASADEI, 2010, p. 89).

De acordo com Reuter (2007), sob o viés analítico, o estatuto da ficção é formado por uma *história* (espaço no qual se desenvolvem ações, sequências e intrigas), por *personagens* (tipos que, dentro de uma narrativa, possuem distinções e hierarquias, realizam determinadas ações), por fim, *espaços e tempos* (respectivamente, cenário e contexto histórico-social a partir dos quais, no campo do jornalismo, define-se a fixação realista da história). Ao contrário de um narrador literário, no entanto, o repórter deve buscar amarrar essas ações nas etapas de apuração e construção textual. “Para dar sentido aos dados que coleta, um jornalista seria forçosamente levado a explorar as similaridades metafóricas entre os conjuntos de acontecimentos reais e as estruturas de ficção” (CASADEI, 2010, p. 85). Esses elementos são articulados a partir de um recurso essencial para as narrativas jornalísticas criminais, um aspecto que, aliás, auxilia na construção dos personagens de forma central: o testemunho como um dispositivo de confissão.

2.3. TESTEMUNHO: CONFISSÃO DO PERSONAGEM

O termo e a prática do *testemunho* possuem raízes no campo religioso, e ganham notabilidade a partir dos relatos de milagres. O ato de testemunhar eventos não-naturais produzia sentidos e, conseqüentemente, *verdades*, cujas causas e efeitos, sob o prisma da empiria, eram descartadas. Ao se basear no pensamento do filósofo britânico David

Hume, Brito (2012) frisa que a verdade da tradição cristã difere por natureza da científica, pois ao “se fundamentar no testemunho apostólico dos milagres, o faz aprioristicamente, ou seja, baseada em ideias desatreladas de conteúdo empírico” (BRITO, 2012, p. 28). Apesar de o Ocidente possuir raízes na doutrina cristã, o *testemunho* tornou-se uma das principais matrizes quando se pensa no estatuto da confissão – instituída pelo rigor do método, conforme trabalhado no primeiro capítulo – e é inerente ao narrar jornalístico, já que firma um compromisso com o *real* por tratar de depoimentos fornecidos por pessoas que presenciaram (*testis*) ou sobreviveram (*superstes*) a determinado acontecimento. A essência mais contemporânea do termo já o aproximaria das narrativas jornalísticas criminais. Afinal, o predicado que coloca o testemunho como resultado de uma situação trágica ou, no mínimo, de tensão, indica que um “testemunho não é dado apenas por aquele que assiste (vê e/ou ouve), mas também por quem sobrevive aos acontecimentos” (CUNHA, 2012, p. 127). Dito isso, o testemunho fortaleceu-se também como um dos principais dispositivos para a construção de um ideal de comunidade, à medida que proporcionou certo prestígio social a quem auxilia no avanço de uma investigação ou no próprio desfecho de um crime ou situação de tensão, por exemplo. Isso ocasionou uma espécie de compromisso moral para que as pessoas se coloquem, na maioria das vezes em que são convocadas, na condição de testemunhas. O jornalismo se tornou uma das principais arenas, juntamente com o tribunal, para que essas testemunhas pudessem se manifestar, ainda que sob o rigor da lei haja consequências para testemunhos falsos, algo que nem sempre acontece na prática jornalística.

O ato de testemunhar dialoga ainda com o princípio de *cultura da participação*, que pode ser resumida como a disponibilidade que as pessoas têm para produzir bens simbólicos e, por vezes, materiais de forma voluntária e/ou amadora (SHIRKY, 2011). Esse elo social não se consolida apenas porque as pessoas testemunham em frente às câmeras, mas porque produzem sentido a esses relatos na esfera das mediações. Os exemplos, apenas alguns daqueles decorrentes do campo criminal, são múltiplos: uma audiência que se envolve emotivamente com algum crime hediondo mediatizado pelos meios de comunicação; que se propõe a buscar e denunciar um foragido a partir de um retrato-falado ou por uma denúncia anônima; que intercede em um evento de violência na rua com uma vítima desconhecida porque há uma matriz narrativa, também instigada pelos meios de comunicação, que, mesmo com o alerta relativo aos riscos, valoriza “heróis” anônimos; que forma conselhos de segurança nos bairros devido ao crescimento dos índices de violência, entre outros.

Shirky (2011) explica, por meio da metáfora do *efeito gim*, que a cultura de massa, liderada pela televisão, funcionaria como uma espécie de anestésico social que impediria que as pessoas se envolvessem e colaborassem para o desenvolvimento dos espaços públicos, tornando-se seres isolados socialmente. Esses efeitos teriam sucumbido mediante o advento e popularização da internet. No Brasil, mesmo havendo uma predisposição em afirmar que há diminuição do tempo em que as pessoas passam em frente à televisão, segundo a *Pesquisa Brasileira de Mídia*, realizada em 2016, os brasileiros a consomem por mais de três horas diárias durante a semana (3h21), com pequena oscilação para cima nos finais de semana (3h39) – fator que sugere uma certa noção de isolamento. Além disso, 77% dos brasileiros têm o hábito de consumir

televisão todos os dias (BRASIL, 2016b). Esse excesso de dedicação à programação televisiva, explica o autor, teria brechado o espírito coletivo referente às transformações sociais, ao passo que “a decisão de ver televisão muitas vezes antecede qualquer preocupação com o que está no ar num determinado momento” (SHIRKY, 2011, p. 11). A hegemonia desse meio de comunicação, ainda de acordo com o estudioso, seria a principal responsável pela latência da participação social, da falta de generosidade e criatividade no mundo. Como descrito na última parte desta tese, na fase de recepção (5. ESTIGMATIZAÇÃO, INVISIBILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA), embora os entrevistados não tenham, por exemplo, vínculos com trabalhos voluntários e/ou ações sociais, quando se versa para o campo da violência midiaticizada pelos noticiários criminais, fica perceptível que a linha argumentativa defendida pelo autor omite o campo das mediações, espaço e tempo nos quais são partilhadas histórias, que ganham novas conotações a partir do momento em que as pessoas negociam, reinterpretem e reelaboram os conteúdos.

Além de estar, portanto, vinculado a questões de colaboração e participação social, Sennett (2003) defende que o testemunho é uma forma que as pessoas encontram para demonstrar que são dignas de confiança: “Para sermos dignos de confiança, devemos nos sentir necessários; para nos sentirmos necessários, esse Outro tem de estar em necessidade” (SENNETT, 2003, p. 174). Já Sodré (2012) lembra que a possibilidade de uma testemunha relatar um acontecimento importante proporciona a ela o direito à comunicação, à visibilidade, isto é, o *direito a narrar* uma história considerada relevante – daí o próprio caráter de prestígio que repórteres têm quando cobrem (isto é, testemunham) um

acontecimento jornalístico histórico ou relevante. Como as narrativas jornalísticas criminais são pautadas por um princípio de que a violência será extirpada com a eliminação dos criminosos, o que garante a hegemonia de discursos vinculados à militarização da sociedade e à tolerância zero, os testemunhos ratificam a noção de que a sociedade vive um embate constante entre bem e mal. O testemunho, nessas condições, adquire uma conduta moralizante.

Mesmo que não se restrinja a depoimentos jornalísticos, Das (2011), por outro lado, vincula o ato de testemunhar a aspectos psicológicos, à medida que a ação, especialmente quando realizada por uma vítima ou alguém que tenha presenciado de forma direta um evento, estabelece uma ponte entre o acontecimento ocorrido e a própria subjetividade desse interlocutor. Testemunhar, por esse ângulo, seria, além de um ato social, uma descoberta singular e, portanto, um reconhecimento de si mesmo.

É inimaginável propor um modelo de jornalismo que pudesse ser esboçado sem o uso do testemunho, já que parece improvável abarcar noticiosamente fatos da vida cotidiana, especialmente no espaço urbano, sem o apoio desse dispositivo. Uma das mais relevantes propriedades de um testemunho sob o prisma do jornalismo é a possibilidade de legitimar “vozes outras, que não as hegemônicas” (CUNHA, 2012, p. 125). Espaço, portanto, no qual se notabiliza a fonte do tipo personagem – ainda que, claro, outros tipos possam testemunhar –, o testemunho é uma das formas de confissão para se buscar uma *verdade* sobre o fato ao qual se deseja transformar em notícia e, não obstante, para construir personagens. Logo, significa dizer que “sem a construção de personagens também não há jornalismo” (CASADEI, 2010, p. 89). Esses personagens, em detrimento

ao caráter meritório dado ao testemunho de fontes oficiais e de especialistas (ainda que a última categoria seja desprestigiada quando o assunto são os noticiários criminais), auxiliam de forma fragmentada na construção de biografias, embora sejam enquadrados pelo lugar de fala do narrador (CUNHA, 2012). Uma versão relatada por uma fonte testemunhal é fundamental ao jornalismo, já que “desempenha o papel de ‘portadora da verdade’, desde que relate exatamente [*sic*] o ocorrido” (SCHMITZ, 2011, p. 26).

Como dito, mais que uma estratégia jornalística, o testemunho ainda proporciona histórias que são reelaboradas e reinterpretadas, em tempo e espaços distintos, no campo das mediações, a partir da partilha de aspectos de identificação que se estabelecem entre os personagens e o público. Quer dizer, os testemunhos podem ser partilhados por telespectadores a partir de sentimentos como injustiça, humilhação, dó, ira, angústia, ódio, piedade, compaixão e medo, todos eles oriundos de experiências próximas ou similares vividas ou testemunhadas fora do simulacro apresentado pelo noticiário criminal. Essa atribuição do testemunho oferta um dos principais subsídios para que o público possa negociar, reinterpretar e reelaborar os conteúdos de violência.

No jornalismo criminal a amplitude do caráter testemunhal possibilita que se avaliem o personagem em vários níveis, conforme apresentado na primeira parte da análise empírica (3. *NOTICIÁRIOS CRIMINAIS: SUSPEITOS/AGRESSORES E VÍTIMAS*). A primeira delas é a *testemunha ocular*, aquela que relata ter presenciado com relativa proximidade ou condição favorável um fato que envolveu terceiro(s). Em um cenário ideal, a melhor testemunha ocular seria o próprio repórter em confrontação com o acontecimento. Desde o advento da fotografia e a

necessidade de a profissão constituir-se como um índice do real, o ato de presenciar acontecimentos é muito valorizado. Entretanto, como o repórter não vivencia a maioria esmagadora dos fatos aos quais cobre, as testemunhas oculares tornaram-se cada vez mais nobres dentro do processo de apuração noticiosa. Apesar de historicamente requisitado pelos jornalistas, esse tipo de testemunha ganha ainda mais notoriedade a partir do advento dos dispositivos móveis ligados a redes móveis e ajudam a reconstruir um acontecimento noticioso.

Um segundo tipo de fonte testemunhal é a *vítima/sobrevivente*, aquela pessoa que relata situações vividas na pele. Em um contexto de valorização da vida, fruto do dispositivo do biopoder, esse tipo tem papel essencial na construção da reportagem nos processos de identificação. Essa categoria de personagem é protagonista quando o assunto é violência, já que o testemunho da vítima marca, de certa forma, o “reconhecimento social do sofrimento, que se define pela noção de direitos. [...] o discurso sobre a violência se volta para o sujeito que a sofreu, a partir de uma noção afirmativa desse sujeito como um sujeito de direitos” (SARTI, 2014, p. 82).

Durante o monitoramento, assunto exposto no próximo capítulo, houve uma percepção de um tipo de fonte inicialmente não prevista, mas que ganhou muita relevância essencialmente na fase de recepção: o personagem *próximo à vítima ou agressor*. Isso se estrutura a partir de uma lógica do jornalismo criminal que é pautada por uma outra instituição significativa na produção de sentidos: a *família*. Em diversas oportunidades, pessoas que não se encaixavam nas duas categorias de fonte descritas acima eram consultadas, fato que chamou a atenção do pesquisador. Esses personagens não eram vítimas nem haviam

testemunhado o crime, mas, devido a laços com vítimas ou agressores, acabavam por ser consultadas pelos noticiários, quase sempre a partir de elementos que estavam vinculados à dramatização ou à recuperação de aspectos da vida pregressa do(s) envolvido(s) no crime.

Suspeito/agressor é um quarto tipo de fonte testemunhal relevante na produção de sentidos. Por estar vinculado ao estatuto da confissão de forma mais direta, esse tipo de testemunho possibilita um leque de abertura para manifestação da moral vigente, seja pelo teor de deboche do suspeito/acusado, pela reação de arrependimento ou mesmo de inocência. Esse último aspecto, em especial, abre margens para questionamentos sobre como o jornalismo lida com o princípio da presunção de inocência (5.3.1. *Vínculos com os noticiários e naturalização da violência*).

Outro tipo de testemunho que parece ter ganhado notoriedade foi o do tipo *consumidor*. Ligado majoritariamente a reportagens que abordam *Crimes Contra o Patrimônio*, como furtos, roubos, latrocínios, entre outros, esse tipo de testemunho está vinculado a uma moral com o mundo do trabalho e, conseqüentemente, das relações econômicas. A despeito de a categoria *consumidor* estar associada a uma concepção contemporânea de cidadania, algo que é ideológico, acredita-se que um dos tipos de testemunho que mais podem configurar em ações pragmáticas distintas no jornalismo criminal seja a do tipo *cidadão*. Ao contrário de todos os outros tipos de testemunho, esse tipo de personagem é capaz de lidar com a temática da segurança/violência a partir de uma concepção de construção de futuros. Se relatos de testemunhas oculares, vítimas/sobreviventes, suspeitos/agressores e consumidores são praticamente incapazes de fornecer elementos concretos para uma

contingência de futuro – já que para esse tipo de fonte o que permanece é o clima de tensão, de medo, de incerteza sobre o desfecho do acontecimento midiático –, é na perspectiva do cidadão que surge uma possibilidade mínima de se vislumbrar cenários futuros a partir do estabelecimento de uma relação dialética com o passado. Nessa lógica, reportagens sobre não-violência sugeririam que há outras formas de lidar com o fenômeno social.

Neste capítulo procurou-se compreender as propriedades das narrativas jornalísticas criminais, uma importante forma de contar histórias que se apropria de elementos da ficção (não entendida nesta tese como sinônimo de mentira). Em seguida, a atenção foi voltada para a compreensão sobre como, potencialmente, os personagens são classificados dentro dessas histórias sobre violência. Disso resultou uma categorização dos principais tipos de personagens utilizados nas narrativas criminais e que moldam as produções de sentidos: *testemunha ocular, vítima/sobrevivente, personagem próximo à vítima/agressor, suspeito/agressor, consumidor e cidadão*.

No capítulo seguinte, a intenção é entender como os noticiários *Tribuna da Massa (Rede Massa)* e *Balanço Geral Curitiba (RICTV)* constroem os personagens nas narrativas sobre crimes.

3. NOTICIÁRIOS CRIMINAIS: SUSPEITOS/AGRESSORES E VÍTIMAS

De gênese empírica, neste capítulo lançam-se questões, em especial a partir da introdução de uma perspectiva de pesquisa que concilia os estudos de mediação/recepção com a análise de conteúdo, visando a reflexão sobre os desafios teóricos, epistemológicos e metodológicos no campo da recepção/mediação para a compreensão das implicações da estigmatização e da invisibilidade social de personagens em noticiários criminais.

O capítulo inicia com ponderações sobre os estudos de recepção, em especial, em relação a problemas metodológicos com que essas investigações lidam. Reitera-se na argumentação a dependência dos depoimentos dos entrevistados e o caráter positivista que pode acompanhar esse tipo de pesquisa, quando não se leva em consideração os integrantes como sujeitos históricos. Em seguida, apontam-se algumas potencialidades que a análise de conteúdo tem para contribuir com os estudos de recepção. Ao proporcionar uma visão estruturante sobre como os meios de comunicação buscam construir narrativamente, bem como entender algumas das estratégias discursivas elaboradas, a análise oferta possibilidades de compreender elementos da produção, mas, acima de tudo, como essas técnicas ganham vida nos espaços de produção de sentidos, a partir de processos de negociação, reinterpretação e reelaboração dos conteúdos.

No tópico seguinte é apresentada a planilha de monitoramento utilizada para a análise de 79 edições de dois noticiários criminais

curitibanos: *Balanço Geral Curitiba*¹⁵, no período de 6 de outubro a 30 de novembro, e *Tribuna da Massa*, entre os dias 6 de novembro de 29 de dezembro de 2017. A planilha, formada por 43 colunas (*APÊNDICE D - Planilha de monitoramento*), serviu para coletar, catalogar e auxiliar na análise das informações referentes à manifestação de estereótipos nas narrativas jornalísticas criminais. O arquivo serviu para serviu de base para atingir ao primeiro objetivo do estudo, que é o de compreender os usos e as implicações da estigmatização e da invisibilidade social no jornalismo criminal.

Ao longo da análise foi voltada a atenção para questões relativas à natureza e tipificação dos crimes midiáticos pelos noticiários e a distribuição geográfica dos episódios de violência. Ademais, houve prudência para estabelecer o perfil social de agressores e vítimas. Além da questão geográfica, avaliou-se também faixa etária, gênero, etnia, renda, acesso à educação formal e ocupação profissional.

3.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO: POTENCIALIDADES QUALITATIVAS

Ainda que cientistas tenham como *missão* a necessidade de conviver com a busca de generalização dos resultados, é necessário abandonar a noção de que a metodologia é um instrumento formal, rígido e neutro para o andamento de uma pesquisa. Braga (2011) auxilia nessa percepção ao frisar que as questões metodológicas são importantes a partir do abandono da ideia do *a fazer para o em fazendo*. “Nessa perspectiva, a metodologia é uma sabedoria na tomada de decisões em

¹⁵ Havia a intenção de analisar 40 edições dos dois noticiários, mas a edição do dia 10/11/2017 foi extraviada dos próprios arquivos da *RICTV* que, gentilmente, cedeu o material solicitado para este monitoramento.

que o pesquisador se vê constantemente envolvido” (BRAGA, 2011, p. 07-08). Bonin (2013) contribui ao frisar que metodologia, enquanto elemento reflexivo, é a esfera que orienta:

(...) a construção da pesquisa em todos os níveis; como lógica em ato que dá feição à construção do objeto de investigação e ao conhecimento produzido, materializando-se em decisões e opções tomadas no percurso em relação à construção de seus componentes, de estratégias, procedimentos, operacionalizações, experimentações e táticas (BONIN, 2013, p. 27).

Mesmo ao abrir possibilidades para compreender a metodologia como concernente à reflexão epistemológica de uma pesquisa, é fundamental olhar para estudos anteriores e perceber lacunas não preenchidas por esses trabalhos. Silva (1985) já apontava algumas das limitações e desafios para epistemologicamente se pensar a recepção televisiva. De acordo com a descrição do autor à época, nos estudos de recepção, entre diversos fatores, não se consideram as distintas percepções “entre os espectadores, ignora-se o fator atenção durante a audiência, confia-se completamente em relatos dos entrevistados a respeito de seu comportamento e atitudes sem nenhum tipo de controle sobre as informações por eles prestadas” (SILVA, 1985, p. 45). Contemporaneamente, Maldonado (2013) lembra que as produções de sentidos se modificaram após o advento das novas tecnologias de informação, de modo a ser cada vez mais incoerente buscar a compreensão dos processos de recepção exclusivamente em meios massivos¹⁶. É fundamental, segundo o autor, perceber que “as formas de

¹⁶ Embora tenha havido uma preocupação durante o trabalho empírico para entender a lógica da recepção para além dos meios massivos, os participantes são majoritariamente ligados à televisão, conforme é possível verificar no item 4.4. LOCALIZAÇÃO, SELEÇÃO E ARRANJO DAS ENTREVISTAS.

circulação quebraram o domínio das mídias hegemônicas, a experimentação vai sendo socializada aceleradamente, a relação com as técnicas é menos mecânica e mais estético/operativa” (MALDONADO, 2013, p. 92). Assim, no que se refere à reflexão metodológica e epistemológica, uma das preocupações é o aprimoramento no tratamento com os partícipes, que devem ser considerados como sujeitos históricos. “O objeto empírico, portanto, não está dado, ele é resultado da inter-relação de teorias e concepções metodológicas. Essa elaboração exige do pesquisador explorar e experimentar formas diversificadas de realizar pesquisa” (ROSÁRIO; AGUIAR, 2013, p. 46).

Com a intenção de experimentar formas diversificadas para realizar a pesquisa e, simultaneamente, procurar laços mínimos para generalizar alguns dos resultados, buscou-se constituir o grupo de telespectadores entrevistados durante a pesquisa de recepção a partir de resultados oriundos de uma análise de conteúdo, sobretudo, pelo recorte geográfico. Método nascido na perspectiva funcionalista, a análise de conteúdo, especialmente quando complementa outras abordagens teórico-metodológicas, pode qualificar a abordagem (ANDRÉ, 2013), inclusive quando se tem como objetivo analisar as construções simbólicas e descobrir estratégias narrativas em produtos jornalísticos. Herscovitz (2010) afirma que as abordagens mais contemporâneas da análise de conteúdo não abrem brechas para uma oposição entre quantitativo e qualitativo, fator que promove integração entre essas duas percepções metodológicas, “de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito” (HERSCOVITZ, 2010, p. 126), aspecto

com o qual houve preocupação durante o desenvolvimento da pesquisa. A análise de conteúdo pode trazer para os estudos de recepção a visão estruturante que os meios de comunicação buscam construir narrativamente, bem como entender algumas das estratégias de endereçamento elaboradas. Afinal, por mais que as notícias sob a ótica da produção sejam vistas como efêmeras, sob o prisma da recepção podem ser avaliadas como carregadas de sentidos mais perenes, já que atuam “como estruturadoras da realidade. Nem só de citações, números e porcentagens são feitas as notícias, mas de concepções de mundo, valores e modelos sociais que norteiam a atuação dos indivíduos” (GOLVÊA, 2015, p. 207).

Com consciência da necessidade mínima de generalização de resultados – o que não significa, sobremaneira, a proposição de um modelo totalizante – e, simultaneamente, com percepções sobre as carências metodológicas dos estudos de gênese funcionalista, a conciliação de métodos e as técnicas de pesquisa podem se tornar uma ação de reflexão epistemológica relevante no fazer científico. Para as intenções desta pesquisa de doutorado, a conciliação metodológica foi realizada a partir de três etapas: a) mapeamento, por meio de uma análise de conteúdo quanti-qualitativa, de perfis sociais de agressores e vítimas em conteúdos noticiosos exibidos em dois noticiários criminais curitibanos, com base em parâmetros como natureza jurídica dos crimes, região geográfica, faixa etária, gênero, etnia, renda, ocupação e acesso formal à educação; b) aplicação de questionário, com recorte inicial pelo parâmetro geográfico identificado na análise de conteúdo, para localização e seleção de telespectadores que moram nas regiões mais midiáticas e que assistem ao(s) programa(s); c) realização de um estudo

de recepção por meio de entrevistas em profundidade com telespectadores que moram nas regiões onde os crimes mais são midiaticizados para entender como esses indivíduos negociam, reinterpretem e reelaboram conteúdos de violência na vida cotidiana.

Há a apropriação, portanto, do caráter mais heurístico da análise de conteúdo, isto é, de seu aspecto mais exploratório, do *fazer para ver o que dá*, inclusive para a formulação metodológica da etapa de recepção. Outro elemento relevante para investigar as produções de sentidos de notícias criminais a partir da análise de conteúdo está na área de abrangência do estudo. Os produtos noticiosos têm recorte majoritário em fatos ocorridos em Curitiba e Região Metropolitana, já que o foco está na compreensão – e, dentro do possível, na generalização – de como se constroem as relações em grandes centros urbanos.

Bonin (2013) lembra que a função heurística também é fundamental na pesquisa exploratória de um estudo de recepção, pois ela é o espaço no qual se geram “elementos concretos do polo da empiria que vão participar no processo de fabricação da proposta investigativa, ao serem colocados em relação com o polo teórico-metodológico da mesma” (BONIN, 2013, p. 29). As experiências exploratórias, continua a autora, podem auxiliar ainda na interpretação das “dimensões da midiaticização em termos de incidência diferencial na configuração dos processos, práticas e produções de sentido; de culturas, de identidades e de memórias; de formas de expressão cidadã” (BONIN, 2013, p. 32). Nessa lógica, o alerta de Maldonado (2013) para o fato de que a relação com os meios de comunicação é mais estética do que técnica pode ser ampliada com a pesquisa de cunho exploratório. Um indício disso está no fato de que o

estudo de recepção foi realizado um ano após a análise de conteúdo¹⁷, o que demonstra que as implicações da violência podem ser avaliadas não pelos assuntos específicos abordados pelos noticiários nas edições estudadas, mas sim pelas regularidades nas formas de se contar histórias que cerceiam esses programas, que detêm uma complexa proposta estética-narrativa, fator que proporciona à própria etapa de recepção *vínculos* e, simultaneamente, certa *autonomia* da análise de conteúdo.

A relação entre os estudos de recepção/mediação e a temática da violência, em especial quando se estudam produtos jornalísticos marcados pela regionalização, precisa ser fortalecida. Vale, a princípio, destacar duas características centrais da violência para compreendê-la em um estudo de recepção. A primeira delas está no campo das *relações de poder*, já que sob o ponto de vista semântico é importante lembrar que há ao longo dos séculos alterações nos usos da palavra violência. Oriunda do latim *vis*, cujo significado é *força*, no século XIII a palavra adquiriu conotação de “abuso da força; no século XX ganhou novo significado: força brutal para submeter alguém” (MAGALHÃES, 2009, p. 321-322). O segundo, tão importante quanto o primeiro, é o fato de que a violência nos meios de comunicação é *qualificada*. Mesmo que haja diversas formas de manifestação de violência, sobrepõe-se a de cunho criminal, conforme reitera o monitoramento. E essa expressão da violência indica a televisão como capaz de propor as “percepções sociais quanto à criminalidade, ao crime, ao criminoso e ao modo pelo qual a sociedade transforma essa questão num problema de interesse público” (ADORNO, 1995, p. 183).

¹⁷ O monitoramento dos noticiários ocorreu nos meses de outubro a dezembro de 2017 e a pesquisa de recepção em setembro de 2018.

Ao entender e partir do pressuposto de que a televisão é uma instituição social que produz sentidos, abre-se a possibilidade de a análise se desvincular do princípio da recepção atrelada a um meio específico. Isso se deve, em princípio, a dois tipos de mediações: a) um aparelho televisor ligado pode não ser “necessariamente sinônimo de recepção do conteúdo veiculado, já que atenção à programação pode estar dividida com a execução de outras atividades” (BRASIL, 2015, p. 16), algo que provavelmente se torne cada vez mais corriqueiro numa sociedade midiaticizada (BONIN, 2013); b) o fato de os processos de recepção de temas ligados ao binômio violência/segurança, em espaços urbanos, deterem propriedades capazes de generalizar alguns resultados, principalmente em relação àqueles que envolvem a formação de estereótipos a respeito do perfil de vítimas e agressores. Essa segunda expectativa é gerada pelo próprio fascínio que as narrativas informativas televisonadas sobre violência geram. Na etapa empírica do estudo realizado por Magalhães (2009), por exemplo, houve crítica dos respondentes em relação ao excesso de violência exibido pelos telejornais. Porém, a dramatização atendia às expectativas, já que os entrevistados “estavam sempre ‘por dentro’ do que tinha sido abordado nos noticiários dos quais reclamavam, provavelmente contribuindo para os altos índices de audiência” (MAGALHÃES, 2009, p. 330).

Com essa observação, percebe-se que essas narrativas detêm aspectos singulares, que certamente as fazem formar teias e propiciar mediações próprias quando o público negocia, reinterpreta e reelabora conteúdos de segurança e violência em suas mediações cotidianas. As implicações dessas narrativas nas produções de sentido não podem ser avaliadas isoladamente pela visão determinista e estruturante oriunda dos

estudos funcionalistas, menos ainda pela reificação do sujeito pregada pela perspectiva crítica. As resistências, entretanto, devem ser relativizadas pelo fato de a televisão ser uma instituição social, com um estatuto discursivo e narrativo próprio.

3.2. PLANILHA DE MONITORAMENTO DOS NOTICIÁRIOS

Com vistas a esquematizar o monitoramento, foi criada uma planilha no *Microsoft Excel* para coletar, catalogar e auxiliar na análise das informações referentes à manifestação de estereótipos nas narrativas jornalísticas criminais. Consiste na planilha a reunião de categorias que propiciam um olhar inicial – relativamente *distante* – do objeto empírico, isto é, a sua forma mais genérica. A questão da filtragem entre as 43 colunas que formam a base de dados proporciona inferências sobre o material, a partir de informações disponíveis nas falas e/ou nas imagens das reportagens dos dois noticiários criminais, em uma análise eminentemente heurística do conteúdo, ponto relatado no tópico anterior. Mediante a identificação de *regularidades* estabelecidas pelo *cruzamento* (filtragens) entre dois ou mais campos, a intenção foi aprofundar a análise a partir de um olhar mais direcionado às inserções selecionadas, aspecto que aproximou, dentro dos limites do método, o olhar a respeito da estrutura e concepção narrativas desses programas.

É preciso observar que, mesmo que se trate de uma etapa basicamente quantitativa da pesquisa, o *corpus* é formado por uma *amostra por conveniência*, isto é, a partir de um grupo no qual os “objetos são escolhidos por conta de sua disponibilidade (...) um tipo de amostra não-probabilística na qual quem está disponível em algum ponto

determinado no tempo é incluído na amostra” (STACKS, 2008, p. 13). Isso significa dizer que os conteúdos noticiosos ligados à violência e segurança que estão dentro do período de tempo para a análise de conteúdo, por conveniência, formam o objeto empírico da pesquisa. Embora seja impossível empreender a análise de conteúdo de forma conjunta com o estudo de recepção, optou-se por procedê-la com um intervalo de tempo para a realização da etapa de recepção. Um fator preponderante para a escolha do período de monitoramento ocorreu devido à mudança de apresentador no *Tribuna da Massa*. Como o gênero criminal se constitui a partir do princípio de *personalização* do âncora, acredita-se que o ato de produzir uma análise com um apresentador e depois discutir as implicações dos conteúdos na esfera das mediações, já com o novo apresentador, pudesse ocasionar algumas divergências na análise. Ao mesmo tempo, optou-se por ignorar o intervalo de tempo referente ao primeiro mês para que o próprio âncora pudesse “se ambientar” ao programa e à audiência, ainda que Eleandro Passaia já tivesse experiência na apresentação da primeira edição da manhã do *Tribuna da Massa*, veiculada entre 7h00 e 8h00, de segunda a sexta-feira. Ainda sobre a opção pela amostra não-probabilística, frisa-se que os resultados foram apresentados em percentuais, mas que não houve intenção do autor em reiterá-los sob o viés estatístico. Um novo monitoramento com os mesmos critérios em intervalo de tempo diferente pode trazer algumas respostas divergentes, ainda que seja pertinente acreditar que mesmo uma amostra probabilística pudesse incorrer a riscos similares; em síntese, a troca do âncora e de outros integrantes da equipe do *Tribuna da Massa*, por exemplo, provavelmente teria comprometido

alguns dos resultados de uma pesquisa de cunho probabilístico realizada antes do ingresso desses novos membros.

Dito isso, entre os campos considerados mais relevantes da planilha estão aqueles que possuem algum tipo de relação com a formação de estereótipos – fato que, por vezes, obrigou o pesquisador a anotar na planilha informações e/ou perspectivas de abordagem que sabidamente eram distorcidas ou falsas, mas que foram ditas por imagens e/ou falas. O mesmo princípio foi válido para informações omitidas, seja de forma proposital ou involuntária, pelos apresentadores que haviam sido tratadas em outras edições. Antes desses fatos ligados à formação de estereótipos, contudo, há uma primeira grande aba (*Tabela 1 - Planilha de monitoramento: noticiário*) na qual constam informações sobre o programa. Além de dois campos preliminares que auxiliam na identificação dos materiais analisados (*data e tempo* de início da inserção dentro do arquivo em vídeo da edição), ela é formada pelos campos dispostos na sequência de tabelas dentro deste item:

Tabela 1 - Planilha de monitoramento: noticiário

Campo	Subdivisões	Definição resumida
Narrativa	Crime em si Inquérito/julgamento/resolução Narrativas sobre ações, comportamentos e/ou medos	Perspectiva de narração na midiaticização dos acontecimentos
Temática	Segurança Violência	Ato do crime, sem quaisquer causas e consequências que extrapolem o mundo do crime <i>versus</i> enfrentamento à violência pelos setores público, privado e/ou sociedade civil
Objeto empírico	<i>Tribuna da Massa</i> <i>Balanço Geral</i> Curitiba	-
Faixa de tempo	Até um minuto Entre um e dois minutos Entre dois e três minutos Entre três e cinco minutos Acima de cinco minutos	-
Tipo de inserção	Reportagem Reportagem especial ou série Notícia Outros formatos	Classificação por formatos noticiosos
Repórter	Nome do repórter responsável	-
Gancho narrativo	Prisão/execução/condenação/inquérito Crime/ato infracional/flagrante Prisão/reclusão/Crime/ato infracional/flagrante Ação/reação a sensação de insegurança	Fator determinante para que o fato vire notícia
Retranca	Descrever palavras-chave que resumam a inserção noticiosa	Reunião de materiais que tratam do mesmo assunto

Fonte: Autor (2018).

No campo *Narrativa* procuram-se apontar inferências a respeito da perspectiva de narração dos eventos noticiosos de segurança/violência, isto é, comparar acontecimentos que abordam eminentemente o *Crime em si* com aqueles voltados às etapas de *Inquérito e/ou operação policial, Julgamento e/ou resolução fora do âmbito criminal*. No primeiro cenário enquadram-se histórias que foram midiaticizadas majoritariamente por meio do evento criminoso, com a hegemonia de detalhes sobre o enredo

das ações tomadas por *suspeitos/agressores* e/ou *vítimas*. Já no segundo cenário foram separados materiais que remetem mais a inquéritos/investigações ou a desfechos processuais constituídos em juízo. É preciso observar ainda que quando aparecem informações sobre a investigação, ocorrências incomuns durante o monitoramento, há também a recuperação do crime, fato que inibiu a criação de uma terceira categoria, híbrida.

Já em meio ao monitoramento percebeu-se a importância de acrescentar à planilha uma terceira categoria, denominada *Narrativas sobre ações, comportamentos e/ou medos*. Ainda que seja possível classificar nela acontecimentos de ordem factual, enquadram-se majoritariamente inserções noticiosas cujas abordagens fazem apologia a determinadas atitudes protagonizadas por integrantes do poder público, privado ou da sociedade civil. Essas ações devem, em maior ou menor escala, formular uma perspectiva de cenário futuro para o evento midiático, estabelecendo, por vezes, diálogos entre causas e consequências. Elas podem ser: de forma *ativa*, quando, por exemplo, volta-se à implantação ou execução de um projeto social com o propósito de fortalecer a cidadania de crianças ou adolescentes ou uma manifestação que reivindique melhores condições a presidiários realizada por familiares dessas pessoas; de forma *passiva*, quando, por exemplo, afere sobre um sentimento de insegurança que moradores de determinado bairro sentem devido a um bosque malcuidado ou mesmo sobre o receio de golpes pela internet.

O segundo campo, *Temática*, é dividido em *Violência e Segurança*. Por *Violência* entendem-se as peças que tratam mais o ato do crime, sem propor quaisquer causas e consequências que extrapolem o âmbito

criminal (as prisões foram enquadradas aqui). Por *Segurança* compreendem-se os acontecimentos noticiosos que privilegiam enfrentamento à violência ou a compreensão de causas e consequências desses eventos pelos setores público, privado e/ou sociedade civil organizada, ainda que não se tenha levado em consideração o caráter ideológico dessas ações. Embora as mortes no trânsito sejam consideradas oficialmente como violentas, materiais relativos à temática só foram computados em casos em que o motorista estivesse comprovadamente embriagado ou que o acidente tivesse ocorrido por conta de fuga policial.

O terceiro campo, *Objeto empírico*, faz a demarcação dos dois noticiários criminais cujos conteúdos foram analisados, a saber, *Tribuna da Massa*, veiculado pela *Rede Massa*, afiliada do *SBT* no Paraná e *Balanço Geral Curitiba*, exibido pela *RICTV/Record*. O quarto campo, *Faixa de tempo*, foi dividido em cinco categorias: *Até um minuto*; *Entre um e dois minutos*; *Entre dois e três minutos*; *Entre três e cinco minutos* e *Acima de cinco minutos*. O tempo foi um parâmetro a mais para a avaliação dos estereótipos por mensurar a exposição dos personagens envolvidos nessas ações. É importante observar que há – essencialmente no *Tribuna da Massa* – eventos criminais nos quais houve mais de uma inserção em uma mesma edição. Esses assuntos são tidos como mais importantes pelas equipes de produção dos noticiários e, para esses casos, as faixas de tempo, ao final do monitoramento, foram somadas.

O quinto campo da aba, *Tipo*, é dividido em: *Reportagem* (estrutura de notícia jornalística formada por *off*, sonora e passagem)¹⁸;

¹⁸ A princípio, havia a intenção de categorizar como reportagem apenas as inserções nas quais pelo menos uma das sonoras tivesse como fonte um dos tipos de personagem. No entanto, optou-se, ao longo da exploração do material empírico, em acrescentar também inserções com fontes policiais, sobretudo, por conta do caráter de personagem ocupado também pelas fontes oriundas das polícias e do Corpo de Bombeiros.

Reportagem especial/série (mesma estrutura mínima que a primeira, mas com um caráter mais abrangente e rigorosa, tanto em relação ao assunto/temática, quanto com o trabalho com as fontes), *Notícia* (tipo que procura relatar tipos de materiais jornalísticos que não sigam a estrutura básica da reportagem – *off*, sonora, passagem –, mas que contenham personagens de forma direta ou indireta – via *off* do repórter ou por meio de imagens). Por fim, há um último formato (*Outros formatos com personagem*) que comporta espaço para os demais tipos de peças jornalísticas que não se enquadrem em nenhuma das definições anteriores, mas que abordem, de alguma maneira, personagens. Como é possível ver nos resultados do monitoramento, houve grande uso da categoria *Outro formato com personagens*, devido ao fato de que esses programas são marcados por entradas ao vivo (ambos os noticiários contam com um repórter no link que apresenta e comenta notícias junto com os âncoras). A princípio, essas inserções noticiosas seriam descartadas; entretanto, como é algo muito recorrente e, sobretudo, porque lidam com entrevistas ao vivo com personagens protagonistas nessas narrativas, percebeu-se já no princípio do monitoramento que o descarte desses materiais provocaria prejuízo à análise, sobretudo, em aspectos ligados à produção de sentidos.

O sexto campo da aba, *Repórter*, foi acrescentado à planilha com a intenção de procurar recorrências na forma de organizar os materiais noticiosos a partir da perspectiva do repórter. O sétimo campo, *Gancho narrativo*, foi criado devido ao fato de alguns temas ganharem repercussão ao longo das edições. Isso porque há materiais noticiosos que tratam dos mesmos assuntos, mas que contêm ganchos narrativos distintos. É dividido em quatro categorias: a primeira delas é

Prisão/execução/condenação/inquérito, quando o foco do material é a captura ou a execução do suspeito por parte da polícia, ou ainda, algo que envolva a condenação ou o andamento do inquérito. A segunda, *Crime/ato infracional/flagrante*, é uma peça noticiosa que tem como gancho um evento criminoso sem qualquer tipo de ação por parte da polícia ou, no mínimo, uma ação que não resulta em prisão. A terceira categoria, *Prisão/reclusão/crime/flagrante*, contempla a junção entre as duas perspectivas. Por fim, a quarta categoria, *Ação e/ou reação à sensação de insegurança*, agrega inserções cujas abordagens privilegiem discursos voltados ao medo, tanto em casos nos quais há sobreposição da sensação de insegurança mesmo sem um fato concreto, quanto em materiais que lidam com consequências de atos traumáticos.

Sétimo e último campo da primeira aba, a *Retranca* tem a intenção de proporcionar um eixo narrativo-discursivo em materiais que tratam do mesmo assunto. Esse espaço possibilita filtrar materiais informativos sobre violência/segurança que foram repetidos em mais de uma edição do noticiário que forma o objeto empírico e/ou um assunto que foi veiculado em duas ou mais datas.

Já na segunda grande aba, nomeada *crime ou ato infracional* (Tabela 2 - Planilha de monitoramento: evento criminal), estão campos nos quais se procura entender os tipos de crime, os horários e regiões onde há maior incidência, bem como se os materiais jornalísticos voltam atenções para causas e consequências desses acontecimentos e, por fim, com que regularidade incita ódios, preconceitos e intolerância. Entre os campos que contemplam essa aba estão:

Tabela 2 - Planilha de monitoramento: evento criminal

Campo	Subdivisões	Definição resumida
Natureza e tipo do crime	<i>ANEXO A - Descrição jurídica e natureza dos crimes mediatizados</i>	Arranjo dos crimes conforme natureza e tipificação
Região	Curitiba / Regional / Bairro Região metropolitana / município Outras localidades /município	Arranjo dos crimes por região geográfica
Turno	Madrugada Manhã Tarde Noite	Arranjo dos crimes por horários
Causas e consequências	Não Sim	Verifica a incidência de causas e consequências que extrapolam o mundo criminal
Apologia explícita à violência	Não Sim	Identifica os conteúdos que incitem violência de forma <i>explícita</i>

Fonte: Autor (2018).

O primeiro e segundo campos dessa aba, *Natureza e tipificação dos crimes*, proporcionam à análise o conhecimento sobre cada tipo de crime, mediante a descrição e a natureza de crimes, penas e localização no Código Penal Brasileiro e/ou leis complementares (as informações de cada categoria estão dispostas no *ANEXO A - Descrição jurídica e natureza dos crimes mediatizados*). Já o terceiro campo, *Região geográfica*, oferece a possibilidade de compreender, sob o viés territorial e, conseqüentemente, político, onde ocorre a veiculação dos crimes. É dividido por bairros e municípios em Curitiba e na Região Metropolitana, localidades onde há a maior incidência de reportagens, tal qual já apontado em André (2012), e restrita a municípios e/ou regiões do restante do Estado (apenas para que se possa mensurar a razão entre crimes na zona mais urbanizada do Estado com as demais). Esses dados propiciam a categorização dos outros campos a partir do parâmetro

geográfico, bem como esse fator pode ou não interferir na construção dos personagens.

Turno no qual o crime ocorreu é o nome do quarto campo. Foi inserido porque há construções discursivas nas narrativas criminais que tendem a denotar à escuridão a incidência de crimes (MATHEUS, 2011). A noite e a madrugada alimentam várias formas de medos, algo que pode, por exemplo, ter relação com a força da visão. Assim, os eventos criminosos foram classificados em *Madrugada* (0h00 às 5h59), *Manhã* (6h00 às 11h59), *Tarde* (12h00 às 17h59) e *Noite* (18h00 às 23h59). Nos eventos noticiosos nos quais não houve explicitação de horário foram usadas genericamente as categorias *dia* e *noite*.

O quinto e sextos campos da aba, *Causas* e *Consequências*, têm como intenção identificar, por meio de informações dispostas nos materiais que formam o *corpus*, a incidência de peças jornalísticas que abordam razões e/ou decorrências de episódios de violência que extrapolam o universo criminal. Por fim, o último campo da aba, *Apologia à violência*, separou os conteúdos jornalísticos que incitam a violência de forma explícita.

A terceira aba oferece os *perfis sociais de agressores e de vítimas* (Tabela 3 - Planilha de monitoramento: vítimas e agressores). Em André (2012), quando se propôs um estudo que se assemelha com esta fase, percebeu-se como boa parte das informações dispostas nos campos a seguir não eram preenchidas, nem por depoimentos dos interlocutores, nem por imagens. À época não houve grandes atenções para esse hiato informativo. Agora, no entanto, fica perceptível que essa *omissão*, além de produto, em boa parte dos casos, de falta de apuração, auxilia ainda

mais em vazios semânticos, fato que amplia o leque de interpretações por parte do público. Dito isso, a aba é subdivida da seguinte maneira:

Tabela 3 - Planilha de monitoramento: vítimas e agressores

Campo	Subdivisões	Definição resumida
Quantidade	-	Indica a quantidade de suspeitos/agressores e vítimas
Ocupação profissional	-	Indica a profissão ou ocupação
Renda	Sem renda formal Até 1 salário mínimo Entre 1 e 2 salários Entre 2 e 4 salários Entre 5 e 8 salários Acima de 8 salários	Indica, quando citado de forma explícita ou implícita, a renda
Escolaridade	Sem acesso à educação formal Até o Ensino Fundamental Até o Ensino Médio Até o Ensino superior Até a pós-graduação	Indica, quando citado de forma explícita ou implícita, a escolaridade
Idade/faixa etária	Infância (0 a 11 anos) Adolescência (12 a 18 anos) Juventude (19 a 29 anos) Vida adulta (30 a 59 anos) Velhice (acima de 60 anos)	Divisão por faixa etária conforme classificação do IBGE
Sexo	Masculino Feminino	-
Etnia	Branco Pardo Preto Oriental Indígena	Divisão étnica conforme classificação do IBGE
Informações sobre passado e futuro	Sim Não	Informações sobre passado e futuro específicas dos personagens

Fonte: Autor (2018).

O primeiro campo, *Quantidade*, serve apenas para agregar o número de vítimas e/ou agressores. Já no segundo, *Ocupação profissional*, procurou-se descrever o exercício profissional de vítimas e agressores. Como há uma forte moral concernente ao mundo do trabalho

(SENNETT, 2003), esperava-se maior incidência de menções à profissão de vítimas, o que auxiliaria na formação, por exemplo, de argumentos popularizados no senso comum como aquele de que criminosos, em hipótese alguma, estão vinculados a atividades produtivas. No entanto, a diferença entre a menção à profissão de vítimas e agressores foi inconsistente, sobretudo, por conta de limitações inerentes à própria planilha de monitoramento.

O terceiro campo da aba, *Faixa de renda*, tem como função identificar em quais tipos de inserções noticiosas a questão econômica é dotada de relevância. Foi dividido em *Sem renda formal*, *Até um salário mínimo*¹⁹ (até R\$ 954,00), *Entre um e dois salários mínimos* (R\$ 954,01 a R\$ 1.908,00), *Entre dois e quatro salários mínimos* (R\$ 1.908,01 a R\$ 3.816,00), *Entre cinco e oito salários mínimos* (R\$ 3.816,01 a 7.632,00) e *Acima de oito salários mínimos* (mais de R\$ 7.632,01).

Do quarto ao sétimo campo, respectivamente, *Escolaridade*, *Faixa etária*, *Sexo* e *Etnia*, houve a intenção de buscar mais elementos com potencialidades de estigmatização. Por fim, os dois últimos campos da aba, *Informações sobre o passado e Futuro dos personagens*, foram criados devido ao fato de que a estigmatização pode forjar tipos ideais de personagens, cujas ações são ou não vinculadas com o passado e o futuro. Há nas narrativas criminais uma separação muito forte entre *Vítimas/sobreviventes* e *Suspeitos/agressores*, à medida que os primeiros quase sempre são detentores de um passado, por vezes, nostálgico, saudoso, e de uma perspectiva de futuro promissora, mas que é brutalmente interrompida por um indivíduo sem passado e sem futuro, a não ser quando se consideram as dimensões do sistema penitenciário ou

¹⁹ Números atualizados, conforme reajuste do salário mínimo, válido a partir de 1° de janeiro de 2018.

da morte violenta. As demais categorias desta aba auxiliam nessa dicotomia entre *suspeitos/agressores* e *vítimas/sobreviventes*.

A quarta e última grande aba da planilha de monitoramento (*Tabela 4 - Planilha de monitoramento: fontes consultadas*) trata das fontes entrevistadas pelo noticiário. Especifica a quantidade e os tipos de que participam das reportagens. Com base nos resultados dessa aba foi possível deter atenção sobre as fontes do tipo personagem, entender como se dá o processo de estigmatização delas, bem como as especificidades com as quais aparecem nos noticiários. A intenção foi extrair desse secionamento da análise elementos para criar uma categorização dos personagens, algo abordado no segundo capítulo (2. *PERFIL SOCIAL DE PERSONAGENS NA NARRATIVA CRIMINAL*, especificamente em 2.3. *TESTEMUNHO: CONFISSÃO DO PERSONAGEM*).

Tabela 4 - Planilha de monitoramento: fontes consultadas

Campo	Subdivisões	Definição resumida
Quantidade	-	Indica a quantidade de fontes consultadas.
Fontes	Oficiais Oficiosas Especializadas Tecnologias de vigilância Confissões em anonimato Personagem: testemunha ocular Personagem: vítima ou sobrevivente Personagem: próxima da vítima ou agressor Personagem: consumidor Personagem: cidadão Personagem: suspeito/agressor Imagens de arquivo ou da esfera digital Outros personagens	Tipifica as fontes conforme a ordem de aparição na inserção noticiosa

Fonte: Autor (2018).

A análise foi realizada a partir do diálogo entre esses campos que formam a planilha, separados meramente por questões de organização.

Essa espécie de *mapa*, em conjunto com a análise mais detalhada de cada uma das peças jornalísticas separadas, ofereceu os subsídios para propor um perfil social de vítimas e suspeitos/agressores. A despeito de sempre ter interessado de forma mais direta as fontes do tipo personagem (agressores e vítimas), para os rumos da pesquisa, elas foram divididas em 13 categorias, a maior parte delas seguindo estudos sobre fontes realizados por outros pesquisadores.

O primeiro tipo são as *oficiais*. Corriqueiramente consultadas por jornalistas que lidam com a temática criminal, a ponto de haver certo grau de dependência que, por vezes, interfere na liberdade jornalística, essas fontes, entendidas como porta-vozes do poder público, têm a finalidade de apresentar informações, dados, *versões* ou opiniões oficiais sobre determinado fato que se tornou um acontecimento jornalístico. Nas palavras de Schmitz (2011), trata-se de um *informante autorizado*. Exemplos: notas ou pronunciamentos oficiais elaborados pelo governo, pelas polícias, Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos. Já as *oficiosas* são fontes que integram de forma direta ou indireta o poder público, mas que se pronunciam, ou produzem documentos, a partir de opiniões particulares, que não necessariamente convirjam com as opiniões do órgão oficial. Segundo Schmitz (2011), são *informantes não-autorizados*, ou melhor, *não necessariamente autorizados*. Exemplos: justificativas de integrantes do poder público a respeito de ações individuais realizadas durante um ato profissional, isto é, um policial que busca justificar, por exemplo, uma ação mal executada. Como os próprios testemunhos de crimes dados por policiais, considerados inicialmente como oficiais, geraram dúvidas nas mais diversas inserções e, além disso, como a incidência de fontes do tipo oficiosas foram esparsas, o

pesquisador tomou a decisão de agregá-las em uma mesma classificação. No que compete ao jornalismo criminal, todavia, parece ser necessário um estudo enviesado sobre os tipos de fontes, algo que supere a lógica de que os depoimentos de policiais, delegados e outros agentes de segurança sejam enquadrados como oficiais.

A terceira classificação utilizada no monitoramento é a das fontes *Especializadas*. Possuem *saber notório* a respeito de determinada área do conhecimento. Quase sempre vinculadas a universidades e/ou institutos de pesquisa, apegam-se à legitimação da ciência enquanto forma de conhecimento para emitir opiniões. No monitoramento foram enquadradas fontes com saber notório que não necessariamente estivessem ligadas a universidades ou institutos de pesquisa, mas raramente esse tipo aparece nesses programas, algo que remete às dificuldades de universalização das temáticas e também a não proximidade que o público-alvo dos dois noticiários tem do universo da educação, temas aprofundados na análise.

Tecnologias de vigilância é o quarto tipo. Interpretadas como *índices do real*, as câmaras de vigilância e os dispositivos móveis se tornaram um tipo popularizado de tecnologia. Esses aparelhos são capazes de produzir imagens-flagrante amadoras e escutas telefônicas, muito utilizadas como forma de recolhimento de confissões durante os inquéritos. Com vista ao estatuto da confissão, o aumento dos dispositivos móveis proporcionou que esse tipo de fonte seja cada vez mais utilizado em noticiários criminais, algo confirmado no monitoramento.

Quinta categoria que pode ser usada pelos programas, as *Confissões em anonimato* são um recurso muito utilizado no jornalismo. Trata-se de personagens, fontes oficiosas ou mesmo especialistas que, por

receio de algum tipo de represália, econômica, política ou mesmo contra a vida, concedem entrevista, de forma consciente, sobre determinado fato jornalístico sem se identificar. Como a confissão em anonimato é um estado de outros tipos de fontes, de modo que uma fonte desse tipo não teria razão de existir pelo simples fato de não querer se identificar, sempre que possível houve a combinação com outro(s) tipo(s) (*exemplo*: uma *personagem/testemunha ocular* que preferiu não se identificar por temor de sofrer represálias).

A sexta categoria, *Personagem/testemunha ocular*, agrega sujeitos que relatam ter presenciado com relativa proximidade ou condição favorável um fato que envolveu outras pessoas. Tende a relatar pormenores do fato que presenciou. A sétima, *Personagem/vítima ou sobrevivente*, arranja indivíduos que relatam ter sofrido ou sobrevivido a um fato que se tornou midiático. No entanto, essa condição é discursivamente formulada a partir de pormenores do fato vivido. A oitava categoria, *Personagem/proximidade com vítima e/ou agressor*, foi acrescentada durante o trabalho empírico, devido ao fato de haver uma incidência significativa de relatos de parentes, amigos e vizinhos de vítimas e suspeitos, algo não previsto na estruturação da planilha. São indivíduos que, por mais que não tenham presenciado o evento criminal, foram consultados pela equipe de produção. Esse tipo de fonte, ainda, agregou pessoas que, mesmo sem se conhecerem, partilhavam de alguns elementos em comum: pais inseguros com crianças que estudam em uma mesma escola, vizinhos que, embora não tenham presenciado ou sofrido com assalto, são entrevistados para opinar a respeito das questões de segurança no bairro, motoristas de aplicativos, como o *Uber*, por exemplo, que são indagados a respeito de um caso de outro motorista que

jamais conheceu, entre outras tantas possibilidades. Significa dizer que a proximidade pode ser tanto pessoal quanto identitária.

A nona categoria, *Personagem/consumidor*, foi criada com a presunção de que estaria ligada eminentemente a acontecimentos jornalísticos que abordassem *Crimes Contra o Patrimônio*, como furtos, roubos, latrocínios, entre outros (*ANEXO A - Descrição jurídica e natureza dos crimes midiáticos*). A décima categoria de fonte da aba, *Personagem/cidadão*, é um tipo que, a princípio, vai na contramão dos citados até aqui. O cidadão é capaz de lidar com a temática da segurança/violência a partir de uma concepção de construção de futuros, de caráter mais contextualizado. É nessa perspectiva que surge uma possibilidade mínima de se vislumbrar cenários futuros a partir do estabelecimento de uma relação dialética com o passado. Assim, reportagens sobre não-violência sugeririam que há outras formas de lidar com o fenômeno da violência urbana que não a repressão policial, mas o leque de materiais que abrangem essa perspectiva é praticamente inexistente.

A décima primeira categoria, *Personagem/suspeito/agressor*, agrupa indivíduos que confessaram ou apenas que são acusados de cometer um crime ou ato infracional. Por estar ligado ao estatuto da confissão de forma direta, esse tipo de testemunho possibilita a manifestação de uma moral vigente, seja pelo teor de deboche, de ousadia ou pela reação de arrependimento do personagem. Já as *Imagens de arquivo televisivo ou do ciberespaço* reúnem o conjunto de imagens ligadas a um evento passado, seja próximo ou distante. Esse tipo é usado quase sempre com a intenção de recuperar assuntos já tratados pelo noticiário, algo recorrente em ambos os programas. A última categoria

associa os tipos de personagens que não se encaixaram em nenhuma das especificidades descritas.

Apresentada a estrutura da planilha de monitoramento, nos próximos cinco tópicos que compõem o capítulo é realizada a análise das edições dos noticiários criminais *Tribuna da Massa* e *Balanço Geral Curitiba*.

3.3. NOTICIÁRIOS *TRIBUNA DA MASSA* E *BALANÇO GERAL*

O *Tribuna da Massa* é veiculado entre segunda-feira e sexta-feira, do meio-dia às 14h00, e aos sábados, das 12h30 às 14h00, na *Rede Massa* de Comunicação, grupo afiliado ao Sistema Brasileiro de Televisão (*SBT*) no Paraná. Autodenomina-se como um programa que “traz notícias de Curitiba e região metropolitana, além dos acontecimentos mais relevantes do Paraná, que *podem afetar o cotidiano da população*” (MASSA, 2018, *grifo adicionado*). Segundo o próprio site, o foco está em “temas diários, notícias da cidade e prestação de serviços” (*ibid.*). Ininterruptamente no ar desde 2001, é o mais antigo do gênero em veiculação em Curitiba.

É apresentado por Eleandro Passaia, 43 anos, desde setembro de 2017, quando substituiu Paulo Roberto Galo. Nascido em Capitão Leônidas Marques, no Sudoeste do Paraná, o novo âncora iniciou a carreira de jornalista no rádio esportivo. Jornalista e documentarista, atuou como repórter da *Rede Record* e da *Globo Internacional*, período no qual trabalhou por sete anos no Japão (*ibid.*). Entre 2009 e 2010 foi secretário municipal, primeiro de Comunicação e, em seguida, de Governo, de Dourados (MS). Na ocasião foi deflagrada a *Operação Uragano*, que investigou crimes de corrupção ativa e passiva em

processos licitatórios. Além do prefeito, mais 12 vereadores do município foram investigados. Eleandro Passaia, que teria sido incumbido da responsabilidade de distribuir propina a vereadores do município sul-mato-grossense, assinou um acordo de delação premiada. O episódio, a título de contextualização, foi relatado em um livro produzido de forma independente pelo próprio âncora:

Assim que assumi a Secretaria de Governo [de Dourados-MS] os primeiros pagamentos [de propina] foram feitos por terceiros. Os próprios empreiteiros entregaram as propinas. Porém, era hora do meu “batismo”. A grande encruzilhada surgiu impiedosa. Precisava decidir que caminho seguir. Eu sabia o que fazer, faltava apenas coragem. A decisão mudaria toda a minha vida, ou a encurtaria ligeiramente [...]. Conversamos [o secretário de Governo e o delegado da Polícia Federal] por 1 hora e 42 minutos. A enxurrada de informações parecia lavar a alma de quem investigava a administração pública há 3 anos, durante a transição de dois mandatos. Deixei claro que eu não era um bandido arrependido, ou em busca de vingança após ter sido traído pelo próprio grupo. Pelo contrário, bem larga e generosa era a porta que me convidava a entrar para o mundo do crime. O dinheiro fácil desviado dos cofres do governo ainda não tinha passado por minhas mãos. Não havia executado nenhum pagamento até aquela data. Minha primeira ação criminosa estava marcada para o dia seguinte. Apresentei meus planos: pediria as contas naquele mesmo dia após deixar a delegacia ou, continuaria no cargo com o propósito de colaborar com a Federal. A segunda opção foi aceita (PASSAIA, 2010, pp. 39-42).

Marcado pelo tom assistencialista e, sobretudo, pela religiosidade (ANDRÉ, 2012), o noticiário sempre teve como marca registrada a personalização do âncora. Passaia chama a atenção pela produção de alguns quadros e reportagens externas que realiza e por fazer, antes,

durante o intervalo e após o programa, *lives* no *Facebook* com pessoas que acompanham a atração pela internet. Durante o monitoramento, dois semanais se destacavam: um no qual o apresentador dava carona a pessoas aleatórias nas ruas de Curitiba e Região Metropolitana e destrincha histórias e outro no qual ele se passava por entregador de gás de cozinha e doava botijões a pessoas que o reconhecessem.

Durante as duas horas de exibição, três equipes de reportagem percorrem a cidade em busca de acontecimentos ao vivo. Além delas, o programa conta ainda com uma equipe de reportagem que produz notícias, sempre ligadas ao mundo do crime ou da violência no trânsito, durante a madrugada. Com a alcunha de *repórter da madrugada*, Iverson Vaz é o que mais se utiliza do recurso do humor e dramatização nas passagens e entrevistas. Além da presença do âncora, há, em uma saleta logo atrás do estúdio, a participação de um outro repórter, Ricardo Vilches, que faz diversas entradas ao vivo e, além disso, repercute temas junto com o âncora. O jornalista ainda produz reportagens externas. Uma última característica marcante, antes de se abordar o monitoramento, é a ausência formal de intervalos comerciais – em verdade, há um *break* quando faltam aproximadamente 10 minutos para o encerramento de cada edição. No decorrer das edições, todavia, entre 12 e 15 inserções publicitárias são feitas, seja pelo próprio âncora, por *promoters* e/ou *spots* gravados.

Já o *Balanço Geral Curitiba* é veiculado entre segunda-feira e sábado, do meio-dia às 14h25, na Rede Independência de Comunicação (*RICTV*), grupo afiliado a *Rede Record* no Paraná e também em Santa Catarina. O *Balanço Geral*, que é um dos principais produtos jornalísticos

da *Record* no país²⁰, possui versões regionais em quase todos os estados brasileiros, fato que reitera a importância em estudá-lo. Autodescreve-se como um noticiário que incentiva “soluções de problemas nas comunidades. O programa traz os fatos do dia e os assuntos informativos, através das matérias diferenciadas, investigativas e comentadas por Gilberto Ribeiro” (*RICTV*, 2018). Tem como perfil telespectadores do sexo feminino (63% da audiência). No recorte etário, 18% do público tem entre 35 e 49 anos, 25% entre 50 e 59 anos, e 36% acima de 60 anos, o que demonstra um perfil de audiência que diverge essencialmente do perfil do agressor avaliado por esta pesquisa (3.6. *PERFIL SOCIAL DE AGRESSORES E VÍTIMAS*). Já em relação ao recorte por classe social, o é voltado essencialmente para a Classe C (51% da audiência). As classes AB (37%) e DE (12%) completam o quesito faixa econômica (*ibid.*).

Desde que foi criado, em 2008 é apresentado pelo radialista Gilberto Ribeiro, 54 anos, nascido em Lages (SC). Em 2010, ele foi eleito deputado estadual pela primeira vez, ocasião em que foi o segundo candidato mais votado para o cargo, com 103.740 votos (RIBEIRO, 2018). Em 2014 conseguiu a reeleição, sendo o quinto candidato mais votado, com 76.110 votos e, em 2018, foi mais uma vez reeleito (60.540). Entre as principais bandeiras do parlamentar, que foi eleito nas duas vezes pelo PSB e que, às vésperas das eleições de 2018, filiou-se ao PP, está a questão da segurança pública (*ibid.*). O apresentador, ao contrário de

²⁰ Apenas no estado de Roraima não há, no horário do almoço, um noticiário criminal nas emissoras filiadas à *Rede Record*. O *Sempre de Bem* é um programa de variedades voltado ao público feminino. Há praças nas quais as atrações não adotaram o nome *Balanço Geral*, mas há uma identidade visual desses produtos que os aproximam, dentro do possível, da marca. Isso acontece com os programas *Fique Alerta* (AL), *Cidade 190* (CE), *Correio Verdade* (PB), *Alô Amazonas* (AM) e *Gazeta Alerta* (AC). Vale mencionar que no Acre há uma versão do *Balanço Geral* exibida no início da manhã. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste há padronização na marca (RECORDTV, 2018).

Eleandro Passaia, dedica-se a noticiários criminais há mais de 30 anos, fato que costuma ser reiteradamente frisado durante as transmissões.

Durante as quase duas horas e meia de exibição, uma equipe de reportagem percorre a cidade em busca de acontecimentos ao vivo. Além dela, há uma equipe de reportagem, comandada pelo repórter Marcelo Borges, que produz notícias, sempre ligadas ao mundo do crime ou da violência no trânsito, durante a madrugada. De forma similar ao *Tribuna da Massa*, além da presença do âncora, há, em uma espécie de estúdio ao ar livre, a participação de um outro repórter, Emanuel Pierin, que faz diversas entradas ao vivo e, além disso, repercute temas junto com o âncora. O jornalista também produz reportagens externas e, ao contrário do repórter que ocupa posto similar no *Tribuna da Massa*, trabalha com o âncora em tom mais descontraído. Há ainda no *Balanço Geral* uma tentativa de repercutir mais temas de outras regiões do Paraná (3.5.1. *Região geográfica do crime*), com ênfase para Cascavel, no Oeste paranaense.

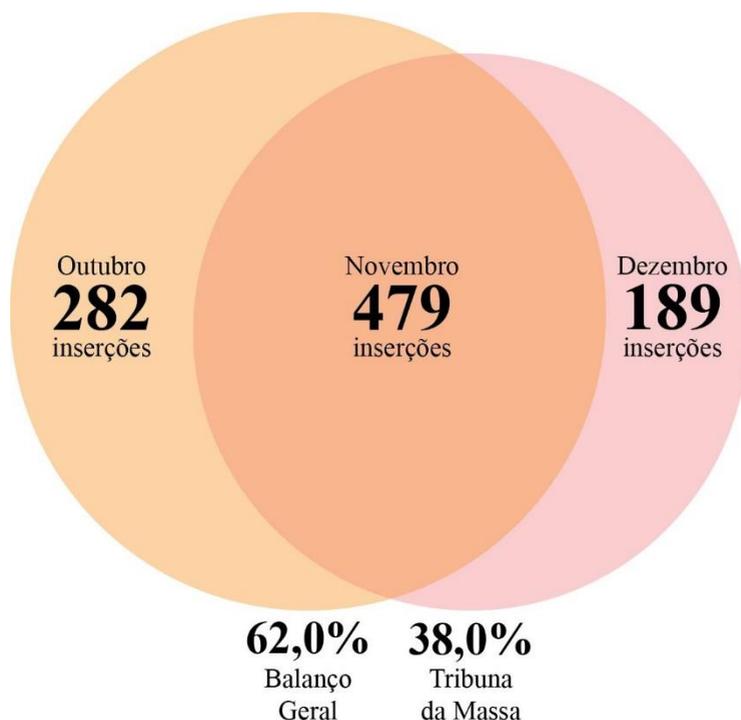
A versão curitibana do *Balanço Geral* não tem uma estrutura rígida no que compete a intervalos comerciais. Há edições divididas formalmente em três blocos e outras nas quais o âncora comanda o programa, a partir do segundo bloco, sem interrupções formais. No *Balanço Geral* há entre oito e 12 inserções publicitárias feitas pelo próprio âncora, por *promoters* e/ou *spots* gravados. Boa parte dessas peças são de empresas que também anunciam no *Tribuna da Massa*, o que sugere uma idealização de público-alvo similar. Por se tratar de duas emissoras geograficamente muito próximas (distância de pouco mais de 1,5 quilômetro), os mesmos *promoters* costumam apresentar as peças publicitárias em ambos. Por fim, o *Balanço Geral Curitiba* exhibe nos

últimos 10 minutos um quadro que é reproduzido, com outros profissionais, também em várias outras praças: *A hora da venenosa* consiste em uma conversa entre o âncora e a apresentadora Valquiria Melnik sobre temas relacionados ao mundo das celebridades.

Apresentadas as principais características dos noticiários, conforme o *Gráfico 1 - Eventos criminais exibidos no Balanço Geral e Tribuna da Massa (outubro a dezembro de 2017)*, foram monitoradas 79 edições, de segunda a sexta-feira, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2017. São 39 edições²¹ do *Balanço Geral* (de 6 de outubro a 30 de novembro) e 40 edições do *Tribuna da Massa* (de 6 de novembro a 29 de dezembro).

²¹ Havia a intenção de analisar 40 edições dos dois noticiários, mas a edição do dia 10/11/2017 foi extraviada dos próprios arquivos da RICTV que, gentilmente, cedeu o material solicitado para este monitoramento.

Gráfico 1 - Eventos criminais exibidos no Balanço Geral e Tribuna da Massa (outubro a dezembro de 2017)



Fonte: Autor (2018).

Os dois noticiários adotam estratégias diferentes no que se refere à variedade de temas exibidos por edição – a média de *episódios distintos* sobre violência/segurança veiculados no *Tribuna da Massa* é de nove por edição, contra 15 por edição do *Balanço Geral*. A característica sobressalente do *Tribuna da Massa* em repercutir dentro de uma mesma edição mais de uma inserção noticiosa fez com se adotasse o critério de reunir, em uma mesma linha da planilha, essas repetições de temas. Para que essa opção metodológica não remeta à ideia de que o *Balanço Geral* midiaticiza mais conteúdos de violência/segurança do que o *Tribuna da*

Massa, a contagem bruta das inserções – que agrega 1064 peças jornalísticas – demonstra maior proximidade entre os dois programas: embora o *Balanço Geral* tenha permanecido durante o período de monitoramento midiaticando mais crimes que o *Tribuna da Massa*, o percentual cai para, respectivamente, 56,95% e 43,05%. Vale lembrar ainda que, para efeitos comparativos, o *Balanço Geral* tem, no mínimo, 15 minutos a mais de exibição, já que o quadro *A hora da venenosa*, que aborda notícias sobre celebridades, ocupa os últimos 10 minutos. Além disso, outro aspecto que interferiu foi o próprio período de monitoramento, já que a exibição de crimes nas proximidades do feriado de Natal caiu drasticamente no *Tribuna da Massa*, a ponto de o âncora chegar a comentar que não havia crimes para exibir. Para os efeitos da análise, porém, são válidos os dados do *Gráfico 1 - Eventos criminais exibidos no Balanço Geral e Tribuna da Massa (outubro a dezembro de 2017)*.

Os dados apontam que, nas 80 horas de material bruto do programa *Tribuna da Massa*, 361 inserções noticiosas envolviam, direta ou indiretamente, matérias ligadas ao binômio segurança/violência. Já nas quase 100 horas de material bruto do *Balanço Geral*, 589 inserções noticiosas envolviam, direta ou indiretamente, materiais ligados a crimes.

Com a finalidade de ofertar subsídios para formular o conceito de jornalismo criminal, optou-se por verificar (*Tabela 5 - Incidência de crimes/infrações por origem temática*) três aspectos dos eventos que foram midiaticados pelo programa: a *narrativa*, o *gancho* e a *temática*, aspectos que se passam a discutir.

Tabela 5 - Incidência de crimes/infrações por origem temática

Narrativa	Tribuna da Massa	Balanço Geral
Crime em si	79,50%	75,89%
Inquérito e/ou operação policial, julgamento e/ou resolução fora do âmbito criminal	13,02%	17,32%
Narrativas sobre ações, comportamentos e/ou medos	7,48%	6,79%
<i>Total</i>	<i>100,00%</i>	<i>100,00%</i>
Gancho narrativo	Tribuna da Massa	Balanço Geral
Prisão/reclusão/execução policial	12,74%	13,07%
Crime/ato infracional/flagrante	54,02%	51,95%
Prisão/reclusão/crime/flagrante	25,48%	26,15%
Ação e/ou reação à sensação de insegurança	7,76%	8,83%
<i>Total</i>	<i>100,00%</i>	<i>100,00%</i>
Temática	Tribuna da Massa	Balanço Geral
Violência	95,01%	91,00%
Segurança	4,99%	9,00%
<i>Total</i>	<i>100,00%</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Autor (2018).

A partir da interpretação dos dados, verifica-se que em ambos os noticiários a maior parte do material monitorado é constituída por narrativas voltadas ao *crime em si*, com abordagens que tendem a não superar o universo da criminalidade (nove a cada 10 eventos noticiados se enquadram nesse aspecto), isto é, não propõem discussões capazes de extrapolar a lógica punitiva. Além disso, nos dois programas, a cada quatro inserções, duas têm como gancho narrativo ações criminais sem resolução por parte da polícia/justiça, uma em prisões em flagrante; a última notícia serviria de espaço para a veiculação de prisões resultantes de inquéritos ou mesmo de condenações, ou ainda, de temas ligados a

ações e reações ao debate sobre segurança pública. Feitas as observações preliminares, busca-se agora explicar como essas três perspectivas se amarram a ponto de solidificar o conceito de jornalismo criminal.

No campo *Narrativa* foram observadas inferências a respeito da perspectiva de narração dos eventos noticiosos. A prevalência de histórias que abordam o *crime em si* no *Tribuna da Massa* (79,50%) e no *Balanço Geral* (75,89%) aponta para materiais em cujos enredos há predominância de pormenores dos eventos de violência, seja em relação a tomadas de decisão por parte de *suspeitos/agressores* e/ou *vítimas*. Tais pormenores mostram-se como essenciais à compreensão da constituição de estereótipos, já que detêm elementos que, direta ou indiretamente, remetem a aspectos em torno de propriedades latentes – pré-concebidas, naturais – dos *suspeitos/agressores* e das *vítimas*.

Sob o viés narrativo, os pormenores de um evento criminoso ganham relevância de acordo com a disponibilidade de tempo para debate por parte do âncora e repórteres. Isso explica, em tese, a maior liberdade ao âncora Eleandro Passaia (*Tribuna da Massa*) para comentar os materiais; e, mais do que isso, justifica o emprego de mais argumentos em prol à apologia de violência contra criminosos, característica mais marcante no *Tribuna da Massa*.

A título de contextualização, dentro do escopo do material analisado há redundância em descrições que remetam à frieza, crueldade, sarcasmo, rebeldia, falta de arrependimento e de vínculo familiar por parte dos *suspeitos/agressores*. Há ainda o pressuposto de que setores do poder público e da sociedade civil organizada, de certa forma, posicionam-se na briga entre bem e mal em favor do segundo, cujos integrantes adquirem reiteradamente direitos; disso resulta, por exemplo,

uma produção de sentidos que se torna relevante para discursos de intolerância contra todo e qualquer tipo de ação criminosa, da mais simples à mais complexa, algo ampliado na etapa de recepção. Em contrapartida, as vítimas costumeiramente aparecem aludindo a sentimentos como medo, injustiça, dor, desespero, revolta e vingança. Essas características aumentam a percepção de que a sociedade vive uma luta perene entre bem e mal, na qual há necessidade de uma luta repressiva para que o primeiro possa triunfar. Essas propriedades ainda estimulam a noção de que o mal tem muita força e que, ao ser capaz de vencer, abre portas para que os aparelhos repressivos entrem em cena, algo que legitima as formas sociais de controle dos corpos.

Essas características são elencadas e exemplificadas na edição que abre o monitoramento do *Tribuna da Massa*, oportunidade na qual foi exibida uma reportagem sobre um taxista assaltado por um casal²², em local não identificado apenas pela inserção. Na própria chamada da reportagem, o âncora destaca a falta de arrependimento e a consequente incapacidade de reabilitação do homem, enquanto aparece no monitor uma imagem congelada do homem atrás das grades (*Figura 1 - Casal assalta taxista e ladrão não se arrepende*) sorrindo com expressão de escárnio, acompanhada de uma trilha que remete a suspense, medo ou terror.

²² *Tribuna da Massa*. 6 nov. 24'40". Disponível em: <https://goo.gl/YB5rY3>. Acesso: 15 dez. 2017.

Figura 1 - Casal assalta taxista e ladrão não se arrepende



Fonte: *Tribuna da Massa* (2017).

O material, assinado pelo repórter Emmanuel Fornazari, que atua na região de Ponta Grossa, tem o seguinte excerto como primeiro *off*: “O taxista disse que *os dois não aparentavam ser bandidos*, por terem sido *bastante simpáticos*. Mas, ao chegarem próximo ao destino, o assalto foi anunciado” (*grifos adicionados*). Em seguida, a vítima, sentada no banco onde ocorreu a ação, relata o momento do crime em si:

[O homem, que estava no banco do passageiro] fez assim com a faca no meu peito [aponta com a mão para o peito, como se segurasse uma faca]. “Não se mexa”, e ela ali atrás: “Se [você] se mexer eu que te acabo”. E ele falou pra ela assim: “[ênfase] Atire, atire se ele se mexer”. Daí, quando eu saí aqui fora, ele me deu um chute aqui, debaixo da costela.

Segundo a reportagem, o casal foi preso quando, após o roubo, fazia um lanche. O material é encerrado com uma sonora do homem já preso. Literalmente atrás das grades (*Figura 1 - Casal assalta taxista e*

ladrão não se arrepende), durante o depoimento, ele se dirige com ar desafiador, que mistura rebeldia e deboche, para a câmera, posicionada pouco abaixo do nível do rosto, o que abre interpretações para a força da maldade daquele homem. Há uma seleção de seis trechos ditos pelo homem, separados sonoramente a partir de quebras pontuadas na trilha de fundo. As duas primeiras são mais extensas e auxiliam na reprodução dos pormenores do fato, enquanto as quatro últimas trazem frases isoladas, unidas pela edição, que remetem a uma personificação que idealiza narrativamente o agressor como uma espécie de *monstro*.

[1] *Robei memo! Robei o táxi, robei o dinheiro, robei o celular...* Só não matei ele [o taxista] porque ele pediu pelo amor de Deus pra não morrer. [2] Eu tava com uma faca – taí na frente [da delegacia]. Tava com uma faca. [ênfase] Mostra! Eu devia ter carcado [a faca] no pescoço dele. [3] Cadeia pra mim é fichinha! [4] Nossa, não tô nem aí. [5] Eu sou usuário de pó, de pedra, de maconha, de gole, de tudo. [6] Tudo o que é do capeta eu tô *drento*.

O tom desafiador, de deboche e de escárnio com a situação é o elemento mais redundante a justificativas a discursos de apologia à violência contra a categoria *criminoso*. Uma das estratégias recorrentes para isso dialoga diretamente com a força dos personagens, à medida que esse tipo de fonte tem como potencialidade a personificação, isto é, uma estratégia narrativa pautada pela capacidade de o público colocar-se no lugar da vítima, conforme discutido no segundo capítulo (2. *PERFIL SOCIAL DE PERSONAGENS NA NARRATIVA CRIMINAL*). O trecho, referente ao comentário de encerramento da inserção, ilustra a situação e, além disso, representa mais uma propriedade pertencente ao gênero: o uso dos pormenores para a redundância narrativa.

[...] O que você faria com um cara desses, minha gente? Onde vai parar o nosso Brasil? Os caras já reconheceram a fragilidade do nosso sistema [penal]. Eles brincam com a nossa cara. Um bandido desse que diz que teve misericórdia... Misericórdia [d]o que, rapaz? Você tem que morrer dentro da cadeia! Se tem alguém que tá chegando aqui agora e, de repente, tá com dó do bandido, então deixa eu fazer uma comparação. Faz diferente: *imagina que esse bandido agora, ele acabou de entrar na sua casa, deu uma facada aqui ó [aponta para o próprio pescoço] em alguém da sua família que você ama demais, depois olhou pra você e diz: “Eu vou ser o próximo. Eu saí ontem da cadeia e eu tô a fim de matar”*. Aí quando ele é preso, essa entrevista que ele vai dar... Escuta só [entra repetição da entrevista] (*grifos adicionados*).

Esse material exemplifica as inserções jornalísticas do monitoramento pertencentes à temática *violência*, aquela que reúne peças noticiosas que tratam essencialmente do ato de um crime, seus pormenores, sem elencar quaisquer causas e consequências que extrapolem o âmbito do crime – um tipo de argumentação muito presente no universo da recepção, especialmente no que se refere ao processo de identificação com a vítima. A falta de apuração e/ou a não apresentação de informações mais concretas como, por exemplo, o valor monetário roubado na ação criminosa, ou mesmo a distância na qual o casal foi encontrado e preso pela polícia, acabam por inviabilizar discussões mais universais, isto é, que extrapolem o âmbito do crime. Ao olhar atentamente para o material, um trecho do próprio *off* do repórter possibilita interpretações acerca disso, quando é dito que o casal de agressores foi encontrado próximo ao local do crime enquanto lanchava. Sem a noção do valor roubado, uma informação que seria facilmente apurada com o próprio testemunho da vítima, não se sabe se essa refeição

foi um ato para *celebrar* o êxito da ação dos assaltantes, o que denotaria a frieza e a insensibilidade dos agressores, ou se por *fome*. Deixa-se, com isso, a narrativa restrita aos pormenores do fato, como se essa circunstância tivesse sido isolada e cujo contexto pudesse ser apresentado pelas ações dos agressores e da vítima irrestritamente.

É crucial ressaltar que a argumentação aqui empregada não busca se configurar como uma defesa ou justificativa para a ação criminosa, nem tem a intenção especulativa de afirmar que o casal se encontrava realmente em situação de penúria, já que não há menções explícitas a isso no material e nem há possibilidades de averiguação no tempo/espaço de produção desta pesquisa. Menos ainda se procura criar um julgamento acerca das tomadas de decisão da equipe de produção desta inserção e das demais apresentadas durante este estudo. No caso citado, a única pista que pode remeter à miséria é a forma como o homem se comunica durante a entrevista, com o emprego das variações linguísticas mais contundentes em relação aos padrões da língua em toda a análise, nos dois noticiários – reproduzidas fielmente no excerto acima. O raciocínio empregado tem vistas a justificar que o evento midiático reduz o problema ao episódio de violência, propriedade recorrente em narrativas jornalísticas criminais. Essa singularidade restritiva a aspectos imprecisos do fato, somada ao depoimento do agressor, simplifica e polariza o acontecimento à maldade latente, desprovida de razão.

Nesse aspecto, informações mais objetivas dos fatos abrem espaço para interpretações na forma de lidar narrativamente com alguns tipos de crimes, algo conseguido com mais ênfase quando os materiais fogem da perspectiva do *crime em si*. Nessas ocorrências se enquadram desfechos processuais e, especialmente, operações policiais. Um material assinado

pelo repórter Tiago Silva relata uma operação policial ocorrida na Vila Torres²³, no bairro Prado Velho e, ao contrário do episódio anterior, expõe, por meio de informações, aspectos que demonstram a própria ineficácia da ação repressiva. A operação, uma parceria entre a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil e a Guarda Municipal de Curitiba, mobilizou dezenas de policiais. Houve, inclusive, o uso de um helicóptero na tentativa vã de cumprimento de 10 mandados de prisão. Foram encarceradas outras seis pessoas, cujos delitos, bem verdade, não foram mencionados na reportagem. Após a exibição, o âncora do *Balanço Geral* busca justificar o feito policial, mas os próprios resultados do evento, cedidos via assessoria de imprensa, o fazem questioná-lo:

Esse tipo de operação tinha que acontecer com mais frequência. Segundo a polícia civil, ao todo, seis pessoas foram detidas e encaminhadas à delegacia. Além disso, foram apreendidas duas balanças de precisão, sendo que uma delas estava com resquícios de cocaína. [Foram apreendidos] 400 gramas de uma substância para mistura da cocaína, 32 gramas de maconha já embalada para a venda, seis gramas [riso rápido em tom de sarcasmo] de cocaína embalada para a venda, três gramas de crack e pouco mais de mil reais em dinheiro. A cocaína apreendida estava escondida dentro de um vaso sanitário. Pra essa megaoperação, um resultado, assim, pífio né? Insignificante (grifos adicionados).

Os próprios desfechos da operação geram argumentos sobre a ineficácia da ação, algo também verificado na exibição do mesmo evento no *Tribuna da Massa*²⁴. No entanto, esse tipo de contradição entre o discurso do âncora – que prega a necessidade de mais atos do gênero – e

²³ *Balanço Geral*. 10 out. 3_05'50".

²⁴ *Tribuna da Massa*. 27 nov. 49'00". Disponível em: <https://goo.gl/RVoADZ>. Acesso: 3 mar. 2018.

os fatos acaba por ser suprimida ou, no mínimo, relativizada pela força das imagens. Na veiculação do assunto em ambos os noticiários há a exibição da imponência do aparato policial, algo que remete a um ideal de que a inteligência da polícia trabalha insistentemente para a captura de criminosos perigosos. Embora os resultados em relação aos recursos destinados à ação tendam a ser tímidos e a prender as pessoas menos importantes na hierarquia do tráfico de drogas, como se pode observar em boa parte das 40 inserções do monitoramento que lidam com operações policiais. Em 30 delas ligadas ao combate ao tráfico de drogas, o poderio repressivo das polícias é continuamente reiterado. Exemplificam essa situação operações que resultam na prisão de pequenos traficantes e distribuidores de drogas, geralmente nas regiões centrais de Curitiba, como a ação policial que prendeu 10 distribuidores de drogas nas ruas do Centro²⁵, outros quatro também no Centro²⁶, 11 homens no São Francisco²⁷, sendo que mais dois foram presos dois dias depois por também traficarem na mesma região²⁸, dois homens na Vila Guaíra²⁹ e, por fim, a operação *Balada Protegida*³⁰, também no São Francisco, que revistou 700 pessoas que frequentavam bares do entorno. A última ação teve como resultado 16 autos de infração de trânsito lavrados e três veículos recolhidos ao pátio do Detran por pendências administrativas, além de terem sido encontradas “drogas com algumas pessoas”. Além delas, há ainda a midiaticização de operações que acontecem em regiões

²⁵ *Tribuna da Massa*. 14 dez. 16'40". Disponível em: <https://goo.gl/edQPL2>. Acesso: 12 jul. 2018.

²⁶ *Balanço Geral*. 27 nov. 2_09'20".

²⁷ *Tribuna da Massa*. 13 dez. 02'35". Disponível em: <https://goo.gl/qxHLzC>. Acesso: 12 jul. 2018.

²⁸ *Tribuna da Massa*. 18 dez. 1°52'45". Disponível em: <https://goo.gl/5SnY4y>. Acesso: 12 jul. 2018.

²⁹ *Balanço Geral*. 23 out. 3_08'05".

³⁰ *Balanço Geral*. 27 nov. 2_24'50" e *Tribuna da Massa*. 27 nov. 1°30'40". Disponível em: <https://goo.gl/RVoADZ>. Acesso: 12 jul. 2018.

mais pobres da cidade, como no exemplo citado na Vila Torres, e também na Favela da Portelinha (bairro Portão), onde oito pessoas foram presas³¹.

A peculiaridade de pormenorizar as ações se manifesta na maior parte inserções dos dois noticiários inseridas no monitoramento que lidam com o *crime em si*. Os depoimentos da fonte personagem *suspeito/agressor*, ilustrados pela situação do casal preso por assaltar um taxista, não são usuais nos materiais, como imaginado no início da pesquisa. Segundo dados do monitoramento, personagens do tipo *suspeito/agressor* aparecem no *Tribuna da Massa* e no *Balanço Geral* em, respectivamente, 6,16% e 6,56% das inserções que tratam do *crime em si*.

A tabela abaixo (*Tabela 6 - Personagens: comparativo entre tipos de fontes nas narrativas e a razão com confissões em anonimato*) reúne as incidências de sete tipos de personagens e, além disso, estabelece a razão dos depoimentos anônimos em relação às inserções. Antes da apresentação dos dados é importante contextualizar que as fontes oficiais e oficiosas, além das tecnologias de vigilância, foram enquadradas como tipo personagem porque, reiteradamente, policiais aparecerem como personagens, seja como testemunhas oculares, ou ainda, como portavozes delas. Essa personificação das fontes oficiais pertencentes às forças de segurança sugere um ideal romantizado da profissão, tema ampliado na fase de recepção, quando se observa o apoio quase incondicional dos telespectadores pela polícia e, por conseguinte, para situações em que há atuação ostensiva. Além disso, a personalização da figura do policial coloca esse tipo de fonte a serviço da construção pormenorizada da narrativa. Dito isso, a qualificação dos personagens e a razão com o grau de anonimato é resumida a seguir:

³¹ *Tribuna da Massa*. 21 dez. 1°50'10". Disponível em: <https://goo.gl/wLm5Su>. Acesso: 12 jul. 2018.

Tabela 6 - Personagens: comparativo entre tipos de fontes nas narrativas e a razão com *confissões em anonimato*

Tipo de personagem	<i>Tribuna da Massa</i>		<i>Balanço Geral</i>	
	Incidência	Razão (anonimato)	Incidência	Razão (anonimato)
Oficial/oficiosa*	29,06%	0%	41,58%	0%
Tec. Vigilância	25,86%	0%	22,76%	0%**
Testemunha ocular	9,36%	50%	8,53%	48,7%
Vítima/sobrevivente	14,04%	30%	7,44%	38,2%
Consumidor/cidadão	0,74%	0%	0,44%	0%
Prox. vítima/agressor	14,78%	15%	12,69%	17,2%
Suspeito/agressor	6,16%	12%	6,56%	13,3%
<i>Total</i>	<i>100,00%</i>	-	<i>100,00%</i>	-

Fonte: Autor (2018).

* Houve a junção das duas categorias devido à baixa representatividade das fontes oficiosas e à própria dificuldade para diferenciar com clareza os depoimentos de policiais.

** Há um depoimento em regime de anonimato oriundo de uma gravação cedida ao programa pela polícia. No entanto, ela foi considerada insignificante na razão.

Verifica-se que acontecimentos midiáticos sobre violência se apropriam em grande escala de depoimentos em caráter de anonimato³², algo pautado nas construções narrativas por um clima de tensão, de instabilidade e de medo por parte dessas fontes. Entre as 782 inserções dos dois programas com, no mínimo, uma fonte utilizada, em praticamente 117 (algo próximo a 15%) elas aparecem na condição de anonimato. Quando se faz o recorte específico para o gênero reportagem, as taxas percentuais de fontes anônimas aumentam ainda mais: das 185 reportagens exibidas pelo *Tribuna da Massa* durante o monitoramento, 56 fontes em regime de anonimato foram ouvidas (30,27%); já no *Balanço Geral* também foram 56 fontes ouvidas em *off* nas 274 reportagens (20,44%). Em síntese, a proporção de fontes anônimas usadas

³² O princípio é válido para testemunhas oculares, vítimas ou sobreviventes, personagens próximos a vítima ou agressor e suspeito/agressor. Na perspectiva narrativa adotada pelos dois programas, as fontes oficiais não teriam motivos para depor em regime de anonimato. Já as tecnologias de vigilância, por si só, são expositivas.

em reportagens pelo *Tribuna da Massa* e pelo *Balanço Geral* é de uma a cada três e cinco consultadas, respectivamente.

Ainda segundo os dados reunidos na *Tabela 6 - Personagens: comparativo entre tipos de fontes nas narrativas e a razão com confissões em anonimato*, a razão de depoimentos em anonimato é qualitativa e diminui consideravelmente no *Tribuna da Massa* e no *Balanço Geral* das *testemunhas oculares* (respectivamente, 50% e 48,7%) para *vítimas/sobreviventes* (30% e 38,2%), *personagem próximo a vítima/agressor* (15% e 17,2%) e, enfim, *suspeito/agressor* (12% e 13,2%). Tal fato sugere, em primeiro lugar, uma preocupação narrativa com fontes que se envolveram em determinado evento de violência pela perspectiva da vítima e que preferem resguardar a imagem. As vítimas/sobreviventes ou testemunhas oculares, em várias oportunidades, sentem medo de represálias, algo que faz com que suas identidades sejam preservadas durante o processo de midiaticização. Por outro lado, o direito à preservação da imagem torna-se menos cuidadoso pelos dois programas quando se levam em conta suspeitos/agressores, algo que suscita um debate sobre o interesse público da exibição dessas imagens. Ainda assim, nesse aspecto pode-se observar um cuidado maior por parte da equipe do *Balanço Geral* que, por exemplo, tende a não exibir o rosto de pessoas presas que optam pelo anonimato. No *Tribuna da Massa*, ao contrário, há diversas exibições nas quais é publicado o rosto da pessoa acusada pelo crime, o que sugere um tom mais combativo do âncora que, somado à tentativa de repercussão maior dos casos, acaba por gerar mais comentários que fazem apologia ao uso de forças repressivas e ostensivas para o combate à criminalidade. A título de ilustração, cerca de 10% das inserções monitoradas do *Tribuna da Massa* fazem algum tipo de

apologia explícita à repressão violenta, contra 4% das peças veiculadas do *Balanço Geral*.

A escassez de depoimentos de *suspeitos/agressores*, à primeira vista, diminui as potencialidades de estigmatização no noticiário criminal. Porém, essas narrativas se subsidiam de outro elemento para ratificar a estigmatização: o protagonismo de vítimas, de testemunhas oculares, ou ainda, de personagens próximos às vítimas ou agressores.

A última condição é ilustrada por uma matéria produzida pelo repórter Iverson Vaz sobre o homicídio de um rapaz, de 18 anos, em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba³³. Ao se apropriar da captação *in loco* do desespero da mãe da vítima, que encontra o filho caído na rua após ter sido baleado e, além disso, atropelado pelo menos três vezes pelo(s) assassino(s), o material, intrinsecamente ligado à lógica do melodrama, implica de forma direta na crueldade da ação criminosa, ao mesmo tempo em que abre espaços para idealizações sobre o criminoso. A imagem que abre a inserção (*Figura 2 - Mãe chora morte do filho assassinado em Colombo*) cria tensão e inibe o uso de sarcasmo recorrente nas passagens do repórter Iverson Vaz devido a uma característica fortemente trabalhada na concepção narrativa do noticiário: a de que o fenômeno da violência é causa da destruição familiar, algo que ganha relevância na etapa de recepção. A utilização da figura materna – que abraçada ao pai da vítima roga de forma desesperada pragas ao(s) assassino(s) do filho cooptado para o mundo das drogas – não é isenta de significados.

³³ *Tribuna da Massa*. 10 nov. 17'30". Disponível em: <https://goo.gl/R91JW4>. Acesso: 16 dez. 2017.

Figura 2 - Mãe chora morte do filho assassinado em Colombo



Fonte: *Tribuna da Massa* (2017).

O clima de dor, desespero, revolta e a sede de vingança contra o criminoso que, segundo a mãe, estaria escondido nas proximidades do local do crime, produz, necessariamente, uma narrativa de comoção. Os gritos – a mãe parecia acreditar que o(s) algoz(es) do filho poderia(m) escutá-la –, o choro e o ato de debruçar-se diante do corpo proporcionam, mais uma vez, personificação. A equipe de reportagem capta o desabafo:

[*Mãe gritando*]: E vendendo droga nas escolas, nas esquinas... Sabe, você [o agressor] não tem coragem de ir trabalhar como eu vou trabalhar, como cresci trabalhando! *Meu pai me ensinou* que a honestidade é trabalhar! *Não é ficar viciando os filhos dos outros! Vagabundo! Sem-vergonha!* Agora você se escondeu, vagabundo, sem-vergonha, traficante jaguara! Sabe que matou meu filho por 50, 30, 100 reais! E, provavelmente, você está escondido, porque não tem vergonha na cara! [...] Olhe meu filho, a situação: [imagem mostra o corpo do rapaz coberto por um lençol] morto que nem lixo! (*grifos adicionados*).

Se testemunhas oculares, por receio de represálias, evitam se expor às câmeras, por outro lado, o ato de entrevistar familiares, vizinhos ou amigos das vítimas ou agressores faz com que haja menor incidência de anonimato em fontes que são próximas às vítimas ou aos agressores, conforme aponta o monitoramento (*Tabela 6 - Personagens: comparativo entre tipos de fontes nas narrativas e a razão com confissões em anonimato*). É a família, pois, a maior vítima do fenômeno da violência – e ela precisa de espaço para se manifestar. Aqui, aparentemente, a narrativa promove uma relação discursiva dialética entre a singularidade do acontecimento midiático e a universalidade do problema da violência. Todavia, essa universalidade é resumida ao sentimento de insegurança/medo que assola as pessoas tidas como “de bem” ou a “família brasileira”, expressões usualmente utilizadas pelos dois apresentadores e por seus repórteres.

O processo de personificação mostra algumas nuances enquanto estratégia narrativa concernente ao gênero, já que é possível criar engajamento não só a partir da vítima, mas também mediante outras ramificações da fonte personagem. No caso da reportagem analisada, a mãe do rapaz representa, em certa medida, a concepção de destruição trágica – forçada a ponto de sangrar – do vínculo materno. A personificação se dá a partir da perspectiva materna, algo que, inclusive, faz com que o comentário de encerramento da última reportagem feito pelo âncora do *Tribuna da Massa* não fizesse nenhum tipo de apologia à morte do rapaz, algo que aconteceu de forma explícita, por exemplo, na reportagem sobre o roubo ao taxista.

[Âncora - Tribuna da Massa]: Eu fico revoltado porque a gente fica aqui ó... batendo todo o programa: droga, que mata, que faz vítimas na sociedade... E, às vezes, eu tenho impressão de que tem muita gente que não está nenhum pouco interessada em resolver esse tipo de problema. Até quando, pelo amor de Deus, autoridades aqui de Curitiba? Até quando, hein? Crime tá batendo recorde! Apenas um número pra vocês, mais um assassinato! Quantos esse ano? 323 mortes³⁴ apenas aqui na capital em 2017, e daí? Mais um número, sem sensibilidade. *Você já observou que quando nós ouvimos dizer que um drogado morre, muita gente dá graças a Deus. Mas, e essa mãe, o sofrimento dessa mãe. O que é que nós estamos fazendo pelas mães, pelos pais, pelas crianças que ficam órfãs todos os dias, gente? (grifos adicionados).*

Como é possível notar, as três principais reportagens tratadas até aqui tiveram como gancho narrativo duas prisões em flagrante (uma delas referente a uma operação policial da qual não há informações diretas sobre vítimas e agressores) e um crime não resolvido. Há ainda, de acordo com os critérios adotados no monitoramento, mais dois ganchos possíveis de serem abordados nas reportagens: um que trata de prisões em tempo posterior ao crime e/ou a julgamentos e, além disso, um gancho no qual há sobreposição das ações e reações à sensação de insegurança. Voltam-se as atenções a essas duas últimas perspectivas.

A relação temporal entre o ato do crime e a execução de um mandado de prisão ou, em mais escassos casos, condenação, é um aspecto menos presente nos noticiários: ocorre em 13% das peças nos dois veículos. Tal característica é explicada por, no mínimo, dois aspectos: o

³⁴ Com a intenção de “chamar a atenção das autoridades”, o âncora propôs um *ranking* dos homicídios em Curitiba de “pessoas de bem”, ou seja, com a exclusão das mortes computadas de pessoas tidas como “bandidas”.

primeiro, de ordem social, é a impotência da justiça para solucionar e julgar crimes. Segundo Arthur Trindade Costa (2010), pesquisador ligado ao *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, o Brasil apresenta baixas taxas de esclarecimento de homicídios – e, conseqüentemente, de outros crimes também – que, de acordo com o autor, é reconhecida internacionalmente como a tipificação de crime menos complicada de ser solucionada. Com dados de 2002, o autor explica que países ricos apresentam taxas de esclarecimento de homicídios altas: a Alemanha (96%) e o Japão (95%) são as nações que, conforme o estudo, mais solucionam homicídios. Na Inglaterra (81%) e no Canadá (80%), a taxa é também alta; já nos Estados Unidos é regular (64%). No Brasil, embora não haja “um sistema que permita mensurar o desempenho da investigação criminal com segurança” (ARTHUR TRINDADE COSTA, 2010, p. 19), o número de casos denunciados, segundo as pesquisas disponíveis, é inferior a 15% em estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. Já em São Paulo e no Distrito Federal, as taxas superam 50% (*ibid.*). O Paraná não integrou a pesquisa, mas o Ministério Público divulgou no início de 2018 um estudo com a intenção de indicar a efetividade das investigações sobre homicídios em 12 municípios da Região Metropolitana Curitiba. Com exceção de Cerro Azul (município com 100% de esclarecimento dos homicídios), a taxa média varia entre 8,11% (Campina Grande do Sul) e 33,33% (Rio Branco do Sul) (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2018), mas este tema será desdobrado com maior atenção no tópico 3.5.1. *Região geográfica do crime*. Assim, se há baixa resolução de crimes na esfera judicial é presumível que haja também invisibilidade no processo de midiaticização desses casos, o que sugere uma narrativa eminentemente criminal e não investigativa.

Além disso há uma segunda causa para a baixa incidência midiática desse tipo de notícia: os processos tendem a ser mais complexos e a dificultar os pormenores dos crimes, característica recorrente das narrativas jornalísticas criminais estudadas. Essa característica, aliás, de se vincular mais às histórias do que ao âmbito da justiça torna, sob o ponto de vista do público, os noticiários criminais mais objetivos, sobretudo, em relação aos exibidos na *Rede Globo*. Assim, embora as notícias não encontrem espaços para a midiatização de prisões e julgamentos, há êxito.

No monitoramento, em apenas um episódio (veiculado cinco vezes, quatro delas no *Balanço Geral*) houve repercussão a respeito de um julgamento. O evento, porém, carrega particularidades, essencialmente por ser veiculado a partir da ênfase na inocência do(s) réu(s). O julgamento de 13 policiais militares acusados da morte de cinco pessoas – entre elas, três adolescentes, o mais novo com 14 anos – durante uma abordagem, no Alto da Glória³⁵, é considerado o maior da história paranaense a envolver policiais como réus (*Figura 3 – Sentença inocenta PMs da acusação de morte de cinco homens*). A edição do *Balanço Geral* abre com uma multidão em frente ao Tribuna do Júri rezando um Pai Nosso de mãos dadas, logo após a confirmação da absolvição.

³⁵ *Balanço Geral*. 10 out. 1_04'00".

Figura 3 – Sentença inocenta PMs da acusação de morte de cinco homens



Fonte: *Balanço Geral Curitiba* (2017).

Na sequência, o âncora abre o programa da seguinte forma:

A cena emocionante que você acabou de ver aconteceu ontem, logo após a sentença dada no Tribunal do Júri, aqui em Curitiba. Os 12 policiais [sic] militares acusados de matar cinco pessoas – entre elas, três adolescentes – todos foram absolvidos por unanimidade. Depois de nove anos, o tenente, os dois sargentos e nove soldados foram declarados inocentes. Segundo a acusação do Ministério Público, os jovens teriam sido levados para uma área distante, no bairro Atuba, aqui em Curitiba, e lá executados. Os crimes teriam acontecido depois das vítimas não obedecerem uma ordem de parada por parte dos policiais, que estavam em busca de um carro roubado. Mas a defesa dos militares contestou as acusações e afirmou que houve uma intensa troca de tiros entre vítimas e os policiais.

Após a exibição de uma reportagem com mais de cinco minutos, produzida pelo repórter Daniel Santos, com vários eventos e ações da

polícia que aconteceram na noite da morte das cinco pessoas, em 10/09/2009, o âncora encerra o assunto:

Foi uma goleada [o resultado do julgamento]. *U-na-ni-mi-da-de*. Sete a zero. E isso que aconteceu no Tribunal do Júri aqui em Curitiba representa a insatisfação do povo brasileiro em relação a essa guerra entre bandidos e polícia. *Os policiais civis estão com as mãos atadas cuidando de presos nas delegacias...* Os policiais militares hesitam, muitas vezes, em fazer o uso da arma de fogo porque correm o risco de responder processo administrativo, processo criminal, Ministério Público em cima... *E a bandidagem está dando risada*. Nesses trinta e poucos anos falo sempre e repito que eu acompanho segurança pública: “Eles, que estão na contramão de direção, só conquistaram direitos [entre vinheta em tom de decepção]. *Parabéns ao doutor* [nome do advogado de defesa]” (*grifos adicionados*).

Fica explícita na fala a tentativa de legitimar o resultado do julgamento, bem como uma espécie de cobrança para que a polícia tenha autorização para atirar sem ser investigada, algo recorrente nos comentários dos dois âncoras, mas especialmente do apresentador do *Balanço Geral*. Essa percepção endossa um princípio de que o jornalismo criminal tenha uma relação promíscua com as forças policiais. No entanto, nem sempre há afinidade. Quase um mês e meio após a veiculação do fato citado, o programa *Tribuna da Massa* entrevistou em estúdio o advogado de defesa dos policiais³⁶, após o Ministério Público ter entrado com um pedido de impugnação da sentença por avaliar que os jurados se sentiram constrangidos com a presença de policiais fardados no Tribunal do Júri.

³⁶ *Tribuna da Massa*. 28 nov. 37'55". Disponível em: <https://goo.gl/7dvWqP>. Acesso: 7 jul. 2018.

O advogado, notabilizado por defender policiais acusados de crimes oriundos de abuso de autoridade, posiciona-se como representante da corporação, mesmo sem ter vínculos formais. Na interlocução, que dura parte da primeira hora e toda a segunda hora da atração, há um teor impositivo por parte do entrevistado. Em determinado momento, por exemplo, ele questiona sobre os motivos pelos quais o repórter Ricardo Vilches, produtor da reportagem sobre a decisão do Ministério Público, não está no estúdio para questioná-lo. O repórter entra no estúdio e a discussão fica ainda mais acalorada. Há vários temas que decorrem da conversa: questões éticas referentes à atuação de advogados, jornalistas e policiais; pressões a jornalistas por parte da polícia (o que pode, até certo ponto, explicar parte da apologia que esse tipo de programa tem em defender o discurso de legitimação da violência policial, o que também parece inibir a perspectiva de cunho investigativo da atividade jornalística). Embora não seja exatamente o foco desta pesquisa, pelo teor da entrevista realizada percebe-se que a relação entre jornalismo e polícia, costumeiramente avaliada pela literatura como imoral, nem sempre é amistosa.

Dito isso, o monitoramento mostra que os ganchos voltados a crimes e flagrantes são responsáveis, sozinhos, no *Tribuna da Massa* e no *Balanço Geral*, por, respectivamente, 54,02% e 51,95% das inserções. Esses percentuais, no entanto, são ainda mais significativos: há também, respectivamente, em 25,48% e 26,15% das inserções gancho narrativo referente à somatória dos crimes com ações de policiais, contempladas na categoria *Prisão/reclusão/crime/flagrante* (Tabela 5 - *Incidência de crimes/infrações por origem temática*).

De acordo com as informações obtidas via monitoramento, as tecnologias de vigilância são um tipo de fonte que ampliam as possibilidades de flagrantes de crimes, o que, até certo ponto, inibe ou restringe a participação de testemunhas oculares. As tecnologias de vigilância, que contemplam gravações de câmaras de vigilância e de dispositivos móveis, são interpretadas como *índices do real*, por serem capazes de produzir imagens-flagrante amadoras e escutas telefônicas. A tabela abaixo (*Tabela 7 - Uso de tecnologias de vigilância como fonte por gancho narrativo e proporção de exibição no início da inserção noticiosa*) traz o percentual de inserções jornalísticas do monitoramento que se apropriaram desse tipo de fonte e, além disso, apresenta esses dados estabelecendo vínculos com o gancho narrativo das inserções:

Tabela 7 - Uso de tecnologias de vigilância como fonte por gancho narrativo e proporção de exibição no início da inserção noticiosa

Tipo de personagem	Tribuna da Massa		Balanço Geral	
	Tecnologia vigilância	Exibição no início	Tecnologia vigilância	Exibição no início
Prisão/reclusão/execução policial	7,64%	63,63%	9,93%	50,00%
Crime/ato infracional/flagrante	65,28%	78,72%	60,10%	83,72%
Prisão/reclusão/crime/flagrante	21,53%	67,74%	21,28%	83,33%
Ação e/ou reação à sensação de insegurança	5,55%	62,25%	8,69%	72,72%
<i>Total</i>	<i>100,00%</i>	-	<i>100,00%</i>	-

Fonte: Autor (2018).

Com base nos dados, fica perceptível que os dois noticiários usam as tecnologias de vigilância como fator de midiaticização de forma muito similar, com grande ênfase para a exibição dessas imagens-flagrante como gancho das inserções. As diferenças entre as proporções como

gancho devem ser relativizadas, já que, em números absolutos, são poucas exposições, com exceção da categoria *Crime/ato infracional/flagrante*, cuja diferença é pequena (apenas cinco pontos percentuais).

Por fim, durante todo o monitoramento, apenas uma reportagem do *Tribuna da Massa* demonstrou potencial para ampliar o debate sobre a área da segurança pública, ainda que o material não tenha tangenciado em nenhum momento o tema violência. Por não indicar vínculos com o binômio segurança/violência, o material não integra o monitoramento. Todavia, devido ao fato de, do ponto de vista metodológico, tratar-se de uma análise de conteúdo de teor quanti-qualitativo, vale a referência com a intenção de identificar que esse tipo de pauta, ampliado o gancho, possa se tornar mais presente na agenda dos noticiários criminais. A reportagem sobre o *Projeto 5C* (Conscientização, Conhecimento, Cultura, Cooperação e Comunidade)³⁷, produzida pelo repórter Jairo Nascimento, utiliza a capacidade que os meios massivos têm para angariar recursos a projetos e iniciativas de inclusão social. Mesmo tendo como gancho narrativo certo protagonismo do programa para a arrecadação de recursos de construção da sede do projeto, o material abre brechas para discussões sobre *narrativas de não-violência*.

O projeto, desenvolvido em Paranaguá, no litoral paranaense, é voltado ao acesso à cultura por crianças e adolescentes parnaguaras oriundos das classes populares. O gancho narrativo é a construção de uma sede para o projeto, até então improvisada na casa do próprio idealizador. Segundo o repórter, a inserção é veiculada três meses após a equipe do noticiário ter exibido uma reportagem sobre a precariedade do local, apesar da força de vontade do proponente. Assim, após um *flashback* da

³⁷ *Tribuna da Massa*, 5 dez. 1°32'35". Disponível em: <https://goo.gl/wM9jt9>. Acesso: 16 dez. 2017.

primeira visita, realizada pelo repórter Márcio Barros, a reportagem mostra o andamento da obra, feita, de acordo com a inserção, com a ajuda de doações de pessoas que se solidarizaram com a causa a partir da visibilidade propiciada pelo noticiário. Como dito, a matéria não lida nem indiretamente com a temática da violência, mas abre espaço para mostrar que crianças e adolescentes precisam de oportunidades para o desenvolvimento da cidadania, fator que poderia afastá-los da criminalidade.

Já no *Balanço Geral*, dois exemplos que também não integram o escopo do monitoramento merecem destaque: uma reportagem, assinada pelo repórter Emanuel Pierin, sobre uma escola-modelo que atende 300 crianças que corre o risco de fechar devido à falta de investimentos³⁸. A reportagem busca mostrar a importância do acesso à educação, cultura e lazer no processo de formação das crianças. O segundo exemplo é de uma reportagem sobre pessoas que voltaram a estudar depois de mais velhas. O material, assinado pela repórter Tais Santana, busca demonstrar que há possibilidades de voltar a estudar e mudar a perspectiva de futuro.

Os três materiais abrem potenciais para discussão sobre reportagens com perspectiva que discutam a segurança pública pelo viés da educação. No entanto, nenhuma delas estabelece relações com a área de segurança pública.

³⁸ *Balanço Geral*. 1 nov. 2_13'50".

3.4. NATUREZA DOS ATOS DE VIOLÊNCIA E TIPOS DE CRIMES

Contextualizadas as características fundantes dos dois noticiários que servem de objeto empírico para a primeira parte da pesquisa, passa-se agora a olhar para os tipos de episódios de violência que são midiatisados pelos programas. De antemão, a classificação adotada neste estudo não enquadra as várias tipificações possíveis de crimes dentro de um mesmo evento noticioso, e sim a principal tipificação. Trata-se tão somente de uma percepção em torno do trabalho jornalístico apresentado pelos produtores.

Em consonância com a argumentação de Adorno (1995), o monitoramento apontou empiricamente que a violência nos noticiários criminais é *qualificada*. No *Tribuna da Massa* e *Balanço Geral* essa forma de violência se polariza, essencial e respectivamente, em duas especificidades: crimes contra a pessoa (39,61% e 35,99%) e contra o patrimônio (34,07% e 34,12%). Entretanto, quando se apresenta um recorte geográfico primário, observa-se que há discrepâncias nas naturezas dos crimes conforme a localidade (*Tabela 8 – Natureza jurídica dos crimes veiculados pelos noticiários em Curitiba, Região Metropolitana e demais regiões do Paraná*), tema tratado ao longo deste tópico, mas abordado diretamente no próximo item (3.5.1. *Região geográfica do crime*). A tabela abaixo resume a distribuição dos crimes monitorados a partir da perspectiva de natureza desses eventos.

Tabela 8 – Natureza jurídica dos crimes veiculados pelos noticiários em Curitiba, Região Metropolitana e demais regiões do Paraná

Natureza	Tribuna da Massa			Média*
	CTBA	RM	PR	
Contra a pessoa	48,25%	27,97%	23,78%	39,61%
Contra o patrimônio	60,97%	15,45%	24,08%	34,07%
Tráfico/drogas	63,64%	18,18%	18,18%	6,09%
Contra a dignidade sexual	63,16%	26,31%	10,53%	5,26%
Contra a adm. Pública	-	-	-	3,88%
Contra a lib. Individual	-	-	-	1,66%
Contra a inc. pública	-	-	-	1,38%
Contra o meio ambiente	-	-	-	1,11%
Outras**	-	-	-	0,85%
Trânsito***	-	-	-	4,15%
Não se aplica	-	-	-	1,94%

Natureza	Balanço Geral			Média*
	CTBA	RM	PR	
Contra a pessoa	32,07%	31,13%	36,80%	35,99%
Contra o patrimônio	37,81%	16,91%	45,28%	34,12%
Tráfico/drogas	50,00%	15,91%	34,09%	7,47%
Contra a dignidade sexual	-	-	-	3,06%
Contra a adm. Pública	-	-	-	2,38%
Contra a lib. Individual	-	-	-	2,55%
Contra a inc. pública	-	-	-	0,85%
Contra o meio ambiente	-	-	-	0,85%
Outras**	-	-	-	3,91%
Trânsito***	63,34%	-	36,66%	5,09%
Não se aplica	-	-	-	3,73%

Fonte: Autor (2018).

* A média geral considera também os números absolutos do monitoramento.

** Enquadram-se na categoria, além das contravenções relativas a *Polícia de costumes*, crimes contra a *Paz pública*, a *Ordem econômica*, a *Propriedade imaterial*, o *Sentimento Religioso e contra o respeito aos mortos*, de *Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores*, *Posse ou porte irregular de arma de fogo*, *Lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual*,

*** Embora as estatísticas oficiais qualifiquem as mortes no trânsito como violentas, foram consideradas no monitoramento apenas os eventos nos quais o motorista estivesse embriagado e/ou que o acidente tenha ocorrido por conta de fuga policial.

O perfil hegemônico do *suspeito/agressor* envolve personagens que lidam em crimes contra a vida como, por exemplo, homicídio, lesão corporal, maus tratos ou violência doméstica; ou contra o patrimônio, como roubo, furto, dano, estelionato ou receptação. Aqui entra em voga mais um critério recorrente na exibição de crimes. Embora haja hegemonia dos pormenores nas inserções, quando comparados dentro da própria natureza, os crimes contra a vida são midiaticizados proporcionalmente à gravidade dos atos, enquanto a comparação dos crimes contra o patrimônio entre si segue uma lógica menos rígida.

3.4.1. Crimes contra a pessoa

No que se refere aos crimes contra a pessoa, a gravidade do tipo do crime é o fundamento principal para que aconteça o processo de midiaticização. O homicídio é o crime mais grave dentro dessa categoria e prevê penas de reclusão de seis a 20 anos quando é culposo, isto é, quando ocorre por descuido ou imprudência, e de 12 a 30 anos se acontece de forma qualificada, ou seja, quando há intenção de matar por vários fatores. O feminicídio, o ato de matar alguém “por razões da condição de sexo feminino” (BRASIL, 1940), exemplifica uma das formas qualificadas de homicídio no Brasil. Durante todo os três meses de monitoramento, 97 e 150 inserções trataram diretamente de casos de homicídio, respectivamente no *Tribuna da Massa* e no *Balanço Geral*. Os números representam 67,83% de todos os crimes contra a pessoa exibidos pelo primeiro e 70,75% dos veiculados pelo segundo (*Tabela 9 - Tipificação dos crimes de natureza jurídica contra a pessoa em Curitiba e Região Metropolitana*).

Tabela 9 - Tipificação dos crimes de natureza jurídica contra a pessoa em Curitiba e Região Metropolitana no *Tribuna da Massa e Balanço Geral*

Crime	Tribuna da Massa				Balanço Geral			
	CTBA	RM	PR	Geral*	CTBA	RM	PR	Geral*
Homicídio	48,45%	31,96%	19,59%	67,83%	33,34%	38,66%	28,00%	70,75%
Lesão corporal	59,09%	9,1%	31,81%	15,38%	37,04%	-	62,96%	12,74%
Homicídio (tentativa)	46,15%	38,46%	15,39%	9,09%	40,00%	26,65%	33,35%	7,07%
Outros**				7,70%	10,00%	20,00%	70,00%	9,44%

Fonte: Autor (2018).

* A média geral considera também os números de outras regiões do Paraná.

** Maus tratos, Difamação, Injúria, Violência doméstica, suicídio, abandono de incapaz e aborto.

Ainda que exista, conforme a tabela, uma inversão em relação aos critérios de gravidade entre os crimes de tentativa de homicídio e lesão corporal em ambos os noticiários, a gravidade dos crimes de natureza contra a pessoa segue, em geral, uma ordem decrescente de importância. Quando se volta a atenção especificamente para as tentativas de homicídio, percebe-se que na maior parte das notícias as pessoas permaneceram vivas até a midiatização do acontecimento *por detalhes*. Das 13 tentativas de homicídio exibidas pelo *Tribuna da Massa* durante o período de monitoramento, pelo menos oito podem ser consideradas gravíssimas, como são os casos de cinco homens baleados: dois deles no bairro Alto Boqueirão, em Curitiba, um dentro da própria casa³⁹ e o outro na rua⁴⁰, respectivamente, com sete e três tiros; dois deles na Região Metropolitana, em Campo Magro⁴¹ e Almirante Tamandaré⁴²,

³⁹ *Tribuna da Massa*. 14 nov. 17'30". Disponível em: <https://goo.gl/Z5cZBp>. Acesso: 16 dez. 2017.

⁴⁰ *Tribuna da Massa*. 5 dez. 17'30". Disponível em: <https://goo.gl/wM9jt9>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁴¹ *Tribuna da Massa*. 6 dez. 1°25'45". Disponível em: <https://goo.gl/MYHPi8>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁴² *Tribuna da Massa*. 12 dez. 22'10". Disponível em: <https://goo.gl/njxpsL>. Acesso: 17 dez. 2017.

respectivamente, com seis e cinco tiros; e um no interior do estado, em Ponta Grossa, com quatro tiros à queima-roupa no peito⁴³. O último episódio de tentativa de homicídio (qualificado como tentativa de feminicídio) tido como grave trata do evento no qual uma mulher foi empurrada de um penhasco pelo amante, em Quatro Barras⁴⁴. O fato, ocorrido na Estrada da Graciosa, conhecida como uma das principais regiões turísticas nas proximidades de Curitiba, ocorreu após essa mulher ter descoberto que o homem era casado. Ao receber ameaças, o homem decidiu assassiná-la, mas a tentativa foi frustrada. Como se pode perceber, esse caso especificamente detém valores-notícia substantivos que extrapolam o tipo de crime. Além delas, há mais duas inserções cuja origem se dá pelo que as narrativas chamam de confrontos com a polícia. Dois homens foram alvejados, um no Pilarzinho⁴⁵ e outro na Vila Hauer⁴⁶, ambos em Curitiba, por, supostamente, terem tentado matar policiais.

Quanto às inserções restantes, três delas lidam com imagens-flagrantes, uma envolve uma briga familiar e outra uma desavença em bar que resultaram em tiros e/ou facadas em regiões não letais.

Já no *Balanço Geral*, das 15 tentativas de homicídio, 10 são oriundas de esfaqueamento. É comum esse tipo de crime entre familiares ou conhecidos, como a tentativa de um homem de golpear a própria mãe, em Sarandi⁴⁷, de outro ao atacar o irmão⁴⁸ ou de um homem que teve um surto psicótico e esfaqueou quatro pessoas⁴⁹, ambos em Londrina, de uma

⁴³ *Tribuna da Massa*. 12 dez. 24'20". Disponível em: <https://goo.gl/njxpSL>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁴⁴ *Tribuna da Massa*. 30 nov. 46'20" e 51'05". Disponível em: <https://goo.gl/9npAqG>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁴⁵ *Tribuna da Massa*. 6 nov. 42'50". Disponível em: <https://goo.gl/YB5rY3>. Acesso: 7 jul. 2018.

⁴⁶ *Tribuna da Massa*. 9 nov. 43'00". Disponível em: <https://goo.gl/F3kLqG>. Acesso: 7 jul. 2018.

⁴⁷ *Balanço Geral*. 19 out. 3_06'25".

⁴⁸ *Balanço Geral*. 26 out. 1_36'50".

⁴⁹ *Balanço Geral*. 7 nov. 2_27'10".

mulher que atacou o marido, em Colombo⁵⁰, e de um homem que esfaqueou a esposa, no Alto Boqueirão, em Curitiba⁵¹; uma briga generalizada entre familiares que envolveu 10 esfaqueados, no município de Reserva⁵². Além dessas menções, há ainda a de um homem que foi ferido por faca por uma “pessoa conhecida”, no bairro Santa Quitéria⁵³, um vendedor ambulante que, após se desentender com um colega de profissão, o esfaqueou⁵⁴ e, por fim, um homem que foi ferido após uma briga de bar, na Vila Hauer⁵⁵. As demais incidências são similares aos do *Tribuna da Massa*: a tentativa de morte na Estrada da Graciosa, trocas de tiros e tentativas de reação a roubos que resultaram em tiros ou facadas.

Nos dois noticiários as lesões corporais e maus tratos reúnem ações violentas por duas perspectivas: a) de figuras que se colocam como opressoras contra aquelas tidas como vulneráveis; b) daquelas que, em tese, seriam oprimidas, mas que, de maneira inusitada, tornaram-se opressoras. No *Tribuna da Massa* enquadram-se na primeira perspectiva inserções como a da mãe idosa agredida pelo filho⁵⁶, de uma criança de quatro anos pela babá⁵⁷, de um rapaz negro por um grupo *skinhead*⁵⁸, de uma mulher⁵⁹ e um adolescente⁶⁰ agredidos por seguranças, de um morador em situação de rua baleado por um policial militar⁶¹, entre

⁵⁰ *Balanço Geral*. 3 nov. 1_11'00".

⁵¹ *Balanço Geral*. 15 nov. 2_29'05".

⁵² *Balanço Geral*. 9 nov. 3_29'00".

⁵³ *Balanço Geral*. 12 out. 1_10'45".

⁵⁴ *Balanço Geral*. 22 nov. 3_07'20".

⁵⁵ *Balanço Geral*. 27 nov. 2_28'45".

⁵⁶ *Tribuna da Massa*. 10 nov. 38'30". Disponível em: <https://goo.gl/R91JW4>. Acesso: 18 dez. 2017.

⁵⁷ *Tribuna da Massa*. 5 dez. 1°13'35" e 7 dez. 35'50". Disponíveis, respectivamente, em: <https://goo.gl/wM9jt9> e <https://goo.gl/Mu1s4L>. Acesso: 18 dez. 2017.

⁵⁸ *Tribuna da Massa*. 20 nov. 55'15". Disponível em: <https://goo.gl/26uYRL>. Acesso: 18 dez. 2017.

⁵⁹ *Tribuna da Massa*. 16 nov. 17'55". Disponível em: <https://goo.gl/KrQ3LR>. Acesso: 18 dez. 2017.

⁶⁰ *Tribuna da Massa*. 17 nov. 18'15". Disponível em: <https://goo.gl/wN9zeR>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁶¹ Neste caso específico houve, por parte da produção do programa, questionamentos sobre os motivos pelos quais o crime não tenha sido classificado como tentativa de homicídio. *Tribuna da Massa*. 14 dez. 25'40", 29'20", 33'30" e 1°01'45". Disponível em: <https://goo.gl/edQPL2>. Acesso: 17 dez. 2017.

outros. No *Balanço Geral*, exemplificam essa situação uma mulher, de 77 anos, encontrada em condições precárias⁶², mãe idosa agredida pelo filho⁶³, e ainda, situações ocorridas dentro do universo da educação básica (seja no caso das professoras flagradas por câmeras de segurança maltratando crianças em uma creche⁶⁴ ou das mães que acusam professoras de agressão a várias⁶⁵ ou a uma única criança⁶⁶, professoras agredidas por pai de aluno⁶⁷, além de brigas escolares⁶⁸), entre outras.

Exemplificam a primeira perspectiva – das pessoas oprimidas que se tornaram opressoras – episódios também ligados ao universo escolar: um professor agredido com um soco por um estudante⁶⁹ ou por vários deles⁷⁰ e outro professor que tentou fazer um aluno engolir uma bolinha de papel⁷¹. Além disso, há ocorrências que se enquadram nessa perspectiva como a de um homem que foi agredido por uma transexual por divergências na hora do pagamento do programa⁷², um idoso agredido e roubado por divergir do preço de um encontro com uma prostituta⁷³, um médico que agrediu um paciente que gritava de dor à espera de atendimento⁷⁴, uma mulher que agrediu o marido⁷⁵ e outra que cortou o pênis do cônjuge⁷⁶.

⁶² *Balanço Geral*. 20 out. 2_24'30".

⁶³ *Balanço Geral*. 21 nov. 1_14'30".

⁶⁴ *Balanço Geral*. 2 nov. 3_15'10".

⁶⁵ *Balanço Geral*. 8 nov. 4_05'50".

⁶⁶ *Balanço Geral*. 30 nov. 2_1°56'00".

⁶⁷ *Balanço Geral*. 9 out. 1_41'10".

⁶⁸ *Balanço Geral*. 27 out. 1_28'25".

⁶⁹ *Tribuna da Massa*. 14 dez. 1°39'55". Disponível em: <https://goo.gl/edQPL2>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁷⁰ *Balanço Geral*. 8 nov. 2_23'40" e 9 nov. 3_45'00".

⁷¹ *Tribuna da Massa*. 14 dez. 1°38'30". Disponível em: <https://goo.gl/edQPL2>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁷² *Tribuna da Massa*. 13 dez. 09'45". Disponível em: <https://goo.gl/qxHLzC>. Acesso: 18 dez. 2017.

⁷³ *Balanço Geral*. 6 out. 2_10'50".

⁷⁴ *Balanço Geral*. 16 out. 1_54'20", 17 out. 1_54'50" e 18 out. 1_17'45".

⁷⁵ *Tribuna da Massa*. 15 dez. 16'05". Disponível em: <https://goo.gl/ppSvRQ>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁷⁶ *Balanço Geral*. 3 nov. 2_11'30".

Para os efeitos da análise, entretanto, interessam mais os homicídios, aos quais se passa a dar atenção. Um em cada quatro assassinatos noticiados durante o monitoramento não possuem nenhum tipo de fonte. São materiais – salvo exceções – com exibição de até dois minutos que repercutem crimes que, apesar de algumas propriedades redundantes na narrativa, são cercados por um clima de mistério devido ao fato de inexistir qualquer linha investigativa por parte da polícia⁷⁷. Entre as principais redundâncias observadas nesses materiais está o fato de que essas mortes acontecem por disparos de arma de fogo, a maior parte delas com uma grande quantidade de disparos (sete⁷⁸, 10⁷⁹, 13⁸⁰, 20⁸¹, 23⁸² tiros) que atingem regiões letais, como a cabeça e/ou o peito das vítimas⁸³. Esses crimes ocorrem, em mais de 70% dos casos, à noite ou de madrugada e é usual a não identificação vítima⁸⁴. Entre todos os materiais selecionados, com exceção do recorte de gênero, há apenas uma menção à profissão do agressor no *Tribuna da Massa*, um guarda-municipal⁸⁵, e duas no *Balanço Geral*, dois policiais que executaram vítimas no bairro Ganchinho⁸⁶, em Curitiba, e em Cascavel⁸⁷, no oeste paranaense. Já da vítima costuma haver informações sobre o gênero, seguidas por faixa etária e etnia; no *Tribuna da Massa* há apenas dois

⁷⁷ *Tribuna da Massa*. 15 nov. 24'10". Disponível em: <https://goo.gl/RZcqvd>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁷⁸ *Balanço Geral*. 21 nov. 1_35'30".

⁷⁹ *Tribuna da Massa*. 1 dez. 24'45". Disponível em: <https://goo.gl/DDt9XA>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁸⁰ *Balanço Geral*. 20 nov. 2_21'45".

⁸¹ *Balanço Geral*. 30 out. 1_27'50".

⁸² *Balanço Geral*. 9 out. 1_16'30".

⁸³ *Tribuna da Massa*. 23 nov. 5'00". Disponível em: <https://goo.gl/M1gysZ>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁸⁴ *Tribuna da Massa*. 11 dez. 17'35". Disponível em: <https://goo.gl/qb2YwU>. Acesso: 17 dez. 2017.

⁸⁵ *Tribuna da Massa*. 4 dez. 36'20". Disponível em: <https://goo.gl/hhG2R4>. Acesso: 7 jul. 2018.

⁸⁶ *Balanço Geral*. 16 out. 1_34'30".

⁸⁷ *Balanço Geral*. 24 out. 1_19'15".

registros relativos à profissão das vítimas, um catador de materiais recicláveis⁸⁸ e um chacareiro (o número sobe para oito no *Balanço Geral*).

Essa inserção que trata da morte de um chacareiro⁸⁹, de 51 anos, em Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana, é a única, aliás, entre as notícias de homicídios que não têm nenhuma fonte, que se enquadra na faixa de tempo entre dois e três minutos no *Tribuna da Massa*. Ela mantém parte considerável das redundâncias assinaladas, mas também marca o discurso mais atencioso do âncora em relação à investigação. O motivo está ligado a questões familiares e ao passado desvinculado ao mundo dos crimes, algo que pode ser destacado de parte do comentário final do âncora sobre o ocorrido:

[Âncora *Tribuna da Massa*]: Por favor, [delegado,] uma *investigação melhor* nessa situação aí. *Porque é um pai de família, trabalhador, que deixa sete filhos, que nunca teve passagem pela polícia, que não mexia com as drogas* e que fica neste exato momento representando todos os pais de família que saem também para o trabalho e que ficam preocupados: “*Meu Deus, aconteceu com um homem honesto ali, e se acontecer comigo? O que vai ser da minha família? O que vai ser das minhas crianças?*” Nós precisamos dar a resposta para a sociedade (*grifos adicionados*).

Em média, uma a cada três inserções relativas a homicídios teve uma fonte consultada ou apresentada em cada noticiário. Aqui, além de materiais de arquivo das próprias emissoras que identificam vítimas e/ou agressores – que se diferem da lógica das inserções sem fontes apenas por apresentarem algumas características, geralmente físicas, de vítimas ou agressores – há grande destaque para as oficiais/oficiosas, sobretudo,

⁸⁸ *Tribuna da Massa*. 16 nov. 7'25". Disponível em: <https://goo.gl/KrQ3LR>. Acesso: 8 jul. 2018.

⁸⁹ *Tribuna da Massa*. 30 nov. 09'30". Disponível em: <https://goo.gl/9npAqG>. Acesso: 16 dez. 2017.

aquelas ligadas às instituições ostensivas à criminalidade: encaixam-se nessas duas categorias 84,51% dos materiais analisados nos dois programas, sendo praticamente a metade delas com fontes oficiais/oficiosas.

O ato de uma fonte oficial/oficiosa conceder entrevista, a princípio, seria tangenciado por informações que corroborassem ou explicassem as motivações dos crimes ou do processo investigativo. Com exceção de uma inserção noticiosa sobre o aumento das prisões de pessoas que cometeram homicídios em Curitiba⁹⁰, em todas as demais inserções sobre esse tipo de crime nas quais as fontes oficiais são consultadas nos dois noticiários há sobreposição da descrição de pormenores do crime ou, no máximo, da ficha criminal da vítima, redundância informativa que costuma ocorrer tanto nas passagens e/ou *offs* dos repórteres quanto nos comentários dos apresentadores. Essas informações sobre detalhes da ação criminosa são recolhidas pela polícia de testemunhas oculares ou mesmo de personagens próximos à vítima ou agressor e costumam ser terceirizadas nas narrativas. No entanto, há ocasiões mais raras nas quais impera, no jargão policial, a *lei do silêncio*, quando, por medo de represálias, nenhuma informação é repassada aos policiais e, conseqüentemente, aos jornalistas. Dois assassinatos se enquadram nessa lógica, ambos veiculados no *Balanço Geral*: o de um motociclista executado em Colombo⁹¹, na Região Metropolitana, e o de um motoboy morto a tiros na Cidade Industrial de Curitiba⁹².

⁹⁰ *Tribuna da Massa*. 29 dez. 8'40". Disponível em: <https://goo.gl/AwjimYb>. Acesso: 10 jul. 2018.

⁹¹ *Balanço Geral*. 22 nov. 2_3'00".

⁹² *Balanço Geral*. 28 nov. 2_1'14'25".

Por se tratar em parte considerável das vezes de crimes que envolvem vítimas com vida pregressa condenável por registros formais⁹³ ou por testemunhos informais⁹⁴, não há como regra comentários dos âncoras sobre as especificidades daquele ato criminal, embora haja um aumento no quesito faixa de tempo de exibição: essas inserções têm tempo médio entre dois e três minutos.

Nos materiais voltados ao crime de homicídio é possível observar que o critério tempo, previsivelmente, amplia-se ao passo que mais fontes incrementam os materiais (*Tabela 10 - Homicídios: relação entre a quantidade de fontes e tempo de exibição nos dois noticiários*). Quando são consultadas ou apresentadas três fontes, por exemplo, não há regularidade em inserções com menos de dois minutos. Além disso, no *Tribuna da Massa* parte desses materiais começam a ter mais de uma inserção por edição, o que, a princípio, traria mais detalhes acerca do processo de investigação. O acréscimo de informações sobre o fato ajuda a reduzir a quantidade de vazios semânticos dos materiais. De acordo com os dados extraídos do monitoramento, há informações que extrapolam o quesito gênero a respeito de vítimas e suspeitos/agressores: à medida que o tempo de exibição é maior ganham força, especialmente, as categorias faixa etária e etnia. A novidade é que há, proporcionalmente, distinção na perspectiva de narrativa dos eventos noticiosos conforme as fontes se ampliam. Quando as equipes de produção do *Tribuna da Massa* e do *Balanço Geral* passam a trabalhar com, no mínimo, quatro fontes, o número de matérias sobre homicídios que superam a lógica do crime em si atinge os percentuais de, respectivamente, 42,85% e 33,34%, dados que

⁹³ *Tribuna da Massa*. 8 dez. 21'10". Disponível em: <https://goo.gl/F3kLqG>. Acesso: 16 dez. 2017.

⁹⁴ *Tribuna da Massa*. 11 dez. 13'50". Disponível em: <https://goo.gl/9npAqG>. Acesso: 16 dez. 2017.

reiteram a importância da pluralidade de vozes. Dito isso, a discussão sobre as narrativas jornalísticas criminais deve, portanto, ser permeada por uma reflexão sobre fontes, e é nesse aspecto que os *personagens* ganham ainda mais relevância.

Tabela 10 - Homicídios: relação entre a quantidade de fontes e tempo de exibição nos dois noticiários

	<i>Tribuna da Massa</i>					<i>Total</i>
	1 min.	1 e 2 min.	2 e 3 min.	3 e 5 min.	Mais de 5 min.	
Sem fonte	42,10%	52,63%	5,27%	-	-	100,00%
Uma fonte	14,81%	29,63%	25,93%	25,93%	3,7%	100,00%
Duas fontes	-	20,00%	33,34%	26,66%	20,00%	100,00%
Três fontes	-	-	8,33%	33,34%	58,33%	100,00%
Quatro fontes	-	-	-	14,29%	85,71%	100,00%
Cinco fontes	-	-	-	-	100,00%	100,00%
Mais de cinco fontes	-	-	-	10,00%	90,00%	100,00%
	<i>Balanco Geral</i>					
	1 min.	1 e 2 min.	2 e 3 min.	3 e 5 min.	Mais de 5 min.	
Sem fonte	41,46%	39,02%	17,07%	2,45%	-	100,00%
Uma fonte	25,00%	38,63%	29,54%	4,54%	2,29%	100,00%
Duas fontes	3,43%	13,80%	41,38%	27,59%	13,80%	100,00%
Três fontes	-	11,12%	22,22%	38,88%	27,78%	100,00%
Quatro fontes	-	-	25,00%	25,00%	50,00%	100,00%
Cinco fontes	-	-	-	14,29%	85,71%	100,00%
Mais de cinco fontes	-	-	-	25,00%	75,00%	100,00%

Fonte: Autor (2018).

Foram observadas as propriedades dos crimes contra a pessoa, em especial, das especificidades daqueles com maior potencial de midiaticização. As atenções passam a ser com os crimes contra o patrimônio, a segunda natureza de crimes mais exibida pelos dois

noticiários (*Tabela 11 - Tipificação dos crimes de natureza jurídica contra o patrimônio em Curitiba e Região Metropolitana no Tribuna da Massa e Balanço Geral*).

3.4.2. Crimes contra o patrimônio

O crime de *roubo*, definido como o ato de “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência” (BRASIL, 1940) tem pena de reclusão de quatro a 10 anos, mais multa. É o tipo mais recorrente dentro dos crimes de natureza contra o patrimônio. A maioria das inserções noticiosas relativas a crimes contra o patrimônio *Tribuna da Massa* (59,35%) e no *Balanço Geral* (56,72%) são sobre roubos.

Tabela 11 - Tipificação dos crimes de natureza jurídica contra o patrimônio em Curitiba e Região Metropolitana no *Tribuna da Massa* e *Balanço Geral*

Crime	<i>Tribuna da Massa</i>				<i>Balanço Geral</i>			
	CTBA	RM	PR	Geral*	CTBA	RM	PR	Geral*
Roubo	60,27%	19,18%	20,55%	59,35%	34,21	21,93	43,86	56,72%
Furto	66,67%	3,70%	29,63%	21,95%	36,00	4,00	60,00	24,88%
Estelionato	66,67%	22,22%	11,11%	7,32%	60,00	10,00	30,00	9,95%
Receptação	-	-	-	4,88%	36,36%	36,36%	27,28	5,47%
Dano	-	-	-	4,06%	-	-	-	1,49%
Extorsão	-	-	-	2,44%	-	-	-	0,50%
Outras fraudes	-	-	-	-	-	-	-	0,99%

Fonte: Autor (2018).

* A média geral considera também os números de outras regiões do Paraná.

No *Tribuna da Massa* quase 20% dos roubos resultaram em latrocínio, ação de roubo que resulta em morte à(s) vítima(s), agravante que aumenta a pena de reclusão para um período entre 20 a 30 anos; no segundo, o percentual cai pela metade. Forma qualificada de roubo de essência hedionda, o latrocínio é o tipo de crime que mais esboça vínculos narrativos com o homicídio. No entanto, há uma particularidade relevante: o latrocínio quase sempre é praticado contra pessoas tidas como *de bem*, algo que não é regra na mediação de homicídios. Há relatos de trajetórias de pessoas comuns que são interrompidas por conta das consequências desses crimes. É o caso da história de um homem, de 55 anos, que interferiu em um assalto à mão armada, no bairro Boa Vista, em Curitiba. As matérias, produzidas pelo repórter Rudnei Vieira⁹⁵ no *Tribuna da Massa* e pelos repórteres Lúcio André e Tiago Silva no *Balanço Geral*⁹⁶, narram a notícia de ladrões que tentavam roubar o carro de uma mulher. Um homem interveio na ação em solidariedade à vítima do roubo jogando uma pedra em direção aos assaltantes e, por conta da reação, acabou baleado com um tiro no peito. As reportagens são construídas a partir do local do crime e de duas ramificações dele: a rua onde o automóvel roubado foi abandonado (de acordo com o material, em um ponto próximo à ação criminosa) e o hospital, onde a vítima chegou com vida, mas não resistiu. Em ambos os noticiários, o texto é todo restrito aos pormenores do fato, mas o que o singulariza é a construção narrativa da vítima. Para que seja possível compreender isso, estão dispostas, pela ordem, a chamada da reportagem no *Tribuna da Massa* e o encerramento nos dois programas.

⁹⁵ *Tribuna da Massa*. 14 nov. 4°50", 44°40" e 1°50'40". Disponível em: <https://goo.gl/Z5cZBp>. Acesso: 16 dez. 2017.

⁹⁶ *Balanço Geral*. 14 nov. 2_18°40" e 3_30°55".

[Chamada: *Tribuna da Massa*]: Eu começo o programa como sempre com notícia. E mais um motivo pra você não reagir a um assalto. [Nome da vítima], 55 anos, está aqui [aponta para o monitor onde se encontra uma imagem da vítima junto com duas filhas] com as filhas, lindas. *Um pai, marido sempre presente, cidadão exemplar* que, infelizmente, nunca mais vai voltar pra casa [entra trilha de suspense]. Esse homem aqui tentou evitar um assalto, que não tinha [ênfase] nada a ver com ele. Presta atenção. Ele percebeu que tinha um ladrão tentando levar um carro de uma mulher. O herói não se deu bem, vamos ver?

[Encerramento: *Tribuna da Massa*]: E estas últimas fotos aí [exibidas no final da reportagem]. Dançando com a esposa, abraçado com as filhas. *Um homem que sempre foi tranquilo, sorridente e brincalhão*. Quando ele viu um acidente [sic], *tentou jogar uma pedra grande embaixo do carro pra ver se o carro iria parar*. O assaltante, que tava no banco do carona vira e dá um tiro. Certo. Tudo acabou por causa de uma reação.

[Encerramento: *Balanço Geral*]: Você pensa que não existe pena de morte no Brasil? Táí ó... Decretaram a pena de morte desse *cidadão do bem*. *Uma pessoa que com certeza contribuiu para o desenvolvimento deste estado, contribuiu para o crescimento deste país* e o que ele recebe? É bala na cara. Os bandidos, eles têm a prerrogativa, a autorização de matar! Agora, vá você matar bandido [para] ver o que acontece? Então eu não sei pra onde a gente vai... o futuro é pre-o-cu-pan-te. Pra eles direitos! Nos últimos trinta e poucos anos, a pessoa que pratica o crime, ela conquista mais e mais direitos... Deveres: poucos! E a sociedade como é que fica? Eu acho que tá na hora de revertermos tudo isso. À família enlutada as nossas condolências, os nossos sentimentos. É mais... Olha, todo e qualquer tipo de crime é inadmissível, agora esse crime de latrocínio – você ser morto durante uma ação de assalto, durante uma ação criminosa – isso é inadmissível (*grifos adicionados*).

Há aspectos descritos na narrativa que adjetivam a vítima de maneira romantizada. Sob o ponto de vista da técnica jornalística, não seria possível descobrir sem entrevistar pessoas que integravam o convívio social da vítima algumas das características atribuídas à personalidade do homem. Como, com base no monitoramento, cinco fontes foram consultadas em cada noticiário (um homem com quem a vítima negociava o automóvel momentos antes da ação criminal, imagens postadas em redes sociais que mostravam o homem com a família, além de fontes oficiais e uma imagem de celular que captou o momento dos primeiros socorros), torna-se impossível afirmar que esses elementos, questionáveis sob o ponto de vista da verossimilhança, não tenham sido encaixados em uma estrutura narrativa pré-configurada. Sobretudo quando se pensa em adjetivações, tais como *marido sempre presente*, *cidadão exemplar* e *um homem que sempre foi tranquilo, sorridente e brincalhão*, um *cidadão de bem*, ou ainda, *uma pessoa que com certeza contribuiu para o desenvolvimento deste estado, contribuiu para o desenvolvimento deste país*.

Não significa, mais uma vez, negar que a vítima fosse capaz de reunir alguns ou mesmo todos esses predicados, nem mesmo justificar, sob qualquer prisma, a ação criminosa, e sim dizer que essas características, sob o ponto de vista da narrativa noticiosa, foram estereotipadas de modo a propor a amplificação da dicotomia entre bem e mal, algo que invisibiliza a ambivalência de todo ser humano e acaba por restringir, outra vez, o problema da violência a ações individuais e isoladas entre si. O ato de reagir ao assalto a outra pessoa, por si só, já geraria questionamentos sobre o estado de tranquilidade perene atribuído à vítima, bem como o ato de o homem lançar uma pedra, segundo a

reportagem, para travar a roda do carro: com que critérios, por exemplo, essa pedra teria sido lançada em direção à roda e não em direção ao vidro? Quais indícios objetivos ratificariam essa versão do fato?

Outro exemplo que merece destaque é o de um vendedor, de 35 anos, que foi morto a tiros após uma tentativa de roubo, em Pinhais, na Região Metropolitana⁹⁷. As características norteadoras de idealização da vítima dessa vez são construídas, via de regra, por fatos mais objetivos, algo que torna a repercussão do crime mais ampla nos dois noticiários. Provavelmente isso tenha contribuído também para que o episódio fosse retomado na edição seguinte do programa, tanto quanto a exibição do retrato-falado de um dos criminosos.

Sob o horizonte narrativo, a vítima desse latrocínio reúne os mais expressivos predicados para estruturar uma narrativa de cunho maniqueísta. Ao sair de uma igreja, signo que representa paz espiritual e busca pela bondade, passou em uma farmácia para comprar *leite e fraldas* para o filho de três anos, isto é, mantimentos essenciais à sobrevivência do descendente direto, o que o vincula à família e, mais uma vez, aos preceitos cristãos. As câmeras de segurança registram o momento em que a vítima retira os produtos na gôndola e se dirige ao caixa para efetuar o pagamento. Na saída da farmácia, que fica ao lado do templo religioso onde ele participava do culto evangélico que, de acordo com a reportagem, *celebrava a família*, ele é abordado, já sem registro nas câmeras de vigilância. Não se sabe, com base no material, se houve algum tipo de reação. O homem foi baleado, tentou correr novamente em direção à farmácia, mas não conseguiu atravessar a rua antes de cair devido à

⁹⁷ *Tribuna da Massa*. 22 nov. 12°10' e 1°43'05 e 23 nov. 30°00' e 33°50'. Disponíveis, respectivamente, em: <https://goo.gl/5Hrz4z> e <https://goo.gl/M1gysZ>. Acesso: 16 dez. 2017.

gravidade do ferimento. Os assaltantes não conseguiram ir muito longe e bateram o carro a cerca de *30 metros do local onde o veículo estava estacionado*, porque, segundo a reportagem, não sabiam dirigir um automóvel com câmbio automático. Toda a construção narrativa é feita a partir de pormenores do crime e não se voltam atenções, exceção feita à divulgação do retrato-falado de um dos homens que teria realizado o assalto na segunda inserção, ao processo de investigação. Até o encerramento do período de monitoramento, ocorrido mais de um mês após o fato noticiado, não houve mais nenhuma menção ao crime nos dois noticiários, nem novas exibições do retrato-falado, fator que sugere, mais uma vez, a opção narrativa pelo crime em si em detrimento das investigações/inquéritos.

Por fim, os casos de latrocínio, mesmo que menos midiaticizados, representam a maior proporção de crimes com os quais se descreve a atividade profissional da *vítima/sobrevivente* (3.5.3. *Profissão/ocupação, acesso à educação formal e renda*). E não há a identificação, dada a baixa incidência desse tipo de crime no monitoramento, de nenhum tipo de preferência pela profissão ou ocupação da vítima. Exceção feita ao episódio de um morador em situação de rua⁹⁸, vítima de um latrocínio, no qual o agressor roubou R\$ 10 (a informação do baixo valor monetário, aliás, ganha importância para revelar a crueldade do agressor, ao contrário do assalto ao taxista já mencionado), os roubos seguidos de morte no monitoramento vitimaram, além do vendedor (assistente financeiro) que comprava leite e fraldas para o filho, um motorista de ônibus⁹⁹,

⁹⁸ *Tribuna da Massa*. 1 dez. 21'10". Disponível em: <https://goo.gl/DDt9XA>. Acesso: 16 dez. 2017.

⁹⁹ *Tribuna da Massa*. 18 dez. 1'36'05". Disponível em: <https://goo.gl/5snY4y>. Acesso: 27 dez. 2017.

advogado¹⁰⁰, dois empresários, um deles de Pinhais¹⁰¹, na Região Metropolitana, e outro de Foz do Iguaçu¹⁰², no Oeste do estado, além de dois agricultores, um em Paranaguá¹⁰³, no litoral do estado, e outro em Campina Grande do Sul¹⁰⁴, na Região Metropolitana.

A especificidade de crime contra o patrimônio mais comum veiculada nos dois noticiários é o *roubo* cujo desfecho não resulta em morte. Enquadram-se nessas características quatro a cada cinco inserções exibidas. No *Tribuna da Massa*, para ser passível de exibição, o roubo precisa acontecer majoritariamente em Curitiba, município recorrente em 60% dessas notícias, a qualquer horário, já que há uma diferença de apenas 10 pontos percentuais entre as inserções que acontecem durante a noite e madrugada (44,45%) e manhã e tarde (55,55%). Já no *Balanço Geral*, devido à existência de uma sucursal da emissora que produz diariamente conteúdos na região Oeste, especialmente nas adjacências do município de Cascavel, a midiatização dos roubos em Curitiba cai pela metade em relação ao primeiro programa. Sobre o turno mais recorrente, há sobreposição de crimes à luz do dia (quase 60% das inserções exibidas que identificam o horário do crime).

Os roubos sinalizam ainda o tipo de crime cujos desfechos mais geram *perseguições policiais*, ou ainda, troca de tiros com agentes à paisana ou fora do horário de expediente. Excluídos os latrocínios, uma a cada três inserções de roubo encaixa-se nessas características no *Tribuna da Massa*; uma a cada cinco no *Balanço Geral*. Em todos esses conflitos

¹⁰⁰ *Balanço Geral*. 20 nov. 2_13'10" e 4_07'15". *Tribuna da Massa*. 20 nov. 5'10" e 50'35". Disponível em: <https://goo.gl/26uYRL>. Acesso: 16 dez. 2017.

¹⁰¹ *Tribuna da Massa*. 21 dez. 41'40" e 48'30". Disponível em: <https://goo.gl/wLm5Su>. Acesso: 16 dez. 2017.

¹⁰² *Balanço Geral*. 9 nov. 2_22'15".

¹⁰³ *Balanço Geral*. 9 out. 2_10'45".

¹⁰⁴ *Balanço Geral*. 15 nov. 2_23'50".

não houve registro, por meio das notícias, de nenhum policial ferido ou morto, algo que acontece em quase todos os episódios quando se leva em consideração os praticantes desses roubos. Em média, de acordo com os dados extraídos do monitoramento, a cada cinco inserções noticiosas nos programas, quatro contam com a morte de, no mínimo, um criminoso. Em números absolutos significa dizer que morreram em confronto com a polícia, apenas em roubos, 35 pessoas em 35 inserções (as inserções sobre um mesmo tema foram somadas, mas o número de mortos de uma mesma ocorrência não foi duplicado).

Quando decorrentes de conflitos com a polícia, os roubos são o tipo de crime que mais gera discursos dos produtores de apologia explícita à repressão violenta. No *Tribuna da Massa*, duas a cada três inserções ratificam a violência policial; no *Balanço Geral*, notoriamente marcado por um âncora que faz menos comentários, uma a cada três. Essas formas de violência podem se manifestar tanto em tom de deboche com o ferimento ou morte do assaltante quanto de forma mais deliberada, embora sejam sempre narradas com um aspecto de redundância: costuma-se haver uma *injusta agressão*, sempre iniciada pelos ladrões e, disso, resulta a troca de tiros; a polícia, na tentativa de *neutralizar* a ação, consegue acertar o agressor, que costuma não resistir aos ferimentos. O primeiro exemplo refere-se ao caso de dois adolescentes que assaltaram uma estação-tubo, no bairro Batel, em Curitiba. Um deles foi alvejado pela polícia¹⁰⁵. O repórter Iverson Vaz, em meio aos pormenores do crime, narrou assim:

¹⁰⁵ *Tribuna da Massa*. 5 dez. 10'05" e 7 dez. 30'20", 56'10" e 1'06'30"). Disponíveis, respectivamente, em: <https://goo.gl/wM9jt9> e <https://goo.gl/Mu1s4L>. Acesso: 16 dez. 2017.

Foi neste momento [que os adolescentes chegaram à estação-tubo para o assalto] que eles “ganharam” o cobrador e também uma passageira [...]. Neste momento, a Rone [Rondas Ostensivas de Natureza Especial] chegou, realizou a abordagem. Um dos jovens sacou o “canhão” [revólver]. *No momento em que foi atirar nos policiais, lógico, a Rone, altamente preparada, gabaritada, acabou efetuando um tiro que tirou a vida deste marginal (grifo adicionado).*

A ação narrativa redundante acabou sendo desconstruída com a divulgação de uma imagem de uma câmera de vigilância, que mostrava que o adolescente não havia sacado nenhuma arma quando foi alvejado. Isso não impediu, por outro lado, a defesa da ação policial contra o adolescente (ver *abaixo*). Quatro dias antes desse evento, em outra descrição pormenorizada de uma ação policial, o mesmo repórter Iverson Vaz contou sobre uma perseguição a suspeitos/agressores no Boqueirão, em Curitiba. Essa é uma das poucas perseguições midiáticas que não terminaram em morte¹⁰⁶ do suspeito/agressor (no *Balanço Geral* há mais três casos cujos perseguidos sobreviveram): o de um homem que fugia da polícia no Sítio Cercado¹⁰⁷, outros dois no Atuba¹⁰⁸, além de uma perseguição mais efusiva da polícia, em Londrina¹⁰⁹, município no norte paranaense, que utilizou helicóptero na busca frustrada por dois homens. No texto é possível compreender, mais uma vez, como os pormenores auxiliam na redundância da narrativa:

A perseguição e o confronto terminou [*sic*] na frente da casa de Deus, nesta igreja [aponta para um templo]. Um dos bandidos arrancou o *canhão*, um

¹⁰⁶ *Tribuna da Massa*. 1 dez. 07'15". Disponível em: <https://goo.gl/DDt9XA>. Acesso: 28 dez. 2017.

¹⁰⁷ *Balanço Geral*. 16 out. 2_20'05".

¹⁰⁸ *Balanço Geral*. 27 out. 1_38'50".

¹⁰⁹ *Balanço Geral*. 7 nov. 4_4'00".

revólver [calibre] 38, e atirou nos policiais. Eles revidaram, *somente pra neutralizar*. Este criminoso foi encaminhado ao Hospital do Trabalhador, mas não corre risco de morrer (*grifo adicionado*).

Esse tipo de ação é corroborado pelo comentário de encerramento do texto feito pelo âncora, que detém as mesmas propriedades em todos os roubos nos quais ele faz apologia à execução dos suspeitos/agressores identificados no monitoramento:

[Âncora: *Tribuna da Massa*]: Impressionante é que hoje em dia a Polícia Militar *precisa provar que ela atirou num bandido só porque tava reagindo*. A Polícia Militar não pode chegar num local, onde tem alguém praticando um assalto e, simplesmente, atirar. Não, não pode atirar num bandido só por atirar! Tem que provar que é pra se defender, porque senão, depois, vem a justiça e acaba condenando esses policiais militares. Atirou porque merecia! *Se bandido está em ação, por mais que não levantou uma arma ainda, merece levar tiro*. É assim que a gente preserva a segurança do cidadão de bem (*grifos adicionados*).

Há ainda o episódio de um homem que pretendia vender o automóvel e que teve o carro roubado pelos supostos compradores¹¹⁰. O repórter Iverson Vaz, responsável pela inserção, diz que a *caveira*, símbolo que representa o Batalhão de Operações Especiais (Bope) e que ganhou notoriedade após o lançamento dos filmes *Tropa de Elite I e II*, “está sorrindo” com a morte dos dois homens. Contudo, o terceiro caso que merece destaque é oriundo de uma reportagem do jornalista Ricardo Vilches sobre o fato de moradores do bairro Rebouças, na região central de Curitiba, terem celebrado a execução dos dois homens que invadiram

¹¹⁰ *Tribuna da Massa*. 19 dez. 07'25". Disponível em: <https://goo.gl/X3rzpE>. Acesso: 28 dez. 2017.

a residência de casal de idosos durante a madrugada¹¹¹. No material são ouvidos três personagens, classificados, respectivamente, como *testemunha ocular*, *vítima ou sobrevivente* e *personagem próximo à vítima ou agressor*. A testemunha ocular cedeu entrevista momentos após a execução dos dois homens. De acordo com o depoimento, o sentimento na vizinhança passou da sensação de impotência [1] à de satisfação [2], argumento identificado na sonora:

[Personagem 1]: [1] Eles entram em três [indivíduos], dispostos a qualquer coisa, por uma *porcaria de uma televisão*, por uma *porcaria de um anelzinho, de uma joiazinha*. Tá bem difícil! Nós somos refém [*sic*] dos ladrões. [2] Senão fossem os policiais, realmente nós estaríamos bem lascados. *Graças a Deus, eu posso assim enaltecer os policiais. Graças a Deus pela vida deles (grifos adicionados)*.

As outras duas personagens entram na narrativa em entrevista gravada já no amanhecer seguinte ao desfecho do evento criminoso.

[Personagem 2]: [O desfecho da história] foi um *momento de felicidade e de reconhecimento dos policiais*. Pelo serviço que prestaram, acho que mostraram ao que vieram né? E dessa vez quem levou a pior foram os marginais, né? Então, a vizinhança toda ficou consternada [*sic*] com os serviços dos policiais, *ficou muito grata*. Inclusive, *servimos café, servimos bolo, porque era o mínimo que a gente podia fazer por um serviço que foi prestado de forma rápida e eficiente*. [Repórter questiona se houve palmas para a ação]. *Muitas palmas. Acenos, pessoas mais empolgadas que acabaram gritando*. Realmente foi reconhecido o trabalho da polícia (*grifos adicionados*).

¹¹¹ *Tribuna da Massa*. 8 dez. 11'45" e 1'22'45". Disponível em: <https://goo.gl/fwhpht>. Acesso: 28 dez. 2017.

Em seguida, outro *off* curto: “Esta outra vizinha [imagem da personagem 3] chegou tarde para o café [com os policiais], mas pretende compensar”: [personagem 3] “Eles foram fantásticos. Inclusive, eu quero ir ao batalhão pra fazer um agradecimento pra essas pessoas. Porque a gente só fala coisa ruim [da polícia], né? A gente tem que falar também coisas boas das pessoas. E a polícia foi sensacional”.

Entra o último *off* curto – “Questiono as duas vizinhas sobre as mortes dos assaltantes” – seguido de dois depoimentos:

[Personagem 2]: Eu acho, de certo modo, cruel a gente comemorar a morte de qualquer pessoa. É doído isso, mas enfim, a criminalidade tá tão vasta e cada vez mais agressiva, mais violenta, que quando acontece uma coisa dessa [a morte dos assaltantes], *você acaba comemorando*. Porque você pensa na sua família. Hoje foi com a família deles [dos idosos que tiveram a casa assaltada], mas amanhã poderia ter sido com a minha. *E não vai acontecer*. A sensação é, de certa forma, de alívio, *embora seja uma coisa monstruosa* [comemorar a morte] ao mesmo tempo, mas dá uma *sensação de alívio*.

[Personagem 3]: Ontem eu *aplaudi a polícia*. A atuação da polícia, entende? A atuação da polícia. Jamais por ter matado assaltantes. *Todo mundo sabe* que assaltante bom é assaltante morto, não sei o quê..., mas eu, como pessoa, como ser humano, eu não aplaudi a pessoa morrer. Agora, lógico [que] *entre morrer um policial e morrer um bandido, que morra o bandido* (grifos adicionados).

Essa reportagem aponta para o fato de como o poder instituído pelas instituições de controle social ostensivas, como as polícias, detêm forte capital simbólico frente às populações, algo que interfere na forma como as pessoas negociam, reelaboram e produzem sentido aos conteúdos ligados ao binômio segurança/violência nos dois noticiários, conforme

identificado na fase de recepção. Nesse caso específico, uma característica se sobressai: não há nenhuma informação sobre os dois homens que foram executados pela polícia. A singularidade do fato prevaleceu mais uma vez e a inserção se encerra com uma vizinhança aliviada e, de certa forma, feliz, a ponto de a personagem 2 afirmar que não acredita que irá acontecer outra tentativa de roubo àquelas residências.

Sobre os demais crimes de roubo (excluídos latrocínios e crimes com ações de perseguição policial), observa-se grande uso de *tecnologias de vigilância*. Elas aparecem próximas à metade das inserções no *Tribuna da Massa* (54,35%) e no *Balanço Geral* (45,83%) que contenham, no mínimo, uma fonte. O uso desse tipo se aplica na demonstração de flagrantes, algo que segue em consonância com a lógica de descrição de pormenores dos crimes: no *Tribuna da Massa*, uma a cada quatro peças contém apenas a tecnologia de vigilância como fonte; no *Balanço Geral*, uma a cada três. São todas de flagrantes e com narrativas que versam sobre o grau de perversidade do criminoso, seja por ações desproporcionais de violência¹¹², por atacar instituições onde se encontram pessoas vulneráveis¹¹³, que praticam ações filantrópicas¹¹⁴, ou ainda, pela criatividade¹¹⁵, insensatez¹¹⁶, ou ousadia do criminoso¹¹⁷ ou da própria vítima¹¹⁸. No *Balanço Geral*, em especial, há ampla midiatisação de roubos a lojas de conveniência de postos de combustíveis

¹¹² *Tribuna da Massa*. 14 nov. 1°48'50". Disponível em: <https://goo.gl/Z5cZBp>. Acesso: 28 dez. 2017.

¹¹³ *Tribuna da Massa*. 12 dez. 37'10". Disponível em: <https://goo.gl/njxpSL>. Acesso: 28 dez. 2017.

¹¹⁴ *Balanço Geral*. 10 out. 2_1°04'20".

¹¹⁵ *Tribuna da Massa*. 20 dez. 1°26'40". Disponível em: <https://goo.gl/xdmAvA>. Acesso: 28 dez. 2017.

¹¹⁶ *Balanço Geral*. 30 out. 1_24'50".

¹¹⁷ *Tribuna da Massa*. 5 dez. 24'00". Disponível em: <https://goo.gl/wM9jt9>. Acesso: 28 dez. 2017.

¹¹⁸ *Tribuna da Massa*. 17 nov. 27'40". Disponível em: <https://goo.gl/Xq2hvN>. Acesso: 28 dez. 2017.

(uma a cada cinco inserções que possuem apenas uma fonte), além de farmácias¹¹⁹, restaurantes¹²⁰ e automóveis¹²¹.

Ainda em relação aos crimes contra o patrimônio, o monitoramento demonstra que a quantidade de *furtos* midiáticos varia entre 20% e 25% no *Tribuna da Massa* e *Balanço Geral*, respectivamente. São crimes definidos como o ato de “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel” (BRASIL, 1940); esse tipo de delito prevê reclusão de um a quatro anos, além de multa. Entretanto, quando se faz um recorte para verificar a gravidade dessas ações, observa-se que apenas uma a cada cinco midiáticas pode ser considerada mais grave. Esses crimes seriam enquadrados como *furtos qualificados*, o que aumentaria a pena para reclusão de dois a oito anos, além de multa, e contemplam uma ação criminosa cujo ato é “cometido com destruição ou rompimento de obstáculos à subtração da coisa; crime cometido com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza” (*ibid.*). Encaixam-se nessa categoria furtos de veículos automotivos, a maioria em Curitiba¹²², de caixas eletrônicas ou agências bancárias¹²³, ou ainda, a ação veiculada por uma reportagem que noticia o caso de homens que arrombaram durante a madrugada a sede do Instituto de Identificação do Paraná, em Curitiba, e furtaram todos os equipamentos¹²⁴.

Os demais furtos são todos classificados como *simples*. Furtos de pequenas mercadorias, geralmente alimentícias (chocolates¹²⁵, carne¹²⁶,

¹¹⁹ *Balanço Geral*. 30 nov. 2_1°48'20”.

¹²⁰ *Balanço Geral*. 17 out. 1_23'45”.

¹²¹ *Balanço Geral*. 14 nov. 3_12'50”.

¹²² *Tribuna da Massa*. 7 nov. 22'10”. Disponível em: <https://goo.gl/1iYmqr>. Acesso: 11 jul. 2018.

¹²³ *Balanço Geral*. 9 out. 1_18'00”.

¹²⁴ *Tribuna da Massa*. 14 nov. 7'00”. Disponível em: <https://goo.gl/Z5cZBp>. Acesso: 16 dez. 2017.

¹²⁵ *Tribuna da Massa*. 16 nov. 1°23'40”. Disponível em: <https://goo.gl/KrQ3LR>. Acesso: 11 jul. 2018.

¹²⁶ *Tribuna da Massa*. 29 nov. 1°34'35”. Disponível em: <https://goo.gl/3ABWbd>. Acesso: 16 dez. 2017.

de lojas de conveniência de postos de combustíveis, supermercados¹²⁷ e outros estabelecimentos comerciais¹²⁸. Entre os furtos simples, praticamente todos são flagrados por câmeras de segurança, algo que justifica, sob o ponto de vista técnico, a veiculação, já que a televisão depende demasiadamente de imagens. Entre os destaques há inserções inusitadas que mostram furtos de cães¹²⁹, lixeira¹³⁰, lâmpada¹³¹, frigideiras¹³², garrafas térmicas¹³³, decoração natalina¹³⁴, entre outros. Nesse tipo de material há também alguns princípios com o que os produtores chamam de *ousadia* e *criatividade* dos suspeitos/agressores, que são, necessariamente, cerceadas pelos pormenores das ações criminais, mas nesses casos em tom relativamente descontraído. Essa propriedade dialoga com a recorrência do tom de deboche, algo que pode ser exemplificado com uma inserção relativa ao furto de peças de carne por uma mulher¹³⁵, em local indefinido, ato flagrado pelo circuito interno de segurança de um supermercado. A mulher simula estar com uma criança de colo para esconder os produtos furtados. A edição do programa utiliza como *background* uma versão – interpretada pelo grupo gauchesco Garotos de Ouro – da canção *Churrasco*, de autoria de José Mendes, com ênfase na frase “o churrasco já está pronto”. No gerador de caracteres há a inscrição “Fraldinha?”, frase interrogativa ambígua que remete tanto a relação da mulher com a maternidade quanto a um corte de carne. O comentário do âncora em relação à inserção, ainda com a canção gaúcha

¹²⁷ *Tribuna da Massa*. 9 nov. 1°42'45". Disponível em: <https://goo.gl/rsFHvr>. Acesso: 11 jul. 2018.

¹²⁸ Inserções disponíveis nas edições dos dias: 9, 16, 17, 20 e 29/11 e 1, 15, 18, 21, 22 e 29/12/2017.

¹²⁹ Inserções disponíveis nas edições dos dias: 17 e 20 de novembro e 15 e 22 de dezembro.

¹³⁰ *Balanço Geral*. 20 out. 1_18'40".

¹³¹ *Balanço Geral*. 26 out. 3_05'20".

¹³² *Balanço Geral*. 28 nov. 3_01'40".

¹³³ *Balanço Geral*. 16 nov. 2_36'50".

¹³⁴ *Tribuna da Massa*. 1 dez. 1°44'30". Disponível em: <https://goo.gl/DDt9XA>. Acesso: 16 dez. 2017.

¹³⁵ *Tribuna da Massa*. 29 nov. 1°30'05". Disponível em: <https://goo.gl/3ABWbd>. Acesso: 16 dez. 2017.

como *background*, revela mais um indício com o mundo do trabalho, relação aprofundada ainda neste capítulo:

Se esse pessoal usasse a criatividade que tem para praticar o crime, *se usasse essa mesma criatividade pra ganhar dinheiro. Não precisaria disso*. Como é que a mulher consegue pensar nisso: “Vou colocar um negócio aqui em cima, vou fazer de conta que eu tô com um filho no colo e vou sair com as minhas *picainhas [sic]*”. Pelo amor de Deus, hein, minha senhora (*grifos adicionados*).

Outro tipo de inserção que merece destaque é aquele que frisa a relação conflituosa entre crime e religiosidade¹³⁶. Nela são mostrados dois homens que foram flagrados por circuitos internos de vigilância praticando furtos inusitados. O primeiro deles furtou uma imagem da santa Nossa Senhora Aparecida, enquanto o segundo, ao entrar para furtar uma loja de artigos religiosos, fez o sinal da cruz, gesto do Cristianismo. Nos dois casos os comentários vinculam-se à questão do “juízo divino” dos suspeitos/agressores, já que ambos os comerciantes não deram queixa junto à polícia.

O monitoramento aponta que, em relação à natureza e os tipos de crimes, são midiaticizados essencialmente transgressões *contra a pessoa e contra o patrimônio*. Mesmo dentro dessas naturezas, todavia, há polarização dos tipos de violações, com ênfase, respectivamente, para homicídios, tentativas de homicídios e lesões corporais, e para roubos e furtos. Enquanto nos crimes contra a pessoa as notícias são veiculadas em coerência com o grau de violência da ação, os crimes contra o patrimônio seguem uma lógica menos rígida: há prevalência de crimes que contenham, sobretudo, imagens-flagrante.

¹³⁶ *Tribuna da Massa*. 29 dez. 1°55'25". Disponível em: <https://goo.gl/k9D4Nm>. Acesso: 04 jan. 2018.

3.5. ATRIBUTOS FÍSICOS E SOCIAIS EM NOTICIÁRIOS CRIMINAIS

Voltam-se as atenções para a questão dos atributos físicos e sociais que envolvem os fatos noticiados, com ênfase para região geográfica, faixa etária, gênero, etnia, renda e acesso à educação formal e profissão/ocupação. Essas características, em conjunto com o último tópico, permitem a realização de uma discussão sobre o perfil social de agressores e vítimas, tema que fecha o capítulo.

3.5.1. Região geográfica do crime

Com o recorte da natureza e dos tipos de crimes, o viés geográfico ganha nuances fundamentais para a análise. Significa dizer que o monitoramento não apenas possibilita descobrir onde há maior incidência de crimes, mas quais tipos de transgressões são transformadas em notícia nos mais diversos espaços. A divisão geográfica hibridizada com a natureza e os tipos de crimes revela escolhas que remetem ao mundo da estigmatização de vítimas e suspeitos/agressores.

Estabeleceu-se como critério separar os crimes midiaticizados em três regiões: Curitiba, Região Metropolitana e restante do estado do Paraná (*Tabela 12 - Distribuição dos crimes por região geográfica e incidência nos noticiários Tribuna da Massa e Balanço Geral*). Além disso, a tabela traz ainda a taxa de homicídios¹³⁷ estimada em 2017, calculada a partir do cruzamento das informações sobre população estimada (BRASIL, 2018b) e o número de homicídios registrados em 2017 (PARANÁ, 2018c).

¹³⁷ Foi utilizada como critério para mensurar os índices de violência a taxa de homicídios, devido ao fato desse indicador possibilitar um comparativo entre as diferentes áreas geográficas.

Tabela 12 - Distribuição dos crimes por região geográfica e incidência nos noticiários *Tribuna da Massa* e *Balanço Geral*

Região	Pop. estimada/2017	Taxa/homicídios*	Incidência nos noticiários**	
			<i>Tribuna da Massa</i>	<i>Balanço Geral</i>
Curitiba	1.908.359	20,54	55,12%	37,18%
RM	1.633.967	31,91	19,67%	20,20%
Outras regiões	7.778.556	17,57	25,21%	42,62%
<i>Total</i>	<i>11.320.882</i>	<i>20,29</i>	<i>100,00%</i>	<i>100,00%</i>

Fontes: IBGE Cidades (BRASIL, 2018b).

Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018c).

Autor (2018).

* A taxa de homicídios foi calculada com base no *Relatório Estatístico Criminal Quantitativo de Vítimas de Crimes Relativos à Morte Janeiro a Dezembro de 2017*, produzido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (Sesp). No cálculo foram somados homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais que resultaram em morte, conforme os critérios adotados pela Sesp. A soma das mortes foi dividida pela população estimada (BRASIL, 2018b) de cada área geográfica e multiplicada por 100 mil.

** Os campos agregam todos os tipos de crimes, não apenas os homicídios. Isso porque a taxa de homicídios é o indicador social mais confiável para avaliar e comparar taxas de criminalidade entre diferentes países, por exemplo.

Na tabela é possível identificar uma valorização do caráter regional, sobretudo do *Tribuna da Massa*. Quando se observa a distribuição geográfica das notícias exibidas em Curitiba e na Região Metropolitana, em ambos os programas é possível verificar que os crimes convergem para perímetros específicos. Há ainda nos dois noticiários o uso menos frequente de inserções de localidades fora do Paraná que, quando identificadas explicitamente, foram descartadas. São incursões ora de crimes hediondos, reconhecidos nacionalmente como escândalos de violência, ora de ações criminais inusitadas. Retiradas essas inserções, há espaços no *Tribuna da Massa* não identificados, quase sempre com uma fonte do tipo *tecnologias de vigilância*, que, possivelmente, são de outras regiões do país. Devido ao fato de possibilitarem interpretações de que tenham acontecido em áreas próximas, elas não foram descartadas.

O recorte geográfico revelou uma tendência de midiaticização de ocorrências de violência/segurança em Curitiba quase três vezes maior em relação à Região Metropolitana no *Tribuna da Massa*. No *Balanço Geral* há uma incidência maior de crimes ocorridos em outras regiões do Estado, devido a uma estratégia da emissora em apostar em conteúdos oriundos de outras praças, algo que faz com que os crimes ocorridos fora da Grande Curitiba fossem representados de forma praticamente igual ao da capital no noticiário. O foco da análise, no entanto, foi em crimes ocorridos em Curitiba e Região Metropolitana, pontos previstos para a realização do estudo de recepção. Para efeitos de comparação foram considerados os dados absolutos de inserções noticiosas que identificam explicitamente terem ocorrido nesses espaços. Excluídas as demais áreas do Paraná, para cada inserção midiaticizada na Região Metropolitana são veiculadas quatro em Curitiba no *Tribuna da Massa*. Já no *Balanço Geral*, a cada cinco notícias, três ocorrem na capital e duas da Região Metropolitana.

O desequilíbrio ganha relevância quando se percebe que a diferença populacional estimada em 2017 é pequena para um universo estimado de 3,5 milhões de pessoas: 1,9 milhão de habitantes na capital contra 1,6 milhão dos demais 28 municípios do complexo urbano. Curitiba, oitava cidade mais populosa do país, sendo a primeira do Sul do Brasil, reuniu mais da metade dos eventos ligados ao binômio segurança/violência exibidos durante o monitoramento nos dois noticiários (68,75%). Mesmo hegemônica, quando se faz o recorte por programa (excluídas, portanto, as demais regiões do estado), percebe-se maior incidência de crimes midiaticizados na capital no *Balanço Geral* (74,36%) do que no *Tribuna da Massa* (55,12%).

Dessa forma, optou-se por dividir os 75 bairros da capital em dez regionais (*ANEXO B - Bairros por regionais e homicídios registrados*), em conformidade com os critérios adotados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc). O resultado (*Tabela 13 - Distribuição dos crimes por regionais em Curitiba nos noticiários Tribuna da Massa e Balanço Geral*) mostra divergências na relação entre taxa de homicídios e midiaticização.

Tabela 13 - Distribuição dos crimes por regionais em Curitiba nos noticiários Tribuna da Massa e Balanço Geral

Regional	População estimada (2017)	Taxa/homicídios	Incidência	
			TM	BG
Bairro Novo	165.492	22,96	3,01%	4,44%
Boa Vista	270.562	13,67	8,54%	8,89%
Boqueirão	206.047	17,47	9,55%	10,67%
Cajuru	234.287	13,23	3,01%	2,67%
Cidade Industrial	201.868	37,65	7,54%	7,11%
Matriz	208.971	16,27	20,60%	24,00%
Pinheirinho	151.573	27,05	6,03%	6,67%
Portão/Fazendinha	184.970	15,14	7,03%	7,55%
Santa Felicidade	168.591	14,83	6,53%	8,44%
Tatuquara	115.998	40,52	2,51%	4,89%
Indefinido*	-	-	25,65%	14,67%
<i>Total</i>	<i>1.908.359</i>	<i>20,54</i>	<i>100,00%</i>	<i>100,00%</i>

Fontes: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (CURITIBA, 2018).

Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018c).

Autor (2018).

* Na reunião das inserções para a análise observou-se que havia uma quantidade expressiva de ocorrências sem identificação do local. Como essas inserções apresentavam outros atributos avaliados pela pesquisa (faixa etária, etnia, profissão/ocupação) houve a opção por mantê-las. Em relação a assuntos que ganharam repercussão em mais de uma edição, embora o pesquisador soubesse o bairro onde o local aconteceu por conta do monitoramento, houve a opção de preencher apenas as informações que foram apresentadas.

O caso mais emblemático é o da Regional Tatuquara, no extremo sul do município, que, apesar de possuir a maior taxa de homicídios estimada do município, com 40,52 homicídios a cada 100 mil habitantes, é a área com a menor incidência de midiaticização no *Tribuna da Massa* e a terceira menor no *Balanço Geral*.

Segundo os dados, o maior percentual de crimes exibidos no *Tribuna da Massa* em Curitiba não possui indicação de bairro (25,65% dos casos). Embora o *Balanço Geral* tenha um percentual menor (14,67%), a falta de registro de onde ocorreram essas inserções é uma informação relativamente surpreendente por se tratarem de noticiários de cunho local/regional. Esse tipo de vazio semântico mais uma vez auxilia na produção de sentidos de que o fenômeno da violência passa de crescente a ubíquo, à medida que sempre nessas peças é frisado que o acontecimento ocorreu em Curitiba, com comentários que apelam a clichês como: o *absurdo* de que tais ações aconteçam em uma cidade tida como *desenvolvida*, em uma das capitais *mais belas* do Brasil, entre outras adjetivações.

O episódio de um homem que foi morto em uma troca de tiros com a polícia no Parque São Lourenço, situado no bairro de mesmo nome, na Regional Boa Vista, após uma tentativa de roubo, ilustra a situação¹³⁸. Em depoimento à repórter Simone Munhoz, moradores, alguns deles, antigos, alegam que a sensação de insegurança nunca foi tão grande na região. O comentário do âncora no fechamento do tema destaca justamente como a sensação de insegurança coloca a cidade ao *caos* do Rio de Janeiro e de São Paulo:

¹³⁸ *Tribuna da Massa*. 14 dez. 10'25". Disponível em: <https://goo.gl/edQPL2>. Acesso: 10 fev. 2018.

[Âncora do *Tribuna da Massa*]: E eu fico aqui pensando no que acabou de falar essa mulher [que foi entrevistada no VT]: “Fui pro Rio de Janeiro, sou aqui da capital, os meus parentes comentam: ‘Cuidado com o Rio de Janeiro, *lá não é terra que se brinque...*’”. Aí não aconteceu nada no Rio de Janeiro – *obviamente, que ela levou um pouco de sorte* – e chega aqui na capital... Atenção autoridades! *Vocês vão permitir que Curitiba seja uma nova Rio de Janeiro e São Paulo?* Onde as pessoas não têm paz, onde elas chegam preocupadas, é isso? *Porque daqui a pouco vai ser a mesma coisa!* Quando as pessoas comentarem de fora do Paraná que estão vindo pra Curitiba pra passear, os parentes de lá vão falar: “Cuidado com Curitiba! Lá não se brinca, hein? É bonita, mas pelo amor de Deus...”. Virou terra sem lei. Vocês [autoridades] vão permitir que isso aconteça? Se não querem esse título desonroso, vamos agir! E parabéns pra polícia! Menos um bandido nas ruas aqui de Curitiba! (*grifos adicionados*).

O tipo de linha argumentativa realizada acima ratifica, em primeiro lugar, como o parâmetro geográfico é central na questão da estigmatização, fato que sugere que este estudo não apresenta uma perspectiva meramente localista. Dentro dessa linha argumentativa aumenta-se a noção de que Curitiba, artificialmente carregada de todos predicados elencados pelos produtores, passa por um momento de insegurança que a leva a ser equiparada a centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. Argumento forte, sob o ponto de vista das narrativas jornalísticas criminais e, por conseguinte, das produções de sentidos, mas completamente insustentável quando se observa que, desde 2006, Curitiba registra taxas de homicídios quase duas vezes superiores às de São Paulo e, oscila em números muitos próximos, em relação às do Rio de Janeiro (BRASIL, 2018a; WAISELFSZ, 2017). Entre 2010 a 2014, estatisticamente, o quadro se acentuou: havia duas vezes mais

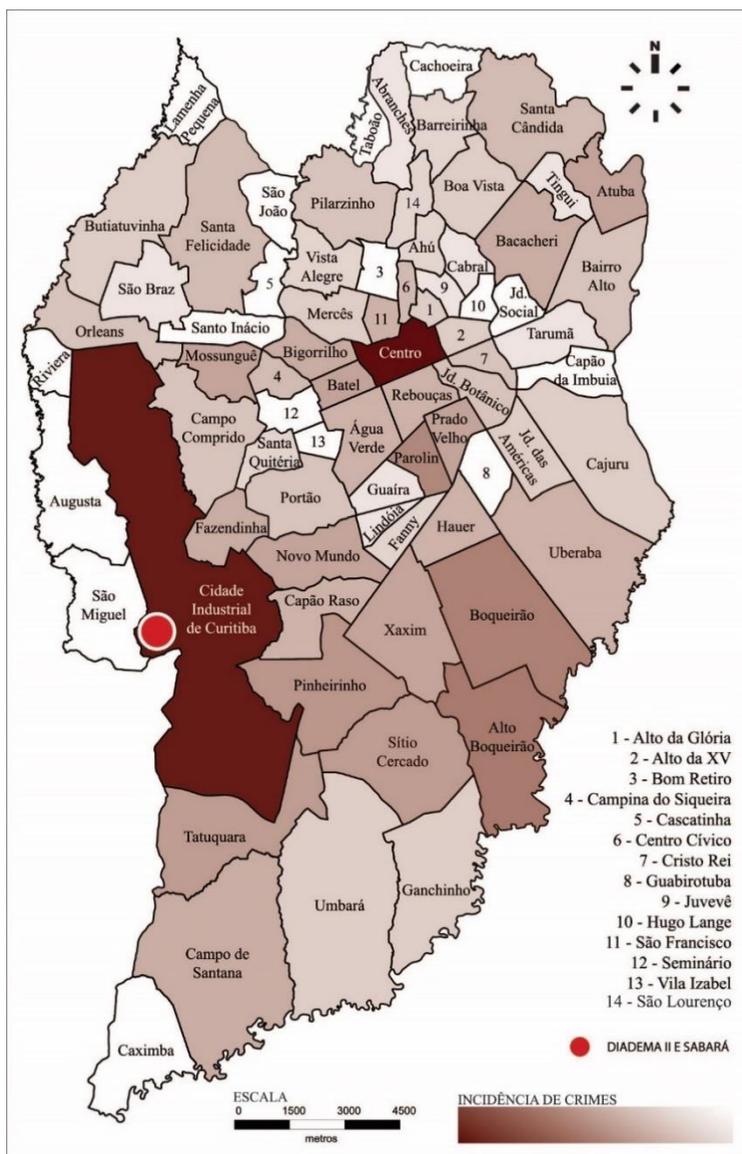
possibilidades de uma pessoa ser vítima de homicídio em Curitiba do que no Rio de Janeiro; proporção que aumentou para três e, alguns momentos; quatro vezes no comparativo com São Paulo (WAISELFSZ, 2017).

Dos episódios de violência identificados pelo monitoramento, a maior concentração está na Regional Matriz, composta por 18 bairros. Nos dois noticiários, a cada três crimes ocorridos nessa zona geográfica, um é de natureza *contra a pessoa* e um *contra o patrimônio*. Há ainda um percentual representativo de crimes relativos ao tráfico ilícito de drogas (13,68%). O restante, cerca de 20% dos crimes, são pertencentes às demais naturezas.

Os dois mapas a seguir estabelecem visualmente um comparativo entre as incidências de peças criminais midiaticizadas pelos programas (*Figura 4 - Curitiba: distribuição geográfica dos crimes nos noticiários Tribuna da Massa e Balanço Geral e identificação do local da pesquisa de recepção/mediação*) e as estatísticas oficiais de crimes (homicídios dolosos, latrocínio e lesão corporal resultando morte) que resultaram em morte na capital paranaense em 2017 (*Figura 5 - Curitiba: distribuição geográfica dos crimes com morte ocorridos em 2017*

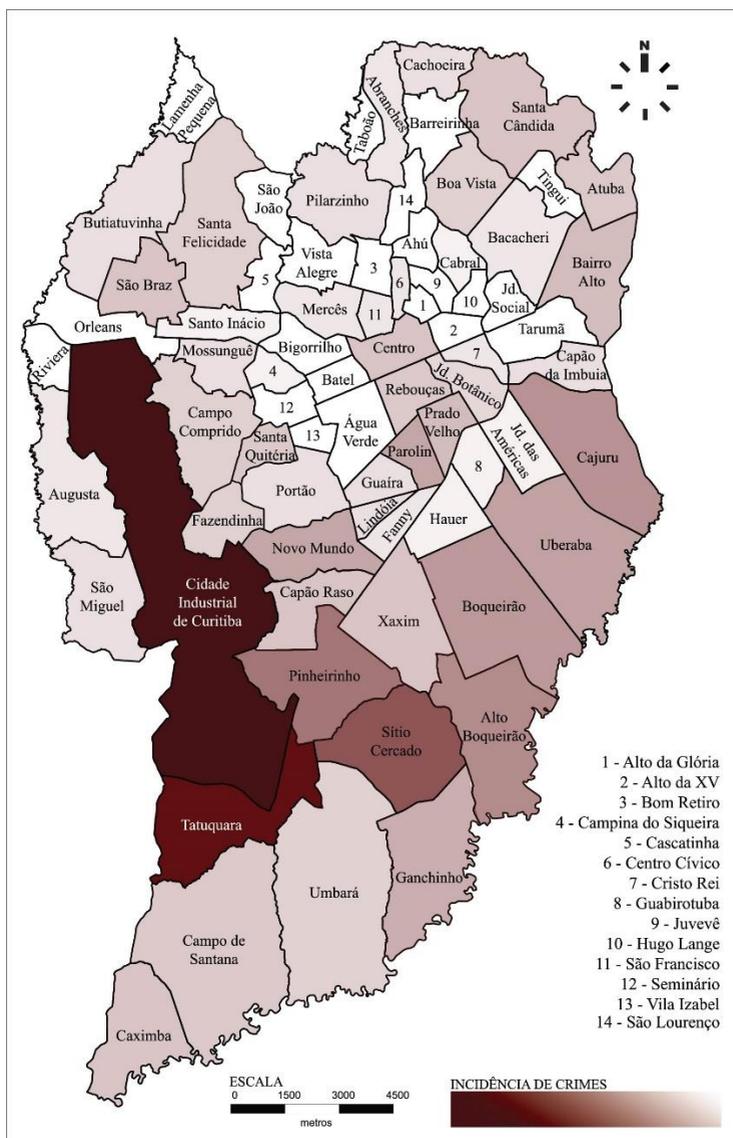
). Como não há grandes variações percentuais em relação à distribuição criminal nos dois noticiários em Curitiba, optou-se por agregá-los na primeira figura, independentemente da natureza; também são destacadas geograficamente as vilas Diadema II e Sabará, onde ocorreu o estudo de recepção (5. ESTIGMATIZAÇÃO, INVISIBILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA).

Figura 4 - Curitiba: distribuição geográfica dos crimes nos noticiários *Tribuna da Massa* e *Balanço Geral* e identificação do local da pesquisa de recepção/mediação



Autor (2018).

Figura 5 - Curitiba: distribuição geográfica dos crimes com morte ocorridos em 2017



Fonte: Paraná (2018).

Os crimes que resultaram em mortes dispostos no segundo mapa são referentes a todo o ano de 2017, enquanto as do mapa dos programas lidam com um quadrimestre (sendo um desses meses – novembro/2017 – repetido nos dois noticiários). A comparação entre os mapas ainda assim é válida, devido ao fato de que os números sobre homicídios e crimes que resultam em morte são mais confiáveis para se avaliar a incidência de crimes por regiões (as exceções acontecem em perímetros mais centrais, tema discutido a partir de agora).

O Centro, de acordo com o primeiro mapa, tem o maior número de episódios midiáticos. Em matérias exibidas em Curitiba cuja localização é apresentada, o Centro é responsável por, em média, 10% das incursões sobre crimes nos dois noticiários. Trata-se de um dos menores bairros da cidade, embora seja um dos maiores da Regional Matriz, com uma área de 3,28 km², o que representa 0,76% do território do município. Com uma população estimada em 41,7 mil pessoas (CURITIBA, 2018), distribuída em pouco mais de 23 mil domicílios, o Centro começou a ser habitado ainda no século XVII. Na década de 1940, houve “a implantação de planos urbanísticos que contemplaram de forma abrangente a organização da cidade” (CURITIBA, 2015a).

No que concerne às informações sobre segurança pública, o Centro é, historicamente, a região com o maior número de denúncias. Observa-se, a partir de dados de 2010, que os índices de violência nessa zona territorial são mais elevados que a média restante do município. A taxa é calculada sempre estabelecendo uma comparação entre o número de casos registrados para uma população estimada de 100 mil pessoas. Sendo assim, enquanto Curitiba registrou naquele ano uma taxa de homicídios

de 42,81¹³⁹, quando o recorte leva em consideração apenas o Centro, a taxa sobe para 209,07. Já em relação às ocorrências registradas de quaisquer outros tipos de crime, a relação entre a média de Curitiba e do Centro é de, respectivamente, 52,06 e 480,87 (CURITIBA, 2015a). Os dados mais recentes, referentes ao ano de 2016, trazem, em números absolutos, o registro de 8.034 furtos e 4.969 roubos no Centro (PARANÁ, 2017).

Entre as especificidades da localidade está a composição da pirâmide etária¹⁴⁰, já que o Centro, algo que pode ser observado em outros grandes conglomerados urbanos, detém uma característica distinta do restante da cidade: a concentração acentuada de homens e mulheres com idade entre 20 e 29 anos. Enquanto a média de pessoas nessa faixa etária em Curitiba é de 18,51%, no bairro analisado ela sobe em pontos percentuais para 28,2% (CURITIBA, 2015a). Estima-se que aspectos ligados aos hábitos de vida mais comuns à faixa etária (em relação à profissão, à formação estudantil e aos próprios hábitos de lazer), ao grande fluxo populacional diário e, conseqüentemente, à facilidade de denúncia de delitos menos graves expliquem, até certo ponto, o número de ocorrências registradas e, também, midiaticizadas. Os dois últimos aspectos, aliás, determinaram a exclusão do Centro como perímetro para o estudo de recepção, já que não é possível associar a estigmatização dos agressores aos moradores à região (3.6. *PERFIL SOCIAL DE AGRESSORES E VÍTIMAS*), ao contrário do que ocorre com as demais regionais e, sobretudo, com os habitantes das áreas metropolitanas.

¹³⁹ O *Mapa da Violência 2016*, que agrega o histórico de uma década nas taxas de homicídio, traz que a taxa registrada em Curitiba foi de 45,4 em 2010 (WAISELSZ, 2017).

¹⁴⁰ Neste quesito, os dados mais atuais são de 2010, produzidos com base no Censo Demográfico de 2010, produzido pelo IBGE.

Na distribuição dos atos de violência em Curitiba, conforme o monitoramento (*Tabela 13 - Distribuição dos crimes por regionais em Curitiba nos noticiários Tribuna da Massa e Balanço Geral*), a segunda colocação pertence à Regional Boqueirão, que reúne, entre os eventos que identificam esse território, um a cada 10 crimes veiculados em cada noticiário na capital; um quarto deles são de natureza contra o patrimônio, um terço contra a pessoa. Todavia, não há qualquer tipo de regularidade específica dessa regional, no que se refere à cobertura dos crimes, que possa ser afirmada com base nos dados levantados pelo monitoramento, fato que obrigou a análise a voltar-se para bairros específicos mais uma vez. A título de ilustração, com base em dados oficiais referentes a 2016, última estatística disponibilizada, a taxa de furtos e roubos nos quatro bairros que formam a regional – Alto Boqueirão, Boqueirão, Hauer e Xaxim – é de 3.832¹⁴¹ (PARANÁ, 2017).

Com base no monitoramento, quando os crimes são seccionados pelo recorte geográfico, apenas a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) detém dois terços dos eventos midiaticizados por toda a Regional Boqueirão. A CIC, localizada no lado Oeste de Curitiba, é o maior bairro em superfície territorial da cidade, com uma extensão de 434,67 km², o que representa 10,19% da área de todo o município (CURITIBA, 2015b). Tem uma população estimada em 187 mil pessoas (CURITIBA, 2018), distribuída em 60 mil domicílios (CURITIBA, 2015b). Começou a ser habitada em um período mais recente, nos anos 1960. Na década seguinte houve, por meio de decreto municipal, a delimitação das zonas onde poderiam ser instaladas as indústrias, o que fez com que boa parte das

¹⁴¹ Para evitar deformidades nos dados, a população estimada da Regional Boqueirão utilizada para a conta foi a de 2016: 205.248.

fábricas, situadas até então no Rebouças, na Regional Matriz, migrassem para o novo bairro, além de novas indústrias terem sido atraídas para a região com incentivos fiscais. Porém, o progresso industrial foi acompanhado pelo crescimento desenfreado de áreas de ocupação. Atualmente, das 381 ocupações não regularizadas do município, 55 estão instaladas na CIC (CURITIBA, 2015b).

Em relação aos índices de segurança pública, observa-se, também a partir de dados relativos a 2010, que os índices de violência da CIC estão em patamares mais elevados que a média do restante do município. No comparativo com o Centro, por exemplo, quando são seccionados os homicídios, a CIC tem taxas maiores, mas quando é feita a comparação sem qualificar os crimes, o Centro detém maior número de registro de ocorrências. Sendo assim, enquanto Curitiba registrou, em 2010, uma taxa de homicídios de 42,81 para cada mil habitantes (taxa que cai progressivamente ano a ano até ser reduzida à metade, em 2017, com 20,54), quando o recorte leva em consideração a CIC, a taxa sobre para 70,59 (em 2017, também reduzida praticamente à metade, 37,65). Em relação às ocorrências registradas levando em conta quaisquer tipos de crime, a relação entre a média de Curitiba e da CIC é de, respectivamente, 52,06 e 82,17 (CURITIBA, 2015b). Com base nos dados oficiais de 2016, a taxa de furtos e roubos na CIC é de 2.257¹⁴² (PARANÁ, 2017). Dito isso, o bairro cujos eventos de violência mais foram midiaticizados em Curitiba, tanto no *Balanço Geral* quanto no *Tribuna da Massa*, ainda que as estatísticas oficiais apontem outras regiões da cidade com maiores taxas de homicídios, é a CIC, área escolhida em Curitiba para o estudo de recepção.

¹⁴² A população estimada da Cidade Industrial utilizada na conta foi a de 2016: 186.083.

Nas páginas subsequentes voltam-se as atenções para a Região Metropolitana. Criada por lei complementar em 1973, o território é o segundo a ser analisado. É válido lembrar, antes de tudo, que a Constituição Federal (art. 25, parágrafo 3º) prevê que é atribuição dos estados instituírem, quando julgarem necessárias, regiões metropolitanas, definidas como “aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 1988).

No Paraná houve a criação, em 1974, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), uma entidade específica para o gerenciamento dessa microrregião (PARANÁ, 2018a). A tabela a seguir mostra os municípios onde houve, no mínimo, uma inserção noticiosa, além de apresentar dados relativos à população de cada município e a taxa de homicídios estimada relativa ao ano de 2017 (*Tabela 14 - Distribuição dos crimes por município na Região Metropolitana e incidência nos noticiários*). Nela é possível observar um processo de estigmatização enviesado de duas cidades: Colombo que, apesar de ter a terceira menor taxa de homicídios, é o mais midiaticizado no *Tribuna da Massa* (cai para a segunda posição no *Balanço Geral*); São José dos Pinhais, com a maior incidência de inserções sobre violência no *Balanço Geral* (ocupa a terceira posição *Tribuna da Massa*).

Tabela 14 - Distribuição dos crimes por município na Região Metropolitana e incidência nos noticiários

Município	Pop. Estimada	Taxa/homicídios*	Incidência	
			TM	BG
Almirante Tamandaré	115.364	40,70	11,42%	4,96%
Araucária	137.452	29,38	10,00%	6,60%
Campo Largo	127.309	24,03	5,71%	4,96%
Colombo	237.402	30,52	15,71%	14,88%
Fazenda Rio Grande	95.225	67,34	12,86%	5,79%
Pinhais	129.445	37,60	8,56%	10,74%
Piraquara	107.751	65,44	10,00%	12,40%
São José dos Pinhais	307.530	35,58	11,42%	19,01%
Adrianópolis	6.254	47,70	1,43%	-
Balsa Nova	12.602	0,00	-	0,82%
Bocaiúva do Sul	12.477	31,74	-	0,82%
Campina Grande do Sul	42.547	30,55	1,43%	4,14%
Campo Magro	28.244	48,30	2,87%	4,14%
Contenda	17.961	16,70	1,43%	-
Itaperuçu	27.500	47,27	1,43%	5,80%
Mandirituba	25.662	54,55	1,43%	1,65%
Quatro Barras	22.651	42,52	1,43%	0,82%
Rio Branco do Sul	32.504	48,94	2,87%	1,65%
Rio Negro	33.857	8,86	-	0,82%
Agudos do Sul, Cerro Azul, C. do Tenente, Dr. Ulysses, Lapa, Piên, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná**.	144.230	16,64	-	-
<i>Total</i>	1.633.967	31,91	100,00%	100,00%

Fontes: IBGE Cidades (BRASIL, 2018b).
Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018c).
Autor (2018).

* A taxa de homicídios é estimada e foi calculada com base no *Relatório Estatístico Criminal Quantitativo de Vítimas de Crimes Relativos à Morte Janeiro a Dezembro de 2017*, produzido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (Sesp). No cálculo foram somados homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais que resultaram em morte, conforme os critérios adotados pela Sesp. A soma das mortes foi dividida pela população de cada município e multiplicada por 100 mil.

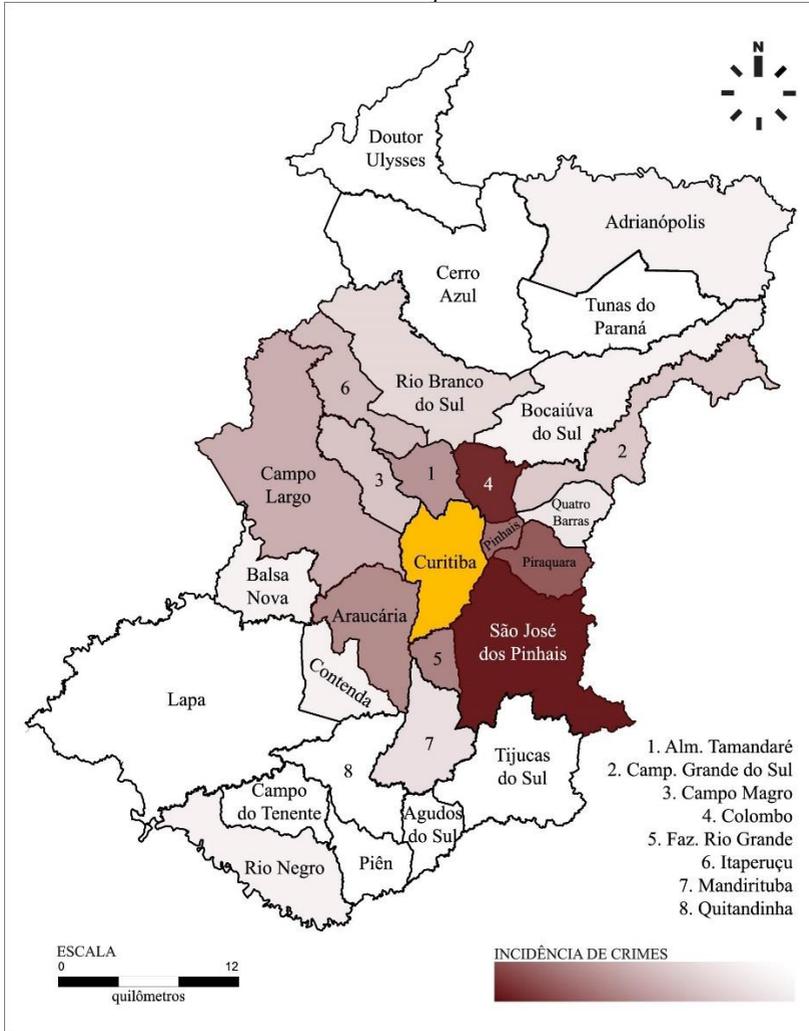
Formada por 28 municípios mais a capital, a Região Metropolitana de Curitiba é a oitava maior do país, com uma população estimada de mais de 3,5 milhões de habitantes (BRASIL, 2018b). Apesar da relativa proximidade entre as populações da capital (cerca de 1,9 milhão) e do restante do complexo urbano (cerca de 1,6 milhão), quando se estabelece um comparativo entre a natureza de crimes que ocorrem na Região Metropolitana com os que acontecem em Curitiba, observa-se que há divergências relevantes para a compreensão dos processos de estigmatização e invisibilidade social. Em ambos os noticiários, enquanto cerca de 55% dos crimes da Região Metropolitana são de natureza contra a pessoa, na capital o percentual cai para aproximadamente 33%.

Se o dado anterior pode ter ligação com a taxa de homicídios mais baixa em Curitiba em relação à Região Metropolitana (a taxa de homicídios estimada na primeira, em 2017, foi de 20,54 mortes violentas para cada 100 mil pessoas, contra 31,91 do restante dos municípios que integram o complexo urbano), quando se observa quais crimes são midiaticizados dentro da categoria percebe-se maior ênfase na cobertura de homicídios. Sobre os eventos dessa categoria veiculados, 77,50% das incidências da Região Metropolitana tratam de homicídios no *Tribuna da Massa*. Na mesma área geográfica, no *Balanço Geral*, a proporção é ainda maior: 87,88% dos crimes contra a pessoa veiculados são homicídios. Em Curitiba, a média cai, respectivamente, para 68,12% e 73,53%.

Isso ocorre devido a fatores que podem ser extraídos da interpretação do conjunto de tabelas e mapas que estão presentes nesta seção. A partir da distribuição geográfica dos crimes exibidos é possível avaliar que a cobertura dos crimes é polarizada em algumas cidades, já que, a título de exemplificação, em 15 dos 29 municípios da microrregião

urbana não são mencionados nenhuma vez em pelo menos um dos noticiários.

Figura 6 - Região Metropolitana: distribuição geográfica dos crimes nos noticiários *Tribuna da Massa e Balanço Geral*



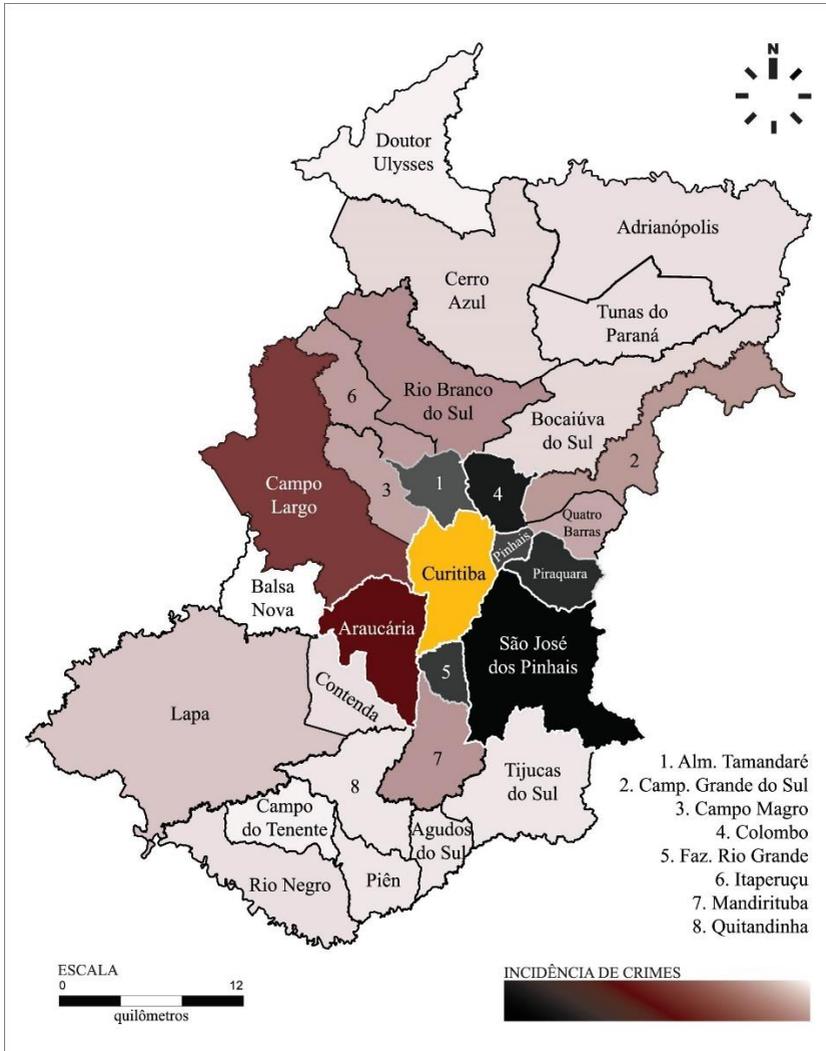
Autor (2018).

O mapa acima e o abaixo apontam, respectivamente, um comparativo entre os crimes veiculados na Região Metropolitana (*Figura 6 – Região Metropolitana: distribuição geográfica dos crimes nos noticiários Tribuna da Massa e Balanço Geral*) e as estimativas oficiais de homicídios divulgadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (*Figura 7 - RM/2017: distribuição geográfica dos crimes com morte*).

Observa-se, a partir deste mapa, grande concentração de eventos midiáticos nos municípios de São José dos Pinhais e Colombo. No mapa a seguir, busca-se estabelecer um comparativo com as incidências de mortes violentas nessas mesmas cidades. Vale pontuar que houve a opção por utilizar o número absoluto de mortes.

Ainda, a partir da figura geográfica, é possível perceber que, via de regra, os municípios mais próximos a Curitiba são os que mais recebem atenção, algo similar ao que acontece dentro da própria capital, quando áreas com altas taxas de homicídio, mas mais distantes da zona central, tiveram uma cobertura de eventos discrepante com as estatísticas oficiais. O exemplo mais emblemático, a título de contextualização, é o da Regional Tatuquara, situada no extremo sul da cidade, formada pelo bairro de dá nome à microrregião, mais Campo de Santana e Caximba: os três reúnem uma população estimada de mais de 115 mil pessoas e detêm a maior taxa de homicídios da cidade, com 40,52 homicídios para cada 100 mil pessoas. No entanto, em ambos os noticiários menos de 5% das inserções midiáticas abrangem os crimes ocorridos nesses espaços. Outro ponto a ser observado é o fato de que, à medida que a exibição de conteúdos fica mais distante de Curitiba, menor é a utilização do gênero reportagem, que obriga o deslocamento de uma equipe ao local do evento criminoso.

Figura 7 - RM/2017: distribuição geográfica dos crimes com morte



Fonte: Paraná (2018).

Antes de prosseguir é prudente frisar que a discrepância de cobertura em regiões mais longínquas, tanto na Região Metropolitana quanto dentro de Curitiba, não é exatamente uma crítica à produção do

noticiário, já que há outros valores-notícia substantivos dos acontecimentos e também ligados à rotina produtiva que não podem ser mensurados via análise de conteúdo. Por outro lado, quando se pensam nas implicações da estigmatização e da invisibilidade social, algo que possui relação com as escolhas dos produtores do noticiário, mas as superam na esfera das mediações a partir dos processos de ressignificação, percebe-se que a polarização de cobertura de crimes em cidades como Colombo, Fazenda Rio Grande, São José dos Pinhais, Almirante Tamandaré, Araucária e Piraquara acaba por estigmatizar essas regiões como locais onde ocorrem crimes mais violentos que a própria capital, quando as estatísticas mostram o contrário. A omissão de informações e outros números mais contextualizados a respeito das questões de segurança pública, aliada a histórias que priorizam os pormenores dos fatos, acabam por criar um processo de estigmatização claramente definido aos metropolitanos: são nesses locais periféricos, especialmente no período da noite/madrugada, já que duas a cada três inserções acontecem nessas faixas de horário na Região Metropolitana, que essas cidades, por si só, promovem discursos voltados às narrativas do medo.

Dito isso, em relação ao estudo de recepção foram escolhidos os dois municípios líderes no ranking de midiaticização: Colombo (*Tribuna da Massa*) e São José dos Pinhais (*Balanço Geral*). O primeiro, posicionado ao norte-nordeste de Curitiba, tem uma população estimada de 237,5 mil habitantes, sendo demograficamente a oitava maior cidade do estado e a terceira da Região Metropolitana (atrás, justamente, de Curitiba e de São José dos Pinhais, que tem a sexta maior população entre os municípios paranaenses) (BRASIL, 2018b).

Em 1878 a cidade, à época com o nome de Colônia Alfredo *Chaves* (BRASIL, 2018b), começou a ser colonizada. Um grupo de 40 famílias italianas recebeu terras do governo provincial e iniciou a colonização. Ainda no século XIX, mais imigrantes começaram a povoar a localidade. Em 1890, elevada à categoria de Vila, a região teve o nome alterado para Colombo e, apenas em 1943, seria definitivamente desmembrada de Curitiba, tornando-se um município (PARANÁ, 2018b).

Com uma população estimada de 237.402 habitantes (mais de 85% ocupando o perímetro urbano do município, formada por 22 dos 42 bairros), Colombo é notoriamente marcada por uma grande densidade demográfica: são, em média, 1.076,72 habitantes por quilômetro quadrado. A título de comparação, isso representa quase o dobro das taxas de capitais como Florianópolis (623,68 hab./km²) e Brasília (444,66 hab./km²). No entanto, a concentração populacional nos bairros urbanos é ainda maior, haja visto que 70% do território do município é destinado a áreas de proteção ambiental (COLOMBO, 2013). Em 2017, as 65 mortes violentas ocorridas (PARANÁ, 2018c) geraram uma taxa de 30,52 homicídios para cada 100 mil habitantes, a sexta entre os oito municípios com mais de 50 mil habitantes na Região Metropolitana (São José dos Pinhais ocupa a quinta colocação).

Os primeiros colonizadores chegaram onde hoje é São José dos Pinhais, em 1754, em busca de ouro. A cidade permaneceu, primeiramente, o como distrito e depois como vila, até 1853. Desde a chegada dos primeiros colonizadores, a área foi batizada com o nome de São Paulo, nome que perdurou até 1897, quando a cidade, por meio de lei estadual, foi intitulada com o nome atual (BRASIL, 2018b). Fixada ao sudeste de Curitiba, São José dos Pinhais tem uma população estimada de

307,5 mil habitantes, sendo demograficamente a sexta maior cidade do estado e a segunda da Região Metropolitana (BRASIL, 2018b). Com base nos dados extraídos do Censo Demográfico de 2010, 89,66% dos munícipes vivem em perímetros urbanos (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2018). Já em relação à segurança pública, o município registrou em 2017 uma taxa de homicídios de 35,58 mortes violentas a cada 100 mil habitantes, quase o dobro da taxa verificada em Curitiba, por exemplo, mas apenas a quinta entre os oito maiores municípios da Região Metropolitana, excluída a capital.

Apresentadas as principais características dos municípios selecionados para o estudo de recepção (outras características são apresentadas na fase de recepção), passa-se agora à discussão sobre como os noticiários trabalharam narrativamente com aspectos ligados à faixa etária, etnia e gênero.

3.5.2. Faixa etária, etnia e gênero

A partir deste item inicia-se a discussão referente aos atributos físicos e sociais de *vítimas/sobreviventes* e a *suspeitos/agressores*. O primeiro recorte, faixa etária, produz um leque de vazios semânticos nos dois noticiários, já que a cada universo de dez inserções monitoradas, metade não apresenta qualquer informação sobre faixa etária; entre a segunda metade, duas dessas peças apresentam a idade/faixa etária do agressor e três da vítima. Nem sempre isso se deve à falta de apuração, já que há, como discutido, uma proporção relevante de crimes que são midiaticizados sem que haja quaisquer tipos de informações sobre os agressores. É preciso, além disso, sublinhar certa *limitação* da planilha de monitoramento em relação a alguns dos vazios produzidos. Isso porque

há diversas inserções nas quais aparecem pessoas que, de certa forma, representam *ideais* de faixas etárias, mas as interpretações a respeito de idade a partir dessas aparências carregam traços subjetivos, algo que impossibilita uma mensuração via planilha de monitoramento, mas que, certamente, produz sentidos no âmbito da recepção. Em outras palavras, o vazio semântico pode se restringir à própria planilha, não aos sentidos produzidos nas esferas de mediações. Ressaltada a restrição metodológica, entre as inserções nas quais foi possível identificar a faixa etária, há predomínio de agressores na faixa entre 19 e 29 anos (média de 43,20% nos dois noticiários), seguido de perto por pessoas entre 30 e 59 anos (41,26%). Quando se trata das vítimas, a situação se inverte: 28,97% delas estão na primeira faixa e 38,46% na segunda.

A hegemonia dos agressores na faixa entre 19 e 29 anos corrobora, de certa forma, a presença de formas de *controle social perverso* contra a *juventude*. Essa categoria social, por definição, contempla uma etapa “específica de socialização, que percebe os jovens como incompletos, instáveis, e por isso mesmo mais perigosos” (MORAES, 2008, p. 108). O processo de controle social da juventude detém vínculos estreitos com as narrativas do medo, à medida que à fase estão atreladas sensibilidades extremas como, por exemplo, amor, paixão, rancor e ódio. Essas emotividades permeiam relações tanto da vida privada como se relacionam à inquietude com questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Na tabela a seguir (*Tabela 15 - Agressores e vítimas: distribuição dos crimes por faixa etária nos dois noticiários*) foram apresentados os dados etários a partir do recorte de cada programa:

Tabela 15 - Agressores e vítimas: distribuição dos crimes por faixa etária nos dois noticiários

Faixa etária	Suspeito/agressor		Vítima/sobrevivente	
	TM	BG	TM	BG
Infância (0 a 11 anos)	-	-	9,17%	15,60%
Adolescência (12 a 18 anos)	13,85%	10,64%	10,00%	6,83%
Juventude (19 a 29 anos)	44,61%	42,55%	33,34%	30,24%
Vida adulta (30 a 59 anos)	38,46%	42,55%	37,50%	39,02%
Velhice (acima de 60 anos)	3,08%	4,26%	10,00%	8,31%
<i>Total</i>	<i>100,00%</i>	<i>100,00%</i>	<i>100,00%</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Autor (2018).

No momento em que se busca qualificar a natureza e os tipos de crimes mais recorrentes em cada uma das categorias, observa-se que, entre os agressores, os atos infracionais cometidos por adolescentes são, na média, mais raros e menos graves. Durante o monitoramento não houve mediação, por exemplo, de nenhum ato infracional análogo ao crime de homicídio no *Tribuna da Massa*. Um dos atos infracionais, o referente à morte de um motorista de ônibus em Colombo¹⁴³, na Região Metropolitana, é equivalente a um latrocínio. O acontecimento veiculado foi provocado por quatro pessoas, sendo três adolescentes, dois deles com idade abaixo de 17 anos. Com exceção dessa ação hedionda, nessa faixa as transgressões mais graves são *roubos*. Já no *Balanço Geral*, três episódios envolvendo adolescentes resultaram em vítimas fatais: dois crimes análogos a homicídio, sendo uma delas uma reportagem referente à morte de um estudante por outro, em Santa Felicidade¹⁴⁴, durante as ocupações nas escolas estaduais ocorridas um ano antes, e um em

¹⁴³ *Tribuna da Massa*. 18 dez. 1°36'05". Disponível em: <https://goo.gl/5SnY4y>. Acesso: 3 jan. 2018.

¹⁴⁴ *Balanço Geral*. 24 out. 2_06'35".

Maringá, após uma briga de trânsito¹⁴⁵. Já o latrocínio é referente ao caso já citado do homem que saiu da igreja e foi morto em um roubo, em Pinhais¹⁴⁶, na Região Metropolitana, após ter comprado fraldas e leite para o filho recém-nascido. Embora tenha sido veiculado nos dois noticiários, no *Tribuna da Massa* não houve qualquer menção à idade dos agressores. Um último ato infracional de natureza grave exibido pelo *Balanço Geral* foi uma tentativa de homicídio quando, um adolescente de 12 anos esfaqueou o irmão de 19 anos que agredia a mãe de ambos, em Cambé¹⁴⁷, no Norte do Paraná.

Os demais atos infracionais veiculados nos programas em ordem decrescente de gravidade são: uma adolescente que trabalhava como babá, em Ponta Grossa, e que foi acusada, segundo o texto, de torturar uma criança de quatro anos¹⁴⁸, ato infracional análogo ao crime de maus tratos; três atos infracionais equivalentes a lesões corporais, a primeira oriunda de uma agressão de um adolescente de 15 anos a um professor, em Maripá¹⁴⁹, no Oeste do estado, outra de uma briga de estudantes, em Cambé¹⁵⁰ e uma menina que foi agredida na cabeça com uma paulada por outra garota, em Colombo¹⁵¹, na Região Metropolitana. Além desses episódios, uma adolescente que se revoltou por ser apreendida com uma quantidade de maconha¹⁵², motivo que levou também um menino a ser denunciado pela mãe por estar com 300 gramas da erva, em Cascavel¹⁵³,

¹⁴⁵ *Balanço Geral*. 20 nov. 4_02'20".

¹⁴⁶ *Balanço Geral*. 22 nov. 3_12'00" e 4_30'20".

¹⁴⁷ *Balanço Geral*. 26 out. 2_17'20".

¹⁴⁸ *Tribuna da Massa*. 22 nov. 1°13'40". Disponível em: <https://goo.gl/5Hrz4z>. Acesso: 3 jan. 2018.

¹⁴⁹ *Balanço Geral*. 8 nov. 2_23'40".

¹⁵⁰ *Balanço Geral*. 27 out. 1_28'25".

¹⁵¹ *Tribuna da Massa*. 8 dez. 1°46'10". Disponível em: <https://goo.gl/fwhpht>. Acesso: 3 jan. 2018.

¹⁵² *Tribuna da Massa*. 5 dez. 1°13'35" e 7 dez. 35'50". Disponível em: <https://goo.gl/wM9jt9>. Acesso: 3 jan. 2018.

¹⁵³ *Balanço Geral*. 15 nov. 4_17'20".

no Oeste, e uma menina que foi flagrada com uma arma e munições dentro da sala de aula, em Cambé¹⁵⁴.

No ato infracional equiparado a roubo, os dois únicos praticados por adolescentes do sexo masculino resultaram em duas execuções: um rapaz foi morto pela polícia em Iporã¹⁵⁵, no norte do Paraná, e outro foi alvejado pela polícia durante uma tentativa de assalto a uma estação-tubo no Batel, na Regional Matriz¹⁵⁶. A cena do último episódio foi registrada por uma câmera de vigilância, fato que fez o caso merecer uma segunda inserção no *Tribuna da Massa*. A justificativa oficial para a ação ostensiva, registrada na reportagem de Iverson Vaz, foi contestada com a descoberta das imagens de vigilância, algo já apontado no tópico anterior (3.4. *NATUREZA DOS ATOS DE VIOLÊNCIA E TIPOS DE CRIMES*), de forma específica na argumentação sobre perseguições policiais (ver *acima*).

Mesmo sem protagonismo em ocorrências mais graves, adolescentes, em geral, são vinculados à criminalidade sem distinções. Essa propriedade é corroborada pela força da oralidade no gênero (MACHADO, 2000), conforme trabalhado anteriormente (1.3. *GÊNERO CRIMINAL E EXPERIÊNCIAS DE LUTA PELA VIDA*). A justificativa do âncora no comentário final representa o discurso de intolerância que, de certa forma, supera a gravidade do fato e é substanciado pela oralidade:

[Âncora: *Tribuna da Massa*]: Muitas pessoas estão aqui no Facebook elogiando a polícia [pela execução do adolescente]. Deixa eu falar uma coisa pra você. Eu sei que é polêmico, tem gente que não vai concordar: *eu concordo com a polícia*. Sabe por

¹⁵⁴ *Balanço Geral*. 24 out. 2_12'00" e 25 out. 2_17'20".

¹⁵⁵ *Balanço Geral*. 17 out. 1_22'05".

¹⁵⁶ *Tribuna da Massa*. 5 dez. 10'05" e 7 dez. 30'20", 56'10" e 1°06'30") disponível em: <https://goo.gl/wM9jt9>. Acesso: 3 jan. 2018.

que [é] que eu concordo com a polícia? Porque ele poderia muito bem tá tirando uma arma! *Policial não é obrigado a esperar pra saber porque é muito rápido!* E se fosse uma arma? [Abre as pernas e leva as mãos à cabeça, como se fosse ser revistado] A polícia manda colocar a mão pra cima. O cara baixa [leva a mão a um dos bolsos] e faz que vai pegar alguma coisa... Se você fosse policial, você ia esperar pra ver? “Ah, é um revólver!” Pra fazer isso aqui [finge sacar uma arma do bolso] é muito rápido. Não dá tempo de pensar. Então ele [o adolescente] devia ficar com a mão aqui pra cima [ergue os braços]. *Ele tava roubando, não é um cidadão de bem não!* Não é aquele cara que foi abordado porque tava andando com um carro, e o farol queimado, e a polícia pra multar... Não é isso! *A gente tá falando de alguém que tava roubando uma estação-tubo.* Tinha que ficar com a mão pra cima, é criminoso, é marginal! Não me importa se é menor ou não é menor. Baixou a mão, fez de conta que ia pegar alguma coisa, a polícia atirou! *E eu tô com a polícia nessa história (grifos adicionados).*

Como previsto, quando crianças e/ou adolescentes são vítimas o discurso se altera. Em média, uma a cada cinco inserções monitoradas nos dois noticiários com descrição da faixa etária da vítima envolve criança(s) ou adolescente(s). É pertinente observar como a estrutura narrativa é normativamente ditada segundo o foco narrativo, a ponto de estereótipos, instigados pelos produtores, servirem, contraditória e convenientemente, à *essência* da explicação do crime.

O excerto a seguir refere-se ao caso de um adolescente que foi esfaqueado dentro de um supermercado¹⁵⁷, em Curitiba (local não informado), por um segurança do estabelecimento. Na reportagem de Juliana Rodrigues, outro adolescente, testemunha ocular do crime, acusou

¹⁵⁷ *Tribuna da Massa*. 17 nov. 18°15”. Disponível em: <https://goo.gl/Xq2hvN>. Acesso: 3 jan. 2018.

os funcionários da loja de varejo de avaliá-los pela maneira como estavam vestidos, já que trajavam roupas de uma torcida organizada: “Se julga muito pela aparência. É isso que dá vergonha do Brasil, porque eles julgam muito pela aparência”, relatou o adolescente à repórter. O comentário do âncora após a inserção é emblemático para a compreensão de como o foco narrativo é ditado pela vítima, de modo que formas de desprestígio ou de preconceito enraizadas em outras inserções são renegadas:

[Âncora: *Tribuna da Massa*]: Aí se você pega um político engravatado, todo bonito, a aparência é perfeita. Mas ali dentro [aponta para o peito], um momento de podridão. E ninguém faz nada... Um rapaz desse, porque tá com uma torcida do coxa [Coritiba, um dos três clubes profissionais de futebol da cidade]... O que [é] que é isso? Uma camisa da torcida organizada do coxa... *Aí tá com uma calça que fica um pouquinho mais baixa*, que a gente chama de roupa dos “manos”, mas pô... Tem preconceito nisso. Tem ou não tem? *O segurança vai achar que é ladrão porque tá com uma camisa do coxa, uma calça um pouquinho mais pra baixo?* (...) (*grifos adicionados*).

Apesar da tentativa de desconstrução de estereótipos no caso acima, a regra, porém, é que a vítima carregue os traços mais pueris possíveis, como exemplifica o episódio em que uma criança de 11 anos foi vítima fatal de arma fogo durante um roubo, em Pinhão¹⁵⁸, no Centro-Sul do Paraná. O comentário se pauta em indignação:

[Âncora: *Balanço Geral*]: É um bando de lixo que decreta a pena de morte de uma criança de 11 anos. E o lixo tem que ser colocado no seu devido lugar. Eles decretam a pena... No Brasil não tem pena de

¹⁵⁸ *Balanço Geral*. 1 nov. 1_38'15”.

morte? Não! Pra bandido não tem pena de morte. Tem pra crianças, pra trabalhadores, pra pessoas de bem que contribuem para o desenvolvimento deste estado, deste país. Você [aponta para a câmera] pode ter a pena de morte decretada a qualquer momento por um lixo como esse lá da cidade de Pinhão.

Embora especificamente, sob o viés narrativo, não haja informações sobre os dois homens que realizaram a ação criminosa acima, extrai-se do monitoramento que não há, a princípio, uma tendência de mediação quanto maior for a discrepância entre a força do agressor/criminoso e fragilidade ou inocência da vítima/sobrevivente, nem mesmo sob o viés de discursos que fazem apologia explícita à violência. A título de exemplificação, entre as inserções que identificaram características tanto de vítimas como de agressores, quando pelo menos um agressor é homem, em 60% dos casos as vítimas são do mesmo gênero. Se um ou mais agressores são do sexo feminino, o percentual de vítimas do sexo masculino permanece o mesmo.

Uma especificidade dos crimes com vítimas pertencentes às faixas etárias vulneráveis, exceção feita aos idosos, são os de natureza *contra a dignidade sexual*. É parte estruturante das narrativas a ênfase a crimes como *estupro de vulnerável*, definido como o ato de “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos”. A pena para esse tipo de crime é de oito a 15 anos de reclusão (BRASIL, 1940). Essa natureza (crimes contra a dignidade sexual) é exposta com relativa raridade: entre 3% e 5%, respectivamente, no noticiário da *RICTV* e da *Rede Massa*, dos materiais que compõem o monitoramento (*Tabela 8 – Natureza jurídica dos crimes veiculados pelos noticiários em Curitiba, Região Metropolitana e demais regiões do Paraná*). Além disso, é

enviesada a crimes contra pessoas pertencentes à infância ou à adolescência, característica que só não foi mais polarizada devido à repercussão destacada do caso de um motorista do aplicativo *Uber* acusado de estuprar uma professora, de 27 anos – o fato ganhou eco devido à mulher ter alegado ser virgem¹⁵⁹, algo comprovado pelo exame de corpo-delito. Com exceção desse evento, os crimes de natureza contra a dignidade sexual são cometidos contra vítimas com idade entre três¹⁶⁰ e 13¹⁶¹ anos, muitas vezes descobertos após longos períodos de abuso sexual (dos quatro aos nove anos¹⁶², dos 11 aos 13), realizado por parentes (seja o pai¹⁶³ ou a mãe¹⁶⁴), vizinhos próximos¹⁶⁵, professoras¹⁶⁶, ou ainda, funcionários ligados à escola, conforme já apresentado. Trata-se de uma forma de qualificação das transgressões mediatizadas que acabam por produzir vazios semânticos capazes de evitar que o programa aborde, ainda que com a lógica da singularidade dos por menores, outras formas de violência graves que, de certa forma, estão no cerne do debate sobre igualdade de gênero. Esse tipo de crime está, assim como todos os que envolvem pessoas com laços familiares ou afetivos, entre aqueles que mais produzem sentidos nas esferas da recepção (5.3. *PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CULTURA DA VIOLÊNCIA*, em especial, 5.3.2. *Laços com práticas conservadoras*).

¹⁵⁹ *Tribuna da Massa*. 24 nov. 51'15". Disponível em: <https://goo.gl/XAQWAQ>. Acesso: 4 jan. 2018. *Balanço Geral*. 24 nov. 1_38'35".

¹⁶⁰ *Tribuna da Massa*. 27 dez. 30'35" e 1°16'10". Disponíveis em: <https://goo.gl/5GWRtu>. Acesso: 3 jan. 2018.

¹⁶¹ *Tribuna da Massa*. 22 nov. 30'25". Disponível em: <https://goo.gl/5Hrz4z>. Acesso: 3 jan. 2018. *Balanço Geral*. 22 nov. 2_06'30".

¹⁶² *Tribuna da Massa*. 14 nov. 38'15". Disponível em: <https://goo.gl/Z5cZBp>. Acesso: 20 ago. 2018.

¹⁶³ *Balanço Geral*. 10 out. 2_22'30".

¹⁶⁴ *Balanço Geral*. 20 out. 2_1°14'25".

¹⁶⁵ *Balanço Geral*. 1 out. 1_30'50".

¹⁶⁶ *Balanço Geral*. 27 out. 1_22'20". *Tribuna da Massa*. 06 nov. 1°05'55". Disponível em: <https://goo.gl/YB5rY3>. Acesso: 20 ago. 2018.

Somada a esses aspectos está a lógica narrativa, onipresente nos episódios com maior dimensão, que privilegia embates desiguais de força entre agressor e vítima. O caso do homem, de 48 anos, que passou a frequentar uma igreja evangélica após ter sido acusado de estuprar duas sobrinhas, uma de sete e outra de 10 anos¹⁶⁷, merece destaque por trazer elementos sobre a identidade da vítima, o papel punitivo dos noticiários criminais e, por fim, questões relativas ao ataque à criança e ao ideal de *família*. Na primeira das três inserções sobre o tema na edição, o repórter Ricardo Pereira, literalmente, corre atrás do suspeito/agressor na saída da delegacia, após o homem prestar um depoimento. O âncora, quase em tom idílico, justifica as motivações que o faria exibir imagens do suspeito/agressor, cuja revelação acontece a partir da segunda inserção:

[Âncora: *Tribuna da Massa*]: E aí? *O repórter pega ou não pega? Vai ter foto dele, vai ter imagem? Levamos de volta pra delegacia ou não levamos?* O [nome do suspeito/agressor] tá indo agora pra igreja porque foi descoberto. E tem gente ligando pra cá: “Dá uma chance, se Deus perdoou por que vocês não podem perdoar? Poxa vida, *Tribuna da Massa*, tá querendo ser melhor do que Deus?” Nananinanão... Ninguém aqui quer ser melhor do que Deus não... O que acontece é que tinham dois ladrões na cruz e um deles disse assim: “Ô, Cristo, tô arrependido. Por favor, me perdoe?” Cristo olha pro lado: “Ainda hoje você vai tá comigo no paraíso”. Mas você percebeu que Cristo não tirou o ladrão da cruz? Não. Sabe por quê? Cristo perdoou o cara, mas ele teve que pagar pelos seus pecados diante dos homens. *E hoje aqui você* [nome do suspeito/agressor] *vai pagar pelos seus porque eu vou te mostrar na tela.* A igreja e todo mundo vai saber quem é você, *obreiro do diabo*. Não é de Deus não... (*grifos adicionados*).

¹⁶⁷ *Tribuna da Massa*. 15 nov. 19°55”, 38°00” e 52°35”. Disponível em: <https://goo.gl/RZcqvd> Acesso: 3 jan. 2018.

A reportagem, segunda inserção sobre o tema na edição, também produzida pelo repórter Ricardo Pereira, não identifica os personagens, nem a vítima (filmada com enquadramentos fechados, que não a identificam, ou mais abertos, com a criança de costas), nem os pais e uma das tias. Os relatos versam basicamente sobre os pormenores que levaram à descoberta da situação, com ênfase para os detalhes do abuso. O contraste entre inocência e perversão é ressaltado durante toda a construção a partir do relato pormenorizado do crime, com ênfase para as ações de perversão: segundo os relatos, o homem pedia beijos na boca e carícias no pênis, além de praticar sexo oral na criança, em troca da concessão para a menina brincar com o aparelho celular. Há ainda o relato de que a mãe da menina de sete anos também passou por uma situação parecida com o mesmo homem, quando ainda era adolescente: “Minha irmã morava longe. Então ele me pegava de carro e me levava na minha irmã. Então passava a mão na minha perna, né? Fazia essas coisas assim que eu percebia que não eram normais, mas eu já era adolescente, então não já não era tão boba, tão bobinha assim, já sabia o que era”.

O cuidado com a preservação da vítima, que aconteceu durante a veiculação da reportagem, foi descartado com a própria exibição do retrato do homem, cujo nome completo, idade, grau de parentesco com a vítima e, não menos importante, a informação de que residiam no mesmo terreno, em casas separadas, acaba por possibilitar a identificação da vítima. Assim, mesmo que a intenção do programa tenha sido expor o suspeito/agressor, a implicação da exposição da imagem somada a informações produzidas acabou por gerar o efeito contrário, pelo menos para pessoas do círculo social da referida família.

Se o aspecto da faixa etária demonstrou durante o monitoramento algumas limitações da planilha de monitoramento, questão similar, mas que pode produzir sentidos subjetivamente na esfera das mediações, ocorreu em relação à etnia, ainda que as imagens ofertem de forma menos subjetiva a classificação; dito de outra maneira, na maior parte dos casos é menos complexo classificar as pessoas por etnia do que pela idade. Ainda assim, no que se refere à etnia, a carência de informações faz com que em cada universo de seis inserções, quatro não tenham nenhuma menção sobre etnia, enquanto uma informa a etnia do agressor e outra da vítima. Em 20% de todas as inserções há informações étnicas tanto em relação às vítimas/sobreviventes quanto aos suspeitos/agressores. Entre as peças que contemplam indicações étnicas há predomínio, tanto entre as vítimas quanto entre os agressores, de pessoas brancas (respectivamente, 87,75% e 85,89%). A *Tabela 16 - Agressores e vítimas: faixa etária, etnia e gênero* resume tais informações:

Tabela 16 - Agressores e vítimas: faixa etária, etnia e gênero

Noticiário	Questões étnicas e raciais			Gênero		
	Etnia	Agressor	Vítima	Sexo	Agressor	Vítima
<i>Tribuna da Massa</i>	Branco	81,82%	85,71%	Masc.	82,73%	66,27%
	Pardo	16,53%	9,77%	Fem.	17,27%	33,73%
	Preto	1,65%	4,52%	-	-	-
	Oriental	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-
<i>Total</i>		100,00%	100,00%	-	100,00%	100,00%
<i>Balanço Geral</i>	Branco	75,79%	85,38%	Masc.	83,02%	66,67%
	Pardo	17,36%	11,53%	Fem.	16,98%	33,33%
	Preto	6,32%	3,09%	-	-	-
	Oriental	-	-	-	-	-
	Indígena	0,53%	-	-	-	-
<i>Total</i>		100,00%	100,00%	-	100,00%	100,00%

Fonte: Autor (2018).

* Cada coluna deve ser lida de forma independente.

Por fim, em relação a gênero a situação se inverte. Como foi computada a quantidade total de agressores e vítimas, fato que proporcionou a possibilidade de agregar mais de um agressor ou vítima por inserção, no monitoramento aparecem 365 agressores, sendo 86,58% deles do sexo masculino 13,42% do sexo feminino. Já as vítimas somaram 290 pessoas, sendo dois terços delas do sexo masculino (66,21%) e o terço restante feminino (33,79%).

3.5.3. Profissão/ocupação, acesso à educação formal e renda

Durante o levantamento, em 16,94% das inserções noticiosas foram identificadas as profissões/ocupações dos agressores, quase uma inserção noticiosa a cada cinco monitoradas. Tratam-se de assalariados

vinculados ao setor terciário, que lidam com prestação de serviços¹⁶⁸ (49,69%), seguidos por integrantes do serviço público¹⁶⁹ (35,80%), com ênfase para policiais¹⁷⁰ civis ou militares, outros agentes de segurança¹⁷¹ e professores¹⁷². Há ainda outras formas de ocupação marginalizadas, como prostitutas¹⁷³, recicladores¹⁷⁴, ou ainda, modos ou estilos de sobrevivência, como *skinheads*¹⁷⁵, *dragqueens*¹⁷⁶ ou moradores em situação de rua (20,90%), sendo que os últimos são enquadrados como agressores essencialmente pelo fato de existirem¹⁷⁷. Não houve nenhuma menção a agressores que pertençam ao setor primário da economia, aquele voltado essencialmente à extração de matérias-primas, ou ao setor secundário, as indústrias, responsáveis pela transformação das matérias-primas em manufaturas.

No mesmo período, em 22,21% das inserções foram publicadas a profissão ou ocupação da vítima, uma oscilação percentual para cima muito pequena em relação ao do número de agressores. Nesse caso, também se tratam de trabalhadores vinculados ao setor terciário (48,34%), seguidos por integrantes de outras formas de ocupação ou estilos de sobrevivência (31,96%) e de servidores ou funcionários públicos (29,86%). O aumento da categoria *outras formas de ocupação ou estilos de sobrevivência* se deveu ao número de personagens

¹⁶⁸ *Tribuna da Massa*. 19 dez. 25°30". Disponível em: <https://goo.gl/pJwR3M>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁶⁹ *Tribuna da Massa*. 20 dez. 1°18'35". Disponível em: <https://goo.gl/uSdJp8>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁷⁰ *Tribuna da Massa*. 19 dez. 43°05" e 53°05". Disponível em: <https://goo.gl/pJwR3M>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁷¹ *Tribuna da Massa*. 11 dez. 34°50", 39°00", 47°45" e 1°22'35" e 18 dez. 53°45". Disponível, respectivamente, em: <https://goo.gl/qb2YwU> e <https://goo.gl/5snY4y>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁷² *Tribuna da Massa*. 6 nov. 52°15" e 1°37'40". Disponível em: <https://goo.gl/YB5rY3>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁷³ *Tribuna da Massa*. 13 dez. 9°45". Disponível em: <https://goo.gl/qxHLzC>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁷⁴ *Balanço Geral*. 12 out. 1_47°05".

¹⁷⁵ *Tribuna da Massa*. 7 dez. 19°25". Disponível em: <https://goo.gl/Mu1s4L>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁷⁶ *Tribuna da Massa*. 9 nov. 19°30". Disponível em: <https://goo.gl/rsFHvr>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁷⁷ *Tribuna da Massa*. 14 nov. 50°10" e 4 dez. 1°14'50". Disponível em: <https://goo.gl/Z5cZBp> e <https://goo.gl/hhG2R4>. Acesso: 4 jan. 2018.

envolvidos com a área da educação. Em relação a professores, as peças abordam formas de violência exercidas tanto no exercício da profissão¹⁷⁸ quanto em outros domínios da vida privada¹⁷⁹. Já entre os estudantes há um domínio de formas de violência ocorridas dentro da escola ou em decorrência da vivência escolar. São peças que retratam desde estudantes das séries fundamentais até educação superior¹⁸⁰ e que versam, sobretudo, com exceção do último episódio citado (um homicídio), em crimes de natureza *contra a dignidade sexual*. Exemplificam essa situação o caso do pastor acusado de abusar sexualmente das sobrinhas de sete e dez anos¹⁸¹, de duas professoras acusadas de estupro de vulnerável, de crianças de nove¹⁸² e 13 anos¹⁸³, e de um professor denunciado por ter enviado *nudes* – nome informalmente dado a imagens encaminhadas pela internet de uma pessoa nua e/ou seminua com a finalidade de sedução – a uma aluna de 14 anos¹⁸⁴. A temática entre professor(a) abusador(a) e aluno(a) vítima é tão presente no *Tribuna da Massa* que mereceu a exibição de uma reportagem, produzida por Ricardo Vilches, voltada aos limites comportamentais dos professores. Configura-se como exceção dentro do monitoramento, especialmente por ser uma reportagem cuja estrutura narrativa conseguiu se sobressair à perspectiva do *crime em si*¹⁸⁵ (a peça foi classificada como *narrativa sobre comportamento ou medo*).

¹⁷⁸ *Tribuna da Massa*. 5 dez. 29°15" e 14 dez. 1°39'35". Disponível em: <https://goo.gl/wM9jt9> e <https://goo.gl/edQPL2>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁷⁹ *Tribuna da Massa*. 6 nov. 28°45" e 24 nov. 51°15". Disponível em: <https://goo.gl/YB5rY3> e <https://goo.gl/XAQWAQ>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁸⁰ *Tribuna da Massa*. 9 nov. 1°50'00". Disponível em: <https://goo.gl/rsFHvr>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁸¹ *Tribuna da Massa*. 15 nov. 19°55", 38°00" e 52°35". Disponível em: <https://goo.gl/RZCqvd>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁸² *Tribuna da Massa*. 6 nov. 52°15" e 1°37'40". Disponível em: <https://goo.gl/YB5rY3>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁸³ *Tribuna da Massa*. 6 nov. 1°05'55". Disponível em: <https://goo.gl/YB5rY3>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁸⁴ *Tribuna da Massa*. 23 nov. 44°05". Disponível em: <https://goo.gl/M1gysZ>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁸⁵ *Tribuna da Massa*. 16 nov. 1°36'25". Disponível em: <https://goo.gl/KrQ3LR>. Acesso: 4 jan. 2018.

Durante três meses, período no qual foram monitoradas edições dos programas, não houve inserção noticiosa que buscasse estabelecer quaisquer tipos de vínculos do problema da violência urbana com a área da educação, ou ainda, com a problematização da desigualdade social. Assim, no que se refere à produção de sentidos, a escola e, conseqüentemente, a educação, ficam comprometidas, pois a escola apareceu somente como espaço onde os crimes também ocorrem ou onde se constroem laços para que os crimes se ramifiquem. A força das narrativas criminais, enquanto gênero jornalístico, está na relação singular dessa mesma narrativa com o dispositivo do medo, alicerçado pela limitação das histórias a pormenores do evento criminal. Isto é, a força – e também as carências – desse tipo de jornalismo parece estar presa à própria singularidade dos acontecimentos (GENRO FILHO, 1987). Assim, o fato de não se propor a estabelecer relações dialéticas com a dimensão do particular e do universal acabam por privar essas histórias de contextualização. Os diálogos com as dimensões particular e universal, via de regra, acontecem no espaço-tempo das mediações, porque esse é, sim, um estatuto pertencente à organização cognitiva do senso comum. Dessa forma, o ato de não construir pontes entre o problema social da violência com a forma como a sociedade se organiza torna-se um problema e, simultaneamente, uma potencialidade para o veio do jornalismo criminal. Essa propriedade ganha relevância à medida que o público que negocia, reinterpreta e produz sentidos aos conteúdos noticiosos não tem vínculos formais com a escola e com a educação. Há, sim, uma percepção de que o trabalho seja uma atividade mais digna.

Por outro lado, há marcas textuais que dialogam com universalismos. Um exemplo está nas políticas de apologia ao

encarceramento e, o que interessa mais neste momento, sobre a moral do mundo do trabalho. Característica onisciente no noticiário, a desvinculação do *suspeito/agressor* do universo produtivo é uma estratégia discursiva bem demarcada. Se, aparentemente, os números do monitoramento apontam para a existências de vazios semânticos em relação à profissão/ocupação (a diferença em pontos percentuais entre as funções profissionais é praticamente desprezível), por outro lado, mesmo quando não é explicitada a profissão da vítima faz-se dela *trabalhadora*, pai ou mãe *de família*, *sem antecedentes* com o mundo do crime.

Para entender esse apontamento é necessário recorrer a exemplos que não foram computados no monitoramento, mas que auxiliam na construção do imaginário sobre a moral do mundo do trabalho. O primeiro exemplo refere-se a uma entrada ao vivo¹⁸⁶, realizada pelo repórter João Gimenes, para relatar a história de um homem que estava em um semáforo, no Parolin, em Curitiba, exibindo uma placa com os dizeres “preciso de trabalho”, seguido pelo número de telefone para contato e o nome. Segundo ele, estava há seis ou sete meses desempregado. O homem alegou que tinha atingido uma idade *avançada* para conseguir um novo emprego, 55 anos, e, como tinha pouca formação escolar, e acabou marginalizado do setor formal de empregos. A ação no semáforo teria sido um ato de desespero para conseguir emprego, após ele ter abandonado a profissão de pizzaiolo devido ao fato de ter tido o forno furtado.

É interessante olhar como a moral do trabalho se manifesta nesses casos. Quando a opção do marginalizado é o crime – por mais banais que

¹⁸⁶ *Tribuna da Massa*. 7 dez. 49'30". Disponível em: <https://goo.gl/Mu1s4L>. Acesso: 4 jan. 2018.

sejam, como nos episódios de roubo de carne¹⁸⁷ e outros alimentos citados ao longo da análise –, a moral do trabalho vigora. Já quando o que acontece é a perda de dignidade, há aplausos para a atitude desesperada do homem desempregado. Além disso, como neste tópico foram levantadas questões a respeito da relação dialética entre as dimensões singular, particular e universal, pertencentes a qualquer acontecimento objetivo, uma entrada ao vivo como esta poderia gerar resultados de cunho universalizante, já que dela seria possível extrair pautas que dialogassem com as relações entre mercado de trabalho *versus* envelhecimento, acesso à educação formal *versus* especialização profissional e, até mesmo, maneiras de compreender como se organizar financeiramente durante a vida para conseguir enfrentar as dificuldades econômicas em momentos de perda de emprego, de aposentadoria, ou ainda, para ficar no escopo das narrativas criminais, em caso de consequências dos crimes das mais diversas naturezas. É pertinente observar que a força do noticiário está no ato de universalizar algo que é singular. O problema teria sido solucionado tão somente com um emprego, algo que não ocorreu na inserção citada¹⁸⁸.

Quando se estabelece uma relação com o acesso à educação formal, os vazios semânticos só aumentam. Para o preenchimento da planilha foram levadas em consideração algumas premissas: quando a

¹⁸⁷ *Tribuna da Massa*. 29 nov. 1°30'05" e 1°34'35". Disponível em: <https://goo.gl/3ABWbd>. Acesso: 4 jan. 2018.

¹⁸⁸ Como foi exibido o telefone celular da pessoa citada na inserção, o autor da pesquisa, em clara ação de desvio metodológico, entrou em contato direto com a pessoa para tentar compreender as consequências da exibição do episódio pelo programa *Tribuna da Massa*. O homem no momento da ligação, meio de tarde de um sábado nublado, 27 de janeiro de 2018, disse estar no calçadão da Rua XV, um dos lugares mais conhecidos do Centro de Curitiba. Afirmou que carregava a mesma placa em mãos, já que o objetivo de ter um emprego ainda não havia sido alcançado. De acordo com ele, a veiculação do material gerou algumas ligações, mas nenhuma ação efetiva. Apenas pessoas que, segundo ele, queriam explorá-lo entraram em contato. “Um cara me convidou pra puxar uma laje. Aí no final do dia me deu 20 *pila* [reais] e disse ‘até amanhã’”. Ele não voltou. Da conversa surgiu um nicho interessante de pesquisa a quem interessar: a noção das implicações das chamadas prestações de serviço vendidas por esses programas.

profissão citada demandava necessariamente ensino superior (exemplo: um advogado), optou-se por preencher o campo.

A questão de renda e, conseqüentemente, das desigualdades, talvez seja a marca mais forte de vazio semântico desses produtos. Agressores e vítimas pertencem, majoritariamente, a classes populares, característica denotada pelos locais que servem de cenários para os eventos de violência. Essa intuição, entretanto, é impossível de ser mensurada via planilha de monitoramento. Das 950 peças que compuseram a análise de conteúdo nos dois noticiários, apenas em duas oportunidades essa questão esteve presente com relativo protagonismo. Em ambas as situações por meio de enfoques narrativos que demonstravam exagero na remuneração. No *Tribuna da Massa*, trata-se da retomada de um caso, ocorrido ainda no final de 2016, de uma copeira assassinada por uma policial civil¹⁸⁹, citado por um dos entrevistados na fase de recepção. A vítima estava em uma confraternização de final de ano, quando a policial teria se incomodado com o barulho da festa. Em determinado momento, após ter feito ameaças aos presentes da festa junto com o namorado, ela disparou um tiro em direção aos participantes do evento. Um deles atingiu a vítima, momento registrado por uma câmera de segurança. Após quase um ano do acontecimento ter sido midiaticizado, a equipe de produção do programa entrou em contato com a família e realizou uma entrada ao vivo. O âncora abre a inserção assim:

Uma copeira que foi assassinada numa festa de confraternização. Esse crime, infelizmente, chocou o Paraná, mas ele começa a ser esquecido... As pessoas vão esquecendo, abandonando a história...
Uma mulher que estava com o marido, que sempre

¹⁸⁹ *Tribuna da Massa*. 19 dez. 43°05" e 53°05". Disponível em: <https://goo.gl/pJwR3M>. Acesso: 4 jan. 2017.

foi respeitada, que sempre teve muitos amigos. Um tiro. Uma bala perdida. Porque uma policial que era vizinha deste local aí [é exibida repetidas vezes a imagem-flagrante do momento do crime], uma policial civil, ficou incomodada com o barulho e começou a dar tiros, porque ela queria que todos ficassem com medo. Um desses tiros atingiu a cabeça da [nome da mulher]. (grifo adicionado).

Antes de exibir a reportagem, o âncora inicia uma conversa com o repórter João Gimenes, incumbido de realizar uma entrevista ao vivo com o viúvo. Na sala da família vitimada, o repórter se coloca ao lado das vítimas. Em seguida, retoma o texto:

[Entra imagem-flagrante do momento do homicídio] Durante mais de uma semana, o [repórter] Ricardo Vilches tentou descobrir como vive hoje a [nome da policial], a policial que tirou a vida da mulher do senhor [nome do viúvo]. *Ela tem um salário muito bom, de mais de seis mil reais, pago pelo Estado.* [Entra imagem ao vivo do marido da vítima cabisbaixo] Mas o que faz essa mulher que *continua com emprego?* Que *continua recebendo o seu salário normalmente* e que continua tendo uma vida, enquanto o senhor teve o seu coração despedaçado. Eu sei que não é fácil, não deve ser fácil pro senhor. Eu espero que essa reportagem não te revolte ainda mais porque a mim revoltou! (grifos adicionados).

A reportagem inicia com a retomada dos pormenores do caso. Em determinado momento, o repórter faz uma ligação em busca da policial e confirma a informação de que ela assumiu a função de telefonista na Polícia Civil, enquanto aguarda o julgamento. O *off* do repórter, após ela ter atendido o telefone e, em seguida, desligado quando ele se identificou como jornalista, é inteiramente voltado à questão de a policial receber salários após o ato criminal, argumento que, de acordo com a produção, gera revolta.

[Nome da policial] entregou a arma, deixou as ruas, mas *se tornou uma das telefonistas mais bem pagas do Paraná*. No Portal da Transparência ficamos sabendo que, apesar da nova função, [Nome da policial] *não teve prejuízo financeiro no rendimento*. De novembro do ano passado [2016] até agora [dezembro de 2017], *o salário é o mesmo: seis mil reais por mês*. Trabalhando e recebendo normalmente, a morte de [nome da vítima] rendeu um processo administrativo na Polícia Civil, que só chegará a uma conclusão depois do processo criminal. O Ministério Público até tentou: pediu a prisão de [nome da policial], o afastamento dela e a *suspensão do pagamento de salários*, mas a justiça disse não. O Ministério Público também queria processar [nome da policial] por homicídio triplamente qualificado: motivo fútil, sem chance de defesa e com risco de matar outras pessoas na festa, mas a justiça viu nessa cena aí [repetição de imagem-flagrante do crime] apenas um homicídio comum, um homicídio simples, com pena máxima prevista de 20 anos (*grifos adicionados*).

Concluída a reportagem, há uma conversa com o viúvo que versa basicamente sobre o sentimento de impunidade vivido pela família. O que se extrai, no caso especificado, é que a questão de renda se tornou central no material devido ao fato de não ter havido possibilidades de entrevistá-la. A renda da policial, no episódio citado, é um critério eminentemente singular do fato.

Já no *Balanço Geral*, uma reportagem sobre um falso médico que atuou durante dois anos, que chegou a ser premiado pelos serviços prestados, em Paranaíba¹⁹⁰, na região norte do Paraná, assinada pela repórter Paola Moraes, também tem gancho narrativo vinculado a questões econômicas. Segundo a reportagem, o estelionatário recebia R\$ 50 mil mensais como médico, mesmo sem formação universitária.

¹⁹⁰ *Balanço Geral*. 1 nov. 2_53'10".

3.6. PERFIL SOCIAL DE AGRESSORES E VÍTIMAS

Como se pôde perceber, a destruição familiar – indiferente se por terceiros ou por integrantes do próprio núcleo, quando ganha contornos mais drásticos, aspecto que amplificado ao longo deste tópico – narrativamente está no seio da discussão sobre o fenômeno da violência desde *Édipo Rei*, tragédia grega escrita por Sófocles. Na peça, o personagem que dá nome à obra foi amaldiçoado com os crimes de parricídio e incesto. Nos fenômenos contemporâneos de violência urbana, quanto mais a narrativa se aproxima do ataque a essa instituição, responsável primordialmente pela formação do *caráter* para a inserção no mundo do trabalho, mais aumentam as possibilidades de mediação. A título de exemplificação, uma em cada dez peças monitoradas envolvem notícias nas quais vítimas e agressores integram um mesmo núcleo familiar, a maioria absoluta dos atos de natureza *contra a pessoa* (80% dos casos). Esse número poderia ser ainda maior se não houvesse tantos vazios semânticos em relação à identificação de vítimas e agressores, algo demonstrado nos recortes expostos ao longo deste capítulo.

Toda a estruturação da análise de conteúdo esteve voltada à compreensão narrativa das construções de estereótipos nos noticiários criminais, sobretudo aqueles específicos a *suspeitos/agressores*. Os estereótipos se estruturam como dispositivos primordiais para a constituição dos processos de estigmatização e invisibilidade social. A natureza jurídica dos atos de violência e os tipos de crimes são, em primeira instância, recortes fundantes para compreender a força com que um acontecimento é veiculado. Como observado, os noticiários criminais lidam, preponderantemente, com fatos que envolvem episódios de violência de duas naturezas: 1) *crimes contra a pessoa*; 2) *crimes contra*

o patrimônio. Assim, mesmo que seja redundante frisar que o jornalismo criminal trate de crimes, é salutar ressaltar que o gênero se limita a formas *qualificadas* de violência (ADORNO, 1995). Essa qualificação varia, em maior ou menor grau, pela natureza do crime, conforme se interpreta do texto de Adorno (1995), mas também pela disposição geográfica, etnia, gênero, faixa etária, ocupação/profissão e acesso à educação formal. Neste tópico propõe-se destacar como esses aspectos qualitativos relacionam-se entre si, de modo a formar perfis sociais de vítimas e agressores.

Para compreender os motivos de a violência midiaticizada ser qualificada, as razões de as exposições dos crimes permearem a construção de estereótipos e, conseqüentemente, as implicações que os noticiários criminais têm na idealização de realidades que passam a ser negociadas, reinterpretadas e reelaboradas no espaço-tempo das mediações, é fundamental compreender o papel do *inquérito policial*. E se é necessário deter atenção ao inquérito antes de prosseguir com a análise, de antemão, ele precisa ser compreendido como algo mais complexo dentro de uma investigação policial, pois adquire propriedades singulares no Brasil, de modo a proporcionar poder de julgamento a delegados de polícia (MISSE, 2011). Essa *técnica de investigação* tende a prevalecer durante todo o processo legal de incriminação, a ponto de ganhar propriedades enquanto *técnica de julgamento*. Misse (2011) usa o termo *criminação* para se referir aos “procedimentos concretos que selecionam os eventos que serão efetivamente tratados como crimes e não apenas sua referência típico-ideal nos códigos criminalizadores” (MISSE, 2011, p. 16). Por *procedimentos concretos*, o autor entende a dinâmica da vida real, na qual o julgamento figura mais pelas características físicas e sociais que aliam

tipos a delitos do que pela previsão em código jurídico estabelecido. É uma espécie de lei aplicada nas *ruas*, que adquirem propriedades de tribunal. Para o autor, as consequências da *criminação* são o cerne de todo o problema do inquérito policial no Brasil:

Para que haja *criminação*, não basta que se considere apenas a dimensão cognitiva que interpreta o evento como crime [o Código Penal e as leis específicas que preveem crimes], é preciso agregar o interesse em levar adiante o reconhecimento cognitivo ao conhecimento de uma agência de proteção (no caso, o Estado), de modo a convencê-la não apenas quanto ao aspecto cognitivo, mas também quanto à validade e à racionalidade em iniciar o processo de *incriminação* (MUSSE, 2011, p. 17).

Essa característica do inquérito, sem a menor sombra de dúvidas, promove uma relação de interdependência entre fontes oriundas das instituições ostensivas de segurança pública e o jornalismo criminal. Em outras palavras, por se tratar da peça central nos processos de investigação, o poder do inquérito policial proporciona pelo menos duas consequências: 1) apologia à truculência das instituições responsáveis pelo combate ostensivo à violência, como a polícia, inclusive com casos de *vistas grossas* ou apoio incondicional por parte dos produtores de noticiários criminais; 2) a estigmatização, fonte de argumentação que vincula o caráter de uma pessoa a partir de atributos físicos e sociais, que justificariam, a princípio, a motivação das ações criminais e, por consequência, reações desproporcionais por parte do aparato policial; daí o evidente risco de se assumir alcunhas como *bandido bom é bandido morto* e derivações, trabalhadas na etapa de recepção/mediação a partir das visões de mundo que os entrevistados têm sobre os mais diversos

assuntos ligados a temas morais (5.3.2. *Laços com práticas conservadoras*).

No primeiro caso significa dizer que a própria configuração da legislação abre portas para favorecer determinado corporativismo entre policiais, fato que amplia, mesmo que às margens do estado democrático de direito, ainda mais o autoritarismo do poder público que, com a força dos aparatos militares, já é o detentor da *violência legítima* (WEBER, 2008). Todavia, como bem lembra Foucault (2014c; 2014a), desde que o estatuto de biopoder tornou-se hegemônico, isto é, desde que o castigo passou do corpo à alma do indivíduo, conforme examinado no capítulo anterior, houve necessidade por parte do estado de partilhar o poder de julgar com outras instituições, o que tornou as relações de poder mais espalhadas ou horizontais, mas ubíquas.

No segundo episódio, o inquérito abre brechas para a estigmatização porque existe uma demanda social por punição no Brasil que é cerceada por *processos preventivos* de incriminação (*ibid.*):

No passado, como agora, há um processo social que “estabiliza”, por assim dizer, em *tipos sociais*, a expectativa de reiteração do sujeito no crime; mais que isso, tende a assimilar o crime ao sujeito, de tal modo que a periculosidade do sujeito, baseada no que se supõe ser sua *propensão natural ao crime, passa a ser decodificada por traços que ele apresenta*. A *seleção desses traços*, como no processo de estigmatização, interliga causalmente variáveis de pobreza urbana, baixa escolaridade e preconceitos de cor e marca ao que se espera que seja uma “carreira criminosa” (MISSE, 2011, p. 17, *grifos adicionados*).

Ao procurar descrever a genealogia da psiquiatria e como ela criou a percepção da existência de pessoas *anormais*, Foucault explica como

essa área adquiriu um estatuto de poder para julgar e condenar. Não há, por outro lado, referências notáveis ao jornalismo como instituição integrante desse poder de julgar (VOGEL, 2009), já que “as menções [sobre jornalismo na obra foucaultiana] são esparsas, pontuais. No entanto, é certamente possível projetar essa ausência num certo campo de visibilidade” (*ibid.*).

No Brasil, embora o jornalismo criminal não tenha atingido o mesmo grau de *distinção* adquirido pela psiquiatria, devido ao paradigma singular que o inquérito policial assumiu no país, a área serviu e serve como um dispositivo central de julgamento. A princípio, a lógica de julgamento parece distinta por natureza daquela empregada pela psiquiatria. Porém, quando se observa a genealogia dessa ciência da saúde, quando se olha para as formas subjetivas as quais ela se configurou, com a verdade de um fato presumida a partir da identificação do *instinto* ou *antecedentes* criminais, percebe-se um estreitamento entre essas duas formas de julgar. Para Foucault (2014c), os séculos XVII e XVIII são fundamentais na Europa Ocidental para um processo de ressignificação da criminalidade que teve na psiquiatria o grande elo fundante, algo que viria a ser adequado e recriado no tempo e no espaço ao contexto brasileiro. Se até esse período não havia uma preocupação em torno do grau de *monstruosidade* de um criminoso, devido ao fato de que o poder constituído detinha a capacidade de punir com as mais severas práticas, tema abordado no primeiro capítulo, com o advento do estatuto de biopoder e da biopolítica passou-se a haver preocupações de cunho positivista com o perfil psicológico dos criminosos.

Foucault (2014c) afirma que a gênese da característica da monstruosidade dos criminosos está no *déspota*, algo também verificável

nas narrativas desde a tragédia grega, quando *Antígona* – uma das filhas fruto de incesto de Édipo e que dá nome à peça que narra a sequência de *Édipo Rei* – viveu o dilema de transgredir as leis da cidade para enterrar Polínice, o irmão acusado de traição a Tebas. Como na tragédia grega, Foucault (2014c) atribui ao rei o “crime” de se figurar *acima da lei*, isto é, de estar alheio ao pacto social. *Fora da lei* estavam também bandidos. E parte deles vivia, no período destacado, com relativo sucesso e admiração entre as camadas populares. O fenômeno do *banditismo social* (HOBSBAWM, 1976) produziu uma imagem do ladrão vista até hoje no cinema e na própria literatura: a do homem que, às margens do sistema, é capaz de viver aventuras perigosas para corrigir algo tido por ele como uma injustiça.

É interessante observar como o estatuto do banditismo social precisou ser dizimado quando se pensa em uma política do biopoder, de modo a se instalar uma moral na qual o bandido se tornou marginal. Se o povo detinha uma força revolucionária latente (MARTÍN-BARBERO, 2015), a ponto de se colocar às margens ou acima da lei, era preciso uma nova disposição de poder. O século XVIII foi marcado pelas revoluções burguesas na Europa Ocidental, mas também inaugurou “um conjunto de procedimentos e, ao mesmo tempo, de análises, que permitem majorar os efeitos do poder, diminuir o custo do exercício do poder e integrar o poder aos mecanismos de produção” (FOUCAULT, 2014c, p. 74). O resultado dessa nova composição de poder, no que se refere ao escopo desta pesquisa, está na marginalização do bandido.

Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo dos delinquentes, mostrando-os como

perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. Donde o nascimento da literatura policial e da importância, nos jornais, das páginas policiais, das horríveis narrativas de crimes (FOUCAULT, 2004, p. 133, grifos adicionados).

E como se julga e se pune alguém às margens ou acima da lei? Foucault (2014c) levanta essa questão ao tratar dos déspotas e dos criminosos; não se trata de uma questão de retórica. O problema se torna pertinente à medida que há no imaginário social uma ideia de que é legítimo, plausível, não apenas transformar um suspeito em condenado, como também executar penas paralelas – verdadeiros rituais de suplícios – não previstos em lei. Voltando as atenções aos perfis de agressores e vítimas, a legitimação de punições paralelas ao estado, detentor da violência qualificada como legítima, justificaria, por exemplo, a incidência de discursos de apologia à violência contra suspeitos/criminosos nos dois noticiários, especialmente no *Tribuna da Massa*. Segundo o monitoramento, em 9,6% das inserções jornalísticas desse programa apareceram discursos *explícitos* de incitação à violência (a proporção cai pela metade no *Balanço Geral*, possivelmente devido ao fato de o âncora comentar menos notícias). Assim, a moral sobre o crime foi construída de tal modo que, de forma incoerente, a justiça teria de ser aplicada apenas às pessoas que não rompessem com as regras dos códigos. Em outras palavras, as leis se tornariam obsoletas, pois seriam direcionadas aos não criminosos, já que o princípio da lei com as próprias mãos vigoraria; um estado de exceção regular, por maior que parece ser o contrassenso; daí o apoio hegemônico à repressão policial, estratégia compreendida com acurácia pelos idealizadores.

Dito isso, e com a intenção de centrar a análise no objeto empírico, os dois noticiários lidam com a exibição factual de crimes em detrimento à etapa de investigação, o que os faz funcionarem narrativamente como um dispositivo prévio de condenação. No âmbito das produções de sentidos, segundo dados do monitoramento, os crimes que geram entrevistas com *suspeitos/agressores* são mais raros. Quando aparecem, por outro lado, são midiaticizados por nuances próprias. De acordo com a pesquisa, 79,3% das inserções narram hegemonicamente crimes. São narradas nessas histórias detalhes e minúcias sobre o enredo das atitudes tomadas por *suspeitos/agressores* e por *vítimas*; o grau de violência nas ações cometidas; e, sobretudo, tentativas inúteis de resistência ao crime que só mostram o pavor ou o sentimento de incapacidade contra o terror por parte das vítimas. Essas histórias aliam a tudo isso, em casos mais emblemáticos, aspectos relacionados ao passado da vítima, como alguém obstinado, bem querido pela família e pelos amigos, ao mesmo tempo em que procuram estabelecer traços de monstrosidade ao agressor.

Para tentar compreender as implicações dessas duas características do inquérito e, conseqüentemente, como elas afetam as formas de se fazer jornalismo de cunho criminal, recorre-se a uma reportagem e uma entrevista ao vivo produzidas, respectivamente, pelos repórteres Simone Munhoz e João Gimenez, relativas ao caso de um homem, de 24 anos¹⁹¹, que confessou ter assassinado a mãe¹⁹², de 64 anos, a facadas, em Curitiba, no Pinheirinho. Esse episódio é um caso-limite e não apenas auxilia na justificativa da escolha da *família* como porto seguro às narrativas criminais, como também assegura a forma hegemônica pela

¹⁹¹ Na primeira inserção, a informação foi a de que o rapaz teria 21 anos.

¹⁹² *Tribuna da Massa*. 13 nov. 05'15" e 15'35". Disponível em: <https://goo.gl/2mBu1D>. Acesso: 15 dez. 2017.

qual se constroem agressores e vítimas. As consequências do dispositivo do inquérito nas duas inserções apontam, além disso, para a herança por parte do jornalismo de duas perspectivas que cerceiam o estatuto de confissão: a *reconstituição pormenorizada do crime* e o *juízo*.

Na reportagem é detalhado o local onde o crime aconteceu e são narradas possíveis ações do homem, desde quando esfaqueou o pescoço da mãe na sala até quando carregou o corpo já arruinado para outro cômodo da casa, um banheiro. Com os *offs* cobertos essencialmente por imagens indiciais de sangue da sala e de um corredor da casa que remetem a pormenores da ação criminosa, são entrevistadas duas pessoas que, segundo a narrativa, eram próximas à vítima; a saber, a irmã e uma vizinha que fazia trabalhos de manicure para a vítima. Esses *personagens próximos à vítima/agressor* ratificam as qualidades da mulher e, ao mesmo tempo, preconizam o crime. A primeira garante que a vítima jamais havia feito qualquer reclamação do filho; a segunda traz na confissão o fato de que ela andava incomodada, tendo chegado ao ponto de deixar contatos telefônicos de parentes se *acontecesse algo inesperado*, algo que aponta para o fato de que a vítima tinha consciência prévia do caráter do agressor. É fundamental que se compreenda a transformação dos entrevistados em personagens que se encaixam em uma estrutura narrativa relativamente constante: a primeira ratifica a noção de passado ilibado, enquanto a segunda acessa ao fato de que a vítima tinha noção do risco que corria, mas que o crime era inevitável, não havia como escapar do destino travado. O material se encerra com a informação de que o homem foi preso em Joinville (SC).

Ao término da reportagem, o âncora exibe um trecho do testemunho do homem, com imagens gravadas com um *smartphone*

cedidas pela polícia. Na imagem, cujo enquadramento está apenas no suspeito, o homem parece sereno; no depoimento são revelados alguns pormenores do crime. O que mais interessa, todavia, é quando o homem começa a tentar descrever as motivações para o ato. É neste momento que há o primeiro gancho para que, sob o ponto de vista narrativo, haja os primeiros vínculos explícitos de relacionamento entre o suspeito e a maldade latente, pré-concebida; inerente, portanto, ao agressor. O trecho abaixo reproduz a parte final da conversa entre investigador e suspeito:

[Delegado]: Vocês tiveram alguma discussão durante o dia [suspeito acena a cabeça positivamente], durante à noite [suspeito acena negativamente]?

[Suspeito]: Durante o dia sim.

[Delegado]: Discutiram sobre o quê?

[Suspeito]: Minha mãe, ela me interrompe a todo momento. Eu tento criar, tento escrever, fico conversando... Sabe, e ela fica me interrompendo a todo momento. Foi só isso que eu discuti. Falei: “Poxa, você tem que deixar eu me concentrar mais”.

[Delegado]: Mas de noite não teve discussão nenhuma. Ela tava dormindo e você mexendo no computador?

[Suspeito balança a cabeça afirmativamente].

[Delegado]: Tá, e o que te fez... O que aconteceu que você...

[Suspeito]: O que me levou a isso? Foram as minhas memórias, né, que começaram a vir, e vir e vir... Nossa, e o pior de tudo de ter lembrado, de ter buscado a memória, foi eu ter lembrando que em outras fases da minha vida eu também já tive a [mesma] memória, mas eu não tinha coragem de dar um fim a isso. Eu não conseguia de jeito nenhum. Então, quando eu recobrei a memória, eu fiquei em desespero e pensei: “Cara, eu vou perder a memória de novo. Eu vou esquecer tudo que me fizeram, eu vou começar a aceitar tudo esses traidor [sic] como um irmão meu, começar a aceitar esses traidor [sic] como gente minha, eles vão começar a

me apunhalar pelas costas novamente”. E eu pensei: “Meu Deus, isso nunca mais vai ter fim, uma hora eu tenho que dar um fim nisso”. *E acreditava piamente que a minha mãe é o centro de toda a maldade de minha vida* [Entra trilha que remete à noção de impacto, congela a imagem e se dá um *zoom* no rosto do homem].

A confissão, a descrição de alguns dos pormenores e a motivação do crime somadas à frase de efeito que encerra o trecho abrem margens para que toda a peça noticiosa seja encarada já sob o estatuto condenatório. O âncora se aproveita do gancho dado pelo excerto para contrastar o amor materno com a ação violenta do homem:

[Âncora: Tribuna da Massa]: Que frase forte, hein mamãe? Você que tá me assistindo aqui agora, *you* faz tudo pelo seu filho. Aí você ouve da boca de um *jovem que foi cuidado, que foi trazido ao mundo* que “minha mãe é centro de toda a maldade na minha vida”? O que que acontece com esse rapaz? Existem muitas pessoas que, às vezes, não conseguem soltar, não conseguem se desprender daqueles pensamentos, sabe? Tem gente que tá me assistindo aqui agora, e consegue compreender isso: “De vez em quando, eu lembro de mágoas do passado e eu começo a sentir uma raiva [com a mão direita soca a palma da mão esquerda repetidas vezes], um remorso, uma tristeza...”. Mas com esse rapaz nada justifica! *Você pode até ter um coração magoado com alguma coisa, mas esse rapaz tá alucinado...* Eu não sei se é droga ou não é... (*grifos adicionados*).

A fala é interrompida para uma peça de publicidade. Na sequência, a chamada da segunda inserção traz indícios de que o caráter da vítima era irretocável sob o ponto de vista moral. De acordo com o texto, a mãe fora aconselhada a realizar um *aborto* quando carregava o filho que viria a assassiná-la mais de duas décadas depois. Por conta do *amor*

incondicional que naquele momento já sentia pelo filho, entretanto, preferiu tê-lo, conforme o trecho descrito abaixo:

[*Âncora: Tribuna da Massa*]: Nós estamos contando a história de um rapaz, de 24 anos, que *teve coragem de, literalmente, apunhalar a própria mãe* [A tela é dividida com uma imagem da mãe e outra do filho. Ela, à esquerda, com uma feição simpática, de ternura; ele, à direita, com uma expressão desafiadora]. [...] Quando ela tinha 40 anos de idade, ela *decidiu ser mãe mais uma vez*. Naquela época que nós não tínhamos os mesmos recursos [médicos] de agora! Algumas pessoas ainda criticaram: “Olha, você pode morrer, essa criança pode morrer junto...”. [Ênfase] *Mas a fé, o amor... Mãe que teve oportunidade, inclusive, de fazer um aborto, mas não pensou jamais em tirar a vida do próprio filho*. Esses detalhes que vão chegando aqui pra mim me revoltam ainda mais! Porque a gente começa a conversar com a família, e eu fico pensando: meu Deus, lá atrás, há 24 anos, sabe o que aconteceu? [...] Alguém chegou no ouvido dessa mãe e disse: “Mamãe, você tem 40 anos. Não é melhor abortar?” [ênfase] “*Não! Eu nunca vou tirar a vida do meu filho!*” Aí vem *alguma coisa* [aponta para a imagem do homem] e *buzina no ouvido desse rapaz*. E ele pega a faca [começa a simular], porque ele já descreveu isso [no depoimento], e coloca no peito da mãe que estava deitada. E com toda a força que ele tem... (*grifos adicionados*).

A entrada ao vivo da Delegacia de Homicídios, realizada pelo repórter João Gimenes, inicia com o delegado responsável pelo inquérito, que descreve pormenores sobre a prisão. No entanto, o grande filão da entrevista, no qual se percebe a divisão do poder de julgar entre polícia e jornalismo, versa basicamente sobre por que o homem matou a mãe. O interlocutor, claramente incomodado com a *cessão* da entrevista, pede para não falar, solicitação não atendida (a mesma notícia foi apresentada

no *Balanço Geral*, mas não houve conversa com o suspeito/agressor). O tom da conversa é ríspido e a tentativa de destrinchar a história pelo repórter, com interferências do âncora, acaba por virar um bate-boca polarizado entre noções de bem e mal. A conversa, embora seja reproduzida na íntegra, foi dividida em cinco etapas para melhor compreensão da estrutura narrativa. A primeira inicia com a abordagem do repórter ao entrevistado:

[Repórter]: O que [é] que aconteceu naquele dia, [nome do agressor], que você acabou entrando em atrito e tirou a vida dela?

[Suspeito]: *Eu não quero dizer nada sobre isso no momento.* Eu só espero um julgamento justo da Justiça, indiferente do que eu fiz..., do que vocês pensam que eu fiz ou da história que vocês acham que vocês conhecem sobre mim. Toda pessoa tem direito a um julgamento digno, a um julgamento justo, e é isso que eu necessito nesse momento. *Não preciso de exposição*, não preciso de nada, não tem... *Não quero ser estrela do crime, nada.* Eu preciso agora dar procedência a minha vida, só! Só!

[Repórter]: Sua mãe teve essa oportunidade também aquele dia?

[Suspeito]: [Silêncio]. Você não vai parar mesmo? *Vocês vão até o final, né cara?*

[Repórter]: Calei você com essa pergunta, né?

[Suspeito]: É... Você quer fazer uma afirmação, né, cara? Você não conhece a história.

[Repórter]: Eu tô perguntando pra você...

[Suspeito]: Você não conhece o passado, aí você quer afirmar que ela é toda vítima da história [Âncora: Qual é o passado!?] *Eu tô dizendo que eu não posso falar e que eu não quero afirmar nada agora*, mas você quer fazer as pessoas engolirem porque *é o que vende mais*, claro.

[Repórter]: Tá, e [o] que [é] que justificaria tirar a vida da mãe? [Silêncio] De que passado é esse que você tá tanto falando aí?

[Suspeito]: Investigue por si mesmo, *não tá junto com a polícia aí?*

[Repórter]: Mas qual passado que é que justifica tirar a vida da própria mãe?

[Suspeito]: Que vocês saibam por si mesmo. Se esse passado há mesmo diante da Polícia Civil, diante da Polícia Militar, que vocês investiguem por si mesmos. Onde estavam vocês, onde estava a mídia quando tudo me aconteceu? Onde estava a Justiça? *[Âncora: O que aconteceu?]* Onde estava a polícia? Agora vocês estão presentes. Agora a presença de vocês é forte né? Agora... Diante de todos os abusos que aconteceram em minha vida, vocês nunca estiveram presentes... Parabéns!

[Repórter]: E isso justificou o ato que você cometeu?

[Suspeito]: Que vai justificar ou não! Quem tem que justificar ou não é Deus, é diante do juiz, não é você... *Você quer se apresentar diante da sociedade como um juiz? Você quer me julgar diante da sociedade?* Hã... É ruim, hein, cara?

[Repórter]: Você matou sua mãe...

[Suspeito]: E você conhece meus motivos? Não conhece!

[Repórter]: Você acha que tem motivo pra isso?

[Suspeito]: Problema é meu! É entre eu *[sic]* e o juiz!

Mesmo que a conversa não possa ser considerada amena em nenhum momento, no primeiro trecho o homem está mais calmo. Ele deixa claro que não pretendia interagir com o repórter, mas, fala, o que faz com que o repórter ignore o pedido. Há outros casos nos quais o interlocutor se recusa a falar, e a estratégia de entrevista adquire outras perspectivas. Já no específico, o pedido para não falar é ignorado e a argumentação é a de que a conversa deve ser encarada como um verdadeiro ato de suplício. A estratégia narrativa ganha relevância quando o repórter usa a ação da vítima para justificar a transposição dos limites da liberdade de imprensa. Se a mãe não teve oportunidade de ter a vida poupada, se foi morta com requintes de crueldade e sem a menor possibilidade de defesa, por que o filho teria a oportunidade de escapar

do julgamento frente à sociedade? A forma de julgar alguém fora da lei é extrínseca à própria lei. Disso resulta o uso de um segundo ponto muito recorrente em entrevistas com suspeitos/agressores: a *falta ou não de arrependimento*.

[Repórter]: Você tá arrependido? Eu tô vendo que não, né? Você fazia de novo... se tivesse oportunidade?

[Suspeito]: Olha, eu esperava encontrar um julgamento digno da justiça e também esperava encontrar uma posição digna da mídia diante de mim e diante dos fatos, porém, não é isso que encontrei. E disso sim eu [ênfase] me arrependo muito!

[Repórter]: Mas não [se arrepende] de ter matado a mãe? Você faria de novo?

[Suspeito]: Quem que não se arrepende, cara, de perder uma mãe?

[Repórter]: Perder não, você matou ela, né, cara?

[Âncora: Tribuna da Massa]: João, deixa eu te fazer uma pergunta, João?

[Repórter]: Pode falar! Tô te ouvindo.

[Âncora: Tribuna da Massa, olhando para o celular]: É o seguinte: tem muitas pessoas detonando esse rapaz aqui [no Facebook]. Mas ele tá... muito revoltado porque ele diz que a mídia tá condenando esse rapaz, certo? [...] Primeiro, fala pra ele que o rosto dele já foi apresentado. Ele pode ficar de frente! Pode ficar de frente! Não tem problema nenhum! Não adianta se esconder, nós já temos o retrato dele. Peça pra ele ficar de frente! Mas a pergunta é a seguinte: se ele tá revoltado porque a mídia tá criticando, o que [é] que ele queria? Ele queria agora ser parabenizado, condecorado, é isso? Deixa eu ouvir [o entrevistado continua respondendo algo inaudível ao repórter durante toda a fala do âncora].

[Suspeito]: [...] mídia esdrúxula e bruxa na minha vida...

[Âncora: Tribuna da Massa]: Oi? Como é que é? Pode falar...

[Repórter]: Tá falando do quê? De bruxo? Você tem algum envolvimento com... com demônio, essas coisas? Eu ouvi você falar alguma coisa nesse sentido, que você viu o demônio, isso? *[Silêncio]*
Tem alguma coisa a ver isso?

[Âncora: Tribuna da Massa]: Você pode falar...

[Repórter]: Você usa drogas?

A justificativa para o ato de martírio se amplifica em complexidade, à medida que o repórter começa a apelar para questões que remetem à monstrosidade do interlocutor, ao vínculo com forças malignas, algo que, de certa forma, auxilia no reforço da estratégia de aproximação com princípios religiosos – eminentemente cristãos – no programa. Como se trata de um caso-limite, o material traz mais elementos relevantes para a compreensão da construção de agressores e vítimas. O entrevistado, agora entre gritos e ofensas ao repórter e ao delegado, põe em xeque a credibilidade na relação entre as instituições às quais os interlocutores são subordinados:

[Suspeito, dirige-se ao delegado que acompanha a entrevista] Parou por aqui... Eu quero voltar à cela, que eu tenho o meu direito resguardado.

[Delegado]: Só um pouquinho...

[Suspeito]: O senhor tá vendendo a minha imagem? Tá ganhando quanto pra isso?

[Delegado]: Pode virar aí [em direção à parede para continuar a entrevista].

[Repórter]: Ele é bastante boca dura, viu? Você tá bastante boca dura aqui... Pra quem matou a mãe...

[Âncora: Tribuna da Massa]: Tá batendo boca com o delegado...

[Suspeito]: Pra quem não recebeu um julgamento digno? Pra quem foi enterrado numa cova [aponta para a cabeça em direção às celas]. O que é aquilo dali? Aquilo ali é um bueiro!

[Repórter]: Esperava o quê? Esperava um hotel cinco estrelas? *[Suspeito]:* Vocês querem resolver alguma coisa? Tá, tá, não é hotel cinco estrelas! Eu

esperava dignidade! [trecho inaudível] A sociedade vai resolver alguma coisa com isso? Teu senso de justiça é [ênfase] muito deturpado, meu amigo! [O] Que [é] isso?

[Repórter]: Você acha que tá certo? Você acha que você tá com a razão?

[Suspeito]: Quem vai dizer isso é o juiz e Deus [Âncora: ô, João...], não você... Sensacionalista!

[Repórter]: O juiz já disse: você tá preso!

[Suspeito]: Não, não, o juiz não disse nada! *O que tem apenas é uma filmagem que foi feita... ausência de advogado, ausência de juiz, de nada... Vocês vão fazer um julgamento deturpado, como já foi feito outras vezes, um julgamento ilegítimo, entendeu?* [Âncora: João...] *Um julgamento ilegítimo!* [Âncora: Volta aqui pra mim] Um processo do qual, pô pelo amor de Deus, o quê...

O último trecho levanta argumentos sobre como são construídas as relações que permeiam o jornalismo criminal, além de trazer à tona como o inquérito policial funciona de forma autônoma em relação à legislação. O tom ríspido das respostas faz com que o âncora busque tomar a palavra e acalmar o entrevistado. A *conversa*, sob o ponto de vista da exploração da imagem do suspeito/agressor, parece ser um sucesso, fato que explica a dedicação de 40 minutos da edição para a cobertura deste tema específico, algo raro encontrado dentro do monitoramento. O sinal de esgotamento do entrevistado faz com que a estratégia adotada pelo âncora fosse alterada:

[Âncora: *Tribuna da Massa*, enquanto a imagem no telão mostra entrevistado ainda discutindo com o repórter]: Pode voltar pra cá! João Gimenez, você tá me ouvindo? Eu vou te pedir uma coisa. *É só mais uma pergunta pra esse rapaz, tá bom? Sossega ele aí, João Gimenez, sossega ele. É só mais uma pergunta e depois eu libero o rapaz. Vamos fazer um acordo aqui: João, eu quero que você coloque o fone de ouvido no ouvido desse*

rapaz, eu vou conversar com ele ao vivo. Diga pra ele que ele vai poder falar o que ele quiser e vai ser a última pergunta, tá bom? Ele pode falar o que ele quiser, João! Acalma o rapaz, João. Meu Deus! [*Suspeito*, ao fundo: como é que vai ser feito? Vocês querem criar um assassino na sociedade, pô, qual é?]. Não, você é um assassino, meu querido [*Repórter*: já tem um assassino: é você]. Querido não né? [três falam por alguns segundos mutuamente].

[*Âncora: Tribuna da Massa*]: Não, João, João? pera aí, João! *Psicologia agora, João, psicologia! Acalma o rapaz, João, não chama ele de assassino, não fala mais nada.* Acalma o rapaz, João. [*Suspeito*: a mídia é mentirosa né?] Tá bom, a mídia é mentirosa e você é o verdadeiro da história. João, acalma o rapaz, volta pra cá (*grifos adicionados*).

O âncora pede para o repórter continuar tentando acalmar o rapaz e entra com uma publicidade. Antes, porém, diz à audiência: “E você fica aí também. O melhor ainda está por vir!”. Retoma o assunto após a inserção publicitária, mas o grau de perturbação do entrevistado é tão grande que a conversa não pôde continuar. O homem grita veementemente com os delegados enquanto é levado para a cela. A câmera mostra o acesso às celas vazio, com uma entrada logo à esquerda, onde o preso e alguns policiais conversam. Todos estão fora do enquadramento, a despeito de a câmera captar os áudios. O delegado tenta acalmar o homem, que grita frases que apontam que a entrevista auxiliou ainda mais na derrocada dele. A câmera continua voltada ao corredor vazio, enquanto são intercalados comentários do âncora com áudios da conversa:

[*Âncora: Tribuna da Massa*]: Ó, o delegado conversando com ele [Delegado: Você pode ter certeza, aqui ninguém tá te julgando]. A que ponto chegamos, gente? *Um delegado precisa ser psicólogo de um preso!* Onde vai parar o direito desses vagabundos aqui no Brasil? [Delegado diz para outro policial: Dá um sossega aí que... (inaudível)]. Neste exato momento, o delegado tenta acalma este rapaz, que *ameaça dar cabeçada na própria cela, o que que é isso? Ele tá tentando se fazer passar por um louco. Se contradiz de todas as maneiras, e isso acontece porque, infelizmente, aqui no Brasil é desse jeito, viu? Tem muito advogado que agora tá me assistindo e só esperando que eu escorregue em alguma palavra aqui, pra ganhar um dinheirinho! Ô senhor advogado: toma vergonha nessa cara! Porque já tenho um monte de processos de advogados que fazem o seguinte: assistem o Tribuna da Massa e depois procuram os bandidos: “Olha, fiquei sabendo que o Passaia falou tal coisa...”. Vocês deviam ter vergonha de tentar ganhar dinheiro com esses pilantras que só machucam a sociedade! Eu fico revoltado, sim, me perdoem! (grifos adicionados).*

Antes do encerramento do caso, o âncora afirmou que o homem tinha fama de metido. A mãe não oferecia bens materiais a ele porque eram de uma família pobre, mas que o rapaz exigia e a criticava por não ter a mesma vida de outros jovens da idade dele. Percebe-se, com o material, o quanto, para conhecer o perfil do agressor, há uma necessidade de conhecer também o perfil da vítima. O matricida é pior para efeitos da narrativa trivial quanto melhor for a idealização da vítima. A ambivalência do ser humano é renegada a todo instante, de modo que o estabelecimento de um diálogo é praticamente impossível. Situações limite como essa não deveriam passar por um processo de mediação, pois auxiliam no processo de estigmatização; no caso mencionado, a

natureza do crime prevaleceu a partir do rompimento brutal com o vínculo materno.

A segunda forma de qualificação dos crimes exibidos pelo jornalismo criminal leva em conta os aspectos geográficos. Com base nos dados extraídos do monitoramento, aqui há uma cisão explícita entre Curitiba e a Região Metropolitana, variável conforme a natureza dos crimes. Quando se retomam os dados sobre a natureza jurídica dos crimes por área geográfica (*Tabela 17 - Crimes veiculados pelos dois noticiários em Curitiba e Região Metropolitana por natureza jurídica*), percebe-se que há a prevalência de crimes de natureza contra a pessoa na Região Metropolitana e de crimes contra o patrimônio em Curitiba.

Tabela 17 - Crimes veiculados pelos dois noticiários em Curitiba e Região Metropolitana por natureza jurídica

Natureza	Tribuna da Massa		Balanço Geral	
	CTBA	RM	CTBA	RM
Contra pessoa	34,67%	56,39%	31,05%	55,46%
Contra o patrimônio	37,69%	26,76%	34,70%	28,57%
Tráfico/drogas	7,03%	5,63%	10,04%	5,88%
Contra a Dignidade Sexual	6,03%	2,82%	3,66%	2,52%
Contra a Administração pública	3,01%	1,41%	1,83%	1,68%
Contra a liberdade individual	2,01%	-	1,40%	-
Contra a incolumidade pública	1,51%	1,41%	1,40%	-
Contra o meio ambiente	0,51%	2,82%	0,46%	0,84%
Outras*	1,00%	2,77%	3,58%	3,37%
Crimes de trânsito**	4,53%	1,41%	8,68%	-
Não se aplica	2,01%	-	3,20%	1,68%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Autor (2018).

* Enquadram-se, além das contravenções relativas a *Polícia de costumes*, crimes contra a *Paz pública*, a *Ordem econômica*, a *Propriedade imaterial*, o *Sentimento Religioso e contra o respeito aos mortos*, de *Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores*, *Posse ou porte irregular de arma de fogo*, *Lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual*.

** Embora as estatísticas oficiais qualifiquem as mortes no trânsito como violentas, foram consideradas no monitoramento apenas os eventos nos quais o motorista estivesse embriagado e/ou que o acidente tenha ocorrido por conta de fuga policial.

Segundo a tabela, há relativa proporcionalidade entre os crimes contra a pessoa e contra o patrimônio em Curitiba e Região Metropolitana. Enquanto pouco mais da metade dos crimes midiatisados pelos dois noticiários na Região Metropolitana (em média, 55%) são de natureza contra a pessoa, quando o recorte é feito na capital o número cai para um terço das exposições. Esses dados auxiliam na construção do imaginário de que municípios metropolitanos se configuram como regiões onde o estado não se impõe, onde as pessoas sentem insegurança em morar e, especialmente, em visitar. Compreender que moradores

dessas regiões são estigmatizados pelos noticiários ganha significação quando esse predicado é acompanhado de outros, como os que vinculam essas pessoas à pobreza, à juventude, ao sexo masculino, à falta ou restrição de acesso à educação formal, à ausência de uma carreira profissional, ou então, a atividades trabalhistas subvalorizadas.

Na Região Metropolitana, seis municípios concentram dois de cada três episódios de violência exibidos. São eles: São José dos Pinhais (24% das incidências), Colombo (23%), Piraquara (17%), Fazenda Rio Grande (13%), Araucária (12%), e Almirante Tamandaré (11%). Entre eles, os dois municípios com mais registros de crimes nos noticiários, São José dos Pinhais (35,52 hom./100 mil) e Colombo (30,52 hom./100 mil) têm, respectivamente, a terceira e segunda menores taxas de homicídios registradas em 2017, o que demonstra disparidade entre as estatísticas criminais e as representações de violência midiaticizadas. Como comparação, Fazenda Rio Grande (67,34 hom./100 mil), município mais violento entre os selecionados, foi apenas a quarta mais representada (quando se faz o recorte por noticiário, no *Tribuna da Massa* o município salta para a primeira posição, empatado com Colombo).

As afirmações acima não devem ser consideradas exatamente como uma crítica às escolhas dos produtores. Afinal, não se espera, de forma alguma, que os noticiários veiculem os crimes em conformidade com as estatísticas oficiais, já que existem outros critérios de noticiabilidade que podem tornar um crime mais noticiável que outro, independentemente de onde tenha acontecido. Todavia, quanto maior é a incidência de crimes veiculados nessas cidades metropolitanas, menor atenção é dada aos casos. Isso não reflete essencialmente na menor gravidade dos crimes, já que exatamente metade dos acontecimentos

mediatizados nesses seis municípios refere-se a homicídios. O critério *atenção* é levado em conta com base em fatores como número de acontecimentos com repercussão dentro de uma mesma edição e ao longo das edições monitoradas, tempo de exibição, informações sobre vítimas e agressores, número de fontes consultadas, temática e gancho narrativo.

De todos eles, apenas no critério tempo de exibição não há grandes disparidades entre os seis municípios e Curitiba. Dito isso, no *Tribuna da Massa*, notoriamente marcado pela repetição de inserções sobre um mesmo tema, há uma chance e meia a mais de um crime ocorrido em Curitiba contar com, no mínimo, duas inserções dentro de uma mesma edição em relação aos ocorridos na Região Metropolitana. Os vazios semânticos das áreas metropolitanas ganham força quando se avaliam informações sobre agressores e vítimas nos dois noticiários: enquanto em 80% das inserções sobre crimes ocorridos nesses seis municípios não é citada nenhuma informação sobre o agressor (exceção feita ao gênero), o número cai para 48% em Curitiba¹⁹³.

Em nove a cada dez inserções ocorridas na Região Metropolitana a narrativa lida com o *crime em si*. Em Curitiba, a cada universo de dez inserções, sete lidam com o crime em si. Há, portanto, mais espaços para assuntos que remetam às etapas de investigação dos crimes ocorridos em Curitiba, ou ainda, de narrativas sobre ações, comportamentos e/ou medos, algo que fortalece a noção de impunidade nos municípios metropolitanos. Isso é reforçado quando se atribui valor ao gancho narrativo: dois terços das inserções desses seis municípios metropolitanos estão restritas ao crime, sem nenhuma perspectiva de investigação por

¹⁹³ Há relação com a tipificação do crime, já que há maior incidência de crimes contra o patrimônio em Curitiba. Uma das propriedades de delitos dessa natureza, conforme apontado, é o uso de câmeras-flagrante.

parte da polícia. A proporção cai para pouco menos da metade nos acontecimentos exibidos em Curitiba. Esses números ainda podem ser relativizados, já que a maior parte dos crimes noticiados na capital contra o patrimônio têm grau de violência menor que os crimes contra a vida, enfatizados nos homicídios.

Ainda no espectro geográfico, no que se refere às regionais de Curitiba, vale observar a condição da Regional Matriz e da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). A primeira obteve a maior incidência de crimes mediados. Entretanto, a despeito de ter uma das maiores recorrências de crimes nas estatísticas, ela foi excluída devido ao fato de que não é o morador do Centro a maior vítima dos crimes; e sim pessoas de todas as regiões que vivem cotidianamente na zona central, quase sempre ligadas ao âmbito do trabalho ou mesmo da educação. Já na CIC a situação é inversa: maior bairro de Curitiba, com o maior número de áreas de ocupação irregulares, a CIC é um espaço especial para entender como se configuram os sentidos da violência na capital.

Dito isso, a terceira forma de qualificação da violência no estudo de monitoramento refere-se às vinculações de vítimas e agressores ao mundo do trabalho e ao acesso à educação formal. Com a análise de conteúdo percebe-se a proposição de uma desvinculação narrativa do agressor com a cidade e/ou o bairro, com a família, com a religião e, especialmente, com o universo produtivo. Curiosamente, há um vazio semântico muito acentuado no estabelecimento de uma relação entre o agressor e acesso e permanência à educação formal, embora essa característica também seja reproduzida quando o assunto são as vítimas. A escola, portanto, é mais um dos espaços que servem de cenário para a violência.

De acordo com o levantamento, entre as inserções monitoradas dos dois noticiários há menção a profissões/ocupações de suspeitos/agressores em 16,95% dos casos. Há outra manifestação de silenciamento em relação ao aspecto desemprego. Em nenhuma notícia há qualquer vinculação entre agressor e falta de oportunidades de emprego, mesmo quando se trata da midiatização de notícias de furtos relativo a alimentos. Como em 85% das exibições não há qualquer tipo de menção à profissão/ocupação dos agressores, estima-se que o problema de desemprego seja algo ignorado pela produção. Um indício disso é que a única menção a desemprego no programa, referente ao homem que erguia uma placa pedindo emprego em um semáforo de Curitiba, não estabelecia vínculos mais amplos com a questão da violência. Portanto, o agressor é alguém, necessariamente, desvinculado do mundo do trabalho, fator que sugere estigmatização da parcela desempregada da sociedade.

O cenário, sob a perspectiva quantitativa, não é distinto em relação às vítimas. Mesmo havendo uma oscilação para cima em relação à vinculação ao mundo do trabalho por parte dos agressores, esse crescimento não parece apontar grandes significações (22,21% citam as profissões das vítimas). Quando se avalia sob um prisma qualitativo, porém, fica perceptível que o noticiário valoriza em muito a perspectiva do mundo do trabalho. Os exemplos de vítimas tidas como assalariadas, somadas a vínculos familiares consolidados, é naturalizado. Dessa forma, não há exatamente necessidade de mencionar a atividade profissional ou ocupacional da vítima para vinculá-la ao mundo do trabalho.

Agressores estão vinculados ainda à juventude. Mesmo que apenas metade das inserções tenha apresentado a idade/faixa etária do agressor

ou da vítima, entre elas, há predomínio de agressores na faixa entre 19 e 29 anos no *Tribuna da Massa* e no *Balanço Geral* (44,61% e 42,55%, respectivamente), seguido por pessoas entre 30 e 59 anos (38,46% e 42,55%, respectivamente). Quando se tratam das vítimas, a situação se inverte (*Tabela 15 - Agressores e vítimas: distribuição dos crimes por faixa etária nos dois noticiários*). A *juventude* está vinculada à vitalidade, mas uma vitalidade impetuosa, arruinada pela perda de valores morais vigentes, como vínculo a uma família cristã, que se constitui a partir de princípios heteronormativos e cujas formas de amor são idealizadas a partir das figuras paterna e, especialmente, materna.

O perfil do agressor é de alguém que comete, sobretudo, crimes que resultam em mortes violentas (homicídio, latrocínio ou lesões corporais graves), pertencente ao recorte etário da juventude (21 a 29 anos). Apesar de existir uma estratégia narrativa consolidada nesses noticiários que desvincule o agressor de várias das instituições de auxiliam nas formas de controle social, como a escola, a família e o mundo do trabalho, este agressor comete, em geral, crimes de duas naturezas em espaços distintos: contra o patrimônio na capital e contra a pessoa na Região Metropolitana. Trata-se, portanto, de duas caricaturas: a do ladrão que pratica roubos no grande centro urbano, onde há mais riquezas materiais; e a do assassino que ataca nas regiões periféricas, onde a força do estado não alcança. Ambos estão desvinculados da empregabilidade, da escola e, especialmente, da família. Essas características propõem a exteriorização nas narrativas jornalísticas criminais de um processo de estigmatização que norteia o agressor como alguém que nada tem a perder; daí o apoio narrativo-discursivo às forças ostensivas de combate à criminalidade.

4. RECEPÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONTEÚDOS DE VIOLÊNCIA

Estabelecido o perfil de agressores e vítimas hegemônicos nas narrativas jornalísticas criminais, busca-se neste capítulo resgatar parte de uma discussão já consagrada no campo de estudos de recepção sobre algumas das principais vertentes teóricas que estudaram as *influências* dos meios de comunicação na sociedade, partindo desde a concepção teórica norte-americana do Funcionalismo até as contribuições britânicas dos Estudos Culturais. Essas matrizes conceituais se dividem basicamente em duas perspectivas em maior ou menor grau: ou enxergam o público sujeito a uma “submissão fatal, ou à libertação redentora” (MENDONÇA, 2006, p. 29). Esse percurso é básico por propor oportunidades para se compreender os processos de comunicação como maleáveis, fluídos, polissêmicos, enfim, passíveis de *resistência*, mas também sujeitos a discursos hegemônicos. Ainda na tarefa de revisar a literatura, descreve-se, concomitantemente, a mudança de paradigma nas pesquisas de recepção desenvolvidas na América Latina e no Brasil, sobretudo, a partir das construções prático-epistêmicas sugeridas pela *Teoria das Mediações* (MARTÍN-BARBERO, 2015).

Na sequência, a argumentação busca estreitar vínculos com a questão da memória, considerada um tipo de mediação central para criar processos de identificação nas narrativas jornalísticas criminais. Isso porque esse tipo de conteúdo ganha notabilidade não por eventos isolados entre si, mas pelas teias narrativas que perpassam longos períodos de tempo e espaço. A partir das contradições na forma de lidar e produzir sentidos oriundas, metaforicamente, da moral da *casa* e da *rua* (a primeira ligada a uma concepção de núcleo familiar ou relacional e a segunda

vinculada aos perigos que a vida pública representa), a audiência autoriza a entrada metafórica dos produtores no próprio lar. Por fim, no último tópico a intenção é argumentar sobre como a temática criminal tende a ser negociada, reinterpretada e reelaborada no campo das mediações.

4.1. DO FUNCIONALISMO À TEORIA DAS MEDIAÇÕES

Desde os primeiros estudos em Comunicação Social, a figura do *receptor* teve papel marginal dentro de uma concepção da comunicação enquanto processo, cujo polo hegemônico ou dominante era ocupado pelo emissor das mensagens. Desde as pesquisas iniciais de vertente funcionalista nos Estados Unidos, ocorridas já nas primeiras décadas do século XX, procurou-se descobrir os *efeitos*, as *consequências*, as *influências* dos meios de comunicação na formação e persuasão do público. Se isso justifica, em parte, a incidência de estudos empiristas voltados à propaganda de guerra e às eleitorais, a ponto de o grupo dos primeiros pensadores do campo da Comunicação Social nos Estados Unidos ser constituído pelos mais importantes cientistas políticos da época (MARTINO, 2009), auxilia também na compreensão de um enfoque de pesquisa que sobrepunha o sistema ao ser humano. Essa noção se tornou majoritária nos primeiros estudos em comunicação por conta da ideologia do progresso contínuo e infinito, cuja gênese colocava sobre a comunicação uma função, desde o fim do século XIX, de “gestão das multidões humanas” (MATTELART; MATTELART, 2010, p. 13). Assim, a perspectiva funcionalista buscou enquadrar as formas de comunicação em modelos totalizantes, nos quais o emissor deveria ocupar um polo central. Essa sobreposição do emissor sobre o receptor

estruturaria uma relação de superpoderes do primeiro sobre o segundo, ou seja, configuraria um “emissor genérico, macro, sistema, rede de veículos de comunicação, e um receptor específico, indivíduo, fraco, micro, decodificador, consumidor de supérfluos” (SOUSA, 1995, p. 14). Qualquer divergência na compreensão das mensagens – que em estudos posteriores viria a ser compreendida como uma questão de polissemia inerente a qualquer texto – seria fruto da *ineficácia* da emissão. Interpretada inicialmente pelos pesquisadores funcionalistas como *ruídos*, a discrepância entre intencionalidade do emissor e as interpretações e reelaborações de sentidos das mensagens por parte do público fez com que os próprios estudos norte-americanos da primeira metade do século XX já demonstrassem que a recepção era um algo mais complexo do que inicialmente se imaginara. A inquietação abriu margem para pesquisas empíricas que valorizam certa autonomia do indivíduo dentro do processo comunicativo (DALLA COSTA; MACHADO; SIQUEIRA, 2006).

Com o desenvolvimento de novas pesquisas no campo da Comunicação Social, o imediatismo dos efeitos passou a ser cada vez mais relativizado. A teoria ou hipótese da *Agenda Setting* é um exemplo de vertente teórica de matriz funcionalista cuja essência se baseia na presunção de que os meios de comunicação geram impactos, efeitos, influências de forma não exatamente imediata na vida das pessoas. Para McCombs (2009), mesmo que a força do agendamento varie conforme o tema e o próprio contexto, a agenda pública tende a possuir determinadas limitações de tempo e de espaço, o que leva a grande concorrência entre esses temas nos *mass media*, foco da *Agenda Setting*. Ao utilizar uma metáfora herdada de Paul Lazarsfeld, o autor ratifica o princípio de que

os emissores compõem o polo central do processo de comunicação. Segundo a figura de linguagem, a comunicação de massa seria uma sala de aula informal, onde estudantes (audiência) prestam atenção de forma prolixa, saem e voltam ao recinto quando querem, dividem a atenção com outras atividades, mas *sempre* aprendem algo. “Os *mass media* são professores cuja principal estratégia de comunicação é a *redundância*. Uma e outra vez, nossos professores dos *mass media* repetem tópicos, às vezes com grande ênfase, noutras épocas só de passagem” (McCOMBS, 2009, p. 80, *grifo adicionado*).

No escopo de assuntos que mais são tratados pelos noticiários encontram-se os temas vinculados à violência. McCombs (2009) defende que os efeitos da agenda midiática na agenda pública variam de temas perenes (que influenciariam, de acordo com ele, por períodos entre quatro e oito semanas) para assuntos sazonais e de grande potencial de noticiabilidade (que produziriam efeitos já de forma mais imediata). Ao menos no contexto brasileiro, pautado pela *cultura da violência*, as implicações dos conteúdos criminais na vida cotidiana parecem ser mais amplas, complexas e, conseqüentemente, incalculáveis no que diz respeito à questão do tempo. De um lado, essas *influências* são menos diretas por serem mediadas também por outras instituições que auxiliam nos usos e apropriações de conteúdos jornalísticos vinculados aos crimes, como a igreja, o partido político, a família, a vizinhança, a escola, a classe social, o grupo étnico-racial, o contexto histórico, político e econômico, entre tantas outras. De outro, a existência e o reconhecimento das interferências de múltiplas instituições no processo de recepção midiática, em graus distintos de pessoa para pessoa, acabam por abrir espaços à ideia

de que há *polissemia* e até mesmo *resistências*, não *ruidos*, no fenômeno da comunicação.

Antes de abordá-las e argumentar sobre como se dão as negociações, reinterpretações e reelaborações de sentidos a partir da temática da violência, entretanto, é necessário mencionar outra eminente perspectiva teórica que avaliava a recepção de forma marginal. Ao propor ao receptor as franjas de um processo com polos tidos como desiguais, a vertente teórica desenvolvida pelos pensadores marxistas da Escola de Frankfurt, a partir de meados da década de 1920, mesmo com diversos pontos fundantes de inconsistência em relação aos estudos funcionalistas, pecou em detalhe similar. Dentro da Teoria Crítica, a *reificação* ou *coisificação* reduziu o indivíduo a sujeito, ou melhor, assujeitou o indivíduo a uma estrutura de alienação produzida pela indústria cultural. A corrente teórica, assim, não abriu veio para identificar autonomia ou mesmo resistência nos processos comunicativos. O legado frankfurtiano faz com que a noção de indústria cultural se resuma de forma acrítica ao fato de que os meios de comunicação são “instrumentos de controle e manipulação do pensamento coletivo que representam monoliticamente a ideologia dominante absorvida de forma passiva e ordeira por uma ignara massa de espectadores alienados” (SILVA, 1985, p. 20). O indivíduo como sujeito tornava-se, segundo essa corrente teórica, uma vítima da razão econômica e técnica alimentada pela cultura de massas, algo que fez com que a maioria desses estudos não tenha enxergado possibilidades de negociação, reinterpretação e reelaboração dos conteúdos produzidos como cultura de massa. A exceção é Walter Benjamin, autor que se tornou uma espécie de ponto fora da curva nessa escola por acreditar que há possibilidades de experiências genuínas propiciadas a partir de produtos

da indústria cultural, sobretudo com o cinema e o rádio. Benjamin, mesmo em meio à eficácia dos usos do rádio e do cinema para a ascensão do nazismo na Alemanha pré-guerra, avaliou o contexto histórico, social e político no qual houve o advento da cultura de massas e observou alterações nas formas de entendimento das coletividades humanas. Para o autor, os meios de comunicação – sobretudo, os eletrônicos – propiciaram o desenvolvimento de novas habilidades e competências cognitivas, ao mesmo tempo em que tornaram outras obsoletas. “O modo pelo qual se organiza a percepção humana, o meio em que ela se dá, não é apenas condicionado naturalmente, mas também historicamente” (BENJAMIN, 1987, p. 169).

No âmbito da universidade brasileira, apesar de não ter havido uma institucionalização rigorosa de disciplinas como nos Estados Unidos (ORTIZ, 2004), prevaleceu como hegemônica a corrente prevaiente da teoria crítica, sobretudo nos anos 1970. Paradoxalmente, essa vertente estava atrelada à subordinação do campo do Jornalismo ao da Comunicação Social (MEDITSCH, 1999), fator que resultou num *modus operandi* de pesquisa pautado por princípios positivistas e funcionalistas. Esse cenário apenas se alterou na década de 1980, quando foram propostos estudos com base nos paradigmas teóricos dos Estudos Culturais e, o que interessa aqui, as pesquisas de recepção. No período houve, no Brasil, o estudo pioneiro no campo do Jornalismo desenvolvido por Silva (1985) e, especialmente, o início dos diálogos dos estudos de recepção com a Teoria das Mediações de Martín-Barbero (2015), autor que se tornou uma das principais referências teóricas para a consolidação das pesquisas na área já a partir da década seguinte (JACKS, 1999, 2014).

Obra, portanto, clássica e fundadora de um novo paradigma nos estudos de recepção, *Dos meios às mediações* faz uma espécie de resgate do processo de massificação da sociedade, precedente, segundo a concepção do autor, ao próprio advento dos meios de comunicação. Assim, Martín-Barbero (2015) vê, por exemplo, em espaços e atividades de convivência social (escola, partido político, bairro, movimentos sociais, etc.) princípios de massificação da sociedade (ainda em sociedades pré-modernas). Simultaneamente, na obra se procura desmitificar o pressuposto de que os meios de comunicação são dispositivos capazes de alienar as massas. A partir de uma herança dos Estudos Culturais, o autor traz para o campo das mediações – ou seja, os usos que as pessoas fazem dos meios de comunicação na vida cotidiana – a noção de que há pluralidade de interpretações e de apropriações durante a circulação de notícias ou de outros bens culturais midiáticos na sociedade. Dessa forma, Martín-Barbero consegue trazer uma nova perspectiva tanto sobre a comunicação – foco nas mediações – quanto sobre a política e a cultura: “Hoje são sujeitos/objeto de cultura tanto a arte quanto a saúde, o trabalho ou a violência, e há também cultura política, do narcotráfico, cultura organizacional, urbana, juvenil, de gênero, cultura científica, audiovisual, tecnológica” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 14). Assim, o autor abre campo para um paradigma teórico que viria a possibilitar a compreensão da recepção como algo que perpassa o tempo-espaço da emissão das mensagens, ou seja, que começa antes do despacho dos conteúdos, que se confronta com outras comunidades de referência do espectador e, por fim, que produz sentidos que podem ser mais duradouros; daí a defesa de que as notícias ligadas ao binômio segurança/violência devam ser entendidas como perenes

quando são vistas pela perspectiva da recepção. Conforme demonstrado na fase de recepção (5. ESTIGMATIZAÇÃO, INVISIBILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA), as pessoas tendem a não rememorar a maior parte dos casos específicos de violência exibidos pelos programas, mas a matriz narrativa de tais assuntos, sobretudo os que envolvem tragédias no âmbito familiar, ganham vigor nas visões de mundo desses mesmos indivíduos.

Com o intuito de apresentar as principais raízes dos estudos de recepção de matriz sociocultural, antes de abordar especificamente o paradigma latino-americano, destaca-se o papel decisivo dos Estudos Culturais ingleses na constituição contemporânea da recepção. Desenvolvidas no Centro para Estudos de Cultura Contemporânea (CECC) da Universidade de Birmingham, fundado por Richard Hoggart e por Raymond Williams em meados da década de 1960, essas pesquisas, também de gênese marxista, foram as primeiras a revelar que nas classes operárias e em outros grupos contra-hegemônicos não há apenas submissão. Tal aceção só foi possível graças a pesquisadores que buscavam tornar menos brusco o peso de importância entre as noções marxistas de *infraestrutura* e *superestrutura* (grosso modo, respectivamente, as dimensões econômica e cultural). Em síntese, esses teóricos criticavam certo reducionismo do marxismo ortodoxo – formulado ainda no século XIX – ao caráter estritamente economicista e se propuseram a defender que a cultura, ao contrário do que pregavam os trabalhos acadêmicos até então, era um campo de tensões permanentes, a ponto de interferir e ditar as apropriações dos conteúdos disseminados pelos meios de comunicação.

Com vistas a compreender a ruptura epistemológica proposta pelos Estudos Culturais, a título de comparação, Engels (1985), pertencente à corrente fundante do marxismo, em meados do século XIX voltara atenções para o movimento operário inglês, ao analisar suas configurações em Manchester. O autor avalia a classe proletária como um produto da Revolução Industrial, e a Inglaterra como o país clássico para se estudar a então nova “configuração” social: “o trabalhador, não é considerado senão como uma fração do capital à qual o industrial entrega um juro – que se chama salário – como compensação ao que o trabalhador lhe proporciona” (ENGELS, 1985, p. 32). Embora discuta elementos como a inserção de mulheres nas atividades fabris e a imigração de mão de obra irlandesa como características da precarização das condições de emprego e salário, além de algumas condições insalubres de vivência nos bairros operários, o autor, imerso a um tempo histórico específico, não pôde enxergar a relevância da cultura como uma possibilidade de resistência nas relações sociais mediadas pelo capitalismo.

O prisma teórico dos Estudos Culturais, por outro lado, foi o primeiro a desconstruir a noção de que o viés econômico, por si só, explicaria as complexas relações sociais de um mundo industrializado, urbanizado; enfim, capitalista. Assim, pôde apreender outros âmbitos da vida social – em especial, a cultura na vida cotidiana – e, por isso, foi hábil para valorizar a “interação da mídia com a sociedade, tendo no fator cultural o elemento que norteia o posicionamento do indivíduo frente aos produtos da indústria cultural” (DALMONTE, 2002, p. 68). Dito de outra forma, os Estudos Culturais, ao enfatizarem o papel da cultura popular e da comunicação de massa no dia a dia, reconfiguraram e ampliaram a noção de cultura ao vinculá-la, especialmente, ao conceito de identidade.

De sinônimo de *arte*, o termo passou a ser compreendido como a “soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns” (HALL, 2003, p. 126). Acima de possibilitar a atenção a pesquisas de cunho interdisciplinar, esse princípio lançou um novo paradigma para que as produções de sentido fossem atreladas às práticas cotidianas. Como veio teórico herdeiro do marxismo, os Estudos Culturais enxergaram possibilidades de autonomia nas audiências ao mesmo tempo em que se propuseram a debater as implicações dos valores históricos dominantes/hegemônicos na circulação imaterial de bens, isto é, na esfera da cultura. Como alerta Mendonça (2006), a vertente dos Estudos Culturais, atrelada ao marxismo por um panorama culturalista, jamais poderia abandonar a questão das ideologias hegemônicas que permeiam as lutas de classes. “A eficiência da hegemonia ocorre principalmente pelo fato de atuar desde dentro, ou seja, a partir da sua operacionalidade na vida cotidiana dos indivíduos” (MENDONÇA, 2006, p. 30).

Hoggart (1973) tornou-se um dos principais autores a representar esse novo paradigma quando lançou *The Uses of Literacy*. No livro, de caráter qualitativo e parcialmente autobiográfico (ESCOSTEGUY, 1998), o autor também volta atenções para as classes operárias inglesas, mas procura, ao contrário de Engels (1985), elucidar elementos centrais das modificações na cultura do proletariado a partir da inserção das publicações de massa, sobretudo o cinema, no dia a dia dessas pessoas. Ainda que não sustentado pelo rigor metodológico positivista – por vezes, tão caro às pesquisas – e com o uso de princípios etnográficos, o autor questiona generalizações relativas à classe operária inglesa e aponta o espaço e o tempo vivido nas vilas operárias – isto é, a vida cotidiana –

como mais importantes para a formação identitária dessas pessoas do que os meios de comunicação. Que dizer, mesmo com todo o poderio enfatizado pelas vertentes teóricas da comunicação hegemônicas, exemplificadas neste tópico pelas perspectivas funcionalista e crítica, tornou-se cada vez mais consensual o princípio de que os meios de comunicação não substituem aspectos da *tradição* nas classes populares. Hoggart (1973), que produziu a obra em 1957, ano de lançamento da televisão comercial na Inglaterra (MATTELART; MATTELART, 2010), reforça tal princípio quando destaca o papel secundário do cinema nos hábitos das classes operárias/populares inglesas:

Há já muita coisa escrita acerca dos efeitos dos “meios modernos de comunicação de massas” sobre as classes proletárias. Mas quando ouvimos falar os membros das classes proletárias, em casa como no trabalho, constatamos em primeiro lugar não os efeitos de cinquenta anos de cinema e de imprensa de grande difusão, mas antes a influência praticamente nula desses fenômenos sobre a linguagem do dia a dia, uma vez que os membros dessas classes continuam a inspirar-se, no que à fala e às crenças que implicitamente se exprimem por meio da fala se refere, numa tradição oral e local (HOGGART, 1973, p. 33).

Na América Latina, a televisão, ao contrário do cinema no contexto citado por Hoggart (1973), tem um papel mais central na rotina das audiências, fato que a coloca como uma instituição social relevante na produção de sentidos. Ela aqui adquire uma relação mais próxima com o público que, ao contrário do exemplo citado anteriormente, faz com que o meio de comunicação interfira na linguagem e nos hábitos cotidianos de parcela significativa da sociedade.

Dito isso, os Estudos Culturais britânicos abriram brechas para a análise de objetos que, quando não ignorados ou renegados, eram tidos como secundários nas Ciências Sociais Aplicadas. Ao propor trazê-los para o centro do debate, a vertente se posicionou tanto sob o espectro teórico quanto político. Nesse escopo teórico-político – rebelde, por essência, aos métodos científicos positivistas – enquadram-se temáticas relacionadas a grupos socialmente vulneráveis e/ou marginalizados, como homossexuais, negros, mulheres e demais setores sociais; abre-se margens para a abordagem de temas até então custosos aos estudos de recepção, que enxergavam o campo da comunicação como imponente, impositivo, capaz de moldar visões de mundo e, conseqüentemente, ações no dia a dia.

Dos Estudos Culturais surge, como se pôde perceber pela própria citação de Hoggart (1973), grandes questionamentos sobre a relação puramente dominante dos emissores. Stuart Hall publicou, em 1980, um artigo que sela a contribuição definitiva dos Estudos Culturais enquanto ruptura epistemológica: *Codificação/decodificação* encerra a noção de que emissão e recepção são etapas isoladas e independentes, nas quais há hegemonia absoluta da primeira (HALL, 2003). Ao apresentar uma discussão com gênese na Semiologia/Semiótica, nas implicações que, portanto, os signos têm na vida cotidiana, o autor admite que essas etapas não são idênticas. Entretanto, afirma que há, em qualquer processo de circulação, *diálogos* capazes de comprovar que um sistema comunicativo não é unidirecional, isto é, não inicia no emissor imponente e termina no receptor passivo. Isso explicaria, por exemplo, *mal-entendidos* ou *distorções* que ocorrem durante a circulação dos bens simbólicos, assim como a idealização das audiências por parte dos produtores, que atrela os

produtos a gêneros narrativos. A grande provocação de Hall (2003) está justamente no fato de que há *leituras preferenciais* em um processo de circulação que, ao se institucionalizarem, geram *sentidos preferenciais* – que são, na maioria das vezes, precedidos da própria emissão.

Embora não tenham se constituído como uma área disciplinar no Brasil (ORTIZ, 2004), Jacks (1999) expõe que parece ser a partir da perspectiva latino-americana, fundada no início da década de 1980, que os estudos de recepção ganharam destaque no campo cultural, o que possibilita acarretar uma relação entre televisão, cultura e identidade e fugir da recepção midiática como elemento da relação direta entre espectador e meio de comunicação. Assim, compreender as implicações dos conteúdos midiáticos é fundamental para deslocar o eixo de análise da televisão, sem, todavia, “desconsiderá-la, para o espaço em que essas relações se estabelecem, sendo que esse também é o espaço no qual a identidade se constrói na articulação com os grupos sociais” (JACKS, 1999, p. 25).

Ao partir do princípio de que há, portanto, lacunas nas práticas cotidianas para diálogos – capazes, inclusive, de gerar resistências, divergências ou desinteresses por parte do público, como identificaram os Estudos Culturais ingleses –, Sousa (2006) identifica a importância de reinterpretar a recepção, de modo a integrá-la – sem plena autonomia, já que as relações de poder existem em qualquer campo social; sem total subordinação aos meios de comunicação – a todo um processo mais amplo e complexo que constitui o campo de pesquisa. Assim, o receptor nem é indiferente ou secundário em um processo comunicativo, como pregava parte dos pensadores funcionalistas, nem é produto maior da alienação propiciada pela massificação da cultura propiciada pelo advento

da cultura de massas, como defendia a maior parcela dos pensadores frankfurtianos. Nas palavras de Canclini (2008), os espectadores não podem ser reduzidos a indivíduos com autonomia plena, nem a massas uniformes.

“*A teoria da comunicação é a teoria da recepção*”. A frase emblemática de Valerio Fuenzalida (*informação verbal*)¹⁹⁴ demonstra o quanto, sob o próprio ponto de vista etimológico, a palavra recepção não denota capacidade de abarcar toda a complexidade desse fenômeno. Maldonado (2013, p. 88), por exemplo, explica que termos como *receptor* e sinônimos (*consumidores, usuários, massa*) “têm um profundo condicionamento das concepções instrumentais, estruturais, funcionalistas, tecnicistas e mercadológicas”. Sousa (1995, p. 14) acredita que novas compreensões sobre o fenômeno esbarram, “desde logo, nos limites semânticos do próprio termo, como também nos pressupostos teóricos e sócio-contextuais de quando e onde foi introduzido”. Já Hall (2014), ao abordar as reinterpretações do conceito de *identidade*, traz uma importante contribuição para que se compreenda a relevância de se pensar sobre conceitos que parecem não mais abarcar toda a complexidade a qual se propuseram: uma vez que essas definições não foram dialeticamente superadas, como a de *identidade* e a de *recepção*, por exemplo, e “que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles – embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas” (HALL, 2014, p. 104).

¹⁹⁴ Frase proferida por Nilda Jacks (e creditada a Valerio Fuenzalida) no painel *Formulações teóricas na pesquisa contemporânea de recepção*, realizado na III Jornada Gaúcha de Pesquisadores da Recepção: Transformações Epistemológicas na Recepção, em São Leopoldo, em julho de 2016.

Com as mudanças radicais nas condições de produção e de circulação de bens culturais propiciadas pela internet e pela própria midiaticização da sociedade, oportunidade na qual os jornalistas tateiam para si o estatuto de *tradutores* do mundo social, a problematização da recepção ganha novos traços. Por outro lado, a intencionalidade de *traduzir* determinado universo e controlá-lo continua vã, pois as produções de sentidos se configuram e reconfiguram à revelia do emissor. Não significa que o receptor tenha total autonomia dos conteúdos midiaticizados, já que, como se defende desde o princípio desta tese, a televisão constitui-se como uma instituição social que partilha e/ou formula princípios e/ou valores. Significa, sim, que os receptores, ou as *pessoas em comunicação*, como prefere Maldonado (2013), se inter-relacionam “com os sistemas e os processos midiáticos, produzem sentido de maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora” (MALDONADO, 2013, p. 90).

Não há novidade na afirmação de que o termo recepção carregue consigo uma gênese funcionalista (SOUSA, 1995, 2006; MALDONADO, 2013), sendo muitas vezes reduzido a uma etapa posterior e independente da produção e da emissão de mensagens. Sousa (2006), menos enfático que Fuenzalida, ainda assim questiona o princípio de autonomia entre as etapas do processo comunicativo ao valorizar o argumento de que os estudos de recepção devam estar atentos e atrelados ao campo da Comunicação Social, que o precede (e esse é um argumento relevante para justificar toda a preocupação anterior nesta pesquisa em entender como são construídas as histórias veiculadas pelos noticiários criminais). Quer dizer, em síntese, que as etapas de produção e/ou apreciação das mensagens devam ocupar espaço dentro de uma análise

que se debruce sobre o fenômeno da recepção, e é este conjunto de elementos que produzem as narrativas jornalísticas criminais. Já Rosário e Aguiar (2013, p. 45) defendem que o campo de conhecimento deva considerar “os modos de produção, produto, circulação e as técnicas que estruturam a comunicação”, fator que demonstra o caráter transversal dos estudos contemporâneos em recepção midiática, e que os tornam um objeto científico pertinente e instigante em um programa de Pós-Graduação em Jornalismo – sobretudo, em uma linha de pesquisa que propõe investigações que valorizam o jornalismo como um fenômeno da modernidade e que busca compreender a natureza e as implicações dessa forma de conhecimento na sociedade (POSJOR, 2018).

Em campos pertencentes às áreas das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas há, conforme o estatuto científico, a necessidade de generalizar resultados. Isso, como se pôde observar pelo fio de argumentação apresentado até aqui, fez com que as pesquisas de recepção ficassem vinculadas ao longo do século XX a perspectivas como o Funcionalismo e a própria Teoria Crítica (bem verdade, essa abordagem teórica dialogasse mais com preceitos filosóficos, que resultavam em análises mais ensaísticas do que empiristas). Mesmo com as contribuições dos Estudos Culturais ingleses e da formulação da Teoria das Mediações de Martín-Barbero, a noção de generalização não se esgotou por conta da opção de enfoque de parte das pesquisas de matriz sociocultural desenvolvidas no Brasil. Nessas investigações, as percepções de públicos específicos, que partilham de determinadas condições sociais e históricas, prevalecem. Essas audiências formam *comunidades de interpretação*, isto é, um “conjunto de sujeitos sociais unidos por um âmbito de significação, do qual emerge uma significação especial para a sua atuação social”

(JACKS, 1999, p. 60). A autora enquadra nessa vertente pesquisas com receptores que possuam “uma identidade social, grupal ou midiática que os distingue no grupo sociodemográfico maior a que pertencem” (JACKS, 2014, p. 20).

Antes de prosseguir com a discussão no próximo item, quando se busca compreender alguns matizes do conceito de mediação referentes à violência/segurança, é possível interpretar que há implicações socioculturais mais regulares sobre a temática da violência, de modo que esse nicho específico de público forme uma comunidade de interpretação com um núcleo bem consistente. Dessa maneira, os acontecimentos jornalísticos veiculados nos noticiários criminais superariam a notícia em si, ou seja, constituiriam “uma rede de múltiplas intertextualidades” (MATHEUS, 2011, p. 16). O resultado desses elos narrativos que produzem sentido singular à violência midiaticizada está na interdependência na qual as narrativas noticiosas valorizam a noção de alteridade a um inimigo comum, criam um clima de imprevisibilidade concernente à morte do próprio telespectador e promovem uma percepção de fragilidade inerente ao projeto moderno tardio, em especial a uma de suas principais manifestações: a metrópole (MATHEUS, 2011). O princípio da urbanização, aliado à industrialização e às políticas nacionalistas e populistas, marca o “início das transformações constitutivas da fase contemporânea da sociedade brasileira” (LOPES, 2003, p. 19-20). O intenso fluxo migratório do campo às cidades serviu ainda como cenário para o surgimento no país do gênero *policia* na ficção e do *criminal* no realismo. As cidades têm “um ar soturno e anônimo, que inspira medo e insegurança, tornando favorável o surgimento de

narrativas que abordassem esse sentimento de intranquilidade” (FURUZAWA, 2014, p. 20).

A produção local voltada a conteúdos de violência detém propriedades narrativas regulares que são eficazes na criação de uma comunidade de interpretação com indivíduos que, mesmo sem se conhecerem pessoalmente, partilham medos, incertezas, angústias e/ou ódios. Esse aspecto é pautado por construções que vinculam o agressor a tipos específicos de estigmatização (natureza e tipo do crime, aspectos geográficos, etários, étnicos e de gênero, além da ocupação profissional e falta de acesso ao ensino formal) e que são trabalhadas no espaço-tempo das mediações, especialmente pelo dispositivo social da memória nas ações cotidianas.

4.2. MEMÓRIA COMO MEDIAÇÃO NOS ESTUDOS DE RECEPÇÃO

A opção pela abordagem de pesquisa vinculada ao campo da recepção de conteúdos ligados ao binômio segurança/violência deve-se ao fato de que a invisibilidade social e a estigmatização parecem aprofundar a lógica de que os meios de comunicação – sobretudo a televisão, devido à abrangência de público – reproduzem, aguçam e, por vezes, criam estereótipos (5. ESTIGMATIZAÇÃO, INVISIBILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA). Se esse meio de comunicação é relevante enquanto instituição social, como a vida cotidiana, especialmente a de pessoas que habitam regiões mais estigmatizadas, sofre interferências com todo o *fascínio* que a violência desperta? O fato de compreender as implicações das narrativas criminais auxilia em aportes para os estudos da ética jornalística, à medida que afastam esse tipo de narrativa, segundo

abordado no primeiro capítulo, dos princípios e valores normativos do jornalismo tido como de referência (*I. MODERNIDADE, BIOPODER E DIREITO À VIDA*). Além disso, parece haver nesse tipo de narrativa elementos singulares que podem ser avaliados em estratégias de endereçamento para as iniciativas jornalísticas que são consideradas *mais nobres*. Em síntese, o contexto das implicações das narrativas jornalísticas criminais deve ofertar aportes tanto para o que o jornalismo criminal tem de questionável, quanto às potencialidades as quais detém enquanto gênero que conquistou êxito editorial.

Semente e, ao mesmo tempo, fruto para a elaboração e reelaboração dos produtos midiáticos, o conceito de *mediação* traça um rico campo para a compreensão dos sentidos negociados em tempo e espaços específicos. Alavancados por urdiduras e contextos culturais singulares, esses sentidos são complexos porque geram “processos de assimilação, rejeição, negociação, resistência” (JACKS, 1999, p. 25). As mediações se apegam, sobremaneira, a elementos ligados ao âmbito da cultura e, conseqüentemente, a identidades confluídas por um mesmo indivíduo, fator que a atrela aos hábitos e à rotina vivida. Interferem nesse contexto os espaços geográfico e cultural, os hábitos e costumes de consumo de informações, os valores e princípios sedimentados por outras instituições, estados de humor, desejos e anseios e, finalmente, a capacidade cognitiva.

Como se pôde observar no último tópico, as pesquisas de recepção estiveram por longa data presas aos processos de produção dos conteúdos ou ao teor valorativo das mensagens. Jacks (1999) observa que a possibilidade de transferir o objeto de estudos para além dos meios e das mensagens “traz um corolário bastante importante, que é a ocupação do

lugar do sujeito pelo receptor, negando uma concepção que o considerava condicionado por um esquema linear de comunicação, portanto, que o concebia passivo e alienado do processo” (JACKS, 1999, p. 47). Dessa maneira, formulações sobre os meios de comunicação e suas implicações sociais devem levar em consideração o fato de que os produtores são incapazes de controlar previamente os sentidos produzidos, ainda que o enquadramento a *gêneros* e as *estratégias de endereçamento* das narrativas possam sugerir percepções a respeito do processo de recepção, especialmente ao que concerne a leituras e sentidos preferenciais (HALL, 2003). Por estarem vinculadas a aportes teóricos cujos propósitos são o de descobrir fórmulas genéricas e regulares para os processos de recepção midiática, as abordagens metodológicas buscaram nas Ciências Sociais Aplicadas e nas Ciências Humanas modelos explicativos capazes de compreendê-los em sua totalidade. Essa ambição, claro, jamais conseguiu abarcar a complexidade do fenômeno. Além disso, a marginalização das mediações fez com que boa parte das investigações avaliassem a recepção como se ela fosse – exclusiva ou, no melhor cenário, majoritariamente – estruturada pela lógica dos diferentes suportes técnicos de emissão, fator que prejudicou durante muito tempo uma noção do que são esses estudos e fez o campo teórico avançar pouco em temáticas amplas e recorrentes nas pesquisas.

Gomes (2011) aponta que um problema recorrente em análises que se propõem a utilizar como objeto de estudo a televisão – e, em especial, o telejornalismo ou os demais produtos informativos, como os noticiários criminais – é o foco em análises históricas, sociais e macroeconômicas. Em busca de uma opção metodológica mais prudente, a autora diz que, mesmo que não se possa perder como foco de abordagem o campo do

jornalismo, é necessário um esforço teórico-metodológico para articular nessas produções científicas as “dimensões técnica, social e cultural” (GOMES, 2011, p. 18). Reunidas e confrontadas dialeticamente, elas seriam capazes de potencializar a televisão – e, sobretudo, os produtos informativos – verdadeiramente enquanto instituição social. A premissa em observar o objeto de estudo por essa perspectiva “obriga uma atenção às diferenças existentes entre as diversas sociedades e tempos históricos e seus jornalismos – do ponto de vista dos seus valores e convenções; do ponto de vista das formas do gênero” (*ibid.*, p. 20). Em outras palavras, uma notícia sobre violência não pode ser explorada sem levar em consideração os discursos estruturantes ocasionados pelas lógicas técnicas da televisão e dos próprios meios de comunicação que por ela foram antecidos ou que foram criados após ela, do contexto social, das heranças históricas; enfim, da *cultura*.

Ainda que proponha uma discussão no âmbito de notícias em jornais impressos nas primeiras décadas do século XX, Barbosa (2001) traz importantes contribuições para se refletir acerca do processo de recepção de notícias sobre crimes a partir do universo das *memórias*, principal perspectiva exposta neste tópico. A autora argumenta sobre o fato de a memória ser constituída dialeticamente entre eventos do passado (que se formulam necessariamente como *representações*) e do presente (que remetem a uma ideia de *ação*); dito de outra forma, ainda que o termo seja relativo a acontecimentos pretéritos, produz sentidos efetivamente sempre no tempo presente – ação que pode originar percepções sobre o mundo e/ou tomadas de decisão. Se os fatos perdem objetividade quando restaurados pela memória, é neste espaço de ação que se produzem e se preenchem, conforme o diálogo entre as competências culturais de cada

pessoa com as múltiplas formas de mediação, os vazios semânticos. Como defendido na etapa de análise dos programas (3. *NOTICIÁRIOS CRIMINAIS: SUSPEITOS/AGRESSORES E VÍTIMAS*), observou-se que boa parte das informações dispostas nos campos da planilha de monitoramento não eram preenchidas, nem por depoimentos dos interlocutores, nem por imagens. Esse hiato informativo só pode ser preenchido com o recurso das memórias, algo que pode ser ilustrado pela própria forma como se consomem produtos culturais; o livro é bom exemplo: leituras ganham novas interpretações quando realizadas por uma mesma pessoa em diferentes épocas da vida. Como sugere Calvino (1993), se uma obra literária é, sob o ponto de vista pragmático, exatamente a mesma, a pessoa, a partir das experiências cotidianas, se altera reiteradamente, de modo que uma releitura, agora vista como um signo conotativo, é no fundo uma leitura original; portanto, singular, única.

A memória clarifica a razão por que, no âmbito das mediações, importa mais os usos que as pessoas fazem sobre um conjunto de notícias que se perdem e, simultaneamente, se fixam nos escaninhos da mente. Aqui há um elemento importante no quesito das memórias e que faz com que as narrativas jornalísticas criminais, especialmente pelo aspecto local, ganhem relevância. Dada a quantidade imensurável de imagens consumidas diariamente, em especial a partir da popularização dos dispositivos e das redes de internet móveis, o debate sobre as questões das memórias ganha novos contornos. Para Sarlo (2005), o acesso desenfreado a imagens acelera a percepção de tempo e, de forma contraditória, gera uma espécie de vazio existencial, cujas consequências tentam ser, mesmo com as limitações impostas, compensadas pelas

memórias. “Recorremos a imagens de um passado que são, cada vez mais, imagens daquilo que é mais recente” (SARLO, 2005, p. 96).

A vertente de pensamento proposta por Barbosa (2001), por outro lado, não apenas explicaria o olhar *nostálgico* ao qual as pessoas avaliam o passado, mas também – e principalmente – abriria margens para que se compreenda a narrativa jornalística criminal por tessituras mais densas. Fornece ainda argumentos sobre o papel ativo do público, que deixa de ser visto como exterior à narrativa e passa, a partir dos processos de identificação, a ser uma espécie de *coautor* do texto; a própria conceituação, nessa acepção, extrapola o texto em si, como exposto no segundo capítulo (2.1. *NARRATIVAS JORNALÍSTICAS CRIMINAIS*). Essa relação entre produtores e público, todavia, precisa ser relativizada, já que não significa uma tomada de posição em consonância direta e/ou integral com o teor do texto, e sim fruto de processos de negociação, reinterpretação e reelaboração de sentidos. A opção da autora pelo recorte de um tema ligado ao universo da violência, portanto, não é aleatória, nem isenta de significados. Há nessas narrativas algumas *marcas singulares* já identificadas no perfil social do agressor, desvinculado ou destituído de várias das instituições que auxiliam nas formas de controle social, como a escola, a família e o mundo do trabalho (3.6. *PERFIL SOCIAL DE AGRESSORES E VÍTIMAS*). Barbosa (2001, p. 01) defende que pelas “memórias do passado é possível aprender a *lógica receptiva* dos leitores” (*grifo adicionado*), e isso ganha relevância quando se olha para os noticiários criminais integrantes e integradores da vida cotidiana.

Sob o prisma metodológico, essa perenidade das narrativas jornalísticas criminais no espaço-tempo das mediações também justifica a escolha pela realização da análise de conteúdo em período precedido de

praticamente um ano da etapa de recepção/mediação. Em síntese, mais importante que fatos pormenorizados de violência em si, estratégia narrativa amplamente utilizada pelos dois noticiários, está a temática da violência enquanto tema culturalmente agendado no dia a dia da audiência.

A memória é a responsável por proporcionar que o público possa elaborar e negociar os conteúdos midiáticos, a ponto de reconfigurar impressões, reconsiderar opiniões, produzir experiências; enfim, transformar-se positiva ou negativamente, em conformidade com a multiplicidade de eventos vividos/experimentados no campo das mediações. Sem o recurso da memória, alheia aos referenciais de um passado recuperado por uma ação em tempo e espaço específicos, nenhuma pessoa seria capaz de entender as contradições do presente de forma autônoma. A consequência imediata disso é a de que qualquer processo de transformação seria fruto específico de alienação, uma implicação do acesso direto aos meios simbólicos, como pregava parte hegemônica dos pesquisadores frankfurtianos. Esse alerta é válido porque, no caso específico desta pesquisa, os entrevistados são majoritariamente pertencentes a camadas cujos indicadores sociais são díspares, isto é, o grupo é formado essencialmente por pessoas que, em tese, seriam mais suscetíveis ao convencimento ou à manipulação.

Sob um viés antropológico, DaMatta (1997) observa um aspecto relevante para vincular as memórias à perspectiva das mediações. Se uma memória qualquer é uma ação ligada a um evento passado e que produz sentidos no presente, toda percepção de tempo deverá estar associada a um espaço físico. Em outras palavras, mesmo com o desenvolvimento de formas de desencaixe entre tempo e espaço (GIDDENS, 1991, 1997), no

que compete à memória, as duas medidas devem ser avaliadas de forma conjunta, complementar, articulada, “permitindo lembranças ou memórias diferentes em qualidade, sensibilidade e forma de organização” (DAMATTA, 1997, p. 36). Os arranjos de tempo e espaço organizam e produzem experiências singulares. Sob o ponto de vista moral, elas se ordenam metaforicamente em maior ou menor intensidade em dois espaços centrais aptos a explicarem como as relações sociais são articuladas na vida cotidiana: a *casa* e a *rua* (DAMATTA, 1997).

Segundo a metáfora, há uma moral da casa (ligada à concepção de núcleo familiar ou relacional) e uma da rua, vinculada aos perigos que a vida pública representa. Para entender o contraste dessas duas dimensões, o antropólogo cita, entre vários exemplos, como se constroem moralmente as trocas comerciais entre pessoas de um mesmo círculo de convivência (familiares e amigos) e entre desconhecidos. No primeiro caso, as pessoas tendem a valorizar – ainda que, não raramente, somente no campo das ideias – o preceito de que, em uma relação comercial entre parentes e/ou amigos, a negociação é menos importante quando posta lado a lado aos vínculos afetivos. A noção de que não deve existir vantagens financeiras nesse tipo de negociação contrasta com o olhar voltado majoritariamente ao lucro que um vendedor qualquer tem quando comercializa um produto ou serviço com uma pessoa desconhecida. O autor – que, de certo modo, faz uma crítica pontual ao modo como Goffman (2008) entende as interações entre estigmatizados e pessoas tidas por *normais* – defende que esse tipo de comportamento não se dá apenas por uma situação de mudança de contexto: são, na verdade, “esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem

normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias” (DAMATTA, 1997, p. 48).

Essa propriedade que difere a moral da casa à da rua é central para compreender como as narrativas jornalísticas criminais são capazes de produzir sentidos e experiências, especialmente quando se leva em consideração a perspectiva local. Ainda conforme a metáfora, as histórias de crimes são, por essência, uma relação conflituosa entre a casa – espaço de reunião agora de uma comunidade de interpretação, formada por produtores e público, vinculada às vítimas – e a rua – ligada ao agressor, um universo no qual prevalecem as relações impessoais, hostis, ostensivas. As memórias, enquanto ações provenientes do tempo presente, produzem sentidos nesses noticiários que ganham relevância à medida que estão amarradas a um espaço físico específico e que se enquadra na figura de linguagem: as proximidades do portão de casa.

[...] no caso de nossas sociedades – as camadas dominadas, inferiorizadas ou “populares”, tenderiam a usar como fonte para sua visão de mundo a linguagem da casa. Assim, eles sempre produzem um discurso fundamentalmente moral ou moralizante, onde as camadas ou atores em conflito (como patrões e empregados) estão quase sempre em oposição complementar se dependem um do outro (DAMATTA, 1997, p. 48-49).

Antes de prosseguir, é prudente ratificar que a metáfora citada pode adquirir conotações em tempos e espaços distintos, fato que a enriquece nas esferas das mediações. É possível, por um lado, que uma pessoa enxergue a empresa onde trabalha, o *shopping center* e/ou o estádio de futebol que frequenta, ou ainda, redes sociais, séries, filmes, programas de entretenimento ou noticiários com os quais tem vínculos, como uma casa; ao mesmo tempo em que o próprio corredor de uma

residência habitada por muitas pessoas pode ser avaliado como uma espécie de rua que dá acesso a diferentes casas (quartos), a distintas individualidades. Cada cômodo adquiriria, assim, de um espaço de aconchego próprio (*ibid.*), de modo que, por exemplo, a moral do quarto, seja na linguagem e/ou nas ações, não é, sobremaneira, replicada na presença dos outros membros da família nos cômodos comuns.

Dito isso, DaMatta (1997) toca em uma questão nevrálgica sobre a metáfora da casa e da rua: a questão da linguagem da primeira que, em jornalismo, deve ser compreendida tanto pelo viés textual, quanto pela escolha e enfoque das pautas e, conseqüentemente, pelos discursos que produz. Ao relembrar do papel da narrativa de cunho melodramático, percebe-se que o processo de identificação entre o acontecimento jornalístico e o público é construído de maneira *romanceada*; é ele que estabelece como principal eixo da narrativa a relação entre vítima e público. Os noticiários “colocam-se ao lado das vítimas, pois elas, as vítimas, não estão interessadas na construção de um caso judicial baseado em provas que dê garantias processuais e probatórias aos suspeitos de delinquir; pedem, simplesmente, um castigo direto e sumário” (SARLO, 2005, p. 62).

No espaço-tempo das mediações, o crime em si, por mais paradoxal que se possa parecer, torna-se secundário na trama quando comparado ao sentimento de insegurança e as experiências de partilha. “A sociedade parece de tal forma contida naquelas narrativas que o leitor tem a impressão não só de estar em contato, como também participando dessa realidade” (BARBOSA, 2001, p. 05). Como há um enfoque narrativo que vincula o público – e também os produtores – à(s) vítima(s), mesmo que haja uma “dramatização demagógica do crime [que] resulta

em uma ausência total de garantias [aos suspeitos]” (SARLO, 2005, p. 63), há uma tendência de que os telespectadores se sintam ofendidos e, logo, sejam mais intolerantes; tal qual reagiria uma vítima atacada dentro da própria casa por um ladrão vindo, necessariamente, da rua. A popularidade da vítima, vista agora como integrante da família – pertencente, portanto, a uma comunidade de referência –, tem o passado construído quase sempre com descrições narrativas que a colocam como uma *pessoa de bem*. “Mas, ao particularizar esses detalhes, o narrador compõe uma seqüência textual onde o leitor também pode se visualizar” (BARBOSA, 2001, p. 02-03).

Ao se propor a analisar textos escritos por Nelson Rodrigues quando um dos irmãos do cronista foi assassinado por uma amante, Barbosa (2011) observa que as histórias de crimes “são instrumentos de reconstrução da identidade do grupo e não apenas relatos factuais” (BARBOSA, 2001, p. 08), algo que ratifica o princípio de que notícias sobre crimes no âmbito das mediações ganham aspectos de perenidade. Algumas estratégias textuais tomadas no objeto analisado pela autora também se mostram relevantes para o escopo desta pesquisa. Um exemplo está na construção de vítimas e agressores: ao tratar de um crime cometido por uma mulher – aliás, uma concubina, uma figura que, de saída, é estigmatizada como uma intrusa, vinda da rua com a incumbência de destruir ou confrontar o sagrado matrimônio –, Nelson Rodrigues a coloca no limbo, de volta à rua, no espaço para o esquecimento. Embora relate nos textos que a personagem detém *voz doce*, esse elemento é apresentado para dar-lhe ares de frieza. O enredo utilizado pelo cronista se esboça como uma forma de identificação com uma comunidade de interpretação que sempre produzirá sentidos plurais, ainda que a

concepção de *traição* seja interpretada na maior parte das vezes como um signo icônico, isto é, em raros casos é aceita socialmente.

Não basta que as palavras denotem os atributos positivos da vítima, como um *homem bondoso, sempre de bom humor*, com expectativas de um *futuro promissor* e, não menos importante, *repleto de amigos*, mas é preciso idealizá-lo, por meio de características genéricas, como alguém singular. As descrições dos atributos da vítima e da agressora negam a ambivalência dos dois personagens e, acima disso, estabelecem vínculos com outras comunidades de referência do público, sobretudo, a família e a religião: oculta-se na narrativa o que a própria moral da casa (família) considera como um pecado original, o prazer compartilhado de forma impudica entre os amantes, vinculados exclusivamente por meio de uma relação entre vítima e agressor, sem deleite. Com essa singularização que põe de um lado o bem e do outro o mal abre-se a possibilidade de sugerir que o público visualize e, de certa forma, ambiente tempos e espaços de ação; esses tempos e espaços são preenchidos por vazios semânticos que, quando não preenchidos por vivências, tendem a ser vinculados a estereótipos (5. ESTIGMATIZAÇÃO, INVISIBILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA).

É possível extrair ainda da discussão sobre memória que o surgimento e consolidação da ideologia da objetividade em jornais impressos brasileiros, que ocorreu, sobretudo, na década de 1960, acabou por fazer migrar para a televisão os diálogos com a ficção¹⁹⁵, especialmente a partir da década seguinte. O princípio é válido para as

¹⁹⁵ O termo é empregado aqui em consonância com o estatuto de ficção que, conforme trabalhado no segundo capítulo, é formado por uma história (espaço no qual se desenvolvem ações, sequências e intrigas), por personagens (tipos que, dentro de uma narrativa, possuem distinções e hierarquias, realizam determinadas ações) e, por fim, espaços e tempos (respectivamente, cenário e contexto histórico-social a partir dos quais, no campo do jornalismo, define-se a fixação realista da história).

telenovelas, mas também para o gênero criminal, com grande destaque no início dos anos 1980 e, depois, durante a primeira metade da década de 1990 (*1.2. TARDIA MODERNIDADE BRASILEIRA*). Dito isso, a autora recomenda que o elemento memória seja um referencial para quem pensa no universo da recepção e das mediações:

Considerando que a memória é um trabalho do presente e que os textos não são mudos em relação aos leitores favorecendo leituras plurais, a intercessão memória e recepção pode ser rica para os pesquisadores que acreditam que os estudos de recepção não estão condenados a uma temporalidade retrospectiva. Por outro lado, a percepção do simbolismo da memória de natureza social permite perceber que o pertencimento de um indivíduo a diversos grupos se traduz efetivamente na sua própria construção de sentido a partir da leitura que produz quotidianamente (BARBOSA, 2001, p. 13).

No que concerne à lógica dos estudos de recepção, especialmente no âmbito das narrativas jornalísticas criminais, a memória pode se configurar como um tipo de mediação relevante, afinal, “é preciso considerar a dimensão histórica da memória e da identidade não como algo apenas ligado ao passado, mas como dimensão da temporalidade humana, ou seja, também com presente e futuro” (JACKS, 1999, p. 64). Afinal, é fundamental rememorar que o conjunto narrativo de notícias sobre determinado tema, pensado a partir da retroalimentação entre produção e circulação, gera processos de significação. Melhor dizendo, um ato de violência isolado pode produzir *efeitos* na vida de um ou mais integrantes da audiência, mas é mais plausível apontar que o contato cotidiano com abordagens de violência gere implicações mais subjetivas

e, ao mesmo tempo, mais fortes; capazes, portanto, de interferirem nas visões de mundo do indivíduo.

Essas implicações se constituem por meio de processos de identificação, isto é, quanto mais um indivíduo vê e produz sentidos a determinado produto ou temática midiática, mais essa teia narrativa elaborada cotidianamente contribui para a visão de mundo deste mesmo sujeito – Hall (2003) chama isso de sentidos *dominantes* ou *preferenciais*. Como consequência, mais os conteúdos sobre crimes se transformam em argumento relevante às produções discursivas deste mesmo indivíduo, mais interferem em seu cotidiano e, também, nas mediações com outras instituições as quais essa mesma pessoa dialoga. Portanto, uma pessoa só se propõe a consumir qualquer produto midiático quando se identifica com aspectos discursivos – e, substancialmente, é dessa produção que serão dados sentidos às narrativas. É nessa situação que esse mesmo indivíduo passa a se identificar como se estivesse em casa, ou seja, a se situar “no interior de um discurso, [de modo que] a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta” (FOUCAULT, 2014a, p. 13-14). É fundamental reiterar que as relações de poder se formam exatamente a partir disso, já que em nenhum momento o indivíduo se sentirá integralmente em casa, mas, a partir dos vínculos criados, ficará mais suscetível às *influências* das perspectivas abordadas, no caso desta tese, pelos noticiários criminais.

Quando se pensa nas formas de subjetivação desses discursos, a verdade a qual esse indivíduo produz e partilha é forjada por dispositivos de *identificação*, ou seja, por um “processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da

separação, seja como resultado de supostas similaridades” (WOODWARD, 2014, p. 18-19). Essa condição de subjetivação é construída a partir de uma relação desse mesmo sujeito com os agentes sociais aos quais ele tem acesso na vida cotidiana. Por outro lado, processos de identificação se constroem a partir da *diferença*. Assim, os mecanismos de restrição discursiva aos membros que não partilham desse discurso provocam uma consequência: o fato de se marginalizar, por diferenciação, indivíduos e determinados grupos sociais não familiares gera, a partir da estigmatização, invisibilidade social. A disseminação de preconceitos e a violação de direitos humanos (exposição indevida de pessoas, desrespeito à presunção de inocência, violação do direito ao silêncio, exposição indevida de familiares, entre outros), formas de violência propagadas diariamente e aceitas – no mínimo, parcialmente – pela comunidade de interpretação por noticiários criminais (VARJÃO, 2016), provocam invisibilidade social.

Em especial na temática dos crimes, outro elemento norteador consiste no fato de que os discursos sobre a violência tangenciam as próprias diferenças e, por conseguinte, garantem unidades de discursos. Trata-se de uma singularidade das sociedades contemporâneas o fato de encontrar na “fragmentação, a construção de unidade nas diferenças” (MAGALHÃES, 2009, p. 320). Assim, somadas as potencialidades elencadas dos estudos de recepção de matriz sociocultural e a necessidade de pesquisas que identifiquem e problematizem a produção de sentidos oriunda de narrativas jornalísticas criminais, lançam-se questões sobre as perspectivas e desafios teóricos, epistemológicos e metodológicos no campo da recepção/mediação para a compreensão das implicações que as práticas sensacionalistas têm, não somente no personagem exposto nas

histórias como agressor ou vítima, mas também e, principalmente, no público que consome essas informações no dia a dia. Para isso, busca-se compreender no item a seguir como se dão os processos de negociação, reinterpretação e reelaboração de sentidos cotidianos para temas ligados à temática da violência.

4.3. NEGOCIAÇÃO, REINTERPRETAÇÃO E REELABORAÇÃO DE SENTIDOS NAS NARRATIVAS CRIMINAIS

Há perspectivas que buscam relacionar os perfis de público a partir das plataformas às quais consomem e, durante muito tempo, esse fator reduziu as atenções voltadas as implicações da televisão na vida cotidiana do público, avaliado como alienado ou dominado. Se o leitor de meios impressos (jornais, revistas e, especialmente, livros) é visto como aquele que é, por essência, mais ativo, ao espectador dos produtos massivos eletrônicos restaria a “passividade e dependência do espetáculo” (CANCLINI, 2008, p. 42). No entanto, mesmo que integrem a audiência dos noticiários criminais pessoas que não possuam referências, por exemplo, com o texto escrito ou com formas de arte como o teatro ou a própria pintura, parte-se do pressuposto assumido por Canclini (2008, p. 42-43) de “que até mesmo o consumo da mídia aparentemente mais inativa implica em apropriações e reelaboração daquilo que se vê”.

Para que seja possível discorrer sobre as formas como as audiências negociam, reinterpretam e reelaboram os temas ligados ao binômio segurança/violência é importante, de antemão, considerar, no mínimo, três aspectos centrais que conversam entre si: o primeiro deles é que o diálogo entre os interlocutores, necessariamente, é *assimétrico*, já

que não há como negar o caráter estruturante dos meios de comunicação (MENDONÇA, 2006), da televisão ao livro; em segundo lugar, uma consequência do primeiro ponto, é que o diálogo é pautado por mediações estruturadas pela lógica do meio de comunicação. Significa defender que, mais que um aparelho que tende a ocupar espaço privilegiado nos lares brasileiros, a televisão se constitui como uma “instituição social significante que necessita ser compreendida como parte orgânica da sociedade e da cultura contemporâneas” (JACKS, 1999, p. 23); terceiro, e não menos importante, é que qualquer programa televisivo só tem razão de existir se os produtores acreditarem haver interesse por parte de determinado público (CAVENAGHI, 2013), algo que propõe uma espécie premeditada de *pacto mútuo*, uma partilha prévia de princípios e valores que criam processos ricos de identificação na circulação desses bens simbólicos.

Mesmo recebendo questionamentos sobre o nível de qualidade da programação já a partir dos anos 1960 (FREIRE FILHO, 2005), a televisão no Brasil adquiriu potenciais para entreter, emocionar, persuadir, instruir, informar e, não menos importante, servir de companhia. Como explica Mendonça (2006, p. 35), os meios de comunicação – em especial, a televisão – são relevantes “na construção social dos sentidos, na lapidação de sensibilidades e como reforçadores de um estilo de vida e de sociedade que, numa ponta, cultua os vencedores e na outra execra os marginais, perdedores, e ignora ou zomba dos dissidentes”. Dito isso e assumindo o êxito editorial de produtos como os noticiários criminais, parece irresponsabilidade creditar o sucesso da televisão no Brasil apenas à qualidade técnica, cujos preceitos foram forjados ideologicamente pelo padrão global de qualidade, nomenclatura

dada à emissora carioca pelos jornais já a partir dos anos 1970. Pressionadas pelo governo militar, à época, a *Rede Globo* e *TV Tupi*, as duas principais empresas midiáticas do país, firmaram um pacto de boas condutas a fim de diminuir o nível das atrações consideradas grotescas na programação. Na *Globo*, por exemplo, já no final dos anos 1960 foi interrompida a veiculação de *O Homem do Sapato Branco* que, com veio sensacionalista, abordava temas ligados à “violência urbana e levava à televisão personagens como prostitutas, ladrões e homossexuais” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 112). Com o investimento estético da *Globo* para permanecer popular sem ser popularesca, o meio se tornou um espaço integrante e integrador da vida cotidiana, a ponto de lidar diariamente com sensações “cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais muito complexas” (HALL, 2003, p. 368).

Se a televisão consegue agregar todas essas propriedades e, além disso, oferta subsídios para provocar/possibilitar das mais simples até as mais elaboradas sensações, é plausível que todo e qualquer evento televisivo seja permeado por uma densa coerência narrativa interna. Essa lógica se sustenta tanto por elementos objetivos do referido acontecimento quanto por outras perspectivas sociais construídas ao longo da vida de um indivíduo e que são mediadas pelas mais diversas instituições. Se há subjetivação nesses processos é pertinente – e até mesmo redundante – observar a impossibilidade de o público viver integralmente um evento por meio da televisão. Hall (2003) explica esse aspecto ao afirmar que um evento histórico qualquer não pode ser vivido integralmente pelo público por meio de um programa televisivo, mesmo que se trate de uma transmissão ao vivo. Assim, situações polêmicas como uma partida eliminatória da seleção nacional de futebol em uma

Copa do Mundo após uma atuação abaixo das expectativas de um ou mais jogadores, o acompanhamento e repercussão de uma votação que decide pela abertura de um processo de *impeachment* contra uma presidente da República, ou ainda, a prisão de um ex-presidente são eventos que provocam grande repercussão popular; essa ressonância acontece essencialmente por meio da televisão e, mais recentemente, pela internet, embora, certamente, não sejam vividos como seriam caso fossem frutos de uma experiência *in loco*. “No momento em que um evento histórico é posto sob o signo do discurso, ele é sujeito de toda a complexidade das ‘regras’ formais pelas quais a linguagem significa” (HALL, 2003, p. 366).

Como apontado no último tópico, Hall (2003) lançou um novo paradigma aos estudos de recepção quando se propôs a avaliar o processo de comunicação a partir da lógica da codificação e da decodificação, vistas como etapas conflitantes e complementares, sem ponto de partida, com fluxos que superam a lógica unidimensional (*emissor* → *canal* → *receptor*). O autor jamaicano radicado na Inglaterra ancorou-se à Semiologia/Semiótica para tentar demonstrar como as mensagens acabam se tornando complexas e – o principal – *polissêmicas* no campo da recepção, independentemente das expectativas criadas e planejadas pelo emissor. Mais que isso, Hall (2003) defende que as próprias intencionalidades de um emissor acabam por sofrer interferências da esfera da recepção. Segundo ele, a televisão, e a argumentação a partir de agora pretende olhar essencialmente à perspectiva do jornalismo, vende uma percepção de que lida com *índices do real*, ainda que trabalhe com simulacros. O autor faz uso de uma figura de linguagem forte – cujo excerto parcialmente serve como epígrafe desta tese, mas que é

questionada ainda neste tópico – que busca corroborar essa relação entre as ações no mundo real e as representações delas na televisão:

O cão, no filme, pode latir, mas não consegue morder! A realidade existe fora da linguagem, mas é constantemente mediada pela linguagem ou através dela: e o que nós podemos saber e dizer tem de ser produzido no discurso e através dele. O “conhecimento” discursivo é o produto não da transparente representação do “real” na linguagem, mas da articulação da linguagem em condições e relações sociais (HALL, 2003, p. 370, grifo adicionado).

O contexto de produção da frase – e, claro, do texto *Codificação/decodificação* como um todo, publicado no início da década de 1980 – é especial para que se compreendam as motivações de Hall (2003) tentar relativizar os *efeitos* da televisão. Em meio à hegemonia de um paradigma funcionalista-positivista para as pesquisas dos efeitos dos meios de comunicação, o autor buscou demonstrar que as *influências* promovidas pelo meio de comunicação não poderiam ser avaliadas como diretas; a televisão, acima e alheia à proposição de impactos alienantes, seria uma distribuidora de signos; códigos imersos a uma lógica própria da televisão de dramatizar, de provocar tensões, enfim, de criar e recriar cenários e contextos. Isso, sobremaneira, aumentaria as potencialidades de negociação, reinterpretação e reelaboração de sentidos.

É nesse entendimento que a Semiologia/Semiótica contribuiu para que Hall (2003) pudesse provocar discussões a ponto de propor uma nova vertente de estudos para a recepção. O autor defende que os signos – que, por definição, são polissêmicos, isto é, abrem margens para as mais plurais interpretações – disponíveis na televisão são de origem eminentemente icônica; entende-se, ainda que o foco da análise não seja

substanciado pelas lentes da Semiologia/Semiótica, quando se olha para as narrativas criminais, que, no fundo, a lógica dos índices impera. Ao contrário dos *símbolos*, signos cuja distância entre signo e significado é maior, já que são impostos de forma arbitrária, os *ícones*, formas de representação direta entre signo e significado, são capazes de criar uma sensação de representação do real; enquanto que os *índices*, códigos que se destacam pelas consequências de um acontecimento, criam uma sensação de causa e consequência; isto é, de ação. Exemplificando na narrativa jornalística criminal: pode-se dizer que as letras usadas no gerador de caracteres com a frase relativa ao crime ou escudo da Polícia Militar são símbolos. Já um retrato-falado ou uma imagem-flagrante, por exemplo, são ícones, enquanto marcas de tiros na lataria ou na janela de um carro remeteriam a um índice de que uma ação criminal teria ocorrido naquele espaço.

Em qualquer processo de leitura, os signos são consumidos de forma conjunta; ou seja, a separação deve ser entendida como uma questão de organização do pensamento. Dito isso, no âmbito da recepção e das mediações, esses três tipos de signos são complementares e retroalimentáveis (afinal, trabalham justapostos na construção da história), mas na narrativa jornalística criminal há prevalência dos índices, algo que só pode ser construído a partir dos pormenores dos crimes. Essa propriedade pode ser vista quando se observa a relação de uma mãe que chora junto ao corpo de um filho assassinado (*Figura 2 - Mãe chora morte do filho assassinado em Colombo*). Conforme dito, produz uma sensação icônica – o sofrimento e a raiva de uma mãe, lida certamente sem exponencial pluralidade de sentidos no universo das mediações – e, ao mesmo tempo, uma percepção indicial: aquele ato de

sofrimento, aquele *fragmento de realidade*, é uma consequência de uma ação, mostrada não somente pelo sangue – ainda que com o filtro *blur* no corpo da vítima nos braços da mãe – mas pela própria representação icônica dela. Simultaneamente, no gerador de caracteres, a frase *Jovem é baleado e depois é atropelado várias vezes* demonstra também, mas agora por meio de símbolos arbitrários (as letras que formam a frase), uma noção de ação.

Da relação entre codificação/decodificação argumentada por Hall (2003) extrai-se a noção de que há espaços de negociação, reinterpretação e reelaboração de sentidos de acordo com a natureza dos diferentes signos. Os ícones são “particularmente vulneráveis a serem ‘lidos’ como naturais, porque os códigos de percepção visual são amplamente distribuídos e porque esse tipo de signo é menos arbitrário do que um signo linguístico” (HALL, 2003, p. 371-372). Isso acontece porque os ícones são códigos naturalizados – funcionam quase como arquétipos – que demonstram “o grau de familiaridade que se produz quando há um alinhamento fundamental e uma reciprocidade – a consecução de uma equivalência – entre os lados codificador e decodificador de uma troca de significados” (HALL, 2003, p. 371).

Assim, a noção de que a mãe sofre e está revoltada no exemplo supracitado é perpassado, iconicamente, pela ação pormenorizada. O ícone, justamente por possibilitar uma relação direta entre significante e significado, é um espaço menos propício a interpretações polissêmicas, embora haja, necessariamente, discrepâncias nos sentidos produzidos conforme as mediações situacionais, individuais, algo que só foi compreendido com a perspectiva teórica das mediações (MARTÍN-

BARBERO, 2015), mas que justifica, em parte, o caráter estruturante da televisão nas produções de sentidos (MENDONÇA, 2006).

Já no índice há mais brechas para negociação, reinterpretação e reelaboração de sentidos, mas é também o espaço no qual o discurso – e, conseqüentemente, as ideologias do produtor – tem mais potencial para criar resultados desejáveis pelos emissores. Assim, antes que uma mensagem qualquer “possa ter um ‘feito’ (qualquer que seja sua definição), satisfaça uma ‘necessidade’ ou tenha um ‘uso’, deve primeiro ser apropriada como um discurso significado e ser significativamente decodificada” (HALL, 2003, p. 368). Quando se pensam nos processos composição de sentidos nas narrativas jornalísticas criminais e há uma preocupação em vinculá-los aos discursos hegemônicos, a noção de que *o cão apenas late na televisão* precisa ser problematizada. Essa argumentação é trabalhada no capítulo final, quando se propõe uma aproximação entre as estratégias de negociação, reinterpretação e reelaboração de sentidos a partir de visões de mundo do público (5.3. *PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CULTURA DA VIOLÊNCIA*).

Como visto, entre tantos elementos, família, religião, faixa etária, gênero, escolaridade, etnia, estrato socioeconômico e carreira profissional são dimensões que servem de referência à formação identitária do indivíduo. Dessa forma, “os públicos não nascem, mas se formam” (CANCLINI, 2008, p. 17) a partir da confrontação entre essas distintas instituições que interferem cotidianamente nas apropriações dos conteúdos midiáticos/noticiosos. Por isso, não há como afirmar categoricamente que qualquer processo de negociação, reinterpretação e reelaboração de sentidos seja produto exclusivo do caráter alienante da televisão. Há, sim, disputas sociológicas sobre o quanto “a família, a

escola, a mídia, os empreendimentos culturais comerciais e não comerciais [...] são hoje reformulados porque todos esses atores mudaram sua capacidade de aproximar-nos ou distanciar-nos das experiências" (*ibid.*). Há, também, para Hall (2003, 2014), sujeitos cujas individualidades dialogam com o mundo social.

A questão da “estrutura dos discursos em dominância” é um ponto crucial. As diferentes áreas de vida social parecem ser dispostas dentro de domínios discursivos hierarquicamente organizado através de sentidos dominantes ou preferenciais. Acontecimentos novos, polêmicos ou problemáticos que rompem nossas expectativas ou vão contra os “construtos do senso comum”, o conhecimento “dado como certo” das estruturas sociais, devem ser atribuídos ou alocados aos seus respectivos domínios discursivos, antes que “façam sentido” (HALL, 2003, p. 374).

Essas visões de mundo narrativamente significadas no âmbito das mediações propiciam que qualquer interlocutor consiga construir um conjunto de unidades referenciais capaz de tornar a vida circunscrita pela lógica das relações cotidianas. Jacks (1999) vai defender que esses referenciais – por natureza, estruturantes, ordenadores e reconfiguradores das trocas sociais – permitem entender como os grupos de referência produzem sentidos aos conteúdos midiáticos. Os estudos de recepção ganham eminência pelo matiz sociocultural, portanto, quando voltam atenções para *comunidades de referência* específicas como, por exemplo, adolescentes em conflito com a lei (ABDALLA, 2003), estudantes de Ensino Médio prestes a realizarem concurso vestibular (FERNANDES, 2012), produtores rurais (KOLLING, 2006), imigrantes em processo de adaptação (FERNANDES, 2006), ou ainda, uma perspectiva identitária regionalizada (JACKS, 1999). Na presente pesquisa, a comunidade de

referência é formada por pessoas que assistem aos noticiários e que pertencem a uma das três localidades com maiores índices de veiculação de eventos de violência: a Cidade Industrial de Curitiba, maior bairro curitibano em extensão e midiatização de crimes registrados nos dois programas, além dos municípios de Colombo (maior incidência de casos exibidos no *Tribuna da Massa*) e São José dos Pinhais (maior frequência no *Balanço Geral*).

Ao se dispor a compreender essas unidades referenciais, é mais prudente entender a relação entre sujeitos e as implicações dos produtos midiáticos com a realidade local e, não menos importante, avaliar como os públicos se formam e, especialmente, produzem sentidos no cotidiano; essa produção sempre será em confronto com as demais instituições que implicam em visões de mundo do espectador e, não menos importante, com as características singulares desse mesmo indivíduo. Quando se avalia o âmbito das mediações, os sentidos se consolidam a partir da formação de *comunidades de apropriação*, isto é, “os diferentes ‘âmbitos de significação’ através dos quais a mensagem televisiva transita dentro de uma mesma audiência, até que ganhe uma interpretação final, mas supostamente não definitiva” (JACKS, 1999, p. 58).

Do ponto de vista pragmático, um indivíduo pode pertencer a uma comunidade de referência de telespectadores do *Balanço Geral*, mas necessariamente o fato de consumir diariamente esse programa não irá resumir sua identidade – que deve ser sempre avaliada por uma perspectiva não-essencialista. Ao ver um conjunto de notícias, essa mesma pessoa terá possibilidades de confrontá-lo com a própria personalidade e com outras comunidades de referência: as formas como se relaciona no bairro onde mora, a constituição familiar, a igreja a qual

frequente, a carreira profissional que vislumbra ou segue, os produtos culturais que consome, entre outros; terá, portanto, sua identidade construída reiteradamente por *comunidades de apropriação*. Assim, quanto mais comunidades de apropriação essa pessoa pertencer, ou seja, quanto mais rico for o leque de possibilidades de leitura do mundo social, mais os sentidos ganharão ou perderão relevância na esfera das mediações; essa característica garante uma perspectiva enriquecedora da recepção, de modo a torná-la algo maior que o ato de ver televisão, e traz uma característica importante quando se percebe, conforme apresentado no próximo capítulo, que parte hegemônica do dia a dia das pessoas aqui estudadas é estruturada pela programação televisiva.

É a partir do conhecimento dessas comunidades de referência e das de apropriação que se pode conhecer as *comunidades interpretativas*, que só podem ser averiguáveis empiricamente, no âmbito das produções de sentidos. Elas resultam “de uma combinação específica de mediações, constituídas pelas comunidades de apropriação e as de referência, cujas forças legitimadoras, forjadas pelos respectivos âmbitos de significação, definem a produção de sentido” (JACKS, 1999, p. 59).

Na presente pesquisa, as mediações, a partir do princípio de que interessa mais compreender os usos que as pessoas fazem dos conteúdos noticiosos ligados à violência na vida cotidiana, propiciam que haja uma interação, um intercâmbio, entre os processos de produção e recepção, que devem ser vistos como uma construção narrativa, ou seja, como algo que extrapola o texto. Bastos (2008) afirma que apenas no âmbito das mediações é possível encontrar contradições e conflitos. “De um ponto de vista sociológico, os contextos se tornam delimitáveis apenas com a

caracterização da dinâmica comunicacional, que reconfigura e recodifica a ação social” (BASTOS, 2008, p. 87).

Como um dispositivo de biopoder que, ao contrastar a vida insistentemente com a morte, fornece um complexo e denso espaço para o desenvolvimento de processos culturais de mediação, o jornalismo criminal não pode ser visto como um tipo de produção isolada do contexto social do público que o consome. No que concerne às narrativas jornalísticas criminais, os processos de mediação são anteriores e posteriores ao próprio ato de consumo de determinada notícia particular, mas se fundem “com as práticas cotidianas dos receptores” (JACKS, 1999, p. 57). Isto é, cada ação do público “ganha sentido e significado, ou não, através da negociação com os significados propostos pela família, escola, religião, partido político, empresa, etc.” (*ibid.*).

Dito isso, no item que encerra o capítulo explicam-se os critérios para a localização e seleção dos 18 respondentes, moradores de Curitiba, Colombo ou São José dos Pinhais, que participaram do estudo de recepção.

4.4. LOCALIZAÇÃO, SELEÇÃO E ARRANJO DAS ENTREVISTAS

4.4.1. Localização

A intenção deste tópico é identificar e selecionar telespectadores dos dois noticiários nas regiões onde houve maior incidência de delitos veiculados: a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), bairro que concentrou quase 8% de todos os eventos noticiosos em Curitiba pelos dois veículos; Colombo, que reuniu a maior percentagem de crimes mediatizados na

Região Metropolitana pelo *Tribuna da Massa*, com pouco mais de 15% das menções; e São José dos Pinhais, cidade que agrupou quase 20% dos crimes exibidos nas áreas metropolitanas pelo *Balanço Geral*.

A posição geográfica foi o parâmetro estruturante para a triagem dos participantes que compõem a segunda fase da pesquisa. A localização foi realizada inicialmente por meio de um questionário distribuído via *e-mail* e pelas redes sociais a indivíduos que integram o círculo de contatos do pesquisador; houve o pedido para que essas pessoas repassassem o formulário a potenciais espectadores dos noticiários. As fontes, a princípio, seriam selecionadas a partir da maior coincidência possível com os dois perfis de agressores identificados pela análise de conteúdo: o *ladrão curitibano* e o *homicida metropolitano*, ambos jovens, com idade entre 21 e 29 anos, desvinculados do mundo formal da educação e do trabalho, branco ou pardo. Evidentemente, os selecionados, apesar de carregarem parte dessas atribuições físicas e/ou sociais, seriam vinculados aos noticiários estudados apenas porque integram a audiência.

Um grande problema foi criado com essa decisão: o insignificante número de indivíduos que se enquadrava no perfil esboçado na fase de análise de conteúdo. Além da distribuição via e-mail à rede de contato do pesquisador, foram enviadas mensagens (via *Facebook* e *WhatsApp*) às pessoas que interagem com os programas durante as transmissões pela internet, mas a missão, embora tenha sido feita de forma individual com, no mínimo, quinhentas pessoas, não surtiu nem parcialmente os efeitos esperados. Além disso, dos telespectadores que assistiam a pelo menos um dos dois noticiários criminais que preencheram o formulário, 40% eram homens e 45% atendiam o critério faixa etária. No entanto, essas características não necessariamente eram agregadas entre os mesmos

respondentes. A situação tornou-se pior quando se levou em consideração o recorte geográfico: em Colombo, por exemplo, apenas duas pessoas do sexo masculino contribuíram com as respostas, ambas enquadradas na faixa de 19 a 29 anos, mas nenhuma delas se dispôs a ser entrevistada na fase qualitativa. Houve apenas duas respostas originárias de São José dos Pinhais; ambas não se enquadravam à faixa etária requerida. Já na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), como os três potenciais participantes eram do círculo imediato de relacionamento do pesquisador, optou-se pela exclusão sumária.

4.4.2. Seleção e arranjo

O formulário (*APÊNDICE A - Formulário para seleção de entrevistados*) foi produzido no *Google Drive*, ferramenta que viabilizou a distribuição dos questionários, mas que foi insuficiente para localizar indivíduos com o perfil similar ao dos agressores. Dos 18 selecionados para a fase de recepção, apenas dois foram descobertos pelo questionário on-line e mais um foi indicado por uma das respondentes. Os demais foram escolhidos a partir da ida pessoal a campo do pesquisador. Somadas as respostas via internet e os formulários preenchidos presencialmente, foram 131 participantes.

Sobre esse universo, alguns dados merecem destaque: em relação a gênero houve predominância de mulheres (56%); já no que se refere à faixa etária prevalecem jovens de 19 a 29 anos (44%), seguido por adultos entre 30 e 59 anos (43%) e por adolescentes ou idosos (13%). Sobre o acesso formal à educação, a menor parte estudou no máximo até o Ensino Fundamental (14%), seguido pelo Ensino Médio (30%). Mais da metade

dos entrevistados pelo menos iniciou o Ensino Superior (56%). Aqui houve uma divergência nítida daqueles que preencheram o formulário presencialmente: há, entre os selecionados, apenas duas pessoas que ingressaram ou terminaram um curso superior; metade estudou, no máximo, até o final do Ensino Fundamental e o restante, na melhor das hipóteses, concluiu o Ensino Médio, algo potencializado pelo parâmetro geográfico. Se essa diferença sugere que há perfis distintos entre as pessoas que assistem aos noticiários, por outro lado, demonstra o quanto o parâmetro geográfico auxilia na formação de uma comunidade de apropriação.

Voltando a todos os respondentes, um a cada quatro estava desempregado no momento de aplicação do questionário, mesma proporção de pessoas que trabalham registradas com carteira profissional assinada. A outra metade é distribuída entre autônomos, aposentados, pensionistas e donas de casa.

Gaskell (2002, p. 65) destaca que uma investigação de vertente qualitativa pode “desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos”. Para que isso ocorra deve ter como base de planejamento um eficaz tópico guia, capaz de relacionar as questões e problemáticas levantadas durante a fase empírica com os objetivos da pesquisa (*APÊNDICE B - Formulário de entrevista com telespectadores*). Esse tópico só pode ser fundamentado a partir de um arranjo entre “uma leitura crítica da literatura apropriada, um reconhecimento do campo (que pode incluir observações e/ou algumas conversações preliminares com pessoas relevantes), discussões com colegas experientes, e algum pensamento criativo” (GASKELL, 2002, p. 66).

O tópico guia das entrevistas é, segundo o autor, um lembrete dos temas que devem ser discutidos com a linguagem mais próxima possível a do participante e, além disso, um recurso preliminar para a transcrição e organização do material para análise.

O entrevistador deve usar sua imaginação social científica para perceber quando temas considerados importantes e que não poderiam estar presentes em um planejamento ou expectativa anterior, aparecerem na discussão. Isto deve levar à modificação do guia para subsequentes entrevistas. Do mesmo modo, à medida que uma série de entrevistas for acontecendo, alguns tópicos que estavam anteriormente na fase de planejamento, considerados centrais, podem se tornar desinteressantes, até mesmo devido a razões teóricas, ou porque os entrevistados têm pouca coisa ou nada a dizer sobre eles (GASKELL, 2002, p. 61).

Em um cenário ideal, o resultado oriundo da aplicação das técnicas de entrevista constitui uma forma de interação social particular, já que o pesquisador tem autonomia para interferir no processo, tornando a atividade científica menos imutável, ainda que necessite estar ligada a objetivos claros e pré-definidos. “Mais especificamente, [a entrevista] é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 1999, p. 117). Disso resulta, por um lado, o receio de subjetividade no exercício e avaliação dos dados resultantes desse procedimento. Todavia, de acordo com Gil (1999), o método, amplamente utilizado nas Ciências Sociais Aplicadas, tem potencial para ofertar dados e informações sobre vários elementos da vida do entrevistado, aspectos cujas recorrências podem ser classificadas e até mesmo quantificadas.

A disponibilidade e disposição para responder aos questionamentos e a possibilidade de fornecimento de respostas falsas¹⁹⁶ de forma consciente ou inconsciente estão, para Gil (1999), entre as principais limitações da técnica. Além disso, o autor lista mais alguns pontos cruciais que devem ser levados em conta por qualquer pesquisador que necessite utilizar a técnica:

[...] a inadequada compreensão do significado das perguntas; [...] inabilidade ou mesmo incapacidade dos entrevistados para responder adequadamente; [...] a influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado; [...] a influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado; [...] os custos com o treinamento de pessoal e a aplicação das entrevistas (GIL, 1999, p. 118-119).

Já em relação à seleção dos participantes, o autor alerta que a finalidade de qualquer pesquisa qualitativa não é descrever a opinião das pessoas a respeito dos temas tratados no guia ou roteiro de entrevistas, mas sim “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2002, p. 68). Por não ter cunho probabilístico, a pesquisa qualitativa deve se apropriar de experiências que, a princípio, possam parecer singulares a determinado respondente, mas que, no fundo, são partilhadas socialmente. A quantidade é um fator secundário para a composição do *corpus*. Gil (1999) sugere que os estudos qualitativos trabalhem com seis a oito entrevistados. Por se tratar de três regiões distintas, optou-se por selecionar o número mínimo sugerido pelo pesquisador.

¹⁹⁶ Goldenberg (2004, p. 85) complementa esse aspecto ao acrescentar a constituição da imagem que o respondente almeja passar: “Trabalhando com estes instrumentos de pesquisa [entrevista ou questionário] é bom lembrar que lidamos com o que o indivíduo deseja revelar, o que deseja ocultar e a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros”.

Foram 18 horas de áudios decupados que geraram um material com quase 300 páginas, em espaçamento simples, transcritos integralmente (*APÊNDICE C - Entrevistas decupadas*). Em consonância com o princípio defendido por Gaskell (2002, p. 70) de que o pesquisador deve compreender que há uma quantidade finita de “interpelações, ou versões, da realidade”, as entrevistas foram realizadas até que se percebesse, ainda que o critério seja relativamente subjetivo, que os interlocutores passaram a não trazer mais novas perspectivas ao estudo.

As primeiras são cheias de surpresas. As diferenças entre as narrativas são chocantes e, às vezes, ficamos imaginando se há ali algumas semelhanças. Contudo, temas comuns começam a aparecer, e progressivamente sente-se uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno. A certa altura, o pesquisador se dá conta que não aparecerão novas surpresas ou percepções. Neste ponto de saturação do sentido, o pesquisador pode deixar seu tópico guia para conferir sua compreensão, e se a avaliação do fenômeno é corroborada, é um sinal de que é tempo de parar (GASKELL, 2002, p. 70-71).

Dito isso, antes do ingresso às questões abordadas nas entrevistas é feita uma apresentação do perfil dos participantes.

4.4.3. Perfil

Foram selecionadas 18 pessoas: seis moradoras da Cidade Industrial (*E1, E2, E3, E5, E13 e E14*), seis do município de Colombo (*E8, E9, E10, E15, E16 e E17*) e outras seis de São José dos Pinhais (*E4, E6, E7, E11, E12 e E18*). Os encontros aconteceram entre 1º e 24 de setembro de 2018. Foram nove homens (*E1, E3, E5, E6, E9, E11, E12, E14 e E16*) e nove mulheres (*E2, E4, E7, E8, E10, E13, E15, E17 e E18*),

sendo que 13 se autodeclararam brancos, quatro pardos (*E1, E6, E8 e E14*) e um preto (*E18*). Dos entrevistados, três estavam desempregados no período (*E4, E5 e E10*), quatro são aposentados (*E1, E3, E9 e E17*), três pensionistas (*E2, E8 e E15*) e os demais trabalham com carteira profissional registrada ou como autônomo. No quesito econômico, dois afirmam não possuírem renda formal (*E4 e E5*), três recebem até um salário mínimo¹⁹⁷ (*E3, E8 e E16*), mesmo número daqueles que ganham entre um e dois salários mínimos¹⁹⁸ (*E9, E11 e E17*). Os demais recebem entre dois e quatro salários¹⁹⁹ (*E2, E6, E7, E13, E15 e E18*) e entre cinco e oito salários mínimos²⁰⁰ (*E1, E10, E12 e E14*).

Na Cidade Industrial, cinco dos seis participantes assistem exclusiva (*E2, E3 e E5*) ou parcialmente ao *Balanço Geral* (*E1 e E14*), número que cai para três entre aqueles que acompanham os dois (*E1 e E14*) ou exclusivamente o *Tribuna da Massa* (*E13*). Em Colombo, a maior parte vê apenas o *Tribuna da Massa* (*E8, E9, E15 e E16*); dois acompanham também o *Balanço Geral* (*E10 e E17*). Já em São José dos Pinhais, apenas um deles assiste também ao *Tribuna da Massa* (*E6*).

Em relação à distribuição dos bairros, em Colombo e Curitiba foi possível agregar todos os entrevistados em uma mesma região. No primeiro caso, todos são moradores do Jardim Guaraituba, uma das regiões mais midiaticizadas no *Tribuna da Massa* durante o monitoramento. Já em São José dos Pinhais, a seleção foi realizada de forma menos uniforme: os seis entrevistados moram em cinco bairros diferentes do município.

¹⁹⁷ R\$ 954,00.

¹⁹⁸ De R\$ 954,01 a R\$ 1.908,00.

¹⁹⁹ De R\$ 1.908,01 a R\$ 3.816,00.

²⁰⁰ De R\$ 3.816,01 a R\$ 7.632,00.

Sete respondentes afirmam acompanhar os noticiários todos os dias (*E1, E3, E4, E8, E13, E15 e E17*), quatro responderam que, geralmente, perdem os programas, no máximo, uma vez por semana (*E9, E12, E14 e E16*). Seis assistem até três vezes por semana (*E5, E6, E7, E10, E11 e E18*) e apenas um disse ver ocasionalmente (*E2*), isto é, pode passar uma semana inteira sem consumi-lo.

Apesar de os programas transmitirem *lives* pelo *Facebook* dos noticiários ao vivo (o âncora do *Tribuna da Massa*, inclusive, interage com internautas antes e depois do horário de veiculação), os selecionados consomem os produtos exclusivamente pela televisão (quando se leva o universo inteiro de respondentes da fase quantitativa, o que coloca a maioria como com acesso à internet, ainda assim quatro a cada cinco acompanham exclusivamente pela televisão). O nível de engajamento também é alto: apenas dois entrevistados veem até 30 minutos (*E2 e E7*) e três até uma hora (*E4, E11 e E13*), sendo que o último diz que só não assiste durante mais tempo porque o intervalo para o almoço é de apenas uma hora. A fala de *E13* é relevante, já que ela é a única a ver o programa durante o expediente. Além dele, *E16* consome um dia em casa, outro na empresa, por exercer uma jornada na qual trabalha 12 horas e folga 36 horas. Os demais consomem as edições mais de uma hora; mais da metade conta que vê seguramente as edições completas.

Por fim, todos eles afirmaram que almoçam e descansam durante a veiculação. Oito, além dessas atividades, navegam pela internet (*E7, E10, E11, E12, E13, E15, E16 e E18*). Nove dizem que executam também afazeres domésticos, número distribuído uniformemente entre homens (*E1, E6, E11, E12 e E16*) e mulheres (*E10, E15, E17 e E18*); apenas um deles, além almoçar e descansar, estuda (*E7*).

5. ESTIGMATIZAÇÃO, INVISIBILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA

No capítulo final, de cunho teórico-empírico, avalia-se como 18 telespectadores que moram nas três regiões com a maior incidência de crimes midiáticos pelos dois programas na fase de análise de conteúdo negociam, reinterpretem e reelaboram conteúdos criminais. Ladeado pelos conceitos de estigmatização e invisibilidade social, o capítulo é costurado a partir do princípio de que os noticiários são dispositivos de biopoder que, de forma estruturada e estruturante, auxiliam em uma percepção de mundo que sugere *leituras preferenciais* ao público. Leituras de cunho conservador que valorizam, por exemplo, a lógica de militarização da sociedade, justiça pelas próprias mãos, políticas de intolerância e desrespeito à presunção de inocência e inviolabilidade da imagem. Em outras palavras, as estratégias narrativas dos programas, que empregam técnicas que contrastam a vida insistentemente com a morte, valorizam a primeira e são capazes de propor, nos espaços de recepção e mediação, experiências, e também visões de mundo que, vinculadas à vida cotidiana dessas pessoas, funcionam como formas de controle social.

5.1. ESTIGMATIZAÇÃO E PERFIL IDENTITÁRIO

Há uma ilha no oceano onde em 1914 alguns ingleses, franceses e alemães viveram. Nenhum cabo telegráfico alcança a ilha, e o barco a vapor inglês dos correios vem somente uma vez a cada sessenta dias. Em setembro ele ainda não havia chegado, e os habitantes da ilha ainda estavam falando sobre o último jornal, que noticiava sobre o iminente julgamento de Madame Caillaux por

seus disparos contra Gaston Calmete. Foi, portanto, com ansiedade maior do que a usual que a colônia inteira se reuniu da doca em um dia, em meados de setembro, para ouvir do capitão o resultado do veredicto. Eles souberam que há mais de seis semanas aqueles que dentre eles eram ingleses e os que eram franceses estiveram lutando em defesa da santidade dos tratados contra aqueles que dentre eles eram alemães. Por seis estranhas semanas eles haviam agido como amigos, quando de fato eram inimigos (LIPPMANN, 2008, p. 21).

O trecho acima, extraído do livro *Opinião Pública* (1922), escrito por Walter Lippmann, demonstra o dia a dia de moradores de uma ilha isolada durante a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nesta localidade, os hábitos cotidianos se sobrepunham, sem a menor sombra de dúvidas, às informações esporádicas que chegavam aos habitantes por meio dos jornais. É sugestivo pensar que de forma premeditada, Lippmann (2008) se absteve em relatar as implicações da divulgação da atrasada notícia em meio àquela comunidade, já que buscou durante a obra demonstrar o quanto os meios de comunicação interferem de forma estruturante nas relações sociais. É de se supor que os habitantes ingleses e franceses, ainda que as nacionalidades também pertençam a comunidades de referência eminentes, não passaram a atacar e a serem atacados fortuitamente por aqueles que entre eles eram alemães.

Essa presunção ocorre porque eventos noticiosos em quaisquer espaços geográficos – de uma ilha em meio ao Oceano Atlântico, em 1914, a uma comunidade periférica da Cidade Industrial de Curitiba mais de um século depois – são heterogêneos sob o ponto de vista cultural. Há, logo, uma coerência interna entre os moradores dessas regiões que, ao dialogarem com os meios de comunicação, confrontam e aceitam, resistem e cedem, ignoram e são persuadidos no mundo das mediações.

Usando mais uma vez a metáfora de DaMatta (1997), as produções de sentidos se dão mediante as relações estabelecidas dentro de *casa* (seja a ilha perdida no Atlântico ou uma vila na periferia de Curitiba ou Região Metropolitana). As situações vividas dentro dela nem sempre chegam ao conhecimento de toda a *rua* (a Europa em meio à guerra ou a Curitiba para *inglês ver*, em paráfrase ao célebre escritor curitibano Dalton Trevisan), embora isso não impeça que a rua, distante, olhe para aquela realidade sob lentes que também produzem sentidos.

Jacks (1999, p. 70) explica que os espaços socialmente ocupados são heterogêneos, de modo que a delimitação fronteiriça “decorre da relação dialética entre espaço e sociedade e não de fronteiras territoriais estanques”. Há, todavia, regiões que são estigmatizadas com conotações pejorativas, algo que atinge também os moradores desses mesmos locais. No entanto, as produções de sentidos dos moradores desses espaços estigmatizados também são autônomas, já que há o desenvolvimento de identidades que estão vinculadas ao tempo-espaço da vida cotidiana. “A cultura e a cotidianidade antecedem o próprio indivíduo que, ao nascer, se insere em um contexto já configurado e passa a vivenciá-lo como forma de sobrevivência e amadurecimento” (JACKS, 1999, p. 131).

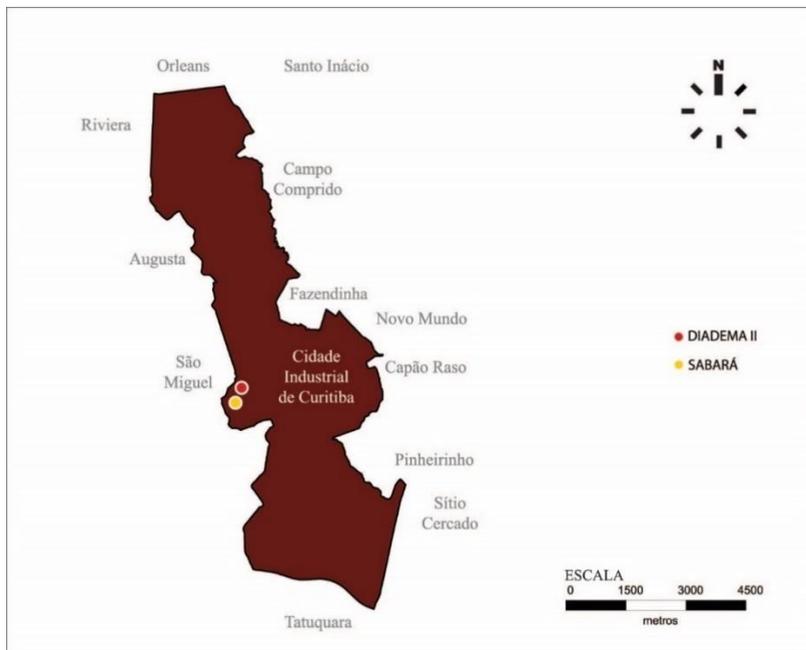
Uma pesquisa de recepção que segue a perspectiva sociocultural deve, portanto, compreender quais as relações do indivíduo com o espaço social onde vive – ou seja, como e por que essas *vidas são tão normais*, para evocar o título deste estudo. Para isso, há o anseio de se descobrir aspectos da história de vida da pessoa, isto é, a forma como ela se vincula ao espaço, seja a casa ou a comunidade, a rua ou a cidade, o mundo do trabalho ou escolar e o campo religioso. A análise se desdobra, a partir de

agora, nessa tentativa, primeiro com a atenção à Cidade Industrial, depois Colombo e, por fim, São José dos Pinhais.

5.1.1. Curitiba: perfil identitário dos entrevistados

Diadema II e Sabará são áreas pertencentes à Cidade Industrial de Curitiba, zona oeste da capital. Estão entre a represa do Passaúna, principal reservatório da região, situada nos bairros São Miguel e Augusta (Figura 8 - CIC: Localização das vilas Diadema II e Sabará) e a rodovia Juscelino Kubitschek (BR-116), pertencente ao Contorno Sul, e que corta transversalmente a CIC passando ao lado das duas vilas.

Figura 8 - CIC: Localização das vilas Diadema II e Sabará



Autor (2018).

A habitação desse espaço ocorreu essencialmente entre os anos 1980 e 1990. Em meados da década de 1990 houve um programa de regularização fundiária promovido pela Companhia de Habitação de Curitiba (Cohab). Na época foram firmados em toda a cidade 60 mil contratos intitulados como *Concessão do Uso do Solo*. Esse tipo de acordo gerou dúvidas jurídicas após a quitação das parcelas (SABARÁ, 2008). Em outras palavras, os moradores se sentiram ludibriados porque imaginavam estar comprando o terreno quando, na verdade, o acordo trazia ambiguidades sobre garantia definitiva das propriedades. Em 2007, com base no *Estatuto das Cidades* (Lei 10.257/2001), a organização *Terra de Diretos* promoveu no local o projeto *Direito e Cidadania*, cuja missão era a de propor uma perspectiva de conscientização da população com a finalidade de ingressar com uma ação judicial de usucapião coletivo contra a Cohab²⁰¹, iniciativa então pioneira no país. Até a redação final desta tese, a ação ainda tramitava.

As moradias populares do Diadema (tanto o Diadema I quanto o Diadema II) e também o próprio complexo de vilas Sabará, vizinho à localidade ao sul, e o Caiuá, vizinho ao norte, substituíram, aos poucos, as diversas chácaras que formavam a região (algumas delas, sobretudo nos bairros São Miguel e Augusta, por estarem em áreas de mananciais, mais próximas à represa do Passaúna, ainda existem). Frutos dessa controversa política de acesso à casa própria, com exceção de um morador (E14), todos os demais consultados se fixaram no local mais ou menos na mesma época, entre a segunda metade da década de 1980 (por meio de ocupações) e a primeira metade dos anos 1990 (já por meio dos contratos

²⁰¹ O autor produziu com Gustavo Panacioni e Murilo Wesolowicz, um documentário que relata o processo de articulação para o ingresso com a ação de usucapião coletivo (SABARÁ, 2008).

de Concessão do Uso do Solo). Todos os entrevistados desta região, com exceção de um (E1), foram trazidos pelos pais ou vieram por decisão própria do interior de municípios menores para Curitiba.

Com exceção de um respondente (E14), todos têm casa própria e demoraram muitos anos para finalizar as obras. Há, por exemplo, quem tenha terminado a obra em 12 anos (E1), 18 anos (E2) e quem ainda afirma não ter concluído (E3 e E5) ou que precisa de reformas estruturais (E13). Com a casa mais humilde entre os participantes da CIC, E3, o carpinteiro aposentado de 67 anos que só tem acesso a dois canais televisivos em casa (Record/RICTV e Globo/RPCTV) e passa o dia dividido entre ver televisão e jogar videogame. Ele, que está no quarto casamento, diz ter vontade de trazer a filha da atual esposa para morar com a família para poder ampliar a casa.

Já outro, um policial militar aposentado, de 60 anos, que fica com o televisor ativo durante todo o dia, afirma que a casa precisa sempre de “um *cheirinho*, aquela *garibada*” (E1). Ele se mudou para a região para fugir do aluguel, em 1993, assim como a vizinha de muro, a segunda entrevistada, uma dona de casa, de 53 anos, viúva e pensionista (E2). Ela, a única de todo o grupo a ter mais apego ao rádio do que à própria televisão, conta que decidiu morar no bairro para deixar de pagar o aluguel. A Cidade Industrial, embora afastada do perímetro central (encontra-se a 16 quilômetros de distância do marco zero de Curitiba), era mais atrativa na época por ter um espaço para ela criar cães. As outras opções disponíveis na época eram lugares ainda mais afastadas.

E5, de 47 anos, cujos vínculos com a televisão estão praticamente restritos ao ato de assistir diariamente ao *Balanço Geral* na hora do almoço, alega que a casa está em reformas regularmente desde 1995. No

período da entrevista, ele trocava o piso de uma garagem para construir uma lanchonete, uma alternativa encontrada para conseguir renda extra enquanto faz o tratamento de hemodiálise – ele espera por um novo transplante de rim 10 anos após ter sido transplantado. Já *E13*, de 58 anos, é a mais antiga moradora entre os respondentes e a única que habita a o lugar desde quando ainda era uma ocupação não regularizada: chegou ao Sabará em 1985. Ela realizou um sonho antigo de comprar um imóvel no litoral, mas disse que precisa trocar toda a cobertura da residência curitibana. É ainda a única entre todo o universo que acompanha todos os dias da semana o *Tribuna da Massa* durante o intervalo do expediente para o almoço. Por último, o vigilante de escolta armada *E14*, de 40 anos, que trabalha, sobretudo, nos finais de semana e feriados, vê os dois noticiários – ainda que prefira o *Tribuna da Massa* – e é o único a garantir que a casa onde mora está pronta e não há o mínimo interesse em ampliá-la ou reformá-la nos próximos anos.

São moradores, portanto, fixados há mais de duas décadas na região (apenas *E14* está há cinco anos), mas que nasceram no interior (*E1* é natural de Curitiba). A maioria viveu o processo de êxodo rural e tem vínculos com a vida no campo, aspecto também hegemônico entre os moradores das outras duas regiões estudadas. O mais velho (*E3*), de 67 anos, mudou-se para Curitiba antes mesmo de completar um ano de idade. O patriarca da família decidiu migrar, ainda na década de 1950, com a intenção de atuar na agricultura, época em que a cidade tinha ainda várias áreas rurais. No período, o pai do entrevistado, por falta de oportunidades de emprego, deixou de cultivar para “trabalhar com lixo” (*E3*). Até o final do século XIX, a cidade não tinha coleta domiciliar e a atividade de enterrar detritos no fundo das casas era relativamente corriqueira. Ao

longo do século XX, com o crescimento da cidade e a falta de planejamento para a destinação de lixo, os resíduos domésticos começaram a ser descartados em chácaras mais distantes:

Você requeria aquele lixo [...]. Quanto mais você pudesse pegar, melhor. E daí no meio daquele mangueirão grande, eles soltavam os porcos pra... mexer aquele lixo. Então no meio daquele lixo ali, tinha muita coisa. Então vinha osso, vinha caco de vidro, vinha roupa, vinha de tudo. Calçado velho, roupa velha, tudo. Então o dono da chácara contratava a pessoa para trabalhar naquele lixo. Meu pai trabalhou muito tempo. Lembro mais ou menos porque era pequeno aquele tempo (E3).

A primeira memória preservada que o entrevistado alega ter da vida é dele acompanhando o pai em meio aos porcos que fuçavam o lixo. Autointitulado como uma criança *bagunceira*, ficou menos de um ano no sistema educacional, embora saiba, segundo ele, “assinar o nome bem”. Diz que foi expulso da escola devido ao mau comportamento: “*Agora não pode expulsar né? Você já pensou? Me expulsaram da aula. Fiquei só um ano. Mas eu... O que eu aprendi lá pra mim tá bom*” (E3, *grifo adicionado*). Essa desvinculação com a educação formal é um aspecto recorrente entre os telespectadores dos noticiários consultados nesta pesquisa e é, conforme apontado na primeira fase, uma estratégia narrativa recorrente nos programas. Como apresentado na primeira parte da pesquisa, não há, nas 180 horas de material analisado, nenhuma vinculação entre educação e violência nas matérias apresentadas pelos noticiários. As escolas são representadas apenas como mais um dos espaços onde os crimes acontecem.

O pai de E2 deixou a agricultura, em Bocaiúva do Sul, hoje um município integrante da Região Metropolitana de Curitiba, para trabalhar

como mestre de obras na capital. Ela, que alegava ser comportadíssima na época em que frequentava a escola e que tinha o sonho de ser professora, estudou apenas até a antiga quarta série do primário. Única mulher entre seis filhos, apenas a caçula foi inibida de ir à escola: “Na época que era pra eu ir pra quinta série, a minha mãe resolveu não me matricular na escola porque ela achava que era longe pra ela ir me buscar e me levar” (E2). Ela só voltaria a estudar já casada, aos 26 anos, quando concluiu o Ensino Médio pelo sistema supletivo.

Também na condição de mulher, E13, a mais velha entre nove irmãos, garante ter tido uma infância “bem chata”, pois se dedicava à agricultura: “Meu pai falava que não precisava estudar, que eu tinha que trabalhar. [...] Sei tocar a carroça, sei arar, sei como planta, como colhe, tudo o que você perguntar pra mim da roça eu sei” (E13). Ela é a única entre os 18 participantes desta pesquisa que nunca frequentou uma escola. Casou-se aos 14 anos, mas a vida mudou seis anos depois, quando já mãe, perdeu o marido, vítima de homicídio. Viu em Curitiba uma oportunidade para recomeçar, esposou-se outra vez e, nas palavras dela, foi trocada por uma menina que viu crescer.

Mais novo entre os entrevistados da Cidade Industrial, com 40 anos, E14 também trabalhou dos sete aos 17 anos na lavoura, mas, ao contrário de E13, tem uma visão nostálgica da vida no interior, especialmente da época em que a mãe era viva: “[Fui] nascido e criado ali, [com] bastante amigos, como se fosse família. Cidade pequena, todo mundo gosta de todo mundo... De dia trabalhava, de noite tava tudo junto, estudando, jogando bola, brincando, nadando no Rio Ivaí, pescando” (E14). Ele terminou o Ensino Médio ainda no interior do estado e se mudou para Curitiba, onde fez um curso técnico de Edificações. O sonho

inicial, porém, era singular entre todos os entrevistados da Cidade Industrial: cursar o Ensino Superior. “Mas... Como você ia fazer [faculdade] sem ter a família, por exemplo, que dependia muito de você... Inclusive depois que eu vim, trabalhei, comprei uma casa em Paranaguá, trouxe a minha família... Tirei toda a minha família da roça” (E14).

Já E5, oriundo do interior do estado e filho de professora, começou a frequentar a escola apenas aos 14 anos. “Trabalhava na roça com o meu pai. *E não tinha tempo pra estudar*, porque naquela época não era tão interessante mandar as crianças pra escola. Interessante era você ter as crianças e mandar pro serviço, mandar trabalhar, *ensinar a viver*” (E5, *grifo adicionado*). Primogênito de uma família formada por quatro irmãos, afirma que foi alfabetizado pela mãe antes de ter acesso formal à educação: “Já sabia ler, já sabia escrever, já sabia fazer contas, já ia vender as galinhas, já sabia fazer as contas” (E5). Em busca de oportunidades, chegou a Curitiba três anos após iniciar os estudos.

Membro intermediário de três gerações de policiais militares da família, E1, um entre oito irmãos, conseguiu estudar regularmente, mas viu como opção mais viável a escolha pela carreira militar. Ingressou via concurso público na corporação da Polícia Militar, em 1983, e permaneceu por lá durante 27 anos, quando se aposentou e passou a ser, nas palavras dele, *viciado* em televisão. Coincidência ou não, ele é o único entre os moradores da Cidade Industrial consultados a ter prestado concurso público e a ter estabilidade financeira durante grande parte da vida profissional, mesmo que confesse ter prestado vários serviços como segurança particular, ato proibido pela corporação.

Todos os demais detêm vínculos informais ou vulneráveis com o mercado de trabalho, estão aposentados ou são pensionistas,

características que, com base na análise das entrevistas, não os impede negociar, reinterpretar e reelaborar sentidos sobre a moral do mundo do trabalho, opiniões consonantes com as construções narrativo-discursivas dos noticiários criminais. Uma delas chegou a se dedicar na adolescência e no início da vida adulta como vendedora, secretária em consultório e também no chão de fábrica de uma empresa na própria Cidade Industrial, mas se tornou dona de casa e, desde a morte do marido, é pensionista (E2); outro exerceu a vida toda a função de carpinteiro, além de outras atividades informais, devido à falta de vagas formais de emprego para pessoas com baixa escolaridade, fato que o fez se aposentar por idade e não por tempo de contribuição (E3); há ainda um mecânico industrial que trabalhou em diversas fábricas sem registro profissional e que devido aos problemas de saúde e à impossibilidade de se aposentar, exerce simultaneamente a função de chaveiro, encanador e comerciante (E5); outra tem uma rotina intensa de laboro como zeladora durante o dia e como lojista no final da tarde e início da noite:

No dia a dia, cinco e meia eu levanto, levanto e já estendo minha cama bem *correndinho*. Coloco uma aguinha para esquentar e fazer um “*nescafezinho*”. Corro para o banheiro, tomo meu *bainho* e já deixo o banheiro limpo. Minha casa deixo tudo organizada. Seis e meia eu saio para trabalhar. O lixo fica na rua, cama fica estendida, a casa fica organizada, vou trabalhar. Chego na empresa, oito horas começo a trabalhar. Trabalho o dia inteiro em um prédio grande, né. Limpo escada, limpo corredor, limpo jardim, calçada, garagem, portaria, salão de festas, faço todo o serviço do prédio. Saio de lá cinco da tarde, chego em casa *correndinho*. A primeira coisa que eu faço é erguer a porta da minha lojinha²⁰². Trabalho até às oito.

²⁰² Quem costuma cuidar da loja é a filha, mas, devido ao final de uma gestação na época da entrevista, ela não trabalhava na loja, motivo que fazia com que a mulher abrisse a loja apenas no fim do dia.

Trabalho na lojinha até às oito e às oito *entro para dentro*. Faço alguma coisa para comer, como, tomo um banho e nem vejo mais nada, durmo (E13).

Finalmente, o último entrevistado faz escolta armada em excursões de ônibus há dois anos com comerciantes que vão comprar produtos em São Paulo, no Paraguai e em outras regiões (E14). Embora não tenha passado por nenhuma situação de perigo, afirma que a rotina profissional é tensa: “Desde quando você pega a viatura, você coloca as armas, né, teu instrumento de trabalho... Você vai pra pista, o ônibus vai na frente, você vai atrás, e ali você não vê a hora de entregar o ônibus pra tirar o peso da sua consciência” (E14). Ele diz que a tensão é sempre grande porque, apesar de os ladrões quererem assaltar o ônibus, a escolta armada é o primeiro alvo. “Eles não vêm [e dizem]: ‘Para o carro que eu vou te assaltar’. Eles vêm pra metralhar a escolta pra pegar os valores, os bens, né? Mas graças a Deus não teve, não teve, né?”. Ele sonha em abrir uma loja de quinquilharias: “É melhor você ganhar um pouquinho menos, mas ficar perto da família, ter um pouco de paz [...]. Porque nesse nosso serviço você vai correr atrás do abismo, né. Você tá mexendo com dinheiro, mexendo com valores, e o bandido fica em cima” (E14).

Quando se avaliam as estratégias narrativas dos noticiários, percebe-se a desvinculação com a educação formal e uma moral muito forte em relação ao mundo do trabalho, como se educação e força produtiva fossem processos, de certa forma, desarticulados. Nos diálogos é possível verificar a incidência desses princípios consonantes com as estratégias discursivas do jornalismo criminal (essa discussão é retomada na última parte da análise, 5.3. *PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CULTURA DA VIOLÊNCIA*).

Para compreender aspectos identitários dos entrevistados e, conseqüentemente, como se formam as visões de mundo dessas pessoas a partir dos hábitos de consumo televisivo e, não menos importante, das relações na vida cotidiana, as atenções são voltadas para a convivência com a vizinhança. Esse elemento é fundamental porque grande parte dos crimes mediatizados são resultado de brigas entre vizinhos ou parentes, isto é, a violência é fruto das relações cotidianas e, ao mesmo tempo, porque no Diadema II e no Sabará os moradores são antigos. Três moram na mesma rua (*E1*, *E2* e *E3*) e se conhecem há mais de duas décadas (*E2*, por exemplo, afirmou ser muito amiga da esposa da *E1*, com quem vai à igreja semanalmente). Aposentados, *E1* e *E3* dizem ter uma relação cordial. Falam sobre futebol – ambos torcem para o mesmo clube – e trocam meia dúzia de palavras quando se encontram na rua.

Em geral, os depoimentos corroboram que as relações entre os vizinhos são boas, ainda que haja praticamente um consenso de que a afinidade com essas pessoas se estabelece do portão de casa para fora (*E1*, *E3*, *E5*, *E13* e *E14*). Questionado sobre o fato de receber os vizinhos, *E1* é enfático: “Não, não. Eu com a minha esposa, aqui [...] não somos de entrar na casa de ninguém. Se alguém vem [aqui] – e olha, é bem selecionado, hein, quem vem dentro da casa da gente. A gente não é de entrar na casa de ninguém não. Somos na nossa aqui: ‘Bom dia’, ‘boa tarde, vizinho’, ‘como é que tá?’” (*E1*).

E3 lembra que a única situação com vizinhos que o incomoda é a de um morador da rua que liga o som alto vez ou outra, atitude que o atrapalha a ver televisão. Essa observação ratifica a importância que o meio de comunicação tem na vida do respondente:

A hora que ele liga o som ali, que ele tá meio com vontade de ligar numa altura meio boa, daí tem que desligar aqui [a TV] porque não dá pra escutar [risos]. Mas eu não vou lá falar [pra baixar o volume] também. [Se] ele quer escutar alto, que escute. Eu tenho minha altura de escutar. Eu ligo ali [a TV] e se vejo que tá meio alto, eu baixo (E3).

E2 conta que alguns vizinhos foram importantes após o falecimento do marido. Ela, que mora sozinha e tem a parte frontal da casa toda fechada com grades, foi a única a afirmar ter tido problemas mais sérios com um morador da rua. De acordo com ela, o homem foi indiciado por maus tratos aos cães. Como ela gosta de animais (preferiu, conforme descrito, morar na Cidade Industrial porque a outra opção era um apartamento, fato que a inibiria a ter animais), o denunciado a ligou à acusação. Ela diz ter sofrido algumas ameaças. “Disse que ia me bater; na outra vez ele me parou lá embaixo e veio pra cima de mim. [...] Depois que ele fez coisas todas, [...] cheguei e conversei com a irmã dele e falei que, se ele fizer uma outra vez, eu vou chamar a polícia” (E2). Na manhã do dia em que foi realizada a entrevista teria ocorrido uma situação de atrito entre eles. O vizinho, acusado de ter envolvimento com o tráfico de drogas pelo policial militar aposentado (E1), duas semanas após o relato, agrediu E2 com pauladas na cabeça. Ela foi hospitalizada e ingressou com uma ação penal contra o agressor.

Morador da mesma quadra, mas em uma rua perpendicular, E5 diz que jamais teve qualquer problema com a vizinhança. Por saber executar diversos trabalhos manuais, ele disse que tem uma relação cordial com o vizinho da frente, proprietário de uma oficina mecânica. E14 afirma que a vizinhança é ótima porque a maioria é formada por “família cristã”. Segundo ele, a rua é “abençoada” e os vizinhos, mesmo que não se

relacionem muito a ponto de entrarem na casa um do outro, se ajudam, inclusive, em questões relacionadas à segurança: “Você sai de casa, o vizinho cuida da sua casa. Quando a gente vê uma coisa suspeita um já fala pro outro, um comenta, a gente olha placa de carro que tá parado, a gente já toma decisões de repente, entendeu? Pra evitar alguma coisa... Chama a polícia” (E14). Já E13, que gozava férias da função de zeladora e estava envolvida na campanha eleitoral de um candidato a deputado estadual na data da entrevista, alega que o convite para ajudar no comitê se deu pela organicidade que ela tem na comunidade. Ela é a única entre os participantes da Cidade Industrial a dizer que a casa está sempre aberta aos vizinhos, que vão muito até a casa dela por conta da loja.

Quando eu chego de tarde, seis horas do meu serviço, eu já chego e minha filha que cuida da loja já faz um garrafão de água e chimarrão. Eu já sento na frente [de casa] assim e daí vai chegando aquele povão da escola que está passando e vai chegando e vão parando. Então, eu não vou muito na casa de ninguém, mas se você quiser andar comigo aqui uma semana, nós entramos em todas as casas, tenho livre acesso em todas as casas (E13).

A circulação pelo bairro tem relação direta com as percepções de pertencimento e de segurança. Questionados sobre isso, os moradores se dividem entre aqueles que consideram o local violento, assim, como toda a cidade (E1, E2 e E13) e aqueles que avaliam a região como segura (E3, E5 e E14). A sensação de segurança ou insegurança não tem relação direta com a presença da polícia. Com exceção de E3 e E14, há queixas sobre a falta de policiamento. E2, a única que mora sozinha, por exemplo, alega estar segura, apesar da falta da polícia, por conta da estrutura da casa. “Acho que eu tô um pouquinho mais segura do que alguns outros [...]. Eu tendo cachorro e uma casa mais fechada, me sinto mais segura. Eu

consigo entrar em casa e saber que, se acontecer alguma coisa, vou ouvir barulho” (E2).

E13 diz ter sofrido com a falta de policiamento na região quando a irmã teve a casa invadida, durante uma festa, por um rapaz que, segundo ela, havia acabado de conseguir fugir da polícia.

Um rapaz roubou um carro e veio para a vila, foram aqui para o Corbélia²⁰³ e eles [policiais] ergueram no tiro. O cara correu e pulou pra dentro do muro da casa da minha cunhada. E o cara tava em cima da casa do vizinho, nós ligamos para a polícia mais de dez vezes; o meu sobrinho teve que pegar a moto e ir lá no módulo da polícia. Ele teve que buscar porque eles não vêm, não vêm sabe por quê? Porque a gente é gente boa (E13).

E14 reconhece que o bairro era estigmatizado como um território violento no passado, mas diz nunca ter presenciado uma cena de violência. Para ele, não há comparação entre a tensão que sente durante o exercício da função de vigilante armado e a vida cotidiana no Sabará. “Você escuta às vezes: ‘Ah, roubaram a casa de alguém’, ‘matou um bandido não sei onde’, mas isso não te interessa, entendeu?” (E14). Ele conta um episódio de reintegração de posse ocorrido em uma vila vizinha ao Sabará. “Esses dias teve uma invasão aí pra dentro, e veio bastante policial, muita moto, achei bonito. A gente trabalha na área da segurança, né? Então pra gente é legal ver isso” (E14).

²⁰³ Em 7 de dezembro de 2018, uma semana após a defesa deste trabalho, um incêndio destruiu quase trezentas casas da comunidade 29 de Março, que faz parte das moradias Corbélia, citada pela entrevistada. A comunidade é vizinha as duas áreas estudadas. Moradores afirmam que o incêndio foi criminoso. Segundo os relatos, dois policiais militares, que aparecem em uma gravação com armas para inibir moradores, teriam ateadado fogo aos barracos em represália à morte de um outro agente da corporação no local, um dia antes do incêndio. O caso ganhou repercussão nacional. (G1 Paraná. *Incêndio destrói vila na Cidade Industrial de Curitiba; bombeiros falam em 300 casas atingidas*. 8 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://goo.gl/EbnuqC>. Acesso: 20 jan. 2019).

Já *E5*, o mais pessimista sobre a juventude do bairro, diz que a falta de policiamento prejudica o andamento das duas escolas próximas à casa dele. Ele acredita que a geração de jovens da localidade foi perdida. “Não querem saber de estudar, não querem aprender, não respeitam as pessoas, não têm amor próprio. São gananciosos, querem só pra si, não sabem dividir” (*E5*). Além do ceticismo, há certa intolerância: “Conheço várias garotas que não têm amor próprio! Elas *ficam* com quatro, cinco piás! De 13 anos, 12 anos já tão namorando! [...]. Se drogam, bebem, se prostituem, tudo com 13 anos!”.

A incredulidade de *E5* é compartilhada por outros integrantes do grupo (*E1* e *E3*). *E2*, *E13* e *E14* avaliam que há jovens bons e maus no bairro, com sobreposição para os ruins. A primeira relaciona o comportamento à educação oriunda do lar; a segunda, à liberdade para que adquiram vícios; e o terceiro estabelece um comparativo entre os sobrinhos, adolescentes com os quais convive, e os demais jovens da região com quem não tem contato. Em relação aos sobrinhos diz: “É trabalho, escola e igreja, só isso [...]. Aqui você passa 1 hora, 2 horas da manhã [e os adolescentes] tão sentados nas esquinas, fumando, passando droga... Isso é complicado. Bebendo...” (*E14*).

E13, o mais velho entre os entrevistados, é o menos cético. Afirma que não pode desacreditar na juventude porque ela será a substituta imediata da geração dele – para *E13*, depreciar esse grupo social seria, portanto, não crer no próprio futuro da sociedade. Apesar das expectativas positivas, *E3* foi o único que conseguiu relatar um caso objetivo de violência ocorrido nas cercanias onde mora:

Esses dias eu saí aqui, daí encontrei um piaçã ali embaixo. De manhã cedo. Era umas sete e meia. De manhã cedo eu saio, dou uma volta na vila e venho embora descansar. O cara ofereceu crack pra mim. Um piá novo. Me deu vontade de falar pra ele: “Se você fosse mais velho, até que eu concordava [com você estar vendendo drogas]”. Mas um piá novo, acho que com uns 16, 17 anos, oferecendo crack pra mim – diz que por deizão. Queria deizão em duas pedras de crack. Só que ele fez isso com a mão [mostrou a mão fechada] e não abriu a mão pra mostrar pra mim o que [é] que tinha na mão. Eu não sei se ele queria que eu chegasse mais perto pra querer me assaltar, eu não sei. [...] Só que banquei o esperto. Eu fiquei longe dele. Eu disse: “Eu tô indo na igreja e quando eu vou na igreja eu não levo dinheiro” (E3).

A religião, ponto citado por *E13* no episódio acima, é fundamental para a compreensão da vida cotidiana e das instituições que são estruturantes nas produções de sentido dos telespectadores dos dois noticiários. Todos acreditam em Deus e, com exceção de *E1* e *E3*, que afirmam ser católicos não-praticantes, frequentam semanalmente a igreja. Além de *E1* e *E3*, dois são católicos atuantes (*E2* e *E13*) e dois evangélicos (*E5* e *E14*). Entre os católicos, há quem questione as contradições no comportamento e na ação de algumas pessoas que frequentam regularmente a igreja (*E1*) ou que afirme categoricamente não gostar de ir a cerimônias religiosas (*E3*) até quem “devolva” semanalmente o dízimo à igreja (*E13*). Há também quem sinta falta quando deixa de ir à missa por entender que a ação virou um hábito importante (*E2*). Já entre os evangélicos, um frequenta a igreja pelo menos duas vezes por semana (*E14*) e o outro deixou de comparecer devido ao tratamento de hemodiálise (*E5*).

Questionados sobre o que fazem nas horas livres e instigados a apontarem algum tipo de atividade voluntária ou ação social, os entrevistados demonstram os motivos pelos quais a televisão é uma instituição eminente em suas vidas. De todos os participantes da Cidade Industrial, apenas *E13*, que hoje diz fazer crochê nas horas vagas, já fez trabalho voluntário ou se envolveu com algum projeto social que supere o alcance da igreja. “Trabalhei quatro anos no Pequeno Cotolengo²⁰⁴ e ajudo até hoje. No primeiro domingo de cada mês, quando eles me chamam, vou lá ajudar” (*E13*).

À noite, quando não está bordando chinelos, *E2* usa o celular enquanto assiste. Ela vincula ações voluntárias e sociais diretamente à igreja e disse que, por conta disso, prefere se afastar desse tipo de ação. É uma das únicas que, antes de a mãe doente passar a morar com ela (algo que ocorreu cerca de dois meses antes da interlocução), frequentava regularmente um parque próximo à residência. Era a principal atividade desempenhada além de ver televisão e ouvir rádio, a grande paixão da respondente.

Devido à rotina como comerciante, chaveiro e encanador e, principalmente, ao tratamento de hemodiálise, *E5* afirma que assiste à televisão apenas no horário do almoço, quando vê o *Balanço Geral*. A grande distração dele – que fica no quarto sem aparelho das 20h00, quando começa a preparar a máquina de hemodiálise, até as 10h00 do dia seguinte, horário de finalização da sessão – é a internet. “O que eu vejo assim..., a minha mulher fica vendo novela. Eu escuto só né. Porque não

²⁰⁴ Instituição filantrópica, fundada em 1965, voltada ao acolhimento e à inserção social de pessoas com deficiência múltipla. Mensalmente, o Pequeno Cotolengo promove um almoço beneficente.

tem TV no quarto; daí eu só fico escutando. Daí, às vezes, eu fico no celular ali... Joguinho, sabe... Jogando [risos]” (E5).

E3 também nunca fez qualquer tipo de trabalho voluntário ou participou de projetos sociais. Alega que quando não está em frente ao televisor, interage com outra tela: o videogame. Quando questionado, convidou o pesquisador para que conhecesse um ambiente ao lado da cozinha, uma espécie de lavanderia, onde ele tem outra televisão, mas dessa vez ligada a um videogame. Uma partida de sinuca havia sido interrompida com a chegada do pesquisador e seria retomada ao término do encontro. “Olha o que eu faço nas minhas horas vagas [risos]. Andar pra rua eu já tô enjoado de andar. Saio aqui [aponta para uma direção], faço a volta ali e volto pra cá. Saio por aqui [aponta para outra direção], vou pra lá, venho por aqui, volto pra cá” (E3).

Na sala da casa, balões de São João chamam a atenção. Segundo E3, esse era um *hobby* que tinha em outros tempos. A presença das forças ostensivas de segurança, no entanto, tema não tratado na entrevista até então, chama a atenção na fala: “A turma solta aí, mas eu... Contra a lei não adianta. Então eu tenho esses daí como réplica que... Esses daí não é de soltura mesmo né? Se a polícia chegar aí, eles não podem levar nem o balão, nem eu, porque isso aí não é de soltar” (E3).

E1 e E14 demonstram não se importarem com qualquer tipo de ação social. O primeiro diz que passa 24 horas por dia em casa.

Minha esposa trabalha [fora] também. [Então,] eu passo roupa, limpo casa, lavo louça... Um doméstico, digamos assim, um doméstico. Eu ajudo a *nega véia*, Ah, a *nega preta lá né?* Se ela tá para um canto, eu ajudo ela aqui [em casa] né..., mas fora disso é televisão. Eu gosto muito de televisão... (E1).

Já o último, que exerce o ofício durante os finais de semana e nas vésperas de feriados, alega não ter tempo. O desejo dele é comprar uma propriedade rural: “Ir pra roça, mexer com a galinha, criar uma galinha, criar um porco... Porque isso aí tá na veia, né? Fomos criados na roça, então hoje você mora na cidade, mas sente muita falta daquilo, entendeu? Daquele amor, daquela coisa de todo mundo reunido...” (E14).

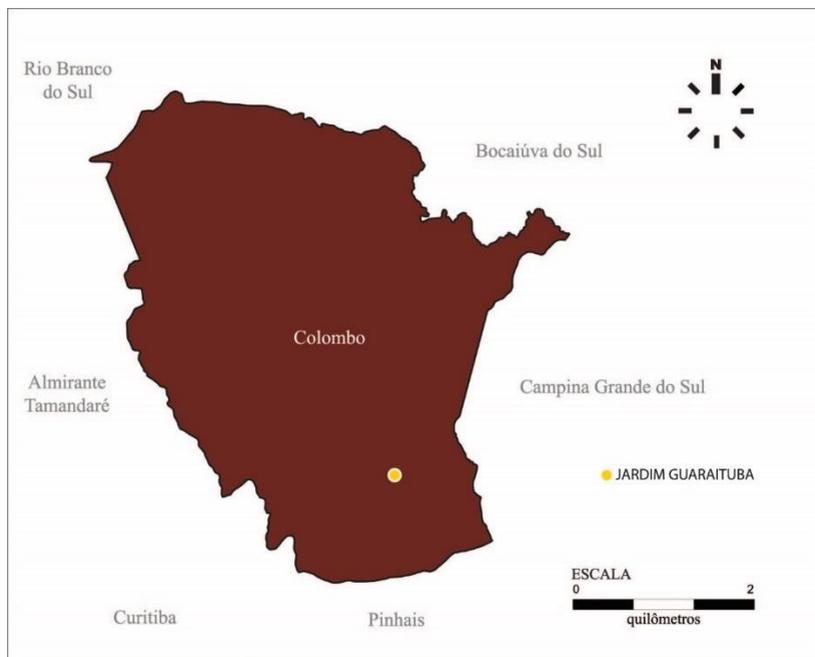
5.1.2. Colombo: perfil identitário dos entrevistados

Colombo, situada ao norte-nordeste de Curitiba, tem uma população estimada de 237,5 mil habitantes, sendo demograficamente a oitava maior cidade do estado e a terceira da Região Metropolitana (BRASIL, 2018b). Com uma população estimada de 237.402 habitantes (mais de 85% ocupando a área urbana do município, formada por 22 dos 42 bairros), Colombo é notoriamente marcada por uma grande densidade demográfica: são, em média, 1.076,72 habitantes por quilômetro quadrado. Em 2017, as 65 mortes violentas ocorridas (PARANÁ, 2018c) geraram uma taxa de 30,52 homicídios para cada 100 mil habitantes, a sexta entre os oito municípios com mais de 50 mil habitantes na Região Metropolitana (São José dos Pinhais ocupa a quinta colocação).

O Jardim Guaraituba (*Figura 9 - Colombo: localização do Jardim Guaraituba*) tem a maior população da cidade e foi escolhido devido aos crimes exibidos no bairro durante o monitoramento. Foram selecionados para a etapa de recepção seis moradores, quatro mulheres (E8, E10, E15 e E17) e dois homens (E9 e E16). No grupo há duas pessoas acima dos 60 anos (E9 e E17), duas entre 50 e 59 anos (E8 e E15), uma entre 40 e 49 anos (E10) e uma entre 19 e 29 anos (E16). O último, aliás, é o homem

mais novo a ser entrevistado entre todos os 18 respondentes, com 22 anos. Entre os participantes de Colombo, apenas *E16* não migrou do interior e, consequentemente, é o único a nunca ter trabalhado no campo.

Figura 9 - Colombo: localização do Jardim Guaraituba



Autor (2018).

Todos se autodeclaram brancos, com exceção de *E8* que se classifica como parda. Quatro são católicos (*E8*²⁰⁵, *E10*, *E15* e *E17*) e dois evangélicos (*E9* e *E16*). Os entrevistados de Colombo são os que mais se enquadram no perfil de aposentados (*E9* e *E17*), pensionistas (*E8* e *E15*) e desempregados (*E10*). Apenas um está empregado com carteira

²⁰⁵ A participante afirma que frequenta também a Igreja Mundial, mas se autodeclara católica.

profissional registrada, ainda que em período de experiência (*E16*). Além disso, é o grupo que menos teve acesso à educação formal: dos seis respondentes, o com maior formação apenas concluiu o Ensino Médio via sistema supletivo (*E17*). Consequentemente, o grupo também é o com menor renda média: duas famílias vivem com até um salário mínimo (*E8* e *E16*) e duas com até dois salários mínimos (*E9* e *E17*). Ainda assim, quatro entrevistados têm casa própria (*E8*, *E9*, *E10* e *E17*), um vive de aluguel (*E15*) e, finalmente, um ocupa há três anos uma casa que estava abandonada e que, nas palavras dele, era um *mocó*, isto é, um local onde usuários de drogas se reuniam usar os entorpecentes (*E16*).

O grupo é ainda, na média, o que forma a audiência mais engajada: com exceção de uma pessoa que consome o programa, no mínimo, três vezes por semana, todos os participantes veem diariamente. Com exceção de *E16*, que acompanha entre duas a três vezes por semana integralmente e no complemento da semana uma hora devido ao regime de trabalho, todos disseram ver as edições completas. Todos almoçam e descansam durante a exibição. *E8* e *E9* apenas fazem isso, respectivamente, porque a primeira é cadeirante e o segundo alega não aceitar fazer tarefas domésticas. Três têm como hábito navegar na internet enquanto assistem (*E10*, *E15* e *E16*).

E8, de 51 anos, é cadeirante há pouco mais de uma década. Não sabia em quem iria votar nas eleições de 2018 porque ninguém havia, segundo ela, levado um *papelzinho* para que *escolhesse* o candidato. Apelidada pela vizinhança de *Banda B*, devido ao fato de estar, nas próprias palavras, sempre atenta à movimentação da comunidade e de a cadeira de rodas, na época da entrevista já deteriorada pelo uso, carregar a identidade visual da emissora popular de rádio e do portal de notícias

com o mesmo nome. “Eu fico aqui só observando. Aqui eu sei quem presta, quem não presta, sabia? Nome por nome” (E8).

Fruto de um matrimônio que resultou em 16 filhos, casou-se pela primeira vez aos 13 anos com um homem que, nas palavras dela, tinha “três vezes a minha idade” (E8). Na matemática, a diferença é maior do que na expressão usada mais de uma vez durante o diálogo: na época da união, o homem, que havia sido expedicionário na Segunda Guerra Mundial, tinha 58 anos quando saiu fugido com ela do interior para a região de Curitiba. Ele a retirou do trabalho na agricultura e o casal ficou junto durante 19 anos, período em que tiveram uma filha. “O meu pai não aceitava, ele era muito velho. Mas vivi bem com o velho até ele se acidentar” (E8). Após ele ter sido fatalmente vítima do trânsito, ela se tornou pensionista e mora no bairro há, pelo menos, oito anos. Para não perder o benefício da pensão, informalmente mora com outro homem, um reciclador que anda pelas ruas do lugarejo acompanhado por uma matilha com 12 cães. “Arrumei um doido aí pra me ajudar, o *Negão*. Ele falou que é o homem mais lindo do Jardim Guaraituba, mas é feio que é uma praga. Sabe o Chupa-Cabra? É mais bonito que ele [risos]” (E8).

Atualmente, é mãe de cinco filhos (um deles morreu em um acidente de moto, caso repercutido no *Tribuna da Massa*, retomado adiante) e oito netos. Uma das filhas, com 24 anos, está grávida pela quinta vez. Cada filho é sucedido de um relacionamento diferente: “Eu crio os netos. Ela só faz os netos e traz pra mim” (E8). Assiste ao programa todos os dias integralmente e afirma “amar” Eleandro Passaia. Durante a conversa, demonstrou mais de uma vez acreditar que o pesquisador seria uma ponte para que ela conhecesse o âncora do *Tribuna da Massa*, apesar das constantes negativas.

E15 também migrou do interior junto com o marido, onde chegou a trabalhar na agricultura, mas por motivos bem distintos de *E8*. Era casada e fixada no campo há 20 anos quando o cônjuge foi diagnosticado com câncer no pulmão. Mudou no final de 2003 para a região de Curitiba para acompanhar o tratamento e não retornou após o marido, na época com 50 anos, não resistir à doença que o atingiu de maneira fulminante (morreu já início de 2004). Mãe de três filhos, decidiu nunca mais se casar. Com acesso precário à educação formal – estudou apenas até o antigo primário –, ela acabou se tornando pensionista após a morte do marido e aumenta a renda como costureira. Garante nunca ter tido sonho com outra coisa. Quando jovem, “não fazia muito plano pro futuro não. Deixava ir acontecendo pra ver o quê..., mas daí trabalhava!” (*E15*).

Abandonada pela mãe aos cinco anos, *E10* só tem como lembrança os problemas com álcool vividos pela figura materna antes de partir sem os três filhos pequenos. “Eu só lembro que ela bebia muito, muito, muito mesmo e um dia ela abandonou todos nós. Foi embora e largou nós lá. [Ela] tinha eu com 5 [anos], meu irmão com 3 [anos] e a minha irmã com 1 ano e meio”. Dos cinco aos 10 anos permaneceu no interior, mas foi morar com os avós; foi neste período que chegou a ser agricultora. Pôde morar com o pai aos 10 anos, quando ele teve outra esposa. “Não foi uma infância boa, meu pai arrumou outra esposa e ela não gostava muito da gente” (*E10*). Estudou até a antiga quinta série (atual 6º ano). Rebelde, na adolescência começou a namorar com um rapaz que, segundo ela, tinha problemas com drogas. O pai não aprovou. “Ele me deu uma surra, ele me deu um soco... Eu fiquei meia hora desacordada... Até hoje ele pede perdão pra mim. Sabe o que é você cair na cama desacordada e esguichar sangue do nariz?” (*E10*).

Conheceu a pessoa com quem é casada há 28 anos quando estava grávida de oito meses. Devido aos problemas com a madrasta na infância, conta que avisou o rapaz que a maternidade seria prioridade. Chegou ao ponto de afirmar que não abandonaria a criança de jeito nenhum. Ele assumiu a paternidade, fato revelado ao filho mais de duas décadas depois. Engravidou mais duas vezes e enfrentou durante alguns anos um sério problema de depressão. Alega ter melhorado após ter arrumado um emprego como caixa de supermercado, função que acumulou com a de diarista durante oito anos e que a ajuda a argumentar, conforme a discussão seguinte, sobre a moral do mundo do trabalho. “Tive problema de tendinite e bursite, porque eu trabalhava nas câmaras frias. Fiquei oito meses afastada, durante esses oito meses, não recebi um centavo do INSS” (E10).

Se as três últimas entrevistadas dizem ter encontrado parceiros com quem foram felizes e/ou bem cuidadas, E17 não teve a mesma sorte. Nascida no interior do Rio Grande do Sul, viveu parte da infância e adolescência em uma região provinciana de Santa Catarina, onde trabalhou na agricultura com o pai, um dos colonizadores do lugar. Lá, conheceu o homem com quem foi casada por seis anos. Foi vítima de violência doméstica e sofreu para se divorciar do marido em um vilarejo conservador. “Lugar pequeno, eu fui a primeira da família a ter separação. Então foi um escândalo. Ninguém aceitava. Então, era, inclusive, proibido mulher separada entrar na igreja na época. Não podia nem entrar na igreja lá” (E17). O conservadorismo era tão forte que os próprios pais eram coniventes com as agressões para evitar o divórcio:

A minha família não aceitava [a separação]! Que os meus irmãos eram tudo mais novos e a mãe e o pai, tipo assim, era aquela cabeça: “Você escolheu ele, agora você tem que aguentar”. E eu não queria aguentar, eu não quis aguentar. Sabe quando chega uma época da vida que você fala: “Eu tenho que dar um jeito na minha vida”. E outra que ele ficou lá, por exemplo, ele me batia, me agredia, mas não queria me largar. Então, tipo assim, eu era obrigada a obedecer. Então pra poder sair de perto dele, eu tive que sumir (E17).

Ela se mudou para o interior do Paraná, aos 23 anos e, cerca de dois anos depois, migrou para Curitiba, onde descobriu que o fato de ter apenas estudado até o antigo primário não faria com que ela tivesse uma vida fácil. Fez supletivo para completar os ensinos Fundamental e Médio e, em seguida, um curso de técnico em Contabilidade, fato que a tornou, entre os participantes da cidade, a pessoa que mais estudou.

Entre os homens, E9 também trabalhou como agricultor durante a infância e parte da adolescência. Casado há 39 anos, tem dois filhos, um deles adotivo. Aposentado desde 1998, seguiu com a carreira de caminhoneiro até 2005, quando completou 32 anos de estrada. “No meu tempo, *se você soubesse trabalhar*, era suficiente” (E9, *grifo adicionado*). Evangélico, é o único entre os entrevistados a fazer ações voluntárias na igreja. De modo similar a E15, nunca teve sonhos. Relaciona isso ao fato de ser do interior, gente simples. “Não é que nem hoje que a criança já nasce sabendo e querendo saber as coisas. Mas a gente, que eu me lembre assim, não tinha [sonhos]. Deixei a vida rolar e fui pegando chance né, aproveitando, nunca deixei de aproveitar chance” (E9).

Por fim, E16 é o único nascido em Colombo. Ao contrário de E9, tinha e tem o sonho de ser bombeiro, porque diz que é uma profissão nobre à medida que “ajuda o próximo, salva vidas, essas coisas né” (E16).

No entanto, o contexto sugere que ele tenha dificuldades para a realização desses sonhos: aos 22 anos, é casado desde 2013 com uma menina dois anos mais nova, tem dois filhos e estava empregado formalmente com carteira registrada fazia um mês na época da entrevista. “Quero voltar a estudar, terminar os meus estudos... Ir pra faculdade e tentar se profissionalizar nisso aí [bombeiro]..., Mas a gente tem que escolher com aquilo que Deus permite pra gente no momento, não querer dar o pulo maior que o passo” (E16).

Ele havia faltado o emprego na data do encontro devido ao fato de o avô ter sido fatalmente atropelado no dia anterior, caso midiático pela imprensa local. Estudou até a sétima série, quando foi expulso. Sofria *bullying* por ser estrábico e estava abalado pela morte do primo, também vitimado no trânsito, com quem cresceu e mantinha amizade.

Eles ficavam me chamando de vesgo. Como eu não gostava, eles começaram a me chamar de galo vesgo porque eu ficava bravo. Aí todo dia eles ficavam “Ó, olha lá, chegou o galo vesgo”. Aí eu ficava isolado no meu canto, né? Aí eu fui levando, fui levando... Aí na segunda semana eu já não estava mais aguentando. Um dia estava dentro da sala da aula, aí o professor pegou e falou que era pra eu ficar olhando pra ele e não para o lado... Só que quando a gente tem estrabismo um olho da gente fica parado e o outro fica meio para o lado... Daí todo mundo caiu na risada, até o professor... Aquilo subiu o meu sangue, eu fiquei bravo, levantei, bati na cadeira, chutei a cadeira... Aí o professor veio falar comigo e eu joguei todas as coisas em cima dele... Alguns vieram pra me segurar, mas eu acabei me revoltando, comecei a chutar todo mundo (E16).

Desde então, nunca mais foi à escola. Durante toda a adolescência foi muito briguento. Só mudou quando percebeu que as pessoas estavam

cada vez mais afastadas dele. Hoje, afirma que pertence de fato ao bairro onde mora. Não almeja morar em outro lugar. Não paga aluguel porque ocupou uma casa até então abandonada. “Os caras entravam aí dentro, começavam a fazer sujeira, aí eu peguei pra cuidar, né? O dono viu e permitiu” (E16). Ele, que apenas procura pintar a casa anualmente, tem o sonho de fechar um negócio com o proprietário para ficar definitivamente no imóvel. “Se eu ficar aqui e a gente entrar em um acordo, vou mexer sim. [...] Eu quero subir a casa” (E16). Sentimento parecido tem E15, que é locatária há seis anos da mesma casa no Jardim Guaraituba e paga R\$ 400 mensais de aluguel. Aos 57 anos, ela diz que, ao mesmo tempo em que sonha em comprar uma casa própria, não tem desejo de mexer nada na propriedade alugada.

Os demais são todos proprietários dos imóveis, apesar de a região onde E8 morar não ser, de fato, regularizada, por estar às margens de um riacho. Ela, que não pretende sair da “favela” (E8), divide o terreno com uma das filhas, com quem tem uma relação conturbada: “Deixei a minha menina fazer uma casinha aí porque [ela] não tem onde morar. Porque ela só faz filho. Ela pega homem e só faz filho e traz pra mim, traz pra mim [há um princípio de discussão entre ambas por conta do comentário]” (E8). Sonha ampliar a casa devido às crianças e, especialmente, construir um quarto às margens do rio que passa nos fundos da casa. Mais uma vez provocando a filha e/ou acreditando no fato de que o pesquisador fazia parte da produção do *Tribuna da Massa* – e que, possivelmente, participaria de um dos quadros do programa –, E8 diz que a casa da garota está tomada por ratos: “Ela tem vergonha! A neturada tá tudo morando lá no meio, tá caindo a casa em cima. Eu precisava de madeira, filho, pra aumentar” (E8).

E9 também dá guarida aos dois filhos, todos já casados, no mesmo terreno onde mora. Assim como *E8*, ele não tem intenção de se mudar, pois diversos familiares da esposa moram na vizinhança. Para deixar a filha em situação mais confortável, deixou a casa de alvenaria que morava para habitar uma de madeira no mesmo terreno. “Quero desmanchar essa de madeira e montar uma de material né, mais sossegado” (*E9*).

Moradora do bairro há 19 anos, *E10* se mudou para o Jardim Guaraituba para deixar de pagar aluguel. Conta ser o sonho do marido, que trabalhava no período como motorista do aplicativo *Uber*, ganhar na loteria e comprar um sítio, mas, caso o imponderável não entre em cena, o casal não tem intenção de se mudar do imóvel. Ela, que afirma que um grupo de amigos auxiliou gratuitamente em parte da obra da casa, diz que a região e o imóvel mudaram muito desde quando chegaram:

Quando viemos pra cá essa frente era um valetão. E a pessoa de quem nós compramos [o terreno], a pessoa também bebia muito. Então era um valetão e ele fez tipo uma pinguela. Era só uma madeirinha. O homem [antigo proprietário] era casado, ficou sozinho – não é que todos são, tem homem que é mais caprichoso que mulher, mas esse não. Menino do céu! Aquele banheiro ali... Quando eu entrei, olhei pra ele [o marido] e falei assim: “Não vou morar aqui não. Olha a cor do banheiro!”. O banheiro não tinha cor. Imaginou? Não tinha azulejo, piso bruto... Imagina, derramando água ali, imagina a situação que fica? Aí ele falou assim: “Não, nós vamos dar um jeito”. Depois de muito tempo morando aqui, nós fomos azulejando aqui dentro. Mas era terrível quando nós viemos morar aqui, Meu Deus do céu. Eu olhava pra ele [o marido] e falava: “Meu Deus do céu, morava lá em Pinhais, tudo bem arrumadinho, saí de lá pra vir morar aqui?”. Olha, eu chorava (*E10*).

A fuga do aluguel também foi o motivo que *E17* se mudou para o Jardim Guaraituba, há 23 anos. Ela é a única entre todo o universo de entrevistados desta pesquisa a ter um imóvel para alugar. A sugestão para investir em um terreno na região veio de um casal de amigos.

Na época aqui não tinha nem luz, nem água, pra você ter ideia. Quando essa minha amiga veio morar aqui, eles ficaram dois anos morando nessa rua, sem luz e tirando água de poço. E as ruas aqui, tirando aquela lá em cima do colégio, que passava [ônibus]... Entrava um ônibus ali de manhã e outro de tarde só. Nas outras ruas só passava a pé e de cavalo, carroça. Era tudo mato aqui (*E17*).

Ela, que poupava todo o dinheiro excedente do aluguel e das contas mensais para investir na casa, diz que demorou três anos para construir a base do imóvel, a ponto de poder habitá-lo. “Quando vim morar aqui tava na laje, tava no tijolo. Só foi rebocado o quarto pra eu entrar [e] morar. Por dentro tava tudo no tijolo assim, tudo bruto” (*E17*). Destaca ainda que a amizade que construiu com o pedreiro responsável pela obra foi de grande valia para que a casa fosse concluída em um rápido tempo comparado às demais obras citas neste texto. Ela não tem intenção alguma de fazer obras na casa, pois pretende voltar a morar no interior, mais próximo ao filho.

Com exceção de *E8*, que assume ter problemas com uma vizinha, e *E16*, que tinha desentendimentos quando criança, os participantes reiteram que a relação com os moradores do entorno é boa. Na média, o grupo de Colombo é propício a receber visitas de pessoas das imediações. *E10*, por exemplo, diz que tem uma relação mais próxima com dois vizinhos, com quem a família, antes de a situação econômica ficar “feia para todo mundo” (*E10*), costumava confraternizar.

Esses tempos a gente tava conversando que precisamos voltar a ter aquela amizade que a gente tinha, que a gente um pouco se afastou, mas a coisa não está fácil pra todo mundo. Hoje em dia pra você fazer uma festa na sua casa, você tem que dividir com os seus amigos. Antes não... Antes eu, ele [o marido]..., nós fazíamos assim... Tinha uma época que a gente fazia bacalhau aqui em casa. Sem mentira nenhuma, eu tinha um caldeirão que era dessa altura assim oh [abre os braços]. Eu fiz cheio, nós almoçamos todo mundo, na semana santa. E os vizinhos, cada um ainda levou um pouco pra casa. Hoje em dia a gente não pode mais fazer isso porque as coisas estão muito caras (E10).

E15 também só tem elogios aos moradores próximos. Como ela é costureira, recebe muitas pessoas em casa. Destaca que sempre ganha presentes dos vizinhos: “Televisão! Eu ganhei aquela estante”. Conta que é comum recebê-los, inclusive, para situações que extrapolam o ambiente de trabalho. “Esses tempos eu tava mal, com problema de vesícula. E eles vêm no portão saber como que eu tô. Eles vêm aqui, entram, tomam café. São muito bons meus vizinhos” (E10).

E17, conforme já dito, decidiu morar no Jardim Guaraituba após ser convencida por um casal de amigos que vivia na região. Ela, que é a única a morar sozinha entre os entrevistados de Colombo, tem laços com alguns vizinhos a ponto de visitar e ser visitada cotidianamente por eles. Durante a conversa, inclusive, recebeu a inquilina. “Hoje é aniversário dela. Já comemos bolo agora de tarde. Ela trabalha um domingo sim, um domingo não. O domingo que ela não trabalha, que ela tá de folga, a gente almoça junto, ou fazemos almoço, assamos uma carinhinha ali atrás” (E17). Além disso, destaca a relação com alguns residentes, inclusive com convites para aniversários, casamentos.

Entre os menos receptivos, *E9*, não obstante tenha destacado o número de familiares que moram nas cercanias, admite que recebe apenas parentes, ainda que com rara frequência. “Eu tenho do meu lado aqui a minha cunhada, que é irmã da minha mulher né. Desse lado aqui é meu irmão, lá no fundo é outro meu cunhado. É na verdade eu tô no meio de toda *familiagem* né” (*E9*). Já *E16* tinha conflitos com os vizinhos, sobretudo, em parte da adolescência devido às molecagens. “Ah, tipo jogar bombinha, pedra no telhado na casa dos outros... Coisa de moleque, sabe? Fazia as necessidades em uma sacolinha, amarrava, amarrava a bombinha, jogava na porta, batia palma... Tava feita a...” (*E9*). Ele afirma que, exceto uma vizinha, amiga da esposa e uma das responsáveis por eles conseguirem a cessão da casa, eles não recebem mais ninguém.

Por fim, *E8* foi a única a declarar que possui uma espécie de rivalidade com outra moradora da rua. Apesar de defender que mantém vínculos cordiais com as pessoas das redondezas, ela apontava durante a entrevista – que ocorreu em frente à casa – categórica e explicitamente os vizinhos que julgava idôneos e também aqueles que avaliava como desprezíveis. “Tem o [apelido], mas o [apelido] não adianta falar com ele porque ele tá bêbado direto. E essas dali que tão subindo [a rua] é *nóia*” (*E8*). Reconhece que mal cumprimenta a mulher com quem já discutiu: “Tem um vizinho que eu não gosto e que eu apelidei a mulher dele de *leitoeira inchada* – porque é gorda! Porque ela me chamou de cadeirante né, daí então eu apelidei de *leitoeira inchada*. Balas trocadas não dói né?” (*E8*).

Ela se sente segura no Jardim Guaraituba, opinião compartilhada por todos os participantes. Esse entendimento deve ser confrontado com a metáfora da casa e da rua (DAMATTA, 1997). Dito de outra maneira, os respondentes se sentem confortáveis dentro do ambiente familiar e

ignoram por completo setores do bairro que, por ventura, ofereçam riscos (a exceção é *E15* que, mesmo se sentindo segura, diz que muitas mortes violentas são registradas na região). Segundo *E8*, o segredo para não ter problemas de insegurança é cuidar da própria vida; *E9*, de certa forma, partilha da visão ao dizer que não há necessidade de se envolver, nas palavras dele, com os *vagabundos*, que ajudam na proteção do local. Por ter conhecido vários municípios quando era caminhoneiro, diz que não trocaria Colombo por outro lugar.

Só que no caso, às vezes, eu falava assim: “Eu moro no Jardim Guaraituba”, que é a região aqui, *a mais falada né*. Me falaram: “Você é louco de morar num lugar desse, lá tem desmanche, lá tem bandido”. Eu dizia: “Nunca vi, nem sei”. Nem sei de desmanche, não sei de nada. Eu moro aqui e não sei. Como diz: “O vagabundo, ele não rouba no teu lugar, ele rouba em outro lugar”. E tem lugar que ele é apoiado, ele é seguro. Por exemplo: se tem um vagabundo na rua aqui, ele não deixa o outro *vim* e não deixa roubar aqui também. Então se torna uma vila boa de se morar (*E9*, *grifo adicionado*).

E10 também cita como o bairro é estigmatizado, mas tem conhecimento sobre casos de violência narrados por vizinhos. De acordo com o depoimento, após um homicídio, populares teriam roubado os pertences da vítima. “A pessoa caída no meio do asfalto e a pessoa tem coragem de fazer uma limpa na pessoa? Ah, é pra acabar, né? Eu não cheguei a ver – *você viu que nós aqui somos tudo fechado* – e a gente só sabe o que os vizinhos contam pra gente” (*E10*, *grifo adicionado*).

E15 é a única a avaliar que o lugarejo é violento porque há muitas mortes provocadas pelo tráfico de drogas. Ela integra o grupo dos que, apesar da percepção de segurança, consideram a região pouco policiada (*E9*, *E10*, *E15* e *E16*). As reclamações são referentes, sobretudo, à demora

para o atendimento de ocorrência. *E10*, por exemplo, diz que as ações violentas cometidas pelas *pessoas de bem* têm prioridade:

A gente vê o pessoal reclamando que chama e [só] depois de duas três horas que a polícia aparece [...]. *Eles não vêm porque é o ladrão que entra na casa, agora vai ver se alguém aqui matar o ladrão, se eles não aparecem rapidinho.* Porque eu já ouvi essa história do ladrão entrar em casa, fazer um arregaçó e depois de umas quatro horas a polícia aparecer. De repente, o dono da casa fala: “Ah, matei o ladrão”. Aí depois de meia hora a polícia tá ali. E por que a polícia aparece pra gente, mas não aparece para o ladrão? (*E10*, grifo adicionado).

Outra parte reitera que a localidade é bem policiada (*E8* e *E17*). *E8* entende que o policiamento não é exatamente para ela, mas para combater o tráfico de drogas. “Porque aí tudo quanto é favela você sabe que rola? Então, sempre eles [policiais] tão passando pra ver se tem alguma coisa errada” (*E8*). Diz que o aumento do patrulhamento ocorre por conta dos habitantes mais recentes do bairro, especialmente os jovens. “Os mais novos que entraram agora na vila aí, piá, não prestam. Fumam maconha, não respeitam a frente da casa dos outros” (*E8*).

E10 diz que, embora seja respeitada por aqueles que vivem em um ponto de tráfico de drogas na rua da casa dela, sente medo que o filho seja influenciado. “Não só o [filho] da gente, mas os dos nossos amigos também. A gente vê muita coisa ali: rapaz que podia estar trabalhando... [...] Eles nunca fizeram nada, mas a gente fica com medo porque esses adolescentes de hoje em dia têm a mente muito fraca” (*E10*). Já *E16*, o único dos entrevistados que pertence à juventude, diz que a maioria dos amigos se perdeu. Ainda que avalie que haja jovens com bastante potencial de futuro na região, diz que a impressão é de pessimismo. Ele,

que deixou de estudar antes de concluir o Ensino Fundamental, faz um mea-culpa: “Se eu tivesse esse mesmo pensamento que eu tenho hoje com 16 anos, hoje em dia eu poderia ter meu carro, podia ter minha carteira [de motorista], podia ter minha casa” (E16).

Quanto aos demais, E9 preferiu não opinar sobre o tema pelo fato de não conviver nos mesmos espaços que os jovens. E17 é cético, e relaciona o problema da faixa etária com a falta de espaços públicos para esporte, cultura e lazer. Por fim, E15 vincula a má impressão dessa categoria à moral do trabalho: “A gente trabalhava desde pequeno e nunca morreu. Agora não pode dar serviço pro menor. Mas daí o menor fazendo arte na rua pode” (E15, grifo adicionado).

A relação com a atividade profissional, conforme visto pela última frase, também é um elemento identitário relevante para entender como os telespectadores negociam, reinterpretam e reelaboram sentidos aos conteúdos noticiosos ligados ao binômio segurança/violência. Entre os aposentados, E17 exerceu durante uma década a função de doméstica. Em seguida, atuou pelo mesmo período em uma fábrica de confecções e, já aposentada, exerceu por 15 anos a função de babá, quando cuidou de três crianças. Hoje ela não tem a menor intenção de voltar a trabalhar. Ocupa o tempo da seguinte forma: “Faço academia todo dia, faço crochê, faço tapete pra vender, jogo de banheiro. Gosto muito de ler, de ver televisão... E a internet rouba metade do tempo do dia da gente” (E17).

Já o caminhoneiro aposentado E9 teve 32 anos de vida na estrada e é o que mais se dedicou a uma única profissão entre todo o grupo, seguido de perto por E15, que exerce o ofício de costureira há 30 anos e que deve ultrapassá-lo. Aposentado desde 1998 e sem atuar desde 2005, ele não pretende mais exercer nenhum ofício, ainda que, por vezes, a ideia

de guiar novamente um caminhão o instigüe. Mesmo assim, o trabalho teria que se adequar à família, já que ele teria que, necessariamente, fazer trajetos curtos. “Eu só visitava a casa, e hoje eu queria ver pelo menos os netos crescerem. [Meus filhos] cresceram e eu não compartilhei com nada deles, escola, as brincadeiras” (E9).

E16, por outro lado, é o respondente há menos tempo no mercado formal de empregos. Na data da conversa exercia há um mês, ainda em período experimental, a função de metalúrgico. É a primeira oportunidade com carteira profissional registrada na vida dele, que conta já ter atuado como pedreiro, jardineiro, limpador de caixas d’água e vendedor de balas e água em semáforos. Atualmente, acorda 5h30 e enfrenta duas horas de ônibus para chegar à sede da empresa, em Curitiba. “Chegam os pedidos, chegam os calheiros lá... Aí desenham os pedidos que querem. A gente vai lá, pega as bobinas, aquelas bobinas grandonas. Aí corta o que o cliente quer. Marca. leva para a dobradeira e dobra e dá a carga pronta para o cliente” (E16). Ele conta que o ritmo de trabalho é intenso e que há proibições do uso de celular dentro da fábrica, inclusive, no horário do almoço, fato que ele admite descumprir. Ele soube, inclusive, do atropelamento que culminou na morte do avô via celular, algo que foi questionado pelo supervisor e que, durante a entrevista, causou dúvidas no participante sobre o êxito no período de experiência. “Vou ter que ver o que ele vai falar sobre isso comigo amanhã... Porque me ligaram no meio do dia pra avisar que meu avô tinha falecido” (E16).

Há 30 anos como costureira, E15 vive em função da máquina para complementar a renda de um salário mínimo recebido como pensionista. “Essa bagunça aí assim é normal [há várias sacolas plásticas com roupas próximas à máquina de costura]. Chega sacola e sai sacola. Semana

inteira. Tem domingo que eu tenho que costurar também porque não dá tempo” (*E15*). Acorda às 6h00 para receber a neta, de três anos, de quem é responsável de segunda-feira a sábado. “Faço café, dali a pouco dou uma limpada na casa porque eu quero fazer tudo [...]. Eu limpo a casa, arrumo a marmitta pro menino ir trabalhar, e vou pra máquina sete horas, seis e pouco...” (*E15*). É nesse espaço de mediação que a televisão, posta quase em frente à máquina, ganha importância na vida cotidiana de *E15*: “É um pé no chão e o olho na TV que tá ligada [*risos*]” (*E15*).

Única desempregada no grupo, *E10* se dedica ao lar. Ela, assim como *E15*, também cuida de netos. “Minha rotina é levantar cedo, colocar a roupa pra lavar... Eu faço almoço. Porque 11h30 ele [o marido, motorista do aplicativo *Uber*] está em casa e almoça. Aí termino os meus afazeres e minha filha traz os pequenos dela” (*E10*). O marido, que sai para trabalhar 4h30, tem uma jornada entre 12 e 13 horas diárias. Desempregada há dois anos, ela afirma que não tem preferência por nenhum tipo de profissão. “O importante é chegar no final do mês e [que] o dinheiro esteja na conta. Não importa o serviço que seja” (*E10*).

Antes de se tornar cadeirante, *E8* exerceu por 15 anos a função de atendente de um bar no Jockey Club de Curitiba. Impossibilitada de praticar atividades profissionais, essencialmente as manuais, ela, quando questionada sobre os sonhos de infância e adolescência, diz que gostaria de ter sido criminosa. “Eu queria ser um matador, sabia? Tem muita coisa que daí eu ia buscar que me devem né? Daí eu não ia procurar a polícia. Porque polícia não faz nada. Eu ia fazer com as minhas próprias mãos a justiça daí” (*E8*).

A frase acima, quando confrontada com os princípios religiosos e cristãos abordados na parte final deste item, podem soar como

brincadeira, mas quando tensionadas com as discussões promovidas na parte final da análise (5.3. *PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CULTURA DA VIOLÊNCIA*) ganham conotações relevantes para a compreensão sobre como as práticas de violência se naturalizam em meio ao público-alvo desses noticiários. *E8*, que perdeu tanto o ex-marido quanto um dos filhos em acidentes de trânsito, além de estar em uma cadeira de rodas após sofrer um AVC, não tem a crença abalada. “Deus dá e ele mesmo vem buscar, não é nosso né. Deus é tudo, Deus é tudo. A vida... Eu ainda tô viva né. Eu posso tá numa cadeira de rodas, mas tô viva né. Pior se eu tivesse morta, não tivesse numa cadeira de roda” (*E8*). Ela, que nas horas livres vê televisão ou fica em frente à casa “olhando o movimento” (*E8*), nunca pensou em fazer qualquer tipo de ação voluntária.

O fato de ser religioso e, por outro lado, não ter interesse em quaisquer atividades ligadas ao voluntariado ou a causas sociais, aliás, é a regra que mais se repete entre os entrevistados de Colombo (*E9* é exceção). Além de *E8*, entre os católicos, nenhum participante jamais fez qualquer tipo de ação voluntária, nem mesmo algo vinculado à igreja. O contrassenso é interessante já que os respondentes frequentam com regularidade a igreja. *E10*, por exemplo, quinzenalmente vai às missas porque julga que uma pessoa, se “não tiver Deus no coração, na vida, não é ninguém” (*E10*). *E15*, por outro lado, tem uma imagem de Nossa Senhora Aparecida logo acima da geladeira. Admite que já teve momentos de dúvidas em relação às crenças, especialmente após a morte do marido, mas entendeu, nas palavras dela, que as forças divinas levaram o cônjuge, mas a ajudaram a educar os três filhos. Ressalta que os filhos viraram trabalhadores. Ao reiterar que considera o caçula da família

esforçado, conta ter visto uma espécie de visão celestial algum tempo antes da realização da entrevista:

Eu tava costurando, e eram sete horas da manhã e o patrão dele chegou [pra] pegar o menino aqui. E ele pegou a mochila e saiu. Aí meu marido chamava [nome] também, o mesmo nome do menino. Aí eu fui e falei em pensamento com o marido meu: “Olha, nosso caçula saindo [pra ir] trabalhar”. E eu costurando, mas ele veio tão rápido assim, olhou ne mim assim e sumiu. Eu falei: “Olha que lindo!”. Ele escuta o que eu tô falando. Mas, assim, sabe que na hora deu uma sensação muito gostosa, ele aparecer assim... Foi como um... Sabe quando você vê uma imagem assim que apaga? E ele olhou ne mim assim e riu. E eu falei: “Ele deve tá vendo né?” Ele deve sentir orgulho [do filho], porque ele era muito trabalhador também (E15).

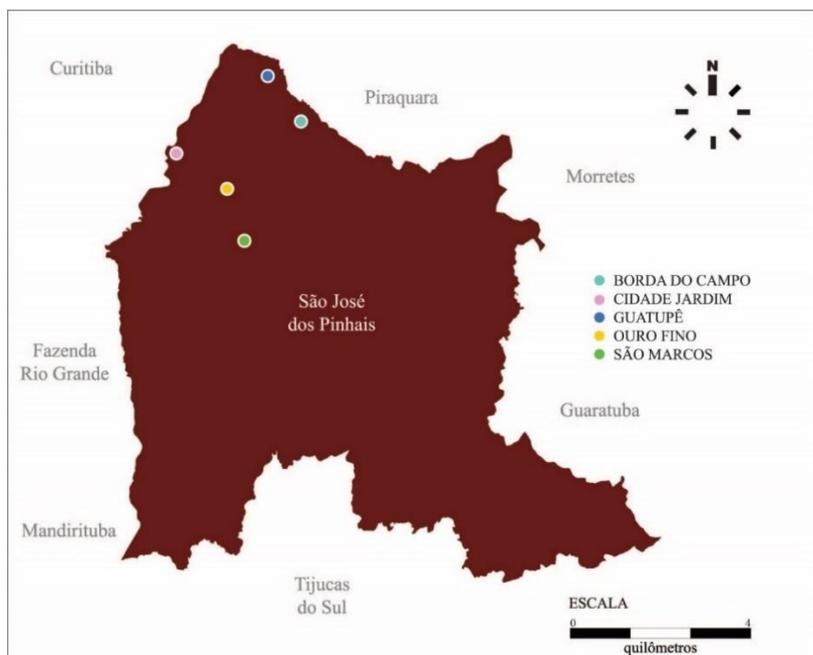
Também católica e frequentadora da igreja entre uma e duas vezes por semana, E17 conta que tentou ser voluntária em um hospital de Curitiba, mas não obteve sucesso devido à burocracia. Ela diz ser tolerante com todas as outras religiões, embora assevere que jamais abandonaria a dela. “Acho que qualquer pessoa que vai numa igreja tá fazendo uma coisa boa. Qualquer igreja que vá” (E17).

O único caso de trabalho voluntário é realizado por E9. O caminhoneiro aposentado é diácono da Igreja Quadrangular e obreiro, um encarregado, nas palavras dele, de “abençoar esses moradores de rua, esses drogados, alcoólatras e prostitutas – toda essa turma que anda aí jogada pela rua” (E9). A ação consiste mensalmente na distribuição de marmitas e roupas para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Mesmo E16, um evangélico cujo sonho é ser bombeiro para “ajudar as pessoas”, nunca fez qualquer tipo de ação social.

5.1.3. São José dos Pinhais: perfil identitário dos entrevistados

Ao contrário da Cidade Industrial de Curitiba e do Jardim Guaraituba, em Colombo, em São José dos Pinhais os respondentes não foram escolhidos pelo recorte geográfico. Dessa forma, foram selecionados seis entrevistados de cinco distintas áreas da segunda maior cidade da Região Metropolitana, com 307,5 mil habitantes (BRASIL, 2018b). Os bairros (*Figura 10 - São José dos Pinhais: localização dos bairros*) pertencem a zonas urbanizadas do município que, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, agregam nove de cada dez são-joseenses (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2018).

Figura 10 - São José dos Pinhais: localização dos bairros



Autor (2018).

O bairro *Ouro Fino* (E4), com um território de 2,3 km², é margeado pela BR-376, que liga Curitiba a Santa Catarina, fica próximo ao Centro da cidade e tem população aproximada de 6 mil pessoas domiciliadas (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2010). Já o *São Marcos* (E5) é situado ao sul do primeiro, também às margens da BR-376, tem área de 10,65 km² e população de quase 9 mil residentes (*ibid.*). O *Guatupê* (E7 e E11), com 6,14 km² fixados no extremo norte do município, na divisa com Piraquara e Pinhais, tem quase 17 mil habitantes (*ibid.*). A *Borda do Campo* (E12), a localidade mais populosa entre as selecionadas, com 18,2 mil habitantes, ocupa 11,97 km², e está instalada próximo à rodovia BR-277, que faz a ligação entre Curitiba e o litoral paranaense (*ibid.*). Finalmente, *Cidade Jardim* (E18), também mais próximo ao perímetro central, tem 11,2 mil moradores distribuídos em pouco mais de 2,58 km² (*ibid.*).

Enquanto o laço antigo com o bairro é inerente aos entrevistados das outras regiões, especialmente os que moram da Cidade Industrial, em São José dos Pinhais há um grupo com menor vínculo com o espaço de fixação. Primeiro porque os três homens (E6, E11 e E12) e as três mulheres (E4, E7 e E18) selecionadas são mais jovens que a média das outras duas regiões. E7, uma universitária de 19 anos, é a mais nova entre os 18 participantes, e E18, de 59 anos, a mais velha entre os consultados em São José dos Pinhais. Segundo porque apenas E12, de 39 anos, têm casa própria; quatro pagam aluguel (E4, E6, E11 e E18), cujos valores variam entre R\$ 400 e R\$ 800, enquanto E7 ainda mora com os pais.

Excluídos os dois mais novos (E7 e E11), cujos pais migraram de diferentes cidades para o Guatupê, os demais vieram ou do interior (E4, E6 e E18) ou de outros estados (E12). A cabelereira desempregada E4, de 34 anos, habitante do Ouro Fino, é a única do grupo a assistir ao *Balanço*

Geral todos os dias. Ela migrou sozinha em 2001, aos 17 anos, grávida, com a intenção de fazer um curso de cabelereira. Sempre vivendo de aluguel, casou, teve uma segunda filha, e se separou há três anos, pouco antes de ser diagnosticada com um câncer no abdome. Desempregada e dependente de morfina, trabalha em casa quando não está sob efeito do medicamento. Já morou em diversas casas de aluguel desde que chegou a São José dos Pinhais, mas mantém o sonho de comprar um imóvel. Na moradia onde foi realizada a entrevista, cujo aluguel é de R\$ 400, *E4* habitava havia três meses.

Já *E6*, de 51 anos, vigilante de um pronto-socorro, migrou há sete anos para São José dos Pinhais com o intuito de acompanhar os estudos do primogênito – à época, com 19 anos, o rapaz havia cumprido o serviço militar obrigatório. Morador do bairro São Marcos, ele, que cumpre jornada no regime 12 horas trabalhadas por 36 descansadas, assiste ao *Balanço Geral* pelo menos três vezes por semana, nos dias em que está de folga. Tem mais uma filha e é casado desde os 20 anos. Divide o terreno com o cunhado há dois anos e é, entre todo o grupo participante, o que paga o maior valor de aluguel, R\$ 800. Desde 2011, é a terceira casa que mora no São Marcos.

Aos 59 anos, *E18* é zeladora no mesmo pronto-socorro onde *E6* é vigilante. Também vê o *Balanço Geral* até três vezes por semana devido à jornada de 12 horas trabalhadas por 36 horas descansadas. Ainda no interior do estado, ela, que completou o Ensino Fundamental, lidou na agricultura com outros 14 irmãos (oito homens e seis mulheres) até os 22 anos. Pouco depois resolveu se mudar para São Paulo, onde não se adaptou e logo retornou à cidade natal. Lá se envolveu com um homem e ficou grávida da única filha, com quem divide o aluguel de R\$ 750.

Quando o namorado não assumiu a criança, resolveu regressar para um grande centro urbano, aos 25 anos, mas dessa vez optou pela região de Curitiba. Desde então nunca mais quis se casar. Trabalhou em chão de fábrica e em uma rede hoteleira antes de ser zeladora em hospital. Mesmo que sempre tenha vivido como inquilina, sonha que a descendente, que também teve um filho cujo pai não o reconheceu e que mora com ambas, possa comprar uma casa própria no bairro. Ela é, junto *E12*, a moradora mais antiga de São José dos Pinhais entre os entrevistados: vive há 34 anos na cidade.

Vindo do interior de Santa Catarina, em 2011, *E12* é o único a ter casa própria, situada na Borda do Campo, uma das áreas urbanas mais populosas e afastadas do perímetro central. Chegou ao local entre meados e o final da década de 1980, onde se fixou com a família. Mais velho entre quatro irmãos, exerce metalurgia, mas também fotografa eventos sociais, profissão da esposa, com quem é casado há menos de um ano. Não tem intenção em se mudar da região, a menos que a empresa de serviços fotográficos da qual é sócio se amplie.

Os dois últimos entrevistados são naturais da cidade. São também os dois que mais estudaram entre todas as pessoas consultadas na pesquisa. O grupo de São José dos Pinhais, aliás, reuniu os participantes que, na média, mais tiveram acesso à educação formal: *E11* completou o Ensino Superior, embora não tenha seguido a carreira escolhida; *E7*, cursa uma graduação (*E7*). Por fim, dois completaram o Ensino Médio (*E4* e *E12*) e dois estudaram apenas até o Ensino Fundamental, sendo que um deles concluiu (*E18*) e outro não (*E6*).

Dito isso, *E11*, de 29 anos, é formado em Jornalismo, mas atua como técnico-eletricista em dois hospitais de Curitiba desde 2014. Por

estar enquadrado no regime de 12 horas trabalhadas por 36 horas de descanso, ele assiste ao *Balanço Geral*, em média, três vezes por semana. Pertencente a uma família pobre, não teve acesso à televisão durante parte da infância, nunca conheceu o pai e sofria agressões do padrasto, fato que obrigou a mãe a deixá-lo com os avós ainda aos cinco anos. Seis anos mais tarde, com a morte da avó, voltou a conviver com a genitora, que já tinha outros filhos, no Guatupê. Hoje, *E11* alega ter uma relação cordial com as duas irmãs e conturbada com o irmão; saiu de casa em março de 2018 por conta das brigas com o rapaz que, segundo ele, é envolvido com a criminalidade. Diz ter passado por um processo de esgotamento mental devido às crises com a família e virou inquilino em uma casa quase em frente à dos parentes, onde paga R\$ 450 mensais de aluguel.

Caloura em uma universidade particular de Curitiba, *E7*, que antes de ingressar no Ensino Superior conseguia assistir ao *Balanço Geral* todos os dias, relata que a ida dos pais para o Guatupê ocorreu como alternativa ao aluguel. A entrevistada diz que eles assumiram uma dívida de um tio que desistiu do terreno e, só por conta disso, puderam ter uma casa própria. Entre os participantes, ela é a única a fazer regularmente ações voluntárias (*E12* distribui doces e brinquedos a crianças de um bairro curitibano no Natal e na Páscoa). Atua em um cursinho vestibular gratuito, tem uma irmã mais velha, já casada e que não mora mais com a família. O pai é alcóolatra e já causou problemas ligados à violência em casa, especialmente com a primogênita.

Como a maior parte dos respondentes paga aluguel, em geral, não há desejo de reformas nas propriedades. *E11*, por exemplo, assevera que não há intenção de arrumar ou solicitar ao locador mudanças no imóvel. *E4* e *E6* alegam, respectivamente, que terão que resolver problemas

pontuais com a porta do quarto da filha, que fica em uma peça anexada à casa e não possui tranca, e com o levantamento de um quarto que funcione como depósito, solicitação que já teria sido feita à locatária. *E18*, a única de todo o grupo de 18 entrevistados a morar em condomínio, entende que o apartamento alugado há dois anos não condiz mais com a realidade da família, pois o neto de 14 anos, de acordo com ela, não tem privacidade suficiente.

Ao dizer que a construção de alvenaria na propriedade começou há 22 anos, antes mesmo dela nascer, *E7* alega que a “casa vive em uma eterna obra” (*E7*). Afirma que o maior erro é se mudar para um lugar em meio às obras e destaca que uma casa que se constrói assim vai sendo replanejada a todo tempo: “Meu pai pretende fazer *como se fosse* uma garagem na frente, *como se fosse* uma churrasqueira, que ele quer colocar um fogão a lenha lá” (*E7*).

E12 conta que comprou uma casa não finalizada, mas que já executou algo próximo a 90% das obras que gostaria de fazer no imóvel. Para ele, só não foi possível concluir o local do jeito que sonha devido a problemas com a falta de rede de esgotos na rua. “Fiz um ático. A parte de trás era um gramado. Fechei e fiz piso, fiz churrasqueira... Daí mobiliei a casa do jeito que queria. Na frente o que falta é fazer uma garagem; como lá não tem rede de esgoto não deu para a gente fechar tudo na frente com calçada” (*E12*).

Assim como o grupo de Colombo, os participantes de São José dos Pinhais são propensos a receber e a interagir com a vizinhança. Mesmo *E18*, que mora em apartamento, diz ter amizade com o síndico, inclusive, a ponto de recebê-lo ocasionalmente para papear e tomar café. Já *E12* acolhe com relativa frequência os moradores das imediações,

especialmente aqueles com quem tem amizade desde a infância e que também se fixaram no bairro, para churrascos e festas. *E4*, por habitar há três meses a residência, criou poucos vínculos na região. Habitava uma casa do mesmo locador, mas dividia terreno com mais sete famílias (isso motivou a ida dela para ao imóvel atual). Tem uma vizinha mais próxima, que sabe alguns detalhes sobre o tratamento do câncer, ainda que ela evite abordar o assunto: “Volta-e-meia a gente conversa, ela vem contar *causos*. Ela adora contar *causos* antigos, só que ela esquece e repete muito [*risos*]”. Por estar desempregada e trabalhando em casa, necessariamente pessoas entram na casa dela.

Excetuados os parentes, *E6* não recebe vizinhos. Por outro lado, tem contato frequente com os moradores da rua que visitam o cunhado, um músico com quem divide terreno. Admite ter uma relação fática com as pessoas das adjacências, mas diz que, apenas durante oito meses, viveu uma situação constrangedora com o inquilino de uma residência vicinal. “Os cachorros começaram a latir demais, e daí uma outra vizinha reclamou né. Achou ruim, coisa assim e tal, mas ficou por isso” (*E6*).

E7 e *E11*, que dividem muro, alegam ter elos *familiares* com alguns vizinhos. A família da universitária não possui laços afetivos com os moradores do lado esquerdo da propriedade, pois a casa é alugada e sempre há troca de locatários. Já o residente do lado direito, mãe de *E11*, conhece a menina desde o nascimento. “As vizinhas da frente também me viram nascer. Gosto muito [delas], principalmente, da vizinha da frente. A gente vai para a igreja juntas” (*E7*). A fé também é um elemento de vínculo entre *E11* e a comunidade local. Ele relata que devido à atuação religiosa muitos no entorno o conhecem. “Quando tem trabalho de criança, na igreja, pego uma caixa de som, com um carrinho e um

microfone, me visto de palhaço e saio na rua, convidando as crianças para irem à igreja. Acabei me tornando meio que uma figura pública do local onde moro” (E11). Ele assevera que construiu uma relação de *família* com um casal mais velho que mora em frente à casa. “Eu tomo chimarrão direto com eles. Sempre que eles vão viajar para algum lugar, sou eu quem cuida da casa deles” (E11). No que se refere a situações ruins, o entrevistado reitera que o pai de E7 tem dependência de álcool, mas que, apesar de o homem ficar “meio doidão” (E11), ele incomoda apenas a própria família.

Todos já viram discussões ou brigas entre vizinhos, seja por festas ou problemas com animais domésticos. Não é incomum, por exemplo, que aconteçam “uns tiros, umas facadas, uns negócios assim” (E11), mas, com exceção de E12, todos garantem que nunca se envolveram ou causaram conflitos. Ele, aliás, admite ter provocado algumas confusões na localidade, especialmente com um dos dois moradores com quem divide terreno: “Como eu era solteiro, levava a piaçada fazer churrasco e, às vezes, *extrapolava*. Eu dava razão para ele. Teve um caso lá que a gente discutiu, ele acabou vendendo [a casa] e indo embora. Não sei se foi por essa situação, mas ele saiu” (E12). O participante conta que ainda quando a casa estava em construção, ele, que vivia com os pais e era solteiro, promovia festas no imóvel.

O município e os bairros são considerados violentos pela maior parte dos entrevistados (E4, E6, E11 e E12). Há quem admita sentir receio de ser roubado. “Se estou num ponto de ônibus, e alguém me perguntar a hora, eu não tiro o celular do bolso pra dizer a hora” (E6). “Pelo fato de saber que sempre que um ou outro está sendo assaltado, fico pensando

que um dia pode ser eu” (E12). Outros destacam o aspecto do tráfico de drogas como um elemento que suscita medo.

Tem muita gente que usa droga, que é traficante, isso é uma coisa que é constante, cara. Aqui é um bairro pequeno. Nesse ponto de vista ele é violento, porque rola muito tráfico de droga, muito mesmo. Tráfico de droga, tráfico de arma, entorpecente, tudo quanto é tipo de droga e quando eu falo não só as convencionais né, maconha e cocaína, mas *ecstasy* e bala doce, qualquer coisa que você pode encontrar aqui e tráfico de arma também. [É] muito fácil eu conseguir uma arma aqui (E11).

Há ainda quem julgue que a área não seja violenta (E7 e E18). E18, por exemplo, tem nos casos que vê na televisão um argumento para não avaliar São José dos Pinhais como uma cidade violenta. “A gente não vê acontecer tantas coisas como acontece em outros lugares. Acontece realmente, mas eu não acho que seja tão violento” (E18). Apesar dessa impressão e de se sentir segura, defende que o bairro onde mora, Cidade Jardim, seja mais policiado. A opinião é partilhada por E6 que, a despeito de considerar a presença da polícia constante no São Marcos, acrescenta o sonho de ver instalada na região uma Unidade Paraná Seguro (UPS), um modelo baseado nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), no Rio de Janeiro, cujo objetivo é intervir ostensivamente em espaços tomados pelo crime organizado. E7 vê que o policiamento na Borda do Campo aumentou, mas ainda o considera insuficiente. Relata que uma vizinha teve o imóvel assaltado sete vezes, fato que chegou a ser repercutido no *Balanço Geral*.

E11 também avalia o policiamento como insuficiente. Ele diz que o teor, na visão dele, *light* das operações policiais no Guatupê faz com que as ações de proteção não surtam efeitos. Afirma só se sentir seguro

por conhecer muita gente na região. A vizinha *E7* discorda por completo: o policiamento é suficiente, mas ela tem medo. Por fim, *E4* diz que o Ouro Fino é diferente de outras regiões que ela já habitou em São José dos Pinhais. Assegura que a localidade é policiada e que os jovens não ficam à toa nas ruas. Diz que vários, no entanto, abandonaram a escola. Insiste para que a filha caçula, que já reprovou duas vezes, continue estudando.

Os dois entrevistados seguintes (*E12* e *E18*) também têm visões menos pessimistas em relação à juventude dos bairros onde moram. *E12* diz que há jovens de todos os jeitos. “Você vê muitos jovens que vão para a igreja, que praticam esportes, mas também tem bastante jovens que vão para o lado do crime” (*E12*). Já *E18* não vê com bastante otimismo, embora relacione educação com a noção de vigilância: “*Os pais tão conseguindo segurar em casa*. Não vê mais eles na rua tarde da noite. A maioria estuda – os que eu conheço, todos eles estudam, né. Tem as suas obrigações” (*E18*, grifo adicionado).

No Guatupê, por outro lado, há consenso entre os participantes sobre a falta de perspectivas para a juventude local. “A maioria não se interessa por estudar, ter um futuro. Acha que a vida é só zoeira, só se divertir e ficar esbanjando dinheiro que os pais ralam para conseguir. Então, poucos jovens que fazem faculdade, trabalham certinho, ajudam os pais em casa, sabe?” (*E7*). *E11* relaciona o pessimismo com o tráfico de drogas. A maioria das pessoas mais novas do bairro, de acordo com o relato, está envolvida na criminalidade. “O estudo é uma coisa que não faz parte da realidade. Bem pouco jovem aqui tá estudando, pensa em ser alguém na vida” (*E11*).

A vinculação entre tempo livre e criminalidade reforça a argumentação sobre a moral do trabalho. É esse o princípio que auxilia na construção de *E6* sobre a juventude da região onde habita.

*Hoje em dia diz que o jovem é proibido de trabalhar né? Você vê, na minha época, você engrossou a voz, você já tinha que trabalhar né. E hoje em dia não tem mais esse compromisso do jovem em trabalhar, procurar uma ocupação né? E isso que torna, às vezes, o jovem muito desocupado né? Aí é onde é que o jovem vai pelo caminho errado, às vezes, né. Aí começa a se enturmar, começa a conhecer muitas pessoas, fazer muitas amizades, às vezes é onde é que o jovem (*E6*, grifo adicionado).*

Todos os entrevistados de São José dos Pinhais pertencem à população economicamente ativa e lidam com atividades profissionais manuais. Quatro trabalham em regime CLT (*E6*, *E11*, *E12* e *E18*), um no período noturno (*E12*) e os demais atuam em hospitais (*E6*, *E11* e *E18*). Devido às condições de saúde, *E7* está desempregada e é autônoma. Presta serviços em casa como cabelereira, profissão que exerce desde 2001. Como usa morfina no tratamento contra o câncer, o ofício não pode ser realizado em ritmo normal. Ela exemplifica: “Se hoje a minha dor tá suportável, não vou tomar morfina e vou atender a cliente. Se tiver que tomar morfina, não atendo, porque ela altera os sentidos da gente. E cabelo, você sabe, não pode errar” (*E4*). Frisa que o tratamento, sem data prevista para ser finalizado, impede que realize outros afazeres.

Já *E7* tem a possibilidade de se dedicar integralmente à universidade – ela é voluntária em um cursinho preparatório para o vestibular nos finais de semana, onde pretende ajudar também lecionando já a partir de 2019. “A gente faz limpeza dos banheiros, coloca papel

higiênico, sabonete para lavar a mão, a gente faz café para os professores, só o cafezinho preto ali, sabe? Se os alunos precisam de alguma coisa, eles procuram a gente, questão de ata, chamada” (E7).

Entre os que possuem registro profissional, três atuam em regime de 12 horas de jornada por 36 horas de descanso (E6, E11 e E18). E6 destaca o papel de controle que exerce no pronto-socorro como vigilante. Afirma que por se tratar de um hospital que atende emergências, não é incomum a chegada de detentos escoltados pela polícia, o que aumenta a necessidade de controle do fluxo de pessoas no local: “A gente procura [se] limitar o mínimo a dar informação, a gente não fornece informação, não passa informação... O hospital nem por telefone passa a informação, então não somos nós que vamos passar né?” (E6)

Com o sonho de infância de ser professora, E18 é zeladora do mesmo pronto-socorro. Ela passa o dia todo fazendo higienização e verificando *o que falta* na enfermaria. “Às vezes, limpo o quarto várias vezes, [pois] o paciente não tá bem, vomita, essas coisas. Tem que estar sempre atenta aqui” (E18). Formado em Jornalismo e com o desejo de um dia atuar em assessoria de imprensa, E11 tornou-se técnico-eletricista após a graduação e labora também em dois hospitais, mas ambos em Curitiba. “A minha vida é muito tranquila no meu trabalho. Porque meu chefe não fica no pé. Entro no hospital, às vezes, fico o dia todo sem falar com ele. Ele só me liga quando é para passar algum serviço” (E11).

Os moradores de São José dos Pinhais talvez sejam os menos vinculados à religião, apesar de a relação com a igreja não poder ser menosprezada. Mesmo E12, que afirmou em vários momentos da entrevista ter tido uma vida de *farra*, foi catequista e garante que reza sempre em casa. E18 diz não seguir nenhuma religião, mas “crê em Deus”

que, de acordo com ela, funciona como uma espécie de reação a situações difíceis. “Muitas vezes, se eu me sinto pra baixo, fico pedindo a Deus pra ele me levantar porque tem pessoas que dependem de mim. No caso a minha filha e meu neto”. Já *E6* é um dos poucos evangélicos consultados que não frequenta regularmente a igreja. Questionado sobre se é envolvido em algum projeto social atividade voluntária, ele brinca: “Limpo a casa, lavo louça [risos]” (*E6*). Depois disse que quando morava em Foz do Iguaçu e era mais envolvido com a igreja, fazia visitas a hospitais e casas para pregar o evangelho.

E4 é católica, mas quase não sai de casa por conta da doença. Não vai mais à igreja porque costuma desmaiar quando fica em lugares fechados com aglomeração de pessoas. “Eu não estaria viva se eu não tivesse fé. Porque igual eu falei: eu não pratico, eu não vou lá na igreja, não fico lá rezando, mas eu faço as minhas orações em casa, eu converso muito com Deus. Eu acho que é o que me dá força pra continuar” (*E4*).

Também católica, *E7* tem pelo menos dois motivos para ter diminuído o hábito de participar de cerimônias espirituais: o ingresso na universidade e problemas internos com membros da paróquia a qual frequentava que, segundo ela, não levavam os jovens a sério. “Sinto falta de ser ativa na igreja, porque antes do cursinho, eu era coordenadora no grupo de jovens e dava catequese” (*E7*). Ela não vê um conflito identitário entre os princípios da igreja com os da graduação a ponto desse fator tê-la afastado da primeira.

Nas aulas os professores falam que estão ensinando, às vezes, o pensamento de alguma pessoa ou período. Eles não estão querendo catequizar ninguém, nem nada. Às vezes, isso acaba me ajudando a entender determinadas coisas na igreja. Tanto que quando eu tava estudando [a

transição do] Império Romano para a Idade Média, quando eles começaram a seguir o Cristianismo, comecei a me questionar: “E se não fosse aquele imperador seguir o Cristianismo, que religião a gente seguiria hoje?” (E7).

A falta de conflitos identitários entre as crenças e a universidade tiveram efeito contrário em *EII*, que classifica os professores do curso de Jornalismo da faculdade onde estudou como marxistas e/ou esquerdistas. Evangélico e maior frequentador da igreja entre todos o grupo, ele, que diz hoje ser mais maleável em relação aos temas que envolvam fé, diz que teve diversos atritos dentro da sala de aula nos quatro anos de graduação. “A minha vida é baseada no que Ele diz pra mim. E a única bússola que Ele deixou pra mim foi a Bíblia. Então tenho que ler a Bíblia, tentar interpretar ela – não aos meus olhos, mas aos olhos dele – [e entender] o que tenho que fazer certo” (*EII*).

Para ele, a polarização identitária entre fé e razão proporcionada pela universidade não derrubou a primeira. “Tem muita gente que se perde. Quando o cara entra na faculdade, o cara perde a fé dele” (*EII*). Pelo contrário, só o fez se enquadrar artificialmente no discurso que considera como marxista, já que, segundo ele, há uma espécie de boicote a quem se declara cristão dentro de uma faculdade. “Você não tá na rodinha dos caras que são amigos do professor, você não é amigo do professor. Teve momentos da faculdade, cara, que eu tive que – até vi numa reportagem esses dias – que eu tive que me passar por esquerdistas pra poder tirar nota” (*EII*).

Apesar da fé inabalável, *EII*, que nunca teve nenhum tipo de relacionamento amoroso e que garante jamais ter sequer beijado outra pessoa, não se considera como religioso, pois, de acordo com a interpretação que tem da Bíblia, a fé está distante da religião em si:

O único texto que fala de religião é o de Tiago, que ele escreve e fala assim: “A verdadeira religião é essa: cuidar dos órfãos e das viúvas nas suas necessidades”²⁰⁶. Quem eram os órfãos e as viúvas na sociedade deles, né? Eram os marginalizados. É você dar a atenção... Para Deus a verdadeira religião, o que seria uma religião, é você cuidar dos marginalizados” (*E11*).

Contextualizados os perfis identitários dos 18 participantes do estudo, é pertinente observar o quanto a estigmatização é sempre estruturada pela lógica da diferença, ainda que essa distinção não se dê especificamente pelo recorte geográfico, conforme abordado nos dois tópicos que encerram a discussão. Quando os entrevistados foram questionados sobre regiões que consideram violentas, todos citaram lugares estigmatizados pelos dois noticiários. Houve morador da Cidade Industrial que vinculou São José dos Pinhais como uma região violenta (*E1* e *E3*) e vice-versa (*E4*), quem mora em São José que voltou os olhares para Colombo (*E6*, *E7* e *E12*). *E6*, por exemplo, cita Colombo como um município violento porque diz ver na televisão. No entanto, nem sempre os meios de comunicação são estruturantes no que concerne a esse tipo de sentidos produzidos. *E4*, por exemplo, conta que vinculou a Cidade Industrial a um ideal de violência por ter descoberto que uma moradora que migrou do mesmo município que ela foi vítima de feminicídio na vila Vitória Régia (distante 6,5 quilômetros do local onde foram aplicadas as entrevistas para esta pesquisa).

Eu tenho uma cisma maior com esse lugar [CIC] porque acho que lembro dela. Porque na época ela veio pra trabalhar aqui, daí voltar num caixão do jeito que ela voltou foi bem triste né? Então fiquei com aquilo na cabeça né: um lugar que,

²⁰⁶ Tiago, capítulo 1, versículo 27.

provavelmente, eu não gostaria [de ir morar] – não pela violência que todo lugar tem, mas pelo o que me lembra né – talvez fosse lá no Vitória Régia (E4).

Após procurar contrastar a lógica da estigmatização com os perfis identitários dos moradores das três regiões, parte-se agora para as discussões sobre os hábitos de consumo televisivo para, na sequência, entender finalmente como os entrevistados no campo das mediações negociam, reinterpretem e reelaboram sentidos produzidos a partir dos dois noticiários criminais estudados. Apropriando-se do título da pesquisa, é dada atenção ao *fascínio* que a temática da violência desperta cotidianamente nas ações e visões de mundo dessas pessoas.

5.2. INVISIBILIDADE SOCIAL E JORNALISMO CRIMINAL

5.2.1. Curitiba: hábitos de consumo dos dois noticiários

Na segunda parte busca-se entender a relevância da televisão no dia a dia dos participantes. Entre os respondentes das vilas Diadema II e Sabará há divergências no que compete aos hábitos de consumo. Apenas dois veem o meio de comunicação praticamente durante o dia todo (E1 e E3). Dos seis entrevistados, metade tem três televisores em casa (E1, E2 e E3), curiosamente os vizinhos da mesma rua, enquanto as demais têm apenas um aparelho (E5, E13 e E14). E13 tinha três equipamentos, mas, devido à falta de obras no telhado relatada ainda na primeira parte do tópico anterior, teve a casa tomada por uma chuva que estragou dois deles.

Falei para você que meu telhado está caindo. Eu estava trabalhando e a calha encheu. Quando ela encheu, ela veio e caiu o forro em cima da minha

TV da sala e em cima da minha TV do quarto. Queimaram. Era pra eu ficar brava, mas *agradeci a Deus e entendi que era pra eu ir mais pra igreja e assistir menos televisão* (E13, grifo adicionado).

Curiosamente, o único equipamento não danificado foi o mais antigo, de 29 polegadas. Quando casada, tinha quatro televisores em casa, todos levados pelo ex-companheiro, fato que fez com que o filho a presenteasse com um aparelho. Outro tem um televisor de 40 polegadas na sala que, de acordo com ele, tem cerca de 10 anos de uso (E5). Já E14 é o único com apenas um equipamento, de 32 polegadas, em casa que não está localizado na sala (fica no quarto do casal).

Já a viúva, pensionista e apaixonada por rádio possui três equipamentos em casa (E2). O último deles, bem verdade, foi adquirido cerca de um mês antes da entrevista para ficar à disposição da mãe da participante, que está doente e passou a morar provisoriamente com ela 60 dias antes da realização da conversa. “Cada ambiente que eu tô [há uma TV], e ainda tem um som aqui que eu gosto de ouvir” (E2).

Aficionado por futebol, E3 é o único a lembrar com precisão a data de aquisição do aparelho de 29 polegadas. “Comprei no dia 14/06... 14/06/2010 pra assistir ao jogo da seleção brasileira que ia começar dia 15²⁰⁷. Lembra que começou dia 15? Comprei no dia 14 pra assistir ao jogo”. Desde que o sinal analógico foi interrompido no Brasil, em janeiro de 2018, o equipamento recebeu um adaptador que, segundo o respondente, veio com problemas de fábrica. Por isso, na casa dele só é possível sintonizar dois canais: *Globo* e *Record*, a emissora preferida da família.

²⁰⁷ A seleção brasileira realmente estreou no mundial de 2010, realizado na África do Sul, na data citada pelo entrevistado. Os brasileiros venceram os norte-coreanos por 2x1.

Por fim, na casa de *E1* há três televisores, sendo o da sala o maior, com 40 polegadas. “Tá quase para pagar já, né filho? Foi feito em que, em 10 vezes? É... Para o começo do ano que vem já termina de pagar” (*E1*). O entrevistado, aliás, se recorda do tempo em que teve acesso à televisão pela primeira vez, ainda na década de 1970, e relembra, com certa nostalgia, dos vizinhos que se reuniam para acompanhar as transmissões através do equipamento produzido pela extinta marca *Bonanza*, hábito que ele evita na atualidade, conforme visto no tópico anterior. “O padrinho do meu irmão tinha um pouquinho mais de possibilidades [financeiras]; ele foi lá e comprou uma televisão nova. Porque até então a gente ia assistir à televisão na casa dos vizinhos” (*E1*).

A quantidade de televisores em casa não é uma característica estruturante no que compete ao engajamento ao hábito de consumo. Entre os respondentes da Cidade Industrial, o critério que mais chama a atenção no quesito engajamento é o de gênero: os três mais seduzidos pela programação televisiva são homens. *E3*, por exemplo, deixa a televisão ligada basicamente o dia todo na Record/*RICTV* e é capaz de descrever a grade diária da emissora quase integralmente.

E3: Essa TV aí [da sala] pega mais bem o sete e o doze. Então como o doze eu uso pra esporte, eu assisto mais [a] esse canal aí [a *RICTV* estava sintonizada no momento da entrevista]. Eu levanto de manhã e já ligo naquela moça que passa ali, como é que é? *Gisele Bastos*²⁰⁸ né? Daí ela vai embora oito e meia, vem aquelas outras duas lá da... do *Fala Brasil*²⁰⁹. Esqueci o nome das duas. Tem que anotar ali, uma hora precisa saber de novo alguma coisa e eu esqueci o nome das duas. Daí

²⁰⁸ Gislene Bastos. Apresentadora do noticiário *Paraná no Ar*, que vai ao ar de segunda à sexta-feira, das 7h00 às 8h30.

²⁰⁹ Noticiário nacional apresentado por Carla Cecato e Roberta Piza.

elas vão embora e vem o Cesar Filho²¹⁰ com aquela... Como é que é o nome daquela, daquela [ênfase] grandona.

Entrevistador: Ana Hickmann?

E3: Isso.

Entrevistador: Bonita?

E3: Isso, dois metros, noventa e mais um pouco de altura [risos]. É, e a Renata Alves né? Assisto àquele. Aí no que termina, já vem o Rivaroli [*Balanço Geral*], daí do Rivaroli vem, quem mais?

Entrevistador: O de fofoca? O *Viver Mais*?

E3: *Viver Mais*²¹¹. Aquela moça lá que... Valquíria né? Ela ensina a fazer as coisas, ensina a fazer comida...

Na sequência, E3 diz que deixa de assistir ao programa *Viver Mais* e as novelas que passam à tarde na emissora.

E3: Daí vem o Paulo Gomes...

Entrevistador: Do *Cidade Alerta* [Paraná]?

E3: *Cidade Alerta*. Depois vem..., quero ver se eu lembro.

Entrevistador: O *RIC Notícias*?

E3: É, o *RIC Notícias*. Também assisto com a Alessandra Consoli. Daí vem aquela novela lá, que diz que é uma novela de Deus, de Jesus, não sei o quê..., mas você vê mais morte lá do quê... [risos]. Você vê mais gente morta naquela novela do que no cemitério [risos]. Então melhor deixar quieto, melhor eu não assistir, eu não assisto àquela novela. Então dali até a hora da Alessandra Consoli eu tô assistindo. Depois...

Entrevistador: Depois passa pra Globo?

E3: É. Daí ponho no *Jornal Nacional* e só também. Assisto ao *Jornal Nacional* e daí acabou. Aquela novela²¹² lá do [canal] 12 depois do *Jornal Nacional* eu também não gosto. E é isso aí: do [canal] sete pro doze, do doze pro sete, mas o doze mais pouco né. O sete mais (E3).

²¹⁰ O programa *Hoje em Dia* é apresentado por Ana Hickmann, César Filho, Renata Alves e Ticiane Pinheiro e vai ao ar das 10h00 ao meio-dia.

²¹¹ O programa *Viver Mais* é apresentado por Valquíria Melnik e vai ao ar de segunda à sexta-feira, das 14h15 às 15h00.

²¹² *Segundo Sol*. Telenovela dirigida por Dennis Carvalho exibida entre segunda-feira e sábado, às 21h30.

Esse tom descritivo de resposta também é apresentado por *E1* que, ao contrário de *E3*, é aficionado por novelas e entretenimento. No entanto, ele tem larga preferência pela *Rede Massa*. Programas como *Chaves*²¹³, *A Praça é Nossa*²¹⁴, *Programa do Ratinho*²¹⁵ e o noticiário *SBT Brasil*²¹⁶ estão na lista de preferência dele. Sobre o último telejornal, apresentado por Carlos Nascimento e Rachel Sheherazade, sendo ela uma das figuras mais emblemáticas do jornalismo brasileiro a defender pautas tidas como conservadoras e a se manifestar publicamente contra alguns dos princípios dos direitos humanos, o participante destaca a postura firme da jornalista. Assiste ainda ao *Tribuna da Massa*, a atração preferida e, com menor frequência, zapeia para o *Balanço Geral*.

O terceiro mais engajado à televisão (*E14*) diz que inicia o contato com o aparelho logo cedo, quando fica com a filha, de três anos, assistindo a desenhos. Conta que permanece em frente ao televisor no início da manhã, sai de casa e volta na hora do almoço, quando vê o *Tribuna da Massa* e o *Balanço Geral* de forma alternada, mesmo tendo ampla preferência pelo primeiro. Finalizado o programa, o televisor só volta a ser ligado à noite. Não admite gostar de novelas, mas as acompanha:

E14: À noite eu chego em casa, a mulher já quer assistir [ao] *SBT*, *Chiquititas*...

Entrevistador: Hum, assiste às novelas.

E14: Isso, isso. *Aí eles assistem à novelinha lá, e tal, e depois eu assisto ao jornal, entendeu?*

Entrevistador: Qual jornal? *Jornal Nacional?*

E14: Não.

Entrevistador: Do *SBT*?

²¹³ Provavelmente um dos programas de entretenimento mais conhecidos da televisão, o programa veicula diariamente das 14h15 às 15h00.

²¹⁴ Há 25 anos no ar, é exibido semanalmente às quintas-feiras, às 23h15.

²¹⁵ Diariamente, das 22h15 às 23h15, apresentado por Carlos Massa, proprietário da *Rede Massa*, afiliada do *SBT* no Paraná, é marcado por polêmicas e humor.

²¹⁶ Apresentado por Eduardo Scola, o noticiário local vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 18h55 às 19h20.

E14: Rapaz, eu prefiro os outros jornais. Ou o do *SBT*, ou o da *Record*, do que o *Jornal Nacional*.

Entrevistador: Não gosta do *Jornal Nacional*?

E14: É, a *Globo* é meio complicada, né?

Entrevistador: Por que você não gosta...

E14: Fantasmando muito, né?

Entrevistador: Você acha?

E14: Eu acho. Principalmente nas novelas. São muito pesadas pra você assistir com família, né? Com criança...

Entrevistador: Por que você acha isso?

E14: Eu acho que tem muito, vamos dizer, muita cena... É... Problemática, né?

Entrevistador: Problemática em quê?

E14: Beijação, abraço, sexo, entendeu? Um monte de coisa. E já no *SBT* não, porque é mais jornal pra criança, novela pra criança, entendeu? É infantil. Aí você entra na *Record* já é novela de Jesus, entendeu? As próprias novelas que você vê na *Record*... Elas... Ou do *SBT*, que são as mexicanas, quem curte mais é a minha esposa. Você vê que não tem tanta cena, né? Porque o natural, tamo vendo aqui toda hora, você vira numa rua e vê... Então você quer mudar um pouco, entendeu? (*E14*, grifo adicionado).

A observação sobre o teor *fantasioso* dos telejornais da emissora do Jardim Botânico, além da perspectiva vista como menos ortodoxa das telenovelas, tem consonância direta com os princípios normativos defendidos pelos noticiários criminais: uma forte moral familiar que coloca, por exemplo, as questões de gênero e da sexualidade em geral como formas de deturpação do seio privado. Quais critérios teria a ideia de que esses produtos, saturados por mortes violentas diárias, seriam mais voltados a crianças? Conforme apontado por Foucault (2015), a sexualidade não é, por princípios morais e normativos, discutida na modernidade. As diversas manifestações da sexualidade devem ser inibidas, silenciadas, ocultadas. E o sexo deve ser um assunto a ser tratado pelo casal – heteronormativo, cristão – dentro do quarto.

Outro ponto a ser destacado na fala é o fato de que os jornais pautados por princípios de objetividade, os chamados de polifônicos (HAMILTON, 2008), são avaliados como fantasiosos, ao contrário dos noticiários criminais que, em tese, não se atêm a temáticas mais complexas, isto é, voltam atenções para os pormenores dos crimes. Essa é uma percepção do público cujas implicações dialogam, até certo ponto, com os critérios de objetividade e a própria visão estruturante e universalizante que os noticiários polifônicos carregam. Ao singularizar os pormenores de um fato e ao lidar com os discursos sobre o medo a partir da vinculação com a instituição família, eles desenvolvem uma densa teia narrativa e causam engajamento.

O entrevistado conta ainda gostar de programas de entretenimento – mas, por questões de gênero, não quer ter sua masculinidade ligada ao hábito de ver telenovelas, por exemplo – como uma forma de aliviar a tensão da profissão de escolta armada.

Hoje a gente vive, igual minha profissão, tensão 24 horas. Teu negócio é segurança, assalto, é bandido, é trânsito... Então de vez em quando, e eu sou bem extrovertido, gosto de dar risada, né? Então ali você vê, como se diz, pode ser uma babaquice pra alguém, mas pra mim é diversão (E14).

Já E2 é que mais assiste à *Globo* e, por coincidência, a menos conservadora do grupo da Cidade Industrial. Costuma estar sem sono quando passa o telejornal *Hora 1*²¹⁷. “Mas agora começa às quatro horas; daí eu assisto... Eu assistia o *Hora 1* até cinco pras seis. Porque, às seis horas, eu já tava no parque” (E2). Quando retorna, o rádio é sintonizado

²¹⁷ Apresentado por Monalisa Perrone, o telejornal é exibido de segunda a sexta-feira, das 4h00 às 6h00.

na *Ouro Verde*²¹⁸. A televisão só volta a ser ligada no horário do almoço, período no qual a entrevistada, a menos vinculada aos dois noticiários estudados entre os 18 participantes da pesquisa, por vezes vê o *Balanço Geral*. Durante a tarde, volta a consumir a programação da *Ouro Verde*. “Eu ligo a TV depois que eu tomo banho, tipo cinco e meia. Coloco o pijama, daí eu... A televisão fica ligada, mas eu fico vendo... Celular! Eu tô bordando um chinelo” (E2). No período noturno, ela vê essencialmente a *Globo*, porém, admite que não haveria restrições em zapear por outros canais também.

Os dois últimos interlocutores acompanham os programas no horário de intervalo do almoço. Para E13, que vê o *Tribuna da Massa* diariamente, o termo que define o hábito cotidiano é *sagrado*. “Meio-dia, dez para o meio-dia, eu coloco minha marmita para esquentar e ligo no Passaia e assisto [a]o Passaia, amo o Passaia, amo de paixão” (E13). Ela afirma enquanto se lamenta pela perda dos dois televisores causada pelas chuvas que, devido à rotina apertada, consome *apenas* três horas diárias de televisão: uma no almoço e o restante no período da noite. “Daí eu venho para a casa, de noite eu assisto [a]o jornal estadual, porque agora não tenho TV na loja, não tenho TV no quarto, não tenho TV em lugar nenhum. Daí eu assisto [a]o jornal estadual e assisto à novela que eu gosto” (E13). Já E5 é um dos entrevistados entre todo o universo estudado que menos se relaciona com a televisão, ato que é praticamente restrito ao horário do almoço, quando vê pelo menos três vezes por semana o *Balanço Geral*. À noite, como mencionado, faz o tratamento de

²¹⁸ Emissora curitibana lançada em 1984, a rádio *Ouro Verde* (FM 105,5MHz) toca músicas românticas, sobretudo, das décadas de 1980 e 1990.

hemodiálise no quarto e, devido ao fato de só haver uma televisão em casa, consome a programação apenas pelo som oriundo da sala.

Quatro dos seis moradores consultados do Diadema II e da Vila Sabará assistem aos noticiários sozinhos (*E1*, *E2*, *E3* e *E5*). A justificativa de *E1*, que costuma fazer também serviços domésticos durante a veiculação, é que a esposa, mesmo quando está em casa, não gosta de programas policiais. Atitude diferente tem a esposa de *E3* que acompanha com o marido quando não está no emprego – *E3*, o mais velho entre os entrevistados, não ajuda com trabalhos domésticos, o que o faz sentar e assistir com total atenção os fatos que estão sendo veiculados. Apesar de a cônjuge de *E5* ficar o dia todo em casa, ele explica que a mulher cuida da loja enquanto ele almoça, período no qual costuma ver o *Balanço Geral*. Divide a atenção do programa com a organização do almoço e com as conversas com os amigos via aplicativo *WhatsApp*. Por fim, *E2* mora sozinha e costuma apenas descansar alguns minutos após o almoço; em algumas dessas vezes, ela sintoniza no *Balanço Geral*.

Os outros dois (*E13* e *E14*) assistem sempre com companhia. *E14*, por exemplo, vê com a esposa e com a filha. Mesmo ao admitir que não ajuda em casa quando retorna de viagem, o vigilante de escolta armada diz que, por vezes, a esposa o coloca para fazer alguns afazeres domésticos, inclusive, no horário do *Tribuna da Massa*. Já *E13* acompanha o *Tribuna da Massa* junto com outros funcionários do prédio onde trabalha. “Todo mundo é fã dele [Passaia] lá. A portaria do prédio fica assistindo [a] ele, lá na sala onde fica o porteiro, ficam assistindo [a] ele; lá na nossa sala de zeladores ficamos assistindo [a] ele, os funcionários; todo mundo assiste [a] ele lá”.

Segundo ela, os assuntos midiaticizados pelo programa tendem a gerar comentários entre os telespectadores, o que demonstra um tipo de mediação situacional bem discrepante das demais. “O máximo que eu faço é dar uma olhada no *WhatsApp* e mandar alguma coisa para ele [o Passaia] ou para alguém” (E13). Ela alega que a única reclamação que tem em relação ao programa é o fato de que já manda mensagens via internet várias vezes à produção, mas nunca obteve retorno.

Um dos aspectos que mais contribuem para que os noticiários criminais tenham êxito editorial e, conseqüentemente, comercial, é o fato da própria regionalização. No item passado foram apresentadas respostas relativas ao sentimento de segurança no bairro e/ou cidade. Nesse momento, a pergunta é voltada para o conhecimento de inserções jornalísticas veiculadas pelos dois programas analisados. Nesse aspecto, chama a atenção na fala dos entrevistados a tendência de afastar, de certo modo, a violência da proximidade de casa. Não foi incomum, por exemplo, que os moradores do Diadema II, quando indagados se consideram a região onde moram violenta, ligassem os casos de violência, sobretudo, a vilas próximas, como o próprio Sabará (E1) e/ou a Vila Barigui (E5), separada da comunidade pela avenida Juscelino Kubitschek (BR-116). Já uma das moradoras do Sabará, embora reitere que haja muitos crimes no entorno (midiaticizados ou não), classifica como violenta outra vila vizinha, a Bela Vista. Ela, que se considera uma pessoa bem relacionada na localidade, cita o fato de que muitas das descobertas sobre crimes na região são feitas pela própria televisão.

Nossa, tem um monte de coisa, *só que agora não estou muito bem lembrada*. Mas esse [caso] das prisões, do pessoal, dos traficantes, do tráfico feio daqui a gente não sabia. Então tem coisas que estão

acontecendo aqui na rua que a gente não sabe. Acabamos sabendo pela TV. Os caras vão investigando, investigando e quando você vê [existe violência] do lado da sua casa; às vezes, você pensa que conhece todo mundo, mas não conhece, né (*E13, grifo adicionado*).

E2, por exemplo, alega se sentir segura em casa porque, para ela, se um ladrão tentar ingressar no imóvel fará barulho e será incomodado pelos cães. Ela é, entre todos o grupo, a pessoa mais “protegida” no aspecto estrutura da casa. Não há qualquer acesso ao interior da casa que não seja pelo portão, pois o telhado da garagem vai até o muro que faz divisa com as casas vizinhas. Essa característica faz com que não haja chances de alguém pular o muro e invadir a residência. Além do portão externo, há ainda outra porta que fica trancada como uma segunda barreira a potenciais invasores. Todas essas barreiras não impediram que ela fosse agredida pelo vizinho, como relatado.

E1, um policial militar aposentado que mora imediatamente ao lado de *E2*, diz que não se sente seguro em casa, motivo que o fez levantar o muro mais alto. Ele foi o único entre os 18 entrevistados a ter sofrido um furto em casa²¹⁹, situação que compartilhou quando o pesquisador o questionou sobre as motivações que o levaram a murar o imóvel.

Deixei assim [alto], mas mesmo assim não resolve. Esses tempos atrás – tá com uns quatro anos para trás –, eu vou abrir a torneira ali [em um tanque, na parte de trás do terreno] – só que ele [o ladrão] foi ligeiro né? Com esse muro mesmo, dessa altura aqui, fui abrir a torneira lá no tanque. Cadê a água? Aí pensei: “Nossa, será que está faltando água hoje? Não, mas não pode [estar faltando água]”. Quando eu saí aqui [na frente de casa], o jaguara

²¹⁹ *E10*, moradora de Colombo, relata um caso de homens que se refugiaram na casa dela em uma fuga, mas não houve qualquer tipo de furto ou roubo.

tinha pulado o muro ali, fechou a torneira e arrancou o registro. Levou embora. Levou (E1).

Questionados sobre a ciência de crimes exibidos pelos dois noticiários em regiões próximas, os entrevistados da Cidade Industrial, com exceção de E3, o mais velho deles, e E14, o mais novo a ir morar no bairro, mostraram-se conhecedores de violações midiaticizadas. E3 faz uma ressalva ao destacar que boa parte dos delitos que acontecem na região não costumam passar no *Balanço Geral* – e isso pode ter relação direta com o vínculo menos local valorizado pela linha editorial do programa, algo apontado pelo monitoramento. Quando questionado sobre os crimes veiculados, destacou mais casos que, segundo ele, não foram televisionados: “Teve aquele piá que morreu ali em cima na esquina, não passou né? Teve mais qual outro? Aqui no ponto do ônibus mataram aquele um, também não passou no jornal” (E3). Perguntado se foi conferir se os temas foram exibidos pelos noticiários, ele foi enfático: “Ué, eu assisto direto né porquê... *Ainda mais quando é vizinho da gente!* A gente fica curioso né, pra ver por que mataram, o que [foi] que o cara fez, o que o cara tava fazendo, o que o cara tinha feito né” (E3, *grifo adicionado*).

E1, E2, E5 e E13 conheceram um ou mais vizinhos que foram vítimas e/ou agressores de casos midiaticizados pelos dois noticiários. Um deles relembra um feminicídio cometido por um adolescente contra a namorada.

Teve uma vez que eles vieram também fazer uma reportagem, aqui na terceira rua, na parte cima, aqui da nossa casa. Teve um garoto que estudava aqui no [nome do colégio], que também assassinou a namoradinha dele. Vieram fazer a reportagem. Também por causa de ciúme né, essas coisas assim. E daí o piá foi preso e tudo, pagou a pena (E5).

E13 se recorda de brigas familiares graves na rua da casa e, pelo menos, mais dois episódios que afirma ter visto a repercussão pelo *Tribuna da Massa*. Um deles chama a atenção: “O piá era pizzaiolo e era um piá gente boa. Vivía com meus netos, na minha rua. A pizzaria que ele entregava era na frente da minha casa, piá gente boa e, de repente, chegaram os caras e eliminaram ele e ele caiu dentro da minha garagem” (*E13*).

5.2.2. Colombo: hábitos de consumo do *Tribuna da Massa*

Dois entrevistados que moram no Jardim Guaraituba, em Colombo, têm apenas um televisor em casa (*E16* e *E17*), três deles possuem dois (*E8*, *E9* e *E10*), enquanto um tem três aparelhos em casa (*E15*). *E16*, que assiste à primeira hora do *Tribuna da Massa* no intervalo para o almoço na fábrica onde trabalha, utiliza o equipamento tanto na sala quanto no quarto. “Tem a nossa estante, aí eu fiz uma adaptação atrás, coloquei um prego na porta. A gente tira dali e engata na porta, porque a parede da sala já é nosso quarto. Aí fica ali *penduradinha*... Qualquer lugar que tá já consegue encaixar” (*E16*). Durante a semana, quando acorda, às 5h30, vê televisão “bem baixinha para não acordar as crianças” (*E16*) por cerca de 20 minutos antes de ir partir rumo à empresa. A preferência é quase sempre pela *Rede Massa*. Quando retorna à noite, vê a telenovela mexicana *Chiquititas* e outras novelas, além do *Programa do Ratinho*.

Já *E17*, que vê o *Tribuna da Massa* sempre sozinha, tem um aparelho de 32 polegadas na sala. Ela conta que optou por não ter televisão no quarto para não passar muito tempo na cama. “Não levanto

mais cedo, porque passei a vida inteira levantando de madrugada pra trabalhar. Agora me dou o direito de levantar sempre depois das oito” (E17). Às vezes, ela – que comprou o televisor há três anos para se desfazer da antiga e conseguir ampliar o espaço da sala com um sofá-cama que a possibilita receber visitas – chega a assistir uma parte do *Bom Dia Brasil*²²⁰. Em seguida, vai à academia. Quando retorna, acompanha a grade horária da *Globo* e muda para o *SBT* ao meio-dia. Ela assiste ao *Tribuna da Massa* inteiro. À noite, a programação fica essencialmente na *Globo*. “Às vezes, ponho na *Rede Evangelizar* pra assistir ao Padre Reginaldo Manzotti; às vezes, eu ponho lá no *SBT* pra assistir ao [Programa do] *Ratinho*” (E16).

E8 tem dois televisores, mas não sabe precisar quantas polegadas cada um deles tem. Um no quarto, o maior, e outro na sala, que comprou usado e instalou o conversor. Costuma acordar às 5h00 e, desde então, acompanha a *Rede Massa* o dia todo. Da emissora, não vê apenas o programa *Fofocalizando*²²¹, transmitido após o *Tribuna da Massa*, momento no qual foi realizada a entrevista. Devido à deficiência e à falta de controle remoto, ela dorme e acorda com a televisão ligada. Vê o *Tribuna da Massa* acompanhada da família. “As meninas também. Eu assisto com o meu piá, quando ele chega do serviço, o meu marido. O outro grande também, ele briga, ele só quer assistir o *Tribuna da Massa* porque ele gosta do Passaia” (E8).

E9 também possui dois aparelhos: um na sala, de 42 polegadas, e um no quarto, que precisou de conversor digital. E9, apesar de, a

²²⁰ Apresentado por Ana Paula Araújo e Chico Pinheiro, o telejornal é exibido de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 9h00.

²²¹ Revista eletrônica veiculada de segunda a sexta-feira, às 15h00, apresentada por Livia Andrade, Décio Piccinini, Leo Dias Mamma Bruschetta e Leão Lobo.

princípio, se sentir contrariado, afirmou que assiste às novelas do *SBT*. Ele liga o televisor no horário do almoço e zapeia, ao lado da mulher, entre o *Balanço Geral* e o *Tribuna da Massa*, atração que ele diz ter melhorado após a substituição do apresentador.

Geralmente, eu ligo no Gilberto [Ribeiro], agora não é ele que tá, é o [Guilherme] Rivaroli, e daí depende também, eu gosto também né. Eu assisto [a]os dois na verdade. Hoje o [canal] quatro também com essa programação do Passaia tá... Eu acho ele um cara bem esforçado e bem sincero com as coisas. Então tô sempre... Às vezes, assisto [a] ele também, fico meio balanceado assim (E9).

À noite, sintoniza essencialmente a programação da *Globo*. Nas quartas-feiras, em especial, porque tem futebol. *E10* é a única entre os 18 participantes que assiste com frequência à *Netflix*²²² e consome conteúdo do *YouTube*²²³ pela televisão. A família dela tem um televisor de 42 polegadas na sala e uma de 32 no quarto do casal. Pela manhã, vê essencialmente a *Globo* (as atrações *Ana Maria Braga*²²⁴, *Bem-Estar*²²⁵ e *Fátima Bernardes*²²⁶) enquanto executa afazeres domésticos. “Se uma coisa me interessa, sento no sofá e vejo o que está passando. Aí depois que termino meu serviço até meio-dia. O almoço já está pronto e aí minha filha traz os meninos” (*E10*).

No horário do almoço, disputa com os netos o direito de ver o *Tribuna da Massa*. O marido costuma chegar, almoçar e retornar para a

²²² Principal plataforma de *streaming* no Brasil, com aproximadamente 10 milhões de usuários, a empresa oferece um serviço de produção e, principalmente, distribuição de conteúdos audiovisuais pela internet.

²²³ Site de compartilhamento de vídeos enviados por usuários cadastrados.

²²⁴ *Mais Você* é um programa de variedades e culinária apresentado por Ana Maria Braga, exibido de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 10h20.

²²⁵ Com apresentação de Mariana Ferrão e Fernando Rocha, o programa discute questões relacionadas à saúde e qualidade de vida é exibido de segunda a sexta-feira, das 10h20 às 10h50.

²²⁶ *Encontro com Fátima Bernardes*, comandado pela apresentadora que dá nome à atração, é um programa que mistura informação, prestação de serviços e entretenimento. É exibido de segunda a sexta-feira, das 10h50 às 12h00.

atividade de motorista de *Uber*, fato que a faz consumir boa parte do programa sozinha. Ela negocia o direito de assistir ao *Tribuna da Massa* com os netos: eles a deixam acompanhar o noticiário da *Rede Massa* e ela os autoriza a ver desenhos animados a tarde toda.

Quando os netos partem, ela vê a novela das seis na *Globo*. Quando o marido volta do trabalho “ele já quer assistir [a]o [canal] 7, aí a gente já vai ver a *RIC*” (E10). Ela, de forma curiosa e contraditória, afirma não gostar do *RIC Notícias* porque o noticiário “fala muito de violência. Muita coisa repetitiva...” (E10).

A única entrevistada a ter três aparelhos é E15, mesmo que esse número não implique em a família consumir paralelamente dois ou mais canais. A costureira possui um televisor de 29 polegadas na sala, outro do mesmo tamanho no quarto do filho e um menor no próprio quarto. “Ganhei duas [televisões]. Acho que com dois dias de diferença. Essa da [sala] e a outra são do mesmo tamanho. As duas são grandes” (E15). Durante a semana, das seis às sete acompanha a *Globo*, com o *Bom Dia Paraná*²²⁷. Na sequência, muda para o *SBT*, onde vê o *Primeiro Impacto*²²⁸. Depois deixa a televisão ligada em desenhos para a neta, que fica com ela de segunda-feira a sábado. Depois vê o *Show de Bola*, atração esportiva local que antecede em meia hora o *Tribuna da Massa*, porque gosta de futebol. Costuma receber as duas sobrinhas que trabalham em um colégio próximo à residência no horário do almoço para ver o *Tribuna da Massa*. Terminado o noticiário apresentado por Eleandro Passaia, não dá muita atenção ao programa *Fofocalizando*, mas, em seguida, assiste ao

²²⁷ Apresentado por Wilson Soler, o telejornal local era exibido no período da pesquisa de segunda a sexta-feira, das 6h00 às 7h00. Atualmente tem o mesmo horário de início, mas ganhou mais uma hora de duração.

²²⁸ Noticiário apresentado de segunda à sexta-feira, às 6h00. Dudu Camargo estreou na ancoragem em 12/10/2018, aos 18 anos. A atitude foi resultado de uma medida adotada pelo empresário Sílvio Santos.

Chaves, uma das paixões da neta, de acordo com ela. À noite volta a prestar mais atenção às atrações televisivas. Quando chega do emprego, a filha gosta de assistir às novelas da *Globo*. Ela cede ao gosto da descendente para ter companhia, mas afirma que antes da mudança de hábito da filha gostava de ver o *Programa do Ratinho*.

Os entrevistados foram questionados sobre quais afazeres paralelos fazem enquanto consomem o noticiário da *Rede Massa*. O pesquisador optou por não fazer a pergunta para *E8*, já que ela disse na pré-entrevista que, devido à deficiência física, não consegue nem mesmo auxiliar nas mais simples tarefas domésticas.

Há aqueles que, no máximo, almoçam e descansam enquanto ficam concentrados integralmente no programa (*E8*, *E9* e *E10*). Entre eles, um diz que a mulher geralmente prepara o almoço e ele fica “esperando cozinhar [*risos*]” (*E9*). Os demais executam outras atividades (*E15*, *E16* e *E17*). *E16*, que é proibido de mexer no celular no horário do almoço, assiste e conversa com colegas de trabalho. Já *E15* cozinha, almoça, cuida das crianças e, raramente, mexe no celular. Por fim, *E17* é a única que, às vezes, faz faxina durante o horário do noticiário. “Se eu tô limpando a casa, a televisão tá ligada; se eu tô fazendo meu almoço, venho aqui e levanto o volume pra escutar lá o que tá acontecendo. Se tem alguma coisa que chama a atenção, a gente para e vem ver né” (*E17*). Questionada sobre quais notícias dá importância, cita a meteorologia. “Ah, quando eles vão dar e eu tô lá na cozinha, eu venho ver. Se vai chover hoje de tarde, se não vai... Geralmente dá errado, mas a gente vem ver. Não custa tentar olhar o que [é] que tá dando a previsão [*risos*]” (*E17*).

Os respondentes foram indagados sobre a ciência a respeito da veiculação no *Tribuna da Massa* de crimes ocorridos em regiões

próximas e também se conheciam vítimas e/ou agressores de algum caso midiaticizado. Metade dos entrevistados de Colombo (*E10*, *E16* e *E17*) não conhece alguém que já foi agressor ou vítima de um crime veiculado pelo *Tribuna da Massa*. Todos, porém, lembram de casos de regiões próximas.

E17 diz que aparece o nome Jardim Guaraituba no noticiário, mas não se recorda de nenhum episódio especificamente. *E16*, por outro lado, afirma saber dos crimes na região mais pela vizinhança do que pelo programa. Admite que talvez algumas notícias possam ser transmitidas após às 13h00, horário que ele já voltou ao serviço. “Ou, às vezes, passa e eu não presto atenção” (*E16*). Ainda lamenta que a morte do primo, atropelado em 2010, não tenha passado no *Tribuna da Massa*. “Eu queria que passasse, mas não passou. Passou no [Canal] 12, no [Canal] 7 e no [Canal] 4 não passou” (*E16*).

E10 lembra de um policial que assassinou uma mulher na Estrada da Graciosa²²⁹.

A menina, acho que foi no apartamento dele. Aí depois eles foram embora. Passou uma imagem dos dois indo embora. Aí depois a menina sumiu. A mãe dela começou a procurar. Diz que foi conversar com o rapaz, aí diz que o rapaz falou pra ela: “Ah, não se preocupa não. Sabe ali a Serra da Graciosa? Quem sabe você não acha o corpo dela ali”. Foi dito e feito (*E10*).

Três entrevistados (*E8*, *E9* e *E15*) relatam conhecer mais de uma pessoa vítima de crimes midiaticizados pelo programa. *E15* lembra de um homicídio ocorrido em um *lava car* próximo à residência dela e de um rapaz, conforme ela, envolvido com o tráfico, que morreu na esquina da

²²⁹ Tribuna do Paraná. *Mãe reconhece corpo de Andrielly, ex de PM que estava desaparecida*. 10 de junho de 2018. Disponível em: <https://goo.gl/o97WRh>. Acesso: 20 jan. 2019.

casa dela. “Tinha um ponto [de drogas] naquela esquina lá. Tinha uma turma que ficava lá naquela esquina lá num... [pausa] *muquifinho* de drogado né. Daí ele tava lá, vieram correndo atrás dele, alcançaram ele aqui perto da esquina e mataram” (E15).

E9 também se recorda de três eventos criminais, dois deles consequências do tráfico de drogas. O primeiro referente à morte por tiros de quatro homens, fato ocorrido bem próximo à casa dele. O segundo, mais antigo, de um homem morto na cama da própria casa.

O cara veio e matou, faz mó tempão. [Ele estava] na cama dormindo junto com a mulher. Inclusive, ele largou o carro aqui na frente, só que a gente não... Eu tentei pegar a placa, alguma coisa, mas, segundo as informações, os caras já mataram também, o que matou esse cara aí. É tudo coisa com droga né (E9).

O terceiro caso que o entrevistado se lembra é de uma criança que teria sido estuprada pelo avô. “No final das contas não era nada disso né. O velhinho foi até preso também né, esse aí também foi no Gilberto, o Gilberto bateu muito em cima” (E9).

Por fim, E8 se recordou de dois homicídios mediatizados pelo *Tribuna da Massa*, um deles ocorrido três ou quatro casas ao lado da dela. O foco, porém, foi na exibição da morte de um dos filhos, em um acidente de moto em 2017. O rapaz, de acordo com ela, havia comprado a moto pela manhã e morreu no final da tarde. Foi o segundo episódio de acidente fatal na família, já que ela havia perdido o marido que tinha “três vezes a idade” dela também em um acidente de trânsito. “*Até gostei que ele* [o repórter] *falou ‘trabalhador’, sabe? ‘Mais um trabalhador perde a vida’. Meu filho era trabalhador mesmo*” (E8, grifo adicionado).

5.2.3. São José dos Pinhais: hábitos de consumo do *Balanço Geral*

O grupo de telespectadores de São José dos Pinhais é o que, na média, assiste a menos televisão, mas o meio de comunicação não pode ser desconsiderado como relevante na produção de sentidos na vida dessas pessoas. Entre os entrevistados, *E6* e *E11* têm apenas um televisor em casa, respectivamente, um aparelho de 47 polegadas na sala e um de 14 polegadas na cozinha. O primeiro alerta que vê o *Balanço Geral* e o *Tribuna da Massa* (mas prefere o segundo) com a esposa, a responsável pela definição da programação: “O controle remoto quem manda lá [em casa] é a mulher né. Ela que decide o que vai assistir, mas nessa hora do meio-dia a gente mais assiste ao *Balanço Geral* ou ao *Tribuna da Massa*” (*E6*). Com a mudança de horário de início do *Tribuna da Massa* para 11h45 durante o período eleitoral, a esposa tem o hábito de sintonizar primeiro o *SBT*. É durante o programa, que costuma ser visto integralmente, que a família se reúne no sofá para almoçar. Após o noticiário, ele se ocupa com outros afazeres enquanto a esposa consome novelas. *E6* volta para a frente da televisão apenas à noite, essencialmente na *Globo*, pois gosta do *Jornal Nacional* e também das novelas, menos da última exibida diariamente. “A das nove eu não assisto muito. Nesse horário, às vezes, eu prefiro ir dormir” (*E6*). *E11*, que acompanha o *Balanço Geral* sozinho especialmente durante a primeira hora do programa, diz ver pouca televisão durante a semana, algo entre duas e três horas, e nada aos sábados e domingos, por considerar a grade de conteúdos nesses dias “um lixo”. Nos dias que está em casa durante a semana, zapeia entre o *Balanço Geral* e o *Boa Tarde Paraná*²³⁰ (*RPCTV*).

²³⁰ Apresentado por Fernando Parracho, o telejornal local é exibido de segunda a sexta-feira, das 11h45 às 12h55.

“Quando não tem jornal eu deixo na *Record*, porque eu não gosto da programação da *Globo*” (E11).

A família de E7 também possui dois aparelhos em casa (um de 21 polegadas na sala e um de 20 no quarto dos pais). O da sala tem tela plana, mas os dois necessitaram de conversor digital. E18 e E12 possuem três aparelhos. A primeira tem um na sala (42 polegadas) e um em cada quarto da casa, sendo que a do cômodo do neto foi comprada cerca de dois meses antes da entrevista. Nos dias em que está de folga da atividade profissional (ela cumpre jornada de 12 horas trabalhadas por 36 de descanso) E18 acorda cedo e liga no telejornal *Hora 1*. Na sequência, muda para a *RICTV*, emissora que considera ter mais variedade de temas e programas. “De manhã eu assisto [ao] *Paraná no Ar*²³¹. Às vezes, assisto [ao] *Hoje em Dia*²³², quando dá tempo. Aí o *Balanço Geral*. Daí o *Balanço Geral* eu assisto até o final. Sempre até o final” (E18). Ela explica que a televisão passa praticamente o dia todo ligada na *RICTV*, condição que só muda à noite, quando sintoniza as novelas da *Globo*; na sequência, volta ao canal preferido para ver o *Jornal da Record*²³³.

Já E4, a pessoa com menor renda entre os entrevistados de São José dos Pinhais, possui dois televisores, um deles fruto de doação. O maior, de 20 polegadas, fica no quarto, onde ela passa a maior parte do tempo. “Quando eu não estou bem, eu fico mais deitada né? Às vezes, eu fico três, quatro dias deitada. Então, a TV maior tem que ficar lá [risos]”. participante vive um contexto de mediação situacional muito singular devido à doença. Ela assiste a muita televisão de madrugada

²³¹ Apresentado por Gislene Bastos, o telejornal é veiculado de segunda à sexta-feira, das 7h00 às 8h30.

²³² Apresentado por Ana Hickmann, César Filho, Renata Alves e Ticiane Pinheiro e vai ao ar das 10h00 ao meio-dia.

²³³ Apresentado por Adriana Araújo e Celso Freitas, o telejornal é veiculado de segunda à sexta-feira, das 21h45 às 22h30.

(especialmente, filmes na *Globo* e o telejornal *Hora 1*), depois costuma trocar de canal e ver o *Primeiro Impacto*, apresentado por Dudu Camargo. Só então *E4* consegue adormecer. No meio da manhã, a filha liga sintoniza na *Globo*, mas a mãe mal sabe descrever a programação, devido ao sono ampliado por causa dos efeitos colaterais dos remédios. Costuma acordar próximo ao meio-dia, quando sintoniza a *RICTV* no *Balanço Geral*. A filha deixa o almoço pronto e vai para a escola. Ela, que vê o noticiário sozinha quando não tem nenhum serviço como cabelereira, não executa atividades paralelas no horário do programa de Gilberto Ribeiro. “Nem ir no banheiro eu quero pra não perder nada!” (*E4*). Ela explica que consumia também o *Tribuna da Massa*, mas passou a acompanhar exclusivamente o *Balanço Geral* após a substituição na ancoragem do primeiro, ocorrida em setembro de 2017.

A estudante *E7* foi forçada a perder parte do hábito de ver televisão devido ao início da graduação. Ela não consegue mais assistir ao *Balanço Geral* desde o começo do ano, mas foi selecionada para a fase de recepção/mediação devido ao fato de ter sido consumidora diária do noticiário durante dois anos. O fato dela ser a mais nova entre todo o universo de participantes, somada à noção de que os episódios de violência são estruturados a partir de matrizes narrativas e não pelo caso em si, torna a entrevistada um perfil interessante para a compreensão sobre como ela negocia, reinterpreta e reelabora sentidos. Afirma que passou a acompanhar o *Balanço Geral* inspirada na família de uma amiga do Ensino Médio a qual visitava com regularidade. Ela, de certa forma, percebia a família da amiga unida em torno do sofá e passou a adotar o hábito. Hoje chega da faculdade por volta de 14h30, após o término do *Balanço Geral*. Disse que senta no sofá com a mãe, enquanto estuda e/ou

usa o celular, para ver o *Chaves*, no *SBT*, *Malhação*²³⁴ e a novela das seis, na *Globo*, além das novelas da *Record* e, mais tarde, a novela das 21h00 na *Globo*. Ao término, ela tem o hábito de dormir, pois acorda às 5h30 para ir à universidade.

Quando *E7* desperta, *E12* está encerrando a jornada de trabalho como metalúrgico. Ele possui três aparelhos em casa, o maior tem 43 polegadas e fica em uma espécie de bar que ele montou no ático da residência. Costuma dormir até meio-dia; às vezes, até 13h00. Assim que acorda, liga a televisão no *Balanço Geral*. Em seguida passa a zapear entre o *SBT* e a *RIC*, passando rapidamente pela *Band*. Após o *Balanço Geral*, vê *Chaves*, *Fofocalizando* e *Casos de Família*²³⁵ na primeira emissora. Uma rápida sintonizada na *Band* para acompanhar o *Brasil Urgente* e a volta para a *RICTV*, onde vê o *Cidade Alerta* e o *RIC Notícias*. Depois, muda para o *SBT*, onde vê, na sequência, o *SBT Notícias*²³⁶ e o *Roda, Roda Jequití*²³⁷. Por último, muda para o *Jornal Nacional* e sai de casa para trabalhar. “Como falei, minha mulher é designer e, às vezes, tem cartão de visita para [entregar a] cliente, tem que mandar buscar na distribuidora gráfica e entregar para cliente [...]. Assisto à TV nas horas vagas que não tenho o que fazer. Aí fico em casa” (*E12*).

Com exceção de *E6*, que conta não conhecer nenhuma vítima ou agressor, nem se recordar de crimes cometidos próximos à casa dele, todos os demais conhecem direta ou indiretamente agressores e/ou vítimas e testemunharam um ou mais crimes nas localidades onde moram.

²³⁴ Telenovela veiculada na *Rede Globo*, de segunda à sexta-feira, entre 17h55 e 18h30.

²³⁵ Apresentado por Christina Rocha, o programa, exibido de segunda à sexta-feira, entre 16h00 e 17h15, reúne pessoas que vivem situações de conflitos familiares expostos no palco.

²³⁶ Apresentado por Eduardo Scola e Thays Bezele, o telexnotícia vai ao ar de segunda à sexta-feira, das 19h15 às 19h45.

²³⁷ Apresentado por Silvio Santos, o programa de entretenimento é exibido de segunda à sexta-feira, das 20h25 às 20h50.

E7 recorda que um bordão ligado a São José dos Pinhais no *Balanço Geral* é “terra da bala”. E foi um caso que envolveu arma de fogo que marcou a família.

Ele meio que se envolvia com drogas, era traficante, mas nunca fez mal a ninguém. *Por mais que ele mexesse com essas coisas, sempre foi uma pessoa muito boa, nunca matou ninguém e nem se envolveu em tiroteio, essas coisas assim.* Eram umas quatro da tarde, mais ou menos, ele tinha ido na casa de um amigo, que talvez não seja tão amigo assim. Chegou um carro branco, com duas pessoas dentro e dispararam 30 tiros na direção dele. Acertaram 30 tiros (*E7, grifo adicionado*).

O crime aconteceu em agosto de 2017, em São José dos Pinhais. A primeira pessoa da família soube do homicídio do rapaz de 28 anos pela televisão. *E7* não sabe dizer onde a prima consumiu a informação, mas pelo horário, a possibilidade seria no *Cidade Alerta PR*, único noticiário criminal local exibido em Curitiba no final da tarde. Consultada sobre a veiculação desse acontecimento, a *RICTV* afirmou que o repórter Ricardo Pereira fez um *mochilink*, uma transmissão ao vivo pela internet que se apropria do uso da tecnologia 4G, de um jovem baleado em São José dos Pinhais na mesma data citada pela entrevistada. A vítima cumpria pena em regime semiaberto, característica que coincide com a relatada por *E7*. “A minha prima tava com a TV ligada [...]. Ela ficava escutando muito o sobrenome dele [...]. Foi quando começou a reparar no noticiário que ela entrou em choque, porque a morte dele foi um choque para a toda família” (*E7*). Ela soube do caso apenas no início da manhã seguinte e disse ter visto todos os programas um dia após o velório. “Passou na *Banda B*, na *Tribuna* e mais um outro que não me recordo o nome. Tem a notícia no *Facebook*, no *Google*” (*E7*).

E11 conhecia uma pessoa morta uma semana antes da entrevista, cujo feminicídio foi noticiado no *Balanço Geral*.

Foram uns seis minutos [de exibição]. Eles contaram um pouco dela, quem ela era e o que fazia e que na noite de quarta-feira ela saiu pra passear. A última vez que [a] viram, as câmeras registraram ela entrando no carro do ex-marido e depois encontraram ela morta. Aí [os produtores] vieram aqui, entrevistaram gente da igreja, entrevistaram a mãe, entrevistaram os irmãos, perguntaram dela, como ela era, se ela já tinha reclamado alguma vez, ex-marido... Achei que foi meio superficial (*E11*).

Além da vítima recente, *E11* se recorda de mais dois casos que envolveram pessoas com quem teve amizade na infância e que foram midiaticizados pelo *Balanço Geral*. No primeiro episódio, que ele não soube precisar sequer a data aproximada do acontecimento, ele conta sobre amigos de infância que foram presos após roubo de carro e assalto a banco. O evento chama a atenção pela agressividade dos ladrões, que jogaram gasolina no segurança do posto e ameaçaram incendiá-lo se não obtivessem êxito no crime. Já da segunda lembrança, datada mais ou menos três anos da entrevista, o que mais chama a atenção é a percepção sobre como o jornalismo pode interferir no desencadeamento dos fatos. Após um assalto, a gangue foi perseguida pela polícia e acabou sequestrando uma família. “Eles invadiram uma mecânica e fizeram toda a família refém. A negociação deles é que só saíam e entregariam os reféns se a mídia tivesse presente dando cobertura. Porque eles sabiam que se eles se entregassem sozinhos ali eles *iam pro estralo*” (*E11*).

E12 se recorda de uma exibição no *Balanço Geral* na região que extrapolou o mundo do crime: “Lá no bairro de baixo [teve] a reportagem que eles fizeram daquela *Vizinhança Solidária*, que instalaram aquela

Vizinhança Solidária. Foi o Emanuel Pierin mesmo que foi lá na vila. Acho que mostraram uns dois dias a reportagem” (E12). No âmbito criminal, afirma que parte das pessoas com quem convivia direta ou indiretamente na infância também fez e faz assalto a bancos. “Quando tem assalto de banco, estouram caixa eletrônico... Como a gente mora aqui há muito tempo, a gente conhece a piaçada aí” (E12).

As duas últimas entrevistadas (E4 e E18) conhecem vítimas de violência cujas histórias foram exibidas pelo *Balanço Geral*. E18 alega já ter conhecido várias pessoas que foram vítimas ou agressoras: “Teve muitos meninos lá que eu conheci pequeno e já morreram por tráfico de drogas. Sempre aparece no *Balanço Geral*” (E18). Menciona um episódio recente midiático pelo noticiário de uma garota vítima de latrocínio. “A menina tava saindo para ir pra faculdade e os bandidos mataram ela” (E18). Ainda que não tenha conhecido a vítima, diz que o roubo de carro que culminou em morte “foi bem próximo da minha casa” (E18). E4, por outro lado, cita uma ação ocorrida no conjunto residencial Serra do Mar, no bairro Riacho Doce, em São José dos Pinhais. Conhecido como *Serra do Mal e condomínio da morte*, o imóvel foi entregue como parte de uma política de realocação de famílias, em 2012. Desde então já registrou diversos atos de violência. Uma reportagem do jornal *Tribuna do Paraná*²³⁸, publicada em 2017, aponta que pelo menos 30 mortes ocorreram no local, dominado pelo tráfico de drogas. E4 ficou chocada quando soube da morte de uma menina que era vizinha dela e que havia se mudado para o famigerado condomínio. “Aquele [menina] que queimaram..., eu já tinha visto – antes dela mudar pra lá, ela morava aqui

²³⁸ Tribuna do Paraná. *Condomínio da morte*. 4 de abril de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/cHJ8FV>. Acesso: 25 out. 2018.

no bairro. E eu – de vista – eu conhecia a moça” (E4). Segundo ela, o sentimento de comoção pelo caso foi maior não exatamente pela moça que, para a entrevistada, tinha se envolvido com pessoas erradas, e sim pela mãe.

5.3. PRODUÇÃO DE SENTIDOS E CULTURA DA VIOLÊNCIA

Como visto nos dois primeiros tópicos, buscou-se compreender as relações do indivíduo com o espaço social onde vive. Para isso, houve um esforço para se debruçar sobre aspectos da história de vida dos participantes e a forma como eles se vinculam ao espaço, seja a casa ou a comunidade, a rua ou a cidade, o mundo do trabalho ou escolar e o campo religioso. A primeira parte das entrevistas que formam o *corpus* de análise da fase de recepção investiga aspectos próprios da vida cotidiana dessas pessoas, bem como os hábitos de consumo televisivo. Esses elementos são essenciais para que se compreendam como se formam as visões de mundo que os respondentes têm em relação à temática da violência e aos usos que fazem dessas notícias no dia a dia.

Há, segundo o que foi abordado até aqui, uma série de fatores que explicitamente dividem o grupo geograficamente em três subculturas como, para citar apenas alguns exemplos, o grande tempo de fixação no bairro dos moradores da Cidade Industrial, a dependência do aluguel dos moradores de São José dos Pinhais e, por fim, o menor grau médio de acesso à educação formal entre os habitantes de Colombo. Esses fatores são fundamentais para que se compreendam as implicações da estigmatização e da invisibilidade social e, simultaneamente, desvinculam percepções de que esses residentes possuem similaridades.

Por outro lado, há uma série de pontos que subvertem essa lógica da regionalização e que os colocam dentro de novas subculturas, de modo que uma pessoa radicada em São José dos Pinhais, por exemplo, poderia ter alguns aspectos identitários mais próximos com alguém da Cidade Industrial ou de Colombo do que com outro domiciliado da própria cidade. É na tentativa de compreender essas visões de mundo que, neste tópico final, houve a decisão de agregar os entrevistados para compreender boa parte da visão de mundo compartilhada por eles – o aspecto geográfico, claro, quando tem relevância, é destacado ao longo da análise. Jacks (1999) frisa que uma pesquisa de gênese sociocultural não pode ser subsidiada pelas similaridades dentro de um mesmo território.

Uma análise que não privilegia a totalidade dos aspectos culturais, por exemplo, tende a ver a região com uma aparente homogeneidade, que normalmente é usada para a construção de sua identidade, em oposição às diferenças em relação às outras regiões. Entretanto, internamente pode haver uma diversidade caracterizada por diferenças de natureza econômica, social e cultural, originando o que sociologicamente é chamado de subculturas (JACKS, 1999, p. 71).

Essa junção é necessária porque torna possível integrar à análise alguns dos conceitos abordados ao longo dos dois primeiros capítulos, sobretudo, a noção de biopoder, vista como uma estratégia narrativo-discursiva que, ao empregar técnicas que contrastam a vida insistentemente com a morte, valoriza a vida e é capaz de produzir, nos espaços de recepção e mediação, experiências. Os noticiários, portanto, como dispositivos de biopoder, contribuem para que o público aprenda as regras de convivência de instituições consolidadas – no caso deste estudo,

especialmente, a família, a igreja e, não menos importante, o próprio enaltecimento às forças ostensivas e ao mundo do trabalho.

Dito isso, a análise se desdobra em compreender o jogo de forças que estabelece as razões pelas quais o conjunto de interlocutores passou a consumir cotidianamente o *Tribuna da Massa* e/ou o *Balanço Geral*, bem como identificar ocorrências que chamaram a atenção do grupo para confrontá-los com a perspectiva narrativa adotada na primeira fase da pesquisa. Além disso, há uma tentativa de compreender como esses telespectadores avaliam questões de exibição indevida e desrespeito à presunção de inocência, cujos resultados demonstram uma relevante cristalização da violência de cunho simbólico nas esferas das mediações.

5.3.1. Vínculos com os noticiários e naturalização da violência

Os entrevistados foram questionados sobre desde quando começaram a assistir aos noticiários e quais motivos que os levaram a incorporá-los ao cotidiano. Apenas um dos respondentes acompanha um dos programas, o *Tribuna da Massa*, há menos de dois anos (*E16*). Seis afirmam ver com frequência no período entre dois e cinco anos (*E5, E7, E10, E11, E14 e E18*). O restante declara ter adquirido o hábito de assisti-los em um período entre cinco e dez 10 anos (*E12, E13 e E17*) ou acima de 10 anos (*E1, E2, E3, E4, E6, E8, E9 e E15*).

Os motivos do consumo são variados e, por vezes, extrapolam a própria lógica de gênero: relações familiares (*E2 e E7*) e deficiência física (*E8*); entrada (*E16*) ou saída do emprego (*E5 e E10*) e, finalmente, mudança na jornada de trabalho (*E18*). Em outros casos, as questões do gênero jornalístico são destacadas: admiração pelo âncora e repórteres e,

consequentemente, pelas bandeiras defendidas pelas atrações (*E3*, *E9*, *E12* e *E14*), pela forma como as histórias são narradas (*E6*, *E11* e *E15*). Há, por fim, ainda aqueles que não conseguem lembrar como se engajaram ao noticiário (*E1*, *E4*, *E13* e *E17*), mas que provavelmente estão vinculados a uma dessas situações.

Em relação ao primeiro ponto, há aspectos que chamam a atenção justamente porque extrapolam a temática criminal em si e porque ganham nuances justamente por divergirem do princípio de que as pessoas passam a consumir os programas por gostarem de ver sangue e/ou tragédias. *E7*, por exemplo, começou a assistir ao *Balanço Geral* porque avaliava como bem estruturada a família de uma amiga do Ensino Médio que visitava regularmente. Por ter problemas em casa – sobretudo devido à dependência que o pai tem de álcool, característica que a fez se afastar dele, mesmo que diga manter uma relação fria, cordial –, a universitária projetava na família da amiga uma referência e conseguiu materializá-la no ato de ver o *Balanço Geral*. Já *E2*, aquela que assiste com menor frequência ao *Balanço Geral*, afirma ter apreendido a acompanhar telejornais com o falecido marido, fato que demonstra um tipo de mediação individual que vai além da escolha em si do programa a ser visto. Ela diz que via, a contragosto, os telejornais para ficar próxima ao cônjuge, hábito que permanece após mais de uma década de viuvez e que, de alguma forma, a liga ao período em que ele era vivo. *E8* disse que passou a acompanhar o *Tribuna da Massa* porque começou a sintonizar o *SBT* por causa das novelas (especialmente *Maria do Bairro*, um dos maiores sucessos editoriais da emissora de Silvio Santos, que estreou no

Brasil em 1997 e já foi reprisada sete vezes²³⁹). O vínculo com a emissora se ampliou especialmente após o Acidente Vascular Cerebral (AVC), quando, devido à falta de controle remoto, ela passou a dormir e acordar com o aparelho ligado.

A segunda perspectiva de vínculo reúne entrevistados que se identificam essencialmente na centralidade da figura do âncora, aspecto que pode ser ligado a princípios paternalistas, assistencialistas, ou ainda, à regionalização dos noticiários. *E14*, por exemplo, identificava-se com o antigo apresentador do *Tribuna da Massa*, Paulo Roberto Galo. Começou a acompanhá-lo por conta dos vizinhos e amigos que falavam sobre o humor particular do apresentador, ponto destacado por *E14* no tópico anterior quando afirmou que o entretenimento funciona como uma forma de extravasar a tensão da profissão de escolta armada: “Todo mundo falava: ‘Galo’, ‘Galo’, ‘Passou no Galo e tal...’. Aí um amigo meu falou que era um cara bacana e tal. E aí comecei a assistir” (*E14*).

E18 diz que Gilberto Ribeiro sabe diferenciar o momento de brincar e de falar sério. *E4* diz categoricamente amar o apresentador do *Balanço Geral* e tem anseio em conhecê-lo: “Tinha um rapaz que há muitos anos era assessor do Giba²⁴⁰, e ele cortava o cabelo comigo né? Aí ele ia [cortar o cabelo] e levava as fotos pra me mostrar. Ele dizia: ‘Um dia eu vou trazer ele pra tirar uma foto com você, mas daí acabei saindo do salão’” (*E4*). Já *E12*, por outro lado, se surpreendeu justamente com o aparente contrassenso entre a figura de Gilberto Ribeiro na televisão e na vida real na única situação em que pôde vê-lo presencialmente. Ele, que afirmou que votaria no âncora do *Balanço Geral* nas eleições de 2018

²³⁹ TV Foco. *Conheça as novelas mais reprisadas no SBT; número surpreende*. 28 de novembro de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/vN7Jyp>. Acesso: 25 out. 2018.

²⁴⁰ O âncora do *Balanço Geral* tem dois apelidos: *Giba* e *Cavalo*.

(embora ainda não tivesse pesquisado o número no dia da entrevista), identifica-se com o apresentador que andava pela Borda do Campo sem a presença de assessores durante uma pretérita campanha eleitoral. Foi quando *E12* o viu sozinho e em trajes menos formais (camisa clara e calça social) enquanto tomava cerveja com alguns amigos.

Ele parou o carro dele e saiu distribuindo santinho e conversando com a galera. Parou, sentou e ficou conversando com a gente. Ficou uns cinco minutos conversando ali. Aí eu falei: “Pô... Gilberto Ribeiro... Pô, esse cara é sangue bom”. Aí eu falei [para as outras pessoas que estavam tomando cerveja com ele]: “Já vi esse cara na televisão” [...] Me identifiquei com ele. Aí assistindo ele, vendo o que ele fala, acreditando em tudo o que ele fala, né? Às vezes, é que nem eu falei para você: eu mando mensagem, acompanho pela internet. Eu vejo como o pessoal também gosta dele muito, né? (*E12*).

O fato de ter se aproximado de Gilberto Ribeiro, mesmo que por poucos minutos, fez com que *E12* se tornasse uma espécie de entusiasta do âncora. Ele o considera sincero e autêntico: “Não que os outros não sejam sinceros, mas dá impressão que eles são mais artificiais, que são pessoas mais manipuladas. Eles ficam naquilo, como é que chama aquilo *teipe* [*teleprompter*], eles ficam lendo aquilo ali” (*E12*). Valoriza ainda o fato de o apresentador conhecer a cidade onde mora. “Ele fala a nossa língua. Ele é a cara do povo, parece [com] o pessoal de São José, tem a cara de São José. Essa é a impressão que ele transmite para nós” (*E12*).

As características elencadas por *E12* não são unânimes, mas são hegemônicas dentro do grupo de entrevistados. Sete deles dizem admirar muito Gilberto Ribeiro pelos mais variados motivos (*E3, E4, E5, E6, E9,*

E12 e *E18*), número que aumenta para dez quando o assunto é Eleandro Passaia (*E1*, *E6*, *E8*, *E9*, *E10*, *E13*, *E14*, *E15*, *E16* e *E17*).

O aspecto regional, destacado na própria frase de *E12* quando diz que o âncora do *Balanço Geral* “tem a cara de São José”, parece ser central nessa questão de engajamento com os apresentadores. Excetuada a Cidade Industrial de Curitiba, onde foram agregados telespectadores de ambos os noticiários, percebe-se grande vinculação entre os apresentadores e as regiões mais estigmatizadas. Isso pode parecer óbvio em um primeiro momento, já que o recorte aconteceu justamente por telespectadores dos programas, mas ganha notoriedade quando se buscam entender qualitativamente as justificativas pelas quais há vínculos entre o âncora com espaços sociais estigmatizados.

Em outras palavras, no início da pesquisa havia uma dúvida se a midiatisação de crimes nas regiões geraria mais implicações positivas ou negativas na vida cotidiana da audiência desses locais estigmatizados. O olhar do pesquisador, até certo ponto míope por estar naquele momento distante da realidade local, imaginava que haveria algum tipo de questionamento por parte dessas pessoas sobre por que apenas casos de violência são mostrados nessas regiões. Com exceção de um entrevistado (*E6*), que destaca como uma falha desses noticiários a exibição exclusiva da violência e a consequente omissão de temas ligados à administração pública e a outros aspectos do município onde mora, os demais enxergam a cobertura de episódios de violência como um recurso de visibilidade. Se a incidência de veiculação da violência gera, a partir de um princípio de vigilância, a noção de estigmatização dessas áreas geográficas para as pessoas que não as habitam, por outro lado, para os moradores dessas regiões reelabora-se justamente a partir da ideia oposta: de visibilidade.

Os motivos, conforme dito, demonstram a relação de cada apresentador com o espaço geográfico. Há aqueles que destacam a crença de que os produtores falam a verdade e têm postura firme, senso de justiça, aprofundamento temático e engajamento com lutas pertinentes à audiência, tanto de Gilberto Ribeiro (E6 e E9) quanto a Eleandro Passaia (E1, E6, E8, E9, E10, E13, E14, E15 e E16). Sobre o apresentador do *Tribuna da Massa*, um participante diz que gosta “das atitudes dele, não é um cara que se esconde pra falar. Ele fala mesmo, não importa se é um juiz, se é um polícia, se é o que é, ele solta o que ele acha que deve” (E9). Outro reitera o papel verdadeiro do apresentador por correr atrás de temas do interesse do entrevistado e da região onde ele mora: “E outra coisa: tomara que não seja só um personagem. Tô confiando nisso né? Porque ele diz assim: ‘Eu vou atrás. E se precisar de mim, conte comigo’. Bom assim; eu gosto disso” (E1). Ao confrontá-lo com o antigo apresentador, Paulo Roberto Galo, de quem gostava muito, outra respondente diz que Passaia é mais original (E13).

O jeito de falar também é uma característica destacada em Gilberto Ribeiro (E5) e em Eleandro Passaia (E8 e E14). Um dos entrevistados menciona o fato de o apresentador do *Balanço Geral*, nascido e criado no interior, ser meio rústico: “É a maneira dele apresentar o programa. Ele é descontraído, é alegre, o cavalo! [risos]. O cavalo! [risos]” (E5). O mesmo vale para o comandante do *Tribuna da Massa*. Uma das participantes, que admira o fato de o âncora da *Rede Massa* ir, segundo ela, mais a fundo nos problemas, diz que o Passaia parece mais *matueiro*²⁴¹, uma espécie de homem do sítio. Por isso a “gente se identifica mais com ele, sabia?” (E8).

²⁴¹ Neologismo que se refere a alguém que veio do mato, do interior, do campo.

Aprovados pela maioria, Gilberto Ribeiro e Eleandro Passaia não são isentos de críticas. *E4*, por exemplo, passou a assistir exclusivamente o *Balanço Geral* após a ida de Eleandro Passaia para o *Tribuna da Massa* por não se identificar com o então novo apresentador. Já *E11* não sabe dizer se possui vínculos com a pessoa que está apresentando, o que o faz considerar o âncora do *Balanço Geral* igual a qualquer outro. *E7* é quem faz a crítica mais ácida e que, de certa forma, sustenta o argumento de que o consumo do *Balanço Geral* por ela tem mais vínculos com a idealização da família da amiga do que com a temática em si. Começa dizendo que gosta de Gilberto Ribeiro, mas desconstrói a opinião à medida que desenvolve a resposta. Diz não ter restrições sobre temas ligados à violência, mas acha que o apresentador seja contraditório em alguns comentários, especialmente aqueles ligados ao âmbito da política.

Tem aquelas reportagens mais comunitárias que eles vão mostrar e [o Gilberto Ribeiro diz]: “Olha a ponte, não tem ponte. Como a gente faz? A gente tem que dar a volta e ir do outro lado do mundo. A gente precisa de tal coisa para o nosso bairro”. Aí um dia ele começa a fazer comentários relacionados aos políticos. “Por que vocês não fazem nada?”. Mas ele é um político, por que ele também não faz? Ele vê a situação direta das pessoas e parece que ele não faz nada para isso e ele critica os políticos como se ele não fosse um, como se ele fosse uma pessoa de fora, como eu e você falando deles (*E7*).

Se a estudante universitária *E7* considera que o âncora do *Balanço Geral* fala mais o que convém, a ponto de questioná-lo eticamente por esse tipo de comentário, um dos entrevistados com menor acesso à educação formal, *E3*, sem jamais ter visto presencialmente o âncora, também admitiu que votaria nele para a cadeira de deputado estadual.

Quando foi feito um pedido para que ele avaliasse o âncora do *Balanço Geral*, *E3* se levantou do sofá, foi até uma *rack*, pegou uma agendinha onde tinha anotado o nome e o número do então candidato a deputado estadual. O respondente afirma que Gilberto Ribeiro nunca fez nada de mal a ele e que, se um dia ele precisar do apresentador, espera ser retribuído. O vínculo entre eles foi estruturado essencialmente pela televisão e, conforme abordado no próximo item (5.3.2. *Laços com práticas conservadoras*), é um elemento estruturante na negociação, reinterpretação e reelaboração de sentidos.

No entanto, *E3* conta ter ficado faceiro em ver-se na tela durante o velório de um rapaz morto três meses antes da entrevista em um acidente de trânsito na Avenida Juscelino Kubitschek, na Cidade Industrial. O repórter Tiago Silva, a quem o participante alega *conhecer*, gravou um material durante cortejo com familiares da vítima. “Ele foi lá no cemitério entrevistar o irmão dele [da vítima]. Daí eu tava junto com o irmão dele lá perto, daí saí junto na filmagem. Só que tava um frio *desgracido* e tava com mais umas dez peças de roupa” (*E3*). Afirma que se sentiu pertencendo ao programa quando se viu na tela: “Se você ver lá, se uma hora você procurar, não sei se tem gravado ainda nessas fitas, se você procurar essa fita, você vai achar a pessoa mais feia que tava perto da câmera [*risos*]. Daí você já sabe que é eu [*risos*]”.

Embora não procure atuar de forma similar a Paulo Roberto Galo, o antigo apresentador, Eleandro Passaia diverte parte da audiência, especialmente pelo teor invocado, destemido. *E15* se deleita durante a conversa para falar sobre o mais novo comandante do *Tribuna da Massa*. Gosta dele justamente por achá-lo *metido*, adjetivo usado por ela com a intenção de dizer que o âncora é alguém com opinião para tudo: “Ele tem

mania de falar: ‘Eu! Eu tô aqui! Eu tô aqui!’. Eu falo: ‘Vai bobo, uma hora te pega’” (E15). Ela demonstra não conhecer a lógica de produção do programa quando diz que o apresentador, desafiando a própria equipe, exige que sejam mostradas imagens de criminosos.

Será que ele não tem medo? Ele fala das pessoas que fazem coisa errada e... Daí ele falava esses dias pra mulher. A mulher ia mostrar a foto de uma pessoa que vendia coisa né: “Mas dá aqui pra mim, eu quero pôr a foto dele aqui na telinha”. Eu falei: “Ah que loucura né?” Eu sou medrosa, sei lá. Eu falo pro meu menino: “Antes de fazer coisa errado, deixar quieto né”. Mas ele [o Passaia] não né? Ele grita que manda pra ele que ele mostra. Ele não tem medo (E15).

E16 classifica Passaia como engraçado e sincero. “Gosto muito do jeito que ele faz o programa dele, sabe? Ele prioriza aquelas cenas fortes, sabe? Tipo, já é contra bastante coisa, meio que se preocupa com as crianças. *Sabe que é um programa de família, sabe?* Eu admiro isso” (E16, grifo adicionado).

Há, por fim, entrevistados que admitem se identificar com bandeiras ideológicas defendidas pelos produtores. E9 diz se aproximar ideologicamente dos âncoras a partir das críticas à impunidade e à morosidade da justiça. Diz se sentir representado por ter alguém que compartilhe, de certa forma, uma angústia que ele carrega. “Eles debatem, vão em cima e falam. [...] Policial aí arriscando a vida, muitos morrendo pra trazer um *vagabundo* pra cadeia. A justiça no outro dia solta de novo e a vida deles não vale nada; e o povo que tá na rua, o trabalhador não vale nada” (E9).

E10 diz que se identificou com o programa pela “maneira deles falarem. A sinceridade deles. De estar a favor do povo. De ajudar o povo”

(E10), uma característica que tem vínculos diretos com o formato desses noticiários. O formato, aliás, é uma característica muito elencada pelos entrevistados. E11 assevera que gosta de dinamicidade na apresentação do *Balanço Geral* que, ao contrário do *Tribuna da Massa*, passa “uma notícia atrás da outra, uma parada bem mais rápida assim” (E11), algo ratificado pelo monitoramento, quando foi observado que, em média, cada edição do *Tribuna da Massa* apresenta nove temas distintos de violência contra 15 do *Balanço Geral*. E5, em consonância com E11, mas com gosto contrário, cita que a escolha pelo *Tribuna da Massa* se dá justamente pelo detalhamento das histórias, uma característica pouco ou nada explorada pelos telejornais convencionais. “Ele passa mais assim, negócio de acidente, mais coisa em detalhe. Mostra mais coisa. Os outros jornais são meio enrolação né” (E15). E16 concorda que o *Tribuna da Massa* tem um jeito *diferente* de contar as histórias ao mesmo tempo em que diz que um dos grandes trunfos é o horário de veiculação, um momento que a família pode se reunir. Questionado sobre por que não consome jornais como os da *RPCTV*, ele diz: “Ah, eu não gosto porque é um jornal [...] meio morto, sabe? Os caras não têm ânimo para falar as coisas, parece que não têm gosto no que faz. Faz por obrigação, porque é um serviço. Agora com ele é diferente. Eu já vejo alegria nele. Ele dá risada toda hora” (E16).

E6 assiste a noticiários criminais desde sempre; programas, nas palavras dele, “*mais fortes* que os de hoje” (E6). Acompanhava a versão do *Tribuna da Massa* em Foz do Iguaçu e, quando chegou a São José dos Pinhais, passou a se dividir entre a versão daqui e o *Balanço Geral*. “A diferença é que aqui fala muito só de Curitiba. Curitiba, Curitiba... Assim, a Região Metropolitana, onde a gente mora, só comenta ou fala alguma

coisa quando acontece uma notícia muito grave” (E6). No universo, E6, o que menos teve acesso à educação formal em São José dos Pinhais, é o único a sentir falta de temas não ligados a crimes na região onde mora. “Sobre a cidade, sobre a administração, sobre um monte de coisa que é bom abordar pro pessoal que tá assistindo tá podendo ver o que tá acontecendo. Não só tipo matéria de crime, crime e..., vamos colocar uma palavra, só *desgraça né?*” (E6).

Como dito, excetuado E16, o restante vê os programas cotidianamente há muito tempo. Por isso, os participantes foram questionados sobre lembranças a respeito de crimes noticiados nesses espaços. Seis não souberam relatar nenhum caso (E2, E7, E9, E10, E11 e E15). Entre os que se recordavam de eventos noticiosos, apenas E17 se lembrava de fatos antigos e recentes. Os demais se dividiam entre aqueles que só se recordavam de fatos antigos (E3, E4, E8, E12, E16 e E18), sempre escândalos de violência ou fatos ocorridos em áreas próximas, e mais recentes, ocorridos, no máximo, um ano antes da entrevista (E1, E5, E6, E13, E14 e E17).

O fato de não memorizar a notícia em si, entretanto, não impediu que os respondentes negociassem, reinterpretassem e reelaborassem sentidos a partir dos crimes midiaticizados. Como defendido nesta pesquisa, mais importante que o crime em si é a matriz narrativa sob a qual ele é construído. Nesse aspecto, vários dos participantes citaram situações genéricas com as quais estão acostumados a ver crimes. Episódios que envolvam diretamente a instituição família (ou suas derivações, como em acontecimentos criminais cujas vítimas são crianças), foram citados por dois terços dos entrevistados (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E8, E13, E14, E15, E17 e E18) ou indiretamente, como

femicídios (*E5, E6, E7, E13 e E14*) ou crimes que envolvam idosos (*E18*). Houve quem fizesse menções a instituições como a polícia e/ou o sistema penitenciário, bem como abusos por parte dos criminosos (*E5, E9, E12 e E13*).

As citações sobre família são marcantes nos depoimentos, independentemente da recordação de eventos de violência: “É o pai que mata o filho, é a filha que mata a mãe, é o neto que mata a avó pra pegar dinheiro e fica... Prende um pouco de tempo” (*E3*). *E1* e *E18* se recordam, por exemplo, de homicídios diferentes contra avós. Destaca-se o relato do primeiro:

Esses dias atrás, tava vendo aí a menina lá que mandou matar a avó, matar a avó por causa... E tá arrependida agora né! Tem outra situação, que essa aí eu não tô bem por dentro... A Filha surrando a mãe porque a mãe – com Mal de Parkinson – e ela tava por aqui [até o pescoço] com ela e tal, tal, tal... E a mãe com Mal de Parkinson... Fez o serviço [crime] no elevador se eu não me engano. Isso agora recente né, mas negócio lá para trás tem muito...” (*E1*).

O exemplo dado por *E12* reforça a admiração que ele sente pelos produtores que, na visão dele, estão do lado das pessoas socialmente mais vulneráveis. Ele, que assiste exclusivamente ao *Balanço Geral*, recorda-se do caso de uma copeira assassinada²⁴² (que integrou o monitoramento, mas no *Tribuna da Massa*, e foi abordado no item 3.5.3. *Profissão/ocupação, acesso à educação formal e renda*) para reforçar como a violência urbana é uma grande ameaça à instituição família. Sem avaliar aspectos ideológicos, a construção narrativa ganha conotação

²⁴² *Tribuna da Massa*. 19 dez. 43’05” e 53’05”. Disponível em: <https://goo.gl/pJwR3M>. Acesso: 4 jan. 2017.

maniqueísta justamente pelo fato da utilização da família da vítima, algo que produz sentidos na vida cotidiana do participante: “Entrevistaram a família, uma casa extremamente humilde. Eu acho que me marcou bastante também por isso aí. Eles em nenhum momento demonstraram estar do lado da policial e todo tempo do lado mais fraco” (E12). E13 também acredita que o *Tribuna da Massa* escolheu o lado das pessoas mais vulneráveis, tornando a realidade das comunidades mais afastadas mais visibilizada.

Nós somos uma classe humilde. A gente é meio abandonado, porque o jornal do estado²⁴³, Jornal Nacional é muito difícil falar alguma coisa de nós. E quando o [Paulo Roberto] Galo chegou, ele começou a procurar lá no buraco as notícias. Ele veio nos pobrão, nesses que realmente precisavam de alguém para defender nós. Aí eu comecei a me interessar porque eu vi que eles estavam defendendo o povo. Eu estava sendo representada por eles (E13).

Esse tipo de linha editorial da *Rede Massa* e da *RICTV* tem relevância para o grupo. Não foi incomum entre os respondentes a ideia de que preferem as duas emissoras à *RPCTV*. “O que eu olho e vejo nas televisões pequenas e me admiro [são] as notícias na favela, entendeu? Onde tão os policiais, onde tá a viatura passando... Porque a vida, a realidade mesmo é o povão, não adianta” (E14).

Mostrar os temas de forma mais redundante, por meio dos pormenores dos fatos, propriedade discutida na primeira fase da pesquisa, faz com que parte dos expectadores tenha uma noção de que esses noticiários estejam mais próximos da realidade do que os polifônicos.

²⁴³ Pelo contexto ela se refere às versões estaduais dos telejornais da *Globo*: *Bom Dia Paraná*, *Boa Tarde Paraná* e *Boa Noite Paraná*.

“Tem muita coisa que a *Globo*, no jornal, ela passa [...] meio por cima a notícia. E o Passaia não. Ele vai a fundo, ele mostra tudo” (E17). Ela cita o caso de uma viatura da polícia que atropelou e vitimou fatalmente quatro mulheres em Curitiba. Os policiais haviam alegado, primeiro, que estavam em ocorrência; em seguida, que tentaram desviar de um pedestre:

O Passaia *passou mais de 40 vezes* a fita que foi gravada na hora lá que filmou e que [comprovava] que não existia pedestre nenhum. Então *ele ficou 15, 20 dias naquele assunto* pra provar que a polícia tava errada. Porque a polícia, sempre acha que eles tão certo né? E esse tipo de reportagem assim, o Passaia, ele insiste até provar! E ali ele provou, *ele mostrou acho que umas 40 vezes aquela fita. Pro povo ver que não existia o pedestre na hora da batida*. Eles tavam mentindo né. Então por isso que eu gosto de ver: porque ele fala a verdade e tenta descobrir a verdade (E17, *grifos adicionados*).

E15, embora assista ao *Tribuna da Massa* todos os dias enquanto costura e cuida da neta, não se recorda de nenhuma ocorrência específica, mas garante não gostar quando as notícias sobre crimes envolvem crianças. “Eu quero assistir porque esse negócio de criança a gente quer ver né? [Saber] por que aconteceu. É bem triste né? E ele mostra, explica tudo o que aconteceu” (E15).

Mesmo os temas que, a princípio, não despertariam a atenção pelo viés da família, aproximam-se dessa instituição à medida que as entrevistas avançam. Tragédias no trânsito, por exemplo, aguçam a curiosidade de E8, que teve o filho e o ex-marido mortos em acidentes. “Como eu tenho bastante problema de acidente na família, eu não gosto muito de ver acidente, sabe? Mas, mesmo assim, eu assisto. Eu sei que acontece” (E8). Situações de violência contra motoristas do aplicativo

Uber são citadas como as que mais comovem *E10*. Ainda que possa ser interpretada como força de expressão, a noção dela de que crimes contra esses condutores são diários tem mais relação com o próprio dia a dia do que com a real ocorrência de notícias exibidas. “Esse pessoal do aplicativo [*Uber*], você vê todos os dias. Essa semana mesmo, teve um rapaz que foi morto também. Meu Deus do céu! Depois que entrou esse aplicativo do *Uber*, do 99, o que você vê de gente morrendo” (*E10*). Segundo ela, devido ao fato de o marido sair para trabalhar às 5h00, notícias violentas que envolvam motoristas de aplicativos a deixam alerta e preocupada: “Aqueles caras lá que se fingiram de passageiro pra pegar... Acabou atirando no coitado. O coitado se salvou por um triz... Eu falei: ‘Meu Deus do céu, onde é que a gente vai parar?’” (*E10*).

A participante diz que as notícias produzem sentido na vida dela pelo menos de duas formas: a primeira quando vê algum caso relacionado à violência contra motoristas de aplicativos na televisão. Conta que costuma rezar para o marido e, conseqüentemente, para toda a categoria. A segunda quando algo foge da rotina, especialmente se o cônjuge se atrasa para o almoço. Afirma que, a partir do momento que ele começa a demorar, passa a mandar mensagens pelo aplicativo *WhatsApp*.

O dia que ele não passa [em casa], eu já começo: “Onde que você tá?”. [Ele responde]: “Ah, tô em tal lugar”. [E ela]: “Que horas você vem?” Quando ele não pode me responder porque está com passageiro – porque daí não pode mexer no celular, né? – [...] eu já fico: “Meu Deus do céu, onde que esse homem tá?” Já passa um monte de coisa na minha cabeça (*E10*).

E7 diz que as notícias que mais tem interesse são as ligadas a feminicídios, especialmente quando o crime ocorre com vítimas que

tinham direito a medidas protetivas. Esse tipo de violência foi lembrado por outros entrevistados por meio de três casos recentes: o da mulher assassinada em Guarapuava (*E6*, *E13* e *E14*), o do policial que matou uma jovem de 22 anos em São José dos Pinhais (*E6* e *E13*) e o de outro policial que assassinou a namorada na Estrada da Graciosa (*E5* e *E17*). *E14*, aliás, cita o episódio de Guarapuava pelo viés familiar:

É você ver esses filhos matando a mãe, o marido matando a esposa, igual aquele fato de Guarapuava, aquele covarde que jogou a mulher lá de cima do prédio. Antes tinha espancado a mulher lá embaixo... Essas são coisas que chocam a gente, né? Porque hoje em dia não precisa fazer isso, né? Se a pessoa não deu certo, tem mais gente pra frente... Isso aí choca muito. Criança, principalmente, adulto agredindo criança, isso daí choca muito, não tem coisa pior (*E14*).

E5 revela, por meio da exemplificação do crime, uma idealização em torno da figura do policial, visto por ele como protetora, dialógica, instruída e racional. “Ele tem que ser diferente, não pode ser igual qualquer cachorro da rua, tratar todo mundo igual. Não. O cara policial, ele é mais instruído. Se ele é uma pessoa instruída, ele tem que ter um senso diferente dos outros” (*E5*).

Outro tipo de matriz narrativa bastante lembrada, por vezes, se hibridiza com as questões familiares: são notícias que se transformam em grandes escândalos midiáticos. O caso da menina Rachel Genofre se tornou um dos crimes mais misteriosos ocorridos no Paraná. Amplamente divulgado pela imprensa, completou 10 anos sem resolução no início de novembro de 2018. A menina, à época com oito anos, sofreu violência sexual, foi esquartejada e teve o corpo abandonado dentro de uma mala na rodoferroviária de Curitiba. *E4*, que citou o acontecimento como um

dos que mais a chocaram, alega que o homicídio da menina e o abandono do corpo em um lugar amplamente movimentado, foi algo muito “fora da realidade” (E4). Na sequência salienta a faixa etária da vítima: “Eu acho que por ser criança! Não, eu acho que ser por ser criança e o fato de... [ser] colocada numa mala, deixada numa escada. Eu acho que me chocou mais. Fiquei muito chocada” (E4). Destaca ainda que há outros eventos que despertam interesse, mas que evita “ficar sugando tudo porque acontece muita coisa ruim. Eu assisto, mas eu não foco muito no que aconteceu [...]. Eu assisto mais pra ver o Gilberto [Ribeiro] falar das fotos que ele posta [risos]” (E4).

Outro escândalo midiático em âmbito regional lembrado pelos entrevistados foi o estupro seguido de homicídio da adolescente Tainá Adriane da Silva, ocorrido em Colombo (E8 e E17). Após o assassinato da menina, em 2013, quando tinha 14 anos, quatro homens que trabalhavam em um parque de diversões itinerante foram presos e confessaram o crime. Porém, exames comprovaram que o sêmen encontrado no corpo da vítima não pertencia a nenhum deles. Houve a comprovação de que eles assumiram a autoria do crime mediante tortura.

O fato de os quatro homens terem sido inocentados chamou a atenção de E8:

O que eu lembro do caso? Eu não lembro [do caso], mas eu lembro dos meninos que foram pegos, sabia? Que não era aqueles meninos, sabia? [...] Levaram eles presos, judiaram bastante, fizeram eles confessar uma coisa que não tinham feito. Porque eu acho bem no fundo, no fundo, a mãe sabe quem foi... A mãe não quis abrir a boca. [pausa] *Porque eu sei com quem meus filhos se misturam, você acha que uma mãe não sabe com quem que os filhos se misturam?* Se mistura com uma pessoa boa, ele vai pra um lado bom, se ele vai

pra um lado mau, ele vai pra um lado mau. Eu tenho um piá com 16 anos, trabalha. Daqui a pouco ele tá chegando aí de carro, você vai ver ele. *É um negrinho, mas é trabalhador.* Um piá que eu falo pra ele: “Não vai se misturar com gente que não presta” (E8, grifos adicionados).

Dito isso, na última parte deste tópico é abordada a naturalização da violência, especialmente a partir da aprovação indiscriminada dos telespectadores a respeito de questões ligadas à presunção de inocência e/ou à exposição indevida de imagens. Metade dos respondentes não se recorda de nenhum caso midiaticizado que possa ser julgado como exposição indevida de personagens (E3, E4, E5, E7, E8, E11, E14, E17 e E18), o que sugere, a princípio, que essas práticas de violência estejam desvincilhadas do fato de que as pessoas assistem aos noticiários criminais porque gostam de ver sangue.

Nessa interpretação, o papel do agressor – mau, frio, calculista, satírico e, em alguns momentos, miserável, asqueroso, deplorável – parece ser tão fundamental quanto o da vítima na estrutura narrativa dos crimes. Ao retomar alguns números do monitoramento (*Tabela 5 - Incidência de crimes/infrações por origem temática*), observa-se que a quantidade de inserções noticiosas com gancho narrativo *prisões*²⁴⁴ segue a proporção de três matérias para cada 10 veiculadas em cada programa, o que sugere que esses casos sejam rareados em relação aos crimes sem solução (responsáveis por cinco inserções a cada 10). Isso explicaria as motivações de pouco mais da metade dos entrevistados que julga como positiva a exibição da identidade de pessoas presas, ainda que esses

²⁴⁴ Prisões em flagrante são responsáveis por duas a cada dez inserções midiaticizadas nos dois noticiários, enquanto a prisão fora do flagrante é responsável por uma inserção em dez.

mesmos respondentes não se recordem de episódios e, conseqüentemente, de agressores que foram expostos.

E2, por exemplo, no princípio da conversa havia dito que assistia ao *Balanço Geral* porque gostava de ver sangue. Quando o assunto foi retomado, ela repudiou a primeira versão e admitiu que há certo exagero por parte dos programas na exibição de imagens, mas leva a discussão para a culpa que as famílias dos agressores teriam no resultado do crime. “Bandido, normalmente, se ele tá ali [em frente às câmeras], às vezes, precisa respeito, mas a família tem um monte de culpa em cima do que tá acontecendo ali né? Daí todo mundo julga né?” (*E2*).

Ela faz parte do grupo majoritário de participantes que julga positivo o aspecto de mostrar as imagens de pessoas presas (*E1, E2, E3, E4, E8, E10, E12, E13, E14, E17 e E18*). Alguns, por presumirem que os produtores não teriam motivos para produzir inverdades, afirmam, mesmo sem a recordação de nenhuma notícia que envolva prisão, que o melhor a fazer seria exibir à revelia essas pessoas (*E3, E4, E8 e E12*). Uma relaciona a exposição dos presos com a preocupação dos jornalistas com o povo (*E13*) e outro com a falta de vergonha do suspeito que, caso sofresse embaraço, trabalharia (*E14*). Outro assevera que “se fosse repórter, já chegava e já puxava aquela toca: ‘Mostra a cara aí, o sem-vergonha’” (*E3*). Há ainda quem não se lembre do rosto de nenhuma pessoa presa, mas que aprova a exibição, sobretudo, porque pondera que os repórteres tomam cuidado por diferenciarem *suspeito* de *agressor*, mesmo quando há provas concretas contra o acusado: “É melhor que apareça; pelo menos a gente sabe quem é [risos]” (*E4*).

E12 está entre aqueles que lembram de casos midiáticos que envolviam prisões. Também acredita que a exibição seja positiva, mas

não pelo fato dele ficar sabendo, e sim de outras possíveis vítimas, o que mostra o princípio de interesse público do jornalismo ou de uma prestação de serviços que, na avaliação dele, se sobreporia ao princípio da presunção de inocência. Menciona uma notícia vista no *Balanço Geral*, de uma menina que teve a mãe assassinada e, em seguida, foi estuprada. Diz que as imagens o incomodaram, sobretudo, pelo que julgou como um erro de edição.

A menina que tinha sido estuprada. Só que eles colocaram aquele quadriculado [efeito *blur*]. Só que em outro momento, a gente viu a roupa e depois eles mostraram a menina ali. Não sei se foi um erro deles. Eles poderiam na edição do jornal prestar mais atenção nisso daí. Se preocuparam em não mostrar na hora da entrevista, aí deu para ver que a menina estava de camisa cor de rosa [...]. Aí depois deu para ver a tatuagem dela aqui do lado. E daí, de repente, ela saiu e mostraram bem o rosto dela. Eles estavam mostrando a casa dela, mas a menina estava bem do lado e a edição não se preocupou com aquilo ali. E foi uma coisa bem forte, ela foi estuprada, sabia que ela tinha sido estuprada (E12).

EI considera que os repórteres, em algum momento, são afoitos e podem produzir inverdades, mas não dão tanta atenção às implicações que um erro jornalístico possa causar (E1). Por outro lado, há um grupo considerável que avalia que os produtores não têm direito a mostrar as imagens de criminosos (E5, E6, E7, E9, E11, E15 e E16). Um diz ter visto muitas vezes casos em que o repórter insiste em perguntar, algo que ele considera como uma atitude incorreta: “Por exemplo, se eu falar pra você: ‘Você matou’. Eu tenho que provar! E o repórter não espera que a pessoa se defenda. Não tem como se defender porque ele não pode falar nada. Eles perguntam, mas eles não deixam a pessoa responder” (E5).

Já outro participante diz que as pessoas no momento da prisão não gostam de falar porque a entrevista pode gerar provas materiais contra o suspeito, princípio que ratifica o testemunho na prática jornalística como um recurso socialmente aceito e que referenda o campo como uma forma de julgamento. Diz entender tanto o lado do suspeito quanto o do repórter (E6). Outra complementa: “Se ela está algemada e ela não quer mostrar o rosto e ela vira o rosto, não deveria mostrar, né? Porque, às vezes, a pessoa nem é culpada daquilo, só está sendo acusada, ainda não foi julgada culpada. Ela pode até queimar a cara por causa disso” (E7).

O caso de um velório ocorrido no meio de uma rua²⁴⁵, em Colombo, por conta da falta de viaturas do Instituto Médico Legal (IML) para recolher o corpo de um jovem, de 18 anos, vítima de latrocínio após reagir a um roubo, foi lembrado por três entrevistados (E9, E10 e E14). Devido a problemas com as viaturas, o corpo demorou quase 14 horas para ser recolhido pelo IML. Os três julgaram as imagens como essenciais.

Aquele cara que morreu lá no asfalto, foi aqui em Colombo... A funerária demorou pra vir. Eles ficaram mais de 12 horas no asfalto. Acho que a polícia veio, pôs uma faixa e armaram uma tenda, em cima do corpo do rapaz. Ele ficou mais de 12 horas porque não tinha uma funerária... Bem naquele dia a funerária tinha..., não sei o que aconteceu lá..., não deu tempo de chegar e o cara ficou mais de 12 horas lá no asfalto (E10).

Como o entrevistado anterior, E9 ficou indignado com a situação. Contrário à exposição de presos, diz que a imagem o incomodou, mas que precisava ser mostrada. Questionado se a exibição não gerava humilhação

²⁴⁵ Tribuna do Paraná. *Após mais de 13 horas, corpo que era velado na rua é recolhido pelo IML*. 16 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/oTmFrM>. Acesso: 25 out. 2018.

para os familiares, ele concorda, mas considera o vexame secundário. Ao mesmo tempo, sugere que a vítima poderia ser criminosa, algo remete à noção de estigmatização que relaciona juventude à violência.

Parece que o menino não tinha nada a ver com o assalto e, mesmo que tivesse, seja um bandido, seja lá, mas é um filho ou um irmão da gente. *Pode não prestar, você sabe que não presta, um dia vai te dar problema, mas é um irmão. Você não vai querer que ele morra ali. A gente fala: “É um vagabundo, mataram um vagabundo”.* Mas ele tem um pai, tem uma mãe e um irmão, entende? É triste isso aí, ainda mais se é seu filho (*E10, grifo adicionado*).

Pensando ainda na circulação de imagens de suspeitos e de imagens fortes, há quem destaque, por outro lado, a coragem dos repórteres (*E15*) e o papel que o jornalismo teria na denúncia do caso. “O jornalismo vai lá e mostra. Acho bacana até nessa parte de investigação que a própria *Rede Massa* faz aí no jornalismo. O cara matou a esposa, ficam em cima, depois querem saber quanto tempo de prisão, se foi julgado. Isso é bacana, tá cobrando a justiça” (*E14*). É comum ainda entre alguns entrevistados o incômodo em relação às imagens por conta da identificação com familiares (*E15, E17 e E18*).

5.3.2. Laços com práticas conservadoras

A última parte do questionário buscou, mediante levantamento de aspectos identitários e dos hábitos de consumo televisivo, compreender, por meio das visões de mundo dos participantes sobre temas polêmicos que envolvem direta ou indiretamente as questões de segurança pública, como os telespectadores negociam, reinterpretem e reelaboram sentidos dos conteúdos midiáticos pelo *Tribuna da Massa e Balanço Geral*.

Sempre questionados sobre a veiculação desses temas polêmicos nos dois noticiários, os respondentes foram instigados a falar sobre a atuação da polícia e sobre discussões como imputabilidade penal aos 16 anos, prisão perpétua, pena de morte, linchamento e a noção de *justiça pelas próprias mãos*, legalização da maconha, aborto e casamento homoafetivo. Por fim, houve espaço para que versassem sobre direitos a presidiários e avaliações sobre a representação social do *bandido*.

A noção de que a polícia atua na maior parte das vezes bem, embora tenha uma estrutura precária e seja inibida de exercer um papel ostensivo, é hegemônica dentro do universo. De forma regular, os entrevistados não sabem citar notícias exibidas pelos noticiários nas quais julgam que a polícia agiu bem ou as citam de forma genérica (*E6* e *E8*), característica constante para todos os temas abordados neste tópico e que demonstra a imposição da matriz narrativa sobre os pormenores dos fatos. Apenas *E5* e *E7* frisaram que a polícia na maioria das vezes não trabalha bem. *E7* acredita que ela tende a ser uma instituição corrompida, reconhece que o *Balanço Geral* faz apologia à violência policial, mas discorda da linha editorial do programa. Já *E5*, que ressalta a precariedade da corporação, diz que a polícia erra, essencialmente, por não divulgar as próprias ações, algo reiteradamente feito pelos noticiários. Segundo ele, a juventude do bairro não tem a polícia como uma instituição de referência. Além disso, uma crítica dele é o caráter exclusivamente reativo, uma característica que é inerente, por exemplo, à Polícia Militar. Por isso, para ele, não cabe às forças ostensivas os louros das boas ações, e sim a quem a aciona, o cidadão.

Apesar de considerar que a instituição age essencialmente bem, *E4* faz ressalvas a um tema que integrou o monitoramento: o do julgamento

de 13 policiais militares pela morte de cinco pessoas – três adolescentes, o mais novo com 14 anos – durante uma abordagem policial. Na ocasião, os agentes procuravam um automóvel roubado, no Alto da Glória, na região central de Curitiba²⁴⁶. A sentença foi amplamente midiaticizada pelo *Balanço Geral*, o noticiário acompanhado diariamente por *E4*, a partir da ênfase na inocência do(s) réu(s). O julgamento foi considerado o maior da história paranaense a envolver policiais como acusados e, em uma das exibições, a edição do *Balanço Geral* abriu com uma multidão em frente ao Tribunal do Júri rezando um Pai Nosso de mãos dadas, logo após a confirmação da absolvição (*Figura 3 – Sentença inocenta PMs da acusação de morte de cinco homens*). Apesar da grande repercussão, *E4* alega lembrar do caso em si devido à amizade com a mulher de um dos julgados. O argumento, aliás, demonstra que a televisão é secundária na apropriação da notícia pela entrevistada. Ela produz sentidos muito diferentes à perspectiva trabalhada pelo programa, o que a faz ser crítica, no episódio específico, à atuação policial: “Desse um tiro na perna. Tá correndo? Manda pro hospital. Mas foram tiros na cabeça. Então não sei, tem coisa que dá pra evitar” [...] O que eu acho é que não deve sempre matar né? É bandido, mas...” (*E4*).

Os demais avaliam que a polícia exerce bem seu papel na maioria das vezes e que, além disso, já viram eventos midiaticizados no noticiário que exaltam o papel da corporação. No entanto, apenas três souberam citar situações, sendo que dois citaram ocorrências específicas à temática criminal: *E4*, crítica à atuação da polícia, conforme visto, disse que se recorda de um feminicídio ocorrido, segundo ela, há muito tempo, no qual houve rápida repressão para prender o assassino; *E16*, por outro lado,

²⁴⁶ *Balanço Geral*. 10 out. 1_04'00”.

lembra de um assalto exibido pelo *Tribuna da Massa* à casa de um dos vizinhos. Vale reiterar que, também neste caso, o critério localidade auxilia na argumentação para que se pense na televisão como secundária na ativação da memória do entrevistado.

O restante dá valor à instituição a partir de matrizes narrativas genéricas. A falta de policiamento e/ou a precariedade na qual as forças atuam, o excesso de investigações sobre as ações dos agentes ou a própria burocracia de uma investigação são vistos como problemas que a corporação, até certo ponto, resiste com bravura (*E1, E9, E11, E13, E15 e E17*). Se *E2* e *E12* dizem que há episódios bons e ruins de atuação policial noticiados e tentam vinculá-los às pessoas e não à instituição, *E1*, um PM aposentado, considera *milagroso* o papel dos policiais, dadas as dificuldades e o clima de impunidade promovido por instâncias da justiça. “Se você pegar um sujeito na esquina ali que roubou um celular, você leva na delegacia e ele sai antes de você. Pela porta da frente! Sai na tua frente ainda e [sai] dando risada da cara do agente de segurança” (*E1*). Por isso, o respondente se apropria durante a conversa de um bordão muito utilizado por Eleandro Passaia para tentar desconstruir a lógica dos direitos humanos sob a qual a presunção de inocência prevalece: o *direito dos manos* que, para ele, seria uma forma de garantir impunidade. “Pai de família morre, direitos humanos não vão lá na casa dele não, mas se um policial militar, um policial civil, um guarda-municipal matar um sem-vergonha desse aí em ponta da esquina, tão lá os ‘direitos dos manos’ em cima” (*E1*).

Há ainda aqueles participantes que apoiam explicitamente a prática ostensiva quando um suspeito é morto, por exemplo, em uma perseguição ou trocas de tiros (*E3 e E8*). “O cara que ergue a arma pro polícia, né piá?

O que [é] que tem que acontecer? [risos] Volta e meia acontece né” [...] Legal é quando os caras [policiais] apertam aquela [escopeta] 12 [milímetros] né?” (E3). Já E8 é uma das poucas que se recorda de um trabalho, avaliado por ela como *bom*, veiculado no *Tribuna da Massa* um dia antes da entrevista: a ação da polícia na recuperação de um carro que havia acabado de ser roubado²⁴⁷. Ao relatar o episódio, porém, reelabora os sentidos ao dizer que os policiais haviam executado o ladrão, quando, apesar da gravidade dos ferimentos, foi levado ao hospital. De acordo com ela, a ação ostensiva foi boa “porque vagabundo tem que morrer mesmo. Eu sempre digo uma coisa: que ‘*nóia* bom e *nóia* morto’. Eu falo: ‘Cada *nóia* que morre é um dia de sol que brilha” (E8).

A aceitação e a naturalização de práticas policiais ostensivas são relativamente recorrentes no grupo e o assunto é tratado com relativa transparência. E11, o técnico-eletricista formado em Jornalismo, diz que a corporação deveria ter garantia de atirar sem ser investigada (princípio conhecido como excludente de ilicitude), especialmente em casos não letais. “Não considero isso como violência. Alguns falam: ‘Mas aí a polícia tá sendo violenta, tá sendo truculenta’. [...] A forma como o bandido aborda é violenta, a forma como ele entra numa casa, como ele faz o refém, ela é violenta” (E11). Indagado se seria conivente com a prática mesmo se os alvos fossem os amigos de infância que, após um roubo a carro, fizeram algumas pessoas como refém, conforme citado, ele é enfático. “O cara não vai mudar, o cara não tá com o pensamento assim: ‘Tenho que mudar, tô prejudicando alguém’. Não. Se ele tiver que puxar o gatilho vai puxar, não tá nem aí, entendeu” (E11).

²⁴⁷ *Tribuna da Massa. Homem é surpreendido em meio a assalto*. 20 de setembro de 2018. Disponível em: <https://goo.gl/HihAv5>. Acesso: 25 out. 2018.

Questionado sobre quando vê na televisão situações de conflitos entre agentes policiais e criminosos, *E14*, que exerce escolta armada, é efusivo ao defender que a sociedade precisa ter medo da polícia: “Rapaz, tem que morrer. A polícia tem que matar” (*E14*). Considera que os guardas exercem um bom trabalho quando há execução em troca de tiros: “Tem que bater parabéns pra polícia, que é isso que tem que fazer com *vagabundo* mesmo. E a polícia tem que mostrar o trabalho dela e ser respeitada. Eu, no meu tempo de criança, via uma viatura... Deus que me perdoe” (*E14*). Já *E15* se incomodou com a questão sobre se considera como *exitosa* uma perseguição policial que culmina em morte ou, no eufemismo dito por ela, uma ação voltada para *cancelar o CPF do suspeito*. “Os ladrões estão muito abusados. Vimos uma cena ali no Passaia mesmo. O caminhoneiro, coitadinho, com dois *menores* [...]. Um com revólver na cabeça do homem e outro com o revólver na mão. Assaltando um caminhoneiro! Duas crianças!” (*E15*).

A questão levantada por ela tem relação direta com o tema de outra temática exposta, cuja essência busca entender algumas das visões de mundo que auxiliam na produção cotidiana de sentidos: as recorrentes discussões sobre responsabilização criminal abaixo dos 18 anos. No grupo, todos os respondentes são favoráveis à redução da idade penal. Em geral, 15 participantes avaliam que pessoas acima de 16 anos possam ser responsabilizadas por crimes sem qualquer tipo de tratamento diferenciado (*E2, E6, E7, E8, E11, E12, E15, E16 e E18*), sendo que há quem busque qualificar o argumento a partir da analogia com o direito ao voto (*E1, E4, E5, E14, E10 e E17*). Há ainda quem acredite que a imputação possa começar a ocorrer a partir dos 14 anos (*E13*), dos 12

anos (E3), e até quem entenda que não haveria necessidade de existir um critério etário para a responsabilização (E9).

Fica latente o caráter estruturante dos noticiários criminais para a formação desse consenso, não pela incidência de crimes, mas pelas representações da adolescência. E15, por exemplo, defende que os programas possam mostrar a face dos agressores, mas alega que as pessoas com menos de 18 anos são protegidas por restrições impostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Questionada sobre o porquê ela precisaria ver o rosto de um adolescente que cometeu um ato infracional se não se recorda de nenhuma reportagem específica, diz que, ainda assim, é uma saída para saber quem é perigoso. Em síntese, em um contexto no qual se naturalizou a exibição indevida de suspeitos e, conseqüentemente, a violação à presunção de inocência, o direito à preservação de imagem é visto como um privilégio.

Os argumentos favoráveis à redução variam desde a diminuição dos índices de violência até a ideia de que as prisões resolveriam o problema de cooptação de adolescentes realizada pelo crime organizado. A proporção de atos infracionais protagonizados por adolescentes, aliás, é um fator que gera controvérsias. Apesar de o monitoramento mostrar que 10% e 14% dos casos exibidos são realizados por pessoas com, no máximo, 17 anos, respectivamente, no *Balanço Geral* e no *Tribuna da Massa* (Tabela 15 - *Agressores e vítimas: distribuição dos crimes por faixa etária nos dois noticiários*), os telespectadores reelaboram sentidos diferentes no campo das mediações pelo argumento defendido no parágrafo anterior. É hegemônica a ideia de que a incidência de atos infracionais seja, no mínimo, igual à proporção dos crimes cometidos por adultos.

Como apontado empiricamente pelo monitoramento, os atos infracionais são, na média, mais raros e menos graves. Nenhum ato infracional análogo ao crime de homicídio foi veiculado pelo *Tribuna da Massa* durante dois meses de análise, embora o programa tenha registrado um ato análogo a latrocínio no período, referente à morte de um motorista de ônibus em Colombo. Já no *Balanço Geral*, três episódios envolvendo adolescentes resultaram em vítimas fatais no monitoramento: dois análogos a homicídio, o primeiro referente ao aniversário de um ano da morte de um estudante por outro, em Santa Felicidade, durante as ocupações nas escolas estaduais²⁴⁸, e um em Maringá, após uma briga de trânsito. Já o latrocínio faz alusão ao caso já citado do homem que saiu da igreja e foi morto em um roubo, em Pinhais, na Região Metropolitana, após ter comprado fraldas e leite para o filho recém-nascido. Ainda que tenha sido veiculado nos dois noticiários, no *Tribuna da Massa* não houve menção à idade dos agressores.

Outra vez, esses sentidos são produzidos mais devido à relação com o bairro em si do que com a televisão. *E13* cita o caso de um garoto com 14 anos da vizinhança que, segundo ela, já cometeu ato infracional análogo a homicídio. “Você acha certo um piá de 14 anos matando? Não pode ir preso? Tem que ir preso esses *vagabundos*: [tem] 14 [anos e] não está trabalhando e estudando, vai para cadeia. Tinha que ter um internato gigante” (*E13*). Questionado sobre o tema, outro relata:

²⁴⁸ Críticos ao Projeto de Emenda Constitucional 241, que visava congelar os gastos públicos por 20 anos e que viria a ser promulgada em 13 de dezembro de 2016 pelo então presidente Michel Temer (MDB), estudantes secundaristas ocuparam escolas de vários estados brasileiros durante o período de votação da PEC na Câmara Federal. Em Curitiba, um adolescente foi morto por outro, em 24/10/2016, dentro de um colégio no bairro Santa Felicidade. O caso citado, portanto, ocorreu um ano antes da veiculação. Mais em: G1 Paraná. *Adolescente é encontrado morto dentro de colégio estadual ocupado*. 24 de outubro de 2018. Disponível em: <https://goo.gl/pNLSVj>. Acesso: 20 jan. 2019.

Vou falar agora um pouco de onde minha mãe mora, do outro lado da BR [277]. Ela tinha um afilhado que morreu com, 14, 17 anos, 18 anos! Não, não tinha 18. Tinha 16 para 17 anos, não sei. Faz anos que ele morreu. [Quando] ele morreu tinha mais de oito homicídios o piá. Tinha a rapaziada da idade dele naquela época ali, tudo ladrão, ladrão de carro. [...] Muitas vezes presenciei os piás levando com carrinho de mão um corpo para jogar no rio. Juro por Deus. O pessoal vindo lá dizendo que roubaram um carro. E daí os piás criticando ele: “Mas você não poderia ter matado ele só porque ele foi olhar no relógio”. Olha a conversa da piizada. Chega a dar até um arrepio só de lembrar (E12).

E5 é um dos poucos que lembra de um caso de um adolescente midiaticizado pelo *Balanço Geral*, um rapaz de 16 anos que assassinou a namorada. Porém, o episódio marcou o comerciante mais pelo aspecto local, o que reafirma a noção de que a vida cotidiana é um elemento importante nesse tipo de construção. E16 abre, por outro lado, a noção de que seja possível, no âmbito das mediações, que as palavras *adolescência* e *juventude* sejam confundidas, algo também expresso na última fala de E12. Perguntado sobre a ciência de atos infracionais veiculados nos noticiários, E16 disse que havia visto um caso de um menino “que tinha 22, 21 anos, alguma coisa assim” (E16).

Por fim, a noção moralista parece central no tema (E1, E7 e E14). “Se uma pessoa tem a mentalidade de cometer um ato, ela também tem que ter a responsabilidade de cumpri-lo. É a mesma coisa de uma menina de 13 anos que engravida. Ela vai ter que assumir o que ela fez. Eu acho que a partir do momento em que a pessoa tem uma mente formada, ela já pode se responsabilizar pelos seus atos” (E7). E14, curiosamente, releva uma contradição forte na resposta. Afirma ter aprendido com o pai que uma pessoa com 16 anos já deve ser considerada homem, mas diz que a

própria figura paterna o considerou responsável somente após o alistamento militar.

Meu pai era um sujeito bem rústico, sabe, daquele que os menores têm que obedecer aos maiores. Você tem que ter o exemplo de casa pra, quando tiver uma família, passar pra eles. Eu sou do tempo que tinha que dar a bênção pra ir dormir. Tem cara com 16 anos aí que mata, rouba, mata família... Ele tem que arcar com a própria responsabilidade dele. No meu caso, não. Meu pai dizia que eu seria homem depois que eu me alistasse. Eu fiz meu alistamento, a documentação, e ele virou pra mim e falou: “Agora a responsabilidade é sua. Depois dos 18 anos, você arca com tudo o que você faz” (E14).

Se a aceitação e a naturalização de práticas policiais ostensivas são relativamente recorrentes no universo de consultados e o assunto é tratado com relativa transparência, um aparente paradoxo aparece quando o grupo é questionado sobre prisão perpétua e pena de morte. Nessa lógica, os noticiários parecem ser estruturantes a partir da construção narrativa que privilegia os pormenores dos crimes em detrimento da problematização da violência. Que dizer, apenas no calor da ação o estado, representado pelos agentes de farda, teria direito a retirar a vida dos criminosos. Dito isso, os entrevistados se mostram, bem verdade, propensos ao endurecimento da legislação penal, especialmente no que concerne à prisão perpétua, mas há uma sobreposição no grupo de pessoas contrárias à pena de morte: um terço delas é favorável à medida para crimes hediondos (E3, E5, E8, E13, E15 e E16), todos moradores de Colombo ou da Cidade Industrial de Curitiba.

Já a prisão perpétua é um tipo de punição mais consensual: dois terços se mostraram favoráveis (E1, E2, E4, E6, E7, E9, E10, E13, E14,

E15, E16 e E18). Metade dos contrários à prisão perpétua considera que a medida não deva ser aplicada porque geraria custos ao estado (*E3, E5 e E8*), o que os fazem avaliar a pena de morte como algo mais pragmático. Quanto aos demais, o receio da punição a inocentes cristaliza o princípio de que a justiça tenha o direito de errar, argumento também compartilhado pela maioria dos que são favoráveis exclusivamente à adoção da prisão perpétua. “Na pena de morte a pessoa vai morrer e não vai pagar pelos crimes, pelos atos. Acho que a pessoa tinha que ter a vida dela pra ela repensar o que ela fez, né. [A prisão perpétua] seria viável para ela conseguir provar que realmente é inocente” (*E18*).

Na lógica de penalização moderna, tema abordado no primeiro capítulo, o direito de punir se dá por meio da participação ativa nos processos de condenação de “peritos psiquiátricos ou psicológicos, magistrados da aplicação das penas, educadores” (FOUCAULT, 2014d, p. 25). *E7* é contrária à pena de morte por entender que a execução da sentença seja personalizada. “Alguém vai ter que matar e a pessoa vai ter que conviver com esse fardo” (*E7*). Por isso, entende que haja outras medidas, mais severas que a atual legislação. Para estupros, por exemplo, acredita que castração química possa resolver parcialmente o problema. “Tem o candidato lá, o [Jair] Bolsonaro, que fala que vai cortar o pênis do homem. É uma solução. Se ele não tiver um pênis, ele não vai estuprar uma mulher, mas nem isso justifica que ele não vá violentar uma mulher. Questão de estupro não é só você ter um pênis” (*E7*).

Há entrevistados que avaliam que a pena de morte pode ser maléfica por punir inocentes, mas aceitam o fato de que a pessoa fique presa por tempo indeterminado até provar a inocência (*E6 e E15*). Outros acreditam que a medida desvincularia a condenação do crime, e dizem

que a pessoa precisa pagar em vida – preferencialmente, com trabalho, forçado ou não (E2, E7 e E14).

Entre os favoráveis, há quem tenha opiniões movidas, de certa forma, por ódio e/ou sentimento de vingança: “Estupro, que não respeite as pessoas, drogados... Matar e fazer o cemitério pra enterrar tudo de pé pra não tomar espaço né. [Por]que no meu tempo, nas roças, não existia isso. Lá nos matos não tem esses troços de droga” (E8).

E13 está entre as favoráveis a ambas as formas de punição. Vincula o argumento a princípios religiosos: “Prisão perpétua, eu acho que todos os crimes. Como para Deus não existe *pecadão* e *pecadinho*, ou ele era bom ou ia para a prisão perpétua e nós íamos viver melhor um pouco” (E13). A indistinção entre os pecados, porém, é contraditória quando ela pensa no fato de que homicídios culposos, quando não há intenção de matar, não deveriam ser enquadrados no ideal de legislação que defende:

Também *não pode generalizar*. Uma pessoa chega para me matar e estou com uma pistola e me defendo, aí vou para prisão perpétua por que eu matei? Tem que ver os dois lados da moeda: *eu matei um cara que era bandido, ele não era gente boa*. Mas eu acho que as pessoas que vão lá e tiram a vida de uma mulher no centro, que nem a gente viu aquele cara de Guarapuava, atirando na mulher dele, muito pai e filho que maltrata a esposa e, às vezes, até os filhos, acho que isso seria caso de pena de morte (E13, *grifos adicionados*).

O carpinteiro aposentado E3 se apropria de uma frase muito dita pelo âncora do *Balanço Geral* para sustentar a opinião dele sobre o tema: “A pena de morte já existe no Brasil”. Ele cita Marcelo Rezende, um dos principais nomes do jornalismo criminal brasileiro, para justificar. “Outro que falava bastante [era] o falecido Marcelo Rezende. Ele falava: ‘No país

que eu inventei esse aí não se criava’. Lembra que ele falava?” (E3). Na opinião dele, crimes ocorridos em família ou que, de certa forma, sejam responsáveis pela destruição dessa instituição, são passíveis de pena de morte: “As pessoas entrarem nas casas para matar um, dois, três... Filho matar o pai, onde é que se viu? Pra tirar dinheiro... Esse merecia!” (E3). E16 considera as duas formas de punição similares: “Porque se você ficar preso o resto da vida, você vai morrer lá na cadeia... Eu acho que a pena de morte tinha que existir para aquelas pessoas que cometem crime tipo estupro, essas coisas assim” (E16).

As apropriações de crimes que envolvam familiares é uma forma de produção de sentidos relevante porque cria processos de identificação, inclusive pela concepção cristã. E4, que se diz contrária à pena de morte pelo aspecto religioso, embora reconheça na Bíblia as punições ocorriam com mortes violentas, recorda-se de um escândalo criminal reconhecido em todo o Brasil para demonstrar o quanto a justiça se contrapõe aos princípios da família na execução das sentenças: o caso Suzana Von Richthofen²⁴⁹. “Matou os pais e saiu no Dia dos Pais. Acho que nesses casos assim [...] devia ficar o resto da vida na cadeia, sem direito a sair – nem de dia e voltar à noite igual ela tá fazendo, não. [...] Tinha que ficar lá, presa, enclausurada, pro resto da vida” (E4). E14 segue o exemplo:

Vamos dizer que um cara chega e estupra a sua filha, ou sua mulher, ou sua mãe, seus maiores bens. A tua cabeça... Só Deus pra te fazer pensar em ressocializar o cara. Como se diz, pela Bíblia, você faria, mas a gente é de carne, né. Você tem impulsos, né. Não acho que seja exterminar, mas

²⁴⁹ Em 2002, Suzane, à época com 19 anos, foi a mentora da morte dos pais, Marisia e Manfred von Richthofen, tornando-se um dos casos de escândalo criminal mais emblemáticos do jornalismo brasileiro no século XXI. O caso ficou tão conhecido que será transformado em filme, em 2019 (G1. *Filme sobre Suzane von Richthofen mira fatos que antecederam crime, diz diretor*. 27 de julho de 2018. Disponível em: <https://goo.gl/vN7Jyp>. Acesso: 20 jan. 2019).

tinha que ter uma lei mais severa, pra não voltar a repetir, e parar de deixar o governo tratando de vagabundo dentro da cadeia. Por exemplo, se um cara que é casado vai preso, o filho tem uma assistência... Não! [...] Eu acho que o preso tem que trabalhar, e acho que aí é que ele vai aprender. Fazer obra, fazer calçada, eu acho que isso aí seria bom (E14).

E9 foi o mais dividido em relação ao tema e pôde demonstrar o quanto o *Tribuna da Massa* e o *Balanço Geral* o ajudam a reinterpretar e a reelaborar sentidos. Iniciou a resposta sendo contrário as duas medidas de endurecimento penal, mas recuou em relação à segunda a partir da lembrança de um estupro a criança²⁵⁰ exibido pelos programas. Cita o caso de um pastor suspeito de ter abusado de crianças para defender a prisão perpétua: “[Foram] 13 vítimas, inclusive, a netinha dele. Um cara desses não pode viver [em liberdade], um cara desses tem que ser exemplo pra outros; se ele for pra perpétua, o outro não vai fazer. Então eu acho que aí deveria ter [prisão perpétua]” (E9).

E11 e E12 são os únicos contrários tanto à pena de morte quanto à prisão perpétua: “Vão matar pobre, vão matar negro, vão matar homossexual, vão matar um monte de gente, mas o cara que tá dominando, o cara não vai morrer. Prisão perpétua também sou contra” (E11). Os dois participantes, no entanto, agiriam de formas distintas quando colocados hipoteticamente em uma cena de linchamento, um ato considerado como um exercício de *justiça paralela* e foi narrado pelo pesquisador a partir dos pormenores da ação. A título de explicação, os respondentes foram postos à prova mediante a seguinte situação: quais reações tomariam caso se deparassem, em um local público, com uma

²⁵⁰ Massa News. *Pastor é acusado de abusar sexualmente de neta de 10 anos; família fala em 13 vítimas*. 27 de agosto de 2018. Disponível em: <https://goo.gl/PTgVWj>. Acesso: 25 out. 2018.

pessoa sendo agredida acusada de ter furtado ou roubado uma bicicleta. Eles foram questionados se aprovavam ou desaprovavam a ação dos populares e quais atitudes tomariam. Na sequência, a mesma circunstância foi posta, mas dessa vez a pessoa que sofre as agressões foi apontada pelos populares como autora de um estupro de vulnerável. *E11*, que acionaria a polícia apenas no primeiro cenário, diz que não sentiria nenhum tipo de culpa se o referido espancamento resultasse em morte em nenhuma das duas situações. Já *E12*, que não aprova a ideia de que alguém seja agredido por roubar uma bicicleta, fato que o faria acionar a polícia, interferiria apenas se a vítima do linchamento fosse um familiar ou um amigo próximo. “Se não fosse um parente meu, eu não iria pôr em risco a minha vida se eles estão batendo, estão quase matando. Eu vou pular ali e eles vão me matar também” (*E12*). A opinião muda drasticamente, todavia, se o suposto crime envolvesse um estupro de vulnerável: “É é uma coisa muito forte estupro, pedofilia..., mas *uma pedrinha eu jogaria ali*. Só se tivesse certeza, eu participaria ali” (*E12*, *grifo adicionado*).

Nessa questão, os entrevistados se dividem entre aqueles que não mudariam de atitude independentemente do crime e entre aqueles que teriam as reações pautadas, sobretudo, pela tipificação do ato criminal (*E2*, *E5*) ou pela certeza de culpa ou inocência da pessoa agredida (*E10*). No primeiro caso, uma das interlocutoras, a pensionista cadeirante de Colombo, afirma que se pudesse se movimentar sem restrições ajudaria nas agressões. “Primeiro tinha que ter provas. Depois das provas, daí você até ajuda a matar²⁵¹ [...]. Acho que se atacasse a minha família né, daí eu

²⁵¹ Há uma incoerência na resposta causada por fatores externos. A entrevistada alega que ajudaria a agredir uma pessoa que tivesse sido acusada de roubar uma bicicleta, mas tomaria uma atitude menos intempestiva em relação à acusada de cometer um estupro contra uma criança. Essa resposta foi desconsiderada da análise.

mataria. Por causa de uma família minha, eu mataria” (E8). Há, por outro lado, quem discorde de qualquer forma de justiça com as próprias mãos (E2, E4, E6, E7 e E11). E7 diz que violência não combate violência, enquanto E4 diz que a polícia é a melhor saída, independentemente do ato criminal. “Porque daí você passa de vítima pra um agressor” (E4).

Com exceção de E8, os demais respondentes apenas perderiam a civilidade na situação do estupro de vulnerável (E1, E5, E9, E10, E12, E13 e E14). E9 afirma ter presenciado uma situação de linchamento quando ainda morava em São Paulo: “Participei de um caso que o ladrão acusou o dono do roubo e quem apanhou foi o cara, coitado. E o ladrão saiu de bom, como se fosse ele tivesse sendo roubado” (E9). Ele diz ser impossível não mudar de opinião e de atitude de acordo com os crimes, especialmente pelo aspecto familiar. “Você imagina o que faria pela sua família. Agora imagina, às vezes, a família daquela criança não tá ali ou, mesmo que esteja, a dor que está passando, então nessa hora o cara pode perder a paciência” (E9). E1 e E10 são mais enfáticos: o primeiro, o policial militar aposentado que mora na CIC, frisa que “*taradão* não tem perdão”, enquanto que a segunda, a desempregada que mora em Colombo, diz que há muitas mulheres “à toa aí” (E10), algo compartilhado por E15 e que sugere que a violência contra as mulheres seja, até certo ponto, *aceitável* se posta lado a lado a contra uma criança. “Ah, uma criança! Que nem..., [já] imaginou meus dois netos [aqui], chegar um estuprador e estuprar duas crianças [como] aquelas ali... Eles não vão saber de nada, coitados” (E10).

Na primeira fase desta tese, os crimes de natureza *contra a dignidade sexual* foram vinculados com vítimas pertencentes à infância e adolescência. Embora essa natureza criminal seja trabalhada com relativa

raridade nos dois noticiários, em apenas 4% dos materiais que compõem o monitoramento (*Tabela 8 – Natureza jurídica dos crimes veiculados pelos noticiários em Curitiba, Região Metropolitana e demais regiões do Paraná*), os crimes são essencialmente voltados contra crianças. Trata-se, portanto, conforme discutido no monitoramento, de uma forma de qualificação das transgressões midiáticas que acabam por produzir vazios semânticos capazes de evitar que o programa aborde, ainda que com a lógica da singularidade dos pormenores, outras formas de violência graves que, de certa forma, estão no cerne das discussões sobre igualdade de gênero. Não se trata de ser conivente com a violência contra crianças, mas sim de entender que o foco hegemônico nelas invisibiliza outro tipo de violência de natureza contra a dignidade sexual. Pelos depoimentos, isso produz implicações relevantes no campo das mediações.

Pensando em como o público negocia, reinterpreta e reelabora sentidos, *E14*, o agente de escolta armada que mora da Cidade Industrial, assevera que seria o primeiro a atacar o suspeito de crime sexual na situação hipotética. Com base em princípios religiosos, *E13*, a zeladora e comerciante também da CIC, relaciona o caráter puro das crianças à reação agressiva: “Deus fala que ninguém chega até ele senão tiver um coração de uma criança, um coração ingênuo, um coração puro” (*E13*). Ela confessa que, se soubesse que a pessoa tinha cometido algo contra uma criança, mataria essa “pessoa de boa” (*E13*, grifo adicionado).

E5 deixa implícito que o fato de ser apenas um roubo de uma bicicleta faria com que tivesse menos animosidade com o suspeito. “Não é um caso de vida ou morte. Foi um roubo! Foi um roubo de uma bicicleta. E a gente não tem certeza se a bicicleta foi mesmo roubada – ou se era dele ou se não era” (*E5*). Já *E17*, que diz não saber avaliar se a violência

resolve, relaciona o fato de ser favorável às agressões com o teor de impunidade inerente à justiça e valorizado pelos programas: “Tem que apanhar mesmo. Não sei, né, se apanhar resolve. Eu acho que ele tem quê... Esse negócio de ir preso né? Só que a [...] polícia vai prender o estuprador, no outro dia a justiça solta” (E17). E16, que não imagina para além da televisão o fato de uma pessoa estuprar uma criança de cinco anos, não consegue desvencilhar a vítima da tela dos filhos.

Há entrevistados que condenariam qualquer tipo de ação resultante em violência. Entre as respostas, a que mais chamou a atenção foi a de E6, o vigilante de um hospital de São José dos Pinhais que relaciona o linchamento à atividade profissional que exerce:

Se você pega uma pessoa, espanca, bate, o que acontece? Quando a polícia chega ou a Guarda Municipal chega, o que vai acontecer? Essa pessoa vai vim direto pro hospital. E o que vai acontecer? Ela vai vim tomar o lugar de uma pessoa que tá precisando. Entendeu? Vai vim aqui [no hospital] porque ela é um bandido, ela foi presa pela polícia e tal. Então ela vai ter mais prioridade de ser atendida do que uma pessoa que está, às vezes, uma hora, duas horas esperando, às vezes, pra ser atendida [...]. Aí chega aqui, um médico examina, constata que precisa de uma cirurgia urgente. Aí é a pessoa vai tomar o lugar de quem está esperando já, às vezes, uma semana (E6).

Como a questão da justiça pelas próprias mãos é vista por alguns deles como uma forma de reação até certo ponto legítima, haja vista que a justiça é considerada morosa e, conforme os relatos, condescendente com a impunidade, os respondentes foram unânimes em concordar com uma ideia defendida pelos dois âncoras: a de que os presidiários têm cada

vez mais direitos e menos deveres²⁵². Nas respostas é enfatizado um vínculo muito forte com a moral do trabalho, algo valorizado pelas notícias criminais analisadas na primeira fase da pesquisa, e também com uma lógica incoerente, por essência, de que a justiça teria olhos rígidos para as *pessoas de bem* e condescendentes com a categoria social bandido. *E9*, por exemplo, apresenta uma situação hipotética caso reagisse a uma tentativa de roubo.

Se chega um cara aqui pra tentar me roubar e eu [o] mato, vou ser preso. Sei lá quando que vou sair. Tem que arrumar um advogado bom. Se não tiver já era. Agora, se ele entrar lá dentro e matar um de nós, não vai um mês e ele tá solto. Isso aí não tem o que ver. Se ele for preso, a família dele vai ganhar uma cesta básica lá, a minha não. Se ele me matar, a minha não vai (*E9*).

A concepção sobre cidadania nas entrevistas se dá, sobretudo, por um viés que, a partir de direitos da população carcerária tutelada pelo Estado, invisibiliza as violações de outros grupos sociais, inclusive, alguns dos quais os participantes integram. O maior exemplo se dá pelas próprias condições indignas de emprego que alguns deles vivem ou conviveram. Segundo o monitoramento, a desvinculação do *suspeito/agressor* do mundo do trabalho é uma estratégia discursiva bem demarcada, quase onisciente nos programas. Se, aparentemente, os dados do monitoramento apontam para a existência de vazios semânticos em relação à profissão/ocupação (a diferença em pontos percentuais entre as funções profissionais de vítimas e agressores é praticamente desprezível), por outro lado, mesmo quando não é explicitada a profissão da vítima,

²⁵² A resposta de *E8* foi desconsiderada porque nenhum dos dois gravadores utilizados na entrevista captou o áudio por conta de um forte ruído externo.

faz-se dela *trabalhadora*, pai ou mãe *de família*, *sem antecedentes* com o mundo do crime. A moral do trabalho, neste aspecto, se difere a partir da opção do marginalizado: se a escolha é o crime, ela vigora, já quando acontece a perda de dignidade, como no caso do homem entrevistado pelo *Tribuna da Massa* que pedia empregos, há aprovação.

Se os respondentes ignoram a questão de superlotação das penitenciárias e delegacias, por outro lado consideram como *regalias* aos presos o direito a advogado (*E3, E4, E10 e E17*), a audiências de custódia (*E12*), a um julgamento *diferenciado* em relação a policiais que matam durante ações (*E1, E6 e E11*), à alimentação (*E1, E14 e E18*), a banho de sol (*E17*) e ao auxílio-reclusão (*E2, E5, E14, E17 e E18*), previsto na Constituição Federal (art. 201), mas avaliado de forma imprecisa pelo grupo. *E2*, por exemplo, cujo benefício da pensão vitalícia recebida pela morte do marido é assegurado pelo mesmo artigo da Constituição de 1988, condena o auxílio-reclusão ao dizer que “tem gente aí que trabalha, não ganha aquilo que eles ganham” (*E2*). *E5*, que está à espera de um transplante de rim e que tem dificuldades para se aposentar por ter trabalhado grande parte da vida sem registro profissional, por ter optado, nas palavras dele, por ganhar mais no mercado informal, diz que a situação dos presidiários é mais fácil. Equivocado, relaciona o auxílio à proporcionalidade de filhos que um condenado tem e desconhece que apenas sentenciados que contribuíram para a Previdência Social têm direito ao Auxílio-Reclusão. “Vamos dizer que ele tenha cinco filhos; ele tem, não sei, *x* salários lá pra receber. E uma pessoa que necessita, que vai recorrer ao INSS, não consegue passar na perícia. Entendeu? Não consegue. E eu não sei por que essa injustiça!” (*E5*).

E13 considera que os criminosos não deveriam ter nenhum direito, enquanto *E15* diz que os detentos tinham mais liberdade antes da prisão do que os *cidadãos de bem*: “Nós estamos trancados aqui no nosso quintal, dentro da nossa casa. Enquanto os pilantras estão pra rua” (*E15*). Já *E11* e *E12* destacam que há uma rede de proteção que gera privilégios especialmente aos presidiários com mais poder aquisitivo. “Esses direitos humanos defendendo eles, qualquer lei para ajudar um bandido. E é o contrário, né. Quando é um *cidadão de bem* que está no lugar ali não tem os mesmos direitos” (*E12*).

A naturalização da violação de direitos fundamentais parece ser instigada no campo das mediações pela própria concepção de presidiário. *E14*, por exemplo, diz que um criminoso em liberdade, quando doente, “não tem coragem de ir ao posto de saúde” (*E14*). Ao asseverar que na prisão esse mesmo detento teria assistência médica em tempo integral, considera o encarceramento como um privilégio, já que fora da prisão a pessoa teria “que pegar uma fila de mais de 100 pais de família lá dentro” (*E14*). Já *E18*, ao mencionar a questão dos índices de desemprego, está entre aqueles que questionam o teor moral do auxílio-reclusão. “Quantos pais desempregados aí, lutando pra conseguir sustentar a família. Eles tão lá, a família tá em casa protegida, recebendo né. Recebe mais que um pai de família que tá trabalhando. Eu acho errado isso aí” (*E18*). Já *E10*, desempregada há dois anos, aborda a precarização de algumas profissões para reiterar as regalias da população carcerária.

Esses princípios, basicamente, são os que fazem com que os respondentes tendam a defender a ideia que os presidiários precisam trabalhar, muitas vezes, também em condições precárias (*E1*, *E2*, *E11*, *E12*, *E14* e *E17*). Sobre a moral que envolve a atividade produtiva, a fala

de um entrevistado abre ramificações para como os telespectadores negociam, reinterpretem e reelaboram sentidos às notícias:

O trabalhador sai daqui cinco horas da manhã, quatro horas, quatro e meia, às vezes, de bicicleta ainda; às vezes não tem nem o dinheiro da passagem; sai de bicicleta... Se ele tiver um marmitinha ali com um feijão com arroz e um *zoiúdo* [ovo frito] em cima pra comer na hora do almoço, ele tá no lucro. Esse é o trabalhador. Agora os caras dentro da cadeia, os caras têm comida o dia inteiro. E [é] esse mesmo trabalhador aí ó que um jaguara desse de ponta de esquina aí mata; mata, mata esse trabalhador que tá com a marmitinha ali pra ir trabalhar. Mata. Daí ele chega dentro da cadeia e quer mordomia. Daí chegam os direitos humanos. O que eles querem? Defender o que matou o trabalhador, mas o trabalhador que tava com a marmitinha andando de bicicleta pra ir trabalhar, ninguém vai na casa dele pra ver se a família tá precisando (E1).

Há ainda quem entenda que os presidiários midiáticos pelos programas não sejam exatamente os que recebam regalias da justiça. E7, por exemplo, primeiro afirma que o uso de tornozeleiras eletrônicas, tema muito abordado pelo âncora do *Balanço Geral*, seja um privilégio, bem como a lógica do regime semiaberto, mas difere o criminoso com poder econômico e/ou político que, na opinião dela, são privilegiados. E16, citando o caso da prisão do ex-presidente Lula²⁵³, diz que os presos não podem ter luxo, pois senão a população carcerária poderia aumentar.

²⁵³ Condenado em primeira instância em julho de 2017 por corrupção e lavagem de dinheiro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que governou o país entre 2003 e 2010, cumpre, desde abril de 2018, uma sentença de 12 anos e um mês. Para alguns setores da sociedade, a prisão tem cunho exclusivamente político, já que há questionamentos sobre a materialidade das provas, sobre a rápida tramitação da ação e, por fim, sobre a parcialidade do juiz responsável pela condenação em primeira instância. Sérgio Moro pediu exoneração para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública após a conclamação de Jair Bolsonaro, que venceu as eleições por oposição ao partido do ex-presidente.

Parte das implicações de que os telespectadores imaginam que há benefícios demais entre a população carcerária fez com que houvesse interesse por parte do pesquisador em entender como eles lidam com o princípio, defendido especialmente na linha editorial do *Tribuna da Massa*, de que *bandido bom é bandido morto*. A despeito de o grupo poder ser taxado como conservador, houve equilíbrio nas respostas. Dos discordantes da afirmação (*E4, E6, E7, E11, E12, E16, E17 e E18*) há um predomínio daqueles que assistem ao *Balanço Geral*, haja visto que todos os participantes do município de São José dos Pinhais mostraram-se contrários à frase, além de uma das entrevistadas de Colombo (*E17*) que consome os dois programas. Conforme a primeira fase da pesquisa, há um predomínio de inserções monitoradas do *Tribuna da Massa* fazem algum tipo de apologia explícita à violência. Em cerca de 10% dos materiais sobre violência há enaltecimento declarado contra os acusados; no *Balanço Geral* há incidência em apenas 4% dos materiais.

Apesar de admitir o desejo de fazer justiça pelas próprias mãos em uma situação hipotética na qual flagrasse alguém cometendo um crime de estupro contra uma esposa ou filha, por exemplo, *E11* discorda da frase. Devido a princípios religiosos, ele – que é favorável, como visto, a atos ostensivos da polícia em perseguições, desde que não provoque mortes – afirma acreditar na ressocialização de qualquer ser humano e, além disso, compreende que o ato de se tornar bandido não seja aleatório: “Como sou da igreja, bandido bom é bandido salvo [...]. Acredito que pode haver mudança, eu acredito na luz no fim do túnel, mesmo do cara que todo mundo fala que não vai mudar” (*E11*).

Já *E4*, a cabelereira desempregada que luta contra um tumor, havia dito inicialmente concordar com todos os argumentos do âncora do

Balço Geral. Embora acredite que Gilberto Ribeiro defenda esse princípio no programa, ainda que durante o período de monitoramento não tenha utilizado nenhuma vez expressamente a frase, *E4* admite ter revisto a fala por não concordar com o princípio. “Acho que bandido bom é bandido preso. Mas num sistema que consiga deixa ele preso. Porque o sistema hoje tá muito falho, então entra e sai, entra e sai, comete tudo de novo e volta né?” (*E4*). *E12*, antes de responder, diz que entraria em contradição por acreditar que ninguém tenha direito a matar outra pessoa, mas confessa pensar que, se flagrado, um criminoso mereceria “levar uma surra de deixar na porta da UTI” (*E12*).

Os processos de identificação com a instituição família mais uma vez fez com que alguns dos entrevistados (*E6*, *E7*, *E16*, *E17*, *E18*) ficassem propensos a divergir da frase. *E16*, que se declarou favorável à pena de morte, contraditoriamente diz: “Se a polícia matar o bandido, quem é que cuidará da família?” (*E16*). “Não concordo porque atrás desse bandido tem muita gente que sofre” (*E17*). *E6* e *E18* versam essencialmente sobre o aspecto materno para se colocarem como contrários à frase e avaliam que o país precisa ter leis mais severas. *E7*, a última participante contrária ao princípio do *bandido bom é bandido morto*, relembra o caso do primo assassinado.

Às vezes, você não sabe por que a pessoa está fazendo aquilo. [É] que nem [o caso do] meu primo. Meu primo já chegou até a ser preso por tráfico de drogas, tanto que na notícia, a manchete é “Traficante em regime semiaberto morre em local tal”. Você não sabe por que ele morreu, né? Ele não era um bandido tecnicamente? [O pesquisador concorda]. Então, bandido bom não é bandido morto, porque você não sabe o fim que levou aquilo, né? Se foi uma questão de luxo talvez, ou uma questão de sobrevivência (*E7*).

Entre os que fazem apologia à frase estão todos, com exceção de *E16*, aqueles que se declararam favoráveis à pena de morte (*E3*, *E5*, *E8*, *E13* e *E15*). *E8*, ao dizer que as prisões não ressocializam e que os criminosos precisam ser completamente isolados da sociedade, diz que a filha fica brava pela opinião da respondente “porque defende o marido dela [da filha], que é drogado, é maconheiro” (*E8*). *E5* e *E13* são enfáticas ao defenderem que é necessário matar, assim como *E9*, este contrário ao fato de que a pena de morte deva ser institucionalizada.

E10, que também se declarou contrário à pena de morte, diz ser favorável à ideia de que a polícia aja às margens da lei para fazer “uma limpeza pra gente” (*E10*). O argumento é compartilhado por *E14* e *E15* (o último favorável à medida extrema) por concordarem que a justiça tende a libertar facilmente os criminosos. Também relutante ao direito do Estado de retirar a vida de uma pessoa como pena para um crime, *E1*, que é um policial militar aposentado, revela uma faceta de intransigência e intolerância: “Bandido bom é morto. Mortinho, mortinho. Bem mortinho! E, de repente, arrumar um cemitério só pra eles. Só pra eles. Um cemitério pra daí enterrar de pé pra sobrar mais espaço. Que daí vai colocando mais um pouco junto assim... aí sim” (*E1*). *E2* considera defender a frase porque ela possibilita uma redução da violência:

Às vezes, a gente vê um bandido que matou ou que roubou, que enfiou uma faca ou um revólver na cabeça de alguém, vai lá um e mata. Você sabe que ele não vai te ameaçar amanhã. Tem outros pra te ameaçar, mas aquele já é um a menos. A gente preferia que isso não acontecesse. Que estudasse, virasse gente, não chegasse numa situação dessa. Mas é melhor ver ele morrer do que ele matar um irmão teu, um parente teu amanhã (*E2*).

E3, mais uma vez, diz que um bandido é melhor quando está morto, mas que deixa o trabalho para a polícia. “Acho que se deve matar, tem que matar mesmo. Senão tiver que matar, prende o cara lá pra comer um pouco de... Nem sei o que tem lá de comida lá dentro da cadeia [*risos*]. E nem quero saber [*risos*]. Eles que se virem por lá né” (*E3*).

Não saber lidar com a alteridade é, em geral, uma propriedade estruturante do grupo, algo permeado pelo caráter hegemônico do campo da religião e da concepção familiar com princípios heteronormativos. Mesmo sem entrar nas argumentações, os entrevistados, em geral, dizem se recordar de temas relativos às representações da maconha no programa, mas quase sempre as vinculam às apreensões. De todo o grupo, três são favoráveis à liberação da erva (*E7*, *E13* e *E15*), sendo que as duas últimas são favoráveis porque acham que o consumo está banalizado, e dois dizem não ter opinião formada sobre o tema (*E3* e *E17*). O restante é contrário à descriminalização.

Já a legalização do aborto e a união homoafetiva, dois assuntos que mexem com preceitos religiosos, geram percepções distintas. Enquanto o aborto é visto como uma questão de saúde pública apenas por um dos respondentes, fato que a faz ser favorável à legalização (*E7*), todo o restante do grupo se baseia em princípios religiosos para rechaçar a prática. Seis entrevistados, três homens e três mulheres, colocam a questão religiosa como relevante mesmo em casos em que a mulher seja estuprada (*E6*, *E9*, *E12*, *E13*, *E15* e *E18*).

Sobre união homoafetiva, o grupo se divide exatamente ao meio, embora a questão religiosa permaneça eminente. Nesse recorte, as questões de gênero parecem ser mais estruturantes para as visões de mundo. Apenas um homem (*E11*) mostrou-se claramente favorável ao

casamento entre pessoas do mesmo sexo, enquanto somente uma mulher (E15) criticou abertamente esse tipo de aliança. O primeiro, o técnico-eletricista formado em Jornalismo que mora em São José dos Pinhais, alega que enfrentaria alguns conflitos religiosos durante a cerimônia, mas justifica que ser contrário faria mal às pessoas envolvidas: “Não posso deixar o cara morrer na depressão porque a sociedade não quer que ele case com outro homem, entendeu? (E11). A segunda, a pensionista de Colombo que atua como costureira para complementar a renda, diz que a homossexualidade em si é uma “coisa feia” (E15).

Atributos dados à homossexualidade, como *feio*, *anormal* ou *escatológico*, aliás, são apontados por parte dos entrevistados como uma barreira para a aceitação. Nesse grupo estão também alguns que se posicionaram a favor da união homoafetiva (E3, E5, E10 e E15), o que, de certa forma, complementa a justificativa em torno dos padrões sociais heteronormativos. Outros argumentos recorrentes são aqueles ligados ao campo da religião (E5, E9, E10, E12 e E14). E5 e E9, por exemplo, citam o mito popular de Adão e Eva para justificar o ceticismo. O primeiro, apesar de garantir que não é homofóbico, diz que não gosta de opinar sobre o assunto: “Quando Deus fez o mundo, fez Adão e Eva. Homem e mulher. E só! Então, por quê? Isso daí é satanismo” (E5). Já o segundo, ao ressaltar que proibiria a própria família de ir a uma comunhão entre pessoas do mesmo sexo, reitera a força da palavra bíblica. Para ele, Adão e Eva são exemplos de vida. “Se nós *tamo* [aqui] pra seguir o caminho de Deus, nós temos que seguir o que Ele deixou, não inventar. Isso foi inventado, isso não foi coisa de Deus. Na Bíblia não existe isso aí” (E9).

Por fim, há ainda quem seja contrário à união homoafetiva, mas que diz ser conivente com a homossexualidade em âmbito privado (E1,

E12 e E16). “Eu era bem preconceituoso. *Com muita conversa com a esposa*, hoje eu não... [...] Ontem, por exemplo, na distribuidora perto de casa tinha dois homossexuais, mas [se eles] não estão se pegando [em público], beleza” (*E12, grifo adicionado*). *E16*, o mais jovem homem a integrar a pesquisa, justifica a necessidade de invisibilizar a homossexualidade a partir da moral familiar. Relembra um episódio em que diz ter se sentido ofendido por ver um casal homossexual se beijando dentro do transporte coletivo. “Fiquei imaginando meus filhos olhando aquilo, sabe? Tipo, *nada contra*, quer casar, case, mas faça as coisas em casa. Entre quatro paredes” (*E16, grifo adicionado*).

Os entrevistados foram questionados se iriam a uma festividade que celebrasse a aliança matrimonial entre pessoas do mesmo sexo. Em geral, participariam desse tipo de evento os favoráveis à união homoafetiva (*E2, E4, E7, E8, E10, E11, E17 e E18*), mas há, entre os respondentes, pessoas contrárias que também iriam à festa (*E14, E15 e E16*). *E13*, por outro lado, mesmo se posicionando como favorável à união homoafetiva, evitaria esse tipo de solenidade. Em uma situação hipotética na qual tivesse um filho homossexual, ela se recusaria a comparecer ao casamento:

Se tivesse um filho gay, ia amar meu filho do mesmo jeito e dizer: “Olha, meu filho, a opinião é tua, quem vai sofrer as consequências da vida, quem vai ser muito apedrejado vai ser você”. Se eu tivesse uma filha lésbica, ia dizer a mesma coisa para ela e deixar viver a vida dela. Só que eu não ia participar [da festa], mesmo se fosse um casamento de um filho ou uma filha (*E13*).

Apresentadas as principais visões de mundo sobre legalização da maconha, aborto e união homoafetiva, quando se pensam, portanto, em

implicações dos conteúdos ligados à violência, logo vem à mente os usos que o público faz das notícias. Essas apropriações vão variar, claro, de pessoa a pessoa, de modo a proporcionarem desde experiências genuínas até a indiferença. Por outro lado, não surpreende que em uma sociedade intolerante o poder de controle da segurança pública se constitua diariamente às margens da legalidade; e essa é uma mediação preocupante.

A pesquisa traz observações pertinentes para que se compreendam as implicações da violência na vida cotidiana dos telespectadores dos dois noticiários estudados. De cunho qualitativo, por abordar essencialmente eventos criminais de natureza contra a pessoa e contra o patrimônio, as narrativas jornalísticas criminais auxiliam na naturalização, por parte dos telespectadores, de uma cultura da violência. Nesse aspecto, as noções de *biopoder*, *estigmatização* e *invisibilidade social* abriram potenciais para que fossem discutidas as formas como os telespectadores negociam, reinterpretam e produzem sentidos aos temas abordados pelos noticiários.

Em consonância com preceitos e valores defendidos por outras instituições hegemônicas e moralizantes da sociedade, tais quais, a família, a religião, a moral do trabalho e a própria polícia, os programas estruturam e, na maior parte das vezes, ratificam princípios e valores de intolerância. Tal aspecto ocorre com êxito a partir das interpelações, ou seja, por meio do chamamento do sujeito ao discurso (HALL, 2014), mediadas por essas instituições, especialmente a *família*, tida como aquela que sofre as mais perversas retaliações do mundo do crime.

Não uma família qualquer.

Uma família, primeiro, *pautada por uma moral burguesa de trabalho*, de cunho cristã, que, embora produza ativamente sentidos

habitualmente, é controlada. Não exatamente por um grupo dominante ou pelo próprio estado, mas por meio de uma teia de relações e conjuntos de interesses que elaboram e reelaboram os modos de organização e de interpretação do cotidiano (RABINOW; ROSE, 2006). Esse poder exercido sobre os corpos se manifesta ao ampliar a percepção de que as classes populares são dóceis. O poder, entendido aqui sempre na perspectiva foucaultiana, horizontal e espreado, dificulta a organização social e, a partir dos processos de identificação das narrativas do medo, ausenta do campo das mediações a exigência e, conseqüentemente, o cumprimento de direitos fundamentais. No estudo de recepção isso fica claro quando os entrevistados, de forma unânime, julgam que condenados, sob a tutela do Estado, têm mais direitos adquiridos do que as próprias classes populares, como se houvesse privilégios para os primeiros e não ausência de direitos fundamentais para os demais. Ou ainda, quando os respondentes, também de maneira consensual, colocam-se como defensores da imputabilidade penal a pessoas com menos de 18 anos mesmo que os noticiários exibam raramente atos infracionais análogos a crimes hediondos.

Uma família que, em segundo lugar, *julga ter voz*. A escolha pelas regiões onde houve a maior incidência de crimes noticiados em Curitiba e Região Metropolitana auxilia na explicação. Havia a presunção de que os entrevistados, de certa forma, questionariam a midiaticização eminentemente pejorativa – em razão de ser enviesada, sobremaneira, ao universo do crime – das regiões onde moram. Por um lado, comprovou-se que a estigmatização e a invisibilidade social eram elementos estruturantes nas construções narrativas sobre o *outro*, o que converge com o princípio defendido por Goffman (2008) de que os estigmas atuam

no domínio da vida pública. Em geral, embora habitassem as regiões onde mais foram veiculados crimes pelos programas, esses moradores construíam percepções estigmatizadas de outros espaços geográficos. Por outro lado, a midiaticização de crimes nessas áreas é vista como algo essencialmente positivo devido ao fato de que essas regiões são notoriamente invisibilizadas pelo jornalismo tido como de referência. Em síntese, como a violência é naturalizada e como essas localidades são, historicamente, pouco visualizadas pelas formas convencionais de jornalismo, os telespectadores, ao se identificarem com as estratégias narrativas-discursivas dos noticiários, enxergam aspectos da realidade a qual vivem.

Uma família, em terceiro lugar, *com um inimigo bem definido*. Com o estudo comprovou-se que o estatuto do jornalismo criminal é pautado essencialmente por processos de identificação e, conseqüentemente, de diferenciação. A figura do criminoso, ainda que apareça com baixa frequência se comparada aos outros tipos de personagens, preenche os vazios semânticos a partir da ativação da memória, perpassada por princípios, valores, preconceitos, estados de ânimo e outras situações pretéritas vividas por cada pessoa. Mais que isso, narrativamente o suspeito/criminoso é desvinculado das instituições de referência por parte do público, a saber, a família, a igreja e o mundo do trabalho. Esse antagonismo o invisibiliza, o torna caricato, odiado.

Uma família, em quarto lugar, *com uma lógica militarizada*. A instituição que mais consegue produzir sentidos frente ao público nesses processos é a polícia. Isso porque ideais como família, religião e mundo do trabalho são princípios mais ligados à vida cotidiana do público do que a polícia. Esse caráter estruturante da televisão faz com que haja, por

exemplo, o princípio de os moradores se sentirem seguros nas regiões onde habitam, mas, mesmo assim, apoiarem o aumento do aparato ostensivo nas regiões.

Uma família, portanto, em quinto e último lugar, *conservadora e intolerante*. Os noticiários criminais agem como dispositivos de biopoder que, ao estigmatizar e defender princípios vinculados à família, à religião, à moral do trabalho e, não menos importante, à polícia, auxiliam no processo de naturalização da violência. Essas significações ganham força no tempo e no espaço e auxiliam na forma como o público negocia, reinterpreta e elabora sentidos cotidianamente. A questão da regionalização é essencial: ao mesmo tempo em que funciona como um dispositivo de sobrevalorização de riscos próximos, que são constantemente postos à prova pela vida cotidiana, os programas instigam, a partir da universalização dos pormenores da história, que as pessoas ratifiquem princípios religiosos e morais do mundo do trabalho nos hábitos no dia a dia, ainda que essa percepção de família seja, na maior parte das vezes, fruto de *ficção*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área de segurança pública há muito tempo tem destaque quando o assunto são os principais desafios enfrentados pela sociedade brasileira. Isso porque a sensação de insegurança se tornou, nas últimas décadas quase ubíqua. Objetivamente, ela é resultado de um fenômeno social aguçado pelo crescimento ríspido e desornado dos centros urbanos e pelo consequente aumento das desigualdades sociais ao longo do século XX; mas, subjetivamente, trata-se também de uma conjuntura de hegemonia das *narrativas do medo*, construções que alimentam e são abastecidas pelo processo de midiaticização da sociedade, cujas implicações são de difícil mensuração. A presente pesquisa tentou trazer algumas dessas consequências a partir de um estudo das *narrativas jornalísticas criminais*, um veio dessas narrativas do medo.

Antes de abordá-las, no entanto, é prudente relatar parte do contexto de produção deste estudo. Desde o pré-projeto, elaborado em meados de 2013 e submetido ao POSJOR/UFSC no ano seguinte, esta investigação ganhou novas conotações. Havia uma pré-disposição por parte do pesquisador, ainda que com certa *resignação*, em ceder atenção a um objeto de estudo que naquele momento parecia pertencer a um universo cada vez mais restrito de público e, por consequência, em decadência. A ampliação do acesso à internet, a universalização da educação básica e a expansão da graduação e da pós-graduação – políticas públicas das quais o próprio autor é beneficiário direto – e as ações de redução das desigualdades sociais executadas desde a transição para o século XXI criavam um ambiente que parecia atenuar o contexto crítico desenhado no parágrafo anterior. Em outras palavras, com a internet, o

campo da Comunicação e o do Jornalismo – que o precede – aparentavam propor maior pluralidade informativa ao público, o que abrandaria o monopólio da televisão. Segundo essas premissas, cada cidadão teria possibilidades de pertencer a mais *comunidades de apropriação*, ou seja, a integrar mais espaços capazes de promover leituras do mundo social. Tal cenário apontava que a televisão e, claro, os noticiários criminais estavam fadados à decadência, ainda que a médio ou a longo prazo.

Apesar do contexto inicial aparentemente adverso, interessava naquele longínquo começo questionar, por meio de um estudo de recepção e/ou mediação, o princípio de que o público assistia a noticiários criminais simplesmente por *gostar de ver sangue*, inquietação que acompanhava o pesquisador desde o mestrado e cuja resposta tentaria fugir de postulados do campo da psicologia²⁵⁴, por exemplo.

A guinada política, econômica e social que se construiu simultaneamente ao desenvolvimento da pesquisa nos últimos quatro anos não só tornou secundária aquela primeira motivação como, talvez, tenha ofertado subsídios para que o pesquisador pudesse observar a realidade e construir uma narrativa científica mais orgânica – se o paciente leitor que chegou até aqui partilhar minimamente essa ideia, os quatros anos de estudos terão valido a pena. Ao avaliar o resultado, há a impressão de que a argumentação, ainda que cumprindo os ritos de teorização e abstração inerentes e relevantes ao saber científico, conseguiu servir de lente para enxergar aspectos de um contexto muito singular ao qual o país vive.

²⁵⁴ A intenção, claro, nunca teve qualquer audácia de deslegitimar os estudos da Psicologia, e sim, de buscar entender a situação a partir da forma como se contam as histórias. O viés da psicologia, aliás, pode ofertar subsídios interessantes para a continuidade dessa perspectiva de estudo.

A estrutura narrativa desses programas, em diálogo azeitado com instituições cujos corolários integram a vida cotidiana das culturas populares, as noções de família, de religião de cunho cristão e a moral do mundo do trabalho, detém organicidade e explica, a maior parte dos motivos pelos quais o conservadorismo e a intolerância ganharam ressonância no Brasil nos últimos anos. Tornam, portanto, o jornalismo adjetivado aqui como *criminal*, com diversos ônus e ao contrário do que se imaginava no início da pesquisa, um nicho editorial em plena ascensão. Esse argumento, por si, já justificaria a importância de se olhar para esse veio do jornalismo e propor tensões deontológicas, a ponto de questionar, a partir do conhecimento sobre os processos de negociação, reinterpretação e reelaboração de sentidos das audiências, a cumplicidade tácita entre jornalistas e agentes policiais e a própria construção narrativa monofônica que universaliza situações singulares e é incapaz de relacionar aspectos de segurança pública com outros grandes temas.

Canclini (2008, p. 29) alerta para o fato de que países europeus, conscientes das implicações sociais da violência, buscam entender e problematizar a exibição da temática, mas esse tipo de ação é condenado na América-Latina a partir da presunção de que qualquer diálogo com outros setores seja um tipo de censura.

Na televisão, vários países europeus moderam o tempo da publicidade e a espetacularização violenta dos conflitos íntimos e dos dramas sociais por meio de conselhos de cidadãos ou integrados por diversos setores (governo, sociedade civil, empresas de comunicação e criadores). Os governos, empresários latino-americanos rejeitam essas ações, invocando uma suposta capacidade de autorregulação ética dos canais, embora sua trajetória mostre dificuldades para situar a caça aos espectadores dentro de normas públicas.

A campanha eleitoral de 2018 referendou possibilidades de agendamento de pautas conservadoras para os próximos anos, algumas expressamente contra a garantia dos direitos humanos e o exercício das liberdades individuais, quase todas demasiadamente abordadas pelos noticiários criminais aqui estudados. Discussões sobre a revogação do *Estatuto do Desarmamento* (Lei 10.826/03), projetos de lei que buscam reduzir a imputabilidade penal para 16 anos, e, por fim, afrouxamento de investigações a agentes que, durante uma abordagem policial, firam ou executem pessoas (o famigerado excludente de ilicitude) devem ganhar eco nos próximos anos; conforme apontado no estudo, pautas essas amplamente aprovadas pela audiência desses noticiários.

Entre as formas institucionalizadas para além da esfera jurídica de violência no Brasil, chamam atenção nos últimos anos, mesmo que nem se trate de um fenômeno novo, os linchamentos. Em 2015, o país registrou um crime com essa característica por dia (MARTÍN, 2015). Os produtores, por vezes, apoiam esse tipo de iniciativa, mas talvez não tenham noções das implicações da apologia a qualquer ação violenta – e esta pesquisa buscou mostrar algumas dessas consequências na circulação desses conteúdos.

Toda a agenda da campanha eleitoral de 2018, entre fatos e boatos, foi regulada essencialmente por narrativas sobre violência e, também, por assuntos tidos como tabus, com ênfase àqueles que, falaciosos ou não, buscam desconstruir ou, no mínimo, questionar ou problematizar lógicas familiares hegemônicas em uma sociedade que se classifica – até certo ponto, com orgulho – como conservadora. O curioso é que essas pautas são tidas, em alguns momentos, como relativamente progressistas. Alguns dos depoimentos, como o do entrevistado que considera *bonita* a

desapropriação de uma área de ocupação perto da casa onde mora, ou ainda, como os tantos momentos em que os participantes fazem apologia à execução sumária de pessoas que, em tese, estavam em confronto com as forças de segurança, demonstram o quanto a noção de biopoder é peculiar para se entender a aceitação das forças ostensivas. A anuência das ações ostensivas da polícia e a subversão à autoridade militar são resultados de uma tessitura muito complexa entre as narrativas jornalísticas criminais e as principais instituições as quais o grupo entrevistado – e também a sociedade brasileira, em geral – está ligado, a saber, a família com um núcleo heteronormativo, a igreja e a moral do trabalho.

Se as notícias são vistas, pelo escopo da produção, como efêmeras, quando se voltam as atenções para as narrativas jornalísticas criminais, elas parecem ganhar mais perenidade. Não pelo fato em si, já que, como apontado na pesquisa, os telespectadores tendem a não recordar de casos específicos, mas pelas matrizes narrativas que constroem e romantizam – mais uma vez, de forma monofônica – uma noção de que há necessidade de apoiar práticas ostensivas e, conseqüentemente, consentir com ações, muitas vezes desproporcionais, exercidas pelas forças de segurança, ou ainda, pelas próprias mãos; disso resulta o apoio, por exemplo, a liberação da posse de armas. Se mesmo sem lembrar dos pormenores dos fatos, recurso amplamente utilizado nas notícias, o público negocia, reinterpreta e reelabora sentidos aos crimes exibidos, mais importante que o crime em si é a matriz narrativa sob a qual ele é construído. Essa característica traz, no mínimo, duas percepções instigantes para o objeto de estudo: em um primeiro momento demonstram que, se essas práticas de violência estão desvencilhadas do fato, as pessoas não assistem aos noticiários criminais

exatamente porque gostam de ver sangue. O exemplo da entrevistada que passou a consumir cotidianamente um dos noticiários para projetar um ideal da família, assim como o do participante que só tem acesso a duas emissoras de televisão aberta em casa, ou ainda, da entrevistada paraplégica que, por falta de um controle remoto, não pode zapear os canais, ilustram bem essa situação.

O segundo ponto, ao mesmo tempo em que dialoga, supera o primeiro. O fato de os entrevistados não memorizarem os pormenores das notícias e preencher esses vazios semânticos com visões de mundo estruturadas por outras instituições (essencialmente, a família, a moral religiosa-cristã e a moral do trabalho) traz a centralidade do conceito de biopoder para o debate. À medida que os entrevistados não se sentem violados ou oprimidos pelo poder, ou seja, ao passo que o poder não é arbitrário nem violento, o jornalismo se configura como um dispositivo de biopoder.

Como ele é capaz de fazer isso? Abordando justamente o contraditório. Dito de outra forma, os noticiários criminais não lidam com o a morte, e sim com a *vida*. A vertente criminal emprega técnicas narrativas que valorizam a vida ao contrastá-la insistentemente com a morte. Como o objetivo é viver, o jornalismo criminal produz nos espaços de recepção/mediação, experiências que sustentam princípios de conservadorismo e intolerância, que são formas, ainda que *míopes*, de proteção, pautadas, sobremaneira, pela família, religião e pela defesa ao mundo do trabalho.

No início da pesquisa havia um grande dilema sobre se a exibição de crimes nas regiões estudadas geraria mais implicações positivas ou negativas na vida cotidiana da audiência. O pesquisador imaginava que

haveria algum tipo de questionamento por parte dessas pessoas sobre por que apenas casos de violência são midiaticizados nessas regiões. Com exceção de um entrevistado, que reiterou durante a conversa sentir falta de notícias do lugar onde mora que extrapolem o âmbito da violência, os demais enxergam a cobertura dos crimes como um recurso de *visibilidade*. Se a incidência de veiculação da violência gera, a partir de um princípio de vigilância, a noção de estigmatização dessas áreas geográficas para as pessoas que não as habitam, por outro lado, para os moradores dessas regiões reelabora-se justamente a partir da ideia oposta: de visibilidade. Esse princípio se notabiliza quando, por exemplo, os entrevistados avaliam a região onde moram (as mais estigmatizadas, segundo o monitoramento que compôs a primeira parte do estudo) como seguras ao passo que sempre categorizavam outros espaços geográficos como perigosos.

Assim, embora os noticiários consigam atingir as mais distintas áreas geográficas e grupos sociais, os conceitos de estigmatização e invisibilidade social operam para evitar reflexões e diálogos sobre o *outro*. A estratégia narrativa possibilita processos de identificação, mas, simultaneamente, cria processos de não-identificação a partir da figura caricata do criminoso – a marginalização do bandido, aliás, é fundamental para que se produzam, no âmbito das mediações, a aceitação hegemônica das forças policiais, algo valorizado tanto pelos produtores, conforme aponta o monitoramento, quanto pelo público, como foi possível observar pelas entrevistas com os telespectadores.

Ao inibirem quaisquer possibilidades de diálogo e de empatia com o *outro*, as narrativas midiáticas, do entretenimento ao jornalismo, reforçam reiteradamente naturalização da violência no cotidiano. Tal

recurso, claro, facilitou a eleição de candidatos que defendem saídas aparentemente fáceis para a resolução de problemas complexos. A inserção da violência é tão abundante que, a título de curiosidade, das mais de 60 mil mortes violentas no país em 2017, ano em que foi realizada a primeira etapa empírica da presente pesquisa, 936 ocorreram em Curitiba e Região Metropolitana, conglomerado urbano com 3,5 milhões de pessoas, formado por 29 municípios. Em 40 edições do *Tribuna da Massa*, o equivalente a dois meses de exibição entre segunda e sexta-feira, de 8 a 10% desses casos foram veiculados. Mantida a média para os demais meses, seguramente o noticiário registrou, em 2017, no mínimo, 50% dos homicídios ocorridos na microrregião – números que atingem imponentes 70% dos assassinatos quando se avaliam, pelos mesmos critérios, o *Balanço Geral*. Somadas as incidências de violações de outras naturezas veiculadas por esses dois programas e as formas imensuráveis de consumo de violência que ocorrem em outros produtos midiáticos – sejam eles jornalísticos ou de entretenimento –, a recepção de conteúdos sobre violência é ubíqua.

Fundamentada no princípio de que a televisão é uma instituição social relevante na produção de sentidos e, simultaneamente, que o jornalismo seja um dispositivo de biopoder, nesta pesquisa foram estudadas as implicações da estigmatização e da invisibilidade social de personagens – agressores e vítimas – em noticiários criminais. O estudo teve como objetivo, primeiro, compreender a construção e as apropriações de estereótipos na narrativa criminal a partir da estigmatização e da invisibilidade social. Para atingir essa finalidade, foram avaliadas inserções jornalísticas ligadas a crimes extraídas de 79 edições dos dois noticiários criminais curitibanos.

Por meio de uma análise de conteúdo de teor quanti-qualitativo desses programas, buscou-se identificar como se formula a construção de personagens na narrativa criminal, levando em conta categorias como região geográfica, faixa etária, gênero, etnia, nível de renda, nível educacional, ocupação profissional. Ao todo, 950 inserções noticiosas (62% delas no *Balanço Geral*) foram selecionadas no monitoramento ocorrido entre os meses de outubro e dezembro de 2017, o que equivalente a 180 horas dos produtos. O resultado demonstrou que o agressor é estigmatizado como alguém que comete, sobretudo, crimes que resultam em mortes violentas (homicídio, latrocínio ou lesões corporais graves), pertencente ao recorte etário da juventude (21 a 29 anos). Esse agressor é, sobremaneira, narrativamente desvinculado de várias das instituições que auxiliam nas formas de controle social, como a igreja, o mundo do trabalho e a família, fato que, ao ser confrontado com o universo das mediações, ganha relevância na maneira como os telespectadores negociam, reinterpretem e reelaboram sentidos em torno da categoria social *bandido*.

Além disso, esse agressor comete, em geral, crimes de naturezas distintas conforme a região geográfica: a do ladrão que pratica roubos ou furtos em um grande centro urbano, espaço onde há mais riquezas materiais e, não menos importante, mais desigualdades; e a do assassino que ataca em regiões periféricas, onde a força do estado não alcança. Ambos os agressores estão desvinculados da empregabilidade, da igreja e, especialmente, da família, instituições que detêm, junto com a polícia, as principais perspectivas ideológicas valorizadas no âmbito da recepção e das mediações.

O segundo objetivo da pesquisa foi avaliar como telespectadores que moram em regiões mais estigmatizadas pelos dois noticiários negociam, reinterpreta e reelabora conteúdos de segurança e violência. Para atingi-lo foram realizadas entrevistas com 18 telespectadores que moram em três regiões diferentes: a Cidade Industrial de Curitiba, bairro onde houve a maior incidência na primeira fase da pesquisa de crimes na capital paranaense nos dois programas, e as cidades metropolitanas de Colombo, com a maior representatividade de casos de violência no *Tribuna da Massa*, e São José dos Pinhais, palco do maior número de ocorrências exibidas no *Balanço Geral*.

As entrevistas em profundidade tiveram a finalidade de compreender como os telespectadores interpretam e se apropriam dessas atrações na vida cotidiana, bem como formulam visões de mundo sobre o tema segurança pública. Como o jornalismo se configura como um dispositivo de biopoder, a vertente criminal emprega técnicas narrativas que contrastam a vida insistentemente com a morte, valorizando a vida e sendo capaz de produzir, nos espaços de recepção e mediação, experiências que sustentam princípios de conservadorismo e intolerância, pautadas pela família, princípios religiosos e moral do trabalho. Isso pode ser percebido na análise a partir da vinculação das situações de violência com a perspectiva local, pelo teor de crueldade, deboche e/ou ousadia nas ações criminosas, pela falta de policiamento, entre vários outros aspectos que, em síntese, criam sensação de insegurança.

No âmbito das mediações, essas percepções de que a violência está sempre próxima tende a criar sentimentos e ações intolerantes no público, cada vez mais recluso. A opção por se fechar em casa é só o exemplo mais banal. Retomando a metáfora da *casa* e da *rua*, exposta ao longo do texto

(DAMATTA, 1997), há uma percepção de que os telespectadores afastam a maioria dos aspectos que divirjam de princípios e valores constituídos pela igreja, pelo mundo do trabalho e, finalmente, pela família, características vistas como naturais, inerentes aos agressores/criminosos.

A escolha de três regiões, uma na qual foram entrevistadas pessoas que assistiam aos dois programas (Cidade Industrial) e as demais com telespectadores que viam obrigatoriamente um deles (*Tribuna da Massa*, em Colombo; *Balanço Geral*, em São José dos Pinhais) reiterou como as noções de invisibilidade social e estigmatização são estruturantes para entender a relação metaforizada por DaMatta (1997) entre a *casa* e a *rua*. Essas visões são estruturadas por mediações que perpassam a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural dos telespectadores. O êxito editorial se dá por meio de uma narrativa que amplifica as questões dicotômicas justamente por atrelar o agressor de outras instituições de referência do público. No espaço-tempo das mediações, o crime em si, por mais paradoxal que se possa parecer, torna-se secundário na trama quando comparado ao sentimento de insegurança e as experiências de partilha com as comunidades de referência.

Por fim, entende-se que o escopo da pesquisa vá além do aspecto local/regional, haja vista que os fundamentos da cultura da violência na sociedade brasileira estão enraizados no gênero criminal. O próprio *Balanço Geral*, conforme trabalhado ao longo do texto, é um programa noticioso cuja marca possui versões regionais em 21 estados brasileiros²⁵⁵ (RECORDTV, 2018), fato que reitera a importância em estudá-lo e que demonstra, de certa forma, que esta tese não deve ser avaliada por um teor

²⁵⁵ Há, conforme relatado, em cinco estados programas com nomes diferentes, mas com a identidade visual baseada no *Balanço Geral*. Apenas em Roraima não há a veiculação de um noticiário criminal em toda a Rede Record no horário do almoço.

eminentemente localista, já que há um princípio estruturante nos noticiários criminais que, com idas e vindas, é construído em televisão desde a década de 1970.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Introdução à análise da narrativa**. São Paulo: Scipione, 1995.

ABDALLA, Janaina de Fatima Silva. **Prisão concreta, liberdade virtual**: atos comunicativos de adolescentes infratores. Niterói: UFF, 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal Fluminense, 2003.

ADORNO, Sérgio. Violência, ficção e realidade. *In*: SOUSA, Mauro Wilton de (*org.*). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. pp. 181-188.

AGAMBEN, Giorgio. **O amigo & o que é um dispositivo**. Chapecó: Argos, 2014.

AIRES NETO, Lauro Maranhão. **Líderes de opinião no ambiente mediático**: Uma abordagem teórica no campo da comunicação. 2008. 85 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/vzE4A>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2011.

AMARAL, Márcia Franz. Sensacionalismo, um conceito errante. **Intexto**: UFRGS, Porto Alegre, v. 2, n. 13, p.1-13, jul. 2005. Semestral. Disponível em: <<http://migre.me/vRvv9>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

ANDRÉ, Hendry. **“Venda nos olhos, legendas e iniciais”**: a notícia televisiva como ferramenta de estigmatização e invisibilidade social. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://migre.me/vRvEG>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ANDRÉ, Hendry. Por um viés qualitativo para a análise de conteúdos. *In*: SOMMA NETO, João; ANDRÉ, Hendry (*orgs.*). **Mídia e política**: observações e críticas. Curitiba: PPGCOM/UFPR, 2013.

ANDRÉ, Hendry. Violência e tradição: os líderes de opinião midiáticos no telejornalismo opinativo regional. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 34., 2011, Recife. Quem tem medo da pesquisa empírica?. São Paulo: Intercom, 2011. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://migre.me/tAiFv>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. ed. 2. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

ARTHUR TRINDADE COSTA. Fórum Nacional de Segurança Pública (Ed.). **Gestão e disseminação de dados na Política Nacional de Segurança Pública**: a investigação de homicídios no Brasil. São Paulo: FNSP, 2010. 52 p. Disponível em: <<https://goo.gl/JnsW4L>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil. *In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (orgs.). História da televisão no Brasil*: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 15-35.

BARBOSA, Marialva Carlos. Memória e recepção: lembranças do sensacional. *In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO*, 12., 2001, Brasília. **Comunicação**. Brasília: Compós, 2001. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://migre.me/wonEt>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

BASTOS, Marcos Toledo de Assis. Do sentido da mediação: às margens do pensamento de Jesús Martín-Barbero. **Famecos**, Porto Alegre, n. 35, p. 86-89, abr. 2008. Disponível em: <<http://migre.me/vWN5s>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética Pós-Moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BEDENDO, Ricardo. **Segurança pública e jornalismo**: desafios conceituais e práticos no século XXI. Florianópolis: Insular, 2013.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na sua reprodutibilidade técnica. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. ed. 3. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 165-196.

BONIN, Jiani Adriana. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. *In*: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (*orgs.*). **Processualidades metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013. pp. 23-42.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v. 14, n. 1, p.1-33, jan. 2011. Trimestral. Disponível em: <<http://migre.me/uHWZG>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

BRAIT, Beth. **A personagem**. ed. 9. São Paulo: Contexto, 2017.

BRANDÃO, Cristina. As primeiras produções teleficcionais. *In*: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (*orgs.*). **História da televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 37-55.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Disponível em: <<https://goo.gl/5b53sV>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

BRASIL. Daniel Cerqueira *et al.* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (*org.*). **Atlas da Violência**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018a. 69 p. Disponível em: <<https://goo.gl/YBU56E>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A dinâmica demográfica brasileira e os impactos nas políticas públicas**. Brasília, 2009. Disponível em <<http://migre.me/u4RIH>> Acesso 11 jun. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais (Ed.). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições da vida da população brasileira 2014. 34. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 214 p. (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. 2018b. Disponível em: <<https://goo.gl/hsgkhH>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**: população nos Censos Demográfico, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1872/2010. 2016a. Disponível em: <<http://migre.me/u4R8L>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <<https://goo.gl/RCpjBC>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016**: relatório final. Brasília: Secom, 2016b. Disponível em: <<http://migre.me/vVq9L>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2015. Disponível em: <<http://migre.me/uHVVH6>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

BRITO, Patrick Roger Michel Almeida de. **A epistemologia do testemunho**: visão reducionista. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da Modernidade. ed. 4. São Paulo: Edusp, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Apontamentos teóricos e metodológicos para compreender as vinculações sociais das narrativas. *In*: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de (orgs.).

Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013. pp. 49-65.

CASADEI, Eliza Bachega. A construção de personagens no jornalismo: entre a matriz de verdade presumida e a imaginação das urdiduras de enredos. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p.77-91, 2010. Semestral. Disponível em: <<http://migre.me/tzMKQ>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

CASTEL, Robert. **A insegurança social:** o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

CAVENAGHI, Beatriz. Telespectador discursivo: o sujeito escondido no formato dos programas. In: EMERIN, Cárlica; PAULINO, Rita (*org.*). **Ensaios sobre televisão e telejornalismo**. Florianópolis: Insular, 2013.

COLOMBO. **Colombo/Dados Gerais**. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/EJU8D3>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade:** para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

CUNHA, Antônio Geral da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. ed. 4. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Maria Jandyra. A narrativa jornalística em testemunho. In: MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luiz Gonzaga; CUNHA, Maria Jandyra (*orgs.*). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012. pp. 117-138.

CURITIBA. Ippuc. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (*org.*). **População:** Estimativas. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/ahpsaZ>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

CURITIBA. Lucimara Wons. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (*org.*). **Nosso Bairro:** Centro. Curitiba: Ippuc, 2015a. 75 v. Disponível em: <<https://goo.gl/oBg5Ft>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CURITIBA. Lucimara Wons. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (*org.*). **Nosso Bairro:** Cidade Industrial. Curitiba:

Ippuc, 2015b. 75 v. Disponível em: <<https://goo.gl/uR7Lj1>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DALLA COSTA, Rosa Maria Cardoso; MACHADO, Rafael Costa; SIQUEIRA, Daniele. **Teoria da comunicação na América Latina**: da herança cultural à construção de uma identidade própria. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

DALMONTE, Edson Fernando. Estudos culturais em comunicação: da tradição britânica à contribuição latino-americana. **Idade Mídia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.67-90, nov. 2002. Disponível em: <<http://migre.me/uJtcl>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. ed. 5. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 9-41, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/cisBns>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **Itinerário de uma crise**: a modernidade. Curitiba: Editora UFPR, 1997.

EMERIN, Cárilda. Telejornalismo e semiótica discursiva. In: VIZEU, Alfredo *et al* (org.). **Telejornalismo em questão**. Florianópolis: Insular, 2014.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. ed. 2. São Paulo: Global, 1985.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina *et al*. História de mulheres: heroínas de uma narrativa melodramática. **Intexto**, Porto Alegre, n. 28, p.100-117, 2013. Disponível em: <<http://migre.me/tzWhV>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos Estudos Culturais. **Revista Famecos**: Mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p.87-97, jan. 1998. Semestral. Disponível em: <<https://goo.gl/f8BxYW>>. Acesso em: 29 out. 2017.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, p.7-22, abr. 1992. Disponível em: <<http://migre.me/w9LIK>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

FERNANDES, Sheila Irene Gorski. **Vestibulandos e as Múltiplas Mediações**: um estudo de recepção de internet com jovens curitibanos. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação, Setor de Ciência Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/3KGYvA>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

FERNANDES, Paulo Roberto. **Midiatização das migrações contemporâneas**: a cobertura noticiosa do *Jornal Nacional* e sua recepção por imigrantes residentes em Porto Alegre. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/9EqGZU>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. ed. 7. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. ed. 24. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. ed. 3. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015. v.1.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014b. v.3.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France. ed. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2014c.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Universitária, 1995. pp. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. ed. 42. Petrópolis: Vozes, 2014d.

FREIRE FILHO, João. Memórias do mundo cão: 50 anos de debates sobre o “nível” da TV no Brasil. *In*: BOUNANNO, Milly; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (*org.*). **Comunicação social e ética**. São Paulo: Intercom, 2005. pp. 164-180.

FREITAG, Barbara. **Itinerários de Antígona**: a questão da moralidade. São Paulo: Papirus, 1992.

FURUZAWA, Camila Prado. **Comunicação e indústria audiovisual**: crime, compensação simbólica e outras questões sobre as séries policiais televisivas. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Cap. 1. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10923/5655>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

GARDNER, Dan. **Risco**: a ciência e a política do medo. Rio de Janeiro: Odisséia, 2009.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. ed. 2. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 64-89

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. Disponível em: <<http://migre.me/vS9aO>>. Acesso em: 13/01/2017.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. *In*: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott (*orgs.*). **Modernização Reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. Cap. 2. pp. 73-133.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. ed. 5. São Paulo, Atlas, 1999.

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. São Paulo: Francis, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. ed. 4. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLVÊA, Gabriella Nunes de. Desvelando as estratégias narrativas das notícias: estudo temático do Jornalismo. *In: Notícia em fragmentos: análise de conteúdo no jornalismo*. JORGE, Thais de Mendonça (org.). Florianópolis: Insular, 2015. pp. 205-223.

GOMES, Itania Maria Mota. Metodologia de Análise de Telejornalismo. *In: GOMES, Itania Maria Mota (org.). Gênero televisivo e modos de endereçamento no telejornalismo*. Salvador: EDUFBA, 2011. pp. 17-47.

GONDRA, José Gonçalves. Sem Deus nem Rei? O Positivismo na Escrita da Educação Brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 77, n. 185, p.169-190, 1996. Disponível em: <<http://migre.me/vS9n5>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

GUERREIRO NETO, Guilherme. O jornalismo como instituição social. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 35, 2012, Fortaleza. Esportes na idade média - diversão, informação e educação. São Paulo: Intercom, 2012. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://migre.me/tAiKD>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (orgs.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. ed. 15. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 103-133.

HAMILTON, Fernando Arteché. Monitorando telejornais: desafios e perspectivas. *In*: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs.). **Observatórios de Mídia: olhares de cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. pp. 95-114.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. ed. 3. Petrópolis: Vozes, 2010. pp. 123-142.

HOBSBAWM, E. J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos**. São Paulo: Martins Fontes, 1973. v. 1.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. ed. 26. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática: Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP, Bauru**, v. 7, n. 2, p.117-137, ago. 2012. Quadrimestral. Disponível em: <<http://migre.me/vWN7L>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

INAF. **Indicador de alfabetismo funcional: estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho**. São Paulo: Inaf, 2016. 29 p. Disponível em: <<https://goo.gl/hcmVXR>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

JACKS, Nilda. **Querência: cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

JACKS, Nilda. Recepção televisiva, (ainda) a mais estudada. *In*: JACKS, Nilda (org.). **Meios e audiências II: a consolidação dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2014. Cap. 1. p. 31-71.

JÁCOME, Phellipy. Tensões entre ficção e não ficção no mundo possível do *Jornal Nacional*. *In*: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de (orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013. pp. 171-189.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e Escrever**: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KOLLING, Patricia. **A recepção das informações jornalísticas ambientais do programa *Globo Rural***: os sentidos produzidos por agricultores familiares do município de Santa Rosa (RS). 2006. 300 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioeconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/aBZPNz>>. Acesso em: 4 set. 2018.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LANA, Lúcia Campos de Cerqueira. **Telejornalismo dramático e vida cotidiana**: estudo de caso do programa Brasil Urgente. 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/vW25o>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. *In*: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de (*orgs.*). **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013. pp. 25-47.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LONGMAN, Gabriela; VIANA, Diego. **Entrevista – Jacques Rancière**. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/vJzJP>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

LOPES, Daniel Barsi. **Violência e cidadania na sociedade midiaticizada**: o programa Linha Direta sob ótica da recepção. 2008. 449 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/u1gXa>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. ed. 7. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. ed. 5. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MAGALHÃES, Nara. Significados de violência em abordagens da mensagem televisiva. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 11, p.318-343, jun. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://migre.me/ur4gd>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (orgs.). **Processualidades metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013. pp. 87-103.

MANNA, Nuno. O esqueleto no armário da redação: a impertinente relação entre o fantástico e o jornalismo. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de (orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013. pp. 191-206.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. ed. 2. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 20-27, abr. 2001. Trimestral. Disponível em: <<http://migre.me/tB47J>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN, María. **“Brasil tem um linchamento por dia, não é nada excepcional”**: Homem morto por vizinhos no Maranhão escancara a rotina da violência no Brasil. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/H3gHwL>>. Acesso em: 30 out. 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. ed. 7. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Novas visibilidades políticas da cidade e visibilidades narrativas da violência. **MATRIZES**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 1, n. 1, p.27-39, out. 2007. Semestral. Disponível em: <<http://migre.me/tzMMh>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2001.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação**: ideias, conceitos e métodos. Petrópolis: Vozes, 2009.

MASSA, Rede. **Tribuna da Massa**. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/A3kpLd>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Narrativas do medo**: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. ed. 13. São Paulo: Loyola, 2010.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MEDITSCH, Eduardo. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. *In*: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 12, 1999, Rio de Janeiro. Informatização, mídia e sociedade: paradoxos das comunicações no mundo globalizado. Intercom 1999 CD-ROM. São Paulo: Intercom, 1999.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 1, n. 1, p.9-22, set. 2007. Semestral. Disponível em: <<http://migre.me/tAiRH>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco. A natureza dos gêneros e dos formatos jornalísticos. *In*: SEIXAS, Lia; PINHEIRO, Najara Ferrari

(orgs.). **Gêneros**: um diálogo entre Comunicação e Linguística. Florianópolis: Insular, 2013.

MENDONÇA, Maria Luiza. Comunicação e cultura: um novo olhar. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org.). **Recepção mediática e espaço público**: novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006. pp. 27-38.

MINISTÉRIO PÚBLICO. Centro de Apoio Operacional da Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais. **Efetividade da investigação de homicídio**. Curitiba: Ministério Público, 2018. 17 p. Disponível em: <<https://goo.gl/bC6hGd>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

MISSE, Michel. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 26, n. 1, p.15-27, abr. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/ykXSYd>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, medo e violência. In: GEDIEL, José Antônio; MERCER, Vânia Regina (orgs.). **Violência, paixão & discursos**: o avesso dos silêncios. Porto Alegre: CMC, 2008. pp. 103-122.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Por que estudar as narrativas? In: MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luiz Gonzaga; CUNHA, Maria Jandyra (orgs.). **Narrativas midiáticas**. Florianópolis: Insular, 2012. pp. 23-32.

MUNIZ, Fernando. Platão contra a arte. In: LOBO, Rafael Haddock. **Os filósofos e a arte**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. pp. 15-42.

OLIVEIRA, Dannilo Duarte. **Jornalismo policial na televisão brasileira**: gênero e modo de endereçamento. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. ed. 5. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ORTIZ, Renato. Estudos culturais. **Tempo Social**, [s.l.], v. 16, n. 1, p.119-127, jun. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/CPK4Dk>>. Acesso em: 30 out. 2017.

PARANÁ. Comec. Secretaria do Desenvolvimento Urbano. **Histórico institucional**. 2018a. Disponível em: <<https://goo.gl/EgtvyC>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

PARANÁ. Iparades. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico: Município de Colombo**. Curitiba: Iparades, 2018b. 43 p. Disponível em: <<https://goo.gl/iY4XQF>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Segurança Pública e Administração Penitenciária. **Ocorrências relativas a furto e roubos em Curitiba segundos os bairros**: período ano 2016: Sesp, 2017. 2 p. Disponível em: <<https://goo.gl/o14oQL>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Segurança Pública e Administração Penitenciária. **Relatório Estatístico Criminal Quantitativo de Vítimas de Crimes Relativos à Morte Janeiro a Dezembro de 2017**: Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros. Curitiba: Sesp, 2018c. 24 p. Disponível em: <<https://goo.gl/agYSnj>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. *In*: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (*org.*). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. v.2. p. 51-70.

PASSAIA, Eleandro. **A máfia de paletó**: Operação Uragano. No olho do furacão. O dia em que a Polícia Federal desmascarou os donos do poder. Dourados: Edição Independente, 2010.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **Guia para a edição jornalística**. Petrópolis: Vozes, 2006.

POSJOR. Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Ministério da Educação. **Linhas de Pesquisa**: Linha 1. Jornalismo, Cultura e Sociedade. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/VaZRkj>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho**: Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, n. 24, p. 27-57, abr. 2006. Disponível em: <<http://migre.me/tYwj7>>. Acesso em: 30 maio 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **Estética e política: a partilha do sensível**. ed. 2. São Paulo: Ed. 34, 2009.

RECORDTV. **Programação local**. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/WLmefv>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração**. ed. 2. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

REZENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://migre.me/vTnj1>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

RIBEIRO, Gilberto. **Biografia do deputado Gilberto Ribeiro**. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/ni7mrU>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. A renovação estética da TV. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (*orgs.*). **História da televisão no Brasil: do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010.

RICTV (Curitiba). **Balanço Geral Curitiba**. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/d3kPQ5>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

ROSÁRIO, Nísia Martins do; AGUIAR, Lisiane Machado. Multiplicidades: perspectivas metodológicas para pensar a pesquisa científica em comunicação. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (*orgs.*). **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013. pp. 43-58.

SABARÁ, a construção do viver. Direção de Hendryó André, Murilo Wesolowicz, Gustavo Ribas Panacione. Curitiba: Fita Crepe Produções, 2008. Son., color. Disponível em: <<https://goo.gl/4pPbA3>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. ed. 10. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTORO, Aristóteles e a arte poética. *In*: LOBO, Rafael Haddock. **Os filósofos e a arte**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. pp. 43-57.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63. Coimbra: outubro de 2002, p. 232-280.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais. **A cidade**. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/zR3cLu>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais. **Estimativa da População e Número de Domicílios por Bairro**. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/T367Rz>. Acesso em: 14 out. 2018.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente**: notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p.77-105, dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/StzHm5>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

SCHLESINGER, Philip. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. *In*: TRAQUINA, Nelson (*org.*). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993. pp. 177-190.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/vT09Y>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

SELIGMAN, Laura. Jornais populares de qualidade: ética e sensacionalismo em um novo padrão do jornalismo de interior catarinense. *In*: CHRISTOFOLETTI, Rogério (*org.*) **Vitrine e vitraço**: crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã: LabCom: 2010.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. ed. 7. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico**: um estudo sobre a audiência do *Jornal Nacional* da *Globo* entre trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985.

SILVA, Maria Tereza Gomes da. **Carreira de presidentes de empresas**: a jornada do herói corporativo. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Administração, Departamento de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Cap. 4 e 5. Disponível em: < <http://migre.me/vSYoU>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (orgs.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. ed. 15. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 73-102.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco**: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. ed. 2. Petrópolis: Vozes, 1972.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. ed. 2. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOUSA, Mauro Wilton de. A recepção sendo reinterpretada. *In*: SOUSA, Mauro Wilton de (org.). **Recepção mediática e espaço público**: novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006. pp. 13-26.

SOUSA, Mauro Wilton de. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. *In*: SOUSA, Mauro Wilton de (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. pp. 13-38.

SOUTO MAIOR, Marcel. **Almanaque TV Globo**. São Paulo: *Globo*, 2006.

STACKS, Don W. **Dicionário de mensuração e pesquisa em Relações Públicas e Comunicação Organizacional**. ed. 2. São Paulo: Aberje, 2008.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. ed. 14. Petrópolis: Vozes, 2013.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005. v.1.

VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira**: Pesquisa detecta quantidade significativa de violações de direitos e infrações a leis no campo da comunicação de massa. Brasília: Andi, 2016. v.3. Disponível em: <<http://migre.me/uKotI>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

VOGEL, Daisi. Sobre Foucault e o jornalismo. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 23, n. 53, 31 ago. 2009. Quadrimestral. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/ver.2009.23.53.03>. Disponível em: <<https://goo.gl/bZaKWR>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: Flacso, 2017. 71 p. Disponível em: <<https://goo.gl/R5YPMq>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

WEBER, Max. A política como vocação. *In*: WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. ed. 15. São Paulo: Cultrix, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (orgs.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. ed. 15. Petrópolis: Vozes, 2014. pp. 07-72.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário para seleção de entrevistados

O formulário foi estruturado da seguinte maneira:

Texto de apresentação

O questionário a seguir integra parte de uma pesquisa de doutorado, sem fins lucrativos, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em *ATÉ CINCO MINUTOS*, você vai responder questões sobre como consome o programa *Tribuna da Massa* (2ª edição, do meio-dia às 14h00, apresentado por Eleandro Passaia) e *Balanço Geral Curitiba* (do meio-dia às 14h25, apresentado por Gilberto Ribeiro). Desde já, agradecemos sua colaboração!

SEÇÃO 1 - PERFIL SOCIAL

Neste espaço a intenção foi identificar algumas características do entrevistado com a intenção de definir os escolhidos para a fase seguinte.

1. Marque seu sexo.

- Masculino.
- Feminino.

2. Marque sua faixa etária.

- Tenho entre 12 e 18 anos.
- Tenho entre 19 e 29 anos.
- Tenho entre 30 e 39 anos.
- Tenho entre 40 e 49 anos.
- Tenho entre 50 e 59 anos.
- Tenho mais de 60 anos.

3. Marque como você classifica sua cor (etnia).

Classificação adotada conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

- Branco(a).
- Pardo(a).
- Preto(a).
- Oriental.
- Indígena.
- Outros.

4. Marque sua escolaridade.

- Não tive acesso à educação formal (nunca fui à escola).
- Estudei parte ou todo o Ensino Fundamental (antiga oitava série).
- Estudei parte ou todo o Ensino Médio (antigo segundo grau).
- Estudei parte ou todo o Ensino Superior.
- Terminei a faculdade e fiz pós-graduação.

5. Escreva no espaço abaixo a sua principal profissão/ocupação.

Resposta curta.

6. Você está:

- Desempregado(a).
- Empregado(a) com carteira assinada.
- Trabalhando por conta (autônomo) ou tem negócio próprio.
- Estudante (com ou sem estágio).
- Outros.

7. Além de você, quantas pessoas mais moram em sua casa?

- Moro sozinho.
- Uma pessoa.
- Duas pessoas.
- De três a quatro pessoas.
- Cinco ou mais pessoas.

8. Marque sua renda familiar.

- Minha família não tem renda formal.
- Até um salário mínimo.
- Entre um e dois salários mínimos.
- Entre dois e quatro salários mínimos.
- Entre cinco e oito salários mínimos.
- Acima de oito salários mínimos.

9. Marque a cidade onde você mora.

Lista suspensa.

- Curitiba.
- Almirante Tamandaré.
- Araucária.
- Campo Largo.
- Campo Magro.
- Colombo.
- Fazenda Rio Grande.
- São José dos Pinhais.
- Outro município da Região Metropolitana.
- Não moro em nenhuma das cidades citadas.

Por gentileza, escreva no espaço abaixo o nome do bairro onde mora.

Resposta curta.

10. Quais dos programas você assiste?

- Assisto ao *Tribuna da Massa (Rede Massa/SBT)*.
- Assisto ao *Balanço Geral Curitiba (Record/RIC TV)*.
- Assisto aos dois.
- Não assisto a nenhum dos programas.

Caso o entrevistado(a) assinale *não assisto nenhum dos programas*, o formulário é finalizado. Para as demais opções assinaladas, o respondente será encaminhado para próxima seção.

SEÇÃO 02 - ESPECIFICIDADES DE CADA PROGRAMA

Na segunda parte, formada por seis questões, o questionário varia conforme a opção assinalada pelo respondente na *questão 10*. As perguntas, no entanto, versam sobre a frequência de edições assistidas semanalmente, a disponibilidade de tempo para cada edição, bem como tentativas de descobertas sobre mediações situacionais.

11. Com que frequência você assiste ao *Tribuna da Massa* e/ou o *Balanço Geral*?

- Assisto apenas uma vez por semana.
- Assisto até três vezes por semana.
- Assisto até quatro vezes por semana.
- Assisto todos os dias da semana.
- Assisto raramente, às vezes fico uma semana inteira ou mais sem ver.

12. Quando assiste, quanto tempo você costuma ver o(s) programa(s)?

- Até 15 minutos.
- Até 30 minutos.
- Até uma hora.
- Até uma hora e meia.
- Mais de uma hora e meia.

13. Onde você costuma estar quando assiste o(s) programa(s)?

- Em casa, no intervalo do trabalho para o almoço.
- Em casa, pois não tenho emprego ou não trabalho neste horário.
- No trabalho, no refeitório ou em outro setor da empresa.
- No trabalho, fora da empresa, mas não em casa.
- Outros.

14. De que maneira você assiste o(s) programa(s)?

- Pela televisão.
- Pela televisão através do aparelho celular (*smartphone*).
- Pela internet (*Facebook* via celular, *tablet*, computador).
- Pela televisão e pela internet.

15. Marque outras atividades que costuma fazer enquanto assiste ao(s) programa(s):

- Almoçar.
- Descansar.
- Estudar.
- Trabalhar.
- Fazer tarefas domésticas.
- Navegar pela internet.
- Outras.

16. Você teria interesse em participar de uma pesquisa, dando uma entrevista sem ser identificado(a), para colaborar com uma pesquisa?

- Sim.
- Não.
- Talvez.

Caso o entrevistado(a) assinale *não*, o formulário é finalizado. Caso assinale *sim* ou *talvez*, o respondente segue para a próxima seção.

SEÇÃO 03 - INFORMAÇÕES PARA CONTATO

Na última parte, formada por quatro questões, o questionário se propõe a estabelecer uma rede de contato com os respondentes. As perguntas, que exigem respostas curtas, são precedidas pelo seguinte texto:

Texto de apresentação da seção

Se você chegou até aqui, muito obrigado! Por gentileza, preencha os campos abaixo para que possamos entrar em contato com você em breve, caso você se enquadre no perfil de telespectador do *Tribuna da Massa* e/ou do *Balanço Geral Curitiba* que procuramos. Nenhum dado seu será compartilhado com mais ninguém! Sua participação será muito importante!

17. Nome ou apelido

Resposta curta.

18. E-mail

Resposta curta.

19. Perfil do *Facebook*

Resposta curta.

20. Número de celular/WhatsApp

Resposta curta.

APÊNDICE B - Formulário de entrevista com telespectadores

Texto de apresentação

O questionário a seguir integra parte de uma pesquisa de doutorado, sem fins lucrativos, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Você vai responder questões sobre como e por que consome o programa *Tribuna da Massa* (2ª edição, do meio-dia às 14h00, apresentado por Eleandro Passaia) e/ou *Balanço Geral Curitiba* (do meio-dia às 14h25, apresentado por Gilberto Ribeiro). Apesar de termos dois gravadores aqui, seu nome ou quaisquer outras informações que possam identificá-lo serão preservados.

SEÇÃO PRELIMINAR - CONFIRMAÇÃO DOS DADOS DA FASE QUANTITATIVA

- *Checklist* das informações fornecidas durante a fase preliminar da pesquisa (há algumas que podem ter se alterado).

SEÇÃO 1 - PERFIL IDENTITÁRIO

As entrevistas serão realizadas **sempre** na casa das pessoas e com a ajuda de, no mínimo, um(a) assistente. Com o intuito de evitar atrapalhar os respondentes no quesito disponibilidade, deve-se evitar entrevistar em horários próximos ao almoço, mas aceitar tudo o que for oferecido pelo entrevistado/familiares (água, café, bolo, bolachas). Tentar identificar, a partir desses atos, se a pessoa deixou, de fato, a dupla de entrevistadores entrar na casa.

1. Se, em até cinco minutos, você tivesse que nos contar a sua *história de vida*, sobre quem é você desde as suas primeiras lembranças até o momento desta entrevista, o que nós deveríamos saber?

Esta questão é mais para tentar fazer o entrevistado se soltar. No fundo, toda a entrevista versará sobre a história de vida do entrevistado. Identificar elementos ligados à temática da violência já aqui para questionar na sequência (o tempo estipulado é só um detalhe para nortear o entrevistado; se ele falar mais, melhor). Caso a pessoa se sinta inibida (é provável por se tratar de primeira questão), o pesquisador deve incentivá-la a responder a partir de questões sobre a **infância** (vida escolar, se os pais eram rígidos, a rua), sobre **adolescência** (paixões e relacionamentos, sonhos, relações com o mundo do trabalho e com a carreira profissional) e estágio de **vida atual** (família, profissão).

2. Por que decidiu morar aqui no bairro/cidade? Você sempre morou aqui? Quando chegou aqui? Onde morava antes? Paga aluguel? Tem casa própria? Pretende se mudar daqui algum dia? Divide o terreno?

Provavelmente, algumas das respostas a seguir sejam coincidentes com a primeira questão (vale ratificar todas elas). Procurar entender nesta questão quais são os vínculos com o lugar onde mora.

3. Você fez ou tem desejo/sonho de fazer algum tipo de obra – reforma ou ampliação – na casa? Quais? Pode mostrar onde fez ou fará quando tiver oportunidade?

Pedir autorização para fotografar. Trata-se de uma tentativa de compreender a lógica e estrutura da casa. Identificar, entre outros fatores, altura do(s) muros, se há cães ferozes, enfim, quais medidas a família usa para se proteger em casa. Caso haja identificação, questionar sobre elas.

4. Como é sua relação com os vizinhos? Pode citar alguns exemplos de situações boas/ruins com eles?

Tentar explorar tensões entre os vizinhos (em casas onde há divisão no mesmo terreno, essa questão ganha relevância). Vale ainda questionar sobre **tensões entre outros vizinhos da rua**. Em boa parte das narrativas criminais a figura do vizinho tem visibilidade, seja como vítima/agressor, testemunha ocular, personagem próximo à vítima ou agressor.

5. Qual sua profissão? Desde quando ocupa essa profissão? Como é a sua rotina profissional? Você gostaria de trabalhar em outra coisa? Por quê?

Identificar elementos com a infância (o que sonhava em ser). O mundo do trabalho é uma das principais morais impostas. Buscar identificar discursos voltados à moral do trabalho (acordar cedo, trabalhar de sol a sol, etc.).

6. Você segue alguma religião? Qual? Desde quando? Frequenta regularmente a igreja? Com quem você vai? O que significa a religião ou o ato de ir à igreja a você?

A religião é uma instituição fortíssima, utilizada como recurso nas narrativas criminais e, além disso, é uma instituição interessantíssima para contrastar com as visões de mundo trabalhadas na terceira seção deste questionário.

7. Você participa de algum projeto social? Faz trabalho voluntário? O que faz nas horas livres?

Além do mundo do trabalho, da igreja e da televisão (que será abordada na próxima seção), a questão visa entender como a pessoa interage com o todo social.

SEÇÃO 2 - TELEVISÃO COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL (MEDIações)

8. Quantos aparelhos de TV existem em casa? Onde ficam? Quantas polegadas e qual o modelo da TV da sala? Quando comprou a TV da sala?

Pedir autorização para fotografar o ambiente onde se encontra o aparelho de TV principal da casa. Identificar quais os momentos em que a televisão é assistida em conjunto e de forma individual.

9. Descreva quais os principais programas de TV são assistidos *durante a semana*? Conte como, geralmente, você e sua família assistem televisão. Quanto tempo assiste, em média?

Entender a organização e as rotinas relativas ao ato de assistir televisão.

10. Você assiste ao *Tribuna da Massa* e/ou ao *Balanço Geral* sozinho(a) ou com outras pessoas? Quem?

Entender a organização e as rotinas relativas ao ato de assistir televisão.

11. Quais atividades você faz enquanto assiste ao(s) programa(s)?

Entender a organização e as rotinas relativas ao ato de assistir televisão.

12. Você assiste ao(s) programa(s) porque gosta do(s) apresentador(es), correto? O que chama a sua atenção em relação ao(s) apresentador(es)?

Opiniões? Jeito de falar? Aparência? Senso de justiça? Fala verdades?

13. Há quanto tempo você assiste ao *Tribuna da Massa* e/ou ao *Balanço Geral*? Se recorda dos motivos que levou você a começar a assisti-los?

Identificar se há casos de crimes midiáticos próximos (tempo e no espaço).

14. Você poderia, por gentileza, relatar alguns casos que mais chamaram a sua atenção no programa?

Identificar se há casos de crimes midiaticizados próximos (tempo e no espaço).

15. Você sabe dizer se muitos crimes exibidos no(s) programa(s) ocorrem em regiões próximas? Conhece alguém que já foi vítima ou que cometeu algum crime exibido no programa? Pode relatar o caso, por gentileza?

Identificar se há casos de crimes midiaticizados próximos (tempo e no espaço).

16. Você lembra de casos exibidos nos programas em que as pessoas foram expostas/exibidas de maneira desrespeitosa (indevida)? Comente.

Identificar se há casos de crimes midiaticizados próximos (tempo e no espaço).

17. Você lembra de casos exibidos no(s) programa(s) que desrespeitou o princípio/presunção de inocência? Comente.

Identificar se há casos de crimes midiaticizados próximos (tempo e no espaço).

18. Você lembra de casos de exposição indevida de familiares exibidos pelo(s) programa(s)? Comente.

Identificar se há casos de crimes midiaticizados próximos (tempo e no espaço).

SEÇÃO 3 - VISÕES DE MUNDO (IMPLICAÇÕES)

19. Você considera a cidade onde mora violenta? Por quê? Quais bairros de Curitiba e/ou Região Metropolitana você considera perigosos? Por quê?

20. A polícia aparece com que frequência aqui? A região onde você mora é bem policiada? O que acha disso? Você se sente seguro?

21. Você acha que, em geral, a polícia cumpre bem a função dela? Por quê? Você se lembra de casos exibidos pelos programas que a polícia cumpriu bem o papel dela? E casos em que cumpriu mal?

22. Qual sua opinião sobre a redução da idade penal para 16 anos? Justifique. Você se recorda de algum crime com agressores com menos de 18 anos que foram exibidos no programa? Qual ou quais?

23. Qual a sua opinião sobre os “jovens” que moram aqui no seu bairro? Cite exemplos.

24. Qual sua opinião sobre a legalização da maconha? Justifique. Você se recorda de casos exibidos sobre esse tema no programa?

25. Qual sua opinião sobre prisão perpétua e sobre pena de morte? Há casos que elas devam acontecer? Quais? Você pode citar algum exemplo de caso que viu no programa?

26. Se você encontrasse uma pessoa sendo agredida na rua por outros por ter roubado ou furtado algo, qual seria sua atitude? E se fosse alguém que estuprou uma criança?

27. Você achar que os criminosos têm cada vez mais direitos e menos deveres? Por quê?

28. Qual sua opinião sobre a legalização do aborto? Comente.

29. Qual sua opinião sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo? Comente.

30. O que você acha da frase “bandido bom é bandido morto”?

APÊNDICE C - Entrevistas decupadas

As 18 entrevistas decupadas estão integralmente disponíveis no link:



<https://goo.gl/RFOGoi>

APÊNDICE D - Planilha de monitoramento

A planilha de monitoramento está disponível para consulta nas versões PDF e *Microsoft Excel* no link abaixo.



<https://goo.gl/Gny33k>

ANEXOS

ANEXO A - Descrição jurídica e natureza dos crimes mediatizados

ANEXO A - TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LEGISLAÇÃO

NOME	DESCRIÇÃO	NATUREZA	PENA	REGIMENTO
<i>Abandono de incapaz</i>	Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:	Crime contra a pessoa	detenção, de seis meses a três anos.	Código Penal Art. 133
<i>Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento</i>	Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque.	Crime contra a pessoa	Detenção, de um a três anos.	Código Penal Art. 124
<i>Ameaça</i>	Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave.	Crime contra a liberdade individual	Detenção de um a seis meses, ou multa.	Código Penal Art. 147
<i>Assédio sexual</i>	Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.	Crime contra a dignidade sexual	Detenção, de um a dois anos.	Código Penal Art. 216
<i>Associação criminosa</i>	Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes	Crime contra a paz pública	Reclusão, de um a três anos.	Código Penal Art. 288
<i>Ato obsceno</i>	Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público.	Crime contra a dignidade sexual	Detenção, de três meses a um ano, ou multa.	Código Penal Art. 233
<i>Comércio ilegal de arma de fogo</i>	Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:	Crime de perigo abstrato e coletivo	Reclusão, de quatro a oito anos, e multa.	Lei 10.826/03 Art. 17

ANEXO A (CONT.) - TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LEGISLAÇÃO

NOME	DESCRIÇÃO	NATUREZA	PENA	REGIMENTO
<i>Contrabando</i>	Importar ou exportar mercadoria proibida.	Crime de particular contra a adm. em geral	Reclusão, de dois a cinco anos.	Código Penal Art. 334
<i>Corrupção ativa</i>	Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo corra praticar, omitir ou retardar ato de ofício.	Crime de particular contra a adm. em geral	Reclusão de dois a 12 anos.	Código Penal Art. 333
<i>Corrupção passiva</i>	Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.	Crime contra a adm. pública	Reclusão de dois a 12 doze anos, e multa.	Código Penal Art. 317
<i>Crime contra a ordem econômica</i>	Abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas.	Crime contra a economia e as relações de consumo	Reclusão de dois a cinco anos, e multa	Lei 8.137/90 Art. 4º
<i>Dano</i>	Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.	Crime contra o patrimônio	Detenção de um a seis meses, ou multa.	Código Penal Art. 163
<i>Desacato</i>	Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela.	Crime de particular contra a adm. em geral	Detenção de seis meses a dois anos, ou multa.	Código Penal Art. 331
<i>Difamação</i>	Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação.	Crime contra a honra	Detenção, de três meses a um ano, e multa.	Código Penal Art. 139
<i>Disparo de arma de fogo</i>	Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime.	Registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição	Reclusão de dois a quatro anos e multa.	Lei 10.826/03 Art. 15
<i>Distribuição e revenda de derivados de petróleo</i>	Adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei;	Crime contra a ordem econômica	Detenção de um a cinco anos.	Lei 8.176/91 Art. 1º

ANEXO A (CONT.) - TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LEGISLAÇÃO

NOME	DESCRIÇÃO	NATUREZA	PENA	REGIMENTO
<i>Divulgação de segredo</i>	Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem. (...) Quando resultar prejuízo para a Administração Pública, a ação penal será incondicionada.	Crime contra a inviolabilidade dos segredos	Detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa	Código Penal Art. 153
<i>Dos crimes contra a fauna e/ou a flor</i>	- Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida. - Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. - Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente	Crimes contra o meio ambiente	- Detenção de seis meses a um ano, e multa. - Detenção de três meses a um ano, e multa. - Detenção, de um a três anos, ou multa	Lei 9.605/98 Art. 29 Art. 32 Art. 39
<i>Estelionato</i>	Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.	Crime contra o patrimônio	Reclusão de um a cinco anos, e multa.	Código Penal Art. 171
<i>Estupro</i> <i>Estupro de vulnerável</i>	Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos.	Crime contra a dignidade sexual	- Reclusão de seis a 10 anos. - Reclusão de oito a 15 anos.	Código Penal Art. 213 Código Penal Art. 217
<i>Exploração sexual (Casa de prostituição)</i>	Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem.	Do lenocínio e do tráfico de pessoa p/ fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual	Reclusão, de dois a cinco anos.	Código Penal Art. 227
<i>Extorsão</i>	Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.	Crime contra o patrimônio	Reclusão de quatro a 10 anos, e multa.	Código Penal Art. 158

ANEXO A (CONT.) - TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LEGISLAÇÃO

NOME	DESCRIÇÃO	NATUREZA	PENA	REGIMENTO
<i>Fabrico, Fornecimento, aquisição posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante</i>	Fabricar, fornecer, adquirir, possuir ou transportar, sem licença da autoridade, substância ou engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante, ou material destinado à sua fabricação.	Crime contra a incolumidade pública	Detenção de seis meses a dois anos, e multa.	Código Penal Art. 253
<i>Falsificação de documento particular</i>	Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro.	Crime contra a fé pública	reclusão, de um a cinco anos, e multa.	Código Penal Art. 298
<i>Favorecimento Real</i>	Prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime. Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional.	Crime contra a adm. da Justiça	Detenção de um a seis meses, e multa.	Código Penal Art. 349
<i>Feminicídio</i>	Matar alguém [...]por razões da condição de sexo feminino (I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher).	Crime contra a pessoa	Reclusão, de 12 a 30 anos.	Lei 13.104/15 Código Penal Art. 121
<i>Furto</i>	Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. <i>Qualificado:</i> Crime cometido com destruição ou rompimento de obstáculos à subtração da coisa; crime cometido com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;	Crime contra o patrimônio	Reclusão de um a quatro anos, e multa; <i>Qualificado:</i> reclusão de dois a oito anos, e multa.	Código Penal Art. 155
<i>Fraude processual</i>	Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito.	Crime contra a administração da Justiça	Detenção, de três meses a dois anos, e multa.	Código Penal Art. 347
<i>Homicídio</i>	Matar. É <i>qualificado</i> quando cometido mediante promessa de recompensa, por motivo fútil, com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel. Mediante à traição, emboscada, dissimulação. É <i>culposo</i> quando causado por imprudência ou descuido.	Crime contra a pessoa	Reclusão de seis a 20 anos; <i>Qualificado:</i> de 12 a 30 anos; <i>Culposo:</i> detenção de um a três anos.	Código Penal Art. 121

ANEXO A (CONT.) - TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LEGISLAÇÃO

NOME	DESCRIÇÃO	NATUREZA	PENA	REGIMENTO
<i>Incêndio</i>	Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem	Crime contra a incolumidade pública	Reclusão, de três a seis anos, e multa	Código Penal Art. 250
<i>Injúria</i>	Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.	Crime contra a honra	Detenção, de um a seis meses, ou multa.	Art. 140
<i>Jogo de azar</i>	Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele.	Das contravenções relativas à polícia de costumes	Prisão simples de três meses a um ano, e multa	Lei 3.688/1941 Art. 50
<i>Lavagem de dinheiro</i>	Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.	Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	Reclusão, de três a 10 anos, e multa	Lei 9.613/98 Art. 1º
<i>Lesão corporal</i>	Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. <i>De Grave Natureza:</i> Se resulta na incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, em perigo de vida, em debilidade permanente de membro, sentido ou função.	Crime contra a pessoa	Detenção de três meses a um ano. De Grave Natureza: Reclusão de um a cinco anos.	Código Penal Art. 129
<i>Maus tratos</i>	Expôr a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-se a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina.	Crime contra a pessoa	Detenção de dois meses a um ano, ou multa.	Código Penal Art. 136
<i>Moeda falsa</i>	Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro	Crime contra a fé pública	Reclusão de três a 12 anos, e multa.	Código Penal Art. 289
<i>Motim de presos</i>	Amotinarem-se presos, perturbando a ordem ou disciplina da prisão.	Crime contra a adm. da Justiça	Detenção, de seis meses a dois anos, além da pena correspondente à violência	Código Penal Art. 354

ANEXO A (CONT.) - TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LEGISLAÇÃO

<i>Omissão de socorro</i>	Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.	Crime contra a pessoa	Detenção de um a seis meses, ou multa.	Código Penal Art. 135
<i>Outras fraudes</i>	Tomar refeição em restaurante, alojar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento.	Crime contra o patrimônio	Detenção, de quinze dias a dois meses, ou multa.	Código Penal Art. 176
<i>Peculato</i>	Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.	Crime contra a adm. pública	Reclusão de dois a 12 anos, e multa.	Código Penal Art. 312
<i>Perturbação de sossego</i>	Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios.	Contravenção contra a paz pública	Prisão simples, de 15 dias a três meses, ou multa	Lei 3.688/41
<i>Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido</i>	Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.	Da posse e porte irregular de arma de fogo	Reclusão de dois a quatro anos, e multa.	Lei 10.826/03 Art. 14
<i>Posse irregular de arma de fogo de uso permitido</i>	Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.	Da posse e porte irregular de arma de fogo	Detenção de um a três anos, e multa.	Lei 10.826/03 Art. 12
<i>Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito</i>	Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.	Da posse e porte irregular de arma de fogo	Reclusão de três a seis anos, e multa.	Lei 10.826/03 Art. 16

ANEXO A (CONT.) - TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LEGISLAÇÃO

<i>Produção, venda e distribuição de pornografia infantil</i>	Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso. [...] facilitar ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso.	Crime contra a dignidade sexual	Reclusão, de um a três anos, e multa.	Lei 11.829/08 Art. 241-C
<i>Receptação</i>	Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.	Crime contra o patrimônio	Reclusão de um a quatro anos, e multa.	Código Penal Artigo 180.
<i>Rixa</i>	Participar de rixa, salvo para separar os contendores.	Crime contra a pessoa	Detenção de 15 dias a dois meses, ou multa.	Código Penal Art. 137
<i>Roubo</i>	Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.	Crime contra o patrimônio	- Reclusão de quatro a 10 anos, e multa. - Reclusão de sete a 15 anos (caso resulte a lesão corporal grave) - Reclusão de 20 a 30 anos (caso resulte em morte)	Código Penal Art. 157
<i>Sequestro e cárcere privado</i>	Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado.	Crime contra a liberdade individual	Reclusão de um a três anos.	Código Penal Art. 148
<i>Subtração de incapazes</i>	Subtrair menor de 18 anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial.	Crime contra o pátrio poder, tutela curatela	Detenção de dois meses a dois anos.	Código Penal Art. 249
<i>Tráfico de drogas</i>	Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regular.	Da repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas	Reclusão de cinco a 15 anos e multa.	Lei 11.343/06 Art. 33

ANEXO A (CONT.) - TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LEGISLAÇÃO

<i>Tráfico de Pessoas</i>	Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alugar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso.	Crime contra liberdade individual	- Reclusão, de quatro a oito anos, e multa.	Código Penal Art. 149-A
<i>Tumulto, prática ou incitação à violência</i>	Promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos. [...] promover tumulto, praticar ou incitar a violência num raio de 5.000 (cinco mil) metros ao redor do local de realização do evento esportivo, ou durante o trajeto de ida e volta do local da realização do evento.	Contravenções referentes à paz pública	Reclusão de um a dois anos e multa.	Lei 12.299/10 Art. 41-B
<i>Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo</i>	Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso.	Crime contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	Detenção, de um mês a um ano, ou multa.	Código Penal Art. 208
<i>Tumulto, prática ou incitação à violência</i>	Promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos. [...] promover tumulto, praticar ou incitar a violência num raio de 5.000 (cinco mil) metros ao redor do local de realização do evento esportivo, ou durante o trajeto de ida e volta do local da realização do evento.	Contravenções referentes à paz pública	Reclusão de um a dois anos e multa.	Lei 12.299/10 Art. 41-B
<i>Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo</i>	Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso.	Crime contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	Detenção, de um mês a um ano, ou multa.	Código Penal Art. 208
<i>Vias de fato (briga)</i>	Praticar vias de fato contra alguém	Contravenções contra a pessoa	Prisão simples de 15 dias a três meses ou multa	Lei 3.688/10 Art. 21

ANEXO A (CONT.) - TIPO, DESCRIÇÃO E NATUREZA DE CRIMES, PENAS E LEGISLAÇÃO

NOME	DESCRIÇÃO	NATUREZA	PENA	REGIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Violação de sepultura</i> - <i>Destruição, subtração ou ocultação de cadáver</i> - <i>Vilipêndio a cadáver</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Violar ou profanar sepultura ou urna funerária. - Destruir, subtrair ou ocultar cadáver ou parte dele. - Vilipendiar cadáver ou suas cinzas. 	Crime contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	<ul style="list-style-type: none"> - Reclusão, de um a três anos, e multa. - Reclusão, de um a três anos, e multa. - Detenção, de um a três anos, e multa. 	<ul style="list-style-type: none"> Código Penal Art. 210 Art. 211 Art. 212
<i>Violência doméstica</i>	Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.	Crime contra a pessoa	Detenção de três meses a três anos.	Lei 10.886/04 Código Penal Art. 129

FONTES: Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal Brasileiro), Decreto-Lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais), Lei nº 8.137/1990 (Crimes Contra A Ordem Tributária, Econômica E Contra As Relações De Consumo), Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Lei nº 9.605/1998 (Condutas e atividades lesivas ao meio ambiente), Lei nº 10.826/2003 (Sistema Nacional de Armas), Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), Lei nº 11.343/2006 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas), Lei 11.829/08 (alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei nº 12.299/2010 (Estatuto do Torcedor).

ANEXO B - Bairros por regionais e homicídios registrados

Tabela 18 - Curitiba: bairros por regional e números absolutos de crimes com morte em 2017

	Regional	Homicídios Registrados	Bairros (crimes com mortes/2017)
1	Bairro Novo	38	Ganchinho (10), Sítio Cercado (23) e Umbará (5)
2	Boa Vista	37	Abranches (2), Pilarzinho (3), Atuba (6), Santa Cândida (7), Bacacheri (2), São Lourenço (0), Bairro Alto (8), Taboão (0), Barreirinha (0), Tarumã (1), Boa Vista (5), Tingui (0) e Cachoeira (3).
3	Boqueirão	36	Alto Boqueirão (15), Boqueirão (13), Hauer (1) e Xaxim (7).
4	Cajuru	31	Cajuru (14), Capão da Imbuia (3), Guabirotuba (1), Jardim das Américas (1) e Uberaba (12).
5	Cidade Industrial	76	Augusta (2), Cidade Industrial de Curitiba (71), Riviera (0) e São Miguel (3).
6	Matriz	34	Ahú (0), Cristo Rei (2), Alto da Glória (0), Hugo Lange (0), Alto da XV (0), Jardim Botânico (4), Batel (0), Jardim Social (0), Bigorrião (0), Juvevê (0), Bom Retiro (0), Mercês (2), Cabral (1), Prado Velho (8), Centro (7), Rebouças (6), Centro Cívico (2) e São Francisco (2).
7	Pinheirinho	41	Capão Raso (7), Fanny (2), Lindóia (3), Novo Mundo (11) e Pinheirinho (18).
8	Portão/Fazendinha	28	Água Verde (0), Fazendinha (5), Guaíra (3), Parolin (11), Portão (3), Santa Quitéria (6), Seminário (0) e Vila Isabel (0).
9	Santa Felicidade	25	Butiatuvinha (3), Campina do Siqueira (1), Campo Comprido (5), Cascatinha (0), Lamenha Pequena (0), Mossunguê (3), Orleans (0), Santa Felicidade (5), Santo Inácio (1), São Braz (7), São João (0) e Vista Alegre (0).
10	Tatuquara	46	Campo de Santana (6), Caximba (7) e Tatuquara (33).
	TOTAL	392	75 bairros

Fontes: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (2018).
Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (PARANÁ, 2018c).